



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (CED)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PGCIN)

**ELIANE PELLEGRINI**

**PRINCÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM  
INFORMAÇÃO DE MULHERES RURAIS SOB A PERSPECTIVA DO  
EMPODERAMENTO**

Florianópolis

2022

**ELIANE PELLEGRINI**

**Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais  
sob a perspectiva do empoderamento**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação, Área de concentração: Gestão da Informação. Linha de pesquisa: Informação, Comunicação e Competência. Orientadora: Dra. Elizete Vieira Vitorino. Coorientadora: Dra. Karolyna Marin Herrera.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pellegrini, Eliane

Princípios para o desenvolvimento da competência em  
informação de mulheres rurais sob a perspectiva do  
empoderamento / Eliane Pellegrini ; orientadora, Elizete  
Vieira Vitorino, coorientadora, Karolyna Marin Herrera,  
2022.

322 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós  
Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Competência em informação.  
3. Mulheres rurais. 4. Empoderamento. I. Vitorino, Elizete  
Vieira . II. Herrera, Karolyna Marin . III. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Informação. IV. Título.

Eliane Pellegrini

**Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais  
sob a perspectiva do empoderamento**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Aurora Cuevas-Cerveró, Dra.  
Universidade Complutense de Madrid (UCM)

Profa. Isa Maria Freire, Dra.  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Profa. Camila Monteiro de Barros, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Ciência da Informação.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Profa. Elizete Vieira Vitorino, Dra.  
Orientadora

Florianópolis (SC), 2022.

Dedico esta pesquisa às mulheres do passado, que abriram caminhos suprimidos, e às do presente que seguem lutando para que outras possam vir e desabrochar até o máximo de suas possibilidades.

## AGRADECIMENTOS

Me sinto extremamente privilegiada por terminar esta tese e o processo de doutoramento como um todo com imensa alegria pelas aprendizagens, pelas experiências vividas e pela certeza de estar contribuindo, de alguma forma, para um mundo melhor. Entretanto, tenho plena consciência de que sozinha o caminho percorrido para chegar até aqui teria sido muito mais árduo e, talvez, hoje, eu não estivesse me sentindo tão feliz. Por isso, gostaria de expressar meus mais sinceros e profundos agradecimentos às diversas pessoas que me apoiaram:

À minha orientadora, Elizete Vieira Vitorino, que, com sabedoria, afeto e muito respeito, soube me mostrar os melhores caminhos durante toda a minha jornada na pós-graduação. Foram seis anos juntas. Quem dera todos tivessem a sorte que eu tive de tê-la como orientadora! Além de uma profissional competente, um ser humano amável e admirável que torna o ambiente acadêmico um lugar prazeroso de se estar. Obrigada por tantos ensinamentos!

À minha coorientadora, Karolyna Marin Herrera, que esteve em minha banca de qualificação e, desde então, acolheu minhas dificuldades conduzindo-me, com um olhar atento e crítico, a novas perspectivas teóricas que, sem dúvida, ampliaram meu campo de visão e melhoraram os resultados desta pesquisa.

Aos demais professores que, gentilmente, aceitaram participar das bancas de qualificação e defesa dando importantes contribuições a este trabalho: Henrique Muriel-Torrado, Aurora Cuevas-Cerveró, Isa Maria Freire e Camila Monteiro de Barros.

Às mulheres camponesas que, gentilmente, aceitaram participar desta pesquisa, dedicando-me seu precioso tempo e passando-me seus ricos conhecimentos num gesto sincero de colaboração.

À Zenaide e à Adriana do MMC/SC pela atenção, informações e ajuda, especialmente, na fase de coleta de dados e, por ainda hoje, me acolherem com carinho nos encontros do movimento.

A todos os membros e amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIn), em especial, ao Guilherme, à Daniela, à Eliane, à Djuli, à Dilva e à Marcela, que contribuíram na construção desta pesquisa com conselhos e trocas de conhecimentos.

Às amigas: Yomara e Valdete, pelas ideias e discussões que inspiraram a escolha do tema desta pesquisa; Adriana, pela troca de experiências no início do doutorado e por me receber muitas vezes em sua casa durante a realização das disciplinas; e, Augiza, pela parceria

que se iniciou muito antes do doutorado, se fortaleceu durante a realização das disciplinas e se consolidou ao longo dos últimos anos.

Ao Roberto por ter sido um companheiro compreensivo e amoroso nos primeiros anos desta jornada.

À Anarela pelas preciosas aulas de espanhol que me permitiram alcançar o tão sonhado doutorado sanduíche na Espanha.

À professora Aurora Cuevas-Cerveró, que em meio à pandemia do coronavírus, me recebeu de braços abertos à Universidade Complutense de Madrid. Que honra tê-la conhecido! Agradeço imensamente pelas aprendizagens e, principalmente, pela acolhida e atenção durante todo o período em que estive em Madrid.

À Mirelys, à Aymara, ao Álvaro e ao Rodrigo, pessoas que conheci durante o doutorado sanduíche, hoje amigos especiais, que me ensinaram o espanhol que não está nos livros, me mostraram o que há de mais bonito e precioso na Espanha e foram companhias maravilhosas para muitas taças de vinho nos intervalos de estudo.

À querida Sole, que, com um coração extremamente generoso e amoroso, me abriu as portas da sua casa em Madrid e não mediu esforços para me ajudar nas situações mais inusitadas. Qualquer palavra que eu use aqui será insuficiente para demonstrar a gratidão e o carinho que sinto por este ser tão especial!

À minha família: minha mãe Jurema e meu pai Antonio, pelo amor de sempre; minha irmã Edenilse e meu cunhado Francisco por estarem sempre ao meu lado, me auxiliando até mesmo em meus planos mais ousados; aos demais, por compreenderem minhas ausências.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), campus Itajaí, pelas licenças concedidas.

À Capes por financiar os seis meses de doutorado sanduíche na Espanha.

Aos professores e professoras do PGCIN e à Universidade Federal de Santa Catarina pelo ensino gratuito e de qualidade.

Às pessoas que, eventualmente, não foram nomeadas aqui, mas que me apoiaram de alguma maneira ao longo do doutorado, muito obrigada!

“Tecer a teia e não ficar presa nela, criar o mundo, criar sua própria história, [...], desenhar redes e não apenas linhas retas, ser alguém que faz, [...], poder cantar e não ser silenciada, tirar o véu e aparecer: é tudo isso que eu penduro no meu varal”.

Rebecca Solnit

## RESUMO

Esta pesquisa propõe uma discussão sobre a importância da competência em informação para o processo de empoderamento de mulheres rurais. A abordagem teórico-metodológica advém da intersecção de conhecimentos das áreas de Ciência da Informação, Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Filosofia, Educação e Ciências Agrárias, tem como alicerce as dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação e considera questões sociais *in loco*. O objetivo geral consiste em estabelecer princípios para o desenvolvimento da competência em informação das mulheres rurais sob a perspectiva feminista do empoderamento. Para isso: descreve o movimento da competência em informação alinhado ao sentido de empoderamento, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política; apresenta as características históricas, econômicas e sociais das mulheres rurais brasileiras; e revela, por meio de dados empíricos, aspectos relacionados ao desenvolvimento da competência em informação e do empoderamento. Do ponto de vista da abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujas bases teórico-metodológicas são a epistemologia social da Ciência da Informação e a crítica feminista da ciência. Quanto aos seus objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, refere-se a uma pesquisa bibliográfica e de levantamento. Envolve revisão de literatura e coleta dos dados empíricos por meio de entrevistas em profundidade realizadas com dez mulheres engajadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Santa Catarina. A análise temática dos dados empíricos foi feita com base na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016). As categorias de análise foram definidas previamente com o auxílio do modelo denominado Acesso à Informação e Empoderamento para a Igualdade e a Cidadania (INFORMENTO). Como resultados, estabelece princípios à elaboração de estratégias, ações e programas de competência em informação sob quatro aspectos principais: técnicas de ensino e aprendizagem apropriadas às mulheres rurais; condições físicas do ambiente; abordagem teórico-prática; e, diretrizes nacionais e internacionais para a construção de programas. Conclui que a competência em informação pode ser desenvolvida em qualquer fase da vida das mulheres rurais e em ambientes informais de aprendizagem, mas requer um olhar atento aos aspectos contextuais, sociais e culturais, bem como a escolha de uma abordagem teórico-prática adequada. A competência em informação qualifica a ação das mulheres ao desenvolver aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais, contribui para minimizar a vulnerabilidade e transformar as estruturas sociais que sustentam as relações de poder, especialmente, quando o Estado cumpre suas funções. Ela deve ser considerada, além de um direito humano, uma necessidade para o empoderamento individual e coletivo de mulheres rurais. Compreendê-la nesta perspectiva a coloca como aliada da justiça social.

**Palavras-chave:** Competência em informação. Mulheres rurais. Empoderamento; Vulnerabilidade informacional. Justiça social.

## ABSTRACT

This research proposes a discussion about the importance of information literacy for the rural women empowerment process. The theoretical-methodological approach comes from the intersection of knowledge from the areas of Information Science, Political Science, Sociology, Psychology, Philosophy, Education and Agricultural Sciences, and it is based on the technical, ethical aesthetics and political dimensions of information literacy and considers social issues in situ. The main objective is to establish principles for the development of rural women's information literacy from a feminist perspective of empowerment. For this purpose: it describes the movement of information literacy aligned with the sense of empowerment, under the technical, aesthetic, ethical and political dimensions; presents the historical, economic and social characteristics of Brazilian rural women; and reveals, through empirical data, aspects related to the development of information literacy and empowerment. From the point of view of approaching the problem, it is a qualitative research, whose theoretical-methodological bases are the social epistemology of Information Science and the feminist critique of science. In relation to its objectives, it is characterized as an exploratory and descriptive study. From the perspective of technical procedures, it refers to a bibliographic research and survey. It involves a literature review and empirical data collection through in-depth interviews with ten women engaged in the Peasant Women's Movement (MMC) in the state of Santa Catarina. The thematic analysis of the empirical data was based on the content analysis Bardin's technique (2016). The categories of analysis were previously defined based on the model called Access to Information and Empowerment for Equality and Citizenship (INFORMENTO). As a result, it establishes principles for the elaboration of strategies, actions and information literacy programs in four main aspects: teaching and learning techniques appropriate to rural women; physical conditions of the environment; theoretical-practical approach; and, national and international guidelines for building programs. It concludes that information literacy can be developed at any stage of rural women's lives and in informal learning environments, but requires an attentive look at contextual, social and cultural aspects, as well as the choice of an adequate theoretical-practical approach. Information literacy qualifies women's actions by developing cognitive, affective and behavioral aspects, it contributes to minimizing vulnerability and transforming the social structures that sustain power relations, especially when the State fulfills its functions. It must be considered, in addition to a human right, a necessity for the individual and collective empowerment of rural women. Understanding it under this perspective places it as an ally of social justice.

**Keywords:** Information literacy. Rural women. Empowerment. Informational vulnerability. Social justice.

## RESUMEN

Esta investigación propone un debate sobre la importancia de la alfabetización informacional para el proceso de empoderamiento de las mujeres en el entorno rural. El enfoque teórico y metodológico procede de la intersección de conocimientos en las áreas de Ciencia de la Información, Ciencia Política, Sociología, Psicología, Filosofía, Educación y Ciencias Agrarias, se basa en las dimensiones técnica, estética, ética y política de la alfabetización informacional y considera las cuestiones sociales in loco. El objetivo general es establecer principios para desarrollar la alfabetización informacional de las mujeres dentro del ámbito rural desde una perspectiva de empoderamiento feminista. Para ello: describe el movimiento de la alfabetización informacional alineada al sentido de empoderamiento, desde el enfoque de las dimensiones técnica, estética, ética y política; presenta las características históricas, económicas y sociales de las mujeres rurales brasileñas; y revela, a través de datos empíricos, aspectos relacionados con el desarrollo de la alfabetización informacional y el empoderamiento. Desde el punto de vista del planteamiento del problema, se trata de una investigación cualitativa cuyas bases teóricas y metodológicas son la epistemología social de la Ciencia de la Información y la crítica feminista de la ciencia. En cuanto a sus objetivos, se caracteriza por ser exploratoria y descriptiva. Desde el punto de vista de los procedimientos técnicos, se trata de una investigación bibliográfica y de encuesta, basada en una revisión bibliográfica y la recopilación de datos empíricos mediante entrevistas en profundidad realizadas a diez mujeres comprometidas con el Movimiento de Mujeres Campesinas (MMC) de Santa Catarina. El análisis temático de los datos empíricos se realizó a partir de la técnica de análisis de contenido de Bardin (2016). Las categorías de análisis se definieron previamente con la ayuda del modelo denominado Acceso a la Información y Empoderamiento para la Igualdad y la Ciudadanía (INFORMENTO). Como resultados, establece principios para la elaboración de estrategias, acciones y programas de alfabetización informacional bajo cuatro aspectos principales: técnicas de enseñanza y aprendizaje adecuadas a las mujeres rurales; condiciones físicas del entorno; enfoque teórico-práctico; y, directrices nacionales e internacionales para la construcción de programas. Llega a la conclusión de que la alfabetización informacional puede desarrollarse en cualquier etapa de la vida de las mujeres rurales y en entornos de aprendizaje informales, pero requiere una mirada atenta a los aspectos contextuales, sociales y culturales, así como la elección de un enfoque teórico-práctico adecuado. La alfabetización informacional cualifica la acción de las mujeres desarrollando aspectos cognitivos, afectivos y de comportamiento, contribuye a minimizar la vulnerabilidad y a transformar las estructuras sociales que sostienen las relaciones de poder, especialmente cuando el Estado cumple sus funciones. Debe considerarse, además de un derecho humano, una necesidad para el empoderamiento individual y colectivo de las mujeres rurales. Entenderla desde esta perspectiva la convierte en una aliada de la justicia social.

**Palabras clave:** Alfabetización informacional. Mujeres rurales. Empoderamiento; Vulnerabilidad informativa. Justicia social.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Acesso a informações técnicas por mulheres e homens rurais .....	28
Figura 2 – Processos realizados na pré-análise das entrevistas .....	41
Figura 3 – Indicadores de impactos de acesso à informação e empoderamento aplicado às beneficiárias do Bolsa Família baseado nos Modelos IDEIAS e AURA.....	44
Figura 4 – Mesorregião Oeste de Santa Catarina .....	50
Figura 5 – A tridimensionalidade entre redistribuição, reconhecimento e representação na teoria de justiça social de Nancy Fraser .....	55
Figura 6 – Evolução histórica e conceitual do movimento da competência em informação em âmbito mundial.....	74
Figura 7 – Habilidades em informação.....	76
Figura 8 – AMI e sua conexão com os princípios das sociedades do conhecimento .....	79
Figura 9 – As dimensões da competência em informação e o empoderamento.....	107
Figura 10 – Princípios norteadores para o desenvolvimento da competência em informação em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento .....	215

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Rendimentos de mulheres e homens com domicílio rural advindos do trabalho principal (2003 – 2013, em números absolutos).....	110
Gráfico 2 – Distribuição percentual da população ocupada de 16 anos ou mais de idade no setor agrícola por sexo, segundo a posição na ocupação – Brasil – 2012.....	111
Gráfico 3 – Média de horas semanais dedicadas ao trabalho principal e média de horas gastas em afazeres domésticos, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio - Brasil, 2017.....	112

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos, coleta de dados e métodos de análise.....	36
Quadro 2 – Palavras-chave principais da pesquisa em português, inglês e espanhol .....	37
Quadro 3 – Artigos sobre competência em informação de mulheres rurais.....	82
Quadro 4 – Indicadores de acesso à informação e empoderamento para o contexto das mulheres rurais .....	132
Quadro 5 – Características das participantes da pesquisa .....	140

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
AASL	<i>American Association of School Librarians</i>
ACRL	<i>Association of College and Research Libraries</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
ALFIN	Alfabetização Informacional
AMI	Alfabetização Midiática e Informacional
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AURA	<i>Auto Reinforcement Accompangé</i>
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CILIP	<i>Chartered Institute of Library and Information Professionals</i>
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DAP	Declaração de Aptidão
DHI	Diretrizes sobre Desenvolvimento de Habilidades em Informação
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ESF	Fundo Social Europeu
FEBAB	Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FENAFRA	Feira Nacional da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEAS	<i>Inclusión Digital y Educación Informacional para la Salud</i>
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
ILG	<i>Information Literacy Group</i>

InfoLit	Seção de Habilidades em Informação
INFORMENTO	Acesso à Informação e Empoderamento para a Igualdade e a Cidadania
ITU	<i>International Telecommunication Union</i>
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NCLIS	<i>National Commission on Libraries and Information Science</i>
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WoS	<i>Web of Science</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>ASPECTOS INTRODUTÓRIOS, OBJETO DA TESE E METODOLOGIA</b>	<b>19</b>
	.....	
<b>1.1</b>	<b>Delimitação do problema e apresentação da questão de pesquisa.....</b>	<b>26</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos da pesquisa.....</b>	<b>30</b>
<b>1.3</b>	<b>Percurso metodológico.....</b>	<b>31</b>
1.3.1	Pressupostos teórico-metodológicos para a investigação da competência em informação de mulheres rurais.....	31
1.3.2	Caracterização da pesquisa.....	34
1.3.3	Procedimentos para coleta e análise dos dados.....	36
1.3.4	Análise de conteúdo dos dados empíricos.....	40
1.3.5	O campo empírico: as mulheres e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Santa Catarina.....	46
<b>1.3.6</b>	<b>Cuidados éticos empregados na pesquisa.....</b>	<b>51</b>
<b>1.4</b>	<b>Estrutura da tese.....</b>	<b>52</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.....</b>	<b>54</b>
<b>2.1</b>	<b>JUSTIÇA SOCIAL EM QUESTÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO.....</b>	<b>54</b>
2.1.1	Justiça social em questões de gênero na sociedade globalizada.....	54
2.1.2	Considerações sobre o processo de empoderamento de mulheres.....	60
<b>2.2</b>	<b>O MOVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: DO INSTRUMENTAL AO CONTEXTUAL.....</b>	<b>67</b>
2.2.1	Aspectos históricos e conceituais.....	67
2.2.2	Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação de pessoas adultas.....	75
2.2.3	Competência em informação e mulheres rurais.....	82

<b>2.3</b>	<b>INTER-RELAÇÕES ENTRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO SOB O FOCO DIMENSIONAL</b> .....	90
2.3.1	Dimensão técnica: acesso à informação e uso das TIC .....	96
2.3.2	Dimensão estética: autoconhecimento, autoestima e solidariedade .....	99
2.3.3	Dimensão ética: pensamento crítico e consciência.....	100
2.3.4	Dimensão política: cidadania e participação política .....	103
<b>2.3.5</b>	<b>A abordagem do empoderamento de mulheres sob o foco das dimensões da competência em informação</b> .....	<b>105</b>
<b>2.4</b>	<b>MULHERES RURAIS BRASILEIRAS: CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS, SOCIAIS, POLÍTICAS E AGRAVANTES DE VULNERABILIDADE</b> .....	108
2.4.1	Trabalho, acesso à renda e invisibilidade .....	109
2.4.2	Acesso à terra e ao território .....	114
2.4.3	Organização produtiva.....	117
2.4.4	Políticas públicas e participação política.....	121
2.4.5	Aprendizagem informal e movimentos sociais do campo.....	126
<b>3</b>	<b>DESCRIÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS EMPÍRICOS</b> .....	<b>131</b>
<b>3.1</b>	<b>Pesquisar em meio a pandemia de coronavírus: relato de condições temporais e sociais da coleta de dados</b> .....	133
<b>3.2</b>	<b>Considerações sobre a realização do pré-teste</b> .....	138
<b>3.3</b>	<b>Características gerais das participantes da pesquisa</b> .....	140
<b>3.4</b>	<b>FORMAS DE ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO (SABER E SABER FAZER)</b> .....	145
3.4.1	Fontes e recursos de acesso à informação .....	146
3.4.2	Acesso e uso das TIC.....	159
3.4.3	Avaliação e comunicação da informação .....	166
3.4.4	Capacidade analítica e interpretativa da informação .....	171

<b>3.5</b>	<b>MUDANÇAS PROFISSIONAIS, SUBJETIVAS E DE VIDA (TER E QUERER)</b> .....	174
3.5.1	Novos conhecimentos e mudanças profissionais.....	175
3.5.2	Mudanças individuais .....	179
3.5.3	Mudanças na gestão do tempo e no ambiente doméstico .....	184
3.5.4	Mudanças no cuidado com a saúde .....	189
3.5.5	Percepção de liberdade e autonomia.....	191
<b>3.6</b>	<b>ATUAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E CIDADANIA (PODER)</b> .....	195
3.6.1	Participação em atividades relacionadas ao MMC.....	195
3.6.2	Participação e pertencimento em diferentes grupos sociais .....	198
3.6.3	Reivindicação de direitos e sentimento de cidadania .....	202
<b>4</b>	<b>PRINCÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DE MULHERES RURAIS NA PERSPECTIVA DO EMPODERAMENTO</b> .....	206
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b> .....	216
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	221
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO</b> .....	248
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE</b> .....	249
	<b>APÊNDICE C - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA</b> .....	250
	<b>APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b> .....	253
	<b>APÊNDICE E – ENTREVISTAS TRANSCRITAS</b> .....	256

## **1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS, OBJETO DA TESE E METODOLOGIA**

A sociedade contemporânea distingue-se das demais pelos desafios que acompanham a acelerada introdução das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e os processos de geração, disseminação e uso da informação. Se por um lado, essas tecnologias oferecem possibilidades de desenvolvimento econômico e social, por outro, a produção, circulação e apropriação de informações ignora aspectos de bem-estar e de justiça social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2010), potencializando ou reforçando as desigualdades sociais e culturais já existentes (VICTORIANO, 2005).

Na atual fase do “capitalismo informacional” (CASTELLS, 1999), que sustenta a ideia de criação, tratamento e transmissão da informação como principal fonte de produtividade e poder, a informação é uma “diferença que produz diferenças” quando o ciclo composto por informação, comunicação e conhecimento não se completa (VICTORIANO, 2005). O acesso à informação e seu uso supõem um primeiro momento de caráter reflexivo desse ciclo. O acesso aos meios e tecnologias de comunicação supõe um segundo momento de natureza transitiva, em que a comunicação da informação se torna possível e a informação aparece como resultado e condição da multiplicação das conexões comunicativas. Um terceiro momento, contempla a produção de novos conhecimentos viabilizada por meio do uso pertinente da informação e da comunicação. Estes novos conhecimentos reabrem as buscas de informações, reiniciando-se, assim, o ciclo (VICTORIANO, 2005).

No contexto em que vivemos, o funcionamento desse ciclo é determinado pela estreita relação entre capital econômico e capital informacional e pela assimetria entre seus atores (VICTORIANO, 2005), demarcada por relações de poder. Há uma hierarquia que separa, no campo da informação, quem produz e transmite informação daqueles que são informados por ela; no campo da comunicação, entre os emissores e aqueles que só podem ser receptores; e, no campo do conhecimento, entre aqueles que o possuem, decidindo sobre suas aplicações, e aqueles que permanecem à margem deste. Assim, no sistema capitalista, a dimensão informacional tornou-se um elemento decisivo para a acumulação de capital econômico, pois, simultaneamente, a capacidade de completar o ciclo de “informação-comunicação-conhecimento-informação” tem sido cada vez mais reduzida a menos países e a menos setores sociais dentro desses países (VICTORIANO, 2005).

Para complementar, já nos anos 1990, Santos (1991) observava que a globalização havia causado transformações que desequilibraram a complexa relação entre cidadania (direitos e

deveres), subjetividade (autonomia, auto reflexividade, autorresponsabilidade, materialidade de um corpo e personalidade) e emancipação social (libertação). A constelação ideológica-cultural hegemônica do fim do século XX apontou para a reafirmação da subjetividade em detrimento da cidadania e para a reafirmação desigual de ambas em detrimento da emancipação. Essas transformações, visivelmente sentidas desde o início dos anos 1980, com a reorganização do sistema capitalista, resultaram, de acordo com Castel (1997), no aumento da vulnerabilidade<sup>1</sup> e no crescimento estrutural das desigualdades sociais.

Assim, a superação das vulnerabilidades e das desigualdades sociais, no contexto atual, requer um ambiente democrático, onde os direitos de cidadania sejam respeitados e onde os poderes sejam equilibrados. Entretanto, a tensão entre o capitalismo informacional e a globalização neoliberal assume a forma de um conflito permanente que coloca em risco essa base democrática das sociedades. Nessa organização social específica, somente as pessoas que têm acesso e capacidade de lidar com os processos de informação, comunicação e conhecimento podem intervir com solvência na vida política, cívica ou cultural (VICTORIANO, 2005).

É nesse cenário que a competência em informação ganha cada vez mais espaço e relevância social. Desde a última década do século XX, temos visto um movimento mundial crescente, principalmente no âmbito da Ciência da Informação, voltado à compreensão da ideia de competência em informação, também denominada “alfabetização do século XXI” (BELLUZZO, 2018, p. 11) e a sua introdução no modo de vida contemporâneo. Essa competência consiste, em linhas gerais, em habilidades, atitudes, condutas, conhecimentos e comportamentos que permitem aos sujeitos (individuais e coletivos) completar o ciclo de “informação-comunicação-conhecimento-informação” descrito por Victoriano (2005). Por meio da competência em informação, as pessoas munem-se de recursos para buscar, avaliar, refletir criticamente, usar e criar a informação de forma efetiva, tanto para atingir objetivos pessoais, ocupacionais e educacionais (IFLA, 2005), quanto para minimizarem as vulnerabilidades.

Paul G. Zurkowski, criador do termo *information literacy*, que deu origem ao que conhecemos hoje como competência em informação, proferiu uma palestra na *LILAC Conference*, em 2014, na qual enfatizou que as pessoas em todo o mundo precisam desenvolver

---

<sup>1</sup> A vulnerabilidade, de acordo com Cunha e Garrafa (2016), é usada para descrever a pessoa que está suscetível ao ataque físico ou emocional, ou a danos. Trata-se de um conceito com muitos significados e aplicações, contudo, é comum assimilar o conceito de vulnerabilidade à incapacidade de exercer autonomia. Na visão de Oviedo e Czeresnia (2015), ela se configura em uma dinâmica de interdependências recíprocas que exprimem valores biológicos, existenciais e sociais.

a competência em informação a fim de responderem às questões críticas da sociedade, como segurança do emprego, desafios da comunidade local e preocupações com saúde, educação, corrupção crescente, injustiça e desigualdades sociais, refletidas em muitas das democracias na atualidade (ZURKOWSKI, 2014). Nesse sentido, estabeleceu-se uma coalizão de ações em âmbito mundial, que Vitorino (2016, p. 438) descreve como “esforços em prol da competência em informação que não podem ficar somente no âmbito dos conceitos e teorias, mas no âmbito das práticas e das pessoas comuns”.

No Brasil, durante o II Seminário de Competência em Informação realizado no ano de 2013, bibliotecários, docentes e pesquisadores da área de Ciência da Informação, propuseram o documento denominado como Manifesto de Florianópolis sobre Competência em Informação, no qual aponta-se para a necessidade urgente de se reavaliar as políticas públicas voltadas às populações vulneráveis e minorias sociais, em relação às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia a fim de permitir a efetiva inclusão social. Busca-se mobilizar a sociedade Civil organizada e os Órgãos Governamentais para a sua integração às ações de democracia e exercício da cidadania (MANIFESTO DE FLORIANÓPOLIS..., 2013).

A competência em informação é um processo que pode ser desenvolvido em qualquer fase da vida por mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência física ou sofrimento mental, comunidades de lésbicas, gays, bissexuais e transgênero, imigrantes, grupos indígenas, grupos vinculados a questões raciais e religiosas, entre outros, considerados os que estão mais suscetíveis à violação dos seus direitos na sociedade (VITORINO, 2018). Para cada grupo de pessoas, entretanto, há que se buscar “uma nova ótica acerca da necessidade de acessar a informação de forma inteligente, a fim de construir conhecimento, de modo que este seja aplicável à realidade para sua melhoria contínua em favor do bem-estar” (BELLUZZO, 2018, p. 31) e da justiça social.

Considerando essas proposições, direcionamos nossos esforços para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais. Segundo dados de 2015, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 15 milhões de mulheres vivem na área rural, o que representa 47,5% da população residente no campo. Por um lado, estas mulheres contribuem para o desenvolvimento econômico e sustentável do país, tendo um importante

papel na agricultura familiar<sup>2</sup> e camponesa<sup>3</sup>. Elas são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e a comercialização de alimentos, e pelas práticas agroecológicas e de reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade, além de manejo ambiental adequado às unidades de produção familiares (BRASIL, 2019). Além disso, iniciativas de enfrentamento aos problemas ambientais gerados pela expansão do modelo de desenvolvimento, baseado em uma agricultura feita com insumos e agrotóxicos que agridem a natureza e a população, emergem das ações realizadas pelas mulheres rurais (BONI, 2012).

Por outro lado, as mulheres rurais ainda estão expostas a diversas situações sociais desiguais relacionadas ao gênero, que as colocam em vulnerabilidade social e informacional. Para uma sociedade justa e inclusiva para elas são necessárias ações individuais e coletivas, além de transformações nas relações de poder e nas estruturas sociais. Assim, nos dedicamos ao estudo da competência em informação das mulheres rurais sob a perspectiva feminista do empoderamento. Nesta perspectiva, compreendemos o empoderamento como sinônimo de emancipação<sup>4</sup> social, colocando a subjetividade e a cidadania no mesmo nível de importância.

Sob o enfoque feminista, o empoderamento se desenvolve em um contexto de mudança social e desenvolvimento político, promovendo equidade e qualidade de vida por meio de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais. Além disso, envolve práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino que desenvolvam uma consciência crítica (KLEBA; WENDAUSEN, 2009), o que vai ao encontro de um dos principais atributos do desenvolvimento da competência em informação nas dimensões: política, como instrumento de emancipação de cidadania; técnica, que se refere ao domínio dos recursos informacionais e da informação para a resolução de problemas, conflitos, lacunas, dúvidas; estética, que volta-

---

<sup>2</sup> O termo agricultura familiar, como categoria analítica, “corresponde à distinta forma de organização da produção, isto é, a princípios de gestão das relações de produção e trabalho sustentadas em relações entre membros da família, em conformidade com a dinâmica da composição social e do ciclo de vida de unidades conjugais ou de unidades de procriação familiar” (NEVES, 2012, p. 34).

<sup>3</sup> Agricultura camponesa é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação, ou seja, as unidades de produção camponesas têm como centralidade a reprodução social dos seus trabalhadores diretos, que são os próprios membros da família. Assim, apresentam uma racionalidade distinta daquela das empresas capitalistas, que se baseiam no assalariamento para a obtenção de lucro (CARVALHO; COSTA, 2012).

<sup>4</sup> Emancipação tem significado de [...] alforria, independência, liberdade, o caminhar que se inicia com a libertação. Só é emancipado aquele que suprimiu sua dependência, que alcançou o domínio sobre si mesmo e pode garantir não apenas a sobrevivência, mas suas escolhas frente aos meios de alcançar essa sobrevivência. O poder sobre si mesmo é o que outorga a emancipação, tornando a pessoa imune às forças que buscam sua sujeição. Portanto, suprimir a dependência é pré-condição para a emancipação [...] (GARRAFA, 2005, p. 129).

se para o sensível, a criação, a inovação e a autonomia; e, ética, diretamente ligada ao pensamento crítico e base fundante de todo o processo (VITORINO, 2018). Aprofundamos essas dimensões alinhando-as à ideia de empoderamento na seção 2.3 desta tese.

Dentre a população de mulheres rurais, há grupos diferenciados, cujas atividades produtivas e o relacionamento com a natureza são determinados por elementos ideológicos característicos. A auto-organização e o empoderamento dessas mulheres vem se mostrando de fundamental importância para a mudança dos paradigmas que regem as suas vidas, além de proporcionar a tomada de consciência das opressões vivenciadas no dia a dia. No Brasil, um desses grupos constitui-se no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O MMC é um movimento feminista e popular presente em vários Estados brasileiros, vinculado a Via Campesina<sup>5</sup>, cuja origem remonta a década de 1980 e que representa uma parcela significativa das mulheres trabalhadoras rurais brasileiras (MMC, 2004a).

Diversos autores (BONI, 2012, 2013; GASPARETO; MENEZES, 2013; LASSAK, 2010) apontam que o MMC, por meio de seu discurso e práticas, tem contribuído para a consciência e libertação das mulheres do campo enquanto trabalhadoras e cidadãs. Assim, desde o princípio desta pesquisa, concebemos que as mulheres rurais que participam desse movimento - autônomo, democrático, popular, feminista e de classe – possuem mais acesso à informação e um nível de empoderamento maior do que outras mulheres rurais que não participam de movimentos sociais ou que somente se integram à sindicatos de trabalhadores rurais mistos (homens e mulheres). E, portanto, a coleta de dados com esse grupo resultou em dados empíricos mais ricos para pensarmos o desenvolvimento da competência em informação das mulheres rurais como um todo. No decorrer de toda a investigação, alimentamos a esperança de que o conhecimento construído nesta tese pode contribuir, de alguma maneira, para a vida daquelas que “lutam, correndo grandes riscos, por um mundo mais justo e igualitário em que gostaríamos de viver” (CASTELLS, 2013, p. 22).

Cabe dizer que estas mulheres, mais precisamente as da região Oeste de Santa Catarina, em meados dos anos 2000, se autodenominaram “camponesas” a partir do momento que o grupo passou a fazer parte da Via Campesina (BONI, 2012). A ressignificação do conceito pelo MMC “serviu para que se conseguisse abranger a diversidade de participantes, já existentes ou

---

<sup>5</sup> A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, mulheres e jovens rurais, indígenas e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Construída sobre um sentido de unidade e solidariedade entre esses grupos, defende a agricultura camponesa para a soberania alimentar como forma de promover a justiça e a dignidade social e se opõe fortemente à agricultura corporativa que destrói as relações sociais e a natureza (LA VIA CAMPESINA, 2019).

potenciais, dentro do movimento” (BONI, 2013, p. 72). Além disso, o conceito de camponesas tem um sentido de resistência contra o modelo hegemônico do agronegócio<sup>6</sup> adotado pelo Brasil em termos de desenvolvimento econômico e agrícola (BONI; BOSETTI, 2017). Em meio a estas mudanças, antigas denominações utilizadas, como “agricultoras” e “trabalhadoras rurais”, foram substituídas por “camponesas”.

Esclarecemos que, nesta pesquisa, falamos em “mulheres rurais” por ser este o termo empregado nos estudos internacionais que já existem no âmbito da área de Ciência da Informação, mas, ao nos dirigirmos às participantes da pesquisa, utilizamos o termo “camponesas”, pois compreendemos que se trata de uma denominação política de fundamental importância.

O fio condutor da pesquisa é, portanto, o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação que nos permite perceber a competência em informação enquanto uma “metacompetência” que se dá e se desenvolve na Sociedade do Conhecimento sob o foco “multidimensional”, ou seja, por um repertório de conteúdos, comportamentos, habilidades e atitudes relacionados (VITORINO, 2016), e que, associada ao empoderamento, consiste em um processo que pode minimizar os efeitos perversos do capitalismo informacional, os riscos e danos aos quais as mulheres estão sujeitas no que se refere ao não acesso e/ou ao uso inapropriado da informação (VITORINO, 2018).

Assim, a presente tese se justifica na medida em que visa contribuir à Ciência da Informação com uma abordagem teórico-metodológica sobre a importância da competência em informação para o processo de empoderamento das mulheres rurais que advém da intersecção de conhecimentos de diferentes áreas, que tem como alicerce as dimensões técnica, estética ética e política, propostas por Vitorino e Piantola (2021), e que considera questões sociais *in loco*. Essa contribuição é especialmente relevante à três lacunas em específico:

---

<sup>6</sup> O termo *agronegócio* guarda correspondência com a noção de *agribusiness*, cunhada pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, no âmbito da área de administração e *marketing*. O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. Para os introdutores do termo, tratava-se de criar uma proposta de análise sistêmica que superasse os limites da abordagem setorial então predominante. No Brasil, o vocábulo *agribusiness* foi traduzido inicialmente pelas expressões *agroindústria* e *complexo agroindustrial*, que buscavam ressaltar a novidade do processo de modernização e industrialização da agricultura, que se intensificou nos anos 1970. Desde os anos 1990, o termo *agribusiness* começou a ganhar espaço, mas, já no início dos anos 2000, a palavra *agronegócio* foi se generalizando, tanto na linguagem acadêmica quanto na jornalística, política e no senso comum, para referir-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 81).

- a) à expansão dos limites atuais dos estudos sobre competência em informação, uma vez que extrapola o comum contexto universitário sobre o qual se desenvolveram, até o momento, grande parte das pesquisas sobre o tema;
- b) à existência de poucos estudos nacionais e internacionais que se aproximam ou que têm alguma relação com a abordagem teórica aqui proposta, bem como que envolvam mulheres rurais, conforme constatamos por meio de levantamentos bibliográficos realizado nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e nas bases de dados *Library and Information Science Abstracts* (LISA), *Web of Science* (WoS) e Scopus; e,
- c) à inexistência de princípios norteadores para o desenvolvimento de estratégias, ações sistematizadas e programas para formar mulheres rurais competentes em informação sob a perspectiva do empoderamento.

Princípios são oportunos pois, conforme observa Cuevas-Cerveró (2017), atender às necessidades básicas de alfabetização das pessoas é uma tarefa complexa diante dos níveis educacionais cada vez mais altos exigidos pela sociedade moderna, como a transformação do próprio processo de alfabetização que hoje deve incluir as dimensões relacionadas à tecnologia, informação e comunicação. Quando se trata de desenvolver essa tarefa em setores mais vulneráveis da população, o desafio para criar uma metodologia de trabalho que permita a integração social desses setores é ainda maior.

Nesse sentido, os princípios são propostos para subsidiar a elaboração de estratégias, ações e programas desenvolvidos por profissionais da informação, especialmente, bibliotecários vinculados a bibliotecas públicas municipais, estaduais, comunitárias e bibliotecas de Institutos Federais situadas em áreas rurais do Brasil, bem como demais educadores vinculados a essas instituições.

Sob esse prisma, a pesquisa também se justifica por sua relevância social no combate à desigualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Seu objetivo vincula-se ao papel social da área de Ciência da Informação, definida como uma ciência social (ARAÚJO, 2003; LE COADIC, 2004; SARACEVIC, 1996), que se preocupa em “esclarecer um problema social concreto, o da informação” (LE COADIC, 2004, p. 19). Além disso, Passos e Blattmann (2018) destacam o papel da Ciência da Informação como mediadora de processos informacionais referentes às questões de gênero e das mulheres. Estas autoras observam que “a interação da sociedade com pautas de gênero é almejada em todas as esferas governamentais visando

propósitos políticos de igualdade” (PASSOS; BLATTMANN, 2018, p. 50). Desta forma, os atos militantes, as políticas públicas, os programas sociais, a informação e a Ciência da Informação, como facilitadora do processo de disseminação da informação, são conjunturas fundamentais para a conquista de espaços e para a igualdade em todas as esferas pelas mulheres (PASSOS; BLATTMANN, 2018).

Nesse âmbito, o objetivo desta pesquisa também se vincula ao papel social do trabalho dos profissionais da informação. Esse papel volta-se à promoção do desenvolvimento das pessoas na sociedade e é entendido, de forma geral, como um acréscimo de bem-estar, alcançado por meio da informação (BARRETO, 2012). Enquanto ciência social, a responsabilidade da área e dos profissionais relaciona-se com assegurar que aquelas pessoas que necessitam de conhecimento possam recebê-lo, independentemente de tê-lo procurado (WERSIG; NEVELING, 1975).

A partir da apresentação dos aspectos introdutórios desta pesquisa e do entendimento preliminar dos principais conceitos – competência em informação e empoderamento – que nortearão a pesquisa, bem como da população a ser estudada – as mulheres rurais – abordaremos, a seguir, a problemática e os objetivos da pesquisa.

### 1.1 Delimitação do problema e apresentação da questão de pesquisa

De forma geral, as mulheres foram e ainda são significativamente excluídas dos espaços de participação e decisão, conforme estudos expressivos de autores como Saffiotti (1993, 1976, 2014), Scott (1995), Mill (2006) e Conceição (2009), que tratam sobre as desigualdades existentes entre mulheres e homens no que concerne à suas atividades, à ocupação destes indivíduos nos diferentes espaços, à remuneração atribuída ao trabalho feminino e ao masculino, entre outros enfoques.

A vida das mulheres rurais, em toda a América Latina, conforme descrevem Nobre et al. (2017), é marcada pela sobrecarga de trabalho devido à divisão sexual do trabalho<sup>7</sup>, pela invisibilidade do trabalho que realizam no campo reprodutivo, produtivo e de cuidado, pelo

---

<sup>7</sup> A divisão sexual do trabalho é, de acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 599) “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente” e ainda é um obstáculo para a igualdade de gênero, uma vez que as mulheres são tidas como responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Isso impacta sua vida cotidiana, porque é sobre elas que recaem as tarefas domésticas e de cuidados familiares. A divisão sexual do trabalho influencia também no acesso e nas oportunidades de ascensão profissional (FONTOURA; ARAÚJO, 2016).

baixo acesso aos meios de produção como terra, água, sementes, insumos, pela pouca participação política, pela falta de autonomia econômica e tomada de decisão que vem, historicamente, com o patriarcalismo, pelo baixo nível de cobertura nos sistemas de proteção social, dentre outros fatores que as colocam em situação de vulnerabilidade.

Uma situação de vulnerabilidade “restringe as capacidades relacionais de afirmação no mundo, incluídas as formas de agência social, gerando fragilização” (OVIEDO; CZERESNIA, 2015, p. 246). No plano social, ela leva a existência de relações que limitam a capacidade de atuação das pessoas e que tiram ou negam os suportes institucionais de segurança social, ou seja, o exercício efetivo de direitos (OVIEDO; CZERESNIA, 2015).

Nessa perspectiva, entendemos que a vulnerabilidade social das mulheres rurais se dá sob vários aspectos relacionados à condição de vida no meio rural e às desigualdades de diversos tipos, sobretudo, as gênero. De acordo com Beckett (2006 apud FAWCETT, 2009), todas as pessoas são vulneráveis em alguma fase ou situação da vida. Isto significa que a maioria das pessoas são potencialmente vulneráveis em relação a uma vasta gama de fatores de risco, bem como em novas formas de exclusão social.

No Brasil, por meio de lutas organizadas e um governo que, no período de 2003 a 2016, foi mais permeável às reivindicações da classe, as mulheres rurais protagonizaram, alguns avanços importantes relativos à conquista de direitos, melhoria da renda, políticas públicas de acesso ao crédito etc., que contribuem para minimizar a vulnerabilidade a qual elas estão expostas. Entretanto, esses avanços não foram suficientes para eliminar as desigualdades sociais, de gênero e de classe que as colocam constantemente em vulnerabilidade. Os efeitos dos avanços não se reproduzem na mesma escala de desigualdades sociais no Brasil. Isso denota a continuidade de uma estrutura ampla dos mecanismos de reprodução das desigualdades associada às questões históricas, sociais, culturais e políticas da formação da sociedade brasileira.

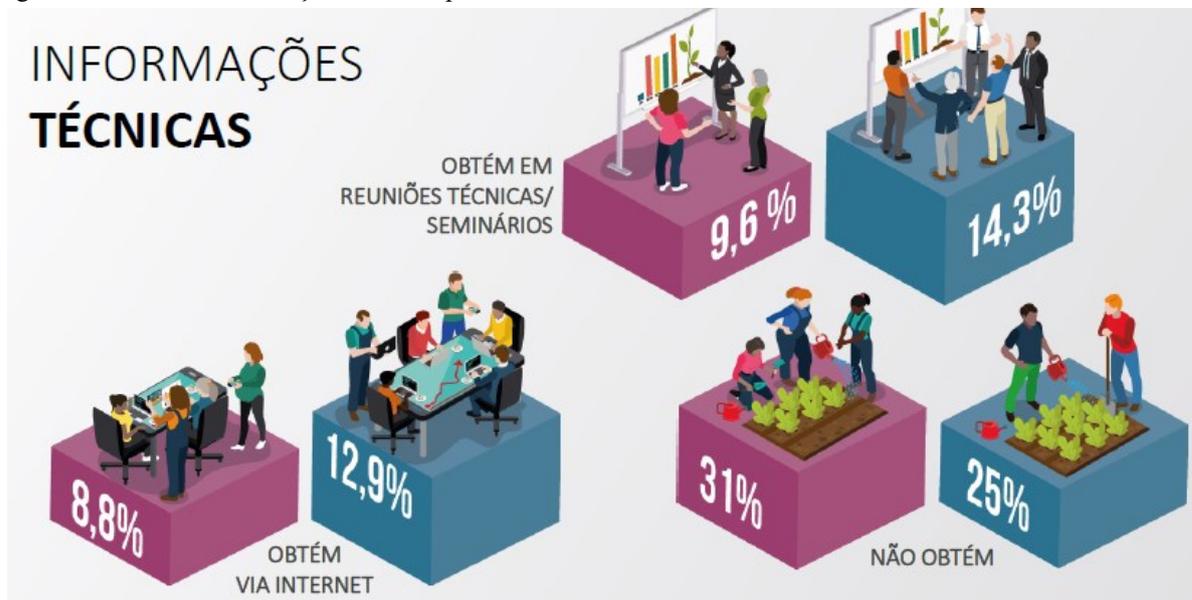
As desigualdades agravam a exclusão social existente em diversos contextos socioculturais e marginalizam ainda mais as mulheres rurais quanto aos seus direitos à saúde, à educação, ao emprego, à segurança e à participação política (FAO, 2014). Elas também contribuem para excluir as mulheres rurais da chamada “sociedade do conhecimento”, que, em tese, caracteriza-se pelo uso da informação como um bem público, pela comunicação como um processo participativo e interativo, pelo conhecimento como uma construção social compartilhada e pelas tecnologias como um suporte para tudo isso (BURCH, 2005).

Dados da *International Telecommunication Union* (ITU) mostram que a população rural tem os níveis mais baixos de acesso às TIC e, na maioria das vezes, permanecem em segundo plano nas políticas públicas de acesso às tecnologias. Em se tratando especificamente das mulheres rurais, os dados revelam que elas são atualmente (e sempre foram) as “últimas na fila” em termos de uso de TIC. Isso se dá em função de restrições materiais, sociais e culturais à adoção das TIC, bem como por fatores ambientais (ISENBERG, 2019).

Na visão de Castaño Collado (2008), por questões econômicas e sociais, as inovações tecnológicas não se espalham regularmente pelo mundo e entre as pessoas. E, mesmo quando as pessoas detêm o acesso as tecnologias, podem não se tornar usuárias e, menos ainda, usuárias com habilidades avançadas.

No Brasil, dados do Censo Agropecuário 2017, expostos na Figura 1, demonstram, por exemplo, que as mulheres rurais têm menos acesso às informações técnicas por meio de reuniões/seminários e Internet do que homens e o percentual de mulheres (31%) que não tem acesso nenhum a este tipo de informação é maior do que o percentual de homens (25%) (IBGE, 2020).

Figura 1 – Acesso a informações técnicas por mulheres e homens rurais



Fonte: IBGE (2020, p. 115?).

Entretanto, geralmente, a barreira mais difícil de ultrapassar não é a do acesso às TIC (infraestruturas; difusão de artefatos) e à informação, ainda que este seja fundamental, mas a do uso (CASTAÑO COLLADO, 2008), uma vez que as populações vulneráveis são as menos

passíveis de usufruírem de oportunidades de aprendizagem em função de fatores, econômicos, sociais e culturais.

O ato de buscar informações é um processo natural da espécie humana. Qualquer ação realizada por um ser humano é fruto da obtenção de uma informação ou de um conjunto de informações organizadas para alcançar um determinado objetivo. Entretanto, a pessoa privada de conhecimento teórico e prático pode saber o local onde se encontra a informação, porém terá grandes dificuldades de compreensão, podendo desistir no meio do processo, sendo desta forma, excluída da sociedade do conhecimento (LECARDELLI; PRADO, 2006).

Isso se traduz no que Vitorino (2018, p. 82) define como vulnerabilidade em informação:

danos causados às pessoas por excesso de exposição à informação ou falta de acesso à informação e as tensões associadas a esse fenômeno na sociedade, devido à ausência de resiliência no que concerne ao desenvolvimento das dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação.

A falta de habilidades informacionais e comunicacionais para completar o ciclo informacional descrito por Victoriano (2005) ameaça o direito de participação e cidadania das mulheres rurais, bem como, “prejudica consideravelmente a realização de inúmeras práticas sociais, provoca o aumento da distância entre as classes e alarga a base da pirâmide social, tornando ainda mais difícil a tentativa de democratizar a informação” (LECARDELLI; PRADO, 2006, p. 24). Isso também pode levar as mulheres rurais a serem silenciadas tanto nas relações familiares quanto na vida pública.

Do ponto de vista social, se uma parte das mulheres não adota e/ou não conseguem usar as tecnologias e a informação, consideradas como recursos que, em princípio, contribuem para o desenvolvimento da democracia e para o aumento de oportunidades ao permitirem o contato com serviços de utilidade pública, como agências governamentais, postos de empregos, serviços comerciais e educacionais (SILVA; OLINTO, 2015), isso gera desigualdades econômicas e sociais, bem como, reforça as já existentes (VICTORIANO, 2005, CASTAÑO COLLADO, 2008). Em outras palavras, trata-se de uma via de mão dupla: as desigualdades sociais, econômicas e de gênero agravam a exclusão digital e informacional que, por sua vez, reforçam as desigualdades já existentes.

As desigualdades no acesso à informação impulsionaram, nos últimos anos, no âmbito da área de Ciência da Informação, o surgimento de diálogos que aproximam a ideia de competência em informação ao empoderamento das pessoas. De acordo com Weiner (2012), há um consenso crescente entre pesquisadores e organizações mundiais de que a competência

em informação e seus afins - alfabetização digital e mídia, pensamento crítico, aprendizagem ao longo da vida etc. -, são essenciais para o empoderamento em todos os seus níveis.

Na visão do *Information Literacy Group* (ILG), “a competência em informação é empoderadora e supõe uma contribuição fundamental às sociedades democráticas, inclusivas e participativas” (CILIP, 2020, p. 2, tradução nossa). Da mesma forma, a UNESCO (2017) sustenta que o empoderamento das pessoas por meio da competência em informação é um dos requisitos mais importantes para fomentar o acesso equitativo à informação e ao conhecimento e para promover meios e sistemas de comunicação livres, independentes e pluralistas.

Isso nos faz acreditar que sob a perspectiva feminista do empoderamento, cuja temática é aprofundada na seção 2.1.2, a competência em informação pode contribuir para mudar a situação de vulnerabilidade das mulheres rurais, bem como, impulsionar mudanças nas estruturas sociais, uma vez que o conhecimento, que resulta da apropriação da informação, favorece o pensamento crítico e a condição de agentes da mudança, tanto na esfera da vida cotidiana quanto na esfera social.

Sob esse viés, a problemática central da pesquisa emerge a partir da seguinte indagação: quais habilidades, atitudes e/ou comportamentos informacionais, inerentes à competência em informação, contribuem ao empoderamento das mulheres rurais numa perspectiva transformadora da realidade social e sob quais condições essenciais isso ocorre?

## 1.2 Objetivos da pesquisa

A partir do questionamento apresentado anteriormente, esta pesquisa tem como objetivo geral estabelecer princípios para o desenvolvimento da competência em informação das mulheres rurais sob a perspectiva feminista do empoderamento. O alcance deste propósito está condicionado aos seguintes objetivos específicos:

- a) descrever o movimento da competência em informação alinhando-o ao sentido de empoderamento, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política;
- b) apresentar as características históricas, econômicas e sociais das mulheres rurais brasileiras, com base na literatura e em dados estatísticos;
- c) revelar por meio das falas das participantes da pesquisa, aspectos relacionados ao desenvolvimento da competência em informação e ao empoderamento.

A seguir, apresentamos o percurso metodológico escolhido para alcançar os objetivos da pesquisa.

### 1.3 Percurso metodológico

A partir daqui, apresentamos a metodologia da pesquisa, entendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2016, p. 14).

#### 1.3.1 Pressupostos teórico-metodológicos para a investigação da competência em informação de mulheres rurais

O objeto de estudo desta pesquisa é investigado a partir de duas perspectivas principais: a da informação social ou epistemologia social da área de Ciência da Informação, vertente de estudos que tem como eixo central a dimensão sociocultural e histórica do objeto informacional; e, a do campo dos estudos de gênero, no âmbito dos estudos feministas ou crítica feminista da ciência.

A noção de informação social tem como marco os estudos dos bibliotecários e pesquisadores americanos Margaret Egan e Jesse Shera, que, a partir da década de 1950, defenderam para a área uma “epistemologia social” do objeto informacional, buscando ultrapassar as perspectivas dos paradigmas físico e cognitivo (CAPURRO, 2003). Contudo, foi na década de 1970, após a Ciência da Informação ter buscado se sustentar cientificamente a partir dos modelos positivista e funcionalista, que a informação começou a ser localizada em seus matizes históricos, econômicos, culturais, tecnológicos, sociais e políticos, inaugurando-se uma discussão efetiva sobre a sua especificidade como ciência social sob o referencial teórico marxista (ARAÚJO, 2013).

Já nesse período, evidenciava-se a importância da informação para as pessoas e para a sociedade:

[...] a necessidade de informação orienta o indivíduo, assim também orienta sociedades. É a base do comportamento coletivo, tanto quanto do comportamento individual. Assim como o cérebro se deteriora quando privado de informação, assim também a sociedade, se se quer evitar-lhe a decadência, deve fazer constante provisão para a aquisição e assimilação de novas informações. Mas para ser transmitido dentro de um grupo e absorvido por qualquer grupo, o que é conhecido por cada um dos membros deve ser comunicado e comunicável (SHERA, 1977, p. 10).

Essa discussão tem como pressuposto que “a realidade está permanentemente em movimento e em construção, e que todo processo de conhecimento é apenas uma possibilidade, dentre outras, de aproximação da verdade” (CARDOSO, 1994, p. 111). Assim, para apreender o objeto da Ciência da Informação, é preciso considerar: a) a historicidade dos sujeitos

cognoscentes e dos objetos cognoscíveis, que os aloca em uma relação culturalmente determinada, em uma interação de produção de sentidos; b) a totalidade dos fenômenos sociais, que vislumbra a sociedade como estrutura orgânica em que o conjunto confere sentido ao fragmento, sendo necessário, portanto, a contextualização da informação em um todo estruturado maior para que não se produza uma visão fragmentada acerca da mesma; e, c) a tensionalidade, elemento permanente e determinante das relações sociais por grupos, segmentos e classes que disputam a hegemonia no campo da cultura (CARDOSO, 1994).

É importante ressaltar que essa discussão se desenvolveu em consonância com o cenário brasileiro do período, marcado pela presença crescente de movimentos sociais organizados. Esses movimentos colocavam desafios interpretativos à teoria sociopolítica e convocavam os agentes, que desenvolviam a reflexão sobre este acontecimento, à participação (CARDOSO, 1994), o que provocou mudanças no ambiente acadêmico. A partir disso, Araújo (2003) menciona o surgimento de diversos estudos na dimensão social da informação, relacionados à cidadania, ação cultural, exclusão informacional, informação rural, dilemas da sociedade da informação, da revolução tecnológica e da globalização.

A aproximação da Ciência da Informação aos enfoques micros sociológicos e interpretativos, permitiu “uma compreensão da informação não como um dado, uma coisa que teria um significado e uma importância *per se*, mas como um processo” (ARAÚJO, 2003, p. 25), ou seja,

[...] algo construído, essencialmente histórico e cultural, que só pode ser apreendido na perspectiva dos sujeitos que a produzem, a disseminam e a utilizam. A informação deixa de ser apreendida como um objeto físico, com a mesma natureza de uma cadeira, uma pedra, um elemento químico, e passa a ser entendida como um fenômeno humano (portanto, cultural e histórico) tal como o poder [...] (ARAÚJO, 2009, p. 203).

A epistemologia social, na visão de Marteleto, Nóbrega e Morado (2013), também reorientou a compreensão de usuário para a de “sujeito informacional”, ou seja, ator que constrói suas representações, seu conhecimento e engendra métodos de ação apoiados nos processos informacionais que envolvem elaboração, apropriação, transformação e mediação, perspectiva que nos permite pensarmos o objeto desta pesquisa.

Imbuída dessa lógica, esta pesquisa se introduz também no campo dos estudos de feministas. Destacamos que, “a partir da segunda metade do século XX, o feminismo consolidou-se como referência de mudança social. As feministas se posicionaram nos mais diversos contextos sociais, desde os espaços de denúncia até os acadêmicos” (CASTAÑEDA SALGADO, 2019, p. 19, tradução nossa).

Nesse sentido, esclarecemos que o feminismo, enquanto prática social, pode ser compreendido, nas palavras de Garcia (2015, p. 13), como

[...] a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desta ideia, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social emancipatório.

Já no âmbito acadêmico, ao qual posicionamos este estudo, o feminismo se estabelece como um campo especializado em que se produz conhecimento empírico e teoria. Trata-se de compreender, caracterizar e conceituar a situação das mulheres e, a partir da geração de conhecimentos sólidos, elaborar propostas para transformação das condições que sustentam as desigualdades sociais (CASTAÑEDA SALGADO, 2019).

Sob esse viés, a teoria feminista, com base na explicação de Graf (2012), considera que o gênero, em interação com muitas outras categorias como raça, etnia, classe, idade e preferência sexual, é um organizador-chave da vida social, mas, para além de entender como funciona e como se organiza a vida social, é preciso também ação para tornar esse mundo social igualitário.

Ressaltamos que os estudos de gênero e feministas foram marcados pelas ressonâncias das lutas por redistribuição, justiça e direitos políticos e sociais e/ou por lutas pelo reconhecimento e/ou identitárias, que acompanham historicamente as denominadas grandes ondas do feminismo, que são: a universalista, humanista ou das lutas igualitárias pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais que, em termos gerais, corresponde aos séculos XVIII e XIX; a diferencialista e/ou essencialista, das lutas pela afirmação das diferenças e da identidade, resultado da discussão iniciada no final do século XX e; a denominada de pós-moderna, derivada do desconstrucionismo, que deu apoio às teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nômades, iniciada no século XXI (SCAVONE, 2008). Essas fases “buscaram compreender os problemas que constituem as relações de gênero na sociedade, trazendo-os para o debate e a reflexão política e social mais amplos” (SCAVONE, 2008, p. 176).

Enfatizamos ainda que, além de ser uma teoria política e uma prática social, o discurso, a reflexão e a prática feminista carregam uma ética e uma forma de estar no mundo. A tomada de consciência feminista transforma a vida de cada uma das mulheres que dela se aproximam, uma vez que, a consciência da discriminação supõe uma postura crítica diferente diante dos fatos. Nisso consiste sua capacidade emancipatória, segundo explica Garcia (2015).

A noção de emancipação “inclui a construção de novas condições de vida, de relações de respeito com o meio ambiente e com os demais seres que povoam o mundo” (CASTAÑEDA SALGADO, 2019, p. 33, tradução nossa). Essa explicação nos permite compreender o motivo pelo qual “a transformação das condições sexuais e de gênero andam de mãos dadas com a transformação do modelo econômico, das formas de fazer política e das coordenadas de organização social” (CASTAÑEDA SALGADO, 2019, p. 33, tradução nossa).

Dito isto, a presente pesquisa posiciona a categoria gênero na investigação social da Ciência da Informação e segue o processo de conhecer aspectos relacionados ao uso da informação pelas mulheres rurais consideradas agentes da ação e transformação, para então, propor princípios para o desenvolvimento da competência em informação desse grupo. Dessa forma, buscamos neste estudo “ultrapassar o patamar da denúncia” (SCAVONE, 2008, p. 174) do problema e de neutralidade da investigação, apontando caminhos para uma transformação da realidade social.

Nesse sentido, não podemos pensar a competência em informação das mulheres rurais apenas como uma necessidade individual de lidar com a grande quantidade de informações disponíveis, nem pensar sob a perspectiva do Estado, em como ter pessoas competentes em informação traria benefícios e vantagens competitivas para o desenvolvimento de uma comunidade ou de um país, por exemplo, desconsiderando os problemas da estrutura social que inferiorizam e oprimem as mulheres. A abordagem precisa ser holística, contextual e considerar a existência de elos visíveis e invisíveis entre mulheres e entre outros atores sociais, o fenômeno informacional e a estrutura da sociedade, por mais que essa tarefa seja complexa. “Não se compreende uma melodia examinando-se cada uma das notas separadamente”, conforme destaca Elias (1994, p. 25) ao evidenciar a perspectiva de teias de interdependência. Esses elos, ou relações sociais, são, portanto, indissociavelmente complementares.

A seguir, apresentamos as principais características da pesquisa.

### 1.3.2 Caracterização da pesquisa

A pesquisa aqui empreendida, sob o ponto de vista da abordagem do problema, se caracteriza como qualitativa. De acordo com Minayo (2016), este tipo de pesquisa responde a questões muito particulares, ocupando-se, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, que são um conjunto de fenômenos humanos entendidos como parte da realidade social. O ser humano se

distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes.

Assim, a condução de pesquisa qualitativa, de acordo com Creswell (2014), é adequada quando há um problema ou questão que precisa ser explorado, a partir da necessidade de estudar um grupo ou população, identificar variáveis que não podem ser medidas facilmente ou escutar vozes silenciadas. Outra razão para conduzir este tipo de pesquisa refere-se à necessidade de uma compreensão complexa e detalhada da questão, que só pode ser estabelecida falando-se diretamente com as pessoas. Dessa forma, a pesquisa qualitativa permite que pessoas compartilhem suas histórias, minimizando as relações de poder que frequentemente existem entre uma pesquisadora e os participantes.

Sob este ângulo, a coleta de dados ocorre em um contexto natural sensível às pessoas e aos lugares de estudo. A análise dos dados pode ser tanto indutiva quanto dedutiva. O relatório final da pesquisa inclui as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição da interpretação do problema e a contribuição do estudo, ou chamado à mudança (CRESWELL, 2014).

Do ponto de vista de seus objetivos, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, já que há uma exiguidade de estudos sobre a competência em informação das mulheres rurais, e descritiva. Na visão de Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2013), a pesquisa exploratória serve para nos familiarizarmos com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informação sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa mais completa relacionada com um contexto particular, pesquisar novos problemas, identificar conceitos ou variáveis promissoras, estabelecer prioridades para pesquisas futuras ou sugerir afirmações e postulados. Assim, os estudos exploratórios poucas vezes são um fim em si mesmo. Já a pesquisa descritiva busca especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e de levantamento. Na pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, levanta-se o conhecimento disponível na área, identificando teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar na compreensão do problema objeto da investigação (KÖCHE, 2008). A pesquisa do tipo levantamento “busca informação diretamente com um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter” (SANTOS, 2000, p. 28).

Dada as características da pesquisa, a seguir discorreremos sobre os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados.

### 1.3.3 Procedimentos para coleta e análise dos dados

Os procedimentos metodológicos da pesquisa referem-se “as atividades práticas necessárias para a aquisição dos dados com os quais se desenvolverão os raciocínios (previstos nos objetivos específicos), que resultam em cada parte do trabalho final (SANTOS, 2000, p. 66). Neste interim, apresentamos, no Quadro 1, os procedimentos utilizados nesta pesquisa para coleta e análise dos dados.

Quadro 1 – Objetivos, coleta de dados e métodos de análise

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Coleta de dados</b>	<b>Método de análise</b>
<b>a) descrever o movimento da competência em informação alinhando-o ao sentido de empoderamento, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política</b>	Pesquisa bibliográfica em fontes de informação nacionais e internacionais	Revisão de literatura
<b>b) apresentar as características históricas, econômicas e sociais das mulheres rurais brasileiras, com base na literatura</b>	Pesquisa bibliográfica em fontes de informação nacionais	Revisão de literatura
<b>c) revelar, por meio das falas das participantes da pesquisa, aspectos relacionados ao desenvolvimento da competência em informação e ao empoderamento</b>	Entrevista em profundidade realizada diretamente com mulheres rurais	Análise de conteúdo de Bardin (2016) Modelo INFORMENTO

Fonte: da autora.

A seguir, descrevemos e explicamos como cada um desses procedimentos foi realizado.

#### 1.3.3.1 Levantamento bibliográfico

Para **descrever o movimento da competência em informação alinhando-o ao sentido de empoderamento, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política**, e para **apresentar as características históricas, econômicas e sociais das mulheres rurais brasileiras**, que consistem, respectivamente, nos objetivos “a” e “b” da tese, realizamos um levantamento bibliográfico em fontes secundárias. Foram recuperados relatórios produzidos em âmbito internacional e nacional, livros que tratam de competência em informação e demais assuntos relacionados à pesquisa, bem como, artigos científicos.

Por tratar-se de uma pesquisa cujo objeto de pesquisa transcende o campo de estudos da Ciência da Informação, considerada uma ciência social aplicada interdisciplinar, buscamos sustentação conceitual e teórica também nas áreas de Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Filosofia, Educação e Ciências Agrárias.

A recuperação de livros se deu, principalmente, por meio dos catálogos online das bibliotecas universitárias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Complutense de Madrid (UCM), durante o período de “doutorado sanduíche”<sup>8</sup>. Já os artigos científicos, foram recuperados de bases de dados especializadas em Ciência da Informação, como a BRAPCI e a LISA, bem como, de bases de conhecimento multidisciplinar que indexam periódicos de diversas áreas, como a WoS e a *Scopus*. O acesso às bases internacionais se deu via Portal da Capes.

Destacamos ainda, neste sentido, que a WoS incorpora a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), base com diversidade de artigos publicados tanto no Brasil como em outros países da América Latina. E, a Scopus contém a *Science Direct*, base de dados que indexa, dentre outras áreas, periódicos da área de Ciências Sociais e Humanas.

No Quadro 2, apresentamos as principais palavras-chave, em português, inglês e espanhol, utilizadas em estratégias de busca, com o uso de booleanos, para recuperar os artigos nas bases de dados e nos catálogos das bibliotecas universitárias.

Quadro 2 – Palavras-chave principais da pesquisa em português, inglês e espanhol

<b>Termos em português</b>	<b>Termos em inglês</b>	<b>Termos em espanhol</b>
competência em informação alfabetização informacional aprendizagem ao longo da vida	<i>information literacy information competencies information skills informed learning information fluency lifelong learning formation literacy education</i>	<i>alfabetización informacional competencias en información habilidades informacionales destrezas informacionales aprendizaje permanente</i>
mulheres rurais mulheres camponesas mulheres agricultoras	<i>women farmers peasant women rural women country women</i>	<i>mujeres rurales mujeres campesinas mujeres agricultoras</i>
empoderamento empoderamento feminino emancipação social	<i>empowerment social emancipation women's empowerment</i>	<i>empoderamiento empoderamiento femenino emancipación social</i>
Vulnerabilidade	<i>vulnerability</i>	<i>vulnerabilidad</i>

Fonte: da autora.

<sup>8</sup> Doutorado sanduíche realizado no período de março a agosto de 2021 na Universidade Complutense de Madrid, sob tutela da professora dra. Aurora Cuevas-Cerveró, com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

No levantamento bibliográfico de artigos científicos realizado nas bases de dados inserimos um recorte temporal que compreende o período de 2000 até a atualidade de modo a recuperar os mais recentes. Este recorte, contudo, não foi aplicado na recuperação de artigos sobre competência em informação e mulheres rurais, já que a busca, sem o filtro, resultou em uma baixa quantidade de artigos. A revisão de literatura, realizada de forma tradicional, forneceu o embasamento teórico e conceitual da tese.

A seguir, apresentamos como se deu a coleta dos dados empíricos e as características do instrumento utilizado.

### 1.3.3.2 Entrevistas em profundidade

O trabalho de campo é uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essa novidade claramente. São as perguntas que fazemos para a realidade, a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa que nos fornecerão a grade ou a perspectiva de compreensão (MINAYO, 2016).

A coleta dos dados empíricos foi realizada com a finalidade de responder ao objetivo “c” da pesquisa, que consiste em **revelar, por meio das falas das participantes da pesquisa, aspectos relacionados ao desenvolvimento da competência em informação e ao empoderamento**. Para esta coleta utilizamos a técnica de entrevista em profundidade com perguntas do tipo semiabertas.

Este tipo de instrumento de coleta de dados pode nos fornecer dados de duas naturezas: a) os primeiros dizem respeito a fatos que a pesquisadora poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos e outros; b) os segundos – que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações construídas no diálogo com a pessoa entrevistada e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. Esses últimos dados, subjetivos, constituem uma representação da realidade: ideias; crenças; maneira de pensar; opiniões; sentimentos; maneiras de atuar; condutas; atitudes e comportamentos (MINAYO, 2016).

Nesta perspectiva, a entrevista qualitativa em profundidade, conforme Duarte (2005), explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas

respostas, não-quantificação ou representação estatística. Trata-se, portanto, de uma técnica dinâmica e flexível, útil para apreensão de uma realidade, tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido. É uma pseudoconversa realizada a partir de um quadro conceitual previamente caracterizado.

No roteiro de entrevista, Creswell (2010) indica que se inclua os seguintes componentes: um cabeçalho (com data, local, nome do entrevistado); instruções a serem seguidas pelo entrevistador; as questões (geralmente uma questão para quebrar o gelo no início, seguida de quatro a cinco perguntas que são com frequência as subseções em um plano de pesquisa qualitativa, seguidas de alguma declaração conclusiva); sondagens das questões para o acompanhamento e para pedir as entrevistadas que expliquem suas ideias mais detalhadamente; espaço entre as perguntas para anotações; e, um agradecimento final para reconhecer o tempo que o entrevistado gastou durante a entrevista. De acordo com Duarte (2005), o roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferências entre elas ou redundâncias.

Seguindo essas recomendações, elaboramos o roteiro da entrevista e, antes de coletarmos os dados, realizamos duas entrevistas que serviram de pré-teste, com a finalidade de observar dificuldades na aplicação da técnica e adaptar o roteiro, cuja versão utilizada nesta pesquisa está disponível no Apêndice B.

Foram realizadas 10 entrevistas com mulheres rurais nos meses de setembro e outubro de 2021. Num primeiro momento, pretendíamos realizá-las na casa das participantes, o que nos possibilitaria uma experiência mais rica. Contudo, em função da pandemia do coronavírus, a coleta de dados ocorreu de forma online, sendo a maioria delas realizada por meio da versão gratuita do programa Zoom Meetings<sup>9</sup>. Optamos por apresentar detalhes dessa experiência na seção 3.1 desta tese.

Durante as entrevistas, buscamos seguir as orientações de Duarte (2005). Ou seja, fazíamos a primeira pergunta e explorávamos ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passávamos para a segunda pergunta. Cada questão foi aprofundada a partir da resposta da entrevistada, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas. A entrevista foi conduzida, em grande medida, pela entrevistada, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro criado.

---

<sup>9</sup> Zoom Meetings é um programa de software de videoconferência e troca de mensagens instantâneas desenvolvido pela Zoom Video Communications. O plano gratuito, utilizado nesta pesquisa, permite a participação de até duas pessoas simultaneamente por 24 horas (ZOOM VIDEO COMMUNICATIONS, c2021).

Antes da realização das entrevistas, solicitamos que as participantes respondessem a um questionário de caracterização a fim de obtermos dados sociodemográficos. Este questionário está disponível no Apêndice A. Com base nesses dados, elaboramos o perfil das participantes apresentado na seção 3.3.

Na seção seguinte, discorreremos sobre a técnica utilizada para a análise dos dados coletados com as mulheres rurais.

#### 1.3.4 Análise de conteúdo dos dados empíricos

Para a análise do *corpus* empírico desta pesquisa utilizamos a técnica de análise de conteúdo da Bardin (2016). Esta técnica foi escolhida pois nos permite analisar o conteúdo das entrevistas com o rigor da objetividade e a profundidade da subjetividade, levando-nos a fazer inferências com liberdade e em total acordo com o contexto da pesquisa. Além disso, a técnica permite uma articulação constantemente do referencial teórico com os dados da pesquisa empírica.

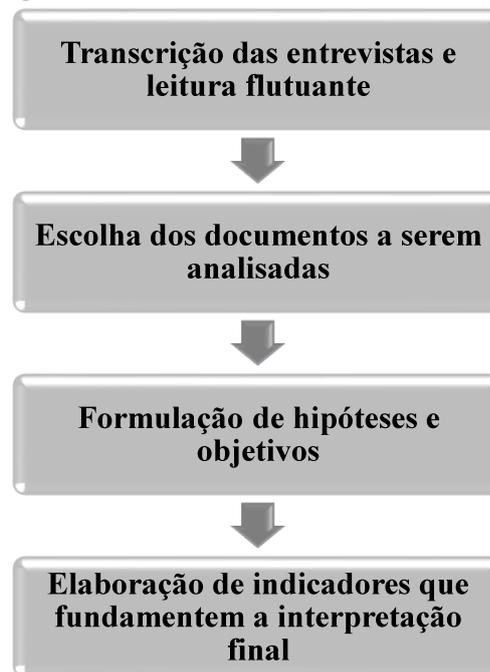
A análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2016, p. 48), consiste em

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] dessas mensagens.

Bardin (2016) infere que a análise de conteúdo abarca as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com o intuito de realizar deduções lógicas e justificadas a respeito da origem das mensagens. Sua proposta constitui-se de etapas para a consecução da análise de conteúdo, organizadas em três fases: a) a pré-análise; b) a exploração do material; e, c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A primeira fase, denominada pré-análise, corresponde a um período de intuições com o objetivo de tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais. Ela compreende a organização do material a ser analisado por meio de quatro processos, não necessariamente cronológicos, representados na Figura 2.

Figura 2 – Processos realizados na pré-análise das entrevistas



Fonte: elaborado pela autora com base em Bardin (2016).

Dessa forma, iniciamos a pré-análise pela transcrição dos dados coletados por meio das entrevistas. A transcrição foi realizada exatamente da forma como as palavras e frases foram ditas, contudo, para a apresentação nesta tese, optamos por realizar ajustes de linguagem. Conforme indica Duarte (2004), entrevistas em que não se pretende fazer análise de discurso podem e devem ser editadas, corrigindo-se frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacofonias, erros gramaticais etc. Manzini (2006) também afirma que esse procedimento é apropriado em dissertações e teses para não chocar o entrevistado e para não se constituir em um elemento que produz estigma, uma vez que a fala cotidiana pode pouco se assemelhar com a fala culta. Salientamos que na transcrição as palavras ou frases inaudíveis foram representadas por colchetes e as pausas em meio às falas por reticências.

Após a transcrição, realizamos uma leitura flutuante e escolhemos os documentos (entrevistas) a serem analisados, considerando os critérios sugeridos por Bardin (2016): exaustividade (deve-se esgotar a totalidade da comunicação); representatividade (os documentos selecionados devem conter informações que representem o universo a ser pesquisado); homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por pessoas semelhantes); pertinência (os documentos precisam ser condizentes aos objetivos da pesquisa).

A fim de respeitar a privacidade das participantes da pesquisa, foram omitidos todos e quaisquer dados que pudessem identificá-las. Estes dados foram substituídos por [...]. Além disso, as entrevistas foram numeradas.

Ainda nesta primeira fase, definimos as regras de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para a análise temática. Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa e de entrevistas com perguntas semiestruturadas, os índices foram retidos de maneira não frequencial. Isso significa que consideramos a presença do índice, aqui constituído por temas, e não a frequência de aparição em cada comunicação individual.

De acordo com Bardin (2016, p. 135), “o tema, enquanto unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas”. A opção pelo critério de recorte semântico não elimina a existência de alguns recortes feitos a um nível aparentemente linguístico (por palavras).

A segunda fase da análise de conteúdo, denominada por Bardin (2016) como exploração do material, consiste em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Esta etapa foi realizada com o auxílio do software Atlas.ti, o qual possui ferramentas próprias para a análise qualitativa de grandes corpos de dados textuais, gráficos, áudio e vídeo. Até mesmo na versão gratuita, esse software disponibiliza algumas ferramentas que ajudam a organizar, remontar e gerir o material de forma sistemática (ATLAS.TI, c2022).

A exploração do material diz respeito a codificação e definição de categorias de análise (classes, as quais reúnem um grupo de elementos, sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos), a identificação das unidades de registro (corresponde ao segmento de conteúdo, temas, palavras ou frases) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem) (BARDIN, 2016). No caso desta pesquisa, as unidades de registro correspondem aos temas e as unidades de contexto aos parágrafos para o tema.

Com relação à codificação, podemos dizer que esta foi realizada com base no método dedutivo de análise, uma vez que já possuíamos categorias pré-estabelecidas, que serviram para identificar as passagens das entrevistas analisadas. O quadro de categorias utilizado é oriundo da metodologia de pesquisa Acesso à Informação e Empoderamento para a Igualdade e a Cidadania (INFORMENTO) proposta por Rios, Cuevas-Cerveró e Linhares (2019).

A metodologia INFORMENTO resultou da junção dos modelos *Inclusão Digital y Educación Informativa para la Salud* (IDEAS), desenvolvido por um grupo de investigadores da Faculdade de Ciências da Documentação da Universidade Complutense de Madri e *Auto Renforcement Accompangé* (AURA), elaborado pela comissão de Mulheres e desenvolvimento no grupo de trabalho “Gênero e Indicadores”, em Bruxelas. Rios, Cuevas-Cerveró e Linhares (2019, p. 896) explicam que

[...] enquanto IDEIAS enfoca os aspectos informacionais e documentais de inclusão digital para a cidadania, traça o perfil dos sujeitos a serem investigados e é utilizado para a formação em Alfabetização Informativa (ALFIN); o segundo modelo busca criar indicadores de acompanhamento de empoderamento a partir de programas de desenvolvimento (no nosso caso, o Bolsa Família), medindo o empoderamento a partir dos indicadores “ter”, “saber”, “querer”, “poder” para acompanhar as mudanças nos sujeitos investigados.

A partir da combinação dos dois modelos, criou-se indicadores que culminaram na proposta “competência em informação para o empoderamento”, que é um processo de aprendizagem que se dá ao longo da vida unindo novos conhecimentos adquiridos e ação, numa relação dialógica e prática (RIOS, CUEVAS-CERVERÓ E LINHARES, 2019).

Na tese de Rios (2018), a metodologia INFORMENTO foi utilizada para analisar as falas de mulheres beneficiárias do Bolsa Família com base nas categorias de acesso à informação e empoderamento. Rios, Cuevas-Cerveró e Linhares (2019) afirmam que ela pode ser aplicada a outros projetos de desenvolvimento social em contextos similares, como é o caso da presente pesquisa. Considerando isso e por entendermos que suas categorias, já testadas, contêm os elementos das dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação, bem como elementos do processo de empoderamento, optamos por usá-la nesta pesquisa.

Na Figura 3, apresentamos os indicadores ou categorias da metodologia INFORMENTO.

Figura 3 – Indicadores de impactos de acesso à informação e empoderamento aplicado às beneficiárias do Bolsa Família baseado nos Modelos IDEIAS e AURA

<b>INFORMENTO</b> <b>INDICADORES DE IMPACTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO APLICADO ÀS BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA</b> <b>Modelo de desenvolvimento de categorias utilizado nesta pesquisa baseado nos modelos metodológicos IDEIAS e AURA</b>			
<b>PERCEPÇÃO DE MUDANÇAS PROFISSIONAIS E SUBJETIVAS (TER)</b>  <b>I</b>	<b>FORMAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO (SABER e SABER FAZER)</b>  <b>II</b>	<b>PERCEPÇÃO DE MUDANÇA DE VIDA (QUERER)</b>  <b>III</b>	<b>PERCEPÇÃO DE AUTONOMIA E CIDADANIA (PODER)</b>  <b>IV</b>
<p>Avalia mudanças adquiridas como a realização de atividades econômicas viáveis e a melhoria da família graças ao aumento da renda. Refere-se tanto aos ganhos materiais (renda) como a ter uma saúde melhor, ter acesso a serviços de crédito, formação e informação, centros de saúde, feira etc.</p> <p>1- Conhecimentos profissionais adquiridos</p> <p>2- Mudanças proporcionadas pelo PBF</p> <p>3- Percepção de mudança individual</p> <p>4- Percepção de forma de pensar diferente</p> <p>5- Avaliação crítica sobre o benefício e as contrapartidas</p> <p>6- Formas de uso do benefício</p> <p>7- Percepção de mudanças no cuidado com a saúde</p> <p>8- Mudanças no acesso a crédito na comunidade, ao mercado, feira etc.</p> <p>9- Percepção de novos ganhos adquiridos no acesso à formação e à informação</p> <p>10- Níveis de qualidade na gestão e uso do tempo (para ela mesma e com a família)</p>	<p>Avalia a capacidade de a mulher (individualmente ou em grupo) fazer boas escolhas graças à capacidade de interpretar informações importantes como a política, ou questões comuns entre as mulheres e os homens dentro da família sobre desigualdades e de formular as necessidades essenciais da comunidade.</p> <p>1- Meios de acesso à informação (TV, rádio, internet, bibliotecas)</p> <p>2- Nível de conhecimentos das ferramentas informacionais e documentais</p> <p>3- Nível analítico e interpretativo da informação</p> <p>4- Meios de acesso à informação utilizados para se informar sobre novidades e mudanças no PBF</p> <p>5- Conhecimento de outros programas do governo</p> <p>6- Conhecimento de outros direitos sociais</p> <p>7- Mecanismos de busca de outros direitos (meios informativos, família, vizinhos, amigos)</p> <p>8- Percepção da necessidade de novas aprendizagens informáticas e informacionais</p> <p>9- Percepção de exclusão digital e informacional</p> <p>10- Percepção de novos conhecimentos adquiridos</p>	<p>Avalia as mudanças em relação às escolhas das mulheres graças ao aumento da confiança em si mesmas, a redução da violência doméstica, o controle da sexualidade, a coragem de dizer não.</p> <p>1- Visão global comparativa entre antes e depois do PBF</p> <p>2- Percepção de mudança no ambiente doméstico (marido, filhos)</p> <p>3- Capacidade de dizer não e de formular alternativas para o seu bem estar e o da família</p> <p>4- Percepção de estímulos para avançar em outros cursos e formações</p> <p>5- Sentimento de independência</p> <p>6- Percepção de liberdade e autonomia para fazer escolhas importantes ou cotidianas</p> <p>7- Nível de participação e de pertencimento em diferentes grupos sociais</p> <p>8- Sentimento de reconhecimento social</p>	<p>Avalia as mudanças em relação à capacidade das mulheres para se expressar, reivindicar seus direitos e participar na tomada de decisões como indivíduos em diferentes níveis (família, comunidade etc.)</p> <p>1- Nível de participação das atividades relacionadas ao PBF (reuniões do CRAS, escola, posto de saúde etc.)</p> <p>2- Autoconceito de envolvimento nas atividades relacionadas ao PBF</p> <p>3- Busca de direitos em outros órgãos do governo</p> <p>4- Nível de participação em outros programas sociais (saúde, educação, PRONATEC etc.) e programas da comunidade</p> <p>5- Autoconceito na relação entre envolvimento nas atividades do PBF e inclusão social</p> <p>6- Autoconceito de cidadania</p> <p>7- Percepção de sentimento de cidadania</p> <p>8- Formulação de alternativas para problemas comunitários</p> <p>9- Nível de reivindicação de outros direitos</p>

Fonte: Rios, Cuevas-Cerveró e Linhares (2019, p. 897).

De acordo com Rios, Cuevas-Cerveró e Linhares (2019), essa metodologia explora questões objetivas e subjetivas que relacionam os impactos e avanços profissionais e informacionais com a categorias teóricas de empoderamento, reconhecimento social e cidadania, para construir indicadores de transformação social num contexto socioeconômico e cultural específico.

Tomando como base as categorias e indicadores do INFORMENTO, realizamos a análise dedutiva partindo-se do macro e identificando-se no texto analisado (micro) vestígios analíticos que se adequassem aos conceitos no nível macro. Trata-se, de acordo com Bardin (2016, p. 149), de repartir “da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados”.

Ainda sobre esse processo, nos atemos ao critério de exclusividade, a fim de que um elemento não fosse classificado em mais de uma categoria (BARDIN, 2016). Em função disso e considerando as especificidades do contexto analisado, percebemos a necessidade de adaptar o nome e a descrição de algumas categorias e indicadores, as quais são apresentadas no início da seção 3.

Salientamos que os indicadores do INFORMENTO também serviram de base para a elaboração das questões que compõem o roteiro de entrevista, mencionado na subseção 1.3.3.

A terceira e última fase da análise de conteúdo consiste no tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nesta etapa ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais. É o momento da intuição e da análise reflexiva (BARDIN, 2016).

Por meio da inferência, buscamos perceber o que cada indicador revela sobre a realidade das mulheres rurais, ou ainda, o que significa as mensagens fornecidas pelas participantes, quais são os valores ou instituições contidas na temática dos discursos, quais realidades inconscientes escondem os discursos, entre outros aspectos. As inferências podem ser de vários tipos, como exemplo, a inteligência, a facilidade ou não de comunicação, as atitudes e valores etc. Para as interpretações, nos apoiamos na literatura já publicada sobre os temas.

A partir da revisão de literatura e da análise de conteúdo das entrevistas, delineamos princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais na perspectiva do empoderamento, apresentados na seção 4.

A seguir, descrevemos o campo empírico desta pesquisa.

### 1.3.5 O campo empírico: as mulheres e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Santa Catarina

Conforme mencionamos anteriormente, os dados empíricos foram coletados por meio de entrevistas realizadas com mulheres rurais. Estas mulheres estão engajadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Estado de Santa Catarina e se autodenominam, desde meados dos anos 2000, como camponesas.

As mulheres camponesas são aquelas que produzem o alimento e garantem a subsistência da família. Elas podem ter diferentes ocupações: agricultoras, pescadoras artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, diaristas, acampadas e assentadas, assalariadas rurais, indígenas etc. (MMC, 2004a).

Conforme descreve Boni (2013), trata-se de um grupo de mulheres que cultivam sem agrotóxicos, uma vez que, o modelo de agricultura camponesa idealizado por elas, na atualidade, é agroecológico. Dessa forma, elas fazem regaste de sementes crioulas e buscam produzir grande parte dos alimentos consumidos na propriedade (isso não exclui aquelas que possuem integrações com agroindústria ou que produzem para o mercado, o que é necessário para muitas famílias se manterem no campo).

Nesse interim, cabe pontuarmos que em Santa Catarina, menor Estado do Sul do Brasil, a agricultura é uma atividade social e econômica importante para um expressivo contingente de famílias que vivem no meio rural e que a atividade se caracteriza historicamente pela força da agricultura familiar e pelo predomínio de pequenas propriedades rurais (SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 2018-2019, 2021).

As mulheres camponesas não se afiguram como um grupo social estático e separado das demais mulheres rurais. Na contemporaneamente, elas compõem um grupo vulnerável, que apresenta diversidade interna, em especial, por conta de fatores etários, étnicos e religiosos (OLIVEIRA, 2019), mas, que lutam por melhores condições de vida para si e suas famílias por intermédio de um movimento social organizado.

O nome Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) originou-se da união de vários movimentos de mulheres do campo que se incorporaram à Via Campesina, por ocasião da IV Conferência da Via Campesina, ocorrida em 2004. Entretanto, desde a década de 1980<sup>10</sup>, de forma isolada nos estados brasileiros, já existiam organizações de mulheres, como é o caso do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), nascido na região Oeste de Santa Catarina, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), no Rio Grande do Sul e Paraná, e das extrativistas no norte e nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu, que lutavam por espaço de participação política e direito das mulheres. Na década de 1990, esses movimentos criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que resultou na mudança de nome, em 2004 (BONI, 2013).

A criação do MMC e a opção de fazer parte da Via Campesina ocorreu

[...] pelo fato de que o termo camponês<sup>11</sup> englobaria a heterogeneidade de identidades de mulheres que representam o campesinato, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas, bem como a associação entre as atividades de subsistência e comercialização que envolve a categoria camponês em torno do trabalho familiar e à produção de alimentos (BONI, 2013, p. 70).

O movimento se apresenta em nível nacional como uma organização que visa construir perspectivas emancipatórias na vida das mulheres (GASPARETO; COLLET, 2013). Sua missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. E isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história (MMC, 2004a). Ele está presente em dezoito estados brasileiros, e é organizado por grupos de base, direções municipais (compostas por dirigentes dos grupos de base), direções regionais, direções estaduais e, finalmente, por uma coordenação nacional (MMC, 2004b).

Em Santa Catarina, o MMC se faz presente em aproximadamente 80 municípios, dos 295, sendo a maioria localizados na região Oeste, considerada o “berço” dos movimentos

<sup>10</sup> O contexto, na década de 1980, era de dupla transformação vivenciada no Brasil, muito claro na região oeste de Santa Catarina onde nasceu o MMA: “por um lado havia a modernização da agricultura que exclui agricultores do processo de produção e, como consequência disso, o êxodo rural e, de outro lado, a opção da Igreja local pelas causas sociais” (BONI, 2012, p. 36). Os movimentos de mulheres se organizam com o apoio e formação política ideológica do pensamento da Teologia da Libertação, através de setores da Igreja Católica e Luterana.

<sup>11</sup> Há, no Brasil, uma dificuldade em definir o significado de “camponês” devido, em parte, ao fato de alguns autores considerarem que só existiram camponeses no período feudal ou que só podem ser assim considerados os agricultores que mantêm uma relação mínima com o mercado, ou seja, os produtores de subsistência (BONI, 2012). Entretanto, na visão do MMC (2004a), a categoria camponês compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar que, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência, e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz.

populares de luta por igualdade de direitos (POLI, 1995). Ele se organiza por regionais e possui uma agenda anual de encontros com as mulheres, que podem ser somente de lideranças, de cursos de formação, encontros para mobilizações, entre outros.

Neste Estado, especificamente, o movimento, foi marcado por diferente momentos e contextos, conforme apontam Gaspareto e Menezes (2013):

- a) 1960-1983: período caracterizado pela modernização da agricultura que se intensifica na região oeste catarinense e encontra, no modelo de integração das famílias rurais às agroindústrias, possibilidades e resistências, e pelo surgimento dos movimentos sociais do campo. Muitas mulheres estão presentes nos diferentes movimentos sociais e nas pastorais sociais, porém sem visibilidade enquanto sujeito político autônomo;
- a) 1983-1994: período que marca o início oficial do MMA em Santa Catarina até a conquista do salário-maternidade para as agricultoras. As mulheres agricultoras articularam-se para constituir um movimento autônomo, lutaram pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e pelos seguintes direitos previdenciários: aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-acidente de trabalho, pensão em caso de viuvez e salário-maternidade. Inseridas num contexto agrícola imerso no processo de recessão econômica, elas também discutiram a diversificação das atividades, como alternativa de permanência no meio rural. A partir deste contexto, adquirem significados políticos e acadêmicos os conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa;
- b) 1995-2000: a luta das mulheres agricultoras é marcada pela campanha da documentação, pelo surgimento da Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), em nível nacional e no Sul do Brasil, destacando como bandeiras de luta o direito à saúde, à educação, o debate em torno do modelo de agricultura química (transgênicos, agrotóxicos) e a garantia dos direitos previdenciários;
- c) 2000-2004: período mediado por um trabalho de base nos Estados onde havia movimento autônomo de mulheres do campo, fator constitutivo para consolidação do MMC e também momento no qual se fez o debate sobre o projeto de agricultura que as mulheres queriam construir;
- d) 2004-2008: intensificaram-se os debates e a luta em torno do projeto de agricultura desejado. As temáticas relativas à educação, à produção de alimentos e às perspectivas de vida e trabalho das jovens foram prioridade no MMC neste período. Com isso, ampliaram-se as possibilidades dos espaços de socialização das jovens e a articulação

da juventude do meio rural, por meio da Via Campesina, ganhou expressão e visibilidade.

A partir desse período, Paulilo (2010) observa a crescente preocupação do MMC com a alimentação saudável e a soberania alimentar, que se refere ao conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado pelas nações, a fim de se garantir a produção dos alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos. Portanto, as políticas públicas dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral devem ser direcionadas para garantir os recursos e as condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessite em seu próprio território (STEDILE; CARVALHO, 2012).

A vigilância pela manutenção dos direitos já conquistados e a reivindicação por justiça na distribuição de terra para quem a trabalha são eixos permanentes da agenda política do MMC, conforme observam Samper-Erice e Charão-Marques (2017). Além disso, há outros eixos relacionados ao autorreconhecimento das possibilidades da saída para uma “vida pública” e ao papel de portadoras de conhecimentos estratégicos no que tange à saúde e à elaboração de remédios. O discurso do MMC construído é de enfrentamento ao sistema capitalista e ao domínio das grandes empresas multinacionais sobre a agricultura e sobre os medicamentos (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017).

Observamos ainda nas redes sociais do movimento<sup>12</sup> e em materiais disponíveis no site<sup>13</sup> que, no cenário atual, o MMC também promove ações de enfrentamento ao governo e campanhas contra a violência de gênero e ao racismo.

Como podemos perceber, ao longo do tempo, o MMC alterou e redimensionou suas bandeiras de luta, resignificando seus projetos e perspectivas a partir de novas problemáticas nas condições de reprodução social das mulheres e das famílias na agricultura (GASPARETO; MENEZES, 2013). Ele é descrito por Lassak (2010) como democrático, socialista, feminista e consciente da pertença à classe menos favorecida, da mesma forma que outros movimentos sociais engajados na transformação fundamental da sociedade, no sentido do projeto popular, considerando, especialmente, a mudança das relações de gênero, sob uma perspectiva feminista.

---

<sup>12</sup> O MMC/SC contém contas no Facebook (<https://www.facebook.com/mmcsantacatarina>) e no Instagram (<https://www.instagram.com/movimentodemulherescamponesas/>)

<sup>13</sup> <https://mmcbrasil.org/>

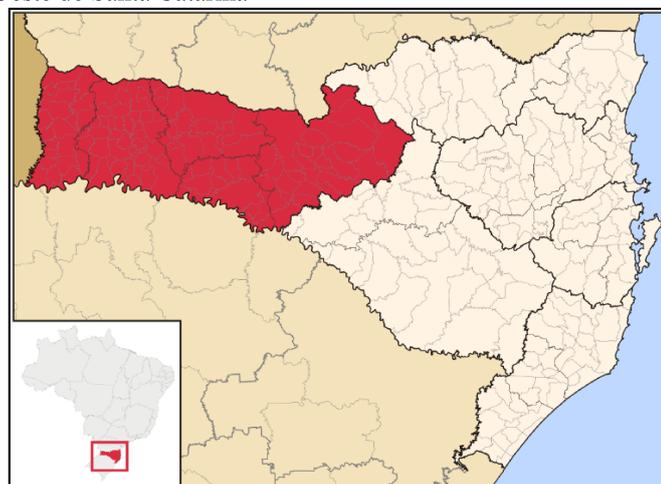
Para a autora, “as desigualdades de gêneros e a opressão das mulheres devem ser discutidas junto à questão das classes e à questão das desigualdades sociais” (LASSAK, 2010, p. 264).

Desta forma, o comprometimento das mulheres direciona-se para a construção de um modelo econômico solidário e sustentável no qual a família inteira é reconhecida como protagonista de forma igualitária. Isso significa ir além da exigência de condições e possibilidades para uma economia agroecológica. Visa-se alcançar direitos sociais, econômicos e políticos iguais, tanto para homens como para mulheres e, com isso, a mudança das relações sociais no contexto social e familiar (LASSAK, 2010).

Não é possível mensurar a quantidade exata de mulheres que participam constantemente do MMC em Santa Catarina. Assim, cabe dizer que para definir o quantitativo de mulheres entrevistadas, consideramos três fatores principais, conforme recomendam Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2013): a capacidade operacional de coleta e análise, ou seja, o número de casos com o qual poderíamos trabalhar de maneira realista e de acordo com os recursos de que tínhamos disponíveis; o entendimento do fenômeno, ou seja, o número de casos que nos ajudariam a responder as perguntas de pesquisa; e, a natureza do fenômeno em análise.

Com base nisso, a amostra, do tipo não probabilística e intencional, foi composta por 10 mulheres, residentes na região Oeste de Santa Catarina (destacada em vermelho na Figura 4), cuja seleção se deu a partir dos seguintes critérios básicos: ser maior de 18 anos; participar do MMC há pelo menos 1 ano; e, não ser dirigente estadual, uma vez que isso resultaria em falas extremamente carregadas pelo discurso do movimento, não atendendo aos objetivos desta pesquisa.

Figura 4 – Mesorregião Oeste de Santa Catarina



Fonte: adaptado de Abreu (2006).

Além disso, optamos por mulheres que vivem ou viveram parte da vida na área rural e/ou que se ocupam da produção de alimentos, ervas medicinais, criação de animais, produção de sementes etc. Buscamos obter, com essa amostra, um conhecimento detalhado e circunstancial da vida social das participantes no que diz respeito à competência em informação e ao empoderamento.

Por esta pesquisa envolver seres humanos, adotamos alguns procedimentos éticos cabíveis de modo a proteger e respeitar os direitos das participantes, apresentados a seguir.

### 1.3.6 Cuidados éticos empregados na pesquisa

Toda pesquisa científica exige cumprir com uma série de requisitos para seja considerada uma investigação ética. Na realização de uma pesquisa que envolva a coleta de dados com seres humanos é necessário respeitar a dignidade humana, a liberdade e zelar pela proteção dos participantes da pesquisa, assegurando seus direitos e deveres. Os princípios da ética na pesquisa, de acordo com Flick (2009, p. 51), “postulam que os pesquisadores evitem causar danos aos participantes envolvidos no processo por meio do respeito e da consideração por seus interesses e necessidades”.

Nesta pesquisa, seguirmos atentamente as determinações das resoluções 466/12, de 12 de dezembro de 2012, e 510/16, de 7 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Estas resoluções trazem diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC) o responsável por analisar as pesquisas realizadas com pessoas a fim de garantir a integridade e a dignidade. Assim, a pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil, analisada e aprovada por esse comitê, conforme consta no Apêndice C.

Antes do início da coleta de dados, elaboramos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no Apêndice D, conforme as exigências do CEPSH-UFSC. O TCLE foi entregue a cada participante da pesquisa com a finalidade esclarecer os objetivos da investigação e obter sua aceitação.

#### 1.4 Estrutura da tese

A partir desta primeira seção, considerada o **Capítulo 1**, em que apresentamos os aspectos introdutórios, o objeto e a metodologia da pesquisa, o relatório da tese constitui-se mais de quatro seções principais ou capítulos descritos a seguir.

O **Capítulo 2** contém a revisão de literatura. Este capítulo está dividido em quadro grandes blocos onde são apresentados os principais conceitos e teorias que fundamentam esta tese. No primeiro bloco refletimos sobre a ideia de justiça social na sociedade globalizada enfatizando as injustiças e as desigualdades de gênero, cuja problematização nos auxilia na percepção e desconstrução de relações sociais desiguais até então legitimadas, e discorremos sobre o processo de empoderamento feminino de fundamental importância ao alcance da justiça social à medida que conduz à criação de ferramentas de atuação e participação no meio social, bem como na mudança das estruturas sociais que sustentam as desigualdades de gênero. As discussões deste bloco giram em torno dos estudos da filósofa e pensadora feminista Nancy Fraser, da pesquisadora em Ciências Sociais Raewyn Connell, do filósofo e historiador Michel Foucault, da antropóloga política Andrea Cornwall, do sociólogo Norbert Elias, das investigadoras feministas Srilatha Batliwala, Joice Berth, Maria Elisabeth Kleba e Agueda Wendausen, bem como, de outros e outras pesquisadoras que se debruçaram sobre questões relacionadas a justiça, poder, gênero e empoderamento.

No segundo bloco descrevemos o movimento da competência em informação desde seu surgimento até os dias de hoje, enfatizando aspectos históricos e conceituais. Para desenvolver esta parte utilizamos, principalmente, estudos das pesquisadoras Adriana Dudziak, Regina Belluzo, Carol Kuhlthau, Maria Helena Hatschbach, María Pinto, María Isabel Escalona-Fernández e Elizete Vieira Vitorino. Na sequência, revisamos alguns estudos da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e da Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), que tratam sobre diretrizes norteadoras para o desenvolvimento da competência em informação. E, ao final, apresentamos os estudos recuperados em bases de dados internacionais sobre competência em informação e mulheres rurais, os quais inspiraram o desenvolvimento desta pesquisa.

No terceiro bloco, buscamos alinhar a noção de competência em informação à ideia de empoderamento sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política, o que nos permitiu visualizar componentes destes dois processos que se interrelacionam. Para fundamentar essa

discussão consideramos, principalmente, os estudos de Adriana Dudziak, Christiane Bruce, Annemaree Lloyd, Ana Maria Pereira Cardoso, Elizete Vieira Vitorino, Daniela Piantola, Paulo Freire, Bell Hooks, Terezinha Rios, Laura Saunders, Rafael Capurro, entre outros.

Finalmente, no quarto bloco do Capítulo 2, tratamos das características econômicas, sociais, políticas das mulheres rurais brasileiras que se constituem, muitas vezes, em agravantes da vulnerabilidade. Nesta parte trazemos aspectos relacionados ao trabalho, ao acesso à renda e à terra, à organização produtiva, às políticas públicas para mulheres rurais, à participação política e, por fim, à aprendizagem informal que ocorre por meio dos movimentos sociais do campo. Fundamentamos esta parte com o relatório sobre mulheres da Organização das Nações Unidas (ONU) e com dados do IBGE, bem como, com os expressivos estudos das pesquisadoras das Emma Siliprandi, Rosângela Cintrão, Maria Ignez Paulilo, Valdete Boni, Karolyna Marin Herrera, Sandra Lassak, Maria da Glória Gohn, entre outras.

O **Capítulo 3** contempla a descrição, a análise e a interpretação dos dados empíricos. Trata-se dos resultados obtidos por meio da técnica de análise de conteúdo da Laurence Bardin. Foram postas em destaque, nesta parte, as categorias do modelo INFORMENTO com as adaptações necessárias ao contexto desta pesquisa. Cada categoria contempla um conjunto de falas das participantes da pesquisa e as interpretações realizadas.

O **Capítulo 4** contém os princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais na perspectiva do empoderamento, os quais consideramos como o resultado das reflexões realizadas por meio da revisão de literatura e da análise dos dados coletados com as mulheres engajadas ao MMC de Santa Catarina.

No **Capítulo 5** apresentamos as considerações finais do trabalho de investigação e algumas recomendações para futuras pesquisas.

À sequência incluímos as referências bibliográficas e os apêndices que ponderamos pertinentes.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Uma tese é uma proposição intelectual. Trata-se de um estudo complexo e aprofundado sobre um determinado tema. Com base nesse entendimento, nesta seção, apresentamos a construção teórica e conceitual que sustenta os objetivos da pesquisa.

### 2.1 JUSTIÇA SOCIAL EM QUESTÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO

Nesta seção, buscamos, inicialmente, refletir sobre a ideia de justiça social, cuja problematização não somente auxilia na percepção e desconstrução de injustiças e desigualdades de gênero até então legitimadas, dando sentido à necessidade de empoderamento, mas também endossa, na perspectiva social, o objetivo da presente pesquisa. Na sequência, discorreremos sobre aspectos fundamentais do processo de empoderamento feminino.

#### 2.1.1 Justiça social em questões de gênero na sociedade globalizada

Não há como pensar em uma sociedade justa sem olhar para o outro, para o seu entorno e para sua condição. As desigualdades, de forma geral, são imperativos categóricos das sociedades modernas, uma vez que, conforme o modelo prevalecente, “o ser humano encontra-se reduzido ao individualismo e à percepção de injustiça como condições naturalizadas, o que leva a uma incapacidade em se pensar estratégias para combater as fontes de iniquidades” (SILVA; CASTELLÁ SARRIERA, 2016, p. 1). Elas determinam um lugar aos desiguais, seja por questões econômicas, de gênero, de raça, de crença, de classe, e se manifestam limitando o acesso aos direitos básicos e às oportunidades.

Problematizar a questão da justiça social em questões de gênero significa provocar a discussão em torno de comportamentos, crenças e percepções que a maioria da coletividade assente de forma natural em seu contexto e que legitimam desrespeitos, intolerâncias e injustiças que poderiam ser questionáveis (SILVA; CASTELLÁ SARRIERA, 2016).

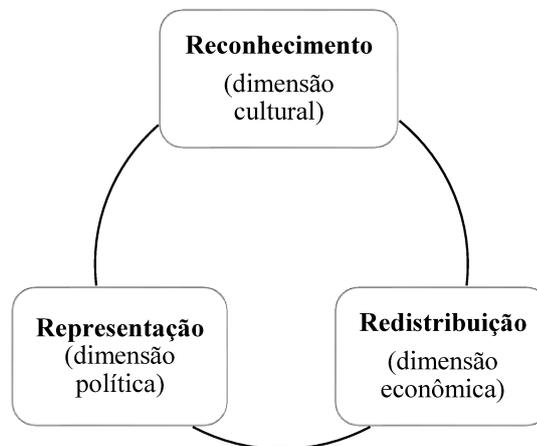
O termo “gênero” é utilizado para designar as diferenças entre homens e mulheres e consiste em uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder. Enquanto categoria de análise, gênero é definido por Scott (1995, p. 75) como “uma forma de indicar ‘construções culturais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”, ou seja, “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. Trata-se também,

de acordo com Praun (2011, p. 65), do “resultado de diferentes aprendizagens que o indivíduo acumula, a partir de suas relações interpessoais, ao longo de suas experiências de vida dentro de um contexto histórico, político e social”.

Na visão de Connell (2014, p. 14), “uma vez que o gênero é entendido como uma estrutura de relações sociais, o pensamento feminista é uma reivindicação por justiça social”. A justiça social é, portanto, em primeira instância, uma reivindicação de reparação da desigualdade (CONNELL, 2014).

Para pensar a injustiça de gênero, Fraser (2010, 2012) nos apresenta a ideia de justiça social como “paridade de participação”. A autora propõe uma interpretação tridimensional que envolve redistribuição, reconhecimento e representação, conforme consta na Figura 5, e que abrange aspectos econômicos, culturais e políticos. A redistribuição, o reconhecimento e a representação são consideradas como “facetas da justiça analiticamente distintas, nenhuma das quais pode ser reduzida às outras, embora estejam praticamente entrelaçadas” (FRASER, 2010, p. 365, tradução nossa).

Figura 5 – A tridimensionalidade entre redistribuição, reconhecimento e representação na teoria de justiça social de Nancy Fraser



Fonte: Elaborada pela autora com base em Fraser (2012).

Conforme o princípio de Fraser, a justiça requer, portanto, estruturas de igual valor que possam permitir a todos os sujeitos participarem como pares na vida social (MACIEL; ROSENFELD; SCHNEIDER, 2017).

A interpretação democrática desse princípio normativo, na visão de Fraser (2010), incorre nas seguintes condições:

- a) a distribuição de recursos materiais deve garantir a independência e a “voz” dos participantes (essa condição envolve as estruturas econômicas que institucionalizam a

- privação, a exploração e as disparidades brutas de riqueza, renda, trabalho e lazer, impedindo algumas pessoas de participar como parceiros plenos na interação social);
- b) a ordem do status social deve expressar igual respeito por todos os participantes e garantir oportunidades iguais para alcançar a estima social (essa condição exclui padrões institucionalizados de valor cultural que depreciam sistematicamente algumas categorias de pessoas e as qualidades a elas associadas, negando-lhes o status de parceiros plenos na interação social); e,
- c) a constituição política da sociedade deve conceder voz política aproximadamente igual a todos os atores sociais (essa condição exclui as regras de decisão eleitoral e as estruturas da mídia que privam sistematicamente algumas pessoas de suas chances justas de influenciar as decisões que as afetam).

O que vemos, portanto, é que a primeira condição citada por Fraser (2010) coloca em foco preocupações tradicionalmente associadas à teoria da justiça distributiva. A segunda enfatiza preocupações destacadas na filosofia do reconhecimento. E, a terceira enfatiza preocupações que há muito são centrais na teoria da representação democrática. Distinguimos, portanto, que a teoria de justiça de Fraser (2010) abarca todas as esferas sociais e cotidianas da vida de uma pessoa na sociedade, em aspectos que vão desde o acesso a direitos básicos à questões políticas que interferem na realidade social.

A tendência de dissociar essas políticas causa na sociedade globalizada um truncamento na visão de emancipação, ou de empoderamento. Isso gera contradições que recaem sobre o objetivo maior do empoderamento, como, por exemplos, as observadas nas narrativas de instituições, órgãos e corporações internacionais de desenvolvimento, que exaltam o desejo de capacitar as mulheres a realizarem seu “potencial”. Essas narrativas, na visão de Cornwall (2018), nos oferecem o chamado “empoderamento light”: “uma versão de empoderamento destituída de qualquer confrontação com as relações sociais e de poder subjacentes que produzem iniquidades sociais e materiais” (CORNWALL, 2018, p. 3). Narrativas, simplistas e neoliberais, contribuem para acomodar as mulheres “dentro das ordens sociais e de gênero existentes, que as colocam para trabalhar pelo desenvolvimento, em vez de fazer com que o desenvolvimento funcione para elas” (CORNWALL, 2018, p. 2).

Esse processo ocorre, de acordo com Fraser (2002), em função da aceleração da globalização econômica que vem provocando uma transição da redistribuição para o reconhecimento. Os conflitos identitários alcançaram estatuto paradigmático quando o capitalismo globalizante exacerbou as desigualdades econômicas. Como resultado, a passagem

para o reconhecimento encaixou-se num neoliberalismo econômico que deseja acima de tudo reprimir a memória do igualitarismo socialista. Neste contexto, as lutas pelo reconhecimento estão a contribuir menos para suplementar, tornar mais complexas e enriquecer as lutas pela redistribuição do que para as marginalizar, eclipsar e substituir.

A teoria de Fraser (2002) vai ao encontro do que defende Victoriano (2005), ou seja, no contexto atual, a superação das vulnerabilidades e das desigualdades sociais requer um ambiente democrático, com iguais condições econômicas, culturais e políticas de participação entre os gêneros.

Gênero, assim como raça, classe e sexualidade, é uma categoria que abrange ao mesmo tempo dimensões econômicas, culturais (FRASER, 1996) e políticas (FRASER, 2010, 2012). Nesta perspectiva, Fraser (1996, p. 27, tradução nossa) compreende que o gênero

[...] é um princípio básico de estruturação da economia política. Por um lado, estrutura a divisão fundamental entre trabalho remunerado "produtivo" e trabalho não remunerado doméstico e "reprodutivo", atribuindo às mulheres a responsabilidade primária por este último. Por outro lado, o gênero também estrutura a divisão em trabalho remunerado entre as ocupações profissionais e manufatureiras mais bem pagas dominadas pelos homens e as ocupações profissionais mais bem pagas dominadas pelas mulheres, como ocupações de colarinho rosa e ocupações de serviço doméstico.

Assim, a injustiça de gênero parece uma forma de injustiça econômica que exige retificação redistributiva (FRASER, 1996). Do ponto de vista distributivo, a injustiça surge na forma de desigualdades semelhantes às da classe, baseadas na estrutura econômica da sociedade. Aqui, a quintessência da injustiça é a má distribuição, em sentido lato, englobando não só a desigualdade de rendimentos, mas também a exploração, a privação e a marginalização ou exclusão dos mercados de trabalho. Consequentemente, a solução está na redistribuição, abrangendo não só a transferência de rendimentos, mas também a reorganização da divisão do trabalho, a transformação da estrutura da posse da propriedade e a democratização dos processos através dos quais se tomam decisões relativas ao investimento (FRASER, 2002).

Entretanto, o gênero não é apenas uma diferenciação político-econômica, mas também uma diferenciação em termos de *status*. Neste sentido, Fraser (1996) explica que, como tal, gênero é acompanhado por elementos mais relacionados a sexualidade do que a classe, fato que leva ao problema do reconhecimento. Estruturas de gênero dominam modelos culturais de interpretação e avaliação, que são centrais para a ordem com base no status. Como resultado, acontece que, não apenas as mulheres, mas todos os grupos de baixo status social, correm o risco de serem feminizados e, portanto, desprezados nesse contexto. Assim, a principal

característica da injustiça baseada no gênero é o androcentrismo, ou seja, a construção autoritária de normas que privilegiam traços associados à masculinidade.

Em paralelo a isto, existe o sexismo cultural, ou seja, a onipresente desvalorização e denegação de coisas chamadas "femininas". Essa avaliação está institucionalizada na lei, nas políticas estaduais, nas práticas sociais e nos modelos informais de interação social. Isso encontra expressão nos danos infligidos às mulheres que incluem ataques sexuais e violência doméstica; assédio e desprezo na vida cotidiana, sujeitos a normas androcêntricas; exclusão ou marginalização em esferas públicas e órgãos de tomada de decisão; e, a negação de todos os direitos legais e proteções iguais. Esses danos são injustiças de reconhecimento. Eles são relativamente independentes da economia política e, portanto, não podem ser resolvidos apenas por meio da redistribuição (FRASER, 1996).

A injustiça, do ponto de vista do reconhecimento, é o falso reconhecimento, que deve ser tomado em sentido lato, abarcando a dominação cultural, o não-reconhecimento e o desrespeito. O reconhecimento deve abarcar, por um lado, não só as reformas que visam revalorizar as identidades desrespeitadas e os produtos culturais de grupos discriminados, mas também os esforços de reconhecimento e valorização da diversidade, e, por outro, os esforços de transformação da ordem simbólica e de desconstrução dos termos que estão subjacentes às diferenciações de estatuto existentes, de forma a mudar a identidade social de todos (FRASER, 2002).

Sob essa perspectiva, o político fornece o cenário em que as lutas por distribuição e reconhecimento se desenvolvem. Ao estabelecer os critérios de pertencimento social e, assim, determinar quem conta como membro, a dimensão política da justiça especifica o escopo das outras duas dimensões: nos diz quem está incluído e quem é excluído do círculo daqueles com direito a distribuição justa e reconhecimento mútuo. Ao estabelecer as regras de decisão, a dimensão política também estabelece os procedimentos para encenar e resolver conflitos nas outras duas dimensões, a econômica e a social: ela nos diz não apenas quem pode reivindicar redistribuição e reconhecimento, mas também como eles devem ser considerados e arbitrar essas reivindicações (FRASER, 2012).

Dessa forma, a integração entre as políticas de reconhecimento cultural, redistribuição social e representação política permite compreender que as injustiças sofridas por grupos oprimidos ou subordinados, como as mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, dentre outros, podem ser atribuídas, simultaneamente, à economia, à cultura e à política, de modo que nenhuma dessas injustiças é um efeito indireto da outra, mas ambas são primárias (FRASER,

2012). Assim, para superar essa condição ambivalente de injustiças, quem é mulher e da classe trabalhadora, por exemplo, precisará de redistribuição, reconhecimento e representatividade, independentemente do que se faria com essas duas categorias tomadas separadamente.

Este entendimento se fundamenta na proposta de Lugones (2008, 2014), que analisa a interseccionalidade entre gênero, classe, raça e sexualidade nos processos de resistência dos grupos oprimidos. A perspectiva interseccional, de acordo com Bilge (2009, p. 70, apud HIRATA, 2014, p. 62-63),

[...] remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Sob essa perspectiva, compreendemos que realizar reivindicações de reparação nas diversas dimensões mencionadas é apenas uma parte do processo de apreensão da justiça. A compreensão da justiça é, em grande medida, uma questão de transformação nas instituições e nas estruturas materializadas em instituições (CONNELL, 2014), uma vez que, a condição de vulnerável das mulheres é impulsionada de forma incisiva por essas estruturas, com a patriarcal, e pelas relações sociais desiguais.

Essa forma de compreensão da sociedade vai ao encontro do que entende Elias (1994, p. 16) ao dizer que “não existe um abismo entre o indivíduo e a sociedade”. Os indivíduos formam a sociedade e toda sociedade é uma sociedade de indivíduos, assim, indivíduo e sociedade não podem ser analisados em separado. Eles ligam-se entre si, numa pluralidade, por meio das relações que se estabelecem (ELIAS, 1994).

A partir dessa ideia fundamental, Elias (1994) propõe que, na vida social de hoje, só é possível a criação de uma ordem social harmônica entre as necessidades individuais e inclinações pessoais das pessoas e as exigências feitas a cada pessoa pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social, se elas forem pensadas juntas. Isso significa que:

[...] só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito (ELIAS, 1994, p. 17).

Nesse aspecto, as trajetórias e os usos do conceito de gênero, na visão de Corrêa (2011), têm contribuído, juntamente com a dimensão política e cultural e os esforços mobilizados pelas

próprias mulheres (agência feminina), para desconstruir o patriarcado e impulsar transformações de longo curso na esfera privada e no âmbito público.

De acordo com Saffioti (2014), o sistema patriarcal é considerado uma das estruturas sociais sobre as quais se assentam as sociedades contemporâneas, que põe o domínio, ou a capacidade legitimada de comandar, nas mãos do patriarca e deixa livre aos seus subordinados e subordinadas a iniciativa de agir, cooperando neste processo ou solapando suas bases. Entende-se, portanto, que a subalternidade (ou a vulnerabilidade) das mulheres neste sistema não deve ser entendida como ausência de poder, mas, conforme elucida Berth (2019), muitas vezes, estar imersas na realidade opressiva impede uma percepção clara de si mesmas enquanto oprimidas.

Saffioti (2014, p. 113) explica ainda que “o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades”. Quando desiguais, as relações de poder tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça, casta, idade, orientação sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, dentre outras. Os desequilíbrios se refletem nas leis, nas políticas e nas práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas (HERA, 1998 apud CORRÊA, 2011) e tornam-se obstáculos para o alcance da justiça social. Daí a importância do empoderamento de grupos vulneráveis, como mulheres. Trata-se de buscar, entre outras coisas, um equilíbrio nas relações de poder de modo que estes grupos possam ter assegurados seus direitos econômicos, sociais e culturais.

Tanto o ato de reivindicar reparação das injustiças, quanto alcançar mudanças nas estruturas sociais que sustentam as desigualdades requerem “ação coletiva” (CONNELL, 2014), como as que tem sido realizadas pelos movimentos sociais feministas. Isso se alcança a partir do empoderamento coletivo.

Nesse sentido, a seguir, discorreremos sobre alguns aspectos que demarcam o processo de empoderamento de mulheres a partir da perspectiva feminista, com vistas a elucidar a discussão aqui iniciada e formular um quadro teórico para as investigações que envolvam a temática no âmbito da área de Ciência da Informação.

### 2.1.2 Considerações sobre o processo de empoderamento de mulheres

As considerações aqui apresentadas são importantes em função do caráter polissêmico do termo empoderamento e das diferentes narrativas existentes sobre o desejo de empoderar as

mulheres, que segundo Sardenberg (2006), advêm tanto do discurso acadêmico, quanto dos órgãos governamentais e não-governamentais, e até mesmo do próprio movimento de mulheres. Compreendemos que para tratarmos deste assunto na área de Ciência da Informação, é essencial demarcarmos o uso da palavra empoderamento, de modo a não compactuarmos com narrativas simplistas e neoliberais.

Para isso, consideramos fundamental, primeiramente, esclarecer qual é a ideia de poder que norteia a compreensão do que falamos quando nos referimos a necessidade de empoderamento das mulheres.

Na visão de Foucault (1993), o poder não existe em si, não há, de um lado, os que têm o poder e, de outro, aqueles que se encontram dele destituído. O que existe são práticas ou relações de poder. Trata-se de algo que se exerce e que funciona como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado, mas se dissemina por toda a estrutura social. Assim, não devemos tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de uma pessoa sobre as outras, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula e que só funciona em rede. Isso nos leva também à compreensão de que o poder é uma prática social construída historicamente (BERTH, 2019).

Na visão de Salvaro, Lago e Wolff (2013, p. 82), Foucault ressalta que “o sujeito humano está igualmente colocado em relações de produção e de poder. Relações de poder dizem de relações de força, de ação sobre ação e, fundamentalmente, da possibilidade de resistência”.

O exercício do poder para Foucault (1995, p. 244 apud SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013), acompanhado de resistência, pressupõe a existência de sujeitos livres, uma vez que não há relação de poder onde as determinações estão saturadas. Assim, a escravidão, por exemplo, não é uma relação de poder, pois o sujeito está acorrentado.

A partir disso, o significado social do poder que norteia o processo de empoderamento aqui discutido refere-se à

[...] condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou

poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade (BERTH, 2019, p. 21).

“Poder” também é definido por Batliwala (1994, p. 129 apud SARDENBERG, 2006) como o “controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideologia”. De acordo com esta autora, os recursos materiais incluem recursos físicos, humanos, financeiros, tais como: terra, água, corpos, mão de obra, dinheiro, acesso à dinheiro, crédito. Os recursos intelectuais correspondem ao conhecimento, à informação e as ideias. E, a ideologia refere-se à capacidade de gerar, propagar, sustentar e institucionalizar determinados quadros de crenças, normas, valores, atitudes e comportamentos.

Com vistas aos significados acima, sob a perspectiva feminista e sob o olhar de Batliwala (2007, p. 570), o empoderamento das mulheres visa deslocar o poder social de três formas:

[...] desafiando as ideologias que justificam a desigualdade social (como gênero ou casta); mudando os padrões prevalentes de acesso e controle sobre os recursos econômicos, naturais e intelectuais; e, transformando as instituições e estruturas que reforçam e sustentam estruturas de poder existentes (família, Estado, mercado, educação, meios de comunicação, etc.).

Essa finalidade do empoderamento está diretamente relacionada a sua origem emancipatória. De acordo com Baquero (2012), o termo tem suas raízes na reforma protestante, iniciada por Martinho Lutero no séc. XVI num movimento de protagonismo na luta por justiça social. Entretanto, a sua utilização crescente na Europa se deu a partir da década de 1960 com a eclosão dos movimentos sociais emancipatórios - dos negros, das mulheres, dos homossexuais, movimentos pelos direitos da pessoa deficiente - relacionados ao exercício de cidadania e contra o sistema de opressão (BAQUERO, 2012).

Apesar da sua origem, na atualidade, o termo empoderamento, tradução livre e direta de *empowerment*<sup>14</sup>, tem sido usado para representar uma ampla gama de conceitos – autonomia, agência, status, poder econômico etc. –, frequentemente associados às mulheres com ênfases nem sempre bem demarcadas. É comum que esses conceitos se refiram à habilidade das mulheres de tomar decisões e proporcionar resultados importantes para si e para suas famílias, além da capacidade de alcançar o próprio bem-estar por meio de escolhas estratégicas de vida

---

<sup>14</sup> O *empowerment* é composto pelo substantivo da língua inglesa *power*, que significa habilidade ou permissão para que alguém realize alguma coisa. O *empower*, por sua vez, surgiu de uma adaptação do próprio idioma em inglês chamada *verbing*, ou verbo, e significa, ao pé da letra, dar poder ou habilidade a algo ou a alguém (BERTH, 2019).

(MALHOTRA; SCHULER; BOENDER, 2002) sem, contudo, se referir a sua origem emancipatória (LEÓN, 2001).

Além disso, abordagens como as adotadas pelos órgãos governamentais e agências de desenvolvimento enfatizam o empoderamento individual em detrimento do coletivo. De acordo com León (2001), para aqueles que o utilizam na área do indivíduo, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento é limitado ao senso de autoconfiança. Ele assume um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal, ou seja, "fazer as coisas por si mesmo". Esta é uma visão individualista, que leva a indicar como prioridade os sujeitos independentes e autônomos com um senso de autocontrole, desconsiderando as relações entre estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana dos indivíduos e grupos, desconectando-os do contexto sociopolítico, histórico, da solidariedade, da cooperação e o do significado de importar-se com o outro. A ideia de empoderamento individual pode ser uma ilusão simples e pura se não estiver conectada com o contexto e se não estiver relacionada a ações coletivas dentro de um processo político.

Na sociedade, há espaço para as decisões e escolhas individuais, conforme explica Elias (1994). Aos indivíduos, apresentam-se oportunidades que podem ser aproveitadas ou perdidas. Aparecem encruzilhadas em que as pessoas têm que fazer escolhas cujos resultados refletirão no seu destino pessoal, no de sua família ou, quiçá, numa nação inteira. Delas pode depender a determinação de qual das pessoas ou grupos em confrontos, dentro de um sistema de tensões, se tornará o executor das transformações para as quais as tensões estão impelindo. Mas as oportunidades sobre as quais a pessoa se vê forçada a optar não são, em si mesmas, criadas por essa pessoa. São prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela. E, seja qual for a oportunidade que ela aproveite, seu ato se entremeará com os de outras pessoas e desencadeará outras consequências de ações, cujos resultados dependerão da distribuição do poder e da estrutura de tensões em toda essa rede humana. Nenhuma pessoa isolada consegue transformar a sociedade de uma só vez.

Corroborando com este pensamento, Garrafa (2005, p. 127) ressalta que a ideia de empoderamento

[...] reporta à importância de perceber que as escolhas dos sujeitos sociais não podem ser marcadas apenas por uma visão míope e estereotipada de autonomia, que circunscreve a opção individual ao exercício narcísico e antropocêntrico, levando o pensamento em direção à questão do poder de uns e outros cidadãos em mundos desiguais. E se a desigualdade é construída no meio social - na formação do indivíduo - suplantá-la implica em reconhecer a relação inequívoca entre autonomia e responsabilidade.

Isso não significa dizer que a dimensão individual esteja alijada do processo, ao contrário. Nenhum comportamento está sob o controle completo e voluntário do indivíduo, mas é parte de padrões de vida socialmente construídos e culturalmente imbricados (ELIAS, 1994). Assim, empoderamento individual e coletivo, de acordo com Berth (2019), são duas faces indissociáveis do mesmo processo, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento. Compreendemos, contudo, que é no nível coletivo que o empoderamento leva as mulheres a perceberem as injustiças muitas vezes naturalizadas e a pensarem estratégias para combater as fontes de iniquidades.

Sob essa perspectiva, para os estudos no âmbito da área de Ciência da Informação, é importante consideramos, com base em Kleba e Wendausen (2009), que o processo de empoderamento é dinâmico e envolve aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais. A partir dos estudos do professor e psicólogo Marc A. Zimmerman sobre a teoria do empoderamento, Kleba e Wendausen (2009) argumentam que esse processo, para fins didáticos e avaliativos, pode ser compreendido a partir de três níveis interdependentes de dimensões da vida social: psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou política.

O empoderamento no nível **pessoal ou psicológico** envolve a mudança de mentalidade a partir da percepção das próprias forças, o que resulta em um comportamento de autoconfiança, além de, aumento da autonomia e da liberdade (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Para Baquero (2012, p. 176), trata-se da “habilidade das pessoas ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais”.

Na visão de Kleba e Wendausen (2009), o empoderamento no nível psicológico ocorre quando a pessoa vivencia seu poder em situações de vulnerabilidade ou de ruptura. Por meio dessa vivência, ela reconhece recursos, que não são somente materiais, e possibilidades pessoais e/ou coletivas, além de sua capacidade de sair de uma posição de impotência e resignação, muitas vezes pré-determinada por um *script* social, convertendo esse conhecimento em ação social. Além de fortalecer suas competências, a pessoa desenvolve novas habilidades para enfrentar em seu cotidiano incertezas, adversidades e situações de risco.

O empoderamento no nível **grupal ou organizacional** “desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 733), a partir da participação da pessoa em organizações sociais, comunitárias ou estruturas mediadoras (como parentesco, grupos de vizinhança, igrejas, entidades de serviços). Se reconhece nisso a

possibilidade de indivíduos coletivos desenvolverem competências para participar da vida em sociedade, o que inclui habilidades e um pensamento reflexivo que qualifica a ação política. Além disso, essa participação proporciona experiências de liderança compartilhada, tomada de decisão compartilhada, ações de comunicação e apoio eficazes, distribuição de papéis e responsabilidades segundo a capacidade de cada um, troca de informações e recursos, gestão adequada em função do crescimento e desenvolvimento organizacional (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Nesse sentido, Friedmann (1996 apud KLEBA; WENDAUSEN, 2009) ressalta que quanto maior o acesso à informação, ao conhecimento, à participação em organizações comunitárias e aos recursos financeiros, maior será a capacidade de estabelecer e alcançar objetivos coletivos.

Na visão de Stark (2006 apud KLEBA; WENDAUSEN, 2009), o empoderamento grupal ou organizacional é facilitado pelos seguintes recursos:

- a) apoio emocional: diminuição do sentimento de impotência, dependência e solidão;
- b) apoio material: disponibilização de recursos materiais, técnicas de intervenção e recursos práticos para o cotidiano;
- c) apoio cognitivo/informacional: informações e esclarecimentos sobre direitos e disponibilidade de serviços, encaminhamento a pessoas com potencial de ajuda abertura e orientação sobre fontes de informação relevantes;
- d) manutenção da identidade social: fortalecimento da autoestima e do sentimento de identidade; e
- e) mediação de contatos sociais: promoção do contato entre pessoas com experiências semelhantes e fortalecimento do sentimento de pertencimento social.

Com relação ao terceiro nível de empoderamento, o **estrutural ou político**, Kleba e Wendausen (2009) observam que ele enfatiza a dimensão política da conformação da vida social. Entretanto, trata-se de “um processo conflituoso de redistribuição de poder político, em cujo percurso pessoas ou grupos renunciam a uma posição de dominação e se apropriam de habilidades de participação democrática e de poder político de decisão” (HERRIGER, 2006 apud KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 740).

A prática do empoderamento político “favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 733), mas requer um processo prévio de empoderamento social, ou seja, uma atmosfera favorável à participação efetiva de todos os cidadãos nas decisões políticas

relevantes. E, nesse sentido, os governos local, estadual e nacional são atores essenciais na geração dessas estruturas e no desenvolvimento de estratégias de empoderamento.

Além disso, também são considerados parâmetros para o empoderamento estrutural, na visão de Stark (2006 apud (KLEBA; WENDAUSEN, 2009):

- a) uma cultura que permita que a pessoa se conscientize de que é parte de uma comunidade, ou seja, além da possibilidade de alcançar objetivos pessoais, ele reconhece que toda a comunidade pode ser beneficiada por meio de um trabalho conjunto;
- b) a disponibilização de informações, ideias e concepções sobre como solucionar problemas, bem como a organização de troca de experiências e pensamentos; e,
- c) a realização de rituais de transformação é importante para a articulação entre os recursos existentes, as pessoas e a comunidade, e possibilita maior valorização das ações coletivas e dos recursos transpessoais assim produzidos.

Com base nisso, percebemos que a interdependência entre as mudanças que ocorrem nesses três níveis é o que garante a consistência ao processo de empoderamento, que se concretiza no cotidiano das pessoas, espaço onde estas reconhecem e experienciam necessidades e potencialidades que as despertam e viabilizam o crescimento de habilidades individuais e coletivas, e no contexto social, espaço de desenvolvimento de estratégias de apoio mútuo e de auto-organização, que reforçam a consciência política por meio de ações sociais e viabilizam a participação coletiva nas decisões sociais e políticas (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Além disso, percebemos a dimensão informacional posta como requisito básico para os três níveis de empoderamento, uma vez que sem informação e novos conhecimento não há mudança de mentalidade.

É com base nessas características que se considera o empoderamento como um instrumento de emancipação política e social, que “não se propõe a criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre as pessoas, tampouco traçar regras homogêneas de como cada um pode contribuir e atuar para as lutas dentro dos grupos minoritários” (BERTH, 2019, p. 22). Além disso, o ato de empoderar “não visa retirar poder de um para dar a outro a ponto de se inverter os polos de opressão, e sim de uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade” (BERTH, 2019, p. 23).

É importante frisarmos também que o empoderamento não pode ser fornecido nem tampouco realizado para pessoas ou grupos. Trata-se de um processo em que esses se empoderam a si mesmos. Isso significa que profissionais, ativistas, agentes externos etc. podem

somente promover ações ou auxiliar na criação de espaços que favoreçam e sustentem processos de empoderamento (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 733). Essas ações externas são fundamentais, pois, conforme pontua Sardenberg (2006), a mudança interna não nasce “naturalmente” dentro de uma condição de subordinação, ou de extrema vulnerabilidade. O processo de empoderamento tem que ser desencadeado por fatores ou forças induzidas externamente. No caso das mulheres, elas têm que ser convencidas, ou se convencer do seu direito à igualdade, dignidade e justiça. Isso nos remete ao que diz Paulo Freire no livro *Pedagogia do Oprimido*: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho”.

A partir dessas considerações sobre o processo de empoderamento, nos dedicaremos, na próxima seção, a descrever o movimento da competência em informação, alinhando-o ao sentido de empoderamento.

## 2.2 O MOVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: DO INSTRUMENTAL AO CONTEXTUAL

A ideia de competência em informação surgiu nos Estados Unidos, na década de 1970, sob a denominação de *information literacy*. O termo está ligado ao conceito de Sociedade da Informação uma vez que, após a segunda Guerra mundial, as necessidades informacionais, sobretudo para atender as demandas mercadológicas, representaram também uma importância social devido ao desenvolvimento de novas tecnologias da informação e da comunicação (DUDZIAK, 2003).

Ao longo das últimas décadas, como veremos nesta seção, a noção de competência em informação evoluiu em termos de escopo e prática, sendo considerada, na atualidade, uma metacompetência que engloba muito mais do que habilidades para o uso da informação.

A fim de propiciarmos essa compreensão, apresentamos um breve resgate de aspectos históricos e conceituais da competência em informação, abordamos algumas diretrizes de competência em informação e discorremos sobre a competência em informação das mulheres rurais, com base na literatura internacional sobre o tema.

### 2.2.1 Aspectos históricos e conceituais

Diversos autores (PINTO; ESCALONA-FERNÁNDEZ; PULGARÍN, 2013; SAMPLE, 2020; BELLUZZO, 2018; VITORINO, 2016) já se dedicaram a expressar, em detalhes, os

aspectos históricos e conceituais da competência em informação, o que nos permite, nesta seção, elencarmos alguns pontos que consideramos mais importantes para entendermos o estágio atual de desenvolvimento do conceito.

A expressão *information literacy*<sup>15</sup> é creditada a Paul Zurkowski que, no ano de 1974, submeteu a *National Commission on Libraries and Information Science* (NCLIS) o relatório intitulado *The information service environment relationships and priorities* da *Information Industry Association* recomendando que um programa nacional fosse estabelecido para que todos alcançassem a competência em informação na década seguinte (DUDZIAK, 2003; GASQUE, 2012). Neste documento, Zurkowski (1974) enfatizava que pessoas treinadas na aplicação de recursos informacionais no seu trabalho poderiam aprender técnicas e habilidades para a utilização de grande variedade de informação, bem como o uso de fontes primárias, de modo a criar soluções para seus problemas.

Em 1976, o conceito de competência em informação reapareceu em um artigo apresentado em um simpósio de bibliotecas da Universitárias do Texas sob uma nova dimensão: ligava-se a uma série de habilidades e conhecimentos, que incluíam a localização e o uso da informação para a resolução de problemas e tomada de decisão eficiente e efetiva (DUDZIAK, 2001; HATSCHBACH, 2002). Além disso, neste mesmo ano, os autores Hamelink e Owens apontaram a competência em informação como instrumento de emancipação política (DUDZIAK, 2003). Estes autores, conforme Campello (2003, p. 30), consideravam que “cidadãos competentes no uso da informação teriam melhores condições de tomar decisões relativas à responsabilidade social”.

No início dos anos 1980, surgiram trabalhos voltados para a *information technology literacy*, devido à forte influência das tecnologias da informação e a comunicação, que começavam a alterar os sistemas de informação e as bibliotecas, principalmente nos estados Unidos (DUDZIAK, 2003). De acordo com Campello (2009), a noção de tecnologia, que perpassa o conceito de competência em informação, é consequência natural do ambiente em

---

<sup>15</sup> Desde sua origem até o presente, o termo original em inglês, sofreu mudanças contínuas e ainda não há na literatura uniformidade com relação a terminologia. Em língua portuguesa, muitas são as expressões utilizadas para traduzir o termo: alfabetização informacional, alfabetização em informação, letramento informacional, literacia em informação, habilidades informacionais, competência informacional, competência em informação, entre outras (DUDZIAK, 2003; VITORINO; PIANTOLA, 2011; CAMPELLO, 2003; HATSCHBACH; OLINTO, 2008). Estas expressões se referem à mesma ideia ou grupo de ideias embora não possam ser consideradas sinônimos, pois possuem significados diferentes (GASQUE, 2012). Horton Júnior (2015), com o apoio da UNESCO, reúne reflexões e discussões de diversos estudiosos sobre as terminologias utilizadas para se referir a *information literacy* e demonstra que a tradução mais adequada para o português do Brasil é a expressão “competência em informação”, a qual utilizamos neste estudo e em estudos realizados anteriormente, por considerá-la semanticamente mais adequada.

que a temática se desenvolveu, ou seja, uma sociedade com abundância e diversidade de informação e, conseqüentemente, com a necessidade de novas habilidades para lidar com esta situação.

Em 1987, a educadora norte-americana Carol C. Kuhlthau publicou sua monografia intitulada *Information skills for an information society: a review of research*, em que discute a função da competência em informação na era dos computadores e no contexto da “explosão informacional”, em conjunto com os meios pelos quais os estudantes podem tornar-se usuários de informação competentes ao longo da vida. O conceito de competência em informação de Kuhlthau (1987) envolvia a capacidade de ler e usar informações essenciais para a vida cotidiana, bem como, reconhecer e buscar a informação necessária para a tomada de decisões. Além disso, requeria a habilidade para gerenciar complexas massas de informação geradas pelos meios de comunicação e aprender ao longo da vida.

Na visão de Dudziak (2003), com este estudo, Kuhlthau lançou as bases da *information literacy education*, segundo dois eixos fundamentais: a integração da *information literacy* ao currículo; e, o amplo acesso aos recursos informacionais a partir da apropriação das tecnologias de informação.

Nessa perspectiva, também destacamos a publicação, em 1989, do livro editado por Patricia S. Breivik e E. Gordon Gee, intitulado *Information literacy: revolution in the library*. Conforme Dudziak (2003), estes autores introduziram o conceito da educação baseada em recursos, que enfatiza os processos de construção de conhecimento a partir da busca e uso da informação, de maneira integrada ao currículo e considerando a biblioteca como elemento chave na educação.

Ainda no final da década, a American Library Association (ALA) publicou um documento elaborado por bibliotecários e educadores que definiu os elementos característicos da competência em informação, o papel educacional das bibliotecas e a importância dos programas educacionais para a capacitação dos estudantes. Trata-se do relatório intitulado *Presidential committee on information literacy: final report*, que contém uma das definições mais citadas na literatura e amplamente aceita pelos estudiosos da área da Ciência da Informação até os dias de hoje:

[...] para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Produzir esse tipo de cidadania requer que escolas e faculdades compreendam e integrem o conceito de competência em informação em seus programas de ensino e que desempenhem um papel de liderança preparando indivíduos e instituições para aproveitarem as oportunidades inerentes à sociedade da informação. Resumindo, pessoas competentes em informação são aquelas que

aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela (ALA, 1989, p.1, tradução nossa).

Neste documento, a ALA (1989) também associou a importância da competência em informação à qualidade de vida e à busca da felicidade das pessoas. Preconizou-se que àquelas que não desenvolvessem a habilidade de usar efetivamente a informação teriam dificuldade de identificar boas oportunidades culturais e educacionais, solucionar seus problemas e se tornariam dependentes de outros para a sua própria informação.

Com base nos estudos desse período (décadas de 1970 e 1980), denominado por Pinto, Escalona-Fernández e Pulgarín (2013) como “fase inicial”, Hatschbach (2002) observa que a competência em informação, progressivamente, foi se constituindo numa área de pesquisa dos profissionais da Ciência da Informação e da Biblioteconomia e despertou o interesse das instituições de ensino dos Estados Unidos, que passaram a integrar programas de competência em informação em suas atividades. Vitorino (2020, p. 28), por sua vez, identifica que o período foi marcado pela “elaboração de normas direcionadas aos setores educacionais, com foco na construção de modelos descritivos dos processos de aprendizagem por meio da busca e do uso da informação”. Ao mesmo tempo, de acordo com essa autora, esse também foi um período de críticas à legitimidade científica da competência em informação, em função, principalmente, da dificuldade de uma definição rigorosa do conceito e das distintas denominações.

A década de 1990 é denominada como a fase de crescimento (PINTO; ESCALONA-FERNÁNDEZ; PULGARÍN, 2013) do movimento da competência em informação. Deste período, podemos destacar como importantes as seguintes publicações:

- a) a monografia de Doyle (1994), que discute a emergência da temática como significativa para a organização e o desenvolvimento da sociedade contemporânea e faz um levantamento dos requisitos necessários para uma pessoa ser considerada competente em informação;
- a) a tese intitulada *Information literacy: a phenomenography*, da pesquisadora australiana Christine Bruce (1996), que examina a experiência de educadores de duas universidades australianas sobre o que significa ser competente em informação, e propõe o modelo relacional, que repudia a literatura corrente por considerá-la eminentemente baseada na aquisição de comportamentos.
- b) a segunda versão do documento *Information power*, de autoria da *American Association of School Librarians* (AASL), que incluiu um conjunto de recomendações/padrões para desenvolver habilidades informacionais desde a fase de educação infantil até o

ensino médio. Estas habilidades foram divididas em três grupos que abrangem: a) competência para lidar com informação; b) informação para aprendizagem independente; c) informação para responsabilidade social (AASL, 1998).

O período também foi marcado por iniciativas de organizações internacionais voltadas para a competência em informação, instrução e orientação bibliográfica e pela criação de institutos, como, por exemplo, o *Institute for Information Literacy* da ALA, destinado a dar suporte à implementação de programas educacionais no ensino superior (DUDZIAK, 2003).

Ainda surgiram, de acordo com De Lucca (2019, p. 39), “modelos, programas e projetos para o desenvolvimento da competência em informação, que possuíam o objetivo de desenvolver e estimular os processos levantados pelo documento da ALA”. Dentre os modelos mais conhecidos e que mais influenciaram nas definições de competência em informação, a autora destaca o *Information Search Process* de Carol Kuhlthau (1991) e o modelo relacional *Seven Faces of Information Literacy* de Christine Bruce (1996).

A maioria desses modelos foram desenvolvidos e aplicados no contexto dos estudantes universitários, em países mais desenvolvidos, como evidenciam, por exemplo, os estudos de Alves e Alcará (2014), Belluzzo (2018). Isso demonstra os avanços teóricos da área nos últimos anos e o interesse dos pesquisadores, docentes e profissionais da informação pela temática, mas também indica que para outros contextos e grupos sociais faltam instrumentos para desenvolver e avaliar a competência em informação.

De forma geral, Vitorino (2020) observa que a fase de crescimento foi marcada pela ênfase nos aspectos cognitivos, atitudinais, informacionais e pragmáticos, com uma abordagem sistêmica e baseada em documentos. Os estudos centravam-se no significado e nas implicações da competência em informação para os programas educacionais, baseando-se na percepção de estudantes universitários e profissionais da informação.

As iniciativas mencionadas até aqui contribuíram fundamentalmente para que a competência em informação ganhasse dimensões universais e para que se iniciasse na área de Ciência da Informação uma busca constante pela elucidação do conceito, a fim de torná-la acessível a um número cada vez maior de pessoas (DUDZIAK, 2003), ou seja, iniciou-se um processo de amadurecimento do conceito.

Nessa perspectiva, já no início da década de 2000, fase denominada integrativa (PINTO; ESCALONA-FERNÁNDEZ; PULGARÍN, 2013); a *Association of College and Research Libraries* (ACRL) publicou o documento *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*, que apresentou padrões e indicadores de desenvolvimento em estudantes de

ensino superior e reconheceu a competência em informação como cada vez mais importante na contemporaneidade: “devido à crescente complexidade desse ambiente, os indivíduos são confrontados com diversas e abundantes opções de informações - em seus estudos acadêmicos, no local de trabalho e em suas vidas pessoais” (ACRL, 2000, p. 2, tradução nossa).

Nesse documento parte-se do pressuposto de que a pessoa competente em informação é capaz de: a) determinar a natureza e a extensão da necessidade de informação; b) acessar a informação necessária de forma eficaz e eficiente; c) avaliar a informação e suas fontes criticamente e incorporar a informação selecionada em sua base de conhecimentos e sistema de valores; d) individualmente ou como membro de um grupo, utilizar a informação efetivamente para atingir um propósito específico; e) compreender as questões econômicas, legais e sociais que envolvem o uso de informações e acesso e uso da informação de forma ética e legal (ACRL, 2000).

Em 2005, ocorreu, em Alexandria, o evento denominado *High-Level Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning*, organizado pelo *National Forum on Information Literacy* em conjunto com a IFLA e a UNESCO, que reuniu 40 especialistas de 25 países com o intuito de debaterem sobre a competência em informação a partir das seguintes áreas: educação e aprendizado ao longo da vida<sup>16</sup>; saúde e serviços humanos; desenvolvimento econômico; governança e cidadania. O debate deu origem a um documento que apresenta considerações sobre a contribuição da temática para o desenvolvimento da sociedade, e fixa recomendações para que esse desenvolvimento aconteça em cada uma das áreas mencionados

---

<sup>16</sup> A UNESCO, por meio de sua Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, presidida por Jacques Delors, estabeleceu, em 2010, os quatro pilares da educação ao longo da vida com enfoque em aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. O aprender a conhecer envolve, inicialmente, o exercício da memória, do pensamento e da atenção. Compreende o aprendizado amplo da cultura, permitindo que o indivíduo desenvolva a compreensão do mundo sob diferentes perspectivas e se fundamente no prazer pelo aprendizado. Esse pilar favorece o despertar da curiosidade intelectual, do senso crítico e da compreensão da realidade pela autonomia do discernimento. O aprender a fazer está diretamente relacionado à formação profissional, no sentido de formar pessoas com habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento das suas atividades de forma autônoma e criativa, bem como a enfrentar e solucionar problemas. O aprender a conviver está, primeiramente, vinculado ao respeito. Requer o desenvolvimento da capacidade de compreensão para com o outro, de respeitar as individualidades e as diversidades; implica saber trabalhar em conjunto, bem como buscar a serenidade para a resolução de conflitos existentes no convívio em sociedade. O aprender a ser requer que a educação contribua para a formação do indivíduo em sua totalidade, que abrange o “espírito e o corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade”, propiciando a “liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação”. Todos esses elementos são fundamentais ao desenvolvimento de suas potencialidades como sujeito participativo, para que, em certa medida, assuma os rumos de sua própria vida (DELORS, 2010).

anteriormente, dando-se prioridade a populações em condição de vulnerabilidade em virtude de alguma condição específica, em cada setor (DE LUCCA, 2019).

Além disso, o colóquio resultou na Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida, a qual preconiza que a competência em informação e a aprendizagem ao longo da vida são os Faróis da Sociedade da Informação, iluminando os caminhos para o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade (IFLA, 2005). Na visão de Belluzzo (2018, p. 45), o “documento demonstrou a importância da inclusão social, do desenvolvimento socioeconômico e da promoção do bem-estar das pessoas pelo desenvolvimento de políticas, programas e projetos” de competência em informação.

Em 2016, a ACRL publicou o documento intitulado *Framework for Information Literacy for Higher Education*, que se trata de uma nova estrutura para a implementação de práticas de competência em informação. Neste documento, deixou-se de lado a ideia de padrões para incorporar um conjunto de elementos de *Framework* (ACRL, 2016). Trata-se, portanto, de um enquadramento mais amplo, sob o qual se encaixam várias literacias: alfabetização digital, alfabetização midiática, alfabetização visual e fluência em tecnologia da informação (SAMPLE, 2020), além de uma argumentação em prol da competência em informação como metacompetência, que envolve engajamento nos aspectos comportamental, afetivo, cognitivo e metacognitivo (DE LUCCA, 2019).

Na fase integrativa que perdura até os dias de hoje, portanto, percebemos a adoção de uma orientação socioeducativa e o crescimento exponencial de publicações sobre competência em informação. Busca-se, nesta fase, reconhecer a competência em informação como um processo holístico a ser integrado nos diferentes contextos da vida do sujeito: social, político, cultural, educacional, econômico, trabalho e saúde (PINTO; ESCALONA-FERNÁNDEZ; PULGARÍN, 2013). Além disso, Vitorino (2020, p. 29), com base em Bruce (2016), observa que os pesquisadores vêm desenvolvendo “uma consciência coletiva em relação ao espaço de estudos construído em torno da competência”, emergindo-se, assim, a ideia de competência em informação como um “caminho essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de determinar o curso de suas vidas” (VITORINO, 2020, p. 29).

Ao longo desses quase 50 anos do seu surgimento, portanto, a noção de competência em informação vem evoluindo em termos de escopo e prática e acompanhando o desenvolvimento da sociedade. Trata-se de um conceito amplo e dinâmico, em constante

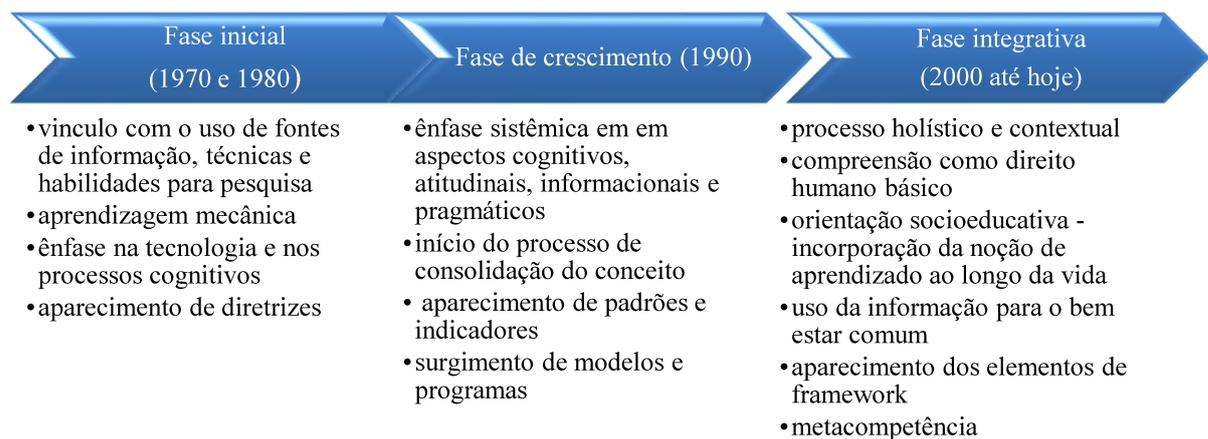
crescimento, que incorpora uma gama cada vez maior de habilidades, comportamentos, valores e atitudes necessários a todas as pessoas frente as mudanças da sociedade.

Esse regaste histórico sobre a evolução da competência em informação nos permite, na atualidade, a compreendermos a partir de três abordagens fundamentais, as quais Sample (2020) descreve como:

- a) um conjunto de habilidades: essa abordagem sustenta a competência em informação como um conjunto de habilidades e comportamentos necessários às pessoas na busca de informações dentro de ambientes digitais, tendo como característica principal ser quantificável e poder ser medida com base no desempenho da pessoa;
- b) uma maneira de pensar: essa abordagem assume a ideia de “cultivar hábitos da mente” e enfatiza os modelos cognitivos, incluindo o pensamento crítico;
- c) um fenômeno ou prática social: os adeptos dessa abordagem a veem como altamente contextual e socialmente construída. O foco dessa perspectiva está nas capacidades gerais para viver, aprender e trabalhar em uma sociedade rica em informações e tecnologias e com crescentes expectativas dos sujeitos.

A partir do que discutimos até aqui, apresentamos na Figura 6, de forma sintetizada, alguns aspectos da evolução histórica e conceitual da competência em informação.

Figura 6 – Evolução histórica e conceitual do movimento da competência em informação em âmbito mundial



Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2022).

Para finalizar essa seção, acrescentamos que, no Brasil, os primeiros trabalhos sobre competência em informação remontam o início da década de 2000 e seguem a tendência mundial de elucidação do conceito, importância da temática e determinação de habilidades e conhecimentos inerentes à competência em informação. Esses trabalhos são das pesquisadoras

Sonia Caregnato (2000), Elizabeth A. Dudziak (2001, 2002, 2003), Maria Helena Hatschbach (2002), Regina Belluzzo (2001) e Bernadete Campello (2003).

A partir dessas primeiras publicações, diversos outros pesquisadores vêm se dedicando ao estudo da temática. Contudo, o tema ainda se apresenta em estado inicial de difusão e investigação, emergindo na literatura nacional com relatos de estudos teóricos e de algumas poucas experiências de sua aplicação (BELLUZZO, 2018). Estas experiências vêm sendo divulgadas em obras como as organizadas por Vitorino e Spudeit (2021) e Vitorino (2021), nas quais, além de perspectivas para o desenvolvimento da competência em informação, também observamos tendências de investigação e aplicação futuras.

Com base nos estudos mencionados aqui, observamos que o avanço de uma concepção instrumental para uma concepção contextual nos permite compreender as pessoas não mais como usuárias de uma unidade de informação, mas como agentes de mudanças individuais e coletivas. Contudo, para que isso se efetive, é fundamental pensarmos no desenvolvimento da competência como um projeto social amplo e inclusivo que abarque as pessoas “comuns”, que não estão em fase escolar ou universitária.

Dito isto, na subseção seguinte, elencamos algumas diretrizes de competência em informação que podem orientar estratégias, ações e programas para o desenvolvimento dessa competência, bem como a criação de políticas públicas.

### 2.2.2 Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação de pessoas adultas

Nas últimas décadas, em âmbito internacional, diversas instituições, como a UNESCO e IFLA, propuseram diretrizes direcionadas à educadores, à bibliotecários e à facilitadores de informação para a elaboração de políticas, estratégias, programas e ações de competência em informação. No Brasil, entidades, como a FEBAB, têm contribuído para o estabelecimento de ações que apoiam a liberdade de expressão, o pluralismo, a diversidade, o acesso à informação e à mídia.

Essas diretrizes são o resultado de consensos sobre como um problema particular pode ser abordado em nível local, regional, nacional ou global. À medida em que governos, associações, instituições internacionais, empresas multinacionais e organizações não governamentais se beneficiam deste conhecimento, incorporando as normas e diretrizes às suas políticas, objetivos operacionais e ações do dia a dia, consolida-se o caráter militante e ideológico dessas iniciativas (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

Ao pensarmos no desenvolvimento da competência em informação e pessoas adultas, destacamos que a Seção de Habilidades em Informação (InfoLit), da IFLA, publicou em 2008 o documento intitulado Diretrizes sobre Desenvolvimento de Habilidades em Informação (DHI) para a Aprendizagem Permanente, elaborado por Jesús Lau. De acordo com o documento, as diretrizes constituem um modelo conceitual para guiar profissionais da informação na criação de programas de DHI em bibliotecas universitárias, escolares e públicas, independentemente de sua localização geográfica.

Conforme destaca Lau (2008, p. 1), as habilidades em informação, também conhecidas como “pensamento crítico” ou “aprender a aprender”,

[...] são vitais para a aprendizagem permanente, podendo ser utilizadas para a comunicação interpessoal cotidiana de qualquer cidadão, desde uma pessoa que precisa de informação sobre serviços de saúde para alguém a seus cuidados até um estudante que busca encontrar informação específica para completar uma atividade.

As diretrizes da IFLA centram-se em padrões internacionais, como os da AASL, ACRL e SCOUNL, agrupados sob os três componentes básicos de DHI, conforme observamos na Figura 7: acesso (o usuário acessa à informação de forma eficaz e eficiente); avaliação (o usuário avalia a informação de maneira crítica e competente); e, uso (o usuário aplica/usa a informação de maneira precisa e criativa) (LAU, 2008).

Figura 7 – Habilidades em informação



Fonte: Lau (2008, p. 17).

Em linhas gerais, as diretrizes descritas por Lau (2008) referem-se à:

- a) articular um programa de habilidades em informação/aprendizagem permanente não é tarefa apenas do bibliotecário, é responsabilidade de toda a comunidade de

- aprendizagem: professores, docentes universitários, pais de família, estudantes, sociedade em geral;
- b) os bibliotecários podem servir como agentes para ajudar a outras organizações a estabelecer e elaborar suas políticas de desenvolvimento de habilidades em informação, assim como seus programas e projetos;
  - c) o maior êxito de um programa de desenvolvimento de habilidades em informação depende do compromisso no âmbito institucional. Por esse motivo, os profissionais da informação devem dedicar o tempo para criar as estratégias relevantes, para convencer e “vender” os benefícios do DHI aos líderes institucionais para obter seu apoio;
  - d) para criar um programa de desenvolvimento de habilidades em informação é necessário seguir um plano de ação com passos que ajudarão a desenvolver ideias claras acerca do que se deseja conseguir e como se pretende que sejam alcançados os objetivos;
  - e) o ideal é ter um programa que faça parte do currículo, uma vez que essas habilidades requerem o desenvolvimento apoiado em todos os níveis de ensino formal: básico, fundamental, médio ou superior;
  - f) os bibliotecários, além de conhecerem os componentes de desenvolvimento de habilidades informacionais, devem familiarizar-se com estas teorias de aprendizagem para desenvolver técnicas de ensino efetivas;
  - g) a aprendizagem deve ser monitorada e avaliada.

A UNESCO, por sua vez, vem trabalhando, desde 2011, no conceito de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) para o empoderamento das pessoas, que unifica competência em informação e alfabetização midiática. De um lado, o conceito engloba a competência em informação que “ênfatisa a importância do acesso à informação e a avaliação do uso ético dessa informação” (WILSON et al., 2013, p. 18) e, de outro, engloba a alfabetização midiática que “ênfatisa a capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como essas funções são desempenhadas e de engajar-se racionalmente junto às mídias com vistas à autoexpressão” (WILSON et al., 2013, p. 18).

O documento Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias, elaborado por Grizzle et al. (2016), contém um marco teórico, que utiliza um conjunto de abordagens inter-relacionadas, para a articulação e a aplicação de políticas e estratégias de AMI regionais e nacionais. Segundo esses autores, na articulação de políticas de AMI devem ser utilizadas as seguintes abordagens: de convergência; baseada em direitos

humanos; de empoderamento; baseada nas sociedades do conhecimento; de diversidade cultural e linguística; e, baseada em gênero e desenvolvimento.

Na abordagem baseada nos direitos humanos são identificados os detentores de direitos e seus direitos conferidos, bem como os correspondentes detentores de deveres e suas obrigações, a fim de que façam suas reivindicações e/ou cumpram com suas obrigações. Essa abordagem não se concentra apenas nos direitos humanos em si, mas também no uso dos padrões e dos princípios dos direitos humanos ao conduzir o desenvolvimento da AMI (GRIZZLE et al., 2016).

Com relação à abordagem de empoderamento, Grizzle et al. (2016) argumentam que a “onipresença” da informação, da mídia, da Internet e de outros provedores de informação requer uma ênfase maior no empoderamento dos cidadãos, garantindo, assim, que eles tenham habilidades, atitudes e conhecimentos que permitam sua interação crítica e eficaz com conteúdos de todas as formas de mídia e provedores de informação.

A abordagem de diversidade cultural e linguística considera esses recursos como “importantes para as políticas e as estratégias da AMI, pois promovem sua articulação com a linguagem, a educação e a comunicação” (GRIZZLE et al., 2016, p. 23). A principal preocupação dessa abordagem, de acordo com os autores, é garantir os direitos humanos universais, a liberdade de expressão e a participação democrática.

A abordagem baseada em gênero e desenvolvimento reconhece que: mulheres e homens não têm o mesmo acesso à informação, às mídias e às novas plataformas tecnológicas em termos de uso, operação e posse, e isso precisa ser mudado; em âmbito nacional, mais atenção deve ser dedicada aos grupos em desvantagem para garantir que mulheres e homens tenham o mesmo acesso às competências da AMI, como uma forma de mudar o desequilíbrio observado acima; e, homens e mulheres devem ter participação igual no desenvolvimento e na implementação das políticas e estratégias da AMI (GRIZZLE et al., 2016).

Por fim, a abordagem baseada nas sociedades do conhecimento sustenta-se nos quatro princípios descritos na Figura 8.

Figura 8 – AMI e sua conexão com os princípios das sociedades do conhecimento

PRINCÍPIOS SC	ASSOCIAÇÕES COM A AMI
Acesso igual à educação de qualidade para mulheres, homens, meninos e meninas	O acesso à informação é um requisito necessário para atingir o objetivo da Educação para Todos. A AMI inclui as competências para acessar, avaliar e usar com eficácia e ética informações, mídias e outros provedores de informação; a AMI também está relacionada à educação de qualidade, pois esclarece a necessidade de uma definição ampliada da alfabetização.
Multiculturalismo que garanta a expressão da diversidade cultural, incluindo os aspectos de gênero na cultura	Mídias, bibliotecas e outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, assim como transmissores de cultura, são o motor que impulsiona a globalização das culturas. A AMI promove o multiculturalismo ao conferir aos cidadãos as competências para usar mídias, bibliotecas, internet e outros provedores de informações para expressões culturais e diálogos, bem como para analisar e avaliar com senso crítico a representação de várias culturas e pessoas por meio da mídia e dos outros provedores de informação.
Acesso universal à informação para mulheres, homens, meninos e meninas, sobretudo à informação de domínio público	O acesso dos cidadãos à informação por meio de políticas, leis e regulamentações é completo somente se eles tiverem as competências necessárias para aproveitar essa nova oportunidade. A AMI fornece as competências necessárias.
Liberdade de expressão, com implicações para a igualdade de gênero	Da mesma forma, a AMI empodera os cidadãos com competências para reivindicar a liberdade de expressão e de imprensa e usar essas liberdades de maneira ética.

Fonte: Grizzle et al. (2016, p. 22).

Grizzle et al. (2016) sugerem como a AMI é essencial para colocar os princípios da sociedade do conhecimento em prática. A educação de qualidade, o multiculturalismo, o acesso à informação e a liberdade de expressão são apresentados na perspectiva da igualdade de gênero.

Ao serem formuladas com base nessas abordagens, as políticas e estratégias de AMI “promovem a criação de sociedades baseadas no conhecimento, inclusivas, pluralistas, democráticas e abertas” [...] e “são fundamentais para garantir a continuidade da governança moderna e da cidadania global no mundo digital” (GRIZZLE et al., 2016, p. 4). Além disso, tendem a evitar o aumento das disparidades entre os que têm e os que não têm acesso à

informação e às mídias, entre os que exercem ou não a liberdade de expressão e entre os que são e os que não são capazes de encontrar, analisar e avaliar de maneira crítica a informação.

Além das diretrizes internacionais, concordamos com Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017, p. 216) que

[...] declarações, manifestos e recomendações são instrumentos políticos importantes à medida que delineiam princípios, estabelecem padrões e são capazes de influenciar governos e a coletividade. Tais instrumentos são o resultado de discussões entre governos e sociedade civil, e consulta a especialistas.

Com base nisso, observamos que no Brasil, a FEBAB vem acompanhando a temática competência em informação desde 2003, promovendo palestras, eventos, workshops e contatos com especialistas (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017). Dos eventos realizados pela entidade em parceria com outras instituições resultaram documentos com orientações para o desenvolvimento da competência em informação, dos quais destacamos para esta pesquisa a Declaração de Maceió, o Manifesto de Florianópolis e a Carta de Marília.

Redigida com o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da Universidade de Brasília (UNB) e da FEBAB, a Declaração de Maceió (2011), chamou bibliotecários, pesquisadores e docentes da área de Biblioteconomia a participarem mais ativamente das discussões e, principalmente, a protagonizar um processo de mudança impulsionado pela percepção de que os recursos para o acesso, uso, avaliação e comunicação da informação eram insuficientes para atender às demandas da cidadania da pessoas.

Dessa forma, os bibliotecários deveriam colocar a competência em informação na pauta das bibliotecas brasileiras e os participantes do evento envidarem esforços junto às instituições, organismos e associações de sua abrangência profissional e geográfica, para promover o *advocacy*<sup>17</sup> em defesa da competência em informação (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

Em 2013, foi publicado o Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias (2013, p. 1) que enfatizou a competência em informação como “um fator crítico e condicionante ao desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil na contemporaneidade”. Como tal, essa competência “merece a atenção primária no que tange à mobilização da Sociedade Civil organizada e dos Órgãos

---

<sup>17</sup> O termo *Advocacy*, em linhas gerais, significa defender, promover e trabalhar por uma causa. O termo também pode ser entendido como ativismo e, neste sentido, conforme consta no site da FEBAB (2022), todo o bibliotecário deve ser um ativista de uma causa ou, conforme o termo em inglês, um *advocate*.

Governamentais para a sua integração às ações de democracia e exercício pleno da cidadania” (MANIFESTO DE FLORIANÓPOLIS..., 2013, p. 1)

O documento aponta para a urgência em reavaliar as políticas brasileiras voltadas às populações vulneráveis e minorias sociais. Para isso, elenca diversas ações e recomendações direcionadas à bibliotecários, movimentos associativos, instituições públicas e privadas.

A Carta de Marília, elaborada em 2014 durante o III Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências, deu continuidade aos esforços dos I e II Seminários que culminaram com as publicações oficiais da “Declaração de Maceió” e do “Manifesto de Florianópolis”. Nos interessa destacar desse documento a diretriz que aponta para a necessidade de políticas públicas que favoreçam a ampliação de as oportunidades em termos da redução das iniquidades sociais e das desigualdades regionais e a consolidação de avanços alcançados em diferentes áreas, em especial àquela que diz respeito à competência em informação, cujo enfoque está dirigido à dimensão humana e tecnológica para a construção de conhecimento na sociedade contemporânea (CARTA DE MARÍLIA, 2014).

De forma geral, os documentos aqui mencionados defendem o desenvolvimento da competência em informação, que envolve habilidade para o uso da informação, pensamento crítico e o aprender a aprender, como um direito humano ou um requisito básico para a cidadania, o empoderamento e a inclusão social e informacional. Isso coloca a competência em informação diretamente dentro de um contexto de justiça social. Além disso, atribuem o protagonismo da mudança social às bibliotecas e os profissionais que nelas atuam sem desconsiderar outros profissionais e a necessidade de políticas públicas governamentais.

Considerando-se os princípios norteadores dos documentos, bem como, o propósito de contextualizar o objeto de estudo desta tese, apresentamos, na próxima subseção, artigos científicos sobre competência em informação e mulheres rurais. Esses estudos reforçam a relevância social e científica deste trabalho de tese, além de nos permitirem identificar, de antemão, elementos importantes que envolvem o objeto da pesquisa.

A seguir, apresentamos o “estado da arte” sobre competência em informação e mulheres rurais.

### 2.2.3 Competência em informação e mulheres rurais

No Quadro 3, apresentamos alguns dados dos artigos científicos, recuperados em bases de dados internacionais, que compõe o “estado da arte” sobre competência em informação e mulheres rurais.

Quadro 3 – Artigos sobre competência em informação de mulheres rurais

AUTORIA	TÍTULO	ANO DE PULICAÇÃO	BASE DE DADOS
MARTIN, L. M.; HELSTEAD, A.; TAYLOR, J.	Learning in rural communities: fear of information communications technology leading to lifelong learning?	2001	Scopus
SHABI, I. N.	Information literacy: a catalyst for health information seeking and empowerment among women in rural communities in Nigeria	2012	LISA
REBOLLO, M. Á. R.; VICO, A.	Perceived social support as a factor of rural women's digital inclusion in online social networks	2014	Scopus, WoS
JIMÉNEZ-CORTÉS, R. <i>et al.</i>	Social network user motivation: an analysis of rural women's profiles: an analysis of rural women's profiles	2015	Scopus
BALASUBRAMANIAN, K. <i>et al.</i>	Using mobile phones to promote lifelong learning among rural women in Southern India	2010	Scopus, WoS
GHOSE, M.; MULLICK, D.	A tangled weave: tracing outcomes of education in rural women's lives in North India	2015	Scopus
ADEKANNBI, J. O.; ADENIRAN, O. M.	Information literacy of women on family planning in rural communities of Oyo State Nigeria	2017	Scopus WoS LISA
VIJAYALAKSHMI, B; THIRUMAGAL, A; MANI, M.	Developing information literacy skills among rural area college students a study at Tirunelveli district Tamilnadu	2018	LISA

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa nas bases de dados LISA, WoS e Scopus (2021)

Adekannbi e Adeniran (2017) exploram a competência em informação de mulheres, em idade reprodutiva, de seis comunidades rurais de Akinyele, no Estado de Oyo, na Nigéria, com foco no planejamento familiar. O planejamento familiar é uma das questões mais críticas consideradas em todo o mundo, especialmente, nos países em desenvolvimento, devido ao seu papel vital nos setores de saúde e economia. Trata-se do uso da contracepção moderna e outros métodos de controle da natalidade para regular o número, o tempo e o espaçamento dos nascimentos humanos.

O estudo mostra que as mulheres que participaram desse estudo possuem conhecimentos básicos sobre planejamento familiar e as principais fontes de informação são o rádio e os

profissionais dos centros de saúde. Entretanto, a aquisição de informações sobre a temática ocorreu de forma acidental, pois a maioria das entrevistadas desconhecia programas específicos sobre planejamento familiar. Além disso, o estudo também mostra que as mulheres não adotavam nenhuma forma de planejamento familiar em função da desaprovação dos maridos e da indisponibilidade de instalações e recursos de saúde, bem como, dos efeitos colaterais do uso de métodos de controle de natalidade (ADEKANNBI; ADENIRAN, 2017).

Por sua vez, Shabi (2012) argumenta em prol da competência em informação como um catalisador para a busca de informações sobre saúde e empoderamento de mulheres em comunidades rurais na Nigéria. De acordo com a autora, há várias décadas, o empoderamento das mulheres tem sido uma questão de grande preocupação especialmente entre os países em desenvolvimento, como a Nigéria.

Segundo explica a autora, a Nigéria é um país rico em diversidade cultural, mas é marcado pela subjugação feminina. As mulheres, de forma geral, ocupam o menor degrau da escala social no país e, na maioria das vezes, vivem abaixo da linha da pobreza. Isso afeta a saúde dessas mulheres que, muitas vezes, precisam confiar em suas próprias habilidades e conhecimentos para sobreviver. Com relação as mulheres rurais, Shabi (2012) afirma que elas compõem a maior parte da força de trabalho agrícola. Elas cultivam a terra, retiram as ervas daninhas, fazem a colheita, transformam as colheitas em alimentos, além de possuírem responsabilidades domésticas e familiares. Contudo, dificilmente são reconhecidas, não possuem terras e são vítimas de práticas socioculturais prejudiciais, como leis de herança, práticas de viuvez, mutilação genital, incapacidade de negociar sexo seguro, o que faz com que elas sejam mais afetadas pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), subordinação, negação de direitos e, tudo isso, se deve à ignorância e à desinformação.

Shabi (2012) defende, portanto, que a competência em informação, quando possibilitada às mulheres rurais, leva ao empoderamento, à busca ativa de informações sobre saúde e ao acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva. Ensinar habilidades informacionais às mulheres rurais pode reduzir, se não preencher completamente, as lacunas de gênero na busca de informações sobre saúde. Quando elas adquirem habilidades informacionais, são capazes de assumir o controle de suas decisões em saúde. A competência em informação, de acordo com a autora, é uma ferramenta de empoderamento que faz com que as mulheres rurais evoluam gradualmente, com segurança, para aprendizes mais confiantes que ensinarão outras mulheres e que, por sua vez, incorporarão as informações selecionadas em sua base de conhecimento e sistema de valores. Nesse sentido, a autora destaca o papel dos bibliotecários nas bibliotecas

rurais. Como buscadores de conhecimento, eles devem fornecer as informações em um formato adequado e que seja útil para atender às necessidades de informação de saúde das mulheres.

Já Rebollo e Vico (2014) abordam a inclusão digital de mulheres rurais em redes sociais. O objetivo da pesquisa foi conhecer o apoio social percebido pelas mulheres rurais da região de Andaluzia, na Espanha, em redes sociais online e a sua relação com a inclusão digital, considerando também se existiam diferenças no grau de apoio em função da idade, da situação familiar e de trabalho.

De acordo com as autoras, vários relatórios alertavam sobre os obstáculos enfrentados pelas mulheres rurais no acesso e uso de tecnologias e destacavam diversos fatores que poderiam contribuir para a sua exclusão digital, como as desigualdades de gênero. Esses estudos têm mostrado que o acesso à informação é uma condição necessária, mas não suficiente para a inclusão digital e o exercício da cidadania plena (REBOLLO; VICO, 2014). Resultados de uma revisão da literatura sobre gênero e uso de tecnologia, de Hargittai e Shafer (2006), citada por Rebollo e Vico (2014), demonstram que, devido à maior parcela de responsabilidades assumidas em casa e na criação dos filhos, as mulheres tiveram menos tempo para usar o computador e navegar na Internet, sugerindo que as desigualdades de gênero persistem mesmo quando os obstáculos de acesso e uso básico da informação foram superados.

Os resultados da pesquisa de Rebollo e Vico (2014) mostraram um grau de apoio social médio, havendo diferenças significativas no apoio percebido pelas mulheres em função da idade, da situação familiar e de trabalho. Mulheres jovens, solteiras, estudantes, sem filhos são as que mais percebem o apoio social nas redes sociais. Em contraste, o grupo que menos recebeu apoio online foram as mulheres casadas, com filhos e com trabalho remunerado. As dimensões mais importantes do apoio social para as mulheres referem-se ao fato de encontrar pessoas com quem elas possam se divertir, conversar, se sentirem amadas, compartilhar interesses e confiança. Dessa forma, as autoras concluem que existe uma ligação entre o apoio social percebido por essas mulheres nas redes sociais e sua inclusão digital, o que confirma a tendência geral observada em outros estudos sobre a relação entre ambiente social e o uso de tecnologias.

Rebollo e Vico (2014) também observam que as políticas de inclusão digital andaluzas em áreas rurais têm produzido bons resultados em termos de acessibilidade, com a grande maioria das mulheres usando essa tecnologia em um nível funcional, mas que é importante prosseguir com essas políticas para estimular o uso avançado das tecnologias e das redes sociais como forma de promover a cidadania digital.

O estudo de Jiménez-Cortés *et al.* (2015) buscaram conhecer as motivações das mulheres rurais andaluzas para o uso de redes sociais virtuais e determinar perfis com base em suas respostas, com a finalidade de repensar propostas educacionais voltadas à alfabetização digital e ao exercício da cidadania. De acordo com esses autores, estudos internacionais indicam que as redes sociais virtuais mudaram a presença e a participação das mulheres em ambientes virtuais e são um contexto ideal para a aprendizagem. Assim, a investigação dos processos pelos quais as pessoas aprendem nesses novos ambientes e quais são suas motivações para fazê-lo é essencial.

Os resultados dessa pesquisa indicam que as mulheres rurais, em geral, apresentam uma grande variedade de motivações para o uso de redes sociais, sendo que as mais frequentes são relacionais, de informação e de entretenimento. Também apontam para dois perfis de mulheres significativamente diferentes: mulheres que utilizam redes sociais com grande diversidade de motivações e que apresentam maior nível de habilidade, autonomia e intensidade no uso de redes; e, mulheres que usam as redes exclusivamente por razões relacionais e que expressam um nível mais baixo de habilidade, autonomia e intensidade de uso (JIMÉNEZ-CORTÉS *et al.*, 2015). A partir disso, Jiménez-Cortés *et al.* (2015) apontam a necessidade de promover a diversidade de usos das redes sociais por mulheres em comunidades rurais e de propor propostas educacionais voltadas a diferentes perfis a partir das motivações para o uso. Desenhar estratégias educacionais sensíveis a esses perfis será uma forma de aumentar não apenas seu capital social, mas também sua alfabetização e inclusão digital.

A pesquisa de Balasubramanian *et al.* (2010) se refere ao aprendizado ao longo da vida e uso de TIC. Trata-se de uma tentativa de entender a relação entre o contexto formal e informal de mulheres rurais carentes do sul da Índia e o uso de telefones celulares enquanto ferramentas para a aprendizagem ao longo da vida, sob o ponto de vista do capital social. A pesquisa baseou-se na premissa de que a brecha digital em termos de gênero deve ser percebida além das questões de simples acesso às TIC.

As análises de Balasubramanian *et al.* (2010) evidenciam dois aspectos importantes: a aprendizagem autodirigida e as dimensões de gênero. Os autores relatam que a comunidade pesquisada se reuniu, definiu as metas de aprendizagem com base nas necessidades individuais, identificou os recursos e estratégias de aprendizagem e avaliou os resultados. A combinação da transferência vertical e horizontal de conhecimento ajudou as alunas a aprenderem em seu próprio tempo e ritmo. Tanto os desafios latentes quanto os manifestos aos estereótipos de gênero colocados pelo grupo de mulheres durante a domesticação dos telefones celulares

refletem as percepções críticas que evoluem entre as mulheres do grupo. Os telefones celulares foram apresentados tanto como ferramentas de aprendizado quanto como ferramentas para negócios.

A domesticação da tecnologia, com elementos de apropriação, objetificação, incorporação e conversão, ocorreu no contexto do capital social<sup>18</sup> cognitivo e do capital social de aprendizagem., conforme explica Balasubramanian *et al.* (2010). A aprendizagem ao longo da vida foi integrada como um componente deste capital social e a domesticação da tecnologia móvel, como instrumento de aprendizagem e partilha de informação, teve lugar no âmbito desta agência coletiva.

Assim, o estudo demonstra que a transição do silêncio para a voz e da impotência para o empoderamento é possível em contextos de aprendizagem não formais, assim como em contextos formais. A tecnologia oferece meios para acelerar este processo quando colocada em um contexto social apropriado (BALASUBRAMANIAN *et al.*, 2010).

O estudo de Ghose e Mullick (2014) objetivou entender as mudanças ao longo da vida de mulheres rurais de comunidades marginalizadas que participaram de um programa de empoderamento e educação no norte da Índia, realizado 15 anos antes da aplicação da pesquisa. O empoderamento, nesse estudo, foi entendido como um processo por meio do qual estruturas de poder podem ser identificadas, negociadas e transformadas. A alfabetização e a educação foram consideradas meios que desencadeiam o processo de empoderamento. De acordo com as autoras, geralmente, supõe-se que a alfabetização resultará quase automaticamente em "resultados empoderadores" e que existe um entendimento comum sobre o que significa empoderamento, mas a pesquisa mostrou que ambas as suposições são equivocadas.

Ghose e Mullick (2014) observam que, ao participar do referido programa, as mulheres foram capazes de transformar várias áreas de suas vidas. Por exemplo, as participantes falaram sobre se sentirem confiantes, terem maior mobilidade, poderem se locomover fora de casa com mais liberdade, poderem questionar a violência doméstica, terem acesso à educação formal e a oportunidades de emprego. No entanto, o estudo também revela que os resultados de empoderamento não podem ser assumidos ou articulados em termos categóricos. Para que as mulheres realizem mudanças, mesmo que se tornem capazes de usar suas habilidades de

---

<sup>18</sup> Capital social refere-se à conexão entre indivíduos, redes sociais e às normas de reciprocidade e lealdade que nascem deles. Neste sentido, capital social é claramente relatado como algo chamado "virtude cívica". A diferença é que "capital social" chama atenção para o fato de que a virtude cívica é mais poderosa quando imersa numa densa rede de relações sociais recíprocas. Uma sociedade de muitos indivíduos virtuosos, mas isolados, não é necessariamente rica em capital social (PUTNAM, 2000 apud GOHN, 2004, p. 24).

alfabetização, várias estruturas e relações de poder devem ser negociadas, uma vez que o poder não é unilateral. As instituições e as estruturas sociais em que vivem as mulheres, especialmente aquelas pertencentes às comunidades marginalizadas, devem ser continuamente contestadas. E, nesse sentido, as autoras do estudo observam que a educação, abordada com uma compreensão feminista das experiências das alunas, oferece a possibilidade de desafiar as relações de poder, primeiro, por ser um processo que permite às participantes compreender as estruturas de poder e encontrar espaços para a agência e, segundo, por proporcionar a compreensão do significado e do valor da aprendizagem ao longo da vida das mulheres.

A natureza da transformação que as mulheres descrevem, neste estudo, é apenas periférica em termos de metas de desenvolvimento, mas significativas para negociar experiências de poder vividas no dia a dia (GHOSE; MULLICK, 2014).

Essas autoras reconhecem os perigos inerentes à ideia de empoderamento dentro de um contexto de desenvolvimento neoliberal que simplifica interconexões complexas entre alfabetização, gênero e empoderamento, resultando em soluções de curto prazo, ao invés de transformações significativas e substantivas no domínio da igualdade de gênero. Elas, observam que muitos programas de alfabetização têm mudado sua ênfase de uma agenda socialmente transformadora para uma voltada ao mercado, que enfatiza o desenvolvimento de habilidades para preparar adultos para o mercado de trabalho e para os benefícios funcionais da alfabetização e da educação. Entretanto, as competências e a formação profissional, na ausência de um componente que permita às mulheres analisar e negociar as circunstâncias sociais, econômicas e culturais das suas vidas, são incompletas e inadequadas. Dessa forma, Ghose e Mullick (2014) apontam que investimentos em educação, por meio de programas que permitam o pensamento crítico e desenvolvam habilidades além das funcionais, são essenciais para o empoderamento das mulheres para negociar e desafiar as relações de poder ao longo da vida.

Situado no contexto do desenvolvimento das TIC em áreas rurais em todo o mundo, Martin, Halstead e Taylor (2001) exploram os resultados de dois projetos apoiados pelo Fundo Social Europeu (ESF) que ocorreram na região de West Midlands, no Reino Unido, entre janeiro de 1999 e dezembro de 2000. Esses projetos tinham como alvo a aprendizagem de grupos que ainda permanecem sub representados na aprendizagem no Reino Unido, como mulheres rurais e pessoas sem acesso às TIC.

A aprendizagem ao longo da vida tem sido o foco do debate acadêmico e popular e a base para as políticas governamentais no Reino Unido. Dada essa ênfase, se poderia ter previsto que os participantes estariam muito focados na aprendizagem e a veriam como parte da vida.

No entanto, mais de 50% dos participantes não iniciaram a aprendizagem desde que deixaram a escola e não se imaginaram aprendendo no futuro. Isso ecoa relatórios recentes sobre a necessidade de aumentar o acesso à aprendizagem para alguns grupos da sociedade, como os desempregados, demonstrando a importância dos projetos desenvolvimentos. Da mesma forma, as indicações de que os homens ainda têm mais oportunidades de aprendizagem do que as mulheres, com um em cada três homens participando, contra pouco mais de uma em cada quatro mulheres, significa que é importante se concentrar nas mulheres como um grupo a ser desenvolvimento (MARTIN; HALSTEAD; TAYLOR, 2001).

No grupo estudado, as mulheres eram o principal alvo, recrutadas por meio de parcerias dentro da comunidade. Conforme previsto anteriormente, a Internet tornou-se uma fonte nova e dinâmica de aprendizagem, uma vez que aqueles com acesso a ela tinham duas vezes mais probabilidade de aprender do que as pessoas sem acesso. É, portanto, fundamental permitir e incentivar o uso das tecnologias, especialmente, para aquelas pessoas que vivem em zonas com problemas de exclusão social e geográfica. Nas áreas rurais, a Internet faz parte da mudança. São necessários, portanto, esforços para envolver as comunidades locais, permitindo que se desenvolvam por meio desse recurso, fazendo com que isso represente uma oportunidade e não um problema. Deixar estas áreas à sua própria sorte conduzirá ao seu declínio ou mesmo a uma maior exclusão social (MARTIN; HALSTEAD; TAYLOR, 2001).

Martin, Halstead e Taylor (2001) observam ainda que, nos projetos analisados, o medo gerado pelas novas atividades envolvendo as TIC, realizadas até mesmo pelas crianças, funcionou como um estímulo para aqueles que até então tinham evitado todo o contacto com a aprendizagem formal desde a saída da escola. E, recomendam que programas para esses grupos podem se beneficiar de uma visão holística. Em vez de enfatizar novos empregos ou novas habilidades, contextualizar a aprendizagem em termos de casa, família ou comunidade pode fornecer uma nova fonte de alunos e de grupos que normalmente não participam do processo de aprendizagem. Além disso, as dificuldades enfrentadas por quem trabalha em pequenas empresas rurais podem ser enfrentadas aumentando as oportunidades de aprendizagem, especialmente para as mulheres, que estão liderando o desenvolvimento de empresas como forma de manter sua propriedade.

O artigo de Vijayalakshmi *et al.* (2018) teve como objetivo explorar a competência em informação das alunas da faculdade *Sri Sarada College for Women*, situada na área rural de Tamilnadu, Índia, e descobrir os fatores que têm impacto sobre as habilidades informacionais. Essas habilidades foram analisadas por sua capacidade de busca e recuperação de informações,

usando e-mail, fórum de assunto, compartilhamento de documentos, download e recursos de acesso aberto. Foi analisada a relação entre a área nativa das alunas e as habilidades informacionais. Posteriormente, de acordo com os resultados obtidos, foi ministrado um treinamento a essas alunas para desenvolver habilidades informacionais. E, após isso, novos dados foram coletados.

Os resultados mostraram que as alunas se conscientizaram e aprenderam a usar a Internet para fins acadêmicos e para o processo de aprendizagem ao longo da vida. Os autores concluíram que transmitir habilidades informacionais entre as estudantes universitárias, especialmente as da área rural, conjuntamente com seu estudo regular, é muito importante para a construção de conhecimento e aquisição de habilidades para a aprendizagem ao longo da vida e esta é a base para uma sociedade empoderada (VIJAYALAKSHMI *et al.*, 2018).

Podemos perceber que os artigos aqui revisados, de forma geral, enfatizam as transformações e os ganhos individuais que as mulheres rurais obtiveram a partir do desenvolvimento da competência em informação. A aquisição de habilidades para o acesso e uso da informação, o aumento da autoconfiança, da autonomia no uso das tecnologias, a capacidade de se locomoverem fora de casa com mais liberdade, a contestação da violência doméstica, a capacidade de aprender ao longo da vida, o acesso a novas oportunidades de trabalho são características de empoderamento no nível individual.

Embora Ghose e Mullick (2014) mencionem que a competência em informação pode contribuir na compreensão das estruturas de poder e a encontrar espaços para a agência, afirmação que nos parece lógica, os estudos apresentados não dão muitos indícios de como isso acontece, o que evidencia a necessidade de pesquisas com este direcionamento.

A competência em informação de mulheres rurais é uma discussão ainda em fase inicial. Notamos isso, principalmente, em função da pouca quantidade de artigos recuperados nas bases de dados e do primeiro artigo sobre a temática ter sido publicado no ano de 2001, o que não nos causa estranheza já que, conforme discutimos na seção 3.2.1, a temática surgiu no bojo dos estudos de usuários em bibliotecas e manteve-se, até recentemente, quase que exclusivamente voltada à estudantes universitárias. Apesar disso, observamos que os estudos apontam para a competência em informação como um processo que pode acelerar o empoderamento das mulheres rurais, especialmente, quando associado às questões de acesso à informação, uso das TIC e redes sociais e aprendizado ao longo da vida.

Na próxima seção, buscamos aprofundar a relação da competência em informação com o empoderamento sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política propostas por Vitorino e Piantola (2011).

### **2.3 INTER-RELAÇÕES ENTRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO SOB O FOCO DIMENSIONAL**

Como mencionamos anteriormente, há um consenso entre os pesquisadores da área de Ciência da Informação de que a competência em informação contribui ao empoderamento das pessoas. Aqui, buscamos evidenciar os elementos que conectam estes dois processos.

A perspectiva que associa a competência em informação ao empoderamento das pessoas proposta por Gómez-Hernández e Saorín Pérez (2015) pode ser descrita como evolutiva, aberta, contextual, e que responde a uma necessidade sociocultural. Essa abordagem vincula-se a duas dimensões da vida cotidiana:

[...] as interações diárias que já estão sendo mais bem resolvidas com apoio na tecnologia - compra, troca, comunicação - e os desejos de participação na vida comunitária que reivindicam a cidadania - governo aberto, transparência, colaboração ou participação nos processos de tomada de decisão (GÓMEZ-HERNÁNDEZ; SAORÍN PÉREZ, 2015, p. 1, tradução nossa).

Além disso, para estes autores, a competência em informação e o empoderamento se relacionam ao ativismo cívico, à pluralidade ideológica e à demanda de regeneração de instituições, centrando-se no desenvolvimento das pessoas para uma vida comunitária mais autônoma, com capacidade de decisão e ação (GÓMEZ-HERNÁNDEZ; SAORÍN PÉREZ, 2015).

Para Bruce (2015), o empoderamento está no cerne da competência em informação. Em conjunto com a tecnologia e as mídias, a competência em informação contribui ao empoderamento das pessoas por sua ênfase ao aprendizado contínuo. A abordagem relacional proposta pela autora consiste na experiência de usar a informação para aprender em muitos contextos, comunidades e culturas. Com base em estudos realizados com diferentes grupos de pessoas e nos princípios da aprendizagem informada (*informed learning*), Bruce (2015) observa que, em contextos específicos, a competência em informação pode ser experimentada de sete maneiras diferentes de aprender: 1) conscientização por meio da informação; 2) fontes de informação para aprender; 3) usando de processos de informação para aprender; 4) conectando

informações com necessidades de aprendizagem; 5) construindo uma base de conhecimento; 6) ampliando o conhecimento; e, 7) usando sabiamente a informação.

A abordagem de Bruce (2015) vai ao encontro dos estudos de Lloyd (2010, 2012), que considera a competência em informação como uma prática socialmente construída. Essa abordagem permite que as pessoas desenvolvam posições tanto subjetivas como intersubjetivas no cenário em que vivem. A competência em informação não é constituída por uma única maneira de “saber” sobre informação, mas é um resultado das muitas formas de conhecer, que se interligam para formar a prática. Ela é limitada e se torna visível por meio da sua localização, portanto, ligada ao contexto social. Ela ganha significado e manifesta-se como ações e atividades centradas na informação e no conhecimento, moldadas pelas dimensões histórica, social, cultural, econômica e política. Compreender a competência em informação como prática social exige que compreendamos como a prática é formada e promulgada dentro de um local específico e por meio das interconexões que são feitas entre este local, o conhecimento, as pessoas e os objetos materiais criados ali (LLOYD, 2010).

Lloyd (2010) sugere ainda que o processo de se tornar competente em informação e o desenvolvimento de práticas de competência em informação se dá com base em entendimentos práticos (saber como fazer coisas, buscar informações em um ambiente específico), regras (formulações explícitas que orientam como uma coisa é feita) e estruturas tele afetivas (sentimentos ligados a tarefas) que caracterizam o contexto social onde surge a informação. Trata-se, portanto, de uma prática coletiva que não apenas conecta pessoas a aspectos racionais e instrumentais de seu desempenho, mas também aos aspectos corporais e afetivos que moldam a identidade e situam pessoas dentro de um contexto social (LLOYD, 2012).

Entendemos que essas abordagens colocam em foco a competência em informação enquanto um processo holístico, contextual e contínuo. Sob essa lógica, ela contribui ao empoderamento das pessoas à medida que possibilita que estas: desenvolvam a compreensão da realidade que as cerca; conheçam pontos de vista informados; quando apropriado, desafiem de forma credível e informada suposições e ortodoxias (incluindo as suas próprias), e até mesmo a autoridade; reconheçam preconceitos e desinformação; e, desta forma, sejam cidadãs comprometidas, ativas e capazes de participar da vida democrática. Dessa forma, o processo de desenvolvimento dessa competência ajuda a lidar com a exclusão social, fornecendo aos grupos desfavorecidos, marginalizados ou vulneráveis os meios para dar sentido ao mundo em torno deles (CILIP, 2020).

Pautando-se nos pressupostos da pedagogia crítica, Doherty (2007) argumenta que o desenvolvimento da competência em informação também pode ser considerado uma forma de ativismo que rompe com os paradigmas existentes e impulsiona as pessoas a buscarem novos conhecimentos. Para ele, seu papel mais importante talvez seja o de dar voz àquelas pessoas que foram silenciadas em função das barreiras impostas pela organização (ou desorganização) da informação.

Em essência, percebemos que um dos pontos que liga a competência em informação ao empoderamento refere-se a estreita relação entre a informação e o poder. Já no século XVI, o movimento religioso do monge Martinho Lutero teve consequências que foram além da religião: ao questionar a interpretação das escrituras então dominantes, abordando assuntos considerados até então pertencentes ao papado (BAQUERO, 2012, p. 175) e ao publicar esses escritos na língua alemã, favorecendo “o acesso às classes desfavorecidas que, por não dominar o latim, aceitavam o que lhes era fornecido como palavra de Deus” (BERTH, 2019, p. 33), Lutero oportunizou que os mais diferentes estratos da sociedade alemã pudessem se empoderar. Isso indica que a informação é um instrumento de libertação e uma das dimensões do empoderamento.

Nesse interim, ao vislumbrar a informação sob os refletores da sociologia do conhecimento, Cardoso (1996) afirma que ela possui duas dimensões intrinsecamente conectadas: a pessoal e a coletiva.

A dimensão pessoal da informação manifesta-se pelo acervo de soluções e interpretações que acumulamos no desenrolar de nossa biografia, através daquilo que experienciamos e que nos fornece pistas para lidarmos com novas experiências. A dimensão coletiva identifica-se com fragmentos do conhecimento produzido desde que o mundo é mundo, ou seja, as sistematizações e interpretações de experiências disponibilizadas socialmente, ainda que não se possa deixar de destacar que tal disponibilização ocorre diversamente entre os indivíduos em função dos diferentes lugares que ocupam na estrutura social (CARDOSO, 1996, p. 72).

Estas duas dimensões interpenetram-se, uma vez que inexiste a informação independente de sua transmissão ou compartilhamento, que se faz pelo processo de comunicar. Além disso, é impossível que uma pessoa se desconecte da herança cultural comum ao grupo ao qual pertence. Por tanto, podemos considerar que a informação é uma prática intersubjetiva, um elo entre o produto do pensamento e o processo do pensamento (CARDOSO, 1996).

Neste sentido, Cardoso (1996) também entende a informação como instituinte da cultura, ao revelar novas alternativas possíveis para a ação, que se cristalizam em práticas a serem reconsideradas, reinterpretadas e reformuladas, possibilitando o aparecimento e a consolidação de outras manifestações culturais. Com base nisso, Vitorino (2020, p. 53) explica

que “o acesso à informação e ao conhecimento é tido como componente fundamental para o exercício da cidadania no contexto democrático”, ainda que este dependa também “da capacidade de interpretação da realidade e de construção de significados pelos indivíduos” (VITORINO, 2020, p. 53).

Cardoso (1996) acrescenta ainda, sob essa perspectiva, que a informação se constitui na energia de um processo auto gerativo de acercamento do saber. Nesse sentido, Costa e Farias (2021, p. 47) compreendem que a informação, quando recebida e interpretada pelo sujeito, “pode proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos para lidar com as mais diversas questões pessoais e sociais”.

A geração de conhecimentos pertinentes “remete sempre à intenção de agir, ou seja, a situações concretas nas quais um ou mais atores querem compreender um sistema para estabilizá-lo, fazê-lo evoluir ou, até mesmo, destruí-lo”, conforme afirma Perrenoud (2013, p. 36).

A capacidade de agir eficazmente, apoiando-se nos em conhecimentos gerados a partir da aquisição e processamento da informação, está presente no significado de competência, visto sob a perspectiva educacional que a coloca como produto da aprendizagem e fundamento da ação humana (PERRENOUD, 2013). Dessa forma, percebemos que a relação entre informação e empoderamento, tem como um de seus princípios a ação, ou a capacidade de agência.

Tomando como base a teoria de Habermas, em que o conceito de razão se baseia na relação sujeito-objeto a partir da ação comunicativa, e a pedagogia da emancipação de Paulo Freire, que converge para um movimento de práxis transformadora da sociedade tendo a dialética como base, considerando o mundo real como intrinsecamente dialético e contextualmente histórico, Dudziak (2011) evidencia que “a competência em informação é concebida como mobilização para a transformação de si e da sociedade”.

Na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, o agir comunicativo “refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal” (HABERMAS, 2012, v. 1, p. 166 apud BETTINE, 2021). Não se trata de uma estratégia para um fim, de um agir orientado por uma norma socialmente válida ou de uma performance, mas sim de uma relação social em busca do entendimento. Esse mecanismo baseia-se na construção do entendimento pela linguagem e diferencia-se do teleológico, porque busca o entendimento e o diálogo. As normas serão seguidas com os sujeitos utilizando-as em favor de ambos, no intuito de construir consensos; desse modo, eles não estão representando, e sim buscando coordenar seus planos e, com isso, suas ações (BETTINE, 2021).

Essa teoria “pressupõe uma linguagem que transmite valores culturais, isto é, uma linguagem prática; o consenso é estabelecido pelas relações sociais e pelo conteúdo normativo, moral e ético que baliza as ações do agrupamento” (BETTINE, 2021, p. 24).

O domínio emancipatório, na visão de Dudziak (2011), significa exercer o autoconhecimento voltado para a mudança e aperfeiçoamento social que busca valores como a solidariedade, o respeito à individualidade, a liberdade e o comprometimento consigo mesmo e com o grupo. Isto envolve reconhecer-se como ser social e histórico, vendo a si mesmo a partir de sua biografia, seu papel social e suas expectativas.

O domínio da existência, para Freire (2001), associa-se ao domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores, no qual os seres humanos experimentam a dialética entre determinação e liberdade. A ideia de libertação, de acordo com Garrafa (2005), implica em mais do que o simples reconhecimento da existência do poder. A liberdade aponta para o *locus* onde se instala a força capaz de obrigar à sujeição e a fragilidade manifesta-se na incapacidade de desvencilhar-se da submissão. Ao definir esses polos, na visão de Garrafa (2005), Freire identifica a oposição entre o cativo (privação do direito de escolha) e a libertação (o verdadeiro exercício da autonomia), assinalando que os sujeitos sociais são, eminentemente, atores políticos, cuja ação pode tanto manter como transformar o *status quo*. A categoria libertação desvela as posições de poder e permite pressupor uma tomada de posição no jogo de forças pela inclusão social.

Entretanto, somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se, desde que sua reflexão se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, a “consciência e a ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação” (FREIRE, 2001, p. 78).

A conscientização “envolve a constante clarificação do que fica escondido dentro de nós, enquanto nos movemos no mundo, não necessariamente tomando-o como objeto de nossa reflexão crítica” (FREIRE, 2001, p. 110). Assim, Freire (2001) explica que a conscientização, implicando nesta reflexão crítica sobre a realidade social, não pode prescindir da ação transformadora, ou seja, a simples superação da percepção ingênua da realidade por uma crítica não é o bastante para que as classes oprimidas se libertem. Para que isso ocorra, elas necessitam organizar-se revolucionariamente e, da mesma forma, transformar a realidade como um todo.

Apesar da competência em informação ser um processo de concretização do potencial da pessoa, o seu ciclo, conforme descreve Dudziak (2011, p. 176), contempla atividades que vão desde a

[...] conscientização da necessidade da informação, a atitude de busca, a mobilização de conhecimentos e habilidades para a construção da estratégia de busca, a seleção de fontes de informação, a pesquisa sobre a informação necessária, a seleção dos dados e informações coletados, com base na reflexão e análise crítica, a organização e utilização dessa informação visando uma mudança de estado (desconhecimento para conhecimento), até chegar ao aprendizado com a produção de novos conhecimentos e reuso das informações em benefício da coletividade, tendo como base o aprendizado ao longo da vida.

Ao observarmos esse ciclo, percebemos que, quando pensamos em uma sociedade justa, igualitária e inclusiva, o foco está no aprender, no refletir criticamente e na capacidade de agir das mulheres em prol do coletivo, a partir do processo cognitivo de aquisição de conhecimentos. A “capacidade de estabelecer relações (internas e externas), aprender por meio do diálogo, [...] e da ação comunicativa e intersubjetiva formam a base da competência em informação que visa a emancipação”, de acordo com Dudziak (2011, p. 178). Isso significa que “a superação do individualismo se dá pela busca de consensos obtidos pelo diálogo” (DUDZIAK, 2011, p. 178), e “o desenvolvimento das capacidades lógico-dialógicas permite a transformação da sociedade, operada pela mudança do indivíduo que preserva sua individualidade, para uma sociedade inclusiva, onde a cidadania tem papel preponderante” (DUDZIAK, 2011, p. 170).

Dito isso, compreendemos que quanto maior for o nível de habilidades informacionais, a capacidade de reflexão crítica, de comunicação e atuação das mulheres, mais acelerado será o processo de empoderamento, que envolve aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais, (KLEBA; WENDAUSEN, 2009), bem como, o domínio dos recursos materiais, intelectuais e da ideologia.

Diante dessas colocações, direcionamos nossa discussão às dimensões da competência em informação propostas por Vitorino e Piantola (2011, 2019) - técnica, estética, ética e política -, consideradas alicerces para teorizações e práticas que envolvam o desenvolvimento de quaisquer grupos vulneráveis. Nestas dimensões se assentam tanto a informação transmitida e recebida quanto a competência necessária para processá-la e utilizá-la de modo a agir significativamente na construção da realidade.

Segundo Vitorino (2020), dividir o todo em partes é uma das formas de se alcançar a “verdade” sobre um fenômeno, uma vez que, realizar o processo inverso – a síntese - favorece conhecer o assunto em que se pesquisa em suas nuances.

### 2.3.1 Dimensão técnica: acesso à informação e uso das TIC

A técnica pode ser definida “como uma habilidade ou forma requerida para a realização de uma determinada ação ou para a execução de um ofício”, relacionando-se, portanto, a “uma atividade eminentemente prática, de caráter objetivo, que se revela na própria ação cotidiana” (VITORINO, 2020, p. 54) do sujeito.

Para Oliveira e Vitorino (2020), a técnica aproxima-se ao “agir” e ao “fazer” que formam a dimensão prática do ser humano. No “agir” está a elevação a consciência (reflexão) para a ação. Já o fazer indica um processo de manifestação e aplicação do conhecimento para atingir um objetivo de produção (como fazer algo), mediante uma ação.

No que diz respeito à competência em informação, Vitorino (2020) observa que a dimensão técnica é comumente relacionada ao domínio de instrumentos e à aquisição das habilidades para encontrar, avaliar e utilizar de modo apropriado a informação de que se necessita. Trata-se do “saber fazer” ou do meio de ação da pessoa no contexto da informação. Esta dimensão, portanto, pode ser relacionada à aquisição de habilidades informacionais para a execução do trabalho e domínio de recursos materiais e tecnológicos.

Assim, no âmbito dessa dimensão, podemos evidenciar, por exemplo, as questões técnicas que envolvem o acesso à informação e o uso das TICs, que são fundamentais para as práticas de competência em informação (CATTS; LAU, 2009) e são apontados, por diversos autores (GÓMEZ-HERNÁNDEZ; SAORÍN PÉREZ, 2015; UNESCO, 2017; SHAHIDA; SAMI, 2015; CATTS; LAU, 2009), como essenciais para o empoderamento.

Na visão de San Pedro (2006), a capacidade de acesso à informação, em uma sociedade aberta e transparente graças à liberdade de expressão e aos meios de comunicação, é uma ferramenta básica para que as mulheres reivindiquem seus direitos, tenham a capacidade de negociar, aproveitar oportunidades e, acima de tudo, exigir o cumprimento das responsabilidades do Estado.

Assim, para Shahida e Sami (2015), é essencial que as mulheres tenham acesso à gigantesca e crescente base de informações que circulam no mundo para alcançarem seu lugar de direito no sistema socioeconômico e político do país. Ao desenvolverem a capacidade de determinar a extensão das informações necessárias e usá-las efetivamente, as mulheres podem abrir portas para a redescoberta de suas capacidades internas.

A reflexão sobre o fenômeno da informação na sociedade contemporânea, bem como das suas várias manifestações, tem como premissa também as tecnologias da informação e a

comunicação (HOROCHOVSKI, 2010). Ilharco (2003) afirma que há uma crescente dependência de meios tecnológicos da comunicação entre as pessoas. A estrutura da informação na atualidade está fundamentada numa lógica essencialmente tecnológica. O acontecer do mundo, a comunicação e a ação se dão no âmbito do processo de informação tecnológica. A informação tecnológica – textos, sons, desenhos, fotografias e vídeos – gerada e distribuída pelos diversos instrumentos tecnológicos está em toda parte.

As TIC são utilizadas por governos, por movimentos sociais, por organizações tanto para disseminar informações como para permitir o acesso facilitado à diversos serviços. Assim, Baglari (2014) as considera como impulsionadoras do empoderamento econômico, político e social das mulheres, bem como da igualdade de gênero. Entretanto, pobreza, analfabetismo, falta de conhecimento em informática e barreiras linguísticas estão entre os fatores que impedem o acesso à infraestrutura de TIC, especialmente, nos países em desenvolvimento. Esses problemas são particularmente graves para as mulheres que têm o acesso às TIC também limitado por fatores que vão além das questões de infraestrutura tecnológica e ambiente socioeconômico. Os papéis e as relações sociais culturalmente construídos continuam sendo um elemento transversal para a participação efetiva e igualitária das mulheres na sociedade.

Quando as barreiras acima mencionadas não impedem o acesso e uso das TIC, as pessoas se deparam com mecanismos de desinformação. De acordo com Brisola e Bezerra (2018, p. 3319), o conceito de desinformação

[...] envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. A desinformação não é necessariamente falsa; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade.

Alguns dos mecanismos mencionados por esse autores são: o alinhamento aos interesses do poder econômico e do poder político nos meios de informação e comunicação; a dificuldade das pessoas leitoras de interpretar as origens, fundamentos, contextos, funcionamentos e motivações das informações e fatos; o apartamento da ética de maneira geral, os códigos de ética profissional sistematicamente ignorados e a falta de crítica em pensar os sistemas de coibição ou sanção; a elaboração da maioria das notícias que circulam nos meios de comunicação hegemônicos e nas redes sociais de forma resumida, sem crítica, sem contraste, baseada em uma fonte interessada ou em interesses que não estão claros; o excesso de informação e a dificuldade em filtrar e selecionar as informações; o excesso de comoção e aderência a sentimentos e afetos ao invés da razão; o tratamento desigual das garantias democráticas, dos direitos humanos e silenciamento e apagamento daquilo que não interessa a

quem propaga ou produz a notícia; a produção e disseminação de informações sem contexto nem antecedentes, de forma incompreensível, com pontos de vista e escolhas tendenciosas (BRISOLA; BEZERRA, 2018).

Com base nisso, Brisola e Bezerra (2018) afirmam que a desinformação é um sistema informacional que visa moldar a opinião pública de acordo com seus interesses utilizando uma série de artifícios e mecanismos para manter a hegemonia, o que não é que surgiu na sociedade atual. Contudo, com a quantidade e velocidade da disseminação de informações no meio digital, a desinformação ganha vulto com o fenômeno de circulação de *fake news*, entendidas como

[...] notícias **intencionalmente** e **verificadamente** falsas, que possuem a intenção deliberada de enganar os leitores. São notícias fabricadas, com características jornalísticas, mas antecipadamente pensadas para a manipulação e descoladas da verdade (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3323).

Sob esse enfoque, Brisola e Bezerra (2018) argumentam que um caminho possível para reagir a esses problemas refere-se ao desenvolvimento das habilidades de avaliação crítica e uso ético da informação, contempladas nas dimensões técnica e ética da competência em informação.

Ao enfatizar os recursos informacionais e a tecnologia, Camilli-Trujillo; Römer-Pieretti (2017) defendem a alfabetização digital e midiática, parte do processo de competência em informação, como recurso que capacita e empodera grupos vulneráveis. De acordo com estes autores, a alfabetização crítica pode promover a alfabetização multicultural, porque é projetada para entender e assumir a heterogeneidade de culturas e subculturas que constituem a estrutura global e multicultural do mundo. Isso promove a democracia com o desenvolvimento de suas ferramentas de mídia, propõe participação e permite uma mudança na comunicação social. A alfabetização midiática, por sua vez, ensina a aprender sobre a mídia, resistir à sua manipulação e utilizá-la de maneira construtiva, buscando sempre seu desenvolvimento para ajudar na formação de cidadãos, competentes e motivados para a vida social.

Além disso, Camilli-Trujillo e Römer-Pieretti (2017) compreendem que a vulnerabilidade é significativa se permanece em um nível de ignorância, pois, ao atingir os níveis de alfabetização necessários para o exercício da produção da comunicação, esse empoderamento se manifesta, permitindo transformações no mundo em que os grupos sociais se movem.

Dessa forma, o uso das TIC também contribui para democratizar a informação, permitindo o rompimento de barreiras existentes para o acesso à informação. Há os que as

defendam como essenciais para empoderar as mulheres (FAO, 2014; ISENBERG, 2019), principalmente no meio rural, onde as barreiras para o acesso à informação se sobressaem.

O saber técnico para buscar, avaliar e utilizar a informação é, na visão de Andersen (2005), uma atividade tão crucial quando o saber ler e escrever. É importante, contudo, não supervalorizarmos a técnica, ignorando sua inserção num contexto social e político, atribuindo-lhe um caráter de neutralidade, uma vez que, isso torna seu significado empobrecido (RIOS, 2010). A técnica deve ser “fertilizada pela determinação autônoma e consciente dos objetivos e finalidades, pelo compromisso com as necessidades concretas do coletivo e pela presença da sensibilidade e da criatividade” (RIOS, 2010, p. 96).

### 2.3.2 Dimensão estética: autoconhecimento, autoestima e solidariedade

A estética, diretamente relacionada à arte, é utilizada para indicar a percepção sensível da realidade (RIOS, 2010). A sensibilidade, na visão de Rios (2010), está relacionada ao potencial criador e à afetividade das pessoas, que se desenvolvem num contexto cultural determinado. Ao contrário do que se pode pensar, a sensibilidade e a criatividade não se restringem ao espaço da arte, pois criar é interligado ao viver.

Assim, no que diz respeito à competência em informação, a dimensão estética refere-se à experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e a sua maneira de expressá-la e agir no âmbito coletivo (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Em outras palavras, essa dimensão vincula-se, principalmente, ao autoconhecimento à medida que, ao imaginar ou criar relações mentais em resposta a uma informação, o sujeito traz à consciência algo dele mesmo, imprimindo características pessoais não verificáveis e não necessariamente compartilhadas pelas demais pessoas em sociedade (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

No que diz respeito ao empoderamento das mulheres, podemos associar ao autoconhecimento questões relacionadas à autoestima. Comumente, se pensa que autoestima significa sentir-se bem em relação a si mesmo. Entretanto, Hooks (2020, p. 137), com base em explicações da psicoterapia, compartilha a ideia de que a autoestima é “a sensação de sermos apropriados para a vida e para as exigências da vida”. Em outras palavras,

[...] a autoestima é a confiança em nossa habilidade de pensar, confiança em nossa habilidade de lidar com os desafios da vida e confiança em nosso direito de sermos bem-sucedidos e felizes, o sentimento de ter valor, de merecer, de ter direito a afirmar nossas necessidades e desejos, alcançar nossos valores e aproveitar os frutos de nossos esforços (HOOKS, 2020, p. 137).

Dada essa definição, fica evidente que o desenvolvimento da autoestima, a partir do autoconhecimento, é importante para o empoderamento e deveria começar desde cedo na vida, sendo reforçado à medida que as mulheres crescem e amadurecem. A baixa autoestima é, além de tudo, prejudicial ao aprendizado, conforme esclarece Hooks (2020).

A dimensão estética da competência em informação também se relaciona a criatividade, bem como, a reflexão sobre as informações acessadas, a sensibilidade, ao cuidado e zelo de si mesmas (VITORINO; PIANTOLA, 2019; ORELO; VITORINO, 2020). Seu desenvolvimento, portanto, leva a formação de mulheres solidárias, atentas aos aspectos humanos e sociais (ORELO; VITORINO, 2020) do seu grupo. Estas características podem ser consideradas facilitadoras do empoderamento, uma vez que se contrapõem a um discurso patriarcal que enfatiza as inimizades históricas entre mulheres sustentando a divisão feminina (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005).

Esses elementos da dimensão estética são essenciais na criação de novos conhecimentos que sejam relevantes e significativos para a transformação da realidade social em determinado contexto (ORELO; VITORINO, 2020). “O aperfeiçoamento da imaginação e do autoconhecimento, assim como a busca da harmonia e da beleza no contexto da coletividade” (VITORINO, 2020, p. 59), é tão importante para o empoderamento por meio do desenvolvimento da competência em informação quanto o pensamento crítico, comumente relacionado à ética.

### 2.3.3 Dimensão ética: pensamento crítico e consciência

A ética diz respeito à experiência cotidiana das pessoas, levando a uma reflexão sobre os valores adotados, os atos praticados e a maneira pela qual decisões são tomadas e responsabilidades são assumidas. Nesse sentido, a ética orienta a ação e, fundamentada no princípio do respeito e da solidariedade, leva a realização de um bem coletivo. A natureza da ética faz referência ao “dever ser” (RIOS, 2010).

Com base nisso, a dimensão ética da competência em informação relaciona-se ao saber dosar a informação e a comunicação e, ao mesmo tempo, equilibrar valores conflitantes (VITORINO; PIANTOLA, 2011). Trata-se do uso legal e responsável da informação, fundamentado nas leis e normas de cada país, e nos princípios éticos de respeito, justiça,

solidariedade e compromisso, que resultam no bem comum (PELLEGRINI; VITORINO, 2018).

Neste sentido, Capurro (2010) trata de algumas práticas e ações de informação que implicam em critérios éticos e morais na sociedade da informação. Para este autor o questionamento das normas, princípios e valores que fundamentam a comunicação da informação em uma determinada sociedade, gira em torno de temas variados como: a privacidade da propriedade intelectual, o acesso livre ao conhecimento, o direito à expressão nas redes digitais, a censura, novas definições de gênero, a identidade digital, as comunidades digitais, o plágio, a sobrecarga informacional, a exclusão digital, e, o controle social.

Sob essa perspectiva, a competência em informação ajuda, por exemplo, as pessoas a se comportarem de forma ética em suas atividades online, permitindo que elas estejam cientes das informações que usam e compartilham em todos os tipos de plataformas online, incluindo redes sociais. Além disso, permite o conhecimento de estratégias para gerenciar sua identidade online para que se sintam confortáveis com ela, levando em consideração aspectos de privacidade e segurança pessoal (CILIP, 2020).

O caráter crítico reflexivo atribuído à ética também está no cerne da ideia de competência em informação, já que uma pessoa que é efetivamente competente em informação deve ser capaz de tomar posição e assumir uma postura crítica diante de determinadas informações. Além disso, ele usa, de maneira consciente e comprometida, a informação e os demais recursos que dispõe para satisfazer as necessidades concretas do contexto social em que vive (VITORINO, 2020).

O pensamento crítico, na visão de Hooks (2020) envolve, primeiramente, descobrir o “quem”, o “o quê”, o “quando”, o “onde” e o “como” das coisas para, num segundo momento, utilizar o conhecimento de modo a sermos capazes de determinar o que é mais importante. Quando há união entre teoria e prática, a pessoa consegue se engajar livremente com as ideias. Os pensamentos, então, não são ideias comuns, insignificantes e abstratas, afastadas dos modos e funcionamentos da vida cotidiana.

Hooks (2020) compreende ainda que todas as pessoas possuem habilidade para usar o poder da mente e integrar pensamento e prática:

[...] não é necessário ser intelectual ou acadêmico para se engajar em pensamento crítico. Todo mundo se envolve com o pensar na vida diária. Há várias situações enfrentadas por pessoas comuns que exigem que elas examinem a realidade para além do que é superficial, para conseguirem enxergar a estrutura profunda. Essas situações podem levá-las a refletir sobre as questões relacionadas a quem, o quê, onde, quando, como e por quê; e, então, começar a trilhar o caminho do pensamento crítico (HOOKS, 2020, p. 203).

Isso nos leva ao reconhecimento de que o pensamento crítico é uma forma democrática de saber. Quando examinamos criticamente nosso mundo, a sabedoria prática, que compreende o aprender a refletir e a expandir nossa visão, nos mostra que todo aprendizado genuíno exige uma abertura constante, uma disposição de se engajar na invenção e na reinvenção, de forma que possamos descobrir espaços de transparência radical onde o conhecimento pode empoderar (HOOKS, 2020).

A sabedoria prática também contribui para o desenvolvimento daquilo que Hooks (2020, p. 203) chama de um “comportamento permanentemente crítico”, uma vez que um dos seus elementos é a constante experiência do maravilhoso, o que também se relaciona à dimensão estética. A capacidade de se maravilhar, de se empolgar e de se inspirar por ideias é uma prática que abre a mente de forma radical. A pessoa empolgada com o aprendizado, extasiada com pensamentos e ideias, tem a oportunidade de usar o conhecimento de formas que transformem positivamente o mundo em que vive. Assim, o pensamento crítico promove o entusiasmo pelo aprendizado vitalício. Imbuída dessa compreensão, a sabedoria prática ajuda a lembrar que as ideias não são fixas e estáticas, que elas estão sempre sujeitas à mudança. É a sabedoria prática que leva ao reconhecimento do papel vital da intuição e de outras formas de inteligência emocional na criação de um contexto fértil para a constante busca por conhecimento, ou seja, para o aprendizado ao longo da vida.

Dessa forma, evidenciamos que o engajamento no pensamento crítico resulta na intensificação da consciência plena, que, por sua vez, aumenta a capacidade da pessoa de viver bem e em completude. Para Hooks (2020), quando as pessoas assumem o compromisso de se tornarem pensadoras críticas, fazem uma escolha que as posiciona contra qualquer sistema de educação ou cultura que as forçaria a ser recipientes passivas de formas de saber. Como pensadoras críticas, elas devem pensar por si mesmas e serem capazes de agir por si mesmas e em prol do coletivo.

O processo reflexivo, na visão de Kleba e Wendausen (2009), desnaturaliza o cotidiano, tornando-o algo que se possa compreender historicamente. Para estas autoras, o processo de empoderamento envolve “desvendar as relações de poder, buscando transformá-las em relações mais equânimes. Isso requer a construção de uma nova subjetividade, mais crítica e livre, em que se permite questionar o instituído” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Assim, o despertar da consciência crítica a partir da reflexão sobre a informação pode ser compreendida como o primeiro passo para o empoderamento das mulheres em relação à

discriminação de gênero [...]. De acordo com Lisboa (2008, p. 2), “para se empoderarem, as mulheres devem melhorar a autopercepção que tem sobre si mesmas, acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação a submissão e despertar para os seus direitos”.

Compreendemos, assim, que o desenvolvimento da dimensão ética da competência em informação contribui para que as mulheres sejam capazes de questionar os quadros de crenças, as normas instituídas, atitudes e comportamentos legitimados que as colocam em vulnerabilidade. O pensamento crítico sobre a realidade social também amplifica a capacidade de tomar decisões e agir sobre as questões que lhes afetam. Essas ações podem ser tanto no nível individual quanto no coletivo, porém, no caso das mulheres, o empoderamento ocorre devido ao pensamento, à consciência crítica e às ações coletivas contra as desigualdades de gênero e classe (DEERE; LEÓN 2002).

Reiteramos, contudo, que o fato terem desenvolvido o pensamento crítico e a consciência crítica acerca de sua realidade não retira a dimensão estrutural que os coloca sob situações degradantes. Essa é uma das razões pelas quais o empoderamento é considerado um processo gradual” (BERTH, 2019).

#### 2.3.4 Dimensão política: cidadania e participação política

A política, de acordo com Rios (2010), trata da convivência entre diferentes e diz respeito tanto às vivências de caráter privado, na instância da intimidade das pessoas ou dos grupos, quanto ao poder de participação na esfera pública: “é no espaço político que transita o poder, que se configuram acordos, que se estabelecem hierarquias, que se assumem compromissos” (RIOS, 2010, p. 104). Daí resulta a estreita ligação entre ética e política: a ação conjunta não se faz sem o estabelecimento de direitos e deveres.

A dimensão política relaciona-se, fundamentalmente, ao exercício da cidadania, que nas sociedades capitalistas refere-se à possibilidade de participar por meio do voto, de decisões políticas, e à liberdade articulada à ideia de autonomia, que significa a possibilidade de estabelecer princípios e regras para a ação, reconhecendo e internalizando os valores do contexto ou substituindo aqueles que não se mostram consistentes (RIOS, 2010).

Para Correia (2002, p. 1, tradução nossa), “uma cidadania ativa, eficaz e responsável, na contemporaneidade, requer que as pessoas tenham poderes para exercer esses direitos e responsabilidades para com as outras pessoas, a comunidade e o Estado”. Esses aspectos dão maior importância à competência em informação nas sociedades democráticas, uma vez que

não basta ter o direito e a liberdade de participar socialmente, é preciso que se criem condições efetivas para a participação dos sujeitos por meio da ação.

Nesse aspecto, o CILIP (2020) associa a competência em informação à cidadania por permitir que: as pessoas adquiram e desenvolvam a compreensão do mundo à sua volta; quando apropriado, desafiem com credibilidade e de maneira informada, as suposições (inclusive as próprias) e a autoridade; reconheçam preconceitos e desinformação; e, dessa forma, se tornem cidadãos comprometidos, capazes de participar plenamente na vida democrática. A participação em espaços sociais e democráticos, de acordo com Deere e León (2002), é uma das condições prévias para o empoderamento das mulheres.

Correia (2002) argumenta ainda que a cidadania se caracteriza pela capacidade das pessoas de fazerem escolhas e tomarem decisões baseadas em informações, seja individualmente ou coletivamente, para exercerem seu papel de cidadãs e serem civicamente engajadas. Assim, as pessoas precisam adquirir habilidades participativas e serem competentes em informação para além do nível técnico.

Isso implica compreender que a informação é criada dentro das estruturas de poder existentes, e essas estruturas de poder podem impactar a produção e disseminação de informações, bem como distorcer, suprimir ou deturpar informações. Para entender e usar a informação de forma mais eficaz, as pessoas devem ser capazes de examinar e interrogar as estruturas de poder que impactam essa informação, e analisar as maneiras pelas quais a informação pode ser usada para informar e desinformar (SAUNDERS, 2017).

Trata-se, de acordo com Saunders (2017) de desenvolver habilidades para: a) analisar como cada etapa da produção, divulgação, organização, localização, avaliação e uso de informações podem ser impactados por estruturas de poder; b) identificar e interrogar essas estruturas de poder; c) avaliar as fontes de informação para ir além dos critérios básicos da lista de verificação de autor, credenciais, revisão por pares, etc. para o corpo de pesquisa, metodologias, fontes de financiamento, conflito de interesses, preconceito pessoal, etc.; d) identificar como a mercantilização da informação afeta o acesso e a disponibilidade; e) reconhecer quando as informações estão ausentes, incompletas ou inacessíveis, bem como, reconhecer a ausência de informação como um indicador de possível dinâmica de poder; f) analisar como a informação – tanto na sua ausência como na sua presença, na forma como é criada, organizada, acessada, etc. – informa opiniões e crenças sobre as pessoas, ideias ou situações que representa ou reflete; e, g) examinar as maneiras pelas quais as informações podem ser usadas para persuadir, promover, desinformar ou coagir.

Deste modo, podemos dizer que pessoas competentes em informação sabem como usar a informação da melhor maneira possível, tanto no trabalho como na vida cotidiana. Elas identificam, por exemplo, as informações mais úteis na hora de tomar decisões, ao votar ou ao participar da vida da comunidade. São capazes de avaliar noticiários, anúncios e discursos de campanha política, reconhecendo quando as estatísticas foram usadas de forma inadequada para influenciar o pensamento sobre um assunto complexo. Além disso, reconhecem a desinformação e são capazes identificar o verdadeiro valor e poder da informação (CORREA, 2002). Em outras palavras, desenvolvem a capacidade de olhar além da superfície do discurso, de compreender ideologias e agendas implícitas à informação, além de agir discursivamente sobre uma sociedade configurada e mediada pelo discurso (ANDERSEN, 2005).

Sob o foco da dimensão política, De Lucca e Vitorino (2020) também apontam que uma pessoa competente em informação deve ser capaz de: procurar a interação social com pessoas da rede de convívio para solucionar as necessidades informacionais; conquistar a liberdade e autonomia por meio de decisões baseadas na informação adquirida; compartilhar informações e experiências com pessoas da rede de convívio, além de ajudar o próximo em diferentes contextos e, assim, enriquecer sua bagagem de conhecimentos e incorporar novas experiências de vida; utilizar a informação para sensibilizar-se de seus deveres e direitos na sociedade e lutar pela construção da cidadania em conjunto, participando da esfera social.

Dessa forma, compreendemos que o desenvolvimento da dimensão política da competência em informação nas mulheres tem um papel preponderante na atuação sobre as estruturas sociais que sustenta as relações desiguais de poder, uma vez que amplia a capacidade de negociação, argumentação e participação das mulheres nos espaços sociais e políticos, além de conhecerem seus direitos e deveres.

### **2.3.5 A abordagem do empoderamento de mulheres sob o foco das dimensões da competência em informação**

Desde o início desta seção, buscamos compreender as inter-relações existentes entre o desenvolvimento da competência em informação e o processo de empoderamento. Deste modo, nesta última subseção, buscamos sintetizar nossas percepções. A compreensão de interrelações entre os dois processos nos permitiu evidenciar o elo principal dessa abordagem: a ação comunicativa para a transformação da realidade social. A ação transformadora é considerada por Fraser (2012) como o remédio para modificar as estruturas sociais opressoras. Assim,

percebemos a competência em informação como fundamental na atuação das mulheres tanto no nível individual, quanto no coletivo, ao desenvolver aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais essenciais ao empoderamento.

Sob o foco da **dimensão técnica**, a competência informação inclui o “saber fazer”, ou seja, as habilidades para acessar e usar a informação e as tecnologias da informação e comunicação. As habilidades técnicas são fundamentais a realização do trabalho ou a qualquer outra atividade que as mulheres se proponham a fazer, o que resulta em autonomia e controle de recursos no nível individual. Além disso, essa dimensão dá suporte ao processo de empoderamento nos níveis grupal e estrutural, que também demandam acesso à informação e conhecimentos, de acordo com Kleba e Wendausen (2009).

Na **dimensão estética** da competência em informação desenvolvem-se as habilidades, atitudes e comportamentos informacionais necessários ao autoconhecimento que, por sua vez, elevam a autoestima das mulheres e a solidariedade entre as mulheres. Sob o foco dessa dimensão, também surge a percepção e a confiança na capacidade interior de pensar e agir.

Sob o foco da **dimensão ética**, o desenvolvimento da competência em informação mostra-se importante para o empoderamento individual das mulheres por incluir um conjunto de habilidades necessárias para executar tarefas relacionadas ao uso ético da informação, mas principalmente, ao empoderamento coletivo por conduzir ao desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência crítica, tão importantes para a percepção e ao questionamento das desigualdades de gênero e da condição de vulneráveis na sociedade.

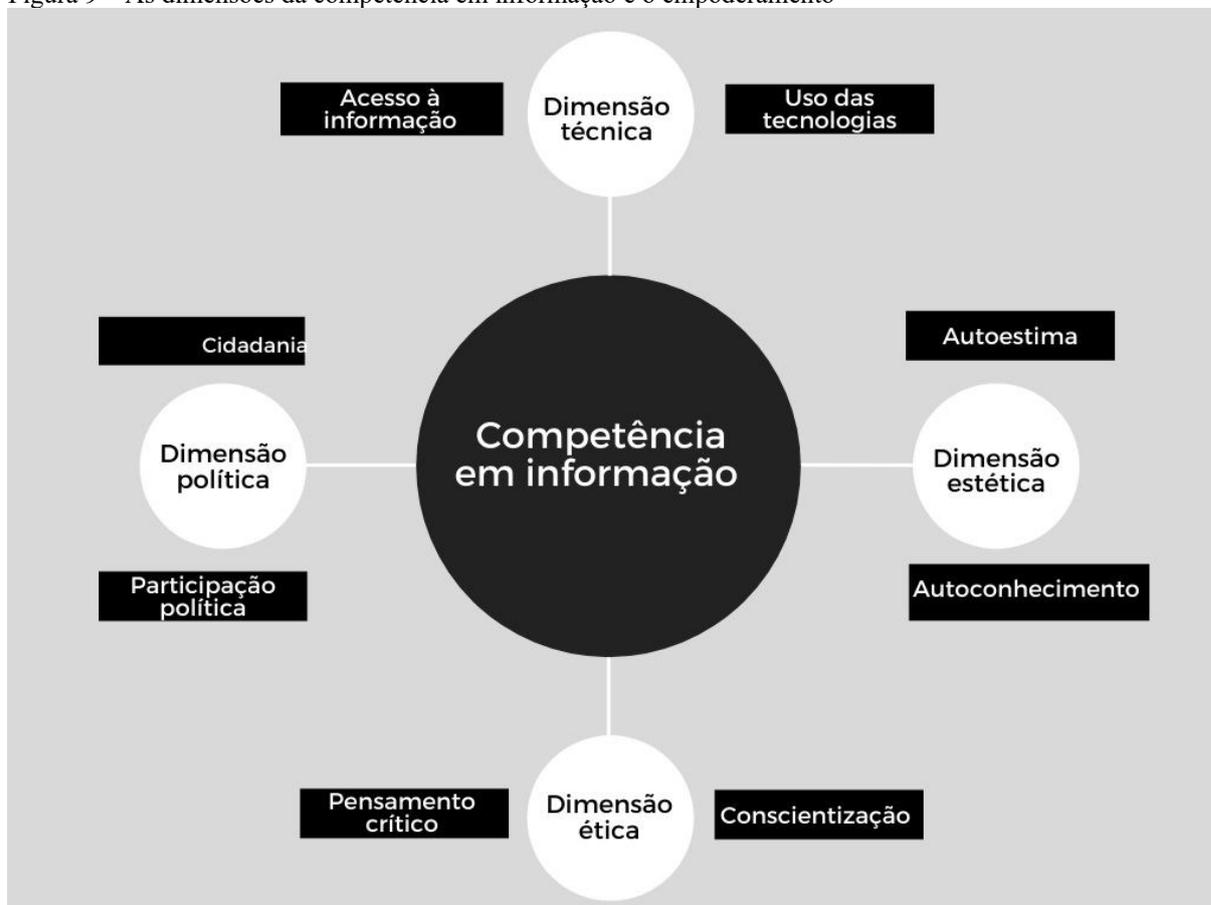
Reiteramos que a dimensão ética é fundante das demais dimensões da competência em informação, uma vez que estas ganharão significado pleno quando se guiarem por princípios éticos (RIOS, 2010). Além disso, a dimensão ética perpassa as outras dimensões por nortear a ação, o fazer. Nesta perspectiva, Vitorino (2011) explica que o domínio da técnica demanda escolhas e apresenta exigências de caráter social, as quais terão implicações éticas, a busca estética pela harmonia e pelo bem viver tem na ética seu fundamento apriorístico, e, a política está ligada à ética em seu caráter subjetivo.

No âmbito da **dimensão política**, a competência em informação leva ao empoderamento individual e coletivo por meio do exercício da cidadania, ou seja, o conhecimento dos direitos e deveres, a capacidade para avaliarem e fazerem escolhas conscientes, bem como, participarem ativamente dos espaços políticos.

Neste interim, da reflexão sobre as características das dimensões técnica, estética, ética e política emergiram elementos que nos fazem percebê-la como mobilização para a ação e que

contribuem ao empoderamento das mulheres. Na Figura 9, apresentamos, de forma sintetizada, esses elementos.

Figura 9 – As dimensões da competência em informação e o empoderamento



Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2022).

Há que se dizer, contudo, que os dois processos tendem a se retroalimentar. O empoderamento, de acordo com Costa, Alves e Silva (2018, p. 412), “tanto pode ser promovido pelo uso crítico da informação, como pode ser promotor do sentido contrário, criando informações que sejam potência para empoderar”. Assim, para essas autoras, na esfera social, isso inspira, cria, motiva e sustenta a forma como as mulheres podem mudar as condições sociais de vulnerabilidade, ou mesmo como a sociedade pode observar o empoderamento sob a ótica do desenvolvimento da competência em informação.

Na seção seguinte, apresentamos as características econômicas, sociais e políticas das mulheres rurais brasileiras, cujo conhecimento é indispensável tanto para compreender os dados empíricos da tese, quanto para a proposição de princípios para desenvolver a competência em informação dessa população.

## 2.4 MULHERES RURAIS BRASILEIRAS: CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS, SOCIAIS, POLÍTICAS E AGRAVANTES DE VULNERABILIDADE

Considerando a relação indissociável entre indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994), esta seção contempla as características do cenário econômico, social e político que envolve as mulheres rurais, o qual evidencia os fatores que as colocam em vulnerabilidade.

Nas últimas décadas, esse contexto sofreu diversas transformações e até mesmo uma ruptura no modo de conceber a agricultura. Isso ocorreu no limiar da chamada “modernização da agricultura” implementada pelo Estado por meio de uma série de ações, principalmente, após o Golpe de 1964 e a instauração da ditadura. Segundo Alentejano (2012), o processo de modernização foi concebido e planejado como contraponto às propostas de Reforma Agrária, gestadas no âmbito da esquerda brasileira ao longo dos anos 1950-1960, a qual considerava a democratização da terra como condição indispensável para o desenvolvimento da agropecuária brasileira.

A modernização da agricultura brasileira também acompanha o movimento de difusão da Revolução Verde pelo mundo. Isso ocorre, de acordo com Alentejano (2012), tanto na acepção ideológica que contrapõe a modernização à Reforma Agrária, quanto na acepção prática da utilização crescente de máquinas, insumos químicos e sementes melhoradas. Isso faz do Brasil, na atualidade, o maior consumidor mundial de agrotóxicos, além de ameaçar a segurança e soberania alimentar.

O modelo imposto pelo mercado, pelos meios de comunicação, pelos extensionistas, na visão de Pereira (2012, p. 688), provocou transformações na base da agricultura:

[...] o conhecimento milenar prático do próprio agricultor foi substituído pelo conhecimento científico; os ciclos ecológicos locais, pautados nos recursos endógenos, foram substituídos por insumos exógenos industriais; o trabalho que era realizado em convivência com a natureza foi fragmentado em partes – agricultura, pecuária, natureza, sociedade –, e cada esfera passou a ser considerada em separado, quebrando-se a unidade existente entre ser humano e natureza.

Em outras palavras, a agricultura perdeu a sua capacidade de adaptação à diversidade ambiental e sua vinculação a regimes alimentares diversificados, tornando-se padronizada e atendendo somente aos interesses das grandes corporações agroindustriais (ALENTEJANO, 2012).

Como resultados negativos dessas transformações podemos citar o êxodo rural, a dependência do agricultor a ciência e a indústria, a desterritorialização dos camponeses, a invasão cultural, a contaminação do ser humano e do ambiente como um todo (PEREIRA,

2012), as alterações nas relações de trabalho, a perda da segurança e da soberania alimentar (ALENTEJANO, 2012), entre outros.

Isso significa dizer que, desde a década de 1960, a modernização da agricultura, associada à Revolução Verde, contribuiu para acentuar a desigualdade social e marginalizar grande parte da população rural. É neste contexto e a este contexto, agravado pela desigualdade de gênero, que se inserem e que resistem as mulheres rurais brasileiras.

Há que se dizer, entretanto, que o contexto político protagonizado pelo presidente Lula e pela presidenta Dilma reacendeu a esperança das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais em condições melhores de vida e na ampliação da democracia. Nesse período, compreendido entre os anos de 2003 e 2016, conforme menciona Paulilo (2021), o governo abriu espaço para que os movimentos sociais e suas lideranças participassem ativamente do Legislativo e do Executivo.

Assim, muitos dos textos mencionados nesta seção, ou mesmo os publicados depois do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, trazem o panorama de um período ao qual entende-se como socialmente próspero. Após essa ruptura política, passa-se por “um regime político bem mais conservador e menos propenso ao diálogo” (PAULILO, 2021, p. 265).

A partir desse entendimento e com base, principalmente, na literatura das áreas de Ciências Sociais e Agrárias e em documentos governamentais, a seguir, apresentamos características econômicas, sociais e políticas das mulheres rurais divididas em sub temáticas – trabalho e acesso à renda, acesso à terra, organização produtiva, participação política e políticas públicas – que também têm sido pautas das lutas dos movimentos sociais do campo.

Nesse interim, também discutimos, na última subseção, a importância dos movimentos sociais para a aprendizagem das mulheres rurais.

#### 2.4.1 Trabalho, acesso à renda e invisibilidade

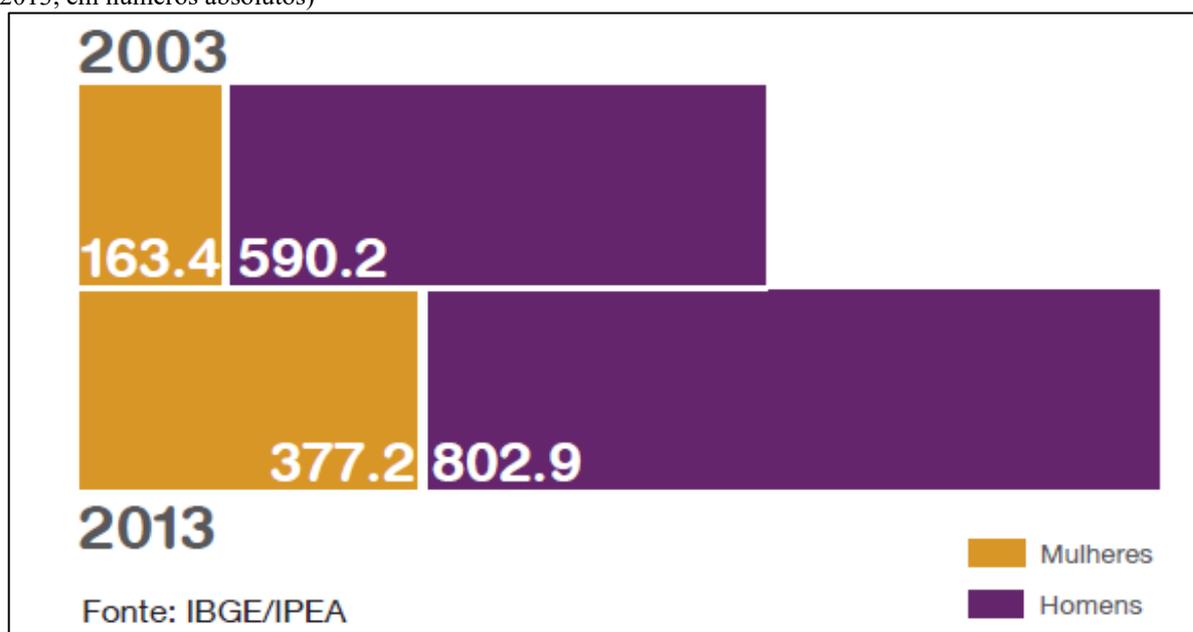
No contexto histórico brasileiro, as mulheres estiveram presentes no trabalho rural desde a colonização, exercendo atividades na lavoura e no lar de modo cumulativo. Dependendo do tipo de colonização das regiões brasileiras, existem características diferentes nos regimes de trabalho, mas há registros de mulheres rurais em todas as regiões do Brasil (BONFIM; COSTA; LOPES, 2013). Elas têm se destacado em diferentes etapas do processo produtivo de alimentos

e outras atividades relacionadas à geração de renda e desenvolvimento econômico social no campo, mudando aos poucos a antiga visão de meras ajudantes (BRASIL, 2019).

Entretanto, a conquista de uma maior independência econômica para essa parcela da população é uma das questões que vem sendo colocada pelas organizações de mulheres e pela economia feminista. As mulheres rurais encontram muitas dificuldades para participarem das decisões sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades de investimento das famílias, mesmo que contribuam com o seu trabalho para a geração desses resultados financeiros. O acesso delas aos meios materiais é fundamental ao seu pleno desenvolvimento, trata-se da garantia dos seus direitos econômicos (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

De acordo com o relatório da ONU MULHERES (2016), a partir de dados do IBGE, o rendimento médio obtido pelas mulheres rurais com seu trabalho principal mais que dobrou entre 2003 e 2013: passou de R\$ 163,40 para R\$ 377,20 (Gráfico 1). Ainda que seja inferior ao salário-mínimo correspondente à época, é um importante indicativo do ascendente papel econômico das mulheres no meio rural. Isso porque os rendimentos do trabalho principal devem ser somados à produção para autoconsumo, sendo esta última a que provê parte das necessidades de alimentos e medicamentos. Estima-se que esse aumento nos rendimentos das mulheres rurais possa ser resultado do trabalho em setores não-agrícolas.

Gráfico 1 – Rendimentos de mulheres e homens com domicílio rural advindos do trabalho principal (2003 – 2013, em números absolutos)

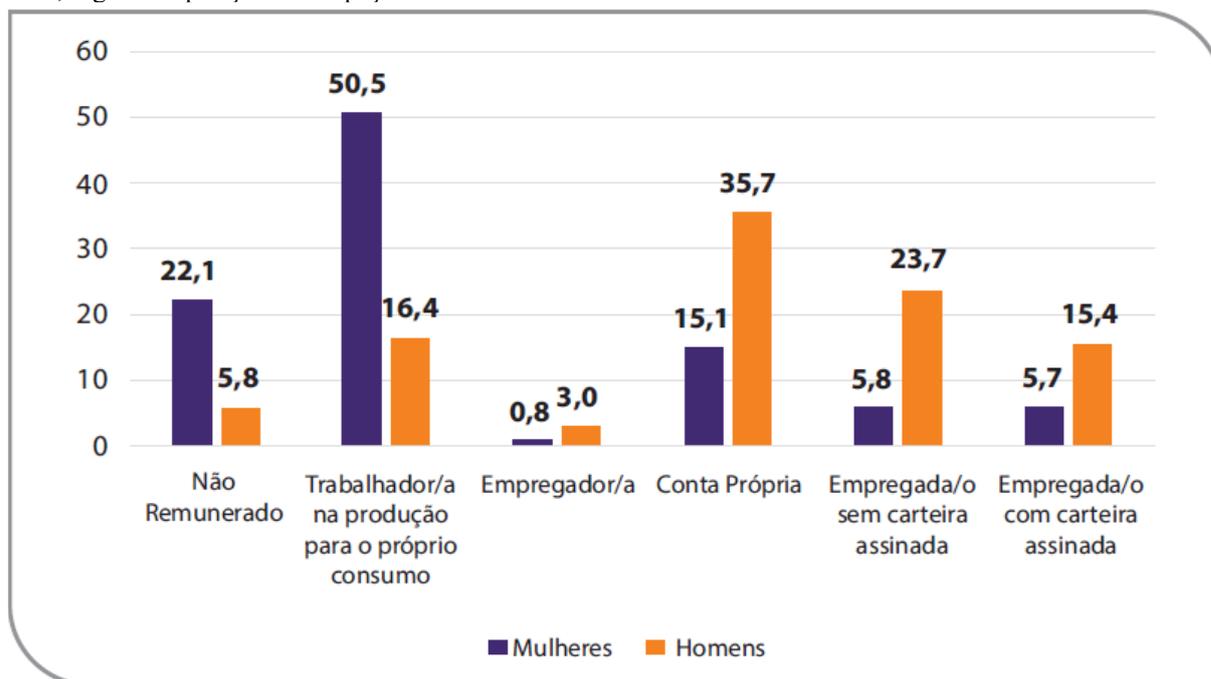


Fonte: ONU MULHERES (2016, p. 75).

Mesmo diante desse aumento, observamos que, no meio rural, as mulheres continuam com renda inferior aos homens, o que denota que, apesar de alguns avanços nas últimas décadas, a pobreza e a invisibilidade do trabalho dessas mulheres continuam marcando a inserção econômica das cerca de 15 milhões de mulheres que vivem no campo brasileiro, de acordo com Cintrão e Siliprandi (2011).

Sobre a importância do trabalho feminino nas áreas rurais brasileiras, observamos na Gráfico 2, que, em 2012, quase 3 milhões e 900 mil mulheres maiores de 16 anos estavam ocupadas em atividades agrícolas, o que correspondia a 9,8% das mulheres ocupadas. Entretanto, no setor agrícola, mais de dois terços delas (72,6%) se dedicavam ao trabalho para o próprio consumo ou a atividades não remuneradas; apenas 6% eram empregadas com carteira assinada e o mesmo percentual trabalhava informalmente; 15% declararam trabalhar por conta própria; e, menos de 1% se declarou ser empregadora. Entre as/os trabalhadoras/es não remuneradas/os, 61,5% eram mulheres (BRASIL, 2015).

Gráfico 2 – Distribuição percentual da população ocupada de 16 anos ou mais de idade no setor agrícola por sexo, segundo a posição na ocupação – Brasil – 2012



Fonte: disponível no Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (BRASIL, 2015, p. 20), elaborado com base nos dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

No que diz respeito ao uso do tempo<sup>19</sup>, observamos, na Gráfico 3, que a jornada total das mulheres, somando-se o tempo dedicado ao trabalho principal (30,8 horas) e aos afazeres

<sup>19</sup> As pesquisas de uso do tempo medem o tempo que as pessoas dedicam a diferentes atividades, de modo que permitem mostrar formas de trabalho remuneradas e não remuneradas, que tanto mulheres quanto homens realizam, dentro e fora do lar (BARAJAS, 2016). Elas evidenciam como se dá a divisão sexual do trabalho.

domésticos (19,8 horas semanais), é sempre superior à jornada total dos homens (quase 37,9 horas dedicadas ao trabalho principal e apenas 9,8 horas aos afazeres domésticos) (BRASIL, 2020).

Gráfico 3 – Média de horas semanais dedicadas ao trabalho principal e média de horas gastas em afazeres domésticos, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio - Brasil, 2017



Fonte: Brasil (2020, p. 22).

Analisando ainda a média de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico entre as pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas, notamos que as mulheres rurais se dedicam, em média, 19,8 horas semanais enquanto os homens rurais gastam, em média, 9,8 horas. Isso significa que a sobrecarga de trabalho não é compartilhada com os homens rurais, que apresentam índices praticamente iguais aos dos homens urbanos no que se refere ao tempo dedicado aos afazeres domésticos (cerca de 10 horas).

Embora esse trabalho seja fundamental para o funcionamento das famílias, no que diz respeito ao bem-estar de seus membros, a evolução do mercado, em função da reprodução social, e, ainda, a coesão social e familiar, Baraja (2016) explica que o trabalho doméstico e de cuidados costuma permanecer invisível para a economia, encontrando-se praticamente ausente dos modelos macroeconômicos de onde proveem as políticas públicas e seu financiamento.

Reiteramos, de acordo com Melo e Thomé (2018), que a literatura econômica, na maior parte do tempo, limita-se a analisar a participação das mulheres no trabalho fora de casa e ignora

o trabalho realizado para a reprodução da vida no âmbito da família. Inclusive, o trabalho reprodutivo só passou a ser identificado no PNAD brasileiro a partir de 2001.

Conscientemente ou não, as mulheres foram apagadas dos textos socioeconômicos e muitos economistas ainda teimam em estudar as relações de trabalho na sociedade sem definir as questões de sexo e gênero, ao tratarem uniformemente como pessoas os homens e mulheres no processo de trabalho. Eles consideram o trabalho “não pago” como “não produtivo”, porque não gera valor (MELO; THOMÉ, 2018).

Assim, sobre os dados apresentados nas figuras, cabem algumas considerações importantes. No que diz respeito à remuneração das mulheres rurais e ao trabalho realizado no campo, Paulilo (2016b, p. 27) explica que, nas sociedades em geral, “o fator sexo opera como elemento discriminador na divisão social do trabalho, já que ao homem estão destinados os trabalhos ligados à produção, e à mulher, o trabalho doméstico”. Nesse sentido, não se pode pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque estas são “leves” ou pouco importantes por sua própria natureza. O que acontece na verdade é que

[...] qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução de mão de obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe (PAULILO, 2016a, p. 108).

A divisão sexual do trabalho, portanto, está relacionada com a representação social do ser mulher e do ser homem na sociedade, ou seja, o valor social do trabalho é dado a partir de quem o executa (HERRERA, 2016). Além disso, alguns autores (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011; HERRERA, 2016) apontam que é comum que o trabalho realizado pelas mulheres rurais no âmbito produtivo seja visto apenas como “ajuda” ao marido ou à família, mesmo quando elas trabalham tanto quanto ele ou executem as mesmas atividades. Isso também contribui para a dificuldade no acesso direto das mulheres rurais ao dinheiro.

As mulheres rurais, apesar de se dedicarem às atividades produtivas, reprodutivas e de cuidados em seu cotidiano ainda sofrem, na atualidade, de invisibilidade social e de falta de reconhecimento como trabalhadoras e cidadãs. Sobre isto, Herrera (2017, p. 9) observa que

[...] a sobrecarga de trabalho que estão submetidas as mulheres rurais muitas vezes constitui em um impedimento para prosseguir a formação escolar, para usufruir de tempo para si, para utilizar o tempo para lazer, para melhorar a qualificação profissional, ou seja, para construir um projeto de vida independente das necessidades dos membros de suas famílias. Isso ocorre pois, no âmbito familiar os ingressos monetários, os serviços públicos, o trabalho familiar doméstico e o *care* são combinados para que uma melhor qualidade de vida seja possível. Neste ritmo, as mulheres geralmente disponibilizam permanentemente seu tempo para o serviço da

família (sendo que em muitas situações esta dedicação se estende para além da família, envolvendo a rede de sociabilidade das mulheres).

Diante desse cenário, a preocupação em evidenciar a participação das mulheres nas lidas do campo e no trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidados) tem se acentuado nas últimas décadas e derivou, principalmente, da importância que os movimentos feministas tiveram no mundo todo, a partir dos anos 1960, na Europa, e dos anos 1980, no Brasil. A maior visibilidade da participação feminina na produção agrícola tem servido de base não só para reivindicações trabalhistas por parte das mulheres, como vem alterando a visão sobre planejamento de importantes órgãos ligados ao crescimento dos países em desenvolvimento (PAULILO; DE GRANDI; SILVA, 2003, p. 169).

Reconhecer as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas propriedades agrícolas é uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas, de acordo com Paulilo (2009). Quanto ao trabalho remunerado, ele é considerado fundamental, pois, em uma sociedade onde quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria torna-a mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla (PAULILO, 2009).

Com base nessas autoras, observamos que o trabalho das mulheres, apesar de sua importância para toda a sociedade e das melhorias relacionadas à renda, ainda é marcado pela sobrecarga, ao incluir atividades remuneradas e não remuneradas, por desigualdades de gênero, que resultam em menor ganho e acesso aos recursos, e, sobretudo, por desvalorização e invisibilidade do trabalho.

#### 2.4.2 Acesso à terra e ao território

A desigualdade social no Brasil é uma das maiores do mundo e se manifesta, inclusive, na distribuição desigual da posse da terra (LASSAK, 2010). O acesso à terra e ao território pelas mulheres rurais brasileiras é dificultado por dois fatores principais: a estrutura fundiária concentrada e a histórica exclusão das mulheres à herança.

O acesso à terra e ao território, de acordo com Cintrão e Siliprandi (2011), consta como uma das principais reivindicações da maioria dos movimentos de mulheres rurais, evidenciando a sua importância enquanto recurso básico para a produção e reprodução destas famílias. Esta, contudo, é uma reivindicação que unifica homens e mulheres, sendo uma pauta geral de luta dos movimentos sociais rurais.

Sobre a situação brasileira no que diz respeito à desigualdade social e a posse terra, Lassak (2010) explica que

[...] a atual estrutura agrária brasileira, marcada por sua extrema polarização social, é resultado de diferentes processos que foram se desenvolvendo durante as diversas fases históricas e políticas do Brasil. Iniciados no período colonial, no século XVI, esses processos passam pelo tempo da escravatura e pelo feudalismo, intensificam-se com a estruturação da produção capitalista do fim do século XIX, isto é, o início da industrialização, e chegam até os nossos dias (LASSAK, 2010, p. 239).

A questão da terra é um dos desafios sociais e políticos mais graves no Brasil, uma vez que, é marcada por uma pressão do agronegócio exportador para a reforma agrária não ocorra (LASSAK, 2010). Entretanto, mudar a realidade econômica das mulheres rurais passa por mudar a estrutura fundiária extremamente concentrada, de acordo com o relatório da ONU MULHERES (2016).

Os dados do Censo Agropecuário (2017) revelam que o número de mulheres dirigindo propriedades rurais no Brasil alcançou quase 1 milhão. O IBGE identificou 947 mil mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais, de um universo de 5,07 milhões. A maioria está na região Nordeste (57%), seguida pelo Sudeste (14%), Norte (12%), Sul (11%) e Centro-Oeste, que concentra apenas 6% do universo de mulheres dirigentes. De acordo com a pesquisa, juntas, elas administram cerca de 30 milhões de hectares, o que corresponde apenas a 8,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no país. Do total geral de estabelecimentos identificados pelo Censo Agropecuário 2017 (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81% (IBGE, 2020).

Cabe destacar que somente em 2007, a Instrução Normativa n. 38, de 13 de março, reconheceu e priorizou mulheres chefes de família como beneficiárias potenciais da reforma agrária, alterando os critérios de classificação dos candidatos. Com tais medidas, as mulheres titulares registradas passaram de 24%, em 2003, para 72%, em 2013. No mesmo período, as mulheres chefes de família passaram de 13% do público beneficiário para 23% (ONU MULHERES, 2016). Além da regularização fundiária, o documento da ONU MULHERES (2016) também menciona como fundamental para assegurar às mulheres rurais o direito de acesso à terra a demarcação de áreas indígenas, quilombolas, comunidades pesqueiras e demais populações tradicionais.

Há, contudo, outro aspecto importante a ser considerado, de acordo com Paulilo (2004), no que diz respeito à herança da terra. Para a autora, não é novidade, pelos menos aos estudiosos dessa temática, que o acesso das mulheres à terra é menor que o dos homens no mundo todo, incluindo-se a América Latina e, dentro dela, o Brasil. “A conquista do direito a esse bem em

vários países não significou uma possibilidade concreta de filhas de agricultores partilharem a herança em pé de igualdade com seus irmãos homens” (PAULILO, 2004, p. 189). Um estudo realizado no início da década de 2000, evidenciou que nas regiões de colonização italiana e alemã dos três Estados do Sul do país, por exemplo,

[...] há um mesmo padrão a respeito da herança da terra. Embora esse padrão comporte variações, podemos dizer com segurança que são principalmente os filhos homens que herdaram a terra. O acesso das mulheres a esse bem se faz pelo casamento. Aparecem exceções, quando não há descendência masculina, quando há uma filha casada que cuida dos pais na velhice, quando os pais possuem muita terra ou, ao contrário, quando a exploração agrícola não tem importância como meio de produção para os herdeiros. Lembremos que nem todos os filhos homens herdaram terra quando a propriedade é pequena, porém, para eles, há mecanismos de compensação que tentam respeitar uma correspondência entre o que foi perdido e o que foi ganho. Os que estudam, seja homens, seja mulheres, não herdaram terra porque “já ganharam o estudo”. Também não recebem quando saem da casa dos pais e vão trabalhar na cidade, enquanto um irmão ou mais ficam. Quanto às mulheres, recebem um enxoval quando se casam, composto de mais ou menos itens dependendo das posses dos pais. As que não se casam nada recebem. O destino das celibatárias – cuidar dos pais e, depois de sua morte, ficar “encostadas” na casa de uma irmã ou cunhada, ajudando nos afazeres domésticos – não é invejado por ninguém (PAULILO, 2004, p. 191).

Essa situação, em que consiste na exclusão das mulheres à herança da terra, mesmo com o direito assegurado por lei, e se priorizam os filhos homens, tomando-se como base um costume, é assimilada por Herrera e Ramos (2019) como “violência patrimonial”, ainda que seja difícil identificá-la como tal, uma vez que não se trata de uma ação realizada por um indivíduo contra outro, mas pelo conjunto das famílias, a dela e a do marido, e legitimada historicamente pela comunidade da qual fazem parte.

Devido a este costume, as mulheres rurais “ficam sem herdar o patrimônio familiar de suas linhagens de origem, participando apenas indiretamente da herança dos maridos e sogros” (HERRERA; RAMOS, 2019, p. 346). Nesse sentido, salientamos que, embora assegurada na Constituição de 1988, a titulação conjunta da posse de terra não tinha caráter obrigatório até 2003. Foi somente por meio da Portaria n. 981, de outubro de 2003, que ela se tornou obrigatória (ONU MULHERES, 2016).

A tradicional exclusão feminina do acesso à terra, de acordo com Paulilo (2004), faz com que as mulheres também sejam ignoradas pelas políticas públicas voltadas para a agricultura, por mais que as leis brasileiras condenem a discriminação por sexo.

Observamos, portanto, alguns avanços recentes relacionados ao acesso à terra e ao território pelas mulheres rurais. Isso, contudo, não é suficiente para eliminar as desigualdades sociais e de gênero no Brasil, o que justifica que o tema ainda seja pauta dos movimentos sociais. O acesso à terra é um direito fundamental que se traduz em igualdade e empoderamento

para as mulheres do campo, da floresta e comunidades tradicionais, e, por isso, precisa ser assegurado. Mais uma vez, percebermos aqui a necessidade de mudança nas estruturas sociais.

#### 2.4.3 Organização produtiva

Movimentos de mulheres rurais vêm reivindicando, há algumas décadas, políticas de apoio à organização da produção e à comercialização e têm estimulado a constituição de grupos produtivos de mulheres como uma forma de se contrapor a realidade desigual vivida por elas (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011; ONU MULHERES, 2016).

Cintrão e Siliprandi (2011) apontam algumas características dos grupos produtivos: se iniciam, normalmente, a partir de atividades já realizadas pelas mulheres, tais como artesanato, processamento e/ou comercialização de produtos oriundos dos quintais e arredores da casa; são majoritariamente informais e muitas vezes esporádicos (reunindo-se apenas em períodos de safra ou de entressafra, por exemplo); por serem informais, quase sempre vendem diretamente ao consumidor em mercados locais; contam com pouco financiamento, quase sempre obtidos junto a organizações não governamentais; muitas vezes, envolvem o trabalho voluntário das mulheres, na expectativa de obtenção de renda, caso a comercialização dos produtos se efetive, o que nem sempre ocorre; e, não se especializam em uma única atividade, dedicando-se a diferentes tipos de produtos, conforme o período do ano.

A ONU MULHERES (2016) aponta que, a partir de 2003, diversas ações de estímulo à organização produtiva foram implementadas pelo Governo Federal, tendo como objetivo o desenvolvimento rural de forma sustentável e em diálogo com as mulheres rurais. Essas ações centravam-se em três questões: assistência técnica; acesso ao financiamento; e possibilidades de comercialização de sua produção.

Ainda de acordo com a ONU MULHERES (2016), conhecimento e capacidades técnicas são mecanismos efetivos para que as mulheres rurais vençam papéis historicamente limitantes em relações produtivas e econômicas. Assim, o Brasil vinha desenvolvendo ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) mais atentas ao papel ativo das mulheres no processo produtivo do mundo rural. A disparidade entre homens e mulheres para o acesso a esses benefícios, contudo, ainda era desafiadora: 22% dos estabelecimentos dirigidos por homens no meio rural receberam assistência técnica, enquanto para as mulheres foram apenas 11%, até o ano de 2003. Para igualar essa distribuição, mais de 66.000 estabelecimentos dirigidos por mulheres deveriam ser contemplados.

No que diz respeito ao acesso ao crédito rural, Cintrão e Siliprandi (2011) explicam que, historicamente, ele foi visto, inclusive pelas mulheres rurais, como um recurso destinado apenas aos homens. Com o aumento da organização de grupos de mulheres dedicados a experiências produtivas, a necessidade de crédito para a promoção da autonomia econômica passou a fazer parte das reivindicações dirigidas ao Estado.

O principal instrumento para o acesso das mulheres agricultoras ao financiamento da produção tem sido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com créditos de custeio e investimento a juros subsidiados. O Pronaf foi criado em 1996 como conquista dos movimentos sociais rurais (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011). O desenvolvimento rural, com inclusão socioprodutiva e autônoma do ponto de vista econômico das mulheres rurais, tem sido pauta apresentada aos governos de forma ordinária nos últimos anos. Os diversos movimentos sociais que representam as mulheres rurais defendem que o acesso ao crédito é necessário à emancipação das mulheres do meio rural e fator de desenvolvimento social e humano, que contribui diretamente no desenvolvimento local e nas perspectivas de promover ambiente que atraia jovens para exercer atividades produtivas no meio rural (SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 2017-2018, 2019, p. 24).

Em 2001, o recém-criado Programa de Ações Afirmativas do já extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) reconheceu como problema o fato de que os créditos destinados às mulheres não ultrapassavam 10% do total concedido e, a partir disso, conseguiu que uma portaria deste mesmo ano estabelecesse uma cota mínima de 30% do Pronaf destinada preferencialmente a mulheres. Isso, contudo, ainda não era suficiente. Assim, a partir de 2003, foi criado o Pronaf Mulher, voltado para atividades agrícolas e não agrícolas (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011). Por meio dessas linhas de crédito, desde 2003, já foram contratadas mais de 42 mil operações, com investimentos aproximados de 360 milhões (ONU MULHERES, 2016).

Paralelamente, foram implementadas medidas de acompanhamento e controle sobre essas mudanças. Em 2003, foi criado o Grupo de Trabalho em Gênero e Crédito, “composto por agentes públicos e representantes dos movimentos de mulheres rurais, com o objetivo de identificar os gargalos e buscar soluções para sua superação” (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 202). Esse grupo de trabalho encontrou alguns entraves: a própria divisão sexual do trabalho, ou seja, pouca autonomia e falta de domínio das mulheres sobre os espaços de gestão e comercialização da produção; o endividamento do marido, muitas vezes desconhecido pelas

mulheres; e, à falta de documentação (de documentos pessoais básicos e do título de propriedade da terra).

Com relação à documentação, especificamente, o grupo de trabalho identificou que a Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF, documento comprobatório de que a unidade de produção é familiar, não incluía o nome das mulheres como titulares, apenas o do marido. Assim, a partir da safra 2004/2005 foram feitas mudanças nesse formulário, de forma a incluir obrigatoriamente o nome do casal. Adicionalmente, o MDA firmou compromissos com os bancos para que realizassem ações que ampliassem o acesso das mulheres ao crédito, como difusão de informações, materiais de divulgação, atividades de capacitação, uniformização dos procedimentos, criação de espaços de participação e controle social (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

No entanto, “anos depois da implantação das mudanças na DAP, ainda permanecem muitos dos problemas identificados em 2004/2005 para a inclusão igualitária das mulheres”, de acordo com Cintrão e Siliprandi (2011, p. 203). As autoras destacam que ainda existem, dificuldades gerais para a emissão da DAP, há uma falta de conhecimento dos diferentes agentes (e também das próprias mulheres) sobre o novo modelo de titularidade conjunta e, sobretudo, as marcas do primeiro modelo de DAP ainda seguem fortes, ou seja, é comum a interpretação do “chefe da família” como o titular do documento. Além disso, o acesso ao PRONAF ainda é dificultado pela falta de habilidade das mulheres para a elaboração dos projetos, o pequeno acesso à assistência técnica e o desconhecimento por parte dos agentes financeiros sobre a linha especial de crédito para as mulheres (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

Mesmo diante da persistência desses entraves, estudos que avaliam os impactos do PRONAF Mulher sobre as condições de empoderamento das mulheres rurais mostraram que a obtenção do crédito em seu nome traz inegáveis avanços em termos da sua autoestima e do seu reconhecimento como agentes econômicas dentro da família e nas comunidades rurais (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

No que diz respeito à comercialização dos produtos, desde 2003, o governo federal instituiu uma política de compra direta da agricultura familiar que tem contribuído para mudar a difícil realidade das produtoras rurais. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, tais como

restaurantes populares e bancos de alimentos. Em 2003, o extinto MDA e o, na época, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) compraram R\$ 81 milhões do PAA. Em 2013, foram R\$ 224 milhões. Quarenta e uma mil famílias de agricultores foram beneficiadas (ONU MULHERES, 2016).

No decorrer dos anos, visualizou-se o aumento da participação das mulheres no PAA. Em 2011, o programa passou a destinar 5% do orçamento anual a grupos de mulheres ou grupos mistos, com pelo menos 70% de mulheres. Além disso, a participação das mulheres deve ser de pelo menos 40% das operações para as modalidades de Doação Simultânea, através da qual o governo federal paga aos agricultores familiares ou suas organizações, que entregam os alimentos em centrais de distribuição municipais ou estaduais participantes do programa. Em 2012, as mulheres eram 29% dos contratos. Em 2013, passaram a 47% do total. Na modalidade Doação Simultânea, ultrapassaram 50%. Com a decretação de que pelo menos 30% dos gêneros alimentícios deve ser comprado da agricultura familiar para atender as necessidades de escolas, hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches, escolas filantrópicas etc., os desafios se tornaram maiores para as mulheres. O volume e a regularidade da entrega exigem que muitas produtoras se articulem em cooperativas e associações (ONU MULHERES, 2016).

A venda direta ao consumidor também se converteu em um estímulo maior para a produção das mulheres rurais. Na Feira Nacional da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária (FENAFRA), do MDA, os empreendimentos de mulheres passaram de 1,4%, em 2004, para 12% dos participantes, em 2012 (ONU MULHERES, 2016).

Dentre os benefícios da participação das mulheres rurais em atividades de comercialização, Cintrão e Siliprandi (2011) destacam a melhora na renda (mesmo que essa seja relativamente pequena); a promoção da autonomia econômica; o aumento da sociabilidade, porque as mulheres deixam de ficar presas somente ao espaço doméstico; o aumento sua autoestima, pois há um maior reconhecimento junto às famílias e às comunidades; o aprendizado de novas tecnologias; e, a vivência de novas experiências (tais como viagens, participação em feiras, etc.). No âmbito da família, ocorrem também mudanças, não apenas das rotinas de trabalho, mas também com relação ao seu papel social. Essas mudanças não são necessariamente bem assimiladas no núcleo familiar, em função da perda do monopólio dos homens no gerenciamento da renda obtida, de alterações na divisão sexual do trabalho e de uma maior presença das mulheres na vida pública.

Destacamos ainda, no que diz respeito a organização produtiva, que, em 2008, em nível federal, criou-se o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, cujo objetivo era apoiar iniciativas dos grupos produtivos, viabilizando o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia solidária e feminista. Este programa vinha atuando por meio de cursos de capacitação, promoção da participação das mulheres em Feiras e fomento à produção (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

Observamos que esses programas de incentivo à produção representam avanços para as mulheres do campo (ARAÚJO, 2011; LOZANO; LAGO, 2017), que dialogam com as desigualdades e opressões vividas no campo em diferentes frentes. Contudo, Pitanguy e Barsted (2011) compreendem que estes avanços não se deram de forma homogênea e democrática, considerando as diferenças existentes entre as mulheres, sobretudo em função de raça/etnia e classe social. Tavares (2011) também afirma que o estado brasileiro ainda não conseguiu melhorar a situação das mulheres, especialmente das mais pobres, rurais, negras e indígenas que continuam a experimentar exclusão social, desigualdade, pobreza e violência, o que inviabiliza o pleno exercício dos seus direitos sociais, políticos e de cidadania.

#### 2.4.4 Políticas públicas e participação política

A institucionalização de políticas públicas<sup>20</sup> para as mulheres, por meio da criação de organismos governamentais data de 1983, com a criação em São Paulo e em Minas Gerais dos primeiros Conselhos Estaduais da Mulher, e de 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (FREIRE, 2011). Assim, nos anos 1980 e 1990, operou-se, no plano político e normativo, o resgate formal das liberdades civis e políticas, consolidadas na nova Constituição Federal, promulgada em 1988 (PITANGUY; BARSTED, 2011).

Na década de 2000, de acordo com Pitanguy e Barsted (2011), deu-se continuidade a esse processo de luta e aplicou-se o avanço legislativo, e por meio do trabalho de *advocacy* das

---

<sup>20</sup> As políticas públicas traduzem formas de agir do Estado por meio de programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais. Entre os direitos constitucionais que se materializam por meio das políticas públicas, estão principalmente os direitos sociais, definidos na Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988, artigo 6º: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Dessa forma, elas também são denominadas, muitas vezes, políticas sociais. Elas devem permitir melhorias nas condições de vida das cidadãs, uma vez que, são formas de exercício do poder político (MOLINA, 2012).

organizações feministas e movimentos de mulheres, especialmente a partir da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, um conjunto de demandas foi incluído em documentos e planos governamentais que serviram de parâmetro para orientar políticas públicas com a transversalidade de gênero e de raça/etnia. Em 2003, quando o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) deu-se um grande passo para a rediscussão destes espaços institucionais. A simples existência da SPM legitimava a discussão sobre o baixo poder político das mulheres em nível estadual e municipal (FREIRE, 2011).

Em 2013, o governo criou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) do Brasil, proposto para o biênio 2013-2015. O processo de construção do PNPM foi realizado por meio das chamadas Conferências de Mulheres nos municípios e Estados do Brasil, com a participação de representações da sociedade civil, movimento de mulheres rurais e urbanas, feministas e organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres. Esse plano contribuiu para a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres aprovada em 2004 e referendada em 2007 e 2011, por meio das conferências nacionais de políticas para as mulheres. O PNPM tinha como princípios orientadores: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas (BRASIL, 2013). Esse plano, portanto, incluía um conjunto amplo de ações voltadas para mulheres do campo e da floresta.

Essas ações justificam-se, principalmente, frente aos baixos indicadores de participação política formal das mulheres brasileiras, apesar do Brasil ter sido um dos primeiros países na América Latina a conceder à mulher o direito ao voto (PITANGUY, 2011). Para Biroli e Miguel (2014), um dos motivos dessa baixa participação relaciona-se à divisão sexual (desigual) do trabalho e ao uso do tempo – o tempo semanal dedicado pelas mulheres ao trabalho doméstico no Brasil –, que se desdobram em injustiças distributivas e barreiras à igualdade nas oportunidades, conforme já mencionado na seção 2.4.1. Além disso, na visão desses autores, a divisão dos papéis permanece atada a compreensões convencionais do feminino e do masculino. Isso significa que as mulheres continuam a ter a responsabilidade exclusiva ou principal na criação dos filhos, o que, diante da falta de creches e políticas adequadas para solucionar esse problema, inviabiliza a sua participação na esfera pública.

Dessa forma, essa situação, na visão de Pitanguy (2011), enseja processos de *advocacy*, como as campanhas coordenadas pela SPM: Mulheres Sem Medo do Poder (1996); e, Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso! (2008). Além disso, demandam mecanismos de cotas e ações afirmativas, como recursos do fundo partidário para promoção da participação política da mulher. A lei n. 12.034, publicada em 20 de setembro de 2009, a chamada minirreforma eleitoral, estabeleceu que na lista de candidaturas de cada partido é obrigatório ter um número mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas de cada sexo e que 5% dos recursos do fundo partidário sejam usados em ações para fortalecer e promover as candidaturas femininas (PITANGUY, 2011).

Àquele período, havia, no Brasil, uma tendência a melhoria dos indicadores de participação política por sexo e acesso ao poder, de acordo com Araújo (2011). E, uma evidência disso foi a eleição, em 2010, de uma presidente mulher: Dilma Rousseff.

Os avanços nas políticas públicas aqui mencionados estão diretamente relacionados à participação política informal das mulheres rurais, principalmente, por meio dos movimentos sociais, conforme observam Cintrão e Siliprandi (2011). Para as autoras, o conjunto de atividades (seminários, capacitações, trocas de experiências) realizadas pelos movimentos de mulheres em espaços formais de participação e de monitoramento das políticas (grupos de trabalho, conselhos, conferências etc.) inegavelmente levou, nos últimos anos, a uma maior participação política das mulheres, com efeitos sobre o seu empoderamento.

Assim, no debate político, é necessário ir além da representação formal e incorporar outras dimensões e espaços da participação política das mulheres, de modo a desmistificar os estereótipos que as definem como menos interessadas na política (BIROLI; MIGUEL, 2014). De acordo com Biroli (2018), ao explicar as barreiras à participação política, as análises têm se voltado para sua ausência e para as restrições à sua atuação. Contudo, não podemos desconsiderar que movimentos organizados têm encontrado maneiras de dar visibilidade a suas reivindicações e promover suas pautas recorrendo a campanhas, protestos, marchas e formas de participação nos espaços institucionais não restritos às disputas eleitorais. Para a autora, esses movimentos têm assumido pautas radicais em sua crítica aos limites da democracia, devido a dois fatores: a origem do ativismo de muitas mulheres em grupos marxistas e socialistas e o forte protagonismo das mulheres negras na contestação de pautas restritas e acomodadas ao racismo e às hierarquias de classe.

Nesse quesito, destacamos que as mulheres rurais começaram a insurgir-se, de forma organizada a partir da década de 1980. Conforme explica Siliprandi (2013), o aparecimento dos

movimentos de mulheres rurais no Brasil remonta esse período, com as primeiras manifestações por direito à sindicalização, de forma independente de pais, irmãos ou maridos. Mesmo com a forte presença feminina na luta pelos direitos dos trabalhadores e o avanço do MMA, as mulheres detinham poucos cargos nas direções dos sindicatos e estes eram, geralmente, menos importantes que os ocupados pelos homens.

De acordo com Boni (2004), a busca pelo poder dentro dos sindicatos se deu por meio do discurso da capacidade da mulher. As trabalhadoras rurais queriam demonstrar que eram capazes de exercer as mesmas funções que seus companheiros por meio da ocupação dos mesmos cargos que eles ocupavam. Essa ocupação é também “uma forma de superação da suposta incapacidade feminina e a garantia, para si e para as demais companheiras, da participação efetiva nas decisões e nos espaços sindicais, inclusive a posse da fala” (BONI, 2004, p. 294).

Vivia-se um período de ressurgimento dos movimentos sociais após 20 anos de ditadura militar. Movimentos feministas urbanos reivindicavam direitos para as mulheres e ecos dessas questões chegariam às mulheres rurais, que se organizavam em grupos, com o apoio de setores das igrejas progressistas, como parte da proposta de disseminação das Comunidades Eclesiais de Base. As primeiras lutas foram pelo reconhecimento da profissão enquanto agricultoras e por direitos decorrentes desse reconhecimento. Mobilizaram-se para ter acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária, para que constasse em seus documentos que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras (ao invés de “donas de casa” ou “domésticas”) e para exercer seus direitos sociais, previdenciários e sindicais. Suas primeiras aparições públicas em eventos massivos ocorreram ainda em meados da década de 1980, em um processo de mobilização dos movimentos de mulheres para influenciar a Assembleia Nacional Constituinte, fazendo marchas a Brasília e abaixo-assinados. Obtiveram duas importantes conquistas na Carta de 1988: a menção explícita ao direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social na condição de seguradas especiais, conquistando o direito à aposentadoria, à licença-saúde e à licença-maternidade. A regulamentação dos direitos adquiridos e a garantia da sua efetivação foram motivos de muitas mobilizações nos anos seguintes (SILIPRANDI, 2013).

As tensões dentro dos movimentos (sindicais, de luta pela terra e outros) mistos, ou seja, formados por homens e mulheres, em função da não priorização dos problemas apontados pelas mulheres, assim como a existência de especificidades regionais, fizeram com que parte das lideranças femininas decidisse formar movimentos autônomos (SILIPRANDI, 2013), ou seja,

não ligados a sindicatos e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (PAULILO, 2009).

Constituíram-se assim, ao longo da década de 1980, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais ou de agricultoras, principalmente no Sul e no Nordeste do país, alguns dos quais se unificaram na década de 2000, sob o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); a Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste (que viria a se transformar, na década de 1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); e, posteriormente, diversas organizações de representações específicas (de pescadoras, indígenas e quilombolas, entre outras).

Na década de 1990, Aguiar (2016) observa que as mulheres rurais ampliaram suas plataformas de luta, aprofundando questões dos segmentos específicos acima mencionados, numa diversidade de situações e identidades. Desse modo, as lutas por elas travadas nos diversos espaços – doméstico/familiar, nos movimentos sociais e nas arenas de participação política e social, como aquelas instituídas pelo Estado – se complexificaram. Além disso, elas também participaram ativamente da construção de associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, pesca e artesanais, ajudando ainda na elaboração das redes de economia solidária e produção agroecológica hoje existentes no país (SILIPRANDI, 2013).

Desde os anos 1980, as mulheres rurais vieram ampliando sua participação no movimento sindical e a sua organização foi se fortalecendo por meio das comissões e da realização de encontros, seminários e plenárias nacionais de mulheres. No entanto, diversas barreiras no espaço sindical que passavam pela discriminação e desqualificação, pelo desempenho de tarefas auxiliares e falta de recursos para viabilizar o seu trabalho organizativo e de participação política, motivaram, em agosto de 2000, a organização de uma grande marcha entre as mulheres trabalhadoras rurais, conhecida como Marcha das Margaridas (AGUIAR, 2016).

A Marcha das Margaridas, de acordo com Aguiar (2016, p. 280) é considerada

[...] um movimento de mulheres do campo e da floresta, que se expressa numa manifestação pública, um ritual político que assume a forma de uma [...] caminhada, expressão ativa desse movimento, que busca dar visibilidade às demandas dessas mulheres e estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado.

A participação das mulheres rurais, a partir da criação dos movimentos, é assinalada, de acordo com Lisboa e Lusa (2010, p. 877), como

[...] uma construção política singular, com consequências que podem ser notadas, nos últimos 20 anos, tanto na esfera individual como coletiva. Na esfera individual,

constata-se a construção de uma identidade “camponesa”, a conquista nos processos participativos, de autonomia, possibilidades de exercer cargos de poder e de deliberação. Na esfera coletiva, colaborando com as lutas mais amplas que possibilitaram, inclusive, a conjuntura política necessária para a transição democrática e, em seguida, para a conquista constitucional de 1988.

Com base no exposto, observamos que a participação política das mulheres rurais, por meio dos movimentos de mulheres, nas décadas de 2000 e 2010, associada à existência de um governo permeável as reivindicações da classe, levaram à criação de programas e ações governamentais voltados para a promoção de uma maior equidade de gênero. Ainda assim, Lozano e Lago (2017) observam que faltavam garantias de cumprimento e de realização das ações governamentais, assim como políticas que facilitassem a participação das mulheres na vida pública, equipamentos sociais e uma maior conscientização social sobre os preconceitos e as violências das quais as mulheres são as principais vítimas, assim como políticas que assegurassem maior acesso das mulheres a autonomia econômica, social e cultural.

Na atualidade, contudo, o cenário é ainda pior. Observamos um processo de desmantelamento de políticas no Brasil desde 2018. De acordo com Sabourin (2021, p. 5), o projeto político dos setores que se uniram por intermédio da candidatura do Presidente Bolsonaro é “ao mesmo tempo ‘anti-pobres’ e de ataque a democracia”. Em outras palavras,

[...] o empresariado econômico-financeiro e seus aliados têm medo do poder de voto ou/e de organização das classes populares que tem tido acesso à educação ou formação. Em termos de desmonte de políticas públicas isso se traduz pela extinção dos espaços de consulta e de participação política como os conselhos setoriais, temáticos ou territoriais (LEITE, 2020; SABOURIN et al., 2020 apud SABOURIN, 2021, p. 5).

O ataque aos espaços de participação popular nas políticas públicas tem se prologado pela criminalização dos movimentos sociais do campo e da floresta (SABOURIN, 2021), tão importantes a participação política das mulheres rurais, bem como pelo desmonte dos serviços públicos de base (saúde e educação pública) e pela gestão mortífera da pandemia da Covid (DUARTE; CESAR, 2020).

Observamos, assim, que a representatividade e a continuidade das políticas públicas são frágeis à mudança de governos e, por isso demanda ações contínuas de resistência.

#### 2.4.5 Aprendizagem informal e movimentos sociais do campo

Como vimos na seção anterior, as mulheres rurais possuem uma história de décadas de engajamento em movimentos sociais, o que lhes propiciou, politicamente, conquistas

importantes ao estabelecerem um meio de se fazerem ouvir. Contudo, é importante destacar que os movimentos sociais também possuem um papel significativo na aprendizagem e na construção de conhecimentos em espaços informais.

De acordo com Gohn (2011, p. 333), “há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral”. Isso faz com que os movimentos sociais sejam fonte de informação e matriz geradora de saberes em um processo sociopolítico. Ao afirmar isso, a autora pauta-se na teoria de Vygotsky, que considera que o aprendizado ocorre quando as informações fazem sentido para as pessoas inseridas em um dado contexto social.

Ainda que o estudo dessa relação entre movimentos sociais e educação informal seja relativamente recente no meio acadêmico brasileiro, tendo sido intensificada nas últimas duas décadas, é possível afirmar que a aprendizagem se dá “na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações” (GOHN, 2011, p. 334).

Nesse interim, por meio da circulação de informações ocorrem, de forma articulada, diferentes tipos de aprendizagens, conforme aponta Gohn (2011):

- a) prática: aprendizagem de como se organizar, como participar, como se unir, que eixos escolher;
- b) teórica: aprendizagem dos conceitos-chave que mobilizam as forças sociais em confronto (solidariedade, empowerment, autoestima) e como adensá-los em práticas concretas;
- c) técnica instrumental: aprendizagem de como funcionam os órgãos governamentais, a burocracia, seus trâmites e papéis, quais as leis que regulamentam as questões em que atuam etc.;
- d) política: aprendizagem relacionada à conjuntura social, aos direitos e às hierarquias do poder estatal governamental;
- e) cultural: aprendizagem sobre elementos que constroem a identidade do grupo, quais suas diferenças, suas diversidades, as adversidades culturais que têm de enfrentar, qual a cultura política do grupo etc.;
- f) linguística: refere-se à construção de uma linguagem comum que possibilita ler o mundo, decodificar temas e problemas, perceber/descobrir e entender/compreender seus interesses no meio de um turbilhão de propostas que se defrontam. Com essa linguagem, criam uma gramática própria, com códigos e símbolos que os identifica;

- g) econômica: aprendizagem relacionada ao custo e outros fatores de produção;
- h) simbólica: diz respeito às representações que existem sobre eles próprios;
- i) social: aprendizagem de como falar em público, hábitos e comportamentos de grupos, como se portar em espaços diferenciados;
- j) cognitiva: aprendizagem de conteúdos novos, temas ou problemas que lhes dizem respeito;
- k) reflexiva: aprendizagem que ocorre a partir das práticas, geradora de saberes;
- l) ética: aprendizagem gerada a partir da vivência ou observação do outro, centrada em valores fundamentais para a construção de um campo ético-político, como bem comum, solidariedade, compartilhamento etc.

Com base nesse entendimento e no que diz respeito aos movimentos populares do campo, Gaspareto (2017, p. 28) observa que a aprendizagem é “constantemente permeada pelo conflito entre os saberes que as trabalhadoras possuem e os diversos saberes, acadêmicos ou não, com os quais elas são confrontadas, a partir de suas trajetórias de militância”. Estes espaços de compartilhamento de saberes e mediação de informações possibilitam as mulheres novas concepções acerca da vida, do mundo e das relações (GASPARETO, 2017), o que nos remete ao caráter de libertação atribuído aos movimentos sociais feministas.

Ao referir-se especificamente ao MMC, do qual participam as interlocutoras desta pesquisa, Boni (2013, p. 83) observa, por exemplo, que a luta pelos direitos trabalhistas e pelo reconhecimento da profissão de agricultora libertou as mulheres rurais do papel invisível de trabalhadoras rurais. Em outras palavras, “a organização e a troca de experiências nos encontros, nos cursos, nas assembleias e passeatas fez com que muitas mulheres se reconhecessem como mulheres com direitos iguais aos homens (BONI, 2013, p. 83). Gaspareto e Menezes (2013), por sua vez, afirmam que a visibilidade social vem sendo conquistada por meio das discussões sobre as relações de gênero, tanto no que se refere à subalternidade aos maridos, quanto aos órgãos de representação política (sindicatos) (GASPARETO; MENEZES, 2013).

Outro ponto citado por Boni (2013) diz respeito ao olhar em torno das subjetividades, propiciado pela vivência no MMC. Ela cita, como exemplo, que as mulheres passam a perceber a importância da saúde, em aspectos que vão desde os tipos de doenças que as acometem, a prevenção dessas doenças, até o questionamento da atitude dos médicos que atendem as pessoas com indiferença.

Percebemos, portanto, que a aprendizagem e as novas concepções criadas no âmbito do MMC vão além do aspecto social e político (BONI, 2013), mencionado no início desta seção por Gohn (2011), à medida que demandas, até então ocultadas no chamado mundo “privado”, tornam-se públicas (GASPARETO; MENEZES, 2013).

Além disso, na visão de Cornwall (2018, p. 28), a educação popular e as práticas de conscientização que ocorrem por meio dos movimentos sociais feminista

[...] são essenciais para o ativismo feminista autônomo. Se uma característica difusa da atual conjuntura é a junção da mercantilização neoliberal, narrativas de autoconfiança e o triunfo do sujeito individual, as versões de empoderamento mobilizadas por muitos movimentos feministas no Sul global têm a capacidade de ruptura precisamente através de seu mantra da primazia da ação coletiva e conscientização na contestação das desigualdades incorporadas e naturalizadas. Esses e outros modos de resistência e ressignificação abrem a possibilidade de reivindicar o empoderamento como um processo de transformação das estruturas e relações de poder.

Essa colocação reitera a importância de que a aprendizagem informacional das mulheres rurais, em ambientes informais, seja desenvolvida como um processo coletivo, de modo a ser efetiva na transformação da sociedade e não somente do indivíduo, conforme defendemos na seção 2.3.5.

Para complementar essa discussão, não podemos deixar de mencionar que, na atualidade, os principais movimentos sociais rurais e urbanos atuam em redes, sejam elas locais, regionais, nacionais ou internacionais, digitais, e utilizam-se dos novos meios de comunicação e informação, como a Internet (GOHN, 2011). O traço distintivo dessa intervenção social é a centralidade atribuída à informação e à comunicação no encaminhamento de ações destinadas à transformação da sociedade (MARTINS, 2015). Assim, a aprendizagem e/ou o desenvolvimento de novos conhecimentos é também produto desse tipo de comunicabilidade.

Castells (2013) nos lembra, contudo, que a efetividade desse tipo de processo comunicacional, seja para a luta social ou para a aprendizagem, exige a existência de consonância cognitiva entre os emissores e os receptores, além de um canal de comunicação eficaz. Nesse sentido, “quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança” (CASTELLS, 2013, P. 25).

Em suma, percebemos que à medida que nos espaços dos movimentos sociais se propiciam diversos tipos de aprendizagens por meio da circulação de informações, das práticas e das ações coletivas que agem como resistência à exclusão, às desigualdades às injustiças

sociais, formam-se sujeitos sociais para essa atuação em rede e fora dela, caminhando-se assim para o empoderamento.

Esse processo de aprendizagem e de formação para o “agir”, diretamente relacionados à competência em informação, bem como, aspectos do empoderamento das mulheres rurais, podem ser observados, em detalhes, na próxima seção, que contempla a apresentação, a análise e a interpretação dos dados coletados diretamente com as mulheres rurais engajadas no MMC.

### **3 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS EMPÍRICOS**

Construímos esta seção buscando atender ao objetivo específico “c” da pesquisa, que consiste em revelar, por meio das falas das participantes, aspectos relacionados ao desenvolvimento da competência em informação e do empoderamento.

Dividimos a seção em partes, de modo que, inicialmente, relatamos as condições temporais e sociais da coleta de dados. Em seguida, apresentamos algumas considerações sobre a realização do pré-teste, que antecedeu a coleta dos dados, e descrevemos as características das participantes da pesquisa a partir de dados coletados por meio do questionário disponível no Apêndice A. Entendemos que estas três partes são fundamentais para introduzir e compreender os dados apresentados nas subseções seguintes, as quais compreendem as análises e interpretações dos dados empíricos.

Conforme descrito na seção metodológica, os dados empíricos foram coletados por meio de entrevistas em profundidade, de natureza qualitativa e semiestruturada, realizadas com mulheres rurais engajadas ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Estado de Santa Catarina. A entrevista é, portanto, a unidade de registro das análises aqui apresentadas.

A análise de conteúdo dos dados revelou conhecimentos, habilidades, valores, crenças, comportamentos, bem como, percepções sobre a competência em informação e o empoderamento das mulheres rurais, os quais foram organizados em quatro categorias adaptadas do modelo INFORMENTO: formas de acesso e uso da informação (saber e saber fazer); mudanças profissionais e subjetivas (ter); mudanças de vida (querer); e, participação sociopolítica e cidadania (poder). Os indicadores presentes no modelo INFORMENTO serviram de base tanto para a elaboração do roteiro de entrevistas, quanto para as análises. Assim, no caso desta pesquisa, já tínhamos uma categorização prévia à análise.

Naturalmente, as nomenclaturas dos temas apresentados em cada categoria de análise são semelhantes às do modelo INFORMENTO elaborado por Rios, Cuevas-Cerveró e Linhas (2019, p. 897), mas não exatamente iguais, uma vez que as adaptamos de acordo com as necessidades desta pesquisa.

No Quadro 4, apresentamos somente os temas que foram possíveis de identificar nas falas das mulheres rurais. Esses temas podem ser considerados fatores de impacto de acesso à informação e empoderamento, guardando total relação com o contexto das mulheres rurais. Reiteramos que o modelo original de Rios, Cuevas-Cerveró e Linhas (2019) foi apresentado na seção 1.3.3.3.

Quadro 4 – Indicadores de acesso à informação e empoderamento para o contexto das mulheres rurais

<b>INFORMENTO: INDICADORES DE IMPACTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO MODELO ADAPTADO AO CONTEXTO DAS MULHERES RURAIS</b>			
<b>FORMAS DE ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO (SABER E SABER FAZER)</b>	<b>MUDANÇAS PROFISSIONAIS E SUBJETIVAS (TER)</b>	<b>MUDANÇAS DE VIDA (QUERER)</b>	<b>ATUAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E CIDADANIA (PODER)</b>
<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>
<b>Avalia a capacidade (individual ou em grupo) de acessar e interpretar informações importantes, como as relacionadas à política, às desigualdades sociais e de gênero etc.</b>	<b>Avalia as mudanças profissionais e subjetivas percebidas com a aquisição de informação e com o envolvimento no movimento de mulheres. Refere-se tanto aos ganhos materiais (renda) quanto a ter uma saúde melhor, ter acesso a serviços de crédito, a formações realizadas, ao pensamento crítico etc.</b>	<b>Avalia as mudanças em relação às escolhas das mulheres graças ao aumento da confiança em si mesmas e a autovalorização</b>	<b>Avalia a capacidade de expressão, reivindicação de direitos e participação na tomada de decisões como indivíduos em diferentes níveis (família, comunidade etc.)</b>
Fontes e recursos de acesso à informação (TV, rádio, Internet, bibliotecas)  Acesso e uso de TIC  Avaliação da informação em fontes digitais e redes sociais  Capacidade analítica e interpretativa da informação	Novos conhecimentos adquiridos  Mudanças individuais  Mudanças na gestão e uso do tempo (para ela mesma e com a família)  Mudanças no cuidado com a saúde	Mudanças no ambiente doméstico (marido, filhos, trabalho doméstico)  Percepção de liberdade e autonomia	Participação das atividades relacionadas ao MMC (lutas, viagens, monitoria, representação regional, elaboração de materiais etc.)  Participação e pertencimento em diferentes grupos sociais  Reivindicação de direitos e sentimento de cidadania

Fonte: elaborado pela autora com base no modelo INFORMENTO de Ríos, Cuevas-Cerveró e Linhas (2019).

Ressaltamos ainda que as categorias do modelo aqui disposto e, conseqüentemente, a forma como apresentamos as análises dos dados empíricos representam um processo evolutivo. Esse processo se inicia em observamos como as participantes da pesquisa acessam, avaliam e interpretam a informação. Uma vez compreendido esse processo inicial, na sequência, considerando, principalmente, a interação das participantes com o MMC ao longo dos anos, buscamos perceber a aprendizagem de novos conhecimentos que, aliada a outros fatores como autoestima, autonomia, autoconhecimento, geram mudanças profissionais, subjetivas e de vida,

as quais retratam o empoderamento individual. E, por último, também considerando o envolvimento das mulheres nas atividades do MMC e em outros espaços sociais, observamos aspectos relacionados à cidadania, os quais denotam o empoderamento em nível grupal e político das participantes.

Isso significa que, para a análise dos dados empíricos, tomamos como parâmetro, principalmente, a aquisição de informações e as experiências que constituem as mulheres rurais a partir do engajamento no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Santa Catarina. Em outras palavras, percebemos o movimento como um espaço onde ocorrem práticas mediadas de desenvolvimento informacional e empoderamento em um contexto que as informações fazem sentido para as mulheres rurais. Entretanto, não desconsideramos aspectos importantes que emergem das falas relacionados a outros espaços e grupos sociais.

Ainda sobre a análise e interpretação dos dados dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa, consideramos importante dizer, de acordo com Minayo (2016), que a finalidade não é contar pessoas, percepções ou opiniões. Buscamos explorar o conjunto de opiniões e representações sociais sobre um tema. Estudamos o conjunto em sua totalidade. Entretanto, não necessariamente apresentamos a totalidade das falas e expressões das interlocutoras porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutora. As análises aqui apresentadas, portanto, caminham tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social.

### **3.1 Pesquisar em meio a pandemia de coronavírus: relato de condições temporais e sociais da coleta de dados**

Nem sempre vemos relatos sobre o processo de pesquisa e os primeiros contatos com os ou as participantes de uma pesquisa, embora seja um momento importante quando há a coleta de dados empíricos. Sabemos que essa primeira aproximação, ou imersão no contexto, é de fundamental importância, contudo, sua preparação e execução nem sempre é tão simples como pode parecer à primeira vista.

Na prática, normalmente, as condições perfeitas de pesquisa não existem e tudo pode ser completamente distinto do que esperávamos. Muitas vezes, conduzir de forma apropriada a

coleta de dados diante da complexidade e imprevisibilidade do contexto, torna-se um desafio até mesmo para pesquisadores mais experientes.

Assim, nesta seção, apresento um relato breve, porém fiel, de como ocorreu o preparo para a etapa de coleta de dados, o contato com as participantes e sob que circunstâncias temporais e sociais transcorreram as entrevistas. Ao final, também explano a experiência de pesquisa no exterior, de modo a estimular a reflexão sobre possíveis caminhos a serem percorridos em âmbito brasileiro em direção a inclusão informacional das mulheres rurais.

Desde o início do planejamento para a coleta, no decorrer do ano de 2019, sustentei a ideia de que o contato com as mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas seria difícil ou talvez inusitado, uma vez que eu não estava inserida no movimento ou mesmo no contexto de vida delas, apesar de possuir conhecimento sobre esse contexto. Embora, eu tenha escolhido a profissão de bibliotecária e, na atualidade, não resida na área rural, sou filha de mãe e pai agricultores da região Oeste de Santa Catarina, vivi muitos anos em uma comunidade rural, presenciei e senti na pele os impactos das desigualdades de gênero e da falta de informação. Além disso, enquanto bibliotecária, trabalhei na região Oeste em *campis* do Instituto Federal de Santa Catarina onde é comum que agricultores e agricultoras, bem como seus filhos e filhas, busquem formação.

Assim, por mais que eu houvesse planejado esse primeiro contato, a receptividade da pesquisa entre as mulheres sempre foi uma incógnita. A fim de minimizar as incertezas e os possíveis prejuízos a pesquisa, idealizei, para o ano de 2020, a participação em encontros promovidos pelo MMC a fim de conhecer algumas mulheres para, posteriormente, coletar os dados. O que eu não poderia prever, sob nenhuma hipótese, é que o ano de 2020 e, consequentemente, o período temporal de coleta de dados seria marcado por uma pandemia mundial de coronavírus, o que causou a suspensão dos encontros presenciais do MMC. Esta situação exigiu uma readequação na forma de contato e na realização das entrevistas, pois mesmo com todas as medidas sanitárias conhecidas naquele período, considerei que não convinha eticamente ir a casa das entrevistadas ou encontrá-las presencialmente em qualquer outro lugar.

Num primeiro momento, essa situação me causou muita apreensão em função da mudança na forma de aplicação da técnica de entrevista em profundidade e por saber, de antemão, que a infraestrutura de acesso à Internet no meio rural é, de forma geral, precária, fato que poderia até mesmo inviabilizar a realização das entrevistas.

Em meados de junho de 2020, logo após a qualificação do projeto desta tese, tomei conhecimento de que o MMC estava realizando *lives* e alguns encontros de formação de forma online. Por intermédio do contato realizado com a jornalista do movimento, Adriana Canan, e com as dirigentes estaduais, Justina e Zenaide, foi possível acompanhar algumas dessas atividades, que aconteciam por meio da plataforma de videoconferências Zoom. Isso me permitiu observar aspectos relacionados a dinâmica do grupo, como por exemplo, a alegria das mulheres ao se encontrarem mesmo que de forma online, o compartilhamento constante de experiências, a forma como os encontros eram conduzidos e o nível de participação das mulheres, as dificuldades de muitas para o acesso e uso da tecnologia.

A partir disso, constatei que seria possível utilizar esta forma de contato para realizar as entrevistas com algumas mulheres, embora houvesse dificuldades de acesso à Internet e pouca interação prévia, o que, de certa forma, inviabilizava a escolha das entrevistadas. Por isso, decidi solicitar o auxílio das dirigentes do MMC para a seleção das participantes da pesquisa, informando-a sobre o perfil desejado, de acordo com os critérios descritos na seção metodológica.

No primeiro contato com as mulheres indicadas, realizado via WhatsApp, constatei que a dirigente do MMC já havia conversado com elas sobre a pesquisa, o que deixou o “terreno” bastante favorável. Este gesto deu indícios não só de organização coletiva, mas da ética e do respeito existente entre elas, o que veio a transparecer novamente nas entrevistas realizadas mais adiante. Percebi também que as dirigentes tinham uma compreensão clara sobre a importância das pesquisas envolvendo o MMC, fato que considero muito positivo.

O convite para participar da pesquisa foi realizado, portanto, via WhatsApp, por mensagens de texto e voz. Fiz uma apresentação pessoal e, de forma breve, do tema da pesquisa, além de explicar como aconteceria a entrevista. Todas as mulheres convidadas manifestaram concordância em participar da pesquisa e se colocaram disponíveis, acessíveis e solidárias com a minha necessidade e com a situação de pandemia que nos encontrávamos.

Na sequência, enviei a cada uma delas, via WhatsApp, o TCLE, solicitei que o lessem e respondessem se estavam de acordo em participar. À medida em que recebia as respostas, enviava o *link* para que elas respondessem ao Questionário de Caracterização.

Cabe dizer que nesse contato inicial surgiram algumas situações que demandaram maior atenção: algumas mulheres expressaram preocupação em não conseguir responder as perguntas da entrevista, uma vez que, à apresentação da temática, demonstraram desconhecê-la; outras externaram ter dificuldades no acesso à Internet e/ou quanto ao uso da plataforma Zoom; e,

algumas mulheres disseram ter dificuldades em responder o questionário eletrônico de caracterização. De todas as formas, busquei tranquilizá-las, esclarecendo os aspectos da entrevista e contornando as dificuldades relacionadas aos recursos utilizados. Facilmente, pude agendar o dia e horário para a realização das mesmas que transcorreram nos meses de outubro e novembro de 2020.

Com os dados coletados por meio do questionário de caracterização, constatei que dentre as 10 mulheres que foram indicadas, uma não se identificava como agricultora, pois possuía outra profissão como atividade principal, e ao investigar em outras fontes, constatei que outra mulher estava no posto de coordenadora estadual do movimento, portanto, estas duas não correspondiam aos critérios pré-estabelecidos para a seleção da amostra. Como elas já haviam sido convidadas para a pesquisa, decidi realizar com elas os pré-testes e buscar, no decorrer das demais entrevistas, indicações de duas mulheres.

Antes de iniciar cada entrevista, busquei me apresentar, sempre ressaltando a minha condição de filha de uma agricultora da região, e deixei sobressair meu sotaque “oestino” (do oeste de Santa Catarina), de modo a criar uma certa familiaridade com as participantes. Da mesma forma, também solicitava que a participante se apresentasse.

Das 10 entrevistas que compuseram o conjunto de dados analisados nesta pesquisa, nove foram realizadas por meio da plataforma Zoom e uma por meio da ferramenta de áudio e vídeo do WhatsApp. Ambas as formas permitiram ver e conversar com as participantes, bem como gravar as entrevistas para posterior transcrição.

Como já era esperado, muitos desafios relacionados à conectividade e ao uso dos recursos tecnológicos pelas participantes permearam o processo de coleta de dados não presencial. Muitas vezes presenciei a dificuldade das participantes até mesmo para ativar o áudio no início das conversas. Em todas as entrevistas, algumas mais, outras menos, houve interferências, travamentos e momentos de perda total da conectividade, o que acarretou a perda de algumas falas ou a incompreensão de palavras. Trechos ou frases impossíveis de se compreender foram descartados, o que, evidentemente, afetou as análises das entrevistas.

Em duas entrevistas, as participantes informaram que só possuíam acesso à Internet móvel e por isso haviam saído do conforto de suas casas em busca de uma conexão melhor, ao ar livre. Em função disso, uma das entrevistas ocorreu em meio a uma bonita plantação, com pássaros cantando ao redor, mas com a participante em pé, ou seja, numa posição não muito confortável para uma entrevista que durou cerca de 45 minutos. A outra entrevista, por sua vez,

precisou ser reagendada para o dia seguinte, pois a participante, após várias tentativas, não conseguiu conectar-se.

Numa outra entrevista, após transcorridos vinte minutos de conversa, houve a necessidade de interrupção em função da má qualidade da conexão. Essa entrevista foi continuada no dia seguinte, acarretando a perda de informações que talvez fossem importantes às análises.

Ainda sobre isso, três participantes informaram que se deslocaram de suas casas para a casa de filhos ou filhas na área urbana, que dispunham de Internet de melhor qualidade e onde elas obtiveram apoio no uso da tecnologia.

Além desses desafios, no que diz respeito à aplicação da técnica de entrevista em profundidade pela pesquisadora, senti, já na realização dos pré-testes, que precisaria desenvolver habilidades para fazer as perguntas de forma apropriada, deixando-as sempre o mais abertas possível, conforme recomenda Duarte (2005). Entretanto, por vezes, e em função das intempéries tecnológicas que muitas vezes não permitiram um diálogo contínuo, essa tarefa se mostrou árdua, principalmente, com aquelas participantes com tendência a falas curtas e pouco detalhadas ou que, por falas na conexão, não compreendia a pergunta em sua totalidade. Desta forma, é possível observar nas entrevistas a repetição de perguntas e algumas respostas como “sim” ou “não”, o que não deveria ocorrer em uma entrevista em profundidade.

Todas essas ocorrências, evidentemente, tiveram impactos no momento das análises, mas considero que, mesmo assim, consegui coletar suficientes dados para responder aos objetivos desta tese. É inegável, contudo, que a realização das entrevistas de forma presencial teria sido mais apropriada e muito mais enriquecedora.

Após a coleta de dados com as mulheres rurais brasileiras, estava previsto no cronograma do projeto de tese e no projeto de doutorado sanduíche a coleta de dados com mulheres espanholas. Entretanto, a ida a Espanha, que estava prevista para o mês de setembro de 2020, só ocorreu no final do mês de março de 2021. Em função destes quase 7 meses de atraso e por eu já estar no último ano do doutorado, decidi, juntamente com a orientadora da tese, não realizar a coleta de dados empíricos na Espanha.

Mesmo assim, considero que a experiência de pesquisa na Universidade Complutense de Madrid foi extremamente proveitosa. Sob a tutoria da professora Aurora Cuevas, aprofundi o conhecimento sobre modelos de competência em informação, como o *DigComp 2.1: Digital Competence Framework for Citizens With eight proficiency levels and examples of use*, pensado para desenvolver as competências digitais de cidadãos e cidadãs ao longo da vida e que vem

sendo amplamente utilizado na Europa, o modelo *Inclusão Digital y Educación Informativa para la Salud (IDEAS)*, concebido para a aprendizagem permanente dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), mas que, de acordo com Cuevas e Simeão (2011, p. 11), “extrapola para outros programas educacionais especializados”, e o modelo utilizado nesta pesquisa para analisar as falas das mulheres rurais, o INFORMENTO.

Além disso, realizei uma investigação sobre as políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento da competência em informação e as medidas para a inclusão informacional das mulheres rurais adotadas pela Espanha, cujos resultados foram apresentados no *X Seminário Hispano-Brasileño de Investigación em Información, Documentación y Sociedad* realizado em novembro de 2021. Aproveitei o momento também para conhecer algumas bibliotecas de Madrid, seus serviços e como se estrutura no país a rede de bibliotecas rurais.

Ainda que esses últimos dados não tenham sido incorporados nesta tese, serviram para ampliar meu conhecimento e respaldar os princípios propostos na seção 4, bem como, reforçar o que defendi ao longo desta tese, mais especificamente na seção 2.3.5, de que o desenvolvimento da competência em informação é fundamental para a atuação das mulheres tanto no nível individual, quanto no coletivo, ao desenvolver aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais essenciais ao empoderamento.

### 3.2 Considerações sobre a realização do pré-teste

A primeira entrevista, realizada como pré-teste do instrumento de coleta de dados, ocorreu na primeira semana do mês de outubro, no período noturno. Cinco minutos antes do horário combinado, enviei à participante, via WhatsApp, o *link* para acesso ao Zoom. A participante em questão é uma mulher agricultora que participa do MMC a mais de 10 anos. Ela apresentou-se com uma fala clara e objetiva, além de estar muito tranquila e segura ao responder as questões, de modo que a conversa fluiu de forma satisfatória.

Já no início da entrevista, com as primeiras questões do roteiro, sobre o cotidiano, as atividades, a experiência com o MMC e as mudanças de vida, obtive demonstrações do empoderamento da participante e de alguns conhecimentos que, de forma geral, permearam os discursos também das demais participantes, em função das discussões, formações, seminários, entre outros, promovidos pelo movimento de mulheres no decorrer dos anos. Ela também falou sobre machismo, libertação da mulher, produção de sementes e alimentação saudável, entre outros assuntos interessantes.

Contudo, já nessa fase inicial, percebi que poderia retirar do roteiro duas questões que tratavam sobre as mudanças de vida, pois aprofundando as respostas da questão que as antecedia, sobre a experiência da participante no movimento, já conseguiria perceber essas mudanças. Também percebi que a primeira questão, sobre a trajetória de vida da participante, apesar de ser interessante, resultou em uma resposta longa e com poucas informações relevantes para a pesquisa, já que a pergunta era, talvez, aberta demais.

No que diz respeito às questões sobre as formas de acesso à informação e uso das tecnologias, a participante mostrou ter um certo domínio no uso das TIC, bem como usar as redes sociais e a Internet com frequência, inclusive trazendo à tona o problema das *fake news*. Mas com relação aos meios de comunicação utilizados para saber das notícias, senti a necessidade de exemplificar alguns tipos, de forma a estimular mais a fala sobre o assunto.

Ao final desta primeira entrevista, concordei com Duarte (2005): de fato, o roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas sem que haja interferências entre elas ou redundâncias. Considerando que a entrevista teve duração de aproximadamente 1 hora e 20 minutos e que houve algumas respostas redundantes, alterei a forma de algumas perguntas, bem como retirei do roteiro as questões que me pareceram desnecessárias, garantindo, assim, que as próximas entrevistas não se tornassem excessivamente longas e cansativas para a participante.

Com os ajustes realizados, o segundo pré-teste ocorreu na segunda semana do mês de outubro também com uma mulher envolvida com o MMC há mais de dez anos. Da mesma forma que na primeira entrevista, enviei o *link* de acesso alguns minutos antes do horário marcado e aguardei a entrada da participante na sala online.

Essa entrevista teve duração aproximada de 50 minutos, o que considerei um tempo apropriado para aprofundar as respostas da participante sem tornar o momento exaustivo. Além disso, as adequações no roteiro, realizadas a partir da primeira entrevista, surtiram melhores resultados. Apesar disso, conclui que não seria possível seguir exatamente a ordem das perguntas que estavam no roteiro e que, por isso, seria necessária muita atenção para fazer as perguntas necessárias conforme os assuntos fossem surgindo durante a conversa.

Com essas entrevistas de pré-teste, já pude perceber que a competência em informação das mulheres rurais se desenvolve, em grande parte, pela troca de experiências e informações que ocorre entre elas e que o Movimento de Mulheres Camponesas tem um papel importante no acesso à informação desse grupo.

### 3.3 Características gerais das participantes da pesquisa

Nesta subseção, apresentamos as características das mulheres participantes com base, principalmente, nos dados coletados por meio do Questionário de Caracterização.

No Quadro 5, disponibilizamos as características das participantes, representadas por P e um número sequencial, no que diz respeito à idade, etnia, estado civil, filhos, nível de escolarização e ocupação.

Quadro 5 – Características das participantes da pesquisa

<b>P</b>	<b>IDADE</b>	<b>ETNIA</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>FILHOS</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>
<b>P1</b>	49 anos	Negra	União estável	Não	Ensino médio completo	Camponesa
<b>P2</b>	71 anos	Branca	Viúva	9	Ensino primário incompleto	Agricultora
<b>P3</b>	29 anos	Branca	Solteira	Não	Ensino superior incompleto	Agricultora
<b>P4</b>	63 anos	Branca	Casada	4	Ensino fundamental completo	Agricultora e costureira
<b>P5</b>	51 anos	Branca	Casada	3	Ensino Médio Completo	Agricultora
<b>P6</b>	74 anos	Branca	Viúva	8	Ensino fundamental incompleto	Agricultora
<b>P7</b>	54 anos	Branca	Casada	2	Ensino médio completo	Agricultora
<b>P8</b>	71 anos	Branca	Casada	4	Ensino superior completo	Camponesa
<b>P9</b>	63 anos	Branca	Casada	2	Ensino fundamental incompleto	Agricultora
<b>P10</b>	51 anos	Branca	Casada	3	Ensino Médio Completo	Agricultora

Fonte: elaborado pela autora.

Quanto à faixa etária, observamos, no Quadro 1, que duas participantes possuem menos de 50 anos, três possuem entre 51 e 60 anos, duas possuem 63 anos e três possuem mais de 70 anos. Esses dados refletem, de certa forma, a realidade da população rural de Santa Catarina em que quase 70% têm entre 45 e 70 anos. Segundo dados Censo Agropecuário 2017, as pessoas mais jovens continuam migrando para centros urbanos, permanecendo nas áreas rurais, predominantemente, pessoas com mais de 45 anos (IBGE, 2018).

Das dez mulheres participantes, nove identificaram-se como de etnia branca e uma de etnia negra. Essa maioria branca pode ser explicada pela forma como a região Oeste de Santa Catarina foi colonizada e ocupada. De acordo com Renk (1998), em se tratando de Santa Catarina, mais especificamente da região Oeste, o processo de ocupação, ocorrido no século passado quando fazendeiros de São Paulo instalam suas fazendas de criar nas áreas de campos, representou o esbulho de terras indígenas e propiciou o surgimento do campesinato

brasileiro/caboclo nas áreas florestais. Nas primeiras décadas deste século, depois de diversas disputas pelas fronteiras, primeiramente, com a Argentina e, posteriormente, entre Paraná e Santa Catarina, iniciou-se o processo de colonização com agricultores vindos do Rio Grande do Sul, a maioria imigrantes e descendentes de europeus.

De acordo com Paim (2006), “os colonos que compravam as terras no Oeste Catarinense queriam que elas estivessem limpas, ou seja, sem moradores”. Para isso, os caboclos e os poucos indígenas que ali viviam foram expulsos de suas terras (PAIM, 2006). Uma fração dos expropriados foi para áreas não concorridas no mercado imobiliário naquele momento, como o Paraná (RENK, 1998). Entre as décadas de 1920 e 1960, houve na região um intenso fluxo migratório de descendentes de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul (PAULILO, 1996 apud HERRERA, 2019).

Quanto ao estado civil das participantes, dentre as participantes com mais de 50 anos, seis são casadas e duas são viúvas. Já com relação às participantes com menos de 50, uma é solteira e uma possui relação estável. Além disso, observamos uma redução na quantidade de filhos ao comparamos esse quantitativo com a idade das mulheres: as duas mulheres na faixa dos 70 anos possuem entre 8 e 9 filhos; as duas participantes na faixa dos 60 anos possuem entre 2 e 4 filhos; as três mulheres na faixa dos 50 anos possuem entre 2 e 3 filhos; e, as duas mulheres mais jovens não possuem filhos. Estes dados sobre estado civil e maternidade representam uma mudança na concepção das famílias rurais. Sobre a maternidade, Paulilo (2016c) observa que, no passado, as famílias eram numerosas, pois ter filhos simbolizava a necessidade de mão de obra na agricultura.

Ainda conforme consta no Quadro 5, em se tratando da escolaridade, uma participante possui ensino primário incompleto e uma completo; duas possuem ensino fundamental incompleto; quatro possuem ensino médio completo; uma possui ensino superior incompleto e uma possui ensino superior completo. O que nos chama atenção nestes dados, é que a participante com ensino superior completo é uma senhora no auge dos seus 71 anos.

Quanto à ocupação das participantes da pesquisa, observamos que uma se identificou como camponesa, uma como camponesa aposentada e oito como agricultoras, sendo que dessas oito, uma respondeu ser também costureira e três identificaram-se como agricultoras aposentadas. Percebemos, assim, que apesar de ser comum que as mulheres engajadas ao MMC tenham diferentes ocupações, conforme mencionamos na seção 1.3.4, a maioria das participantes identificou-se como agricultora, o que reflete as características do contexto rural da região Oeste de Santa Catarina.

Quanto ao tempo de participação no MMC, observa-se, ainda com base nos dados coletados por meio do Questionário de Caracterização, que oito das dez participantes participam ativamente há mais de dez anos e, mesmo as mais jovens, já demonstram um alto nível de envolvimento com as atividades do movimento.

Além do MMC, quatro participantes afirmaram participar também do Sindicato da Agricultura Familiar, uma está engajada ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e uma mencionou ser sócia de cooperativas ligadas à agricultura.

Quando questionadas sobre as atividades que desenvolvem no cotidiano, pelo menos metade delas mencionou realizar o trabalho doméstico, conforme observamos nos trechos abaixo:

[...] a gente mora em três, às vezes quatro pessoas aqui, então a gente tenta fazer a divisão de gênero, mas ainda não está bom, o serviço da casa e o almoço ainda é minha responsabilidade [...] (P5, 51 anos).

[...] dou uma ajeitada na casa e aí, geralmente, eu vou para a horta [...] (P6, 74 anos).

[...] a gente já levanta um pouquinho mais cedo para aproveitar o fresquinho, para depois quando é umas nove e meia, dez horas por aí, já se recolher, fazer a atividade dentro da casa, da cozinha, que daí fica mais tranquilo para nós, mesmo porque a gente também tem que se reservar um pouquinho [...] (P8, 71 anos).

[...] Além disso, é o serviço de casa, faço almoço, lavo roupa, faxina, cuido um pouco [...] (P10, 51 anos).

Assim, eu trabalho aqui no interior, nos afazeres da casa [...] (P9, 63 anos).

Embora a Participante 5 mencione a divisão das atividades domésticas com os outros membros da casa, sabemos, com base nos dados do IBGE apresentados na seção 2.4.1, que isso não representa a realidade da maioria das mulheres rurais. Herrera (2019) afirma que as mulheres rurais minimizam a carga de trabalho relacionada a jornada cotidiana, que além do trabalho doméstico, envolve o cuidado com os filhos e idosos, por considerá-la, muitas vezes, de sua responsabilidade.

O trabalho de cuidados, por exemplo, foi citado por apenas duas mulheres, o que não significa que as outras não o realizem. A Participante 1 disse que ajuda a mãe, da qual ela é a responsável e a Participante 10 mencionou os cuidados que dedica ao filho, especialmente no período pandêmico:

[...] tenho um menino de 12 anos que é um menino especial, é um *down*, então ele está na propriedade. Nesse período agora também é tudo um pouco diferente por causa da pandemia, então de manhã eu tenho que dar aula para ele, tirar um tempo também para dar aula para ele em casa e depois vai, trabalho quase que direto [...] (P10, 51 anos).

No que diz respeito as atividades produtivas, cuja organização se dá nos moldes apresentados na seção 2.4.3, observamos que, de forma geral, todas as participantes cultivam e produzem uma diversidade de plantas e alimentos, como se pode perceber nas falas abaixo selecionadas:

[...] nós temos um pouco de tudo aqui, temos feijão, temos milho, o que a gente consegue produzir, a gente, muita pouquinho coisa a gente compra no mercado [...] (P1, 49 anos).

[...] eu trabalho também numa chácara para plantar os alimentos assim, as verduras, os legumes, os tubérculos [...] (P2, 71 anos).

Então, esse ano a gente plantou bem mais mandioca, batata doce, eu plantei batata salsa, batata yacon, araruta, bastante batatinha tamo plantando, arroz, cebola bastante, alho, a gente planta mais ou menos tudo paro o nosso consumo [...] (P4, 63 anos).

[...] a gente tem a produção de batata doce, que é a maior produção nossa, o produto com mais quantidade, temos o moranguinho, feijão, tem o feijão vermelho, o feijão preto, tem quatro variedade de feijão né, arroz, um pouco para comercializar e para o consumo da família, pipoca também para comercializar, pepino, hortaliças assim, um pouco, não muito porque senão a mão de obra é muita [...]. [...] então o serviço da lavoura é bem variado assim, tem dias que é mais na horta, tem dia que é os morangos ou, às vezes, é a batata doce, então geralmente eu trabalho mais assim fora do que dentro de casa né [...]. Mas daí a gente trabalha com moranguinho, que é colher, pesar e também fazer entrega né, que nem agora que tem a safra do moranguinho então a gente faz venda direta consumidor, então é quase sempre eu que vou fazer entrega, então a gente colhe, pesa e geralmente à tarde eu faço entrega, umas duas a três vezes por semana faço entrega do moranguinho [...] (P5, 51 anos).

[...] A gente planta cebola, tomate, pepino, as coisas que a gente consome, arroz, feijão e batata doce, mandioca, amendoim, essas coisas assim (P7, 54 anos).

Eu tenho uma porção de coisas plantadas ainda, só que tem dias que eu não posso trabalhar muito, mas tem dias que eu ainda faço bastante. Que nem ontem eu plantei bastante sementes de milho, de pepino, abóbora, melancia [...] (P6, 74 anos).

Então eu planto de tudo na horta, como eu, a minha nora também, mas a gente se divide. Daí a alimentação que a gente tem: feijão, arroz, batata doce, batatinha, cebola, mandioca e muitas frutas [...]. [...] eu sempre planto um pouco de trigo para mim, para nós, [...] consumir como salada ou mesmos para fazer o pão e assim por diante. Então, arroz também, as frutas, a gente tem o physalis, tem o melão caetano, melão de neve, agora é época de pepino para salada, para compota e assim (P8, 71 anos).

[...] eu sou produtora de mudas de hortaliças, já fazem uns seis anos. Faço todo o trabalho, então, semeio, cuido, faço a entrega, faço toda a parte de gestão, tudo, mas não é todo dia uma rotina. A gente acorda de manhã, então hoje... se é dia de entrega, vou fazer entrega ou semear e tal (P10, 51 anos).

Além de frutas, cereais, tubérculos, leguminosas, hortaliças etc., as atividades produtivas das participantes também envolvem a criação de animais como, por exemplo, galinhas para obtenção de ovos e vacas para obtenção de leite e seus derivados:

[...] A galinha caipira também, os ovos [...] (P1, 49 anos).

[...] a gente trabalha com gado de leite, mas eu tenho poucas vacas e com o leite eu faço queijo, queijo de leite cru, o queijo chamado queijo artesanal de leite cru (P7, 54 anos).

[...] eu faço os queijos, praticamente a gente produz de tudo mais assim para o sustento da família e ainda as vezes a gente sobra assim, aí vendo algum queijo, a nata, o leite, uma chimia, mandioca, batata doce, o que a gente tem (P9, 63 anos).

[...] planto um pouco de alimento, tenho uma vaca para tirar leite, daí eu tiro leite dessa vaca para o consumo, para fazer um queijinho, tenho umas galinhas que é para ter os ovos, um porquinho que é para ter o salame, a banha, a carne né e é isso [...] (P10, 51 anos).

A produção de sementes crioulas, além de ser uma prática comum às integrantes do MMC, foi mencionada como atividade principal de uma das participantes da pesquisa, como podemos observar no trecho abaixo:

[...] eu trabalho com a produção de sementes e também um pouco com produção para venda assim. [...] eu tenho cuidado das mudas no período da tarde, de preparar as bandejas e eu passo sempre os tomates, planto bastante tomate, então eu passo elas das bandejas de 200 para as bandejas de 15, que são as de flor né, eu faço mudas de frutíferas, de tudo [...]. [...] tenho muitas variedades de tomates, faço de melões, de pepinos, de melancias, de milhos e pipocas, de tudo um pouco, pensada numa produção de sementes para uma família que queira começar a ter autonomia alimentar (P3, 29 anos).

Também observamos que pelo menos duas participantes mencionaram se dedicar ao cultivo de plantas medicinais. Uma delas cultiva e comercializa as mudas. Já a outra, também prepara produtos medicinais, conforme descrito nas seguintes falas:

[...] além dessa parte que te coloquei, eu faço também um pouco de mudas de ervas medicinais [...] (P10, 51 anos).

[...] trabalho mais essa questão da saúde, trabalho as plantas medicinais, a alimentação saudável, o nosso horto, [...] os nossos produtos assim do dia a dia, de pôr na mesa, se produzir o próprio alimento e a gente faz esse trabalho nas comunidades, na orientação da gente cuidar a nossa saúde, cuidar a nossa alimentação, cuidar o nosso corpo [...]. [...] atrás da minha casa eu tenho todas as plantas medicinais, [...] eu faço as tinturas, eu faço as essências das plantas, eu faço as pomadas e os xaropes que as pessoas precisam, então eu tenho muito cuidado com essas minhas plantas [...] (P2, 71 anos).

O cultivo das plantas medicinais, e outros tantos tipos de plantas, é motivo de orgulho para as mulheres ligadas ao MMC, conforme pontuam Boni e Bosetti (2017), uma vez que, trata-se do resgate de tradições antigas que foram se perdendo com a modernização da agricultura e o uso de agrotóxicos.

O artesanato e a costura também são atividades que se destacaram nas falas das participantes, ainda que, conforme percebemos nas falas abaixo, sejam realizadas nos momentos de descanso:

[...] Dentro de casa é roupa, é alimentação, agora estou fazendo um crochê, porque sempre sobra uma vaguinha, então é importante para gente não cair no estresse (P8, 71 anos).

[...] então eu cuido das mudas, faço algum artesanato também e sempre tem alguma coisa... nós temos ferramentas de carpintaria, então sempre eu invento alguma coisa, um desidratador ou algo (P3, 29 anos).

[...] Mas antes da pandemia eu ajudava também minha filha a fazer vestido de festa, minha filha mais nova se formou em Moda, [...] daí eu ajudava ela a fazer os vestidos de festa e quando começou a pandemia ninguém mais foi para festa, daí eu tive tempo de começar fazer os meus tapetes, eu guardava os retalhinhos já há uns vinte anos [risos]. O artesanato faz uns quinze anos que eu comecei ou um pouco menos ainda (P4, 63 anos).

[...] eu faço costuras, [...] eu faço vários bordados, eu faço capas térmicas e agora com esse negócio de pandemia, eu perdi a quantidade de quantas máscaras eu já fiz e ainda tenho pedidos, assim, toda semana eu preciso costurar alguma coisa que tem encomenda. Só que o artesanato é, como é que eu vou dizer, é nas horas vagas, entre aspas, nas horas vagas, na hora do chimarrão eu faço um bordado, [...] faço capas térmicas, almofadas (P7, 54 anos).

Em suma, essas falas evidenciam que as participantes, além das atividades reprodutivas e de cuidados com a família, realizam múltiplas atividades produtivas. Além disso, todas demonstraram, em algum momento das entrevistas, que valorizam a produção do próprio alimento para sustento da família de maneira saudável, característica comum às participantes do MMC. Algumas, especialmente as mais jovens, plantam, colhem, fazem derivados e comercializam os seus produtos. Outras, comercializam somente aquilo que sobra do consumo familiar.

Ressaltamos, nesse sentido, que recuperação e a produção das próprias sementes, bem como, a utilização de técnicas naturais para o controle de pragas, que têm em vista a soberania e a segurança alimentar, são práticas estimuladas pelo MMC como formas de autonomia e resistência das mulheres rurais frente às indústrias produtoras de sementes e agrotóxicos (BONI; BOSETTI, 2017).

Dado o perfil das participantes da pesquisa, nas próximas seções, apresentamos os dados coletados e as análises referente à aspectos da competência em informação e ao empoderamento por meio do acesso e uso da informação.

### **3.4 FORMAS DE ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO (SABER E SABER FAZER)**

Esta categoria contempla elementos que evidenciam a capacidade das mulheres (individualmente ou em grupo) acessarem e interpretarem informações relevantes para suas vidas. Especificamente, podemos ter aqui uma dimensão das fontes e dos recursos utilizados

para o acesso à informação, dos tipos de informações mais acessadas com base em suas necessidades cotidianas, das habilidades e vulnerabilidades relacionadas ao acesso e uso das tecnologias, de aspectos referentes à avaliação e da capacidade analítica interpretativa da informação.

Salientamos que o “saber” pode ser compreendido, de acordo com Dulzaides Iglesias e Molina Gómez (2007), como um conjunto de conhecimentos relacionados aos comportamentos implicados na competência. Esses comportamentos podem ser tanto de caráter técnico quanto de caráter social e, em ambos os casos, a experiência desempenha um papel fundamental. O “saber fazer”, por sua vez, consiste em um conjunto de habilidades que permitem colocar em prática os conhecimentos que as mulheres possuem. Essas habilidades podem ser técnicas, sociais e cognitivas, e devem interagir entre si.

Analisamos os temas desta categoria sob o ponto de vista da dimensão técnica da competência em informação, no que diz respeito ao acesso à informação e uso das tecnologias e das dimensões ética e política, no que diz respeito a análise crítica da informação ou ao pensamento crítico, à valores e crenças que influenciam no uso da informação.

### 3.4.1 Fontes e recursos de acesso à informação

O acesso à informação é um elemento importante ao empoderamento das mulheres, conforme destacam diversos autores (KLEBA; WENDAUSEN, 2009; GÓMEZ-HERNÁNDEZ; SAORÍN PÉREZ, 2015; UNESCO, 2017; SHAHIDA; SAMI, 2015; CATTS; LAU, 2009) e já mencionado na seção 2.3.1. Quando percebida pela pessoa, a informação pode proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos para lidar com as mais diversas questões pessoais e sociais (COSTA; FARIAS, 2021).

Assim, reconhecer a sua importância, bem como, as habilidades para buscá-la e usá-la de forma apropriada pode ser o primeiro passo no sentido do empoderamento. Na fala da Participante 1, percebemos o reconhecimento da importância da informação:

[...] quando a gente vai fazer uma tarefa a gente sabe como é que tem que fazer, começar tudo, como é que tem que cuidar de uma planta, como é que tem que tratar outra, tudo assim o que a gente vai lidar em casa, a gente sabe, porque adquiriu informação (P1, 49 anos).

Nesta outra fala, a Participante 3 compreende a informação e o conhecimento como ferramenta para defender seus pontos de vista na vida pública e enfrentar discursos machistas:

eu não estou graduada e não estou estudando formalmente, mas estudo muito assim, busco sempre aprimorar os conhecimentos [...]. Eu fiz o de leis de sementes [...] como

uma ferramenta para falar sobre o assunto, especialmente quando, enfim, como jovem, levantar a bandeira das sementes crioulas, mais como mulher, assim, cai muitos discursos sobre a gente, especialmente, vindos dos homens que apoiam o agronegócio né, então ter esses saberes e entender a situação que nós estamos como agricultura familiar e como sementes crioulas no campo né, a ameaça que existe hoje a biodiversidade e também sobre as restrições legais que tem sobre a produção de sementes, é bem importante para ter ferramentas para debater com essas pessoas, senão é capaz de baixar a cabeça as vezes se a gente, enfim, se a gente a gente já é taxada de louca das sementes sempre né [risos] (P3, 29 anos).

A análise das entrevistas revela que as mulheres rurais utilizam, na atualidade, diversas fontes e recursos para o acesso à informação. Dentre esses recursos, o rádio aparece nas falas como um dos principais, principalmente, para o acesso a notícias e outras informações locais e regionais, conforme observamos a seguir:

[...] a gente aqui em casa está com o rádio direto ligado. É onde que mais há informação assim, porque jornal de televisão [...] é só de noite um pouco, mais é o rádio, se a gente está por perto de casa, se está em casa, o rádio está desde manhã [...] (P1, 49 anos).

[...] Do município aqui, tem a rádio que a gente escuta um pouco as notícias de manhã, na hora do meio-dia [...]. Tem esse (programa) no sábado de manhã que a gente escuta um pouco, que é um pouco de tudo assim, desde plantio, a previsão do tempo e tem um pouco de música e coisas assim [...]. Daí comunicam coisas sobre a saúde, coisas assim, tal dia tem, vamos dizer, algum tipo de vacina, outro dia tem tipo uma palestra ou uma reunião sobre hipertensos, diabetes, coisas assim sabe [...] (P9, 63 anos).

Uma das participantes também mencionou utilizar o rádio para se informar sobre notícias em nível nacional destacando o programa A Voz do Brasil:

[...] uma parte boa da gente assistir é a Voz do Brasil, só que faz tempo que eu não assisto mais, que é um horário que a gente está, acho que das sete da noite às oito, que dá na rádio, esse é importante, é mais importante do que assistir o Jornal da Globo [...] (P6, 74 anos).

A Voz do Brasil, programa mencionado pela Participante 6, é um noticiário radiofônico estatal, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação, de difusão obrigatória cuja transmissão ocorre de segunda a sexta-feira em todas as emissoras de rádio brasileiras. O Jornal da Globo, por sua vez, é um programa televisivo noturno da TV Globo, emissora de televisão aberta brasileira, exibido de segunda-feira a sábado.

Sobre o rádio, é importante compreendermos, de acordo com Marchal (2018), que a sua propriedade consubstancial é o vínculo estreito que estabelece com quem o sintoniza, pois é um modelo de comunicação instantâneo, próximo e flexível, que se utiliza exclusivamente de códigos sonoros, dentre os quais está a voz, para realizar uma transmissão imago-acústica.

A voz humana é uma ferramenta carregada de imensurável força emocional, com grande capacidade de persuasão, se articulada de maneira conveniente, e com a qual se pronunciam as palavras que atuam como elementos essenciais da língua a que pertencem (MARCHAL, 2018).

Dessa forma, o que nos chama a atenção no rádio é a utilização de uma linguagem que molda invisivelmente a maneira como as pessoas pensam e suas ações, tornando-se um transmissor de pensamentos e ideias e não apenas de comunicação. Vale ressaltar que as palavras não são neutras, mas adquirem significados específicos, que são os valores que lhes são atribuídos por quem as utiliza, dependendo dos contextos em que são criadas, articuladas e disseminadas (MARCHAL, 2018). Isso significa que o rádio, do ponto de vista informacional, pode tornar-se uma ferramenta de ação tanto para o bem coletivo, como para a manipulação ou mesmo sustentação de desigualdades e estereótipos de gênero. Por ser um recurso que faz parte da vida cotidiana das mulheres, merece atenção, pois demanda habilidades informacionais para perceber o significado das informações.

Além do rádio, a televisão também é um meio de comunicação de massa presente na vida das participantes, ainda que pareça ser menos utilizado para a finalidade de informar sobre as notícias:

[...] A gente tem o rádio, a gente tem TV também, mas para dizer a verdade essa que a gente tem hoje, eu nem sei ligar, porque TV para mim é uma coisa negativa, que nem devia de ter dentro de casa, para mim né. Eu não assisto novela, não assisto filme, me parece que isso aí não é coisa, uma coisa produtiva, para mim, porque eu sei que tem gente que gosta. Eu respeito, mas aqui em casa a gente não tem o hábito de assistir, porque também a gente sabe que a televisão manipula, ela põe lá o que ela quer, nem sempre, a maioria das vezes, não é verdade o que eles põem lá, principalmente nas notícias, daí a gente ouve rádio, tem a rádio aqui da cidade (P7, 54 anos).

[...] Ainda as vezes eu me sento para assistir o jornal [risos] com o filtro bem grande assim ligado [...] (P3, 29 anos).

[...] mais é questão de rádio, televisão muito pouco, a gente já se desligou muito da televisão, algum pouco de jornal, é mais o rádio local, que tem as notícias locais que interessam mais [...] (P8, 71 anos).

[...] Hoje assim a gente tem o celular, o rádio e um pouco a TV, mas nós aqui em casa, por exemplo assim, principalmente depois que começou a pandemia, a gente não assiste nem mais 50% do que a gente assistia antes dos noticiários, por exemplo, porque é uma enxurrada de coisas negativas, só o que acontece de ruim e toda essa questão dos números da pandemia e tal, a gente acabou meio que desistindo da TV para preservar também um pouco o meu menino, doze anos e tal, de repente é tirado da escola, não pode mais sair em nenhum lugar, tem que ficar em casa e assiste só falar disso, só falar disso, a gente acabou desistindo, mas a gente tem a questão do jornal local, a rádio e o computador [...] (P10, 51 anos).

[...] da televisão, ultimamente, não gosto mais de ficar vendo muito, porque está vindo muita coisa ruim assim, sabe. A gente em vez de ver coisas boas, só vê coisas ruins, disso e daquilo, daí eu achei por bem nem mais assistir muito noticiário [...] (P9, 63 anos).

[...] [as notícias] da cidade um pouco pela Internet e tem a rádio, e do país eu assisto quase só a TV 247, as outras emissoras eu não assisto mais, já faz um bom tempo [...] (P4, 63 anos).

[...] eu gosto muito de rádio assim, mas eu uso bastante a Internet, a televisão um pouco, mas não tanto televisão, mais é a Internet e no encontro com as pessoas, mas, por exemplo, esse ano o encontro com as pessoas está mais difícil né [...] (P5, 51 anos).

Essa diminuição no uso da televisão não nos causa estranheza. De acordo com Fernández-García (2017), a imprensa e os telejornais perderam audiência nos últimos anos, principalmente entre as gerações mais jovens, dentre as quais as redes sociais se tornaram hegemônicas. Além disso, como podemos perceber, as participantes possuem uma visão mais crítica sobre a televisão em comparação ao rádio. Ela é vista como uma fonte de informação com excesso de notícias negativas e, por vezes, manipuladas, o que leva a um certo mal-estar ou prejuízo à saúde mental.

Outro fato percebido diz respeito a uma certa rejeição das participantes à rede Globo de TV motivada por questões políticas, que pode ser claramente percebida na seguinte fala:

[...] Agora TV, especialmente, a Globo, não dá muita vontade da gente assistir, porque tem coisas que, até tem coisas boas também, mas é muito pouco, e que nem aquela vez, aquela prisão do Lula, tudo, que coisa, eles ficavam o tempo inteiro falando naquilo, endeusaram o povo, o povo foi para o outro lado, e hoje está essa porcaria aqui... de governo, é difícil [...] (P6, 74 anos).

Nesse sentido, Mendes (2007) explica que, no Brasil, embora diversas emissoras se autodenominem públicas, nenhuma delas possui os fundamentos mínimos que caracterizam uma televisão pública: autossustentação, autonomia e liberdade e produção diversificada e de qualidade. Todas são dependentes de verbas que são liberadas pelo Governo, portanto, não contingenciadas, a programação que ainda não chega a atender as demandas dos vários segmentos da sociedade e dos atores sociais, acaba usando o veículo como instrumento político e ideológico para atender interesses partidários. Essa compreensão evidencia ainda mais a importância da reflexão crítica inerente ao processo de competência em informação.

Além dos meios de comunicação de massa, constatamos que as mulheres rurais também acessam informações por meio redes sociais, que “estão sendo consideradas cada vez mais como fontes de informação, apesar da confiabilidade das informações ser, muitas vezes, questionável e difícil de avaliar” (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016, p. 24). Embora o uso das redes sociais represente mais dificuldades para as mulheres participantes, especialmente, as mais idosas, foram mencionados o acesso à canais do Youtube, como TV 247, grupos de WhatsApp e Facebook. Por meio desses recursos, as participantes acessam, por exemplo, notícias e informações sobre política em âmbito nacional e internacional, conforme demonstram as falas a seguir:

[...] eu tenho uma mídia de informação que é o InfoSiberia, que manda sempre os resumos, ele é da Argentina, na verdade, mas ele sempre manda os resumos, mundial também, então vai bastante por aí. Ainda algumas coisas eu fico sabendo por Facebook [...]. [...] no grupo do MAB também sempre mandam as notícias mais importantes assim e as coisas que nos tocam. [...] É um grupo de WhatsApp, em que a galera manda as notícias mais importantes, relevantes [...] da classe trabalhadora [...] (P3, 29 anos).

[...] o 247, acho que é, que meu irmão me indicou e daí as vezes eu procuro isso aí, que ali tem muita coisa interessante [...] (P6, 74 anos).

[...] Na TV 247 é mais programação sobre o momento atual, assim, a situação do país, a situação do coronavírus, a situação a nível mundial também, a situação política, daí tem políticos que falam, vários tipos de programa assim, tudo mais voltado à política [...] (P4, 63 anos).

Como podemos perceber, as mídias sociais dividem hoje um espaço anteriormente ocupado somente pela imprensa. Assim, informações que antes não chegavam, agora chegam com rapidez, “trazendo ao imaginário a concepção de espaços de opinião pública, mobilização e participação” (MEDEIROS, 2013, p. 30). O problema está na quantidade de notícias falsas que circulam nas mídias sociais, o que exige extrema atenção e “reflexão crítica do leitor frente ao conteúdo que consome” (CONDE; ALCARÁ, 2018).

As redes sociais e a *Web*, de forma geral, também são utilizadas para atender a diversas outras necessidades informacionais que surgem no cotidiano das mulheres rurais:

[...] a questão de informação, de ver o que está acontecendo a nível de Brasil, de cidade, de tudo e também até buscar receita, buscar modelo de coisas, facilita muito a Internet, ou saber das pessoas, conversar, WhatsApp, até de conversar com familiares e amigos que estão longe, que às vezes se passava anos sem conversar, agora com a Internet facilita (P5, 51 anos).

[...] Pesquisar as vezes quando a gente quer fazer alguma coisa, eu gosto. Que nem hoje a gente fez sabão e as vezes tu não sabe como fazer, tu pega e pesquisa. A gente faz quase tudo em casa, assim o que a gente precisa, eu gosto de eu mesma fazer, fazer um sorvete com linhaça, pesquisar como se faz isso, essas coisas. Depois tem alguns grupos que eu participo, grupo de família, grupo de Setembro Verde, grupo de... que nem agora o grupo da campanha para prefeito e vereador do município, o grupo da EPAGRI [...] (P4, 63 anos).

[...] eu costumo mais pesquisar sobre plantas medicinais ou então alguma notícia, coisa assim que a gente ouve falar na televisão, eu vou lá na Internet e pesquiso qual é o fato para aprofundar mais, sobre as notícias e sobre as plantas medicinais e sobre alimentação. As vezes receitas e coisas assim, a gente tem bastante, mas não custa aprender uma a mais, como fazer bolo, bolacha, salgados, eu busco bastante isso também [...] (P2, 71 anos).

[...] Eu vou no Google, ali eu digito e geralmente vem, a gente dá umas pesquisadas assim, mais na hora que precisa [...]. Às vezes a pessoa... tu ouve falar que tal coisa, um erva lá faz bem pra isso, faz bem pra aquilo, eu pesquiso né: será que tem essa erva ou as vezes a gente conhece por outro nome e tal? Daí a gente pesquisa para identificar isso. E assim também, depois da pandemia também, às vezes, eu usava para a questão de ver quantos... para ver a evolução dos números da pandemia no município, na regional aqui, também faço isso né, para saber se está aumentando, se está diminuindo, para a gente ter noção disso, ver como que está andando e tal,

também faço essa pesquisa [...]. Ah até o próprio Face e [...] a gente participa de alguns grupos de [...], [...] a gente acompanha, por exemplo, Setembro Verde, tem o grupo dos queijos que a gente tem uma luta muito grande pra legalização do queijo de leite cru, a gente participa desses grupos, o próprio grupo da EPAGRI, que eu te falei ontem que a nossa EPAGRI aqui... esses últimos anos é muito, muito ligada a gente, aos nossos trabalhos, ajuda muito, tem um grupo de produtores, estar no grupo da cooperativa, no grupo do sindicato, então ali vem um monte informação, porque o pessoal quando é alguma coisa boa eles acabam colocando nos grupos essas informações. Então a gente tem informação ali (P10, 51 anos).

[...] Às vezes eu faço pesquisa, ah quero saber, por exemplo, sobre uma erva medicinal, para que ela serve, identificar também, eu acesso bastante a Internet para isso. Para fazer pesquisa, pesquisa sobre alguma variedade que eu pretendo trabalhar, conhecer e, principalmente, nessa parte das ervas medicinais, eu acesso mais a Internet para fazer pesquisa, mas mais é nisso [...]. [...] E a gente pede, porque tem no grupo do WhatsApp, tem muita coisa boa que elas passam e a gente também pergunta para elas, elas explicam para a gente. Que nem o alho, eu não sabia que o alho, eu estou com essa idade, e não sabia que o alho cria fungos, e ele cria, agora me esqueci o nome da pessoa, que pôs no grupo ali o tratamento do alho [...]. Então a gente sempre está aprendendo (P6, 74 anos).

[...] Ah no YouTube tem muita coisa, agora o genro ajudou, nós estamos assistindo na televisão no YouTube. Ali ensina de tudo. Agora esses dias aprendemos como trabalhar com as parreiras, fazer a poda, o plantio e frutíferas também. Quase cada noite a gente acha fora uma e a gente assiste e vai aprendendo. É muito bom essas tecnologias, meu Deus, ajuda um monte [...] (P9, 63 anos).

[...] para dizer a verdade, o que me interessa mais é negócio de artesanato [risos] e as coisas que os outros postam né, mas eu gosto mais do Youtube [risos], porque lá tem muitas dicas de artesanato e eu gosto muito de artesanato (P7, 54 anos).

Com base nestas falas, podemos dizer que as mulheres rurais utilizam as redes para se comunicarem com outras pessoas, grupos de amigos e de trabalho, e o Google para pesquisar sobre como fazer algo que lhes interesse, como técnicas de trabalho, receitas, artesanato entre outros assuntos, além de se informar sobre as notícias. Algumas participantes também mencionaram acessar informações sobre viagens e informações relacionadas ao lazer ou à descontração:

[...] também pesquisar no Google Mapas, buscar cidades, buscar pontos turísticos e também sobre produção, tem um problema no moranguinho que eu quero saber, posso tentar procurar o que está acontecendo através da Internet [...]. Filmes, escutar música, alguma coisa para distrair, para não ficar pensando nas preocupações, no serviço, é mais um pouco isso, filme e música na questão de descontração e no computador às vezes procurar pontos turísticos, procurar coisa é interessante também [...] (P6, 74 anos).

Esse fato nos chama a atenção e nos remete a algo positivo, uma vez que, conforme aponta o estudo de Aguiar e Stropasolas (2010), o meio rural é um espaço onde há poucas opções de lazer para as mulheres. Via de regra, são os homens quem têm mais acesso a formas variadas de lazer e maior autonomia para sair em busca de diversão. Além disso, as estruturas de lazer existentes na maioria das comunidades rurais favorecem a prática de esportes ditos “masculinos”, o que restringe ainda mais as opções das mulheres (AGUIAR; STROPASOLAS,

2010). Assim, ter essa opção em casa, de maneira acessível, pode ser um fator de bem-estar, ainda que, de acordo com o estudo de Herrera (2019), a sobrecarga de trabalho das agricultoras limite o tempo para o lazer e para o descanso.

Outro fato que nos chama a atenção refere-se ao uso da Internet para realizar cursos, inclusive, viabilizados pelo Movimento de Mulheres, conforme vemos no seguinte relato:

[...] faço vários cursos assim, sempre que tem algum curso bom. Eu fiz o de leis de sementes também que foi bem interessante [...]. O movimento viabilizou que eu fizesse, foi pelo Instituto para o Desenvolvimento Rural da Sudamérica. [...]. Foi online, mas muito bem disfrutado assim (P3, 29 anos).

A Participante 3 é a mais jovem do grupo de mulheres, com 29 anos, o que nos faz perceber que para as mulheres rurais com mais facilidade de desenvolver habilidades digitais, o ambiente virtual já se constitui em uma forma de educação continuada, seja ela acadêmica, profissional ou pessoal.

Além das fontes de informação e recursos midiáticos identificados até aqui, também percebemos que as informações técnicas são acessadas pelas mulheres rurais por meio de sindicatos, como o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SNTRAF), empresas de assistência aos produtores rurais, como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), associações de agricultores, como a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), e redes de apoio, como o Coletivo Cultural Ecovida de Agroecologia. Essas formas de acesso podem ser observadas nas narrativas a seguir:

[...] esses cursos que eu participo [são] através do sindicato, [...] eles têm convênio com outras organizações, então eles lançam esses cursos e chamam a gente, então se a gente quiser participar [...] (P2, 71 anos).

[...] Então o que a gente não consegue resolver, os filhos não conseguem, a gente tem apoio da rede Ecovida que é a que dá certificação participativa. A gente tem um grupo de famílias que a gente se reúne para certificar, tem três maneiras de certificar, a nossa é a participativa, tem uma auditoria que é [palavra inaudível], e esta lei participativa é ligada à Rede Ecovida de Agroecologia. Então a gente tem apoio, muita ajuda de como fazer, principalmente, no começo, [...] e a EPAGRI também dá um pouco de assistência técnica [...] (P5, 51 anos).

[...] a gente tem o Sindicato dos Pequenos Agricultores ali em [...] e a gente é associado né e tem o banco, a CRED [...], a cooperativa de crédito que a gente é sócio fundador, e através do SINTRAF e da CRED [...], que também é um grupo de pequenos agricultores, aí eles vão em busca de passar cursos e coisas assim para gente e o que a gente as vezes precisa vai lá também e pergunta: como é que eu posso fazer tal coisa aqui em casa? Eu precisaria de uma ajuda? Eles vêm e ajudam, ensinam [...] (P9, 63 anos).

Essas intuições são importantes aliadas das mulheres na resolução de problemas técnicos. A Participante 10 relata, nesse sentido, como ela buscou o auxílio de diversas instituições para adquirir conhecimento e empreender na propriedade:

[...] Então a princípio eu pedi para um agrônomo da APACO, que é a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense, eu troquei umas ideias com ele, que eu queria partir para isso, que eu queria ver algumas experiências, daí ele me levou lá em Chapecó visitar alguns produtores. Então, a partir dali eu já vi um pouco como se fazia o processo. Também fiz um pequeno curso pelo SENAR ali que... de três dias, que eles não ensinavam só essa parte de mudas, ensinavam fazer outras coisas, compostagens e tal, mas também ele deu umas dicas de como que se fazia as mudas. E no mais o pessoal da EPAGRI aqui do nosso município, o pessoal da EPAGRI me ajudou bastante e na época quando eu comecei, nós tínhamos na prefeitura uma agrônoma que tinha um pouco de conhecimento, que ela já tinha trabalhado fora e tal e ela tinha um pouco de conhecimento, então ela me ajudou fazer a parte inicial [...]. [...] Hoje a gente ainda conta com a EPAGRI, nós aqui em [...] temos uma EPAGRI que é 10, não sei se é em todos os municípios, mas aqui sim, a gente recorre a eles sempre. Tem o pessoal mesmo da APACO que as vezes me socorre e nós temos uma cooperativa de crédito aqui em [...] que é a [...]. A cooperativa de crédito faz um trabalho diferenciado do que as outras cooperativas, então assim tem técnicos para dar assistência e assim, a gente sempre tem dúvidas, é uma doença nova, [...] então eles sempre estão ajudando. Eu não tenho meu viveiro orgânico, não produzo mudas orgânicas, mas a gente quer partir para esse lado, então eles têm me ajudado bastante, o pessoal da EPAGRI e da [cooperativa de crédito] ali, eles têm me ajudado bastante nessa questão de ir em busca de produtos orgânicos. Então é isso, é ali que eu busco a maior informação hoje, as minhas fontes quando eu tenho alguma coisa para resolver é ali (P10, 51 anos).

Nessa fala, além as fontes de informação utilizadas pela participante, há um outro ponto importante a ser observado, que se refere à atitude e ao saber onde buscar a informação que satisfaça as necessidades. Embora essas habilidades possam ser percebidas nessa participante da pesquisa, é preciso considerar que mulheres rurais que vivam em outras condições de maior vulnerabilidade, seja por questões patriarcais, econômicas, raciais, informacionais entre outras, provavelmente, estejam muito menos propensas a terem este tipo de atitude e conhecimento.

Ainda sobre a questão do acesso à informação de diversos tipos, constatamos que o próprio Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ao qual as participantes então engajadas, é considerado uma importante fonte, conforme explicita a Participante 3:

[...] Olha, o Movimento sempre está compartilhando informações que nos tocam, o que está sendo discutido no governo e tal (P3, 29 anos).

Isso ocorre, em nosso entendimento, porque o MMC acompanha as necessidades e demandas das mulheres, bem como propicia a oportunidade e cria condições para a realização de formações e cursos sobre diversos assuntos, conforme demonstram os seguintes relatos:

A gente faz cursos, que nem agora está tudo parado, mas até o ano passado a gente fazia umas atividades, umas oficinas nos próprios municípios. Então o movimento de mulheres organizava, vinha alguém no município e no município a gente se reunia e fazia, a gente fez de ervas medicinais, de sementes, os quintais produtivos e ali a gente faz um monte de troca assim mais no município. Em nível regional e estadual é nas

assembleias, quando tem alguma mobilização, daí geralmente tem as bancas onde as mulheres vendem o que elas produzem, trocam e tal, ali a gente faz essa troca de conhecimentos também, a gente aproveita pra conversar, cada uma põe o que faz, os saberes (P10, 51 anos).

[...] eu demorei muito a entender o que vinha ser o Movimento de Mulheres Camponesas, mas depois que eu aprendi, eu aprendi de tudo um pouco, que é uma coisa tão simples, porque tem tantos aprendizados, com plantas, com ervas, com chá, com semente, afinal de tudo o que uma mulher precisa na vida. E de repente um dia a dona Rosa lá no Movimento, ela dizia assim: hoje nós vamos aprender a fazer um xarope e acho que era um comprimido também contra vermes. E ela disse: vamos fazer tisana. E eu pensei: o que é isso, tisana? Eu sempre escutava falar em tisana e não sabia o que era, pois era, simplesmente, colher a erva, cortar ela, secar e guardar, isso aí é tisana. Então era mínima coisa assim que a gente não tinha prática, a gente até fazia, mas eu nunca guardava a planta [...]. Daí não é só sobre plantas, sobre alimentação, sobre os chás, essas coisas, ela ensinou também sobre a religião, muita coisa importante que ela contou para nós, que a gente não sabia, nunca tinha escutado falar [...] (P6, 74 anos).

[...] o prato do dia é a pandemia, os cuidados [risos], o que você vai fazer, quais os cuidados e assim, como no Movimento a gente já teve muita formação [...] (P8, 71 anos).

Eu fiz um curso na Universidade Federal da Fronteira Sul que era um curso através do Movimento de Mulheres Camponesas, então a gente aprendeu bastante mesmo e cada encontro que a gente tinha, a gente tinha também algumas horas sobre isso, quem trabalhasse a saúde, quem trabalhasse a produção, então a gente dividia a turma em setores e a gente ia trabalhando, cada uma no seu setor, então a gente continua cada vez aprendendo mais, se fortalecendo, se aperfeiçoando cada vez mais, a gente continua isso (P2, 71 anos).

[...] teve muitas oficinas, oficinas sobre sementes, oficinas sobre alimentos [...]. [...] Nos encontros, as vezes tem encontro de dois dias, daí tem as oficinas, tem palestra que as mulheres falam, elas apresentam, a gente faz a mística, apresentando tudo, os alimentos, as sementes, é muito bonito [...]. [...] a gente lá aprende os direitos e como exigir os direitos da gente [...] (P4, 63 anos).

Além do acesso à informação por meio de cursos, formações, seminários, cartilhas, o MMC disponibiliza também um jornal informativo bimensal, construído pelas próprias mulheres, o que contribui não somente para o acesso à informação, mas para o desenvolvimento do “saber fazer” e do pensar criticamente. As narrativas aqui apresentadas referem-se a esse informativo:

[...] nós temos o jornal do Movimento, que é o informativo né que a gente faz [...], que ele é bem atual [...] (P8, 71 anos).

[...] a gente tem um jornalzinho informativo, que a gente chama o Informativo do Movimento né, que circulava a cada dois meses [...]. Geralmente tem foto das atividades que acontece naquele período né e, geralmente, tem um texto mais na linha política assim que alguém escreve, as vezes sobre saúde também e tem uma página que fala das luas, quando é bom plantar, quando é bom plantar raiz, quando bom é plantar semente, fruta, enfim, é uma página que é bem interessante porque ali sempre tem um comentário de qual é o dia melhor para produzir tal coisa, a fase da lua né [...] (P5, 51 anos).

O contato e a troca de experiências com as outras mulheres no âmbito do MMC e fora dele, com membros da família, com outras agricultoras e agricultores em reuniões, em feiras, com pessoas da mesma comunidade, na igreja e em outros grupos sociais, também é uma forma de acesso à informação importante para as mulheres rurais. Os trechos abaixo refletem isso e descrevem como ocorre essa forma de acesso à informação:

[...] A gente aprende conversando com as pessoas, aprende vendo o trabalho dos outros, aprende bastante coisa assim, essa troca de experiência no conversar, enfim, eu acho que aprende muito assim, o sair de casa é um aprendizado, ao sair de casa a gente sempre está aprendendo e assim o Dom José já dizia há muitos anos que a mulher que sai de casa e começa a participar, ela cresce que ela não cabe mais dentro de casa, quem começa a se envolver e participar não cabe no que era antes, eu sinto um pouco isso também. Eu acho que essa pandemia e coisa assim a gente sofreu por ficar só em casa, não é muito fácil, embora que a gente conversa pela Internet e coisa, mas a gente busca muito mais do que isso [...]. [...] eu encontrava com as companheiras, a gente tinha encontro municipal, tinha um grupo de coordenadoras assim em termos de região que a gente se encontrava, conversava, passava informação, discutia, debatia. Esse ano está parado [...] (P5, 51 anos).

[...] É um saber que vem de muitas fontes né, meu pai me ajuda muito né, ele sabe muito, então eu busco aprender bastante com os agricultores e sempre estou participando de feiras, feiras de sementes, tem um saber incrível nas feiras, e com as mulheres então é uma troca constante [...]. [...] qualquer dúvida que se tem, se pergunta no Movimento, as vezes têm mulheres que estão começando a cultivar uma determinada coisa, então não sabem ainda colher, não sabem preparar, então, é incrível assim, uma informação... e também tu pode fazer comparações de experiências, porque sempre vai ser mais que uma que vai relatar sua experiência, é bem importante, bem interessante. E sobre qualquer coisa que tu perguntar, vai ter alguém com uma experiência que vai te dar uma resposta [...] (P3, 29 anos).

[...] Outras coisas que a gente tem bastante informação é participar de reuniões, a própria igreja né, é uma forma da gente ter informação [...] (P10, 51 anos).

[...] E até quando a gente ia para a comunidade, então, claro, se encontrava então também a gente... era um meio de comunicação, mas ainda hoje a gente se fala muito com parentes, com amigos, com amigas através do celular, através do Zap a gente se fala e coisa assim (P8, 71 anos).

A paróquia aqui também já fez cursos, inclusive, a paróquia sobre plantas medicinais [...] (P2, 71 anos).

Essas falas evidenciam a informação que advém, principalmente, dos saberes populares, definidos por Gondin (2007) como aqueles que são transmitidos e propagados empiricamente, por meio das relações sociais, da linguagem oral, gestos e atitudes, e validados de geração em geração. Há uma supervalorização dos saberes populares pelas participantes mesclado com o discurso político do MMC que faz resistência ao agronegócio, por exemplo. Isso pode ser percebido na seguinte fala:

Em cada uma dessas propriedades é um universo de saberes que tem essas mulheres que é incrível e assim muita coisa não está nos livros né, todos os saberes das plantas é muito diverso ainda, ainda não está nos livros e quando está é muito nesse sentido da grande produção né, como do milho, tem muito saber do milho, mas tudo pensado

para a produção em quantidade, mas é muito incrível, é apaixonante, tu ver tanta diversidade e são pequenas ilhas ainda né (P3, 29 anos).

A questão da alimentação saudável e das plantas medicinais e, conseqüentemente, da saúde foi uma temática frequente nas falas das participantes. Os estudos com mulheres rurais de Adekannbi e Adeniran (2017) e Shabi (2012) já haviam mencionado a importância da competência em informação no acesso a informações sobre saúde. Isso nos levou a observar como se dá o acesso a esse tipo de informação no contexto das participantes:

[...] Tem a agente da saúde que passa aqui, [...] ela passa uma vez por mês, ela traz as informações do posto de saúde, da secretaria da saúde [...]. [...] também formaram um grupo da secretaria de saúde que também é repassado as informações [...]. [...] aqui em [...] tem seis postos de saúde, [...] que nem agora, com a pandemia, elas quase não estão indo nas famílias, pela segurança, daí é repassado as informações no grupo de WhatsApp [...] (P1, 49 anos).

[...] tem a agente de saúde ela passa uma vez por mês, daí a gente tem o WhatsApp também, ela passa os comunicados, e um da Secretaria da Saúde né, são dois [...] (P9, 63 anos).

[...] Também pela Internet e, sei lá, quando a gente fez formação, tem material escrito, tem cartilha que fala sobre saúde, como prevenir, como tratar com plantas medicinais e também como produzir plantas medicinais, que não é em qualquer lugar que a planta está [que] pode ser utilizada né [...] (P5, 51 anos).

[...] Às vezes eu faço pesquisa né, ah quero saber, por exemplo, sobre uma erva medicinal, para que ela serve, identificar também, daí eu acesso bastante a Internet para isso né. Para fazer pesquisa né, pesquisa sobre alguma variedade que eu pretendo trabalhar, conhecer e, principalmente, nessa parte das ervas medicinais [...]. [...] A gente fez um curso de florais aqui em [...] e ervas medicinais né, então a gente ainda está com esse curso, parou um tempo, agora está andando de novo, [...] o próprio jornalzinho do movimento de mulheres elas colocam umas dicas de saúde e tal. Essa parte de querer conhecer um pouco mais sobre a saúde natural, que vem da natureza e tal, veio do movimento né. A gente teve muitas experiências ali e tal, ali que eu busco informação [...] (P10, 51 anos).

Nas falas acima, percebemos que as participantes buscam informações sobre saúde em cursos disponibilizados no próprio município onde residem, com agentes de saúde de forma presencial, por meio de grupos de WhatsApp da Secretária de Saúde dos municípios, pesquisando na *Web* e no âmbito do MMC.

As necessidades informacionais das mulheres rurais sobre saúde e outros assuntos variados também são atendidas com a busca e o acesso a informações em livros impressos e em PDF, conforme observamos nessas falas:

[...] e a gente foi adquirindo livros assim nas paróquias, na paróquia de Chapecó, aqui na nossa, na de [...]. Eu fui visitar minha irmã no Rio Grande do Sul e ela tinha um livro muito importante sobre plantas, sobre doenças, assim, o que a gente tinha que fazer, massagem, então eu adquiri lá também, eu tenho bastante livros que falam sobre a saúde e o que a gente tem. Inclusive, eu recebi de uma companheira lá do Rio de Janeiro uma coleção de quatro livros também que ela sabia que eu tinha essa vocação

de trabalhar na saúde, então ela me deu de presente quatro livros, é uma coleção, então a gente tem assim, fui estudando os livros e fui adquirindo cada vez mais conhecimento [...] (P2, 71 anos).

[...] a gente também ultimamente adquiriu alguma coisa, mas é tudo ligado mais a medicina, medicina natural, coisas assim, então isso ali que eu mais tenho interesse. Por exemplo, a pouco tempo eu até comprei um livro de homeopatia né [...] (P10, 51 anos).

[...] em casa eu tenho alguns do Içami Tiba sobre como educar os filhos assim, de como tratar as pessoas essas coisas, tem a revistinha da Salette, que também é uma revista boa, que tem muita informação, essas coisas [...]. Lá também tem coisas mais religiosas, mas tem também muita informação sobre saúde, sobre chás, sobre família, sobre jovens, essas coisas, plantas medicinais [...] (P7, 54 anos).

[...] agora estou dentro de casa, de tarde quando é calor a gente fica por aí fazendo crochê ou lê um livro, eu gosto muito de ler livro também [...]. [...] Agora esse último que eu li era sobre guerras híbridas, também nós conseguimos com o Movimento. Eu li, como é que era... o Leonardo Binck, Lin, não lembro bem, que é um livro enorme e eu gosto de retomar muito a questão dos livros da faculdade né, tem muita coisa boa que orienta, então seguida eu retomo um deles e vou passando [...]. [...] E eu li muito a questão, por exemplo, do Contestado, a história de Santa Catarina, a história do Brasil. Até a realidade brasileira uma época em [...], porque na escola, quando a gente ia no primário, contou a história do Brasil, do descobrimento de uma forma, mas depois, com a realidade, ela foi vista do outro lado. Por que o país está assim? Por que aconteceu assim? Então a gente foi descobrindo e, claro, não descobrimos tudo, falta ainda para a gente saber como era, como foi o mundo, como foi o Brasil e como continua dessa forma (P8, 71 anos).

[...] Também busco fontes literárias, Ana Primavesi para mim é uma referência [...]. Enfim, beber um pouco de cada fonte e sempre o que seja, que possa se voltar [em] uma prática aqui né [...]. [...] Eu busco muito PDF, assim a informação gratuita que está disponível na Internet, o que eu não encontro em PDF, eu compro os livros, aí em geral eu compro eles e já passo adiante, ou eu dou de presente, ou eu empresto, eu sempre faço fichamentos, então eu fico com os resumos pra mim, mas muito PDF, assim muito PDF [...]. [...] assim erros, assim coisas bobas que eu fazia e que pude corrigir, entender as razões de não ter produzido tão bem, enfim. E também o Ernst bastante, o Ernst Götsch [risos], das agroflorestas né. Não consegui ainda colocar tão bem na prática os sistemas agroflorestais porque nós temos pouca terra, como meu pai ajuda a pensar os cultivos né, ele tem um pouco de resistência, mas aos poucos vamos seguindo, pelo menos o mais biodiverso possível que sejam os cultivos, apesar de que a terra é toda renovada no inverno, eu consigo ter bem biodiversos os cultivos e aproveitar bastante a terra né (P3, 29 anos).

O próprio MMC possui um acervo de livros e disponibiliza esse material para leitura das mulheres que frequentam a sede em Chapecó:

[...] eu tenho que dizer aqui o que é verdade, eu não leio muito, eu leio mais assim os livros do Movimento de Mulheres, mas no mais assim, eu sinceramente, eu não sou de ler muito e isso é um erro meu também, porque lendo é que a gente aprende as coisas (P6, 74 anos).

[...] o movimento disponibiliza e daí também na Internet tem, mas eu não consigo acessar ainda, mas também a gente poderia ir lendo pela Internet, mas por enquanto, não, por enquanto não fiz isso ainda [...] (P8, 71 anos)

Embora algumas participantes tenham mencionado buscar informações em livros, observamos que as formas de acesso a esses materiais são, geralmente, ou na atual fase de vida dessas mulheres, por doação ou troca, compra ou por acesso à materiais disponíveis gratuitamente na Internet, no caso daquelas com maior nível de habilidades digitais. Nenhuma delas mencionou ser, na atualidade, frequentadora assídua de alguma biblioteca, mesmo que algumas disseram gostar de ler ou ter o hábito da leitura. Entretanto, a maioria afirmou conhecer ou saber da existência de pelo menos uma biblioteca em seu município:

[...] Tem no colégio onde que meu neto estuda, mas na verdade eu visitei uma vez lá, mas não assim para ler livros, eu levei uns livros lá, eu sou muito amiga da mulher que cuida lá [...] (P2, 71 anos).

[...] Tem uma biblioteca na cidade, mas eu, faz anos que não vou lá, como eu moro no interior, nunca fui lá, é a biblioteca pública, ela sempre foi a biblioteca da escola do centro da cidade. Como eu estudei no interior, sempre fui para a biblioteca daqui, mas como te falei, eu busco muito ler PDF, tem muita coisa em PDF e coisas de muita qualidade, informação gratuita (P3, 29 anos).

[...] Uma vez eu pegava um ou outro livro na [...] eu acho que era biblioteca [...] na Casa da Cultura, mas agora faz anos que eu não leio mais. Uma vez eu lia muito, muito, muito mesmo, e depois da gravidez da minha filha mais velha eu não consegui mais concentrar para ler [...]. Hoje eu consigo ler de novo [...] se for sobre política, histórias reais [sim], ficção não, coisas que nunca aconteceram e nunca vão acontecer, não, aí não. Sobre a realidade brasileira, sobre tudo que aconteceu no Brasil me interessa, a época da escravidão, tudo isso, me interessa (P4, 63 anos).

[...] nós temos a biblioteca municipal, mas... até nas escolas também aqui da vila, mas eu não costumo visitar elas. Só que daí a minha filha que ela costuma visitar, daí os livros assim que ela retira, eu também leio. Agora não, porque ela também não está saindo muito, mas todos os livros que ela retirava eu lia, porque eu gosto muito de ler. Tem o jornal, o informativo, tem outro informativo da saúde que a gente assina que é da Pastoral da Saúde também eu gosto de ler. Sempre gostei de ler (P7, 54 anos).

[...] Tem sim, tem a Casa da Cultura aqui em [nome da cidade] que tem a biblioteca, daí se tu quer adquirir um livro, fazer alguma pesquisa e coisa assim. Eu nunca cheguei de ir buscar livros, mas fui junto com os netos, os netos tinham que ir lá fazer pesquisa ou pegar um livro, coisa assim, daí a gente acompanhava até que eles faziam a pesquisa ou acham o livro (P9, 63 anos).

Além dos aspectos já mencionados com base nessas falas, podemos contemplar também que, em algum momento de suas vidas, as participantes frequentaram alguma biblioteca escolar e/ou pública, algumas porque gostam ou gostavam de ler, outras porque necessitaram de informações específicas para alguma atividade escolar ou acadêmica:

Naquele tempo que eu estudava lá, os trabalhos que tinha que fazer, tinha que ir na biblioteca, eu estudava a tarde e tinha que ir de manhã para fazer o trabalho na biblioteca, para de tarde ir na aula [risos], é a única que eu lembro [...] (P1, 49 anos).

[...] Aqui no município também tem, eu fiz muita visita na época que eu fazia faculdade, que eu precisava de pesquisar, de ver trabalho, então as vezes até em São Miguel, as vezes em Descanso, vários livros a gente pesquisou, precisava para trabalho, era a questão da pedagogia mesmo ou então de professor ou conforme o

assunto que a gente tinha também precisava, através disso a gente visitava. E hoje, hoje ainda ela é, menos eu estou indo na biblioteca, senão eu ia mais seguido na biblioteca (P8, 71 anos).

[...] Ah tem a biblioteca municipal e eu assim acho que fui umas duas vezes, três só, ainda quando eu estava fazendo curso, quando eu trabalhava de agente de saúde, as vezes a gente tinha algum trabalho, algum teste para fazer, daí eu ia na biblioteca para fazer o trabalho (P1, 49 anos).

Essas falas nos fazem perceber que as mulheres rurais não possuem acesso facilitado às bibliotecas, elas precisam se deslocar para as áreas urbanas, fato que resulta em menos acesso à informação e à leitura. Salientamos, neste sentido, que as bibliotecas são espaços propícios para a aprendizagem independente, permitindo acessar diversas fontes de informação. Além disso, diversas ações de competência em informação podem ser implementadas a partir desses espaços.

Em suma, podemos dizer, com base na análise das entrevistas, que as mulheres rurais, independente da faixa etária e das atividades que realizam, conhecem e utilizam, principalmente, uma variedade de fontes de informação: rádio, televisão, mídias sociais, *Web*, o próprio MMC, órgãos municipais, o contato e a troca de experiências com outras pessoas, informativos e livros. Informações sobre saúde são obtidas por meio dos agentes de saúde de forma presencial, por meio de grupos de WhatsApp da Secretária de Saúde dos municípios, pesquisando na *Web* e no âmbito do MMC. Com relação especificamente às informações técnicas, também são utilizados como recursos informacionais os sindicatos de agricultores e agricultoras rurais, órgãos de assistência aos produtores rurais, associações de agricultores e redes de apoio à produção agroecológica.

Reforçamos, contudo, que o simples acesso à informação não as torna competentes em informação. Para isso são necessárias outras habilidades informacionais que as permitam usar com eficiência a informação, transformando-a em conhecimentos, e comunicá-la.

### 3.4.2 Acesso e uso das TIC

Na subseção anterior, observamos, entre outros aspectos, a utilização pelas mulheres rurais de diversas fontes de informação, dentre elas as digitais, tanto para se manterem informadas sobre acontecimentos, noticiários, quanto para acessarem outras informações necessárias ao cotidiano. As TIC compõem, na atualidade, os meios pelos quais se dá o acesso a essas fontes e recursos.

Sob esse enfoque, esta categoria contempla aspectos relacionados ao acesso e uso das TIC, mas principalmente, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em função do baixo nível de desenvolvimento em habilidades digitais. As habilidades são necessárias para poder exercer uma cidadania eficiente no século XXI. A falta delas limita a visão da realidade e pode causar isolamento social em termos de acesso à informação, comunicação com os outros, possibilidade de acesso ao conhecimento etc.

Sobre o acesso, destacamos, primeiramente, um fato já introduzido na seção 3.1: durante a pandemia do Coronavírus, muitas mulheres rurais, engajadas ao MMC, não participavam dos encontros que aconteciam de forma online em função de não terem o acesso à Internet. Obviamente, não é possível mensurar, neste estudo, exatamente o que as leva a não terem esse acesso, mas é possível inferir, com base na literatura, que algumas causas podem ser econômicas e/ou de infraestrutura nas áreas rurais. Em decorrência disso, observamos que algumas participantes possuem o acesso à Internet há pouco tempo, conforme descreve a Participante 10:

Então, faz... acho que já fechou um ano que nós temos Internet aqui em casa, então antes eu me comunicava uma, duas vezes por semana. [...] agora eu me distraio muito com WhatsApp, não tinha WhatsApp também, então agora estou mais dispersa nesse sentido e agora como tem um ano que nós temos Internet em casa, então, assim, eu entro no... eu tenho o Facebook que eu busco as vezes publicar alguma coisa do trabalho que eu faço com as sementes, com a agricultura [...] (P10, 51 anos).

Um segundo ponto a se destacar é que durante o período que antecedeu a coleta de dados, observamos que muitas mulheres participavam dos encontros online, porém com limitações. Essas limitações ou dificuldades foram, posteriormente, explicitadas nas entrevistas. A primeira delas, está relacionada com a precariedade dos serviços de acesso à Internet na área rural, como podemos observar nos relatos a seguir:

[...] a Internet aqui é uma tristeza sabe, que nem ontem, eu via você, via que estava falando e eu não escutava, é muito ruim isso. Mas quando pega a Internet, que nem hoje à noite é para ter uma roda de conversa, eu quero participar, [...] a gente aprende muita coisa também com elas [...] (P6, 74 anos).

[...] A última, que foi até a [...] que me avisou que ia ter, eu não consegui, porque nós moramos no interior, e as vezes é difícil a Internet, daí o dia que a Internet é ruim tu não consegue. Agora está um pouco melhor né, porque nós colocamos aqui em casa a Internet, senão é bem difícil as vezes de conseguir essas coisas, mas quando dá eu participo (P9, 63 anos).

[...] Pouca coisa porque a maioria das atividades também aconteciam a noite, aqui a noite a Internet é péssima. Você viu ontem né. Então assim, esses dias, por exemplo, também tinha assembleia do Instituto Eva que é ligado ao Movimento de Mulheres e tal, eu consegui participar uns dez minutos e depois não consegui mais [...] (P10, 51 anos).

A precariedade faz com que as mulheres rurais tenham que sair do conforto de suas casas em busca de uma conexão que lhes permitam participar de atividades online com voz e vídeo, por exemplo. Este tipo de atividade demanda, em certa medida, maior qualidade de conexão quando comparado ao uso das redes sociais. O depoimento a seguir evidencia essa situação:

[...] eu estou aqui na casa a minha filha agora, que ela tem Internet, por isso que deu certo, porque senão acho que não ia dar de novo, ainda mais porque conforme o jeito que está o dia sabe, eu não sei, porque tem uma antena de Internet, mas é bem longe daqui sabe, tem dias que ela pega e tem dias que não [...] (P6, 74 anos).

Ainda com relação a essa problemática, observamos que a precariedade no acesso à Internet é um dos fatores que desmotiva as mulheres a explorarem e usufruírem de outros recursos informacionais. Esse aspecto pode ser observado nas falas a seguir:

[...] é difícil, mais é o Zap. Eu [...] as vezes eu até entro, mas já por causa da Internet ser ruim, a gente já começa... as vezes não dá certo... e eu, sei lá, não tenho muito interesse, mas eu acho que eu devia ver isso, porque ali tem muito mais coisa, mas eu não vejo quase nada no Face. É difícil eu usar o Face [...] (P6, 74 anos).

[...] elas me passam assim certas coisas pelo grupo de monitoras ou pelo grupo do MMC, porque eu não tenho Internet, daí não tem como entrar no Face [...] (P1, 49 anos).

Quando as participantes falaram sobre suas experiências com o uso das TIC e da Internet, a maioria enfatizou ter muitas dificuldades, como se pode perceber nos relatos abaixo:

[...] A minha experiência com o celular, assim com a tecnologia, computador eu não tenho, nem tenho Internet, nada, é só agora dados móveis e tipo assim eu estou aprendendo assim junto com o movimento que daí tem uma companheira que ela é lá de [...], quando a gente começou fazer os encontros assim, ela me passava todas as informações, como que a gente tinha que entrar através do celular, daí fui aprendendo assim, mexendo [risos] até que ela passava bem detalhado os dados, como é que tu faz para entrar no Zoom, eu já tinha o *link* porque através de uma ideia dela ela passou nas nossas reuniões [...] (P1, 49 anos).

[...] Depende para que eu sei usar. Têm coisas que eu tenho dificuldade. Para o Face, para o WhatsApp, tenho o Instagram, mas quase não entro, mas que nem para participar de uma *live*, as vezes tem cursos online, essas coisas eu tenho dificuldade [...] (P4, 63 anos).

[...] Eu tenho o [WhatsApp] lá do movimento e tudo, mas é uma coisa que assim que é mais difícil, mesmo assim tem bastante coisa que a gente está aprendendo ainda, mas a gente nunca vai aprender tudo que é preciso [...] (P6, 74 anos).

[...] Eu tinha computador, agora está estragado, eu utilizava até quando eu estudava, quando eu fiz o curso no IFSC, em 2011. Eu não tinha Internet em casa no começo, depois estava quase no fim do curso que eu consegui ter Internet em casa. Então eu tinha mais dificuldade, usava menos, que era o computador que minha filha usava, mas eu quase não usava, e no começo do curso os outros eram tudo juvenzinhos, aí eu tinha bastante dificuldade nesse ponto, eu sentia que os outros tinham facilidade e eu me perdia, eu tinha que me esforçar bem mais. Depois eu consegui ter Internet, daí

com a Internet motiva mais a mexer, a lidar também né, e agora eu tenho celular, Internet no celular então utilizo até bastante [...] (P5, 51 anos).

Nas falas apresentadas até aqui, podemos perceber que as dificuldades para o uso das TIC relacionam-se à falta ou má qualidade do serviço de Internet, à falta de familiaridade e à ausência de habilidades para o uso da tecnologia. Assim, estas falas também evidenciam a dependência da maioria das participantes de outras pessoas para conseguirem utilizar as TIC, comunicarem-se ou buscarem a informação.

Pelo menos sete das dez participantes obteve ajuda de filhos ou filhas, netos ou netas para se conectarem, acessarem a plataforma do Zoom, configurarem o áudio e o vídeo, fato que, posteriormente, compreendemos ser um comportamento comum entre a maioria das mulheres rurais que participam do MMC e que se reflete nas falas a seguir:

[risos] ih, eu estou patinando muito, e se vai olhar o que eu não sabia, hoje já sei muitas coisas. E as vezes até assim, que eu chamo meus filhos: mãe, a mãe sabe muita coisa já. Daí eu: não, mas eu tinha... [os filhos]: mas e vocês acham que nós não somos também ainda dependentes? Mas eu acharia que deveria saber tudo já [risos]. Mas eu recorro muito para os meus netos, que eles moram aqui comigo, então qualquer dúvida eu vou e eles me ajudam, mesmo que a gente tem a dificuldade de gravar, então não é mais tempo de cinco, seis anos, 20 anos, a gente não grava tão fácil. Então tem que ser repetitivo para a gente conseguir gravar, mas eu acho, por exemplo assim, se não tivesse esse meio agora, como nós estaríamos isolados, seria muito pior. Então agora o movimento faz essas reuniões para nós e já vai explicando, tal dia é tal reunião, você tem que entrar naquele lugar e assim por diante, então isso já é uma aula que a gente vai tendo. Não é cem por cento que a gente sabe, mas vamos se virando [...] (P8, 71 anos).

[risos] não é tão fácil, eu estou aprendendo [risos], estava brincando com as meninas esses dias: vou ter que ir fazer um curso! Daí a mais nova disse: mãe, é só ficar um meio-dia ali no celular que a mãe aprende bastante. Assim eu já consigo lidar bem com o celular, assim, mas ainda tenho bastante dificuldade. Daí quando vem a neta para casa, ela me ajuda, ela diz: vó faz assim, vó faz assado [risos]. Aos poucos a gente vai aprendendo [...] (P9, 63 anos).

[...] Olha, não está fácil, porque eu vim aqui, o meu neto que me ajudou, porque eu não tenho prática disso sabe, até tinha que ter perguntado para Noeli lá do Movimento, que ela ensina a gente, mas eu não tive tempo, que tem o neto que mora pertinho ali, ele foi cortar grama pra mim hoje lá, daí eu fiquei a manhã inteira tipo ajudando ele sabe, e não me preparei, infelizmente, mas dei sorte que eu vim aqui e meu neto estava disponível e ele me orientou. Só que você sabe como é que é, pessoas novas que nem você, se você aprendeu uma coisa assim nunca mais se esquece, mas eu, para entrar na minha cabecinha, está dura minha cabecinha já, não é fácil [...] (P6, 74 anos).

[...] Às vezes eu nem consegui entrar, sabia? Estava esperando e não conseguia entrar, da última vez entrei quando já estava quase no fim e isso para mim não é tão fácil. [...] Hoje eu resolvi vir aqui para as netas me ajudar, senão eu acho que de novo eu não ia conseguir sozinha (P4, 63 anos).

Podemos dizer ainda que, no caso de algumas participantes da pesquisa, a falta de habilidades digitais se relaciona tanto com a idade, que dificulta a aprendizagem, quanto com a

falta de tempo para praticar, que está relacionada com a sobrecarga de trabalho, discutida na seção 2.4.1:

[...] Eu acho que para mim essa tecnologia está difícil, eu acho assim que é muito bom isso que, olha, você faz o que você quiser, para quem entende, meu Deus do céu, isso é um desenvolvimento e tanto, mas o problema é que a gente não entende, aí a gente até nem se interessa muito sabe, as vezes eu acho que isso é até um relaxo sabe, a gente tinha que se interessar de mais de aprender as coisas, a gente está perdendo de aprender porque meus filhos são tudo... eles são muito envolvidos assim nas coisas, já eu... Já para começo eu peguei o celular já depois de 70 anos, então a gente não desenvolveu, mas é importante, é muito importante. Eu vejo o meu filho que mora lá em [...], ele vem, ele conversa com o patrão dele, ele resolve o problema, só que ele sofre também por causa da Internet ser ruim, mas ele vem aqui e ele faz tudo que ele precisa, ele não se amarra, para quem entende, é muito maravilhoso essas tecnologias. [...] Tem tanta coisa no celular, mas eu já nem procuro porque eu não entendo sabe. Faz uns dois anos que eu tenho esse celular, mas eu não aprendi muita coisa e também a gente não tem muito tempo de estar lidando com o celular. Pode ser que se a gente parasse, a gente aprendia até sozinha as coisas, mas a gente não para, porque é eu e eu para fazer os trabalhos, para cuidar das coisas, então se a gente começar a se envolver com celular, aí você não faz o teu trabalho [risos] (P6, 74 anos).

De certa forma, o momento pandêmico resultou na ampliação da percepção das participantes sobre a importância das TIC:

[...] como agora é importante a tecnologia porque a gente pode se comunicar, a gente pode conversar, mas não é como se fosse lá, ao vivo, presente, assim que a gente pode até trabalhar melhor, mas a tecnologia é importante, é uma coisa assim necessária [...] (P2, 71 anos).

[...] Assim, desde a família, das filhas, que a mais nova mora em [...] e a mais velha mora em [...], é bom assim, que as vezes acontece uma doença ou coisa assim, a gente já chama por WhatsApp e fica conversando. Aí a gente pode se ver também, que nem a gente está fazendo agora, e é uma coisa muito importante. Com a família, as filhas, depois a parte dos meus irmãos que a gente se conhece também [...] (P9, 63 anos).

[...] Sim, mais porque uma que se tem mais tempo, e outro porque é o meio que se tem para participar em reunião, e fazer e falar e as primeiras vezes entrar não foi fácil, tem que chamar o filho para ajudar, o celular não funciona, enfim, a gente usa mais e pesquisa mais também, tem um pouco mais de tempo e também a questão do lazer, do entretenimento também agora com pandemia facilitou ter a Internet em casa [...] (P5, 51 anos).

Nesse sentido, Parra-Valero et al. (2020) observam que as circunstâncias causadas pela pandemia introduziram mudanças importantes na vida das pessoas, muitas delas ligadas às tecnologias e ao tempo de conexão à Internet, condicionando desde a forma como as pessoas se relacionam até a forma como estudam, trabalham ou aproveitam o lazer. Esta nova situação deu um novo valor às habilidades digitais e pôs em evidência os desafios que os cidadãos têm de enfrentar neste domínio.

Como podemos perceber na fala a seguir, as mulheres também sentiram o aumento da necessidade de acessar e usar as TIC, forçando um aprendizado que antes talvez não fosse tão almejado:

[...] Te confesso que eu não tenho muita habilidade não, porque até pouco tempo atrás eu tinha o..., a minha filha já é mais tempo que saiu de casa e tal, mas até pouco tempo tinha o meu piá, então assim toda vez que eu precisava, porque eles sabiam os acessos e tal, eu sempre mais pedia para eles. Eu tenho muita dificuldade com Internet e tal, e agora assim com essa questão das aulas, eu tenho apanhado muito. Então falta muito, a gente... não tenho muita habilidade com isso não. Essa semana, por exemplo, mudou o sistema aqui de aprendizagem aqui do município, eles criaram uma nova plataforma, agora é tudo por e-mail e tal, te confesso que eu estou apanhando, estou apanhando, apanhando, porque a gente fazia muita pouca coisa, digita ali uma ata, alguma coisa assim e envia, mas não é de entrar muito nesse ramo da tecnologia. Celular sim, celular a gente se vira sim, Whats, manda alguma mensagem no Face, no Whats sim, mais é isso, então acho que é uma dificuldade da grande maioria das mulheres da nossa idade, da nossa geração, nós não tivemos isso presente mais cedo, então a gente achou que... de deixar um pouco de lado, agora realmente a gente está precisando se aperfeiçoar um pouco mais com essa questão da pandemia e tudo né, a gente percebe que faz falta. Então agora, para dizer a verdade, depois da pandemia eu aprendi muito, desde usar a impressora, de usar o e-mail, então um monte de coisas que eu aprendi com a pandemia, porque a gente se obrigou [...]. [...] Eu assim eu aprendi usar a impressora, agora que nem eu te falo do e-mail, que agora eles criaram essa semana, até esses dias vinha as atividades no celular e a gente batia foto, mandava e tal. E agora já mudou muito, agora já veio um e-mail, eles criaram um e-mail para cada aluno, ele tem que fazer as atividades. Outra coisa é participar, por exemplo, dos seminários, das assembleias do Meet, que antes... e também o próprio colégio faz muito Meet e a gente aprendeu, aprendeu nem tanto né, as vezes dá certo, as vezes não dá, a gente fica as vezes mexendo, mexendo, as vezes consegue, as vezes não consegue, não tem muito entendimento dessa parte. Então a pandemia me fez evoluir nesse sentido, de participar dos seminários e coisas assim pela Internet e tal (P10, 51 anos).

Fica evidente, em algumas destas falas, que as mulheres rurais se sentiram forçadas a desenvolverem habilidades digitais para não ficarem excluídas dos seus grupos sociais e que esse processo, principalmente, no início, foi difícil. O próprio Movimento de Mulheres intensificou o uso dos recursos informacionais passando a realizar encontros de forma online, como é relatado pelas participantes:

[...] agora está se dando bastante por WhatsApp, como está esse período de pandemia, então tem encontros, tudo por Zoom e Google Meet [...] (P3, 29 anos).

[...] a gente se reunia lá no centro de formação, daí devido a pandemia essas coisas, a gente agora é só por WhatsApp ou no Face, é tudo por recado, tudo via essas coisas [...] (P7, 54 anos).

[...] antes da gente ter que ficar em casa, a gente tinha no município, primeira quarta-feira do mês, sempre tinha reunião das mulheres camponesas. E mesmo no município, na regional ou estadual, então a gente estava indo muito pra Chapecó. Agora praticamente a gente foi no final de janeiro e não voltou mais, porque com esse problema, a gente não... mas nós temos, que nem eu te falei, que nem ontem nós íamos ter a reunião online. Tivemos ontem à noite, daí uma vez por mês a gente se encontra igual com as mulheres, a nível de Estado, para debater. Por exemplo assim, hoje está sendo aprovado aquela Lei 735, que é a questão da alimentação, [não à fome] e assim por diante. Então a gente tem hoje trabalho depois das 14 horas para a frente,

para enviar [palavra inaudível] para os deputados, senadores, pressionar, sabe. E assim, depois de ontem que a gente teve a reunião com as companheiras, a gente envia para as mulheres daqui também, porque a maioria tem acesso à Internet e coisa, então isso fica uma coisa bem legal (P8, 71 anos).

Em função desta nova forma de realizar os encontros, no âmbito do MMC, as mulheres com mais habilidades informacionais e tecnológicas passaram a auxiliar as que possuíam mais dificuldades, de modo que todas pudessem participar. Nessa forma de interação social, faz sentido a afirmação de Balasubramanian et al. (2010) de que a transição do silêncio para a voz e da impotência para o empoderamento é possível em contextos de aprendizagem não formais, assim como em contextos formais. E, a tecnologia oferece meios para acelerar este processo quando colocada em um contexto social apropriado. A falta da tecnologia e das habilidades para usá-la, contudo, é excludente.

Cabe dizer ainda que dentre as ferramentas tecnológicas mais utilizadas pelas mulheres rurais, destaque-se o celular. Já o computador parece ser o que elas menos têm acesso e, conseqüentemente, menos habilidades para usá-lo:

[...] Não temos computador, até eu estava falando esses dias que não temo computador, daí eu disse: acho que nem compro, porque tenho que fazer curso para lidar com ele [risos]. Aí por enquanto, deixo quieto (P9, 63 anos).

[...] Na verdade, eu computador eu não tenho, mas os meus filhos eles... Por exemplo, eu tenho a minha filha que tem aqui o mercado, eu vim aqui, ela me disse: mãe, tem a sala ali no fundo, a mãe pode ocupar a sala do fundo ali e fazer a sua entrevista. Então eu vim aqui no mercado, ela aqui tem, então se vem algo pelo computador dos irmãos daí ela me chama, mãe vem ver isso, mãe vem ver aquilo. E Internet a gente tem que nem essa aqui do mercado aqui, é pertinho aqui, por isso que eu vim aqui, porque ali em casa as vezes corta bastante, cai fora as vezes [...]. Mas eu ocupo bastante sim, telefone, ligar para os amigos de longe e tal, quem não tem por que eu tenho uma irmã que só tem telefone, ela não tem WhatsApp, é aquele telefone antigo, não é o moderno então a gente se fala pelo telefone [...]. (P2, 71 anos).

Com base no que apresentamos sobre o acesso e o uso das TIC pelas mulheres rurais, podemos perceber um fenômeno complexo de “falsa” inclusão digital, ou seja, pessoas que não têm acesso ou que têm acesso precário às TIC e que enfrentam o problema da falta de habilidades digitais. Os dados apresentados corroboram as análises do *International Telecommunication Union* (ITU), em que a população rural mundial, especialmente as mulheres, tem os níveis mais baixos de acesso às TIC.

Essa situação, na sociedade atual, limita o acesso à informação, a comunicação e a participação social, constituindo-se, claramente, em causas de vulnerabilidade social e informacional. A inclusão digital de que falamos aqui “deve ser vista sob o ponto de vista ético, sendo considerada como uma ação que promoverá a conquista da ‘cidadania digital’ e contribuirá para uma sociedade mais igualitária, com a expectativa da inclusão social” (SILVA

et al., 2005, p. 30). Neste sentido, entendemos como ponto de partida da ideia de inclusão digital, “o acesso à informação que está nos meios digitais e, como ponto de chegada, a assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida” (SILVA et al., 2005, p. 30) das mulheres.

### 3.4.3 Avaliação e comunicação da informação

Não é de hoje que a Internet ocupa um importante espaço no universo informacional enquanto ferramenta de armazenamento, recuperação e disseminação da informação. No entanto, trata-se de um ambiente de informação complexo, pois apesar dos aspectos positivos inerentes ao seu uso, alguns já apresentados anteriormente, há problemas que acarretam obstáculos a quem não tem familiaridade com a busca pela informação. Dentre os principais problemas, está a dificuldade em delimitar a confiabilidade das informações (TOMAÉL et al., 2001).

A rapidez de distribuição via Internet é fator determinante para o crescimento exponencial da informação na rede. No entanto, qualquer pessoa pode colocar qualquer tipo de informação na Internet. De forma geral, não existem avaliações prévias do que é disponibilizado. O acúmulo de informações sem relevância aponta para a necessidade de filtros que permitam a recuperação de informações de qualidade e com maior revocação (TOMAÉL et al., 2001).

As participantes da pesquisa se mostram cientes de que por meio das TIC circulam inúmeras informações falsas que podem causar prejuízos e que, portanto, existe a necessidade de selecionar, avaliar e comprovar a veracidade:

[...] Ah no Facebook eu passo assim, se eu acho alguma coisa que me interessa, até fico olhando, se é uma coisa que não me interessa, vou passando. Mas também não é muito [...]. Ali tem de tudo também, como que eu vou dizer agora, é quase que nem no YouTube também, que tem coisas boas e tem coisas ruins também, tem de tudo. Daí a gente seleciona o que quer olhar, o que não quer olhar. Isso aí eu tenho muito medo de acessar, que eu não consigo muito também lidar, daí as vezes eu... depende o que eu vejo mais ou menos a imagem, já nem abro para não entrar as vezes numa coisa falsa ou uma coisa que não é verdadeira (P9, 63 anos).

[...] Ainda algumas coisas eu fico sabendo por Facebook assim, então quando pego alguma coisa alarmante, de surpresa, foi por Facebook [...]. [...] não dá para confiar em nada, as notícias que eu vejo no Facebook, eu já olho com muita desconfiança, no geral, sempre tem que checar. Tem muita informação falsa e distorcida assim, eu acompanhei no ano das eleições, nossa... essa rede de *fake news* que segue estruturada, a mesma que elegeu o Bolsonaro e segue estruturada para manter os eleitores

acreditando nisso e enganando mais pessoas ainda, assim, e também me assusta bastante ver o Google como dono da verdade. Como tem sites que checam as notícias, mas quem garante que eles são confiáveis também? Quem diz o que é verdade? (P3, 29 anos).

[...] tem coisas que é verdadeira, mas tem coisas que não é verdadeira, que aí envolve laboratório, envolve farmácia, essas coisas aí [...]. [...] a informação que a gente tem que a gente não pode confiar na [Internet], por exemplo, uma planta, uma erva medicinal, ela não é confiável, assim muito confiável, nem tudo que está na Internet é confiável. [...] a gente pesquisa os benefícios do mel, do agrião, de muitas coisas, só que a gente pesquisa, mas fica com um pé atrás, porque nem tudo é verdade, porque se a gente não conhece bem a planta ao invés de fazer um remédio a gente pode fazer um veneno, pode ajudar como pode prejudicar. Daí a gente procura mais fazer as coisas porque tem que fazer com segurança, não pode fazer uma coisa que vá prejudicar alguém, a gente só faz mesmo se tem certeza, senão a gente nem se bota (P7, 54 anos).

É interessante perceber, nas duas primeiras falas, a associação que as participantes fazem do Facebook com as *fake news*. Acreditamos que o fato de a plataforma ter sido palco recente de uma enxurrada de notícias falsas alavancou o debate sobre o problema em diversos canais de comunicação, tornando o tema mais familiar às pessoas. Conforme observa Amarante (2020), o termo *fake news* se popularizou durante a eleição presidencial de 2016 nos Estados Unidos, já que esse foi um dos recursos de campanha adotados por Donald Trump para vencer a disputa. No Brasil, o mesmo ocorreu na eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República em 2018. E, mais recentemente, o fenômeno voltou a se repetir durante a pandemia do coronavírus, com informações sobre saúde. O significado do termo *fake news* possui variações, incluindo desde a fabricação de conteúdos mentirosos com a clara intenção de prejudicar pessoas ou instituições até o uso de sátiras sem potencial para enganar ou atingir terceiros.

Nesse sentido, nos chama a atenção a fala da participante mais jovem do grupo de entrevistadas:

Em geral, eu dou uma pesquisada no Google e se foi alguém, em geral, dos movimentos que postou, eu já confio mais, porque, em geral, a informação foi checada antes de mandar. Mas, em geral, se ninguém postou dou uma pesquisadinha no Google para ver se é verdade, se está em mais sites ou não. Mas vejo muito padronizado, toda a informação, tu vê um meme ou alguma... eu participo de grupos de trocas de sementes, em geral, a informação que está ali é a mesma pra todo mundo quase, bem padronizada [...]. Se tu posta, por exemplo, um grupo recebeu, todos eles sabem mais ou menos a mesma coisa e também tem um meio que, são os algoritmos né, que se usa também pra manipular de certa forma as informações, como quando foi o golpe da Bolívia, como se usou na época o tema dos incêndios pra mover os próprios movimentos sociais em manifestações que foram usadas contra o governo, como esse meio de manipulação está preparado para qualquer tipo de pessoa, está tão personalizado, porque quem que não vai ir numa marcha pra salvar a Amazônia, mas que discurso vazio é esse, quanto foi na época as manifestações contra a corrupção. Então, está tão pensado como quem está pela causa indígena tinha essa, aí a Calavalo, como é o nome dela?... Logo tem uma indígena que é a favor do Bolsonaro para falar pela causa indígena, então é delicado, me dá medo, enfim. Então eu estava vendo com

essa linha de informações que aparece ela pode mover emocionalmente a gente, uma vez foi uma preocupação muito forte que eu tive por até que ponto eles sabem como nós estamos emocionalmente e como eles podem usar isso para que a gente fique bem ou pior, que é o que é mais favorável para indústria e para o comércio (P3, 29 anos).

Podemos perceber nessa fala uma compreensão bastante desenvolvida do processo de busca e avaliação da informação ao mencionar o uso do Google para checar as informações, a questão dos algoritmos e, principalmente, uma compreensão clara de como a informação pode ser manipulada para o alcance de determinado objetivo. A fala desta participante refere-se basicamente aos muitos filtros existentes na Internet que impedem que visões conflitantes alcancem as pessoas e que as isolam em sua própria bolha de informação. Essa bolha, de acordo com Fernández-García (2017), dificulta o acesso a informações que podem desafiar ou expandir a visão de mundo e, portanto, tem implicações negativas para o discurso cívico.

A exposição a conteúdo informativo limitado faz com que as pessoas acreditem que suas ideias se alinham com a visão dominante. Os filtros de bolha podem ser encontrados no Google, plataforma que refina os resultados da pesquisa com base nas consultas anteriores dos usuários e nos links que eles seguiram, além de rastrear mais de 57 variáveis (por exemplo, marca do computador acessado, localização, software usado) para determinar os resultados de pesquisa que serão mais relevantes para cada pessoa. O Facebook também rastreia entre os cliques de seus usuários o que eles compartilham e os contatos com quem eles interagem, bem como informações sobre os dispositivos eletrônicos dos quais eles acessam, compram informações e transações dentro dos serviços do Facebook ou informações fornecidas por parceiros dessa rede social. Com todos esses dados, personaliza-se o conteúdo que mostra a cada usuário (FERNÁNDEZ-GARCÍA, 2017). Deste modo, as pessoas acabam consumindo informações ajustadas ao seu modo de pensar. O efeito disso é mais forte em informações com conteúdo emocional e em crenças firmemente enraizadas.

Assim como a Participante 3 afirma ter medo dessa manipulação informacional, outras participantes têm falas marcadas por muita insegurança e dúvidas sobre o “como fazer”, mesmo sabendo da necessidade de avaliar as informações:

[...] a gente fica assim com um pezinho atrás, porque as vezes a gente ouve alguma coisa assim que estaria meio fora da realidade, então não dá para confiar cem por cento não [...] (P2, 71 anos)

O que vem na cabeça é que as pessoas confiam muito, escutam qualquer coisa e acreditam então eu geralmente não acredito, mas a questão da *fake news*, sei lá, pode ter coisa que eu acreditei que era, mas geralmente eu não acredito muito nessas coisas, na notícia na primeira vez. Alguma vez eu pesquisei, mas outras vezes eu desconsidero, alguém inventou isso e pronto, deixo de lado (P5, 51 anos).

[...] aquilo que te falei antes, porque tinha dúvida: mas eu posso abrir isso aqui, posso ver, será que não vai me prejudicar, será que tem garantia nisso? Então eu sou muito, não sei se sou segura, eu tenho que ter certeza mesmo se é confiável, se não é, não vou dizer que já não entrei em alguma coisa mais assim, mais é aqueles trotes que eles dão, mas assim a gente já sabe lidar com eles e tal [...]. [...] Também, porque é assim, eu tenho muitos livros sobre saúde também, mas daí para ver se é isso mesmo ou o que então eu vejo lá nos livros e vou me certificar se está na pesquisa é isso mesmo ou então lá na Internet não é aquilo que eu tenho nos livros, tenho dúvidas, para gente também ter uma clareza do que é e do que não é também [...]. [...] Eu não tenho certo, mas não sei quanto por cento que ela é confiável, porque tem que analisar conforme o dia a dia da gente também. A questão, por exemplo, da pandemia agora, é agora a questão política, parece que essa doença já está desaparecendo, só que eu quero ver alguns dias quando retoma de novo se ela exatamente diminuiu ou ela cresceu, então os meios de comunicação têm que ver mesmo para acreditar, porque senão a gente cai logo na jogada deles (P8, 71 anos).

Eu acho que *fake news* é isso né [...]. [...] muita coisa assim que a gente vê assim que a gente dúvida muito, que a gente garante que isso é coisa errada. Esses tempos também tinha sobre a pandemia ali, circulava uns vídeos que até acabaram postando num grupo ali, aí alguém já se posicionou: olha gente isso aí é *fake news*, isso aí não é verdade. Então, mas achei que aquilo era fora da realidade e tal, eu já tinha entendido que aquilo não podia ser verdade (P10, 51 anos).

Com base nestas falas, percebemos que a maioria das participantes não têm clareza dos critérios que podem ser utilizados para avaliar a confiabilidade das informações. Nesse sentido, podemos dizer que a avaliação da informação envolve verificar a qualidade, a atualidade e o seu valor, de modo a assegurar que seu uso não produz resultados equivocados e incompletos (CILIP, 2020).

A falta de habilidades para avaliar a informação, por vezes, acaba limitando o ato de compartilhar informações e de usar alguns serviços online. Nas falas a seguir, percebermos que as participantes buscam compartilhar somente aquilo que é recebido por intermédio das organizações ou pessoas conhecidas:

A gente compartilha quando a gente sabe de onde vem né, o que é e para quem vai, senão a gente não compartilha (P8, 71 anos).

Ah se tem cultura, alguma coisa assim que tem cultura e informação né, mas é isso né. Mais casos, as vezes assim né que a gente... me interessa assim que daí faço essa seleção de casos assim, de coisas assim que a gente vê que as organizações postam né, o próprio movimento de mulheres, as organizações em si né, então quando eu vejo que é esse pessoal que está postando e tal, daí a gente... dou uma parada e leio, senão não. [...] eu vou pela intuição, quando eu acho que..., mas eu não faço uma pesquisa para ver se é verdade, não é verdade (P10, 51 anos).

[...] quando eu vejo que é uma coisa boa, vejo que realmente dá para compartilhar, eu compartilho sim, principalmente quando vem um trabalho das mulheres camponesas, quando vem dos assentamentos (P2, 71 anos).

O mesmo ocorre com a Participante 4 que evita acessar determinadas informações por medo de ser enganada, como supõem-se que já aconteceu em outros momentos:

Que as informações falsas que vieram na campanha para presidente e as meninas sempre dizem que um site, uma coisa que a mãe não conhece, não entra. Daí eu procuro não entrar em nada assim no Face, para não ser enganada. Eu pergunto para minha filha, mas procuro assim não entrar em nada, só em pessoas que eu conheço que eu confio (P9, 63 anos).

Nesse sentido, a Participante 7 disse que não realiza, por exemplo, o pagamento de contas por meio de serviços digitais, que normalmente facilitam ou agilizam algumas tarefas do dia a dia:

Não, nem um assim, porque eu não sei se é seguro, porque tem tantos golpes e coisa assim que é melhor ir ao vivo e em cores e deu [...] (P7, 54 anos).

De fato, esse tipo de atividade envolve a compreensão das limitações dos recursos na Internet e o desenvolvimento da competência em informação. As habilidades de pensamento crítico são essenciais para evitar fraudes online e por telefone e para se proteger de transações fraudulentas (CILIP, 2020).

Em função das dificuldades aqui apresentadas para avaliar de forma efetiva e ética a confiabilidade das informações, as participantes acabam ou não realizando determinados processos ou desenvolvendo formas alternativas para proteger-se dos danos causados por informações falsas. Uma dessas formas refere-se a perguntar e/ou a compartilhar as dúvidas com pessoas de confiança, tanto na família como no próprio MMC, que é uma fonte de informação segura para as participantes da pesquisa:

[...] no Movimento tem a coordenação que eles sempre estão atrás das informações, as vezes tem alguma notícia assim que a gente está em dúvida, eu tento sempre entrar em contato com a coordenação do MMC e coisa assim porque é uma fonte segura para mim [...] (P1, 49 anos).

Na verdade, quando eu vejo que não é muito correta ou coisa assim, responder ali não, mas eu comento com as pessoas, se a gente tem oportunidade de comentar com alguém, eu comento isso com as pessoas, porque não dá para confiar muito nisso, ir atrás disso, é melhor a gente cuidar um pouco (P2, 71 anos).

Na hora que a gente clica no *link*, daí os meus filhos ensinaram que se aparece o cadeado lá é uma coisa segura, também tem que ver o site essas coisas, mas isso eu nunca faço sozinha, sempre pergunto para eles, e dificilmente eu compartilho alguma coisa que eu vi na Internet, só se é uma mensagem, [...] uma coisa bonita, que eu tenho certeza que é, não de, tipo essas notícias arredor do mundo assim eu não sou muito de compartilhar, dificilmente eu compartilho (P7, 54 anos).

Embora o ato de perguntar e compartilhar somente aquilo que é recebido por intermédio das organizações sejam estratégias válidas, que podem ser consideradas como parte do processo de desenvolvimento da competência em informação no contexto aqui estudado, isso evidencia, mais uma vez, a dependência que algumas participantes possuem de outras pessoas para a sua própria informação. Na falta dessas pessoas que lhes ajudem, poderão sofrer algum prejuízo causado pela desinformação, pelas *fake news* ou golpes realizados por meio do uso das

tecnologias. Isso também significa que essas participantes não conseguirão orientar outras mulheres de forma que a competência em informação seja desenvolvida coletivamente.

As análises aqui apresentadas denotam diferentes níveis de competência em informação entre as participantes, sendo que as mais jovens apresentam um nível maior. Como podemos perceber, o uso eficiente das TIC e da Internet está condicionado às habilidades para buscar, avaliar e comunicar as informações, de modo que isso não afete negativamente a vida das mulheres, deixando-as mais vulneráveis. Essas habilidades são parte essencial do direito de acesso à informação, fundamental para uma cidadania socialmente ativa e para o desenvolvimento de sociedade democráticas, conforme argumenta Cuevas-Cerveró (2020).

#### 3.4.4 Capacidade analítica e interpretativa da informação

Outro tema importante que emergiu das narrativas das participantes da pesquisa foi a percepção que elas possuem da manipulação informacional, a qual podemos atribuir a capacidade analítica e interpretativa da informação, bem como, ao desenvolvimento político que ocorre no âmbito do MMC.

Sobre isso, reiteramos que a informação é considerada um elemento constituinte da cultura de um grupo, mas ela nunca é neutra. Encerra componentes pessoais, sociais culturais e/ou ideológicos que precisam ser adequadamente identificados e interpretados a fim de que se possa produzir conhecimentos que beneficiem as pessoas e a sociedade (VITORINO, 2020). “A informação é em si ambivalente, tanto em quem a pronúncia, quanto em quem a recebe. Em todos os momentos passa pelo filtro da subjetividade” (DEMO, 2000, p. 41).

A capacidade analítica interpretativa da informação, assim como as habilidades para avaliar e comunicar, é um elemento resultante do desenvolvimento da competência em informação, essencial ao processo de empoderamento das mulheres, conforme discutimos sob o enfoque das dimensões ética e política da competência em informação. Trata-se de uma capacidade fundamental para lidar com a natural característica de ambivalência da informação (DEMO, 2000), não deixando-se manipular ou enganar.

As falas a seguir demonstram a compreensão de manipulação informacional das participantes:

[...] eu penso assim, que a informação manipulada, [...] se ela é pra... como é que eu vou dizer, por um exemplo para o governo, para quem está no poder, se é para o bem deles a informação está aí e se é para o mal, para uma coisa ruim para eles, eles não vão divulgar, eles vão esconder, e assim é nos livros, na escola, nem tudo que está lá é verdade, até as coisas de ciências que deveria ser uma coisa certa, é manipulado né (P7, 54 anos).

Ainda as vezes eu me sento para assistir o jornal [risos] com o filtro bem grande assim, ligado [...]. [...] busco também filtrar os meios de informação [...]. É sempre um filtro com base nas informações que eu já tenho, como a minha mãe assiste o jornal local, agora faz dias que eu não assisto, e o nacional, então sempre olho, mas com qual intenção que eles estão divulgando isso agora, enfim, bastante nesse sentido. O que realmente isso... é vantagem, isso nos afeta como, enfim, bastante esse filtro de esquerda [risos] (P3, 29 anos).

Eu vejo assim na TV que eles torcem para o lado que interessa para eles, ela tem um fundo de verdade, só que, por exemplo, tem a sua verdade, só que ela tem uma coisa torcida, eles dão mais destaque para o que interessa a eles, para certo grupos digamos, e querem que o povo acredite nisso, no que interessa para eles, então eles torcem, montam, espicham, dão mais enfoque naquilo que interessa, e querem que o povo acredite naquilo que interessa para eles, eu vejo um pouco assim televisão, não vejo que tudo é falso, tem a sua verdade, mas que interessa, que quer que o povo saiba aquilo, então eles dão mais tempo para aquilo. [...] E no rádio também, no rádio também tem isso, porque se o dono da Rádio é um capitalista, ele vai puxar para o lado dele com certeza, então nem tudo é *fake*, mas nem tudo é verdade (P5, 51 anos).

Como podemos perceber nessas falas, há uma ênfase na manipulação telejornalística e relacionada à política. Nesse sentido, Demo (2000) explica que

todo processo informativo é manipulador, porque seleciona a informação disponível, além de a interpretar hermenêuticamente. Esta é marca do conhecimento como tal: à medida que conhece a realidade, destaca nela o que o método pode captar, além de impingir interpretações orientadas pelo interesse, por vezes escuso. Como não é possível fugir da manipulação, o que de melhor conseguimos até hoje é montar estratégias abertas de controle, sabendo que controle total é impraticável, sobretudo indesejável.

No que diz respeito ao jornalismo, à desinformação e à manipulação, a UNESCO (2019) enfatiza que, no contexto atual, o risco principal é de o público poder vir a descrer de todo o conteúdo. Nesse cenário, as pessoas provavelmente acreditarão em qualquer conteúdo aprovado pelas redes sociais e que se assemelhe aos seus sentimentos, mas deixarão de lado o envolvimento racional. Já podemos perceber, na atualidade, os impactos negativos das crenças ou descrenças sobre saúde, ciência, compreensão intercultural e a condição da experiência autêntica. Esse impacto no público também é especialmente preocupante para as eleições e para a própria ideia de democracia como um direito humano. O que a desinformação procura, particularmente durante uma pesquisa eleitoral, não é necessariamente convencer o público a acreditar que seu conteúdo é verdadeiro, mas sim impactar a definição das prioridades (sobre o que as pessoas acham importante) e turvar as águas informacionais para enfraquecer os fatores de racionalidade nas escolhas eleitorais. Igualmente, as questões de migração, alterações climáticas e outras podem ser significativamente impactadas pela incerteza resultante da desinformação, da informação incorreta e da manipulação.

Nesse sentido, a Participante 10 enfatiza a dificuldade em identificar o viés informacional de modo a não se deixar manipular:

Olha, que nem eu te falei, da TV a gente as vezes tem uma opinião que não é fácil de tu identificar se é, tem muita coisa, muito jogo de interesse ali então, eu não confio muito, principalmente da TV. O rádio até um pouco mais, porque é mais local aqui, a gente conhece também um pouco a posição das pessoas que tão na rádio, que falam, então é um pouco mais confiável. Mas a gente costuma dizer que a nível de TV, os jornais, que nem os jornais do SBT, da Globo tem muito jogo de interesses, as vezes eles querem que tu tenha a opinião deles e tal, então eu não confio nos jornais. Se a gente for ver né, condenaram o Lula, uma hora o Lula era inocente e um monte de coisas né, bom primeiro o jornal faz com que todo mundo incrimine um cara e depois chega a dizer que não. Então assim é difícil né, eles tem alguns ídolos que esses aparecem sempre bonitinhos e tal e alguns que não é interesse do grande capitalismo ali, eles acabam condenando e tal, eu não confio, as vezes a gente tem que ter outros meios assim, que nem eu falo, pessoas ligadas aos movimentos, as cooperativas e tal que é mais fácil da gente compartilhar conhecimento e que seja mais confiável do que na TV. Mas o rádio sim, o rádio é mais confiável, apesar de que as vezes eles gostam de sensacionalizar alguns casos e tal, mas isso é mais quando é acidentes que eles fazem um grande alarme, mas no mais assim tenho mais confiança nos locais (P10, 51 anos).

O que vemos é que as novas e poderosas tecnologias simplificam a manipulação e a fabricação de conteúdo. E, as redes sociais ampliam drasticamente as falsidades propagadas por políticos populistas e entidades corporativas desonestas, pois são compartilhadas por pessoas não críticas (UNESCO, 2019).

Essa questão está relacionada com o que discutimos anteriormente, sob o enfoque da dimensão política da competência em informação. Ou seja, trata-se da necessidade de desenvolver habilidades participativas e serem competentes em informação para além do nível técnico, de forma a conseguir olhar além da superfície do discurso, compreender ideologias e agendas implícitas à informação (ANDERSEN, 2005). Isso implica também, conforme Saunders (2017), compreender que a informação é criada dentro das estruturas de poder que impactam na produção e disseminação.

O acesso a informações precisas e relevantes, bem como, a consciência crítica sobre a realidade que as cerca, são atributos que tendem a contribuir para o empoderamento das mulheres rurais, ampliando a participação em diversos espaços e a capacidade de tomar melhores decisões individuais e coletivas para suas vidas, levando em conta uma variedade de fatores relacionados à economia, recursos, educação, cultura e engajamento político (FAO, 2014).

Assim, as habilidades para usar a informação e analisá-la de forma crítica são extremamente necessárias no contexto de vida das participantes da pesquisa e, portanto,

precisam ser desenvolvidas com mais afinco de modo que elas não passem a descrer de tudo o que veem.

### 3.5 MUDANÇAS PROFISSIONAIS, SUBJETIVAS E DE VIDA (TER E QUERER)

Esta categoria de análise engloba aspectos relacionados às mudanças profissionais, subjetivas e de vida percebidas pelas participantes a partir da aquisição de informação (ter) e do envolvimento no movimento de mulheres.

A construção de subjetividades, sejam individuais ou coletivas, é marcada por dispositivos de individualização induzidos historicamente na cultura ocidental e sua absorção por estruturas de opressão e relações de poder institucionalizadas (VASCONCELLOS, 2003 apud KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Dessa forma, compreendemos que mudanças subjetivas, no âmbito pessoal e profissional, podem ocorrer por meio da aquisição de novas informações e da aprendizagem em conjunto com as novas formas das mulheres se autoperceberem a partir da reflexão crítica.

O “querer”, na perspectiva humana e cidadã, envolve a aprendizagem. Trata-se do decidir e desejar aprender (SATUR; SILVA, 2020) pois não existe aprendizagem a força. Quando falamos em aprendizagem, comumente pensamos que é assunto para professor e aluno, de preferência discutido dentro da escola. Entretanto, Satur e Silva (2019, p. 19) esclarecem que “na sociedade da informação, a aprendizagem ocorre o tempo todo e é algo necessário para todos”. Trata-se de uma condição contínua, uma vez que, a competência em informação é requisito dessa sociedade (SATUR; SILVA, 2020). Além disso, o “querer fazer” está relacionado com o conjunto de aspectos motivacionais responsáveis por se a pessoa deseja ou não realizar algo. São fatores de natureza interna e/ou externa à pessoa (DULZAIDES IGLESIAS; MOLINA GÓMEZ, 2007).

Deste modo, destacamos aqui os ganhos relacionados aos novos conhecimentos adquiridos, às mudanças individuais, à gestão e uso do tempo, mudanças no cuidado com a saúde, as mudanças no ambiente doméstico, bem como na percepção de liberdade e de autonomia. Muitas dessas mudanças são resultado da autoconfiança, da autovalorização e da capacidade de reivindicar melhorias no âmbito familiar estimuladas pelas vivências e aprendizagens no interior do MMC.

As falas desta categoria são analisadas, portanto, sob o ponto de vista da dimensão estética da competência em informação, no que diz respeito a internalização dos conhecimentos,

aos sentimentos e às experiências interiores, e do empoderamento individual, considerado pré-requisito para o coletivo.

### 3.5.1 Novos conhecimentos e mudanças profissionais

Enfatizamos, nesta subseção, os novos conhecimentos adquiridos pelas participantes que dão sentido as mudanças profissionais. O processo de construção de conhecimento é compreendido, sob o ponto de vista de Le Coadic (2004), como um fenômeno intrínseco ao indivíduo, que é gerado a partir da identificação de uma lacuna em nosso estado de consciência. Nesse sentido, o autor considera a informação como propulsora de novos conhecimentos.

As mulheres rurais, na América Latina, são consideradas, de acordo com Nobre et al. (2017), as principais responsáveis do processo de transmissão, de geração em geração, da informação. Esse processo abarca desde a perpetuação da história de seus povos até os saberes técnicos, como o manejo agroecológico, a seleção das sementes, a reprodução de plantas em extinção ou os usos medicinais das ervas.

A transmissão de informações e do conhecimento sobre as técnicas de trabalho produtivo e reprodutivo (doméstico e de cuidados) começa ainda na infância, conforme refletem as seguintes falas:

[...] assim plantar de tudo, as coisas assim, eu já aprendi desde criança, e..., era eu que sempre ia ajudar plantar cebola, alho, batatinha, amendoim, tudo que a gente produz assim para o consumo da gente é já desde criança [...] (P1, 49 anos)

[...] sempre aprendi tudo com minha mãe, o pai faleceu eu tinha quase 5 anos. Daí tinha aprendido com ela tudo, todo o serviço assim, plantar [...]. [...] além de a mãe ser agricultora e eu também, a mãe era costureira e eu também. Eu sempre tive uma tripla jornada, ia de dia na roça, nos dias de chuva, na hora do meio-dia e de noite, costurava (P4, 63 anos).

[...] Ah, eu faço bordados, eu faço costuras, eu não aprendi costurar né, não tive curso, é tudo coisas que eu aprendi com a mãe [...] (P7, 54 anos).

Esse fato é explicado por Stropasolas (2006, p. 210): “na agricultura familiar, as crianças aprendem a conviver com a realidade do trabalho desde pequenas, associando trabalho e manifestações lúdicas”. Além disso, são estimuladas, desde cedo, a compreender a importância do envolvimento de todos os membros da família no trabalho e assumir algumas tarefas, de forma a se tornarem comprometidos e responsáveis (STROPASOLAS, 2006). Com base nisso, percebemos que esse processo de aprendizagem ocorre na interação com os membros da família, no caso das meninas, principalmente, com a mãe, diferente de outras profissões em que a aprendizagem técnica começa na fase adulta, por meio de conteúdos teóricos.

Quando adultas, observamos que as mulheres rurais aperfeiçoam o que começaram a aprender desde pequenas ao terem acesso a novas informações. Nesse sentido, o MMC é apontado pelas participantes como um espaço que propicia tanto o aperfeiçoamento daquilo que elas já conhecem como a aprendizagem de novos conhecimentos técnicos, como observamos nas falas a seguir:

[...] plantar as coisas eu aprendi desde criancinha com minha nona que sempre morou junto e com a mãe, eu sempre desde os seis, sete anos, eu sempre estava na roça assim. Mas assim trabalhar melhor, para o produto vir melhor, ter melhor informação, como fazer as coisas para ela dar certo, eu aprendi bastante coisa no Movimento (P1, 49 anos).

[...] eu trouxe isso da minha mãe, do meu pai, porque a gente não comprava remédio, antigamente era tudo a base de chás, então eu fui observando isso, eu fui cuidando, como é que se diz, eu fui engavetando isso e depois dentro do Movimento Sem-Terra a gente teve uma monitora muito formada assim sobre as plantas medicinais e sobre a produção de alimentos saudáveis, a dona Ilce, que hoje a gente não tem mais ela, mas era uma mulher muito formada, muito entendida sobre isso, então eu trabalhei com ela, eu fui pro setor dela, da saúde, eu aprendi muito com essa companheira (P2, 71 anos).

[...] eu casei já com 26 anos, a gente já tinha bastante experiência da mãe, por mais que eu trabalhava mais na roça mesmo, eu não ficava muito em casa, mas a gente aprendeu com a mãe. Daí depois a gente deixou um pouco, mas com o entrar no Movimento de Mulheres Camponesas a gente recomeçou tudo de novo. A gente já tinha aquela experiência antiga né, mas olha o Movimento de Mulheres desperta muita coisa boa na gente, meu Deus, eu aprendi ser mais mulher depois que eu entrei no movimento (P6, 74 anos).

Que nem essa forma de fazer sabão e que nem o queijo, vem de geração em geração, a gente vai aprendendo. E as dicas que a gente ganha nos encontros do MMC ou com as amigas assim, porque quando a gente vai num encontro de formação do MMC, por exemplo, lá tem determinado assunto, que aquele dia vai ser falado sobre algum assunto, só que a gente não aprende só isso, a gente aprende, conversa entre as mulheres, a gente troca dicas, essas coisas [...] (P7, 54 anos).

Olha, para mim, para nós as mulheres com quem a gente fala, o Movimento foi e continua sendo um, se a gente não fez faculdade, mas essa é uma faculdade que começou e não vai terminar. Então a gente aprendeu muito, aprendeu muito, e está aprendendo ainda mesmo agora com essa questão do isolamento, mas a gente sempre tem as orientações para leitura, para o trabalho, contribuir nas reuniões e assim por diante (P8, 71 anos).

A aprendizagem de novos conhecimentos técnicos e práticos por meio das formações do MMC e da troca de experiências entre as outras mulheres são fatores que as motivam a participar cada vez mais do Movimento. Alguns depoimentos dessas mulheres, transcritos abaixo, nos permitem observar o entusiasmo das participantes ao falarem do MMC:

[...] eu conheci o Movimento foi ainda em 2000, que eu fazia o Terra Solidária e junto comigo, tinha umas mulheres, tinha uma mulher que participava do Movimento e ela me convidou pra uma mobilização em Florianópolis e eu fui, e daquele dia em diante eu sempre participei, porque, além dos conhecimentos que a gente adquire lá no grupo junto, a gente tem novas amizades, a gente faz troca de receitas e trocas de sementes, a gente recupera sementes que era da minha infância e nunca mais via, de repente lá

no Movimento tem alguém que tem ou lá no Movimento mesmo tem a banca de sementes (P7, 54 anos).

[...] o que motiva é esse espaço que a gente tem para o conhecimento, então depois foi feita oficina de sementes crioula, de hortaliça, principalmente de hortaliça, foi a primeira formação que eu tive do Movimento foi na área de produção de hortaliças, de colher sementes, de valorizar de a gente ter a nossa semente né, então a gente faz troca com as outras companheira, a gente leva e troca, então isso no começo foi a parte principal que motivou, depois também tem a questão das plantas medicinais, que a gente estudou, fez formação, e depois várias outras áreas também [...], questão dos direitos, a Previdência, o SUS, um pouco também a gente estudou história, história do Brasil, história da humanidade, enfim, eu fiz um curso ligado a UNOCHAPECÓ que tratava a realidade brasileira e foi um curso assim bem intensivo que é a história, como se deu desde o começo da agricultura, a importância que a mulher teve para o começo da agricultura, para saber coletar a semente, guardar para produzir novos e também é a questão da não-violência que é discutido bastante contra mulher no movimento, assim do conhecimento da gente saber o que é violência, como é essa violência, que não é só violência física assim e também da comunicação no movimento, a gente mudou bastante, melhorou, de consegui participar de várias coisas, conseguir falar, estar aqui fazendo *live* pelo celular, então acho que o movimento ajudou muito para mim nisso também, de conseguir falar [...] (P5, 51 anos).

[...] motiva porque lá tu tem o conhecimento, porque tu não pode ficar parada, tem que evoluir, tem que ir atrás mesmo a gente sendo da roça [...] tem que buscar novas alternativas, novas experiências. Não pode ficar parado no tempo porque as coisas evoluem, as tecnologias evoluem e também tem que se especializar um pouco e ir atrás, ir fazendo, aprendendo. Mesmo que muitas dizem assim: eu não vou mais porque eu já estou velha. Mas não é assim, tem que mesmo sendo com idade, tem que correr atrás que para alguém tu deixa, se é para as filhas, para os netos, a tua experiência que tu pode passar tu consegue aprender lá no grupo, mas é bom assim (P9, 63 anos).

Essas falas endossam a percepção de Hooks (2002) de que a pessoa empolgada com o aprendizado pode usar o conhecimento para transformar positivamente o mundo em que vive. Percebemos também que quanto maior é o ganho em conhecimentos, mais estimuladas as mulheres se sentem para buscar novos conhecimentos. Trata-se do que afirmam Costa, Alves e Silva (2018, p. 412), ou seja, o empoderamento “tanto pode ser promovido pelo uso crítico da informação, como pode ser promotor do sentido contrário”. Isso também faz com que elas estejam ativamente participando em diferentes espaços sociais, como percebemos nos trechos a seguir:

[...] o que aparece a gente está participando, [...] do que depende da gente, o que é necessário para gente assim o que é bom para família, cursos assim sobre artesanato, cursos sobre alimentação, assim eu fiz aqui no município panificação, cursos sobre derivados de frango, de suínos, enfim, assim tudo que é bom para gente que a gente precisa dentro de casa eu estou participando. [...] eu penso assim a gente nunca sabe tudo, nunca aprendeu que chega, então quando aparece assim, tendo vaga eu estou participando [...] (P2, 71 anos).

Daí assim, eu fui também professora, eu lecionei 11 anos no interior, daí me diziam assim: você vai aproveitar esse estudo para lecionar? Aí em dizia: não, eu acho que, na verdade, eu não vou ser professora direto na escola, mas isso vai me ajudar para minha vida, para a família, porque isso não é dentro de quatro paredes, vai além né. Então, e mesmo porque eu sou ministra da eucaristia também, então isso

também é uma parte boa que ajuda a gente, porque através disso também vai adquirindo mais conhecimento. O polo foi muito bom, os professores eram bons, nós estávamos num grupo de quatro e nós apresentava os trabalhos muito bem, eu sempre me sobressaia [...]. E ainda hoje de vez em quando nós nos encontramos (P8, 71 anos).

A aquisição de novos conhecimentos leva a mudanças na vida profissional das mulheres. A Participante 1, por exemplo, relatou que conseguiu solucionar um problema que vinha ocorrendo nas folhas de couve e protegê-las de insetos:

[...] eu aprendi no movimento, fazer um produto assim que tem que colocar arroz, cozinhar o arroz, mas o arroz tem que ser arroz crioulo, não pode ser comprado, vai açúcar-de-cana também, aí tem um processo de quinze dias assim para o remédio ficar bom. Isso ajuda bastante, ajuda fortalecer [...] (P1, 49 anos).

A Participante 10 relata sobre como conseguiu melhorar a qualidade das sementes a partir de uma formação realizada sobre o tema:

o Movimento de Mulheres fez um curso de sementes crioulas e eu me inscrevi para participar desse curso. Ali a gente aprendeu um monte, para mim me abriu um monte de horizontes [...], eu aprendi bastante [...], esse aprendizado tem me ajudado até hoje com receitas, com variedades, entender um pouco todo esse processo, porque lá a gente aprendeu a polinização das sementes e como melhorar as sementes. Então isso me ajudou, essa parte ali do Movimento de Mulheres, esses cursos aí, depois a gente participava de seminários de sementes crioulas, troca de sementes, troca de mudas, [como fazer] algumas mudas e isso tem contribuído muito para o meu trabalho (P10, 51 anos).

Além disso, são percebidas diferenças nas propriedades de mulheres que participam e que não participam do MMC, conforme relata a Participante 3:

[...] eu vejo a transformação na vida das mulheres, como eu visito bastante famílias agricultoras aqui, busco sempre levar umas sementes, a gente sempre traz alguma coisa também, então eu vejo claramente a diferença na estruturação da propriedade que tem uma mulher que é participante do MMC e da mulher que não é. E não é uma questão de instrução, porque tem um caso aqui de uma mulher que é professora aposentada, professora de história, e ela está ali no campo e o espaço dela é só a horta, ela só planta a horta e o marido planta milho em tudo. E teve um ano que ela tentou plantar batata doce e o marido passa veneno, então era próximo do milho, ele passou veneno na batata dela, morreu tudo. Então vejo assim, uma conquista de espaço, de voz, de tomar decisões juntos: poxa, vou plantar batata doce aqui, vamos plantar batata doce aqui pra comer, então não vamos passar veneno ali. Enfim, que é bem diferente, é uma diferença importante, de atitude, de espaço, de voz também, por mais que por aí nem todas consigam que os maridos ajudem a lavar a louça, já é outra coisa, mas assim de ter a possibilidade de pensar juntos o cultivo já é um passo muito grande. Eu vejo a diferença na propriedade das mulheres, das camponesas e das que não são camponesas, e, em geral, é muito mais biodiverso também, porque nós sempre estamos trocando sementes, então sempre tem muita coisa nos jardins (P3, 29 anos).

Essa fala enfatiza mudanças que ocorrem a partir do desenvolvimento da capacidade de negociar e de tomar decisões na unidade familiar, que estão muito além da aprendizagem de práticas de trabalho. Conforme explica Gaspareto (2017, p. 160), no âmbito do MMC, por meio dos processos de lutas, práticas, experiências, seminários, oficinas as mulheres “vão elaborando

saberes e construindo suas próprias análises de intervenção na realidade, pouco a pouco estabelecendo leituras, fazendo confrontos às problemáticas vividas no campo”. O processo de construção de saberes, ou conhecimentos, a partir da experiência camponesa, é caracterizado por Gaspareto (2017), como ação pedagógica que é ao mesmo tempo ação política.

Assim, consolida-se o que descrevemos na seção 2.4.5 com base em Gohn (2001) sobre as aprendizagens no interior dos movimentos sociais do campo. Dessas aprendizagens, em nossa percepção, resultam as mudanças na vida das mulheres. E, onde há aprendizagem, há também o desenvolvimento da competência em informação, uma vez que ela consiste na experiência de usar a informação para aprender de diferentes formas (BRUCE, 2008).

Na próxima subseção, continuaremos discutindo as mudanças oriundas da aquisição de outros tipos de conhecimentos.

### 3.5.2 Mudanças individuais

Na subseção anterior, observamos o MMC como um espaço de aquisição de informações e aprendizagem de conhecimentos técnicos. Aspectos históricos demonstram também que o movimento se constitui, para inúmeras mulheres rurais vulneráveis, como um lugar onde elas aprendem a confrontar-se com as suas situações, a levantar as suas vozes e a atuar coletivamente em mudanças sociais e políticas (LASSAK, 2010). Isso significa que as mudanças na vida das mulheres transcendem o nível profissional, podendo ser observadas em diversos outros aspectos da vida. Sob esse enfoque, analisamos as falas das participantes da pesquisa quanto a essas mudanças.

Como podemos observar, as participantes percebem diversas mudanças individuais a partir do engajamento ao MMC. Uma dessas mudanças diz respeito ao falar em público:

[...] eu comecei a participar nas formações, nos encontros aqui, de alimentação saudável e nossa... muito lindo né, aí eu comecei assim falando em público também, vários bloqueios que a gente vai quebrando [...] (P3, 29 anos).

Cabe destacarmos sobre a questão de falar em público, que essa habilidade vem sendo, claramente, desenvolvida no âmbito do MMC, pois há uma compreensão das dirigentes, conforme o estudo de Boni (2004), de que o falar está associado à ideia de poder e a participação efetiva das mulheres em reuniões e espaços públicos, de uma forma geral. E que muitas mulheres têm dificuldades, porque foram socializadas para o espaço privado, ou seja, cuidar da casa, dos filhos e da lavoura (BONI, 2004).

Além dessa questão, na fala da Participante 3 observamos mudanças relacionadas à novas amizades, à troca de saberes, à aprendizagem sobre feminismo, ao encorajamento e ao impulso para sair de casa:

Mudou bastante no sentido de que no começo eu estava bastante isolada aqui, bem sozinha, então fiz muitas amizades no movimento e umas amizades assim com umas mulheres que dá muita alegria em compartilhar com elas. E é uma troca de saberes muito importante, então, aprendi muito com o Movimento de Mulheres Camponesas e saberes práticos para o dia a dia e também aprendi mais sobre feminismo, tem os grupos de estudos também, então é uma formação para vida, não te dá nenhum título para o currículo, mas é uma formação incrível com o Movimento, em todos os sentidos, desde coragem de falar em público, que eu era... nossa... era muito tímida, eu nem falava direito assim, então na viagem comecei a aprender a me comunicar melhor assim e depois com o MMC mais (P3, 29 anos).

Participante 2 percebe que passou a ter voz e reconhecimento após engajar-se aos movimentos sociais:

[...] eu vou começar com a minha história a partir do momento em que eu comecei realmente a ser ouvida, reconhecida, porque antes, na verdade, antes dos movimentos sociais, por isso que eu estou engajada e adoro e participo dos movimentos sociais num todo assim, no Movimento Sem-Terra, no Movimento de Mulheres Camponesas, porque assim a gente antes não tinha voz, nem vez, quem fazia era o homem, quem comprava era o homem, quem vendia era o homem, quem fazia negócio era o homem, a mulher era trabalhar, trabalhar, trabalhar e não tinha direito a nada (P2, 71 anos).

Da fala da Participante 10, emerge outro elemento importante: o sentimento de ser forte enquanto mulher. Este sentimento é acompanhado pela capacidade de saber reivindicar e pela percepção do “saber fazer”:

[...] ver que a luta vale a pena, porque ali a gente aprende reivindicar, a gente aprende a ser forte enquanto mulher, isso me ajudou muito e todo o meu trabalho que eu tenho assim na propriedade, de meter a cara, do que a gente é capaz de fazer, isso tudo eu acho que a maioria do que eu... desse meu lado assim de lutar, de meter a cara veio, uma boa parte disso tudo eu consegui através do movimento, me fortalecer (P10, 51 anos).

Já na fala da Participante 6, podemos observar o sentimento de valorização pessoal, bem como, a mudança na sua forma de pensar a relação com o marido:

[...] o Movimento de Mulheres desperta muita coisa boa na gente, meu Deus, eu aprendi ser mais mulher depois que eu entrei no Movimento. É porque a gente, quando eu casei, que a minha mãe era uma pessoa assim que, ela era daquele sistema antigo e o meu pai era uma pessoa muito legal sabe, ainda bem, porque se ele fosse uma pessoa muito machista, eu acho que a mãe tinha sofrido, mas ele não era, ele era uma pessoa assim que sempre colaborou com ela, mas ela não olhava por isso, ela dizia assim: olha [...], quando a gente casa a gente tem que obedecer o marido, a gente tem que ser aquela pessoa bem... a gente não pode querer dar plano, fazer as coisas por conta da gente, a gente tem que obedecer o marido. E era muito errado o que ela pensava, porque a gente não pode, claro tem que andar junto com o marido, isso aí, que eu me lembro disso assim, do começo de eu casada, que eu até não fazia isso, mas depois eu fui vendo, entrei no Movimento de Mulheres, aí a gente aprendeu que a gente também representa pessoas nesse mundo, não é só o marido né, então a gente,

até o bloco de nota fui eu que fiz, que daí era pra nós dois e os negócios, que nem quando nós estava fazendo financiamento, sempre foi no meu nome, [...]. Mas a minha mãe não era assim, ela dizia: deixa que o pai faz as coisas. Ele vai para cidade, ele faz os negócios, só que a coitadinha era analfabeta, mas ela foi muito inteligente e ela passou essa sabedoria para nós. [...] Eu achava que pelos dizeres da minha mãe, que a mulher tem que cuidar dos filhos, fazer o trabalho da casa e cuidar o máximo de uma horta e no mais, não é assim, o marido tem que ajudar a gente a cuidar da casa, tem que ajudar a gente a cuidar dos filhos, tem que ajudar a cuidar duma horta também e a gente pode ir pra roça, coisa que toda a vida eu fiz, nós sempre fomos muito companheiros (P6, 74 anos).

As mudanças relacionadas ao sentimento de fortalecimento dentro da família e da comunidade e o saber falar em público também são mencionados pela Participante 8. Mas, em sua fala, percebemos um elemento novo de fundamental importância para o processo de empoderamento: o reconhecimento da sua identidade. Ou seja, a percepção de que ela não é somente a esposa de alguém, ela tem nome e características que transcendem o seu estado civil:

[...] dentro da família, dentro da comunidade, isso só me ajudou, só fortaleceu, porque mesmo assim, até que eu era uma pessoa mais tímida na época, falar em público, nem pensava, falar com microfone, menos ainda, e isso foi tudo através do Movimento, a gente foi adquirindo e daí assim por diante. E mesmo questão do nome: você é quem? Eu sou fulana, mulher de fulano. Não, você tem um nome. Então quem eu sou? Eu sou [...] e assim por diante. Então a gente foi aperfeiçoando sempre mais, cada dia que a gente participava era um conhecimento a mais que a gente tinha (P8, 71 anos).

Também podemos observar, nas falas a seguir, mudanças relacionadas ao sentimento de liberdade e valorização pessoal:

[...] Daí comecei a participar das formações, das lutas e daí fui adquirindo, porque formação no MMC tu aprende muita coisa, aprende a se libertar, a te valorizar como mulher e tu aprende tudo o que é na agricultura, agroecologia (P1, 49 anos).

Porque assim as vezes eles pedem a opinião das mulheres, eles pedem a opinião, a partir dali eu sinto assim que eu sou valorizada. Eu vejo assim que tem algumas atividades assim e tal que uma vez era só os homens e agora eles [dizem]: a participação de uma mulher é importante e tal. Eu sou muito convidada a participar, ali que eu me sinto valorizada e a gente se sente bem e isso dá uma energia para a gente continuar, vê que vale também, vale a pena as vezes a gente deixar a casa, deixar de produzir financeiramente em casa, mas vale a pena porque é uma nova forma que a gente pensa em construir para as novas gerações (P10, 51 anos).

[...] eu acho que toda, não eu só, todas as pessoas tem que se sentir valorizadas, se sentir ouvidas, poder ser ouvidas, reconhecidas, porque assim eu vejo [palavra inaudível], não é só eu que posso, você também pode ser assim, porque a gente, como eu falei no início, as pessoas, a mulher era trabalhar, cuidar da casa, das crianças, eu tenho 9 filhos e assim a gente não dava opinião de nada, não tinha ... de resolver alguma coisa dentro da família, dentro da propriedade, mas assim era o homem que fazia, e era aquele costume, tinha que seguir aquilo que era dos antepassados, e a gente, eu vejo assim, as pessoas tem capacidade, uma capacidade fechada lá dentro, poderiam botar para fora, então eu luto bastante essa questão, como eu fui valorizada dentro do assentamento, as pessoas me conheciam, sabiam que eu tinha estudo: a [...] pode assumir esse trabalho, a [...] pode assumir a direção, a [...] pode participar disso porque ela tem estudo [...] (P2, 71 anos).

Então acho que esse foi um momento muito importante do MMC, no todo, porque também a gente se torna referência. Quem não é favorável ao movimento ou não pratica, não participa, mas tem uma dúvida lá: vamos ver com as mulheres do MMC, a [...], fulana. Em [...] a gente tem um grupo bom, então isso é importante porque é uma referência. Tem destaque na alimentação, no remédio, na pomada, enfim, naquilo que a gente sabe que é bom para a vida da gente (P8, 71 anos).

Por essas falas, constatamos que a percepção de valorização está associada à aquisição de conhecimentos sobre, por exemplo, alimentação e plantas medicinais, como nas falas da Participante 2 e 8, mas também ao desenvolvimento político e participativo, como destaca a Participante 10. Essa valorização sentida pelas mulheres é um indicativo importante de empoderamento, pois, ao longo da vida, e em função de como se dá a aprendizagem do trabalho nas áreas rurais, explicitada no início da seção 3.5.1, elas internalizaram, desde a infância, que os inúmeros “afazeres” realizados no contexto da agricultura familiar, não são trabalho, mas “ajuda” (STROPASOLAS, 2006).

Na fala da Participante 5, além de mudanças já mencionadas por outras mulheres, destacamos o sentimento de autoconhecimento e valorização tanto das capacidades como da condição de ser mulher agricultora, de autovalorização do corpo e autoestima. Outro aspecto importante desta fala refere-se à autonomia e ao desenvolvimento da capacidade de revolver problemas tanto relacionados a propriedade quanto aos filhos e a casa:

[...] com certeza teve mudança, no jeito de a gente ver as coisas, da gente falar, aquilo que eu disse de conseguir falar em público, de falar, mas falar o que é certo, não ir falar abobrinha também, e também o jeito de administrar a propriedade, de como lidar com os filhos, com os problemas que dá em casa, enfim, ajudou muito assim, mudou muito, e assim também a questão de perder a timidez, de estar se valorizando e de ver assim que a gente não é inferior ao outro por ser agricultura então nisso o movimento ajudou muito, que não é porque é agricultura que é inferior, [...] a gente tem que se valorizar pelo que a gente é, a gente tem limites, mas é capaz de muita coisa também [...]. E também essa valorização do corpo, de como se diz, de expor, mas não ser vulgar, de a gente valorizar o nosso corpo, de saber conversar, mas saber assim, como eu poderia colocar, que a gente não está usando um corpo, ter um corpo bonito também, mas não vulgar, nesse sentido que eu queria colocar (P5, 51 anos).

O autoconhecimento e a autoestima são essenciais na construção de conhecimentos emancipatórios, conforme discutimos sob o ponto de vista da dimensão estética da competência em informação. Boni (2013), em um estudo com mulheres ligadas ao MMC, também constatou que a participação no movimento é muito significativa para estas mudanças, principalmente, como contraponto à ideia generalizada, de senso comum, de que mulheres agricultoras seriam “atrasadas”.

Observamos aqui que as participantes percebem diversas mudanças individuais a partir do engajamento ao MMC, que, como vimos anteriormente, é uma fonte de informação

importante na vida delas. Essas mudanças só ocorrem quando a pessoa recebe ou acessa informações e reflete criticamente sobre a sua condição e o seu papel na sociedade, nos espaços em que vive. Isso acaba sendo visto como uma forma dela se apropriar das decisões que são tomadas em sua vida. Quando a pessoa passa a reconhecer que ela pode transformar sua realidade ao se apropriar das informações necessárias para o crescimento intelectual, psicológico ou social, entende-se que ela está em processo de empoderamento. O empoderamento também surge como um fator de liberdade para a pessoa que se mantém presa ao pensamento de que ela não é capaz de lutar pela melhoria da sua realidade (COSTA; FARIAS, 2021).

Cabe dizer ainda que as mudanças individuais aqui mencionadas têm relação com a perspectiva feminista adotada pelo MMC no desenvolvimento das práticas coletivas. Nesse sentido, corroboramos a percepção da Participante 3:

Tem coisas que transformam e coisas que não, só falar o discurso do feminismo não transforma muita coisa, acho que vai bem por isso, e o feminismo do MMC é muito vivido assim, também a discriminação que o MMC sofreu também, as mulheres sofreram por estar junto com o movimento, e tudo é bastante vivido então... enfim, tem propriedade no discurso, é diferente de só reproduzir o discurso (P3, 29 anos).

Sobre isso, pontuamos também que, em 2010, as militantes do MMC assumiram publicamente, pela primeira vez, uma postura feminista durante um encontro realizado na cidade de Xaxim (Santa Catarina), cujo lema foi “Mulher camponesa e feminismo”. A partir disso, as discussões sobre o que é ser camponesa e feminista foram crescendo e se aprofundando tanto dentro do movimento como no âmbito acadêmico (PAULILO, 2021).

O feminismo camponês e popular, de acordo com Paulilo (2021), apresenta proximidades teóricas com o feminismo marxista dos anos 1970, dada a importância à luta de classes e a rejeição ao modelo hegemônico capitalista. “Para o MMC, capitalismo e patriarcado se reforçam mutuamente, são sistemas imbricados e não independentes” (PAULILO, 2021, p. 262). Além disso, é um feminismo fundado na prática que enfatiza a defesa da agroecologia e a importância de romper as desigualdades no âmbito doméstico, duas preocupações secundárias no feminismo marxista anterior.

Conforme observam Samper-Erice e Charão-Marques (2017), coexistem na práxis e na construção discursiva do MMC duas condições: a de mulher e a de camponesa. Para essas autoras, estas duas condições, mesmo vistas como categorias, não se colocam como hierárquicas. Elas são percebidas muito mais como imbricadas. Isto tem influência relevante no

estabelecimento dos projetos políticos e nas práticas sociais associadas. A leitura é de que, para essas mulheres, as categorias as conformam, e são interseccionais.

Essa constatação reforça a importância de incorporar a perspectiva feminista, considerada a base do processo de empoderamento, a ações e programas que envolvam o desenvolvimento da competência em informação das mulheres.

### 3.5.3 Mudanças na gestão do tempo e no ambiente doméstico

Observar aspectos da gestão e uso do tempo é crucial para a compreensão das desigualdades de gênero no trabalho, conforme observamos na seção 2.4.1. Apesar de um dia ter 24 horas para todas as pessoas em qualquer lugar do mundo, os usos que homens e mulheres fazem do tempo de trabalho é distinto (BANDEIRA; PETURLAN, 2016). As mulheres ainda são as que dedicam mais tempo às atividades domésticas e de cuidados, embora também desenvolvam atividades produtivas.

O trabalho doméstico envolve, de acordo com Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 257) um “conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado de pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – envolvendo o trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”. Isso decorre das relações sociais de gênero e demanda a disponibilidade permanente do uso do tempo feminino. Para realizá-lo, Bandeira e Peturlan (2016) explicam que as mulheres se mobilizam não apenas em relação às suas habilidades físicas, mas em relação às dimensões emocionais e psíquicas. Essas dimensões exigidas pelo trabalho doméstico podem ocasionar transtornos mentais, dado seu nível de exigência e dedicação em atividades demarcadas pela repetição. O custo dessa carga mental se reflete nas dimensões materiais. Assim, a inserção social diferenciada de homens e mulheres tem sua origem e se legitima na divisão sexual do trabalho.

A quantidade de horas dedicadas ao trabalho remunerado, às atividades domésticas e de cuidado influenciam nas diferenças de papéis sociais e de poder desempenhados por mulheres e homens, bem como na participação das mulheres na vida pública, o que também representa um empecilho ao empoderamento. De acordo com Biroli e Miguel (2014, não paginado), “relações mais justas na vida doméstica permitiriam ampliar o horizonte de possibilidades das mulheres, com impacto em suas trajetórias pessoais e suas formas de participação na sociedade”.

Assim, a questão da gestão e uso do tempo também parece ser um tema discutido no âmbito do MMC. Por meio da fala a seguir, podemos perceber o que isso significa na visão de uma das participantes:

Ah né a vivência em si, [...], participo aqui no movimento [...], mas também eu não posso deixar a minha vida pessoal, eu tenho a minha família e coisa assim [...] tipo as coisas, a gente aprende nas formações [...], tem que se preocupar lá com a comunidade em si, mas que também tem que ter o teu tempo. [...] Ah a gente tem que descansar a mente em si, tem que também descansar, tem o lazer e coisa de vez enquanto, não pode só ficar em função da comunidade do movimento. Aprende a se organizar (P1, 49 anos).

Da mesma forma, a Participante 8 demonstra ter consciência da importância de organizar o tempo para sair de casa, conversar com outras pessoas, conhecer lugares diferentes, ter outros pontos de vista sobre algo que elas conhecem etc.:

É interessante conversar com as pessoas, ver, sempre que a gente se encontra com uma pessoa a gente conversa diferente, outros assuntos, conhece um pouco mais e a gente consegue assim esquecer o stress, relaxar, enfim. Às vezes a gente apura as coisas para terminar, para conseguir folgar serviço para ir né, mas a gente vai assim satisfeita por conseguir se soltar, conversar, ver pessoas diferentes, lugares diferentes. Eu acho que isso é bem interessante, se aprender também, às vezes no sair, ver alguma experiência diferente, as vezes uma coisa que a gente está fazendo, mudando poucos detalhes a gente faz ela com muito mais facilidade e com muito mais retorno, mais produção, as vezes mudando poucas coisas que a gente viu outras pessoas fazendo né, então facilita a vida da gente a partir da gente ver outras pessoas fazendo e consegue mudar [...] (P5, 51 anos).

Nessas falas, a gestão do tempo aparece claramente como algo importante para a saúde mental das mulheres e bem-estar físico. Já na fala apresentada a seguir, da Participante 1, observamos uma ênfase na importância de organizar o tempo e as atividades para conseguir sair de casa e participar de atividades do Movimento associada a uma crítica a outras mulheres que não possuem essa percepção, uma vez que, isso tem causado a pouca participação de mulheres rurais no movimento social:

[...] bem difícil que ultimamente a região em si, todas as companheiras que participam do movimento também elas falam a mesma coisa assim, que as mulheres assim elas se fecharam naquele mundinho, porque a maioria tem aviário, vaca de leite e coisa, quando tem um encontro que nem as oficinas, coisa assim, elas nunca tem tempo para participar, porque não dá, porque tem que cuidar as vaca, porque tem aviário, porque tem isso, porque tem aquilo e elas tem um pensamento diferente da gente. Tem que tirar aquele tempo para tu ir aprender coisa diferente. E é isso que é bem dificultoso, para a gente que é do Movimento, que sabe a importância que tem participar no movimento, participar dos encontros, das oficinas para aprender, mas a maioria também vive no agronegócio, como se diz, é difícil. Daí tem as companheiras que participam e tem as que não participam e as vezes ainda criticam a gente (P1, 49 anos).

Sobre essa fala, é importante dizer que a produção de leite e criação de aves, atividades econômicas importantes no Estado de Santa Catarina, ligadas a cadeia produtiva do agronegócio brasileiro, demandam intensa absorção da força de trabalho das famílias que se

dedicam a isso, o que resulta, juntamente com o trabalho doméstico e de cuidados, no enclausuramento das mulheres.

A Participante 5, por sua vez, aponta que muitas mulheres não conseguem sair de casa em função do trabalho doméstico, ou saem extremamente cansadas, e descreve as mudanças em sua casa a partir das reflexões realizadas no MMC:

[...] a gente vê que tem outras mulheres que não conseguem nem sair de casa por causa que os homens não conseguem fazer o trabalho [...]. [...] uma vez eu estava em Chapecó numa reunião do movimento de mulheres e várias pessoas se via que estavam cansadas que na noite anterior tiveram que deixar tudo pronto, então a gente fez essa reflexão, que não é necessário, que eles também são capazes e a gente vê que eles fazem, que eles são capazes de fazer e se a gente não está junto eles fazem com mais vontade, eles assumem mais eu quero dizer se sobra para eles e eles tem que fazer, então eu fui vendo que eles fazem, são capazes de fazer e fui deixando, eu fui vendo que eu não preciso me preocupar tanto também, eu tenho que confiar neles, tanto meu companheiro como meu filho, eu tenho que confiar que eles são capaz de fazer e se eles querem comer ou querem comer uma coisa ou outra eles tem que pensar que eles têm que fazer e fui deixando e vi que é possível, eu posso sair tranquila. Ano passado eu fiquei... deu mais de 15 dias em que fui a Brasília [...] e eles deram conta, fizeram, então eu confio que eles fazem (P5, 51 anos).

Essa fala retrata a percepção de Bandeira e Pertulan (2016, p. 54): “a divisão sexual do trabalho não é rígida nem imutável”. Além disso, é interessante perceber, nesse relato, um fato que se repete em muitas famílias: o trabalho doméstico quando realizado pelos homens, habitualmente, é em benefício próprio. Isso vai ao encontro das percepções de Ávila e Ferreira (2014 apud HERRERA, 2019) em seu estudo sobre o uso do tempo. Segundo essas autoras, os homens realizam as atividades de cuidarem de sua própria alimentação, fazerem as compras de produtos para a casa, que não exigem esforço cotidiano. Ou, como podemos perceber na fala acima, limpam a casa e lavam roupas, desde que não tenham uma mulher que se disponha a realizar esse trabalho.

Ainda sobre as tarefas domésticas, a Participante 5 enfatiza que mudanças em sua casa ocorreram a partir da sua própria mudança de pensamento e atitude:

Primeiras vezes que eu saía com o movimento ou outras atividades, que ficava fora, eu deixava o almoço encaminhado, deixava coisa cozida e tal. Ultimamente não, eu vou ir, eu organizo minhas coisas e vou, se vocês querem comer, no máximo é pão feito, se não, vocês sabem cozinhar, se quer comer coisa diferente faz, se quer comer só pão e ovo... É bem tranquilo assim, eu consigo já fazer, mas eu me lembro que as primeiras vezes tinha que deixar tudo bem caminhado, praticamente pronto, só esquentar e tal, mas eu vejo muito isso nas outras mulheres que não... que não acontece isso de conseguir sair, de deixar, que fique só homens e dê conta. É assim eu nunca saí de chegar em casa e achar a pia com uma “montueira” de louça, roupa espalhada pela casa, já fiquei fora 10 dias, já fiquei fora 15 dias e eu cheguei em casa assim, claro que não está o banheiro esfregadinho como se fosse eu fazer, mas também nunca está bagunçado que não dá, nunca tem louça na pia de um dia para o outro [...] (P5, 51 anos).

Outro ponto importante sobre a discussão refere-se ao uso da palavra “ajuda”:

[...] a gente acostuma que não deve usar a palavra ajuda, eles não me ajudam, eles fazem a parte deles, mas ainda a maior parte vem do movimento de mulheres, dos debates que a gente fala sobre o feminismo, a importância de estar dividindo o trabalho doméstico, porque só um fazer? E como eu não fico só no trabalho doméstico, eu estou ajudando na lavoura, estou ajudando na produção, na colheita, a comercializar, então eles também têm que fazer a parte deles (P5, 51 anos).

A Participante 7 menciona que, em sua casa, as tarefas domésticas, de forma geral sempre foram compartilhadas, mesmo assim, ela percebeu melhorias após seu engajamento ao MMC. Ela relata como essa capacidade foi sendo trabalhada e como ela aplica o conhecimento no seu ambiente familiar:

[...] quase sempre foi assim, só que tinha coisas que era mais exclusiva da mulher, daí com esse negócio de participar do Movimento, lá elas diziam: onde que está escrito que o homem não pode varrer a cozinha? Onde está escrito isso? Onde está escrito que homem não pode, não pode? Daí eu vinha para casa, eles queriam saber como foi lá, daí eu contava. E de vez em quando, ainda acontece: ah isso é serviço de mulher. Aí eu pergunto: onde está escrito? Eles também sabem, agora fazem assim, mas eles fazem só para brincar, não que seja sério. Que aqui o trabalho todo mundo tem que fazer o que for preciso, todo mundo tem que colaborar [...]. Aqui todo mundo lava a louça, todo mundo faz queijo, todo mundo limpa a casa e lá fora se a gente se ajuda também [...] (P7, 54 anos).

Percebemos aqui, que a participante passa a questionar a sua condição de vulnerável aos outros membros da família. Isso também está explícito no relato da Participante 8:

Olha, eu lembro que, bom, quando a gente começou que na época era Movimento de Mulheres Agricultoras, teve muita contradição, muito pessoal achando que isso era besteira e até faziam brincadeiras e assim, mas assim isso foi uma marca muito, muito forte, porque a mulher ser submissa do pai, ou do marido, ou do irmão, não tem onde está escrito que quem é isso, quem é aquilo, é ambos e os dois tem que dar continuidade, então o Movimento só veio fortalecendo, mostrando a realidade e sempre melhorando cada vez mais, para ter mais certeza do que era o certo e do que era o errado. Porque, por exemplo, a sombra do marido, a sombra do pai ou então a permissão para sair. Por que o homem pode sair e a mulher não pode sair? Ou então a questão de roupas né, vestido ou calça, brinquedos né. Por que o menino tem que ser caminhão e a menina tem que ser boneca? Por que não são os dois? Porque tanto a mulher pode ser motorista como o homem também pode lavar a criança, lavar louça e assim por diante. Então são coisas mínimas, mas que faziam parte da nossa vivência e a gente tinha o compromisso também de repassar isso para as demais mulheres, para os companheiros e família e assim por diante. Se a gente não sabia, iria reproduzindo da mesma forma errada, como a gente sabia (P8, 71 anos).

Observamos nessa fala a capacidade desenvolvida para perceber o “o certo do errado”, ou o que é justo ou injusto. Questionar a sua condição social lhe permite fazer escolhas. E, uma dessas escolhas, de acordo com a participante, é a de não reproduzir dentro da família os estereótipos de gênero.

A Participante 8, que está engajada ao movimento de mulheres desde muito jovem, afirma que quando se casou conseguiu organizar com o marido, e mais tarde com os filhos, a divisão das atividades domésticas graças a sua capacidade de diálogo sobre o tema:

Se vai olhar a questão da, também a nossa família planeja as coisas, então na questão também financeira, quem pode ir no banco, que pode ir na oficina, não é que uma coisa é para o homem, outra coisa é para a mulher, claro que a gente não é cem por cento, sempre tem alguma coisa ainda que fica pendente, mas isso a gente sempre discutiu desde que a gente casou e tal, com os filhos, essa divisão de tarefas, essa divisão do que fazer, como fazer, onde fazer, porque fazer assim por diante. A gente tem muito essa relação de entendimento dentro da família (P8, 71 anos).

Dessa fala emerge outra questão importante: a educação dos filhos para que não reproduzam as desigualdades de gênero. Nesse sentido, a Participante 10 também destaca que houve mudanças em sua casa:

[...] mudou essa questão de pensar com filhos, eu tenho filhos homens e tenho uma moça e tal, de fazer um pouco diferente, porque quando a gente foi criada lá no pai, tinha as atividades separadas, algumas atividades eram das mulheres e algumas dos homens, aqui em casa nunca teve isso. A partir de tudo isso que a gente foi e tal, o que as meninas faziam, os piás tinham que fazer e vice-versa. Todos tinham a mesma capacidade e não era de dividir tarefa (P10, 51 anos).

Com base no que apresentamos aqui, podemos dizer que a conscientização da necessidade de gestão e uso do tempo e a percepção da necessidade de dividir as tarefas no âmbito familiar causam mudanças importantes na vida dessas mulheres. Nesse aspecto, a conscientização e o questionamento, elementos que fazem parte da competência em informação, contribuem para que elas busquem, na medida do possível, uma forma de organização de suas atividades, valorizando o tempo de lazer e participação na vida pública.

Entretanto, embora isso seja essencial, para muitas mulheres, não é suficiente. A unidade familiar, ou o ambiente doméstico, é “um espaço de tensões, de relações hierárquicas e de dominações, dos homens sobre as mulheres e dos pais sobre as filhas e filhos”, conforme descreve Herrera (2019) tomando como base diversos estudiosos que se dedicaram a estudar essas tensões. Para a autora,

nessas relações os papéis sociais são negociados entre os membros com desigualdade de poderes, assim como os interesses, os desejos e as necessidades de cada membro são disputadas e, deste modo, se observam as diferenciações dos papéis sociais, condicionados através de vivências, símbolos e representações que se reproduzem no cotidiano familiar, resultando em uma situação de opressão e subordinação de alguns de seus membros, principalmente de mulheres e seus dependentes (HERRERA, 2019, p. 22).

Deste modo, para o equilíbrio das relações de poder dentro da família é necessário que as mulheres se empoderem, sejam capazes de dialogar sobre os problemas e negociar,

reivindicando igualdade, mas mudar o *habitus*<sup>21</sup>, como afirma Boni (2004), não depende somente da vontade e capacidade das mulheres (BONI, 2004). A autora observa que não é “tranquilo” para as mulheres rurais buscarem a igualdade na família, pois a socialização delas foi muito dura, sendo educadas para aceitar o que os homens (o pai, o marido) decidiam ou, se não para aceitar, para não decidir. Assim, para mudar o *habitus*, muitas vezes, será necessária uma reordenação menos desigual das tarefas rotineiras, com maior participação do marido e dos filhos. Isso significa que a conscientização sobre essas desigualdades e a mudança é fundamental a todos os membros da família.

### 3.5.4 Mudanças no cuidado com a saúde

Ao longo da existência do MMC, o debate sobre saúde passou por diferentes fases, de acordo com Samper-Erice e Charão-Marques (2017). Na primeira delas enfatizava-se a saúde sexual e os direitos reprodutivos das mulheres rurais. Na segunda, debatia-se sobre saúde familiar. E, na atualidade, a ênfase está na saúde vista de uma forma integral.

Nesse interim, percebemos que as falas das participantes sobre saúde então relacionadas ao momento atual de discussão do tema no âmbito do movimento. As falas refletem o entendimento das participantes de que as novas formas de produzir, essencialmente sem agrotóxicos, resultam em melhorias na saúde das mulheres e de suas famílias:

[...] sempre quando tinha formação, eu participava, e assim fui adquirindo experiência e eu tenho aqui tudo na minha propriedade, da mãe e minha, a gente tenta plantar... nada quase com veneno, só tem veneno onde a gente tem a terra arrendada para um senhor, que ele planta. Mas senão o que nós plantamos aqui é sem agrotóxico, mais porque a gente aprendeu que o veneno é o que mata as pessoas [...] (P1, 49 anos).

Ah é muita coisa, o que a gente aprende, porque eu creio que grande parte da gente ter resistido na agricultura se deve a isso. Outra coisa, a gente planta sem agrotóxico, a gente consumir os próprios alimentos, tudo isso, eu devo ao movimento de mulheres e muitas coisas que a gente aprende (P4, 63 anos).

Para as mulheres do MMC, a alimentação saudável também está relacionada com uma luta maior, política, que envolve a soberania alimentar (BONI, 2012; GASPARETO; COLLET, 2013). Além disso, no cotidiano, Gaspareto e Collet (2013) explicam que a conscientização da importância de seu trabalho e da produção diversificada de alimentos saudáveis envolve a luta para conquistar, em sua unidade de produção, um pedaço de terra adequado para o cultivo, fértil

---

<sup>21</sup> *Habitus* pode ser compreendido como: “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas” (BOURDIEU, 1983, p. 65).

e de fácil acesso. Além de mudanças na forma de alimentar-se, a agricultura agroecológica exige mudanças na forma de organização da unidade de produção e novas relações entre as pessoas e com o ambiente. E, é a partir das experiências que as mulheres conseguem interpretar a exploração do sistema capitalista e a dominação patriarcal e machista que perpassa as relações (GASPARETO; COLLET, 2013).

Essa luta por um pedaço de terra para produzir pode ser percebida na fala da Participante 3, que discorre sobre como ela conquistou a confiança do pai para ter mais espaço de plantio e compartilhar de decisões sobre a produção na propriedade da família:

Então quando eu cheguei aqui e eu voltei para casa com bastante sementes e com a ideia de começar a ter mais diversidade [...]. [...] meus pais sempre plantaram, mas nunca foi assim a atividade principal, o que mais se fez foi melado, eles plantavam bastante cana pra melado, mas aí começou as normas da vigilância sanitária e a gente parou um pouco. Então ficou aquela cultura bem de subsistência, mais do mais básico do básico, que é a mandioca, o feijão e o alho. Então quando eu voltei, só tinha isso aqui, mandioca, feijão e alho. E aí eu trouxe mais variedades e falei para o meu pai: quero plantar! Ele me deixou como em geral é com as mulheres, um pedacinho mínimo de terra, da terra mais difícil para plantar, da pior que não pega sol direito, era muito baixa, era puro capim, enfim, mas eu fiz e plantei bastante nesse pedacinho, plantei muita coisa, espaço bem biodiverso, e aos poucos ele foi me deixando mais espaço. Eu comecei a trabalhar com ele, ajudando no que ele estava fazendo, aprendendo também a plantar o alho de casa e comecei a conquistar mais espaço, conforme eu conseguia trazer mais sementes que ele já plantava antes, anos atrás, e deixou de plantar. Então comecei a trazer o amendoim, aí ele já se animou, começou a contar histórias de como fazia, e foi me ensinando as técnicas que usava e aí fui conquistando espaço, até hoje. Hoje eu planto tudo, toda a terra assim, já consegui esse espaço de plantar junto tudo, ele me ajuda também, a gente senta e pensa o espaço, o que nós vamos plantar em tal área, quando vamos plantar, onde e o que dá para plantar junto, o que não (P3, 29 anos).

Entendemos que a exploração do sistema capitalista e a dominação patriarcal são fatores que também prejudicam às mulheres quanto à saúde mental. Essa questão pode ser melhor compreendida a partir da fala da Participante 3:

[...] as mulheres estiveram por muito tempo assim caladas e ainda vejo que hoje tem muitas mulheres caladas, ainda mulheres que eu vou visitar, as vezes, que são mulheres que não estão com o movimento, que estão tão amarradas na propriedade, uma que tem gado leiteiro ela, nossa... ela tem uma diversidade incrível no quintal dela e gostaria de ampliar bastante, então eu sempre levo para ela, para ter mais variedades, mas ela não consegue sair de casa, porque está assim amarrada em tarefas domésticas, em cuidado com a propriedade, em cuidado com as vacas, que é a fonte de renda deles, então ela não participa na sociedade, na comunidade, ela não tem tempo de sair [gesto de aspas com os dedos]. Um pouco é essa amarração que está dada por essa estrutura familiar, então como seria importante para ela o intercâmbio com outras mulheres, ela poderia aprender muito e também teria muito para ensinar às outras mulheres (P3, 29 anos).

O cuidado com a saúde mental é associado ao sair de casa, a participar em outros espaços e ter contato com outras pessoas, como podemos observar nas falas a seguir:

[...] como é que se diz, as vezes a gente está, hoje em um dia, eles dizem com depressão, mas daí a gente numa roda de conversa ou assim, isso que nem participando

do Movimento e de outras coisas também, assim parece que é uma terapia, que faz bem não só para mim, mas para a família também, porque a gente muda o jeito de ser, o jeito de conversar. A gente fica analisando como que eu era antes e como que é agora, assim, eu acho ótimo participar dessas coisas, gosto muito (P7, 54 anos).

Mudou muito, eu era uma pessoa assim, sabe, um pouco doente assim, também um pouco por causa que eu não sabia muito, enxergava essas quatro paredes ali todo dia e era isso, não tinha TV, Internet, mais assim outra visão, e depois que comecei a participar do Movimento isso me clareou mais, que não é só... como muitas mulheres, às vezes, de não conseguir de levar numa reunião ou numa palestra coisa assim, é muito difícil. Em vez eu não, se eu posso, eu vou, porque sempre tu aprende alguma coisa diferente. Fazer o bem para a família, depois passar para mais pessoas também (P9, 63 anos).

Assim, a sobrecarga de trabalho, conforme identifica Herrera (2019), inviabiliza, entre outros aspectos, o tempo das mulheres para cuidarem de si, da saúde mental e do lazer, geralmente, dedicando o pouco tempo livre aos filhos.

Essa constatação é reforçada por Bonfim, Costa e Lopes (2013). De acordo com estas autoras, as desigualdades sociofamiliares advindas e constitutivas da divisão sexual do trabalho contribuem para que as mulheres vivenciem potencialmente fatores de risco socioeconômicos, os quais, em interação com a estrutura de poder, afetam sua saúde.

Com base no que vemos aqui, concordamos com Samper-Erice e Charão-Marques (2017) sobre a existência de certas contradições para o interior do debate sobre o feminismo. Se por um lado a proposta de saúde integral das mulheres pode ser percebida como uma contraposição a um modelo dado, por outro lado, aumenta-se a responsabilidade ou a sobrecarga das mulheres na produção de alimentos saudáveis, bem como, em outras atividades tidas como de cuidados: a preparação das refeições, a limpeza da casa, o cuidado com os pequenos animais, a produção para autoconsumo etc.

Sob esse enfoque, compreendemos que a competência em informação além de ser essencial para o acesso as informações sobre saúde, como argumentam Adekannbi e Adeniran (2017) e Shabi (2012), pode estimular a reflexão crítica e a ação das mulheres a contradição acima descrita e as situações que prejudicam a saúde mental. O desenvolvimento de habilidades digitais, como medida paliativa para o problema da sobrecarga, também pode contribuir na otimização dos processos de trabalho.

### 3.5.5 Percepção de liberdade e autonomia

O aumento da autonomia e da liberdade é resultado da mudança de mentalidade das mulheres a partir da percepção da própria força (KLEBA; WENDAUSEN, 2009), ou seja, do

empoderamento. Além disso, cabe dizermos que a competência em informação também contribui no aumento da autonomia à medida que gerar sentimentos de segurança, otimismo e confiança (GASQUE, 2013).

Nas falas das participantes, a percepção de liberdade aparece, comumente, associada ao “sair de casa” por significar um enfrentamento a estrutura patriarcal. Já, a autonomia pode ser percebida em distintas situações relacionadas ao desejo de mudar, de ter uma vida própria, de ter mais poder de decisão na vida cotidiana, entre outros.

Sob esse enfoque, a Participante 10 relata mudanças no ambiente familiar a partir do momento que passou a posicionar-se frente ao marido sobre o desejo de sair de casa para participar das atividades do MMC:

Essa questão de bater o pé as vezes em casa, de dividir tarefa, de que eu também tinha o direito de sair de casa, que algumas vezes que o marido não queria, eu acabei enfrentando e assim isso. E também de que a gente devia ter vida própria, construir a nossa história, da gente ter o que a gente queria dentro da propriedade, não só a atividade que o marido queria, mas que a mulher também podia ter a atividade que ela gostasse, que ela sonhasse, então nós devíamos lutar pra isso. Então acho que isso foi o mais importante que o movimento de mulheres contribuiu para mim (P10, 51 anos).

A atitude de sair de casa para participar do MMC, de feiras e outras atividades, é apontada pela Participante 3 como um fator que muda a sua rotina, fazendo com que ela não permaneça imersa na rotina do trabalho, o que também pode ser considerada uma forma de libertação:

[...] E também de eu sair mais vezes com o Movimento isso também é importante, porque agora com a pandemia mesmo é tão fácil ficar só em casa e cair na rotina do trabalho, que tu nem vê se é sábado, domingo, final de semana, então dá essas saídas com o Movimento, ir pra feira, trazer uma coisa nova, uma variedade nova ou um saber novo, tem as mulheres ali que fazem os microrganismos eficientes assim, nossa... de tudo né, se aprende de tudo (P3, 29 anos).

Na mesma perspectiva, a Participante 9 menciona a mudança na sua forma de ser e descreve como o sair de casa ampliou o seu conhecimento e atuação em espaços sociais:

[...] depois eu comecei a participar do Movimento das Mulheres Camponesas que sempre eu tenho orgulho de dizer que pra mim foi uma faculdade, eu era assim bastante fechada, quase não saía de casa, também tinha as filhas pequenas, e depois que eu comecei a participar do Movimento, eu assim me envolvi mais sabe, com plantas, daí eu fui agente de saúde voluntária também aqui do município uma época, eu prestava serviço voluntário, a gente tinha cursos de plantas, eu fazia curativo, fazia injeção e avaliação, eu fiz um cursinho assim pra ver pressão, injeção, essas coisas né e ensinavam a fazer chás [...] (P9, 63 anos).

Essa mesma participante explicita a ligação entre o sair de casa e a libertação da mulher:

O mais importante eu acho que assim, que seria de ter a libertação das mulheres, tem ainda muitas mulheres travadas, escravas em casa, que as vezes tem o marido que não deixa sair, e eu acho que isso foi uma grande conquista, de sair e de poder se libertar

um pouco também, de não ser escrava de casa, de sair e o aprendizado que tu tem, de encontrar outras mulheres também, praticamente é quase tudo que a gente aprende lá, desde os direitos, as conquistas, tudo que a gente tem, desde o SUS, [palavra inaudível] do município, daí a gente debate. É isso é uma coisa muito boa, um aprendizado muito bom (P9, 63 anos).

Na fala da Participante 8 percebemos uma ênfase à autonomia nos tempos atuais. Ela relembra que, no passado, as mulheres não tinham liberdade para participar da sociedade, não tinham documentação, comumente não conduziam automóveis, dentre outras dificuldades que as limitavam:

[...] na época tinha uma irmã que participava das reuniões, daí ela dizia assim: vocês mulheres não podem ficar só dentro da questão de igreja, tem que ir além. Mas a gente nem entendia o que era isso, mas enfim, a partir de ali a gente começou a se [movimentar], porque a gente não tinha documento, a gente tinha que ter autorização para sair de casa, hoje tem mais liberdade, mas na época nós não tinha essa liberdade, então foi assim um desafio muito grande, e mesmo porque, aquilo que eu te falei, que eu morava longe, então as vezes eu vinha de carro, outras vez não, eu vinha de carona e assim, mas a gente dava um jeito de chegar. Tinha que chegar para a reunião, para o encontro. E nós fizemos muitas mobilizações, muitas caminhadas, muitos seminários, muitas oficinas. Que nem agora, agora, que por causa desse tempo paramos, mas senão a gente tinha as oficinas dos quintais produtivos, onde que a gente reúne as mulheres num determinado local, ou vai na casa de alguma companheira, visita a unidade familiar, discute a questão do solo, a questão da água, a questão do plantio da semente, como é que colhe, como é que guarda, como é que melhora, enfim, é assim um trabalho muito [palavra inaudível], assim, ele não se torna árduo porque a gente vai praticando, daí se torna mais fácil, mas não fica por ai de que os outros fazem, a gente vai, arregaça as mangas e faz (P8, 71 anos).

Sobre o sair de casa para participar de reuniões sindicais e do movimento de mulheres, no início dos anos 1980, Boni (2004, 2012) observa que foi muito difícil para muitas mulheres em função da falta de liberdade e da cultura patriarcal bastante enraizada na região Oeste de SC. Podemos contrastar a afirmação de Boni (2004) com a fala da Participante 9:

[...] eu era bastante assim tipo caseira vamos dizer. Há 30, 35 anos atrás não era que nem hoje, as mulheres não podiam sair, que se as mulheres saiam eram olhadas com outros olhos e já vinham as piadinhas. Eu nem liguei e corri atrás e fui, não liguei sabe para assim as outras que falavam, debochavam, eu sempre dizia: estou buscando algo que vai ser importante lá na frente [...] (P9, 63 anos).

De acordo com Boni (2004), há vários relatos de mulheres que se sentiram discriminadas não tanto pelos maridos, mas pela comunidade, por passar muitos dias fora em encontros de formação do Movimento. Além disso, Paulilo (2021) relata que surgiram críticas dos partidos políticos da esquerda tradicional, além de outros movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o movimento sindical de trabalhadores rurais. Assim, percebemos que essa é uma questão que marcou as pioneiras do movimento e que, até hoje, está no discurso, pois muitas mulheres continuam enfrentando dificuldades.

No que diz respeito à autonomia, podemos percebê-la acompanhada do sentimento de orgulho pela possibilidade de poder lutar pelos direitos e de trabalhar, provendo o sustento alimentar da família com qualidade e gerando renda. Isso pode ser percebido nos trechos abaixo selecionados:

[...] Uma mulher que trabalha muito, que luta, mas é uma mulher feliz, porque consegue com o seu trabalho se sustentar, porque muitas vezes na mesa a gente fica feliz e diz: olha, tudo que nós temos na mesa fomos nós que produzimos, é nosso, é sem agrotóxico e sem conservante, sem nada de... sem nada de químico [...]. Eu ia na roça, [...], mas não que eu tinha que fazer tudo isso, como a maioria das mulheres tinham que fazer, cuidar das crianças e ir para a roça, fazer a comida, lavar a roupa, fazer tudo, isso daí, essas horas eu ficava costurando ou fazendo artesanato. Por isso eu sempre tinha também uma renda. [...] daí eu podia fazer o que eu queria com isso, claro que mãe sempre pensa primeiro nos filhos, mas daí o que eles precisavam eu tinha autonomia para comprar para eles, claro que nem tudo, porque não é tão fácil, mas pelo menos uma roupa ou um calçado, um caderno, uma mochila, uma coisa que quando precisava daí tinha (P4, 63 anos).

[...] na roça tu tem que ser uma batalhadora, porque ali não tem 8 horas, tu tem 24 horas por dia [...], está certo que também tu pode limitar os horários que tu quer, tu também não é escrava no tempo, mas tem dias assim que é bem puxado. [...] eu digo assim que sendo agricultora é um orgulho. Hoje tem muita gente voltando para o interior, porque a liberdade, o espaço que tu tem no interior, nossa, é muito (P9, 63 anos).

[...] minha mãe era analfabeta, eu consegui depois dos 40 fazer um curso técnico, mas a minha filha com 21 anos se formou na faculdade, então três mulheres ali com três realidades bem diferente. Como melhorou, como que para a mulher melhorou muito então, como que a luta vale a pena, porque teve mudanças! Eu acho esse conto assim bem interessante que não tem igualdade, mas teve muita melhora, um pouco isso (P5, 51 anos).

A percepção de autonomia também aparece associada à capacidade de tomar decisões no trabalho e a liberdade de fazer escolhas para a vida, como demonstram as seguintes falas:

A gente sempre teve um pouco de experiência... foi adquirindo experiência com o tempo pelo fato de a gente ser agricultora, da gente toda hora estar trabalhando com uma horta e tal, a gente sempre ajudou fazer essa parte e eu também desde cedo... meus pais moravam aqui no interior então e eu queria fazer... estudar, fazer segundo grau e tal, daí na verdade eu fui para a cidade, morei lá, trabalhava de doméstica durante o dia e fazia o segundo grau à noite. Ali eu aprendi a começar me virar, tinha que se virar, e isso foi indo, depois quando também casei e tudo assim, eu sempre fiz parte da gestão da família e tal, mas a partir do momento que meu marido pegou esse caminhão e foi para o transporte e eu coloquei o viveiro, ali eu sempre me virei sozinha, a gente vai aprendendo (P10, 51 anos).

[...] as relações na família dessas mulheres já são diferentes do que, enfim, do que eu fui criada e é bastante o que eu quero para mim. Criar uma forma de se relacionar na família, que valorize mais as jovens e as mulheres e que valorize mais essa biodiversidade (P3, 29 anos).

As falas aqui apresentadas denotam que as percepções de autonomia e liberdade têm sido construídas coletivamente ou influenciadas pelo discurso do MMC, resultando em

mudanças na vida das mulheres. Em outros contextos ou com outras mulheres, essas percepções podem ser completamente distintas. Isso reflete os estudos de Bruce (2015) e Lloyd (2010, 2012) sobre a construção da competência em informação em contextos específicos, conforme discutidos na seção 2.3, e enfatiza o desenvolvimento de uma abordagem contextual.

### 3.6 ATUAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E CIDADANIA (PODER)

A ideia de cidadania e participação enlaçam as falas analisadas nesta categoria. Aqui, destacamos as mudanças em relação a capacidade das mulheres rurais de reivindicarem seus direitos, o engajamento social e político, bem como, a participação social na perspectiva da cidadania, que, conforme Kleba e Wendausen (2009), é viabilizada pelo empoderamento grupal e político. Os espaços de participação social e político, na visão dessas autoras, constituem estruturas mediadoras de processos de empoderamento, facilitando a superação de conflitos, a ressignificação das relações sociais, a revisão de papéis e de sentidos na produção da vida cotidiana.

Nesses espaços, as mulheres coletivamente desenvolvem competência para participar da vida em sociedade, o que inclui habilidades e um pensamento reflexivo que qualificam a ação política (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Deste modo, esta categoria é analisada fundamentalmente sob o ponto de vista das dimensões política e ética da competência em informação que contribui tanto para a cidadania quando para a participação social e política (CORREIA, 2002; DE LUCCA; VITORINO, 2020).

#### 3.6.1 Participação em atividades relacionadas ao MMC

Desde as primeiras falas apresentadas na categoria Formas de Acesso e Uso da Informação, percebemos o grau de envolvimento das mulheres engajadas no MMC. A maioria das entrevistadas já foi ou é, na atualidade, monitora, algumas foram representantes regional, outras se envolvem com alguma atividade, oficina, seminário, o que lhes exige muito mais do que ser meras espectadoras. Todo esse envolvimento já foi explicitado em diversos momentos das análises, ainda assim, vale a pena destacar alguns trechos que o evidenciam:

[...] é um grupo de camponesas na base, é só na base, que no dia 8 de março, nós sempre fazemos o encontro, um encontro maior, que vem outras mulher, tem uma mulher aqui em [...] que ela é uma das fundadoras do Movimento de Mulheres, sempre vem também dar aquelas palestras dela, a gente chama uma lá de Chapecó para falar umas coisas diferentes, e dá as vezes um encontro bem grande. [...] o ano passado deu mais ou menos umas 120 pessoas no Dia da Mulher. E esse ano já deu um pouco

menos, mas, mas deu também, passou de 50 pessoas. Então a gente faz isso, daí movimenta um pouco se a gente pode, para transmitir o que a gente [...] aprende de bom lá (P6, 74 anos).

[...] fiz a formação... a formação de monitores, que antes estava falando de informação, que eu esqueci de colocar dessa parte, que no movimento a gente fez uma formação de monitoras, então eu era uma monitora que eu ia nos municípios, porque a gente fez a formação que acontecia em vários municípios, e tinha um projeto do Estado ano passado que o movimento fez essas oficinas de sementes em 70 municípios do Estado, então eu ia fazer e eu ia nos municípios também, fui em vários municípios fazer esse trabalho com as mulheres da base (P5, 51 anos).

Eu, por exemplo, trabalhei muito no pesado e com isso eu tenho problema de coluna, então a gente orienta trabalhar sim, trabalhar a gente precisa e faz bem, mas também um trabalho que a gente suporte e não um trabalho que seja muito forçado. E até hoje a gente trabalha essa questão assim com as companheiras, nas comunidades e até no município de [...], eu sou monitora e então a gente faz esse trabalho, com as mulheres, eu já fui em outros municípios, Pinhalzinho, mas agora eu fiquei com o município de Guarujá do Sul e Cedro para fazer esse trabalho dentro do Movimento de Mulheres Camponesas (P2, 71 anos).

[...] como eu falei, eu moro na cidade então eu fiz um curso sobre derivados de leite, então isso eu não posso aplicar aqui porque eu não tenho leite, mas quando eu vou para outras comunidades, eu oriento assim as pessoas, eu tenho como fazer o queijo, como tirar a nata, assim como fazer a coalhada, enfim, então eu vou para comunidades, já levo minha apostila junto (P2, 71 anos).

[...] A gente dizia oficina de sementes, depois passou a ser oficina de quintais produtivos, então o movimento tinha uma pauta e o que era para ser comentado, geralmente, começava às dez horas e ia até às quatro da tarde, ou só à tarde, depende o município, então a gente ia, fazia uma mística, falava um pouco do movimento e cada oficina, cada dia tinha um assunto específico, era sobre uma coisa ou outra, o que o movimento sugeria, a gente tinha texto, fazia debate, às vezes falava sobre previdência também, às vezes falava sobre o SUS, às vezes teve oficina que a gente ia na horta ver como é que estava o solo, se era mais seco, mais arejado, se tinha a questão de matéria orgânica, observar a matéria orgânica, observar a umidade, observar a profundidade de solo. E também a gente assim, antes a gente fazia tudo isso em Chapecó com agrônomo, com alguém que tivesse conhecimento pra passar pra nós né, depois a gente pegava texto, pegava cartilhas, o movimento tem bastante material também né, daí a gente levava isso para as mulheres, lia junto com elas e discutia, daí as vezes ia na horta, as vezes a gente fazia coisa prática também, pratos com alguma coisa diferente, às vezes fazia chás, plantas medicinais também foi feito, coisas assim, mas mais ou menos isso [...] (P5, 51 anos).

Nessas falas podemos perceber que o nível de participação nas atividades dentro do MMC é elevado. Trata-se de um espaço cujas estruturas participativas de decisão promovem a autoconsciência, o reconhecimento e o emprego das próprias competências, que são requisitos para o empoderamento grupal ou organizacional, conforme afirma Stark (2006), citado por Kleba e Wendausen (2009).

O sentimento de reconhecimento e o emprego das próprias competências podem ser percebidos quando a Participante 10 fala dos convites que recebia para fazer formações, participar de seminários e lutas:

[...] se fazia muita formação, quando por exemplo assim, nós aqui em [...] começamos se organizar, a gente era muita convidada para fazer formação, participar de seminários, nas próprias assembleias e nos dias de lutas, que o Movimento de Mulheres tem alguns dias de luta, todo ano elas fazem essas lutas, ali que a gente aprendeu, foi aprendendo e tal [...] (P10, 51 anos)

A participação ativa nas atividades tende, portanto, a aumentar a coragem e a autoconfiança das mulheres, bem como, desenvolver cada vez mais as habilidades de falar em público. Além disso, é perceptível que as mulheres assumem o compromisso social de transmitir as outras mulheres o que aprendem dentro do movimento. Elas entendem que o conhecimento teórico e prático precisa ser repassado às outras mulheres para que todas se beneficiem:

[...] a gente não segura o conhecimento só para a gente, a gente passa né, a gente troca ideias, experiências, ensina outras pessoas também (P7, 54 anos).

[...] o que eu aprendi, eu estou transmitindo para as companheiras da minha região, da minha regional [...]. [...] agora eu comecei como monitora, eu fiz o curso de formação e a gente ainda estava tendo curso de formação, e eu já estava começando a praticar eu ir nos municípios. Eu fui em três municípios: [...], [...] e [...]. E aqui em [...] também eu já tinha feito oficina [...]. [...] Que nem no movimento para as monitoras vem um material tipo assim a formação que a gente teve lá. Daí vai fazer uma oficina, a gente escolhe assim qual será o tema, o que a gente vai ensinar. As últimas oficinas foram sobre quintais produtivos. Daí eu fiz, passei umas receitas de remédio, assim como fazer, assim na prática eu aprendi a fazer um específico, eu passei e levei e fiz a experiência lá, na prática, para ensinar para as companheiras. A oficina é sobre quintais produtivos, daí tem o tema, a gente estuda, as mulheres, as companheiras, cada uma traz os alimentos e coisa, a gente tenta ver como é que é, como se produz, como tu vai plantar a cebola e coisa assim. A gente sempre passa uma receita, uma coisa e as vezes faz a prática e para mim é muito bom, porque, além de eu estar passando, eu estou aprendendo também [...] (P1, 49 anos).

[...] Eu digo assim sempre, uma experiência, uma coisa boa a gente tem que compartilhar, tu não pode guardar só pra ti [...]. Se eu fosse olhar, as vezes assim, eu vou na reunião das mulheres, não é só para mim, é para o grupo, para mais gente. Se a outra mulher as vezes não tem a vontade de ir atrás, de buscar uma experiência, um conhecimento novo, eu não posso obrigar ela, daí eu coloco: podia ser assim, a gente poderia fazer diferente. Mesmo que as vezes não concorda, mas tipo é trabalho de formiguinha, dá uma beliscadinha hoje, mais uma beliscadinha amanhã até que um dia tu consegue integrar e fazer (P9, 63 anos).

Sobre o compromisso social, Silva e Martínez (2004) explicam que o processo de empoderamento em nível grupal implica no fortalecimento do grupo como um todo para alcançar objetivos e metas. Nesse nível são proporcionadas experiências de liderança compartilhada, tomada de decisão compartilhada e ações de comunicação e apoio eficazes, distribuição de papéis e responsabilidades segundo a capacidade de cada uma, troca de informações e recursos, gestão adequada em função do crescimento e desenvolvimento grupal ou organizacional. Além disso, na visão de Gohn (2004, p. 24), esse nível concentra as forças

sociais e que é gerado o capital social, como solidariedade e coesão social, que são “forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social” (GOHN, 2004, p. 24).

Cabe dizer ainda que nesse processo de desenvolvimento dentro do movimento, as mulheres se apoiam umas nas outras, o que, junto ao sentimento de pertencimento e aos novos conhecimentos adquiridos, as leva a assumir novos papéis, como evidencia o relato da Participante 3:

[...] ela me deu a bandeira que ela levou para o primeiro encontro nacional, várias marcas, uma bandeira já manchada de luta, e aí eu falei: caramba, sou do MMC! Nossa, eu vou honrar essa bandeira. E aí comecei assim, em geral, eu faço umas falas sobre sementes e também com as jovens [...] (P3, 29 anos).

Os aspectos aqui observados denotam a competência em informação das participantes. Quando elas procuram a interação social com pessoas da rede de convívio para solucionar as necessidades informacionais, compartilham informações e experiências com pessoas da rede de convívio, além de ajudar o próximo em diferentes contextos, utilizam a informação para sensibilizar-se de seus deveres e direitos na sociedade e lutar pela construção da cidadania em conjunto, participando da esfera social, elas estão desenvolvendo a dimensão política da competência em informação, conforme apontam De Lucca e Vitorino (2020).

Conforme observam Cuevas-Cerveró, Marques e Paixão (2014), a informação somente é valiosa àqueles que sabem onde ela está, que sabem como selecionar o que necessitam e, sobretudo, que entendem e aplicam essa informação na tomada de decisões na vida cotidiana, no trabalho, no mundo a sua volta. Isso significa que o poder da informação reside, de fato, em sua potencialidade de uso.

### 3.6.2 Participação e pertencimento em diferentes grupos sociais

A participação das mulheres rurais em organizações sociais, comunitárias ou estruturas mediadoras, como grupos de vizinhança, igrejas, entidades de serviços etc., é importante pois, nelas, se oferecem oportunidades para adquirir novas ferramentas, desenvolver um sentido de confiança e de comunidade e melhorar a vida comunitária (SILVA; MARTÍNEZ, 2004). Além disso, localmente, essa participação das mulheres se reflete em relações de poder mais igualitárias. Nos depoimentos a seguir, podemos observar alguns dos grupos aos quais as participantes participam e o seu envolvimento nesses grupos:

[...] Eu participo desse grupo de agroecologia, que é ligado à Rede Ecovida, que a gente tem um grupo de famílias aqui [...] e tem um grupo regional também. Já participei mais na comunidade e outras cooperativas e associação, mas ultimamente

não, é mais o grupo de mulheres e o grupo de agroecologia, que a gente se encontra e participa (P5, 51 anos).

Que nem no município tem o Setembro Verde, dessas coisas sim eu participo. Tem um grupo de artesanato, também o grupo Arte da Roça, esse eu também participo (P4, 63 anos).

[...] Ah a gente tem o sindicato também, a gente tem o Sindicato dos Pequenos Agricultores ali em [...] e a gente é associado e tem o banco, a CRED [...], a cooperativa de crédito que a gente é sócio fundador, e através daí do SINTRAF e a CRED [...], que também é um grupo de pequenos agricultores (P9, 63 anos).

[...] eu sou coordenadora aqui da catequese e sou catequista, e na comunidade ajudo dois grupos de idosos, a gente é sócio voluntário nos dois grupos, daí sempre estou envolvida em bastante coisa na comunidade. [...] Como coordenadora da catequese, como catequista a gente tem formação também, nessas formações não é só o que tu vai passar para os catequizados, tu aprende muita coisa para a vida da gente também, daí é importante e tipo assim é mais eu que participo das formação, até representando a comunidade toda né, a maioria das vezes é quase eu sempre (P1, 49 anos).

[...] eu participo dali do CRAS, da ação social do CRAS, que foi fundado através do da ação social foi fundado o grupo de mulheres, do conselho da mulher..., em defesa da mulher, por exemplo, a gente trabalha essa questão das mulheres que tão judiadas em casa, maltratadas pelo marido, pelos filhos, idosas que as vezes os filhos já não respeitam mais, porque está idosa, porque é inútil, então a gente faz trabalho social também, com o sindicato, com a igreja, na pastoral da criança e assim ajudar as mães como alimentar o seu filho (P2, 71 anos).

Olha, na comunidade eu participo só do grupo de mulheres, só que ali, eu não sei se você é de direita ou de esquerda, mas em final, eu digo é mais de direita, mas eu vou ali na comunidade para participar, só que o grupo que domina, que nem a igreja, o esporte e assim, é tudo gente mais da direita, os mais ricos e coisa assim, eu vejo assim que a nossa comunidade, que é tipo um grupo que domina, tem que ser do jeito deles e assim por diante e eles não aceitam muito a opinião de gente que pensa diferente do grupo deles. E eu participo aqui em [...] do SINTRAF, a gente tem um grupo de fitoterapia, de medicina [vibracional] e agora, semana que vem, é para começar o curso de homeopatia que deve ter o professor Alexandre Mendonça, que vai ensinar a fazer homeopatia para os animais [...], deve ser um curso muito bom e eu vou fazer. Assim que tiver outros cursos, também a gente procura participar para ter conhecimento. A gente faz... a gente está aprendendo a fazer remédios né naturais, no alambique, pinturas, essas coisas [...] (P7, 54 anos).

Como podemos perceber, elas participam da comunidade em que vivem, de grupos religiosos, grupos de mães, grupo de idosos, sindicatos, cooperativas de crédito, grupos de pequenos agricultores etc. Na última fala, da Participante 7, percebemos, contudo, que em grupos onde não há coesão social em função de questões políticas, ideológicas, materiais etc., o sentimento de pertencimento é, naturalmente, reduzido. De acordo com Rocha (2000), as organizações comunitárias, quando não conduzidas por um grupo de interesses comuns, podem ser injustas, corporativas e egoístas, não sendo possível, assim, encontrar nelas a solidariedade sem interesses.

O envolvimento das mulheres em muitos dos grupos mencionados nas falas acima é impulsionado pelo próprio MMC, por questões político-participativas, como no caso de cooperativas e sindicatos, conforme observamos nas falas a seguir:

[...] primeiro que a gente quer participar porque a gente... uma das coisas que a gente aprendeu lá no movimento é que temos que lutar por espaço, dentro das cooperativas, dos sindicatos, enfim de tudo quanto é organização. Então assim eu participo e vejo assim as vezes tem que bater o pé para ser ouvida, mas a gente vai levando. Para ter uma ideia, quando eu assumi ali na Credi [...], já fazem uns doze anos que eu estou lá, já é três mandatos né [risos], e quando eu entrei só tinha eu de conselheira e os outros, tanto quanto o conselho fiscal como..., eram todos homens e eu sempre fui uma que bati o pé, então hoje é pouco avanço, mas já é né, daí tem eu, tem mais uma conselheira e no conselho fiscal também já tem uma mulher e assim agora o ano que vem a gente vai ter eleição e a gente está batendo o pé para que tenha no mínimo mais uma mulher. Mesmo que as vezes é difícil de achar mulheres que queiram assumir, acho que isso é o mais difícil achar mulheres que queiram assumir, porque as vezes a gente luta por vagas e não se tem pessoas para assumir, mas eu sempre quando eu entrei ali, a gente se sente bem valorizada, nós aqui em [...] temos uma organização de agricultura bem forte e a gente tem participação de mulheres em praticamente todas as organizações e a gente é valorizada. Percebo assim que é valorizada, mas essa questão as vezes de ampliar as vagas é que é um pouco mais difícil, a gente vê por exemplo que nessa última eleição aqui em [...] nós tínhamos duas mulheres vereadores e agora não temos nem mais uma né, porque, não sei, já passei candidatas mulheres que não querem muito, eu também nunca quis, mas é difícil construir essa parte (P10, 51 anos).

[...] não sei quantos anos faz que, desde o movimento de mulheres que incentivou a gente também a participar dos movimentos sociais, que a gente participa, os pouco, que nem do Movimento sem Terra, que nem tem da Pastoral da Criança que também é uma coisa boa, [...]. Eu participo da Pastoral da Saúde também, eu tenho muita coisa boa guardada sobre isso, que é livros e livros de orientação sobre exercícios, sobre alimentação e também sobre as plantas e tanta coisa [...] Então eu acho assim, que foi ali que eu comecei mesmo no movimento social, foi na Pastoral da Saúde, depois o Movimento das Mulheres e aí surgiu a Pastoral da Criança, que também eu sou uma líder [...] (P6, 74 anos).

Trata-se de uma forma das mulheres fazerem política, de terem visibilidade e representatividade, diferente, contudo, da participação nos espaços políticos formais, conforme abordamos na seção 2.4.4. De acordo com Kleba e Wendausen (2009, p. 740), as pessoas, entendidas aqui como as mulheres, “manifestam sua voz não apenas em assembleias locais, mas também misturada com as muitas vozes de associações políticas maiores, como o movimento social, o sindicato, o partido político etc.”

Além disso, percebemos que a participação nos grupos comunitários de mulheres se torna uma forma de exercer o compromisso, assumido no âmbito do MMC, de levar o que se aprende para outras mulheres. Nesse sentido, algumas participantes explicitam como fazem para compartilhar seus conhecimentos com as outras mulheres nos grupos em que participam fora do MMC:

[...] as vezes quando a gente se encontra, que nem tem o clube de mães, se eu tenho alguma coisa assim do Movimento que é interessante eu sempre tento no dia que tem o encontro tipo do clube de mães que eu também sou sócia, eu tento sempre colocar

alguma coisa. Eu sempre tento colocar alguma coisa do movimento que eu aprendi, alguma experiência (P1).

[...] Eu convivo na comunidade também, eu coloco um pouco as minhas experiências, até as mulheres dizem assim: nossa, mas você trabalha muito. Daí eu digo assim, as vezes eu não trabalho tanto, mas a minha experiência que conta, me ajuda também um pouco, porque se tu tem experiência, o teu trabalho já é uma grande coisa também [...]. [...] Assim, como eu tinha colocado né, que lá a gente se reunia, os grupos de mulheres e tu também leva os temas para casa, em comunidade com outras mulheres, e troca experiência sabe, uma sabe uma coisa, outra sabe outra, e a gente vai se conversando e vai colocando e vai aprendendo, no dia a dia assim [...]. Ah tipo agora a gente estava parado na comunidade por causa da pandemia, daí agora essa semana ali a gente voltou, a gente faz o culto, tem missa, tem as reuniões, e tem que aproveitar o momento ali, que a gente está junto ali, quando entra assunto e ir colocando para as mulheres. Às vezes, vem perguntar também: será que é assim, será que pode ser assim? (P9, 63 anos).

Ah eu fui catequista durante 28 anos e ali muita coisa eu já passava para os meus alunos, e aqui é mais na família, para os filhos, os filhos também sabem que homem tem direitos e deveres, não tem só direitos (P4, 63 anos).

Evidentemente que as mulheres participantes já participavam de diversos grupos, principalmente, comunitários por motivos religiosos, por lazer etc., ou mesmo de sindicatos e cooperativas antes mesmo de engajarem-se ao MMC. Entretanto, é possível perceber que, depois do desenvolvimento de uma consciência social e política, o nível de participação ou como ela sofre alterações em função das novas percepções sobre esses espaços. Por exemplo, a Participante 6 discorre sobre como ela percebe a igreja na atualidade, embora ela continue participando da Pastoral da Criança e da Pastoral da Saúde por considerar uma coisa boa:

[...] tem muita burocracia na própria igreja, é muita coisa assim que as vezes não incentiva para a vida sabe, tirando a leitura da bíblia, de uma explicação, que seja uma explicação certa de um padre que não seja burguês, então é interessante, mas as vezes eu penso assim que a igreja deixa muito a desejar também. E a gente vê, porque se a gente for falar numa coisa verdadeira, as vezes, o própria igreja não aceita [...] (P6, 74 anos).

Com base nos depoimentos aqui expostos, compreendemos que o nível de participação das participantes em grupos diversos grupos sociais é significativo. Entretanto, há outro ponto importante sobre esse tema que emergiu das narrativas. Trata-se da não participação ou da fácil desistência do ato de participar devido às dificuldades em diversos níveis. Podemos evidenciar esta questão na fala da Participante 10:

[...] o conhecimento eu fui adquirindo, a partir do momento que a gente é convidada, a gente vai se envolvendo, a gente vai adquirindo. Então tem que ter uma insistência, porque também convidam uma vez, vai lá e não entende muito, daí [diz]: ah eu não gostei porque eu não entendi, não consigo acompanhar...E desiste, realmente não dá certo. Eu acho que esse conhecimento que eu tenho, a gente tem esse conhecimento da escola da vida, por participar de uma e outra organização e tal. E daí começando a participar do movimento de mulheres, a gente também foi começando a participar dentro das cooperativas, dos sindicatos e tal, das organizações. Então acho que a gente começou com um pouco de conhecimento e foi ampliando, eu acho que é isso, tem

que estar à disposição realmente para participar se dá a oportunidade de participar, conhecimento a gente vai adquirindo e depois que a gente tem esse conhecimento, a gente fortalece as demais [...]. [...] a própria mulher não tem debate se ela não se envolve, se ela não participa, ela não tem debate, fica meio que carente de debate, não tem firmeza no que vai, tem que ter conhecimento [...], porque as coisas vão mudando, vão andando, e se você deixa de participar duas ou três, quando você volta para o processo já está desatualizada, não tem debate e tal, então, acho que é por aí. É insistir em participar, se fazer presente, quando a gente é convidada, tem que se fazer presente (P10, 51 anos).

Com base nas discussões realizadas desde o início das análises, concluímos que essas dificuldades relacionadas a participação das mulheres nos espaços sociais e políticos tem relação com a falta de conhecimento, de autoestima e autonomia, com o uso do tempo, com a divisão sexual do trabalho, com as estruturas sociais, bem como, com a socialização das mulheres. É necessário empoderamento individual e coletivo para mudar essa situação, apoiados pelo desenvolvimento da competência em informação.

Acrescentamos ainda, de acordo com Gohn (2004), que não se muda a sociedade apenas com a participação no plano local, micro, mas é a partir do plano micro que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade. É no plano local, onde ocorrem as experiências e o verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano.

### 3.6.3 Reivindicação de direitos e sentimento de cidadania

A conscientização é um processo que permite a pessoa compreender a realidade que a cerca, como ela se estrutura, sua posição social e como ela pode reagir a essa realidade, buscando melhores condições de vida. Nesse processo, ela vai descobrindo a dimensão de suas possibilidades e necessidades, bem como as formas de superá-las, mediante sua participação na sociedade em que está inserida (ROCHA, 2000).

Nesse interim, podemos identificar, com base em Rocha (2000), dois aspectos importantes: sociabilidade, que, em poucas palavras, se refere a propensão da pessoa para viver junto com as outras e comunicar-se com elas; e politicidade, que pode ser entendida como o conjunto de relações que a pessoa mantém, enquanto faz parte de um grupo social. Isso significa que por ser sociável, a pessoa procura conviver com seus semelhantes e formar com eles certas associações estáveis. Uma vez inserida em grupos organizados, a pessoa torna-se um “ser político”, garantindo direitos e assumindo deveres.

Sob esse enfoque, observamos que as participantes desta pesquisa estão engajadas em um movimento popular de luta por direitos civis, políticos e sociais há anos. Os direitos civis

se referem à liberdade individual, os direitos políticos são conquistados a partir dos direitos civis assegurados e ampliados pelo direito de participar do exercício do poder, mediante o voto ou investido de autoridade, como representante eleito, e os direitos sociais relacionam-se a usufruir de bem-estar social e econômico, de acordo com padrões que garantam a dignidade humana (ROCHA, 2000). Assim, da mesma forma em que elas reivindicam seus direitos no espaço privado, elas também o fazem no público, contrapondo-se ao sistema dominante.

As falas a seguir evidenciam a percepção das participantes sobre a importância da reivindicação dos direitos na atualidade:

[...] o movimento surgiu pela luta dos direitos, da documentação da mulher, de ter espaço, de ser reconhecida a profissão, então isso aqui no Sul, não é todos os Estados, porque em outros Estados esse direito é bem tranquilo, mas o direito de sair de casa que ainda para muitas é negado, esse direito então quando a gente luta por direito não é pensando no meu direito, mas sim no direito da maioria, direito à aposentadoria, que ano passado a gente estava em Brasília fazendo discussão para a não mudança na idade, não perda de direitos, mas houve a mudança, teve perda de direitos, mas muitos o movimento por estar lá conseguiu assegurar, de ficar os 55 né [...], mas um pouco é isso, direito de várias pessoas (P5, 51 anos).

Eu luto muito pela igualdade, que a gente tem muita desigualdade, em muitas coisas, desde raça, de saúde, que hoje se tu quer ter uma boa saúde, se tu tem plano de saúde ainda tu não consegue, o SUS agora estão ali querendo derrubar [...] e a gente tem que ir colocando, tem que ir batalhando, tem que ir correndo atrás. Não é só um dia, é todo dia, tem que ir atrás (P9, 63 anos).

[...] porque temos um governo que não pensa no povo, que está entregando tudo, que está vendendo tudo e o povo não percebe, o povo não vê, para mim é desesperador a situação. Eles vendem a Petrobrás, eles vendem as refinarias e assim vai, o que vai sobrar para o povo? [...] eu penso sempre que país vamos deixar para os filhos e para os netos (P4, 63 anos).

Como podemos perceber nestas poucas falas, as reivindicações giram em torno de várias questões relacionadas a aposentadoria, a liberdade, a manutenção dos direitos sociais adquiridos, a igualdade de gênero, ao racismo, a saúde e a não privatização do que é público. Sabemos, contudo, que há muito mais. Conforme Samper-Erice e Charão-Marques (2017, p. 685), “os coletivos de mulheres rurais lidam com muitas questões simultaneamente, até mesmo pelas intersecções de distintos desafios que vão desde as questões de gênero até a problemática da produção de alimentos no contexto da agricultura capitalista”.

As reivindicações, ou as lutas propriamente ditas, ocorrem por meio de mobilizações, caminhadas, seminários, oficinas, discussões com representantes dos governos, conforme expresso nas falas a seguir:

[...] nós fizemos muitas mobilizações, muitas caminhadas, muitos seminários, muitas oficinas. Que nem agora, agora, que por causa desse tempo paramos, mas senão a gente tinha as oficinas dos quintais produtivos, onde que a gente reúne as mulheres

num determinado local, ou vai na casa de alguma companheira, visita a unidade familiar, discute a questão do solo, a questão da água, a questão do plantio da semente, como é que colhe, como é que guarda, como é que melhora [...] (P8, 71 anos).

[...] aí depois teve também as lutas, eu comecei participar junto. Daí já me convidaram para ir lá para Chapecó no centro de formação, eu fui me envolvendo e fui gostando, adquirindo experiência, trazendo para casa e tudo assim, fui me envolvendo cada vez mais. Hoje também, eu sou coordenadora e agora como falei já estou adquirindo como monitora, já estou passando o que eu aprendi até hoje para outras companheiras, a gente se envolve por causa que no movimento é uma coisa assim, além de tu adquirir experiência, conhece novos lugar, novas companheiras, cada uma tem uma história, cada uma produz de repente uma coisa diferente que passa para a gente e é tudo assim, tu não quer mais sair, é tudo coisa saudável que é para a saúde, que é para o bem estar das pessoa (P1, 49 anos).

Reiteramos que dentro do movimento, as participantes desenvolvem consciência sobre a sua posição social e política, o que lhes permite refletir criticamente sobre as desigualdades e lutar por mudanças. Trata-se também da maneira encontrada por elas para resistirem às injustiças sociais. Nesse sentido, observamos na fala a seguir a reflexão da Participante 5 sobre a participação formal das mulheres na política:

[...] falta muito para ter igualdade, uns dizem que não precisaria mais lutar, mas com certeza para a igualdade falta muito, desde olhar agora na política, o direito é 30% e às vezes não tem esses 30% de candidatas, se fosse olhar um direito certo teria que ser 50% dos eleitos né. Então a nossa igualdade está longe de ser igualdade de gênero, porque as candidatas são para puxar voto para eles, porque o mais votado quem tem mais, o partido dá bem mais condição para uns candidatos e geralmente são os homens, então eles têm mais condição de fazer campanha, mais tempo na mídia, então eles se elegem, se fosse direitos iguais teria que ser 50% dos vereadores homem e 50% mulher, não seria mais justo? (P5, 51 anos).

Essa fala faz referência a Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009 que tornou obrigatório o preenchimento do percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas. Por outro lado, a Participante 3 observa que não basta que as mulheres tenham esse direito garantido nos processos eleitorais se elas estão ali apenas para contar como números em um espaço que ainda é predominantemente masculino:

[...] É que assim, em outras instâncias eu senti bastante isso, que as vezes me chamavam por eu ser mulher. Então hoje como tu vê na política, então antes não podia as mulheres, as mulheres nem podiam votar, enfim, imagina uma mulher estar na política, então eram discriminadas por isso e hoje justamente o sexo que faz com que a pessoa seja convocada para cumprir uma tabela de participação feminina e... [risos]. Aí é complicado, porque se tu está chamando qualquer mulher só porque é mulher para aparecer lá, sendo que, hoje, olha para a política, essas mulheres nem participaram das discussões do partido, enfim [...]. [...] a gente está trazendo uma forma de relacionar, uma forma entre sociedade, entre família e com a terra que é a forma feminista que precisa tomar força e tomar a vez, precisa de pessoas que tenham o feminismo correndo nas veias e como necessidade real de transformação né. Que não levem só discurso né, que levem a bandeira junto assim, então é uma voz que falta, uma voz que falta (P3, 29 anos).

De acordo com essa fala, para participarem de forma efetiva na política com resultados transformadores, as mulheres precisam compreender e atuar sobre as desigualdades de gênero com um olhar feminista. O que, em nosso entendimento, evidencia a importância do empoderamento político das mulheres, assimilado como o acesso das mulheres em espaços onde são tomadas decisões que afetam o seu futuro como indivíduos. A prática do empoderamento político, conforme explicam Kleba e Wendausen (2009), prevê a saída das mulheres de uma situação de resignação e impotência e sua reapropriação de poder, o ganho de força em prol de projetos coletivos de auto-organização e o desenvolvimento de instrumentos eficazes para o engajamento de cidadãos e cidadãs.

Ressaltamos ainda, com base em Gohn (2004), que a importância da participação das mulheres no contexto político não é apenas para ocupar espaços antes dominados por representantes de interesses econômicos, enclavados no Estado e seus aparelhos. A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que as atendam.

Dessa forma, o sentimento de cidadania pode ser claramente percebido nas falas das participantes quando elas mencionam, por exemplo, as lutas por direitos, as mudanças no ambiente familiar, a participação delas no MMC, como monitoras, dirigentes, a participação em grupos comunitários, em sindicatos e cooperativas, onde elas assumem o posto de coordenadoras, de conselheiras, de gestoras, ou até mesmo na igreja, como ministras da eucarística dentre outras funções. A cidadania implica uma ideia de igualdade e equilíbrio de poder entre os iguais.

Ao finalizar essas análises, percebemos que mesmo diante das desigualdades e da consequente vulnerabilidade a que são expostas as mulheres rurais, as participantes desta pesquisa estão plantando, colhendo e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Elas estão presentes na casa, no quintal, na roça e na luta por seus direitos, dando demonstrações de empoderamento individual e coletivo.

#### **4 PRINCÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DE MULHERES RURAIS NA PERSPECTIVA DO EMPODERAMENTO**

Construímos esta sessão buscando concretizar o objetivo que propomos no início desta pesquisa: estabelecer princípios para ao desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais sob a perspectiva feminista do empoderamento.

No Dicionário Houaiss podemos encontrar diversas definições para a palavra princípio. Dentre elas destacamos as seguintes: a) primeiro momento da existência (de algo), ou de uma ação ou processo; começo, início; b) o que serve de base a alguma coisa; causa primeira, raiz, ou razão; c) ditame moral; regra, lei, preceito; d) proposição elementar e fundamental que serve a uma ordem de conhecimentos; e) elemento ou conjunto de elementos que, por suas propriedades, entra na constituição ou elaboração de qualquer coisa; e, f) proposição lógica fundamental sobre a qual se apoia o raciocínio (PRINCÍPIO, 2001).

Embora princípios possam ser entendidos como um conjunto de normas, leis, padrões ou regras para embasar algo, aqui, os compreendemos como um conjunto de proposições ou conhecimentos fundamentais que podem servir como subsídio para a elaboração de estratégias, ações ou programas de competência em informação direcionados às mulheres rurais. Não se trata de algo imutável, mas algo adaptável e em construção.

O conteúdo aqui apresentado é oriundo de nossas interpretações e reflexões acerca dos resultados obtidos nesta pesquisa, tanto por meio da revisão bibliográfica, na qual buscamos sustentação conceitual e teórica nas áreas de Ciência da Informação, Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Filosofia, Educação e Ciências Agrárias, quanto por meio da análise dos dados coletados com as mulheres rurais engajadas ao MMC de Santa Catarina.

Reiteramos que, para o estabelecimento desses princípios, nos apoiamos metodologicamente na epistemologia social da Ciência da Informação, que considera a informação como um processo e os sujeitos como construtores de suas representações, de seu conhecimento, engendrando métodos de ação apoiados nos processos informacionais, e nas teorias feministas que buscam compreender, caracterizar e conceituar a situação das mulheres na sociedade para elaborar propostas de transformação das condições que sustentam as desigualdades sociais.

A análise dos dados empíricos revelou alguns aspectos importantes sobre a competência em informação e o empoderamento das participantes da pesquisa que serviram de base para as

proposições aqui descritas. Embora tenhamos percebido que elas têm acesso a informações relevantes e demonstrem empoderamento individual e coletivo, elas não são um grupo social estático e separado das demais mulheres, conforme observa Oliveira (2019). Dessa forma, entendemos que é possível estabelecermos princípios para desenvolver a competência em informação de mulheres rurais brasileiras tomando-se como base tanto os aspectos positivos identificados, de acesso à informação e empoderamento, quanto os aspectos que revelam a vulnerabilidade das participantes.

A partir disso afirmamos que **a competência em informação das mulheres rurais deve abarcar as habilidades para buscar, avaliar, interpretar e comunicar as informações em distintos suportes informacionais**. Essa afirmação decorre das seguintes observações:

- a) as participantes da pesquisa costumam buscar informações em diversas fontes para satisfazer suas necessidades informacionais: rádio; televisão; *Web*; mídias sociais (WhatsApp, Facebook, Youtube); contato e troca de experiências com outras pessoas; informativos; livros; sindicatos; órgãos de assistência aos produtores rurais; associações de agricultores; e, redes de apoio à produção;
- b) elas sabem da importância de avaliar a credibilidade das informações e tem medo dos prejuízos causados pelas *fake News*;
- c) a maioria revelou não ter clareza dos critérios para avaliar as informações;
- d) elas demonstram ter percepção crítica sobre a manipulação informacional que ocorre, principalmente, nos telejornais sob o enfoque político, mas não demonstram compreensão das estruturas de poder que envolvem a produção e disseminação das informações;
- e) elas utilizam telefones celulares, Internet e mídias sociais para acessar informações e se comunicar com outras pessoas e grupos do seu interesse, mas o fazem com limitações;
- f) a maioria das participantes revelou necessitar de ajuda de outras pessoas (filhos, netos, companheiras do MMC) para avaliar, interpretar e comunicar informações por meio das TIC e mídias sociais; e,
- g) a falta de habilidades percebida limita o ato de usar serviços online, que poderiam facilitar tarefas diárias, o exercício da cidadania digital, que já é realidade no Brasil, o uso de ambientes virtuais de aprendizagem, cuja importância foi mencionada pela participante mais jovem, e o compartilhamento de informações.

Compreendemos também que **o processo de competência em informação deve ser pautado em valores como respeito, solidariedade e igualdade para que conduza ao**

**empoderamento coletivo das mulheres rurais**, a exemplo do que ocorre nas práticas desenvolvidas no interior do movimento de mulheres. Durante a pandemia, as mulheres com mais habilidades tecnológicas auxiliavam as que possuíam mais dificuldades, a fim de que um maior número possível pudesse participar das atividades online, o que revela o respeito pelas diferenças, o princípio da solidariedade e o empoderamento coletivo. Além disso, o princípio de igualdade rege as práticas e as lutas do MMC e as mulheres levam isso para suas vidas.

Outro ponto importante a se destacar diz respeito às **atitudes e comportamentos informacionais que devem ser estimulados de modo que a competência em informação sustente o processo de empoderamento**. Neste sentido, apontamos:

- a) se manterem informadas e vigilantes, principalmente, sobre as questões que as afetam como política, saúde, condições de trabalho, mudanças na aposentadoria etc.;
- b) buscarem por informações e conhecimentos para satisfazer necessidades do cotidiano e para aprimorar as práticas que elas já realizam;
- c) buscarem constante aprendizagem de novos conhecimentos;
- d) o compromisso de compartilhar os conhecimentos adquiridos com as outras mulheres e com os membros da família;
- e) o compromisso de não reproduzir informações e condutas que dão sustentação as desigualdades e estereótipos de gênero no âmbito familiar;
- f) atitude de pedir a ajuda de outras pessoas (filhos, netos) para usarem as TIC, buscarem e avaliarem as informações que circulam nas mídias sociais quando elas têm dúvidas;
- g) comportamento de não compartilhar informações cuja origem e veracidade é desconhecida, já que elas não têm as habilidades necessárias para avaliar;
- h) atitude de participar de diversos espaços sociais (comunidade em que vivem, grupos religiosos, grupos de mães, grupos de idosos, sindicatos, cooperativas de crédito, grupos de pequenos agricultores, MMC etc.) nos quais elas consideram que aprendem, ensinam, fazem novas amizades, se divertem e exercem a cidadania quando assumem cargos de poder e decisão; e,
- i) interesse pela participação política e pelo desenvolvimento da consciência crítica.

No caso das participantes da pesquisa, essas atitudes e comportamentos foram desenvolvidos, principalmente, por meio do engajamento no MMC, ou seja, de forma coletiva. Com base nisso, defendemos que essas atitudes e comportamentos informacionais são fundamentais para o empoderamento e, por isso, devem ser incentivadas ou desenvolvidas por meio de ações e programas de competência em informação com mulheres.

Com base nos aspectos apresentados até aqui, compreendemos que mulheres competentes em informação e empoderadas, no nível individual e coletivo, devem ser capazes de: buscar, avaliar, interpretar e comunicar a informação de forma crítica; perceber sua posição social e compreender de forma crítica a realidade que as cerca; questionar a sobrecarga de trabalho e responsabilidades, bem como as práticas socioculturais que as prejudicam; tomar decisões e negociar com os membros da família o tempo para o lazer e para participar da vida social e comunitária; fazer a gestão do uso do tempo, entendendo que o excesso de trabalho é prejudicial à sua saúde física e mental; valorizar-se e respeitar-se conscientes de seu potencial; compartilhar seus conhecimentos com outras mulheres e com os membros da família em prol do bem estar coletivo; acessar e usar as TIC e mídias sociais com proficiência; reconhecer preconceitos e desinformação; conhecer seus direitos e os proteger ativamente; desafiar de forma credível as suposições (incluindo as suas próprias) e até as autoridades, quando necessário; participar da vida pública e política; e, buscar desenvolver novas habilidades e conhecimentos continuamente, de modo a ser referência a outras mulheres. Essas habilidades, atitudes e comportamentos, pautados nos princípios de respeito, solidariedade e igualdade, podem resultar em bem-estar e qualidade de vida para as mulheres, além de, torná-las cidadãs comprometidas, ativas e capazes de participar da vida democrática quando e como elas quiserem.

Ainda que desenvolver essas habilidades seja importante, a base do processo de competência em informação, para que essa competência seja efetiva na transformação da realidade social das mulheres rurais, é necessário considerar alguns princípios básicos para o desenvolvimento desse processo.

O primeiro princípio se refere às técnicas de ensino e aprendizagem adotadas para desenvolver a competência em informação das mulheres rurais. Ao observamos a forma como a aprendizagem ocorre no interior do MMC, bem como, as teorias de Bruce (2015), Lloyd (2010, 2012) e Dudziak (2011) abordadas na seção 2.3, podemos dizer que **a competência em informação de mulheres rurais, sob a perspectiva do empoderamento, deve ser desenvolvida por meio de: mediação da informação com o estímulo à reflexão crítica; troca de experiências entre elas; e, atividades práticas (oficinas, palestras, encontros) que as estimulem a sair da sua posição de conforto e que conduzam à autopercepção e à autovalorização.** Em conjunto, essas técnicas resultam na aprendizagem de novos conhecimentos e em mudanças na forma de pensar e agir sobre os problemas e as desigualdades, tanto na esfera privada quanto na pública.

Esta constatação advém do fato de que, no interior do MMC, as mulheres recebem constantemente informações sobre diversos assuntos relevantes para suas vidas, previamente selecionados pelas organizadoras do movimento, que fazem um trabalho próximo ao que conhecemos como mediação. De acordo com Almeida Júnior (2008, p. 3), a mediação é uma

ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Essa mediação, observada no interior do MMC, não é desinteressada ou neutra, uma vez que a reflexão crítica que acompanha as práticas informacionais do MMC tem como base o feminismo camponês, bem como, princípios técnicos (aprendizagem prática), estéticos (solidariedade, autoestima, autoconfiança), éticos (pensamento crítico, conscientização, respeito e igualdade nas relações sociofamiliares e comunitárias) e políticos (garantia dos direitos de cidadania e participação), que vão ao encontro das dimensões da competência em informação propostas por Vitorino e Piantola (2011). Estas dimensões, conforme argumentamos na seção 2.3, contêm elementos essenciais ao empoderamento.

De Lucca (2019), em sua pesquisa sobre a competência em informação de idosos, já havia identificado a importância da mediação para proporcionar uma postura crítica e reflexiva no uso da informação. Nossa pesquisa, portanto, reforça essa percepção que dá relevância ao trabalho realizado, principalmente, por profissionais da informação.

No que diz respeito à aprendizagem, a análise dos dados empíricos revelou que as mulheres rurais podem aprender por meio de conteúdos teóricos (livros, cartilhas, palestras, seminários), mas, principalmente, compartilhando experiências e realizando atividades práticas, pois é comum que elas se sintam cansadas e sem tempo para ler em função da sobrecarga de trabalho. Além disso, Rebollo e Vico (2014), em um estudo realizado com mulheres rurais espanholas, ressaltam a importância do apoio social na aprendizagem, o que é natural, considerando a dimensão social das pessoas. Nesse sentido, Sartur e Silva (2020, p. 6) afirmam que “qualquer indivíduo pode aprender buscando, estudando, com seu esforço individual, mas a aprendizagem se completa apenas com o compartilhamento e a troca, que somente é possível de forma coletiva”.

Ainda, com relação às atividades práticas de um programa de competência em informação, podemos dizer que as sete formas de aprendizagem em contexto específicos propostas por Bruce (2015) – conscientização por meio da informação, fontes de informação para aprender, uso de processos de informação para aprender, conexão entre informações e

necessidades de aprendizagem, construção de uma base de conhecimento, ampliação do conhecimento e uso inteligente da informação – podem servir como subsídio para as práticas juntamente com o que estamos propondo nesta tese.

O mais importante, entretanto, é que as atividades de um programa de competência em informação impulsionem as mulheres rurais a buscarem novos conhecimentos, a perceberem suas capacidades e a desenvolverem habilidades para falar em público, compartilhando suas experiências e conhecimentos práticos, uma vez que essas habilidades, juntamente com a autoestima, são essenciais para a participação nos espaços públicos de decisão.

Outro ponto a ser observado na aprendizagem, refere-se a linguagem utilizada. Por meio dela, a pessoa pode se comunicar de tal forma que outras pessoas possam captar seu jeito de pensar e de atribuir significados por meio das palavras. Assim, a linguagem e as palavras exercem um poder de influência sobre as informações que são apropriadas pela pessoa (COSTA; FARIAS, 2021). Como percebermos nas práticas do MMC, as mulheres não precisam ter altos níveis de escolarização para se apropriarem das informações que necessitam e que as levem ao empoderamento, à cidadania, à participação social e política. Mas, dificilmente elas conseguirão aprender se forem submetidas a uma linguagem excessivamente rebuscada.

O segundo princípio diz respeito **a atenção que se deve dar às condições físicas do ambiente onde as mulheres rurais serão recebidas**. No caso das participantes da pesquisa, elas não estão habituadas a frequentar espaços formais de aprendizagem, como uma biblioteca por exemplo. Há que se considerar que, talvez, este espaço não seja o ambiente que mais lhes proporcione conforto. Conforme observamos, nos encontros online promovidos pelo MMC e considerando as características dessa população, acreditamos que as mulheres rurais se sentirão mais à vontade em um ambiente onde elas possam falar alto, rir e tomar chimarrão, por exemplo. Geralmente, elas se sentem bem em espaços que elas mesmas organizam. Evidentemente, isso vai depender das características de cada grupo de mulheres, mas esse acolhimento pode representar a obtenção de melhores resultados de aprendizagem. Além disso, reiteramos que o ambiente de realização de ações ou programas de competência em informação com mulheres rurais deve comportar a execução de atividades práticas de forma coletiva.

O terceiro princípio refere-se à **utilização de uma abordagem teórico-prática de competência em informação para o empoderamento de mulheres rurais que seja contextual, aberta, evolutiva, fundamentada no feminismo e direcionada a qualificar a ação das mulheres rurais nas quadro dimensões propostas por Vitorino e Piantola (2011): técnica (acesso à informação e uso das TIC); estética (autoconhecimento, autoestima e**

**solidariedade); ética (pensamento crítico); e, política (cidadania e participação política),** já discutidas na seção 2.3.

A contextualização se faz essencial no desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais em função da necessidade de compreendermos e considerarmos, em ações e programas, as relações de poder e os aspectos socioculturais. Isso significa que profissionais da informação e educadores, ou outros profissionais interessados em desenvolver a competência em informação das mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento, devem se dedicar em conhecer esses aspectos, sendo especialmente sensíveis às questões de gênero.

É preciso levar em conta que as desigualdades de gênero e o machismo, ainda muito enraizado no contexto rural, podem ser obstáculos ao desenvolvimento da competência em informação das mulheres rurais, mesmo quando elas têm acesso à informação. Conforme as participantes da pesquisa revelaram, ainda há muitas mulheres que não saem de casa porque não conseguem se desvencilhar do trabalho, ou precisam enfrentar o marido que se opõe, ou também porque não tem consciência da importância de se autodesenvolverem e menos ainda de participarem politicamente de espaços de decisão.

Diante disso, vislumbramos que o primeiro desafio consiste em dar ciência às mulheres rurais sobre a necessidade de desenvolver competência em informação e o segundo refere-se a oportunizar esse desenvolvimento em um formato que esteja ao alcance e seja viável para elas. É pouco provável que as mulheres rurais saiam de casa para ir a uma biblioteca buscar informação ou participar de formações que lhes propiciem o desenvolvimento da competência em informação. Elas precisam ser apresentadas ou convencidas dessa necessidade e as oportunidades de aprendizagem precisam ocorrer nos espaços em que elas estejam habituadas a frequentarem, ou seja, na comunidade, nas igrejas, nas feiras, nos sindicatos rurais ou, até mesmo, em suas residências, a exemplo de como fazem os agentes comunitários de saúde nos municípios pequenos. Esses profissionais estão vinculados a um programa governamental de atenção básica a saúde e atuam segundo diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Algumas de suas atribuições são: cadastrar as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados; orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade etc. (BRASIL, 2012). Sabemos que é utópico, no contexto político atual brasileiro, pensarmos em um programa como este, vinculado ao Ministério da Educação, em que profissionais da informação ou outras pessoas devidamente capacitadas pudessem ir até a

casas das pessoas em áreas rurais e ajudá-las com suas dificuldades informacionais e tecnológicas, considerando o pouco que se investe em educação e em bibliotecas, as quais estes profissionais estariam vinculados, mas os resultados dessa pesquisa nos fazem acreditar que isso poderia ser efetivo para a inclusão social e digital, especialmente, das mulheres rurais que pouco saem de casa e/ou das mais idosas, que necessitam de auxílio constante.

Considerando as fontes de informação comumente utilizadas no meio rural, uma estratégia que pode ser utilizada é estabelecer parcerias com instituições já conhecidas pelas mulheres, como por exemplo o SINTRAF, a EPAGRI ou até mesmo a paróquia local, seguindo o exemplo dos bibliotecários que em ambientes educacionais formais, trabalham em parceria com os professores e outros profissionais.

Também acreditamos que os recursos de informação e comunicação, como o rádio e o WhatsApp, podem ser estrategicamente aproveitados para desenvolver a competência em informação no formato de pequenas ações com o intuito de conscientizar, por exemplo, sobre machismo, sobre como reconhecer *fake News*, sobre como fazer buscas na Internet de forma segura ou sobre como obter ajuda em caso de violência etc. Essas informações chegariam até mesmo na casa das mulheres que se encontram submersas pelo trabalho.

A cultura, os valores, as expectativas e necessidades de vida do grupo de mulheres também precisam ser conhecidas. Trata-se, de acordo com Bruce (2008), de estar cientes de como as pessoas, em determinado contexto, experimentam os aspectos do mundo sobre os quais estão aprendendo. Saber como se constitui a informação para diferentes grupos e suas experiências de uso, é indispensável para ajudar seus membros a se tornarem competentes em informação, dado que, como percebemos nesta pesquisa, não se pode partir do pressuposto de que as noções de liberdade, autonomia, capacidade e agência sejam universais (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017). Para o grupo de mulheres engajadas no MMC, por exemplo, a liberdade está associada ao poder sair de casa com tranquilidade e ao poder fazer escolhas. Os cuidados com a saúde estão associados a um entendimento político de enfrentamento ao sistema de produção capitalista. Estes exemplos elucidam que com outro grupo de mulheres rurais, que não participam de um movimento social, essas características contextuais podem ser completamente distintas.

Bruce (2008) também observa que se queremos que um determinado grupo de pessoas se torne mais conscientes das informações sobre um tema específico e aprenda a usar essas informações de forma efetiva, precisamos primeiro entender o que essas pessoas consideram ser uma informação valiosa, quais são as suas fontes preferidas de informação e como elas as

usam para aprender, o que vai ao encontro de nossa recomendação sobre as formas mais adequadas de aprendizagem para as mulheres rurais. A partir disso, podemos pensar em práticas de competência em informação que façam sentido no contexto das mulheres e que atendam às suas necessidades.

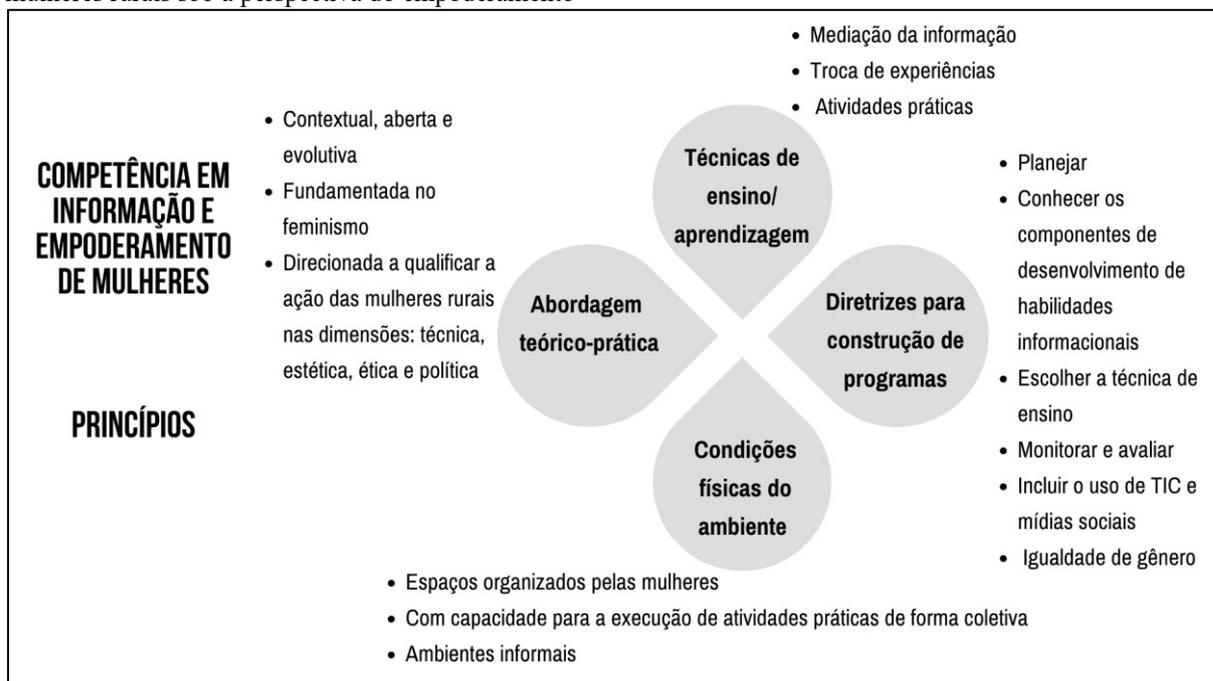
Todos esses fatores são mutáveis, o que justifica nossa argumentação sobre uma abordagem, que além e contextual, seja aberta e evolutiva. Uma abordagem com essas características também resultará em uma aprendizagem mais atrativa às mulheres. Nesse sentido, acrescentamos que programas de competência em informação podem ser contextualizados em termos de casa, família, comunidade, direitos sociais e civis, bem como incorporar o uso das tecnologias e de mídias sociais, que apareceram tanto na revisão de literatura quanto na análise empírica como necessidade das participantes da pesquisa.

A necessidade de uma abordagem feminista e direcionada a qualificar a ação se justifica em função do empoderamento, que segundo diversas autoras (SAFIOTTI, 2014; CONNELL, 2014; BERTH, 2019; KLEBA; WENDAUSEN, 2009) é importante a qualquer mulher submetida a sistemas opressivos e desiguais. Além disso, compreendemos que a associação entre competência em informação e empoderamento precisa existir para que esta competência se constitua em um processo capaz de ajudar as mulheres a desafiar ideologias que justificam a desigualdade social, mudarem os padrões prevalentes de acesso e controle sobre os recursos econômicos, naturais e intelectuais e transformarem as instituições e estruturas que reforçam e sustentam estruturas de poder existentes (família, Estado, mercado, educação, meios de comunicação, etc.) (BATLIWALA, 2007).

O quarto e último princípio é **observar as diretrizes para construção de programas de competência em informação promulgadas pela UNESCO, IFLA e FEBAB**, as quais apresentamos na seção 2.2.2 desta tese, considerando, principalmente, os seguintes pontos: seguir um plano de ação com passos que ajudarão a desenvolver ideias claras acerca do que se deseja conseguir e como se pretende alcanças os objetivos; conhecer os componentes de desenvolvimento de habilidades informacionais e familiarizar-se com estas teorias de aprendizagem para desenvolver técnicas de ensino efetivas; monitorar e avaliar a aprendizagem; incluir nos programas o uso de TIC e mídias sociais; e, considerar o princípio de igualdade de gênero, diretamente vinculado a justiça social.

Com base no que discutidos, expusemos, na Figura 10, os princípios norteadores para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais.

Figura 10 – Princípios norteadores para o desenvolvimento da competência em informação em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento



Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2022).

Como vemos, as habilidades, atitudes e comportamentos informacionais das participantes desta pesquisa, bem como as condições do contexto rural, identificados a partir da análise dos dados coletados, nos levou a proposição de um conjunto composto por quatro princípios fundamentais ao desenvolvimento da competência em informação de modo que esta contribua ao empoderamento das mulheres rurais numa perspectiva transformadora da realidade social.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesta pesquisa, nos propusemos a responder a seguinte indagação: quais habilidades, atitudes e/ou comportamentos informacionais, inerentes à competência em informação, contribuem ao empoderamento das mulheres rurais numa perspectiva transformadora da realidade social e sob quais condições essenciais isso ocorre?

A perspectiva teórica adotada na pesquisa, interdisciplinar e holística, nos possibilitou uma aproximação sensível e respeitosa ao objeto desta tese sem, contudo, nos distanciarmos do foco de análise da Ciência da Informação. E, conforme descrevemos na seção 4, a análise e interpretação dos dados empíricos revelou aspectos importantes da competência em informação e do empoderamento das mulheres rurais. A partir disso, respondemos a indagação inicial, alcançamos os objetivos propostos e chegamos a algumas conclusões, as quais nos dedicamos em apresentá-las aqui.

Ao revisarmos a literatura sobre empoderamento, percebemos nos escritos de alguns autores menções sobre a importância do acesso à informação e do conhecimento para esse processo. Com a revisão dos textos sobre competência em informação, apontamos, sob o enfoque das dimensões técnica, estética, ética e política, os elementos que conectam os dois processos e dão sentido à tese defendida: conscientização; pensamento crítico; cidadania; participação política; acesso à informação; uso das TIC; autoestima e autoconhecimento.

Perceber o MMC como um espaço onde ocorrem práticas mediadas de informação e empoderamento, nos permitiu analisar às mudanças profissionais, subjetivas, de vida e à aspectos da atuação política das mulheres rurais. Nesse interim, destacamos a aquisição de conhecimentos sobre novas práticas de trabalho e o aprimoramento nas técnicas de trabalho já conhecidas pelas mulheres desde a infância, o desenvolvimento da capacidade de negociar e de tomar decisões na unidade familiar, o desenvolvimento da capacidade de falar em público, ganhos de autoconhecimento e autonomia, o desenvolvimento de habilidades para resolver problemas na unidade familiar, mudanças na gestão do tempo e com relação a realização do trabalho doméstico, mudanças no cuidado com a saúde, coragem para sair de casa e mudar a rotina de trabalho excessivo, aumento da participação política e cidadã etc. Destacamos ainda que as participantes desta pesquisa reconhecem o acesso e uso da informação como essencial para defender seus pontos de vista e não serem silenciadas frente à discursos e tentativas de opressão, tanto âmbito familiar quanto na esfera pública.

Com base nisso, a tese mostra que o processo de competência em informação contribui

ao empoderamento no nível individual, principalmente, em função da aquisição informações e de novos conhecimentos, e no nível coletivo, por qualificar a ação das mulheres.

A tese também evidencia que a competência em informação contribui para minimizar algumas vulnerabilidades a que as mulheres estão constantemente expostas, ainda que o empoderamento não seja um processo simples que pode ser resolvido somente por meio do desenvolvimento da competência em informação. Muitas das vulnerabilidades econômicas, sociais e políticas das mulheres emergiram quando apresentamos as características das mulheres rurais brasileiras com base na literatura e em dados estatísticos. Mais tarde, ao analisarmos os dados empíricos, se sobressaíram também as vulnerabilidades informacionais e digitais, que reforçaram o que defendemos no início desta tese: a inclusão digital e informacional das mulheres rurais na sociedade em que vivemos, bem como, o alcance de justiça social, passa por desenvolver a competência em informação de modo que esta seja uma ferramenta que empodera e contribui para transformar a realidade social.

Reiteramos, contudo, com base nas reflexões teóricas realizadas, a importância de, na área de Ciência da Informação, não compactuarmos com narrativas simplistas sobre o empoderamento que contribuem para acomodar as mulheres “dentro das ordens sociais e de gênero existentes, que as colocam para trabalhar pelo desenvolvimento, em vez de fazer com que o desenvolvimento funcione para elas” (CORNWALL, 2018, p. 2). Para isso, consideramos fundamental assentar as bases das investigações e práticas profissionais na perspectiva feminista. Esta perspectiva considera o empoderamento como sinônimo de emancipação social, assumindo uma postura de enfrentamento às desigualdades sociais e de gênero em prol do bem-estar das mulheres.

Concluimos, portanto, que a competência em informação deve ser considerada, além de um direito humano, uma necessidade para o empoderamento das mulheres. Compreendê-la nessa perspectiva a coloca como aliada da justiça social nas três dimensões apontadas por Fraser (2010, 2012): redistribuição, reconhecimento e representatividade. Isso porque trata-se de um processo que resulta em habilidades, conhecimentos e atitudes que permitem às mulheres desafiar ideologias que justificam a desigualdade social (reconhecimento), mudarem os padrões prevalentes de acesso e controle sobre os recursos econômicos, naturais e intelectuais (redistribuição) e transformarem as instituições e estruturas que reforçam e sustentam estruturas de poder existentes. Além disso, amplia as possibilidades de participação social e política (representatividade).

Ao falarmos de competência em informação e empoderamento, não podemos deixar de mencionar que esta tese comprova o que lemos em diversos textos sobre o MMC. De fato, ele desempenha, por meio de suas práticas, uma importante função no empoderamento das mulheres rurais em todos os seus níveis. Acrescentamos ainda que as práticas e a mediação da informação no âmbito do movimento também desenvolvem, em algum nível, a competência em informação das mulheres. Apesar de isso ser muito importante, percebemos ao longo desta tese que as mulheres rurais necessitam de muito mais para se tornarem proficientes em informação. Assim, recomendamos que o movimento amplie suas ações nesse sentido, estabelecendo, inclusive, parcerias com profissionais da informação que possam contribuir no desenvolvimento das habilidades digitais e informacionais das mulheres.

Salientamos que as constatações desta tese são oriundas do estudo com um grupo de mulheres que tem acesso à informação, que encontram apoio umas nas outras diante das dificuldades e que, acima de tudo, são conduzidas de forma articulada por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização e autorreconhecimento de si mesmas e de suas habilidades humanas. Imaginemos, então, o caminho a ser percorrido com mulheres rurais que estão em outras condições, muitas vezes, isoladas, submersas ao trabalho, expostas a uma infinidade de vulnerabilidades que se interseccionam. Alguns podem nos dizer que é difícil pensar em necessidades mais altas quando há tantas necessidades mais baixas, mas defendemos que precisamos começar de algum ponto, de alguma forma.

Diante disso, recomendamos que profissionais da informação, educadores e governos mobilizem esforços – ações, programas e políticas públicas – para oportunizar às mulheres rurais o desenvolvimento dessa competência, atentando-se às condições apontadas nesta tese. Reafirmamos a ideia apresentada inicialmente de que essa competência pode ser desenvolvida em qualquer fase da vida das pessoas, mas, no caso de grupos em vulnerabilidade como as mulheres rurais, o seu desenvolvimento requer um olhar atento aos aspectos contextuais, sociais e culturais, que podem, inclusive, se converterem em empecilhos a esse desenvolvimento. Além disso, constatamos que o desenvolvimento da competência em informação pode ocorrer por meio de práticas informacionais em espaços informais de aprendizagem, a exemplo do que ocorre no interior do MMC, desde que se observem as condições básicas para o empoderamento coletivo e que se utilize a abordagem adequada.

Aos governos também cabe destinar investimentos para a melhoria da infraestrutura de acesso à internet no campo. Além disso, seria desejável e apropriado, frente as dificuldades econômicas da população rural, a implementação de uma rede de bibliotecas públicas, com

bibliotecários, para atender de forma gratuita as necessidades informacionais e tecnológicas das pessoas. Nesse sentido, sugerimos que o Brasil observe o exemplo de outros países, como a Espanha, que desde os anos 2000, vem investindo massivamente em políticas públicas para esses fins e, além disso, tem incorporado cada vez mais em suas políticas a perspectiva de gênero, com medidas de inclusão digital e informacional direcionadas especificamente às mulheres rurais.

Para finalizar, do ponto de vista científico, visualizamos que a abordagem teórico-metodológica desenvolvida cumpre sua função de contribuir a expansão dos limites atuais dos estudos sobre competência em informação, tanto em nível nacional, quanto internacional, traz conhecimentos sobre um tema em que há escassez de estudos e resulta em princípios norteadores para o desenvolvimento de mulheres rurais competentes em informação sob a perspectiva do empoderamento. Os princípios dão conta de apontar características do que se deve constituir o processo de desenvolvimento da competência em informação, sob a perspectiva do empoderamento.

Dessa forma, acreditamos que alcançamos o que esperávamos no início da pesquisa: evidenciar caminhos que podem ser percorridos por bibliotecários, educadores e demais profissionais interessados em desenvolver a competência em informação de mulheres rurais de forma que esta contribua ao empoderamento. Ousamos dizer ainda que os resultados desta pesquisa podem ser úteis aos responsáveis por elaborar e propor políticas públicas nas esferas governamentais que objetivem reduzir a exclusão digital e informacional.

Daqui para a frente, alimentamos a esperança de ver, com base nesta pesquisa e em outras com grupos vulneráveis, estratégias, ações e programas de competência em informação direcionados não só às mulheres rurais, mas também a outros grupos vulneráveis, e não somente em âmbito brasileiro, mas também em outros países da América Sul, cuja situação das mulheres rurais não difere muito da brasileira. Afinal, há um longo caminho a ser percorrido, tanto no que se refere ao desenvolvimento da competência em informação, quanto ao empoderamento.

Nesse sentido, confiamos que a pesquisa aqui empreendida pode se constituir no pontapé inicial de uma discussão que inspire outros pesquisadores a desenvolverem estudos nessa linha. Acreditamos que no âmbito da área de Ciência da Informação, definida como uma ciência social, há espaço para estudos de cunho social cada vez mais significativos incluindo a perspectiva de gênero.

Desse modo, ressaltamos a relevância da reflexão aqui apresentada e sugerimos que pesquisas futuras sobre competência em informação na perspectiva de gênero atentem-se aos

aspectos teóricos utilizados no desenvolvimento desta tese. Sugerimos também que pesquisas conduzidas por profissionais da área de Ciência da Informação sigam investigando a competência em informação na vida das mulheres rurais, aprofundando, principalmente, as dimensões técnica e política, em função das necessidades destas mulheres, bem como fazendo análises das situações que colocam as mulheres em vulnerabilidade, uma vez que isso poderá evidenciar outras formas de contribuir ao enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero e à inclusão das mulheres rurais à Sociedade do Conhecimento. Pesquisas com outros grupos de mulheres rurais, que vivem em outros contextos, podem resultar em novos elementos importantes a essa discussão. Enfim, por se tratar de um tema pouco explorado, há muitas possibilidades de investigação.

## REFERÊNCIAS

AASL. **Information power: building partnerships for learning**. Chicago: ALA, 1998.

Disponível em:

[http://books.google.ca/books?id=hH57eSwK38UC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.ca/books?id=hH57eSwK38UC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 31 jan. 2022.

ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Map locator of Santa Catarina's Oeste Catarinense mesoregion**. 2006. 1 fotografia, colorida. Disponível em:

[https://en.wikipedia.org/wiki/Oeste\\_Catarinense#/media/File:SantaCatarina\\_Meso\\_OesteCatarinense.svg](https://en.wikipedia.org/wiki/Oeste_Catarinense#/media/File:SantaCatarina_Meso_OesteCatarinense.svg). Acesso em: 11 mar. 2022.

ACRL. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em:

<http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/framework1.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ACRL. **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Chicago: ACRL, 2000. Disponível em:

<https://alair.ala.org/bitstream/handle/11213/7668/ACRL%20Information%20Literacy%20Competency%20Standards%20for%20Higher%20Education.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ADEKANNBI, Janet O.; ADENIRAN, Olumide Morakinyo. Information literacy of women on family planning in rural communities of Oyo State Nigeria.

**Information Development**, [S.l.], v. 33, n. 4, p. 351-360, set. 2017. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0266666916661387>. Acesso em: 31 jan. 2022.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação:

reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, ed. esp., 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/33804>. Acesso em: 31 jan. 2022.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 157-182.

ALA. **Presidential committee on information literacy: final report**. Washington (DC):

ALA, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da agricultura. In: CALDART, Roseli Salette *et al.*

(org.). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 479-483. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: ANCIB, 2008. p. 1-14. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3037/2163>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ALVES, Fernanda Maria Melo; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Modelos e experiências de competência em informação em contexto universitário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 83-104, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n41p83/28291>. Acesso em: 31 jan. 2022.

AMARANTE, Erivelto. A pandemia de *fake news* no Facebook durante a covid-19. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, n. 31, p. 51-68, 2020. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/dj62sp4cnvcnpbzxqc4doczbh4/access/wayback/http://ojs.labc-om-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/download/948/pdf#page=58>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ANDERSEN, Jack. The public sphere and discursive activities: information literacy as sociopolitical skills. **Journal of Documentation**, Londres, v. 62, n. 2, p. 213-228, 2006. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/00220410610653307>. Acesso em: 31 jan. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 38, p. 192-204, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/qhsrgPL7T6RbKKVbMwrPMNb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ARAÚJO, Clara. As mulheres e o poder político: desafios para a democracia nas próximas décadas. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: ONU Mulheres, 2011. p. 90-137. Disponível em: [http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

ATLAS.Ti. **Whats is the Atlas.ti?** Berlim, c2022. Disponível em: <https://atlasti.com/product/what-is-atlas-ti/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BAGLARI, Jeemina. Information and Communication Technology (ICT) and women empowerment. **International Journal of Advanced Research in Management and Social Sciences**, [S.l.], v. 3, n. 9, p. 80-89, 2014. Disponível em: <https://garph.co.uk/IJARMSS/Sep2014/8.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BALASUBRAMANIAN, Kbala *et al.* Using mobile phones to promote lifelong learning among rural women in Southern India. **Distance Education**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 193-209, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01587919.2010.502555>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria; PETURLAN, Renata. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 43-60. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8034/1/Usodo%20tempo%20e%20g%C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social?: uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722/17099>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BARAJA, Maria de la Paz López. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso\\_do\\_tempo\\_e\\_genero.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Aldo. Leia e Pense! [Entrevista cedida a] Leonardo Melo. **Aldosbarreto's Blog**, Rio de Janeiro (RJ), jan. 2012. Disponível em: <https://aldobarreto.wordpress.com/2012/01/08/leia-e-pense/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BATLIWALA, Srilatha. Taking the power out of empowerment: an experiential account. **Development in Practice**, Londres, v. 17, n. 4-5, p. 557-565, ago. 2007. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/25548253?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/25548253?seq=1#metadata_info_tab_contents). Acesso em: 31 jan. 2022.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros**. São Paulo: ABECIN, 2018. Disponível em: [http://abecin.org.br/data/documents/E-Book\\_Belluzzo.pdf](http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Belluzzo.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. A information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA UNESP, 7., 2001, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]** São Paulo: UNESP, 2001. Disponível em: [http://www.simpep.feb.unesp.br/anais\\_simpep\\_aux.php?e=8](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=8). Acesso em: 31 jan. 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

BETTINE, Marco. **A teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas: bases conceituais**. São Paulo: Edições EACH, 2021. Disponível em: [http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/587/522/1987\\_Acesso](http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/587/522/1987_Acesso) em: 31 jan. 2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Ed. do Kindle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. *E-book*.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. **Feminismo e política**. Ed. do Kindle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. *E-book*.

BONFIM, Elisiane Gomes; COSTA, Marta Cocco da; LOPES, Marta Julia Marques. Vulnerabilidade das mulheres à violência e danos à saúde na perspectiva dos movimentos sociais rurais. **Athenea Digital**, Espanha, v. 13, n. 2, p. 193-205, jul. 2013. Disponível em: [https://ddd.uab.cat/pub/athdig/athdig\\_a2013m7v13n2/athdig\\_a2013m7v13n2p193.pdf](https://ddd.uab.cat/pub/athdig/athdig_a2013m7v13n2/athdig_a2013m7v13n2p193.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas**: o movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100720/310923.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34/35, p. 67-88, 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/1259>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 289-302, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wHF7F6FnV5xnZ6GgcYyCTSR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BONI, Valdete; BOSETTI, Cleber José. “Camponês é aquele que produz seu próprio alimento”: segurança e soberania alimentar como meio de resistência. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 42, p. 211-22, 2017. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/3856/2267>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MDA). **Mulheres rurais se destacam em diferentes atividades e buscam acesso a direitos**. Brasília: MDA, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mulheres-rurais-se-destacam-em-diferentes-atividades-e-buscam-visibilidade-para-seus-direitos>. 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PNAB: Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_atencao\\_basica.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica.pdf). Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2017-2018**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. 181 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/publicacoes-1/SPMRaseamdigital.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/PlanoNacionaldePoliticaparaasMulheres20132015.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Marília. **Anais eletrônicos** [...]. Marília: UNESP, 2018. Disponível em: [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX\\_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219/1636](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219/1636). Acesso em: 12 mar. 2022.

BRUCE, Christiane Susan. **Information literacy: a phenomenography**. 1996. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Nova Inglaterra, Estados Unidos, 1996. Disponível em: <https://rune.une.edu.au/web/handle/1959.11/6730>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRUCE, Christiane Susan. Information literacy: understanding peoples' information and learning experiences. In: INTERNATIONAL SCIENTIFIC CONFERENCE “WESTERN BALKAN INFORMATION LITERACY”, 12., 2015, Bihać. **Anais eletrônicos** [...]. Bihać: Kantonalna I Univerzitetska Biblioteka BIHAĆ, 2015. p. 11-16. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Ratko-Knezevic/publication/328902244\\_PROCEEDINGS\\_12th\\_INTERNATIONAL\\_SCIENTIFIC\\_CONFERENCE\\_WESTERN\\_BALKAN\\_INFORMATION\\_LITERACY\\_ZBORNIK\\_RAD\\_OVA\\_XI\\_MEDUNARODNE\\_NAUCNE\\_KONFERENCIJE\\_INFORMACIJSKA\\_PISMENOST\\_NA\\_ZAPADNOM\\_BALKANU/links/5bea98a2a6fdcc3a8dd20ea4/PROCEEDINGS-12th-INTERNATIONAL-SCIENTIFIC-CONFERENCE-WESTERN-BALKAN-Information-Literacy-Zbornik-Radova-XI-Medunarodne-Naucne-Konferencije-Informacijska-Pismenost-Na-Zapadnom-Balkanu.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ratko-Knezevic/publication/328902244_PROCEEDINGS_12th_INTERNATIONAL_SCIENTIFIC_CONFERENCE_WESTERN_BALKAN_INFORMATION_LITERACY_ZBORNIK_RAD_OVA_XI_MEDUNARODNE_NAUCNE_KONFERENCIJE_INFORMACIJSKA_PISMENOST_NA_ZAPADNOM_BALKANU/links/5bea98a2a6fdcc3a8dd20ea4/PROCEEDINGS-12th-INTERNATIONAL-SCIENTIFIC-CONFERENCE-WESTERN-BALKAN-Information-Literacy-Zbornik-Radova-XI-Medunarodne-Naucne-Konferencije-Informacijska-Pismenost-Na-Zapadnom-Balkanu.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

BRUCE, Christine Susan. Information literacy research: dimensions of the emerging collective consciousness: a reflection. **Australian Academic & Research Libraries**, [S.l.], v. 47, n. 4, p. 239-244, 2016. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.tandfonline.com%2Fdoi%2Fpdf%2F10.1080%2F00048623.2016.1248236%3FneedAccess%3Dtrue>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRUCE, Christine Susan. Informed learning: realising the potential of the information society in our 21st century world. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LIBRARIES, INFORMATION AND SOCIETY (ICoLIS). 2008, Malaya. **Anais eletrônicos** [...]. Malaya: University of Malaya, 2008. p. 1-12. Disponível em: <https://eprints.qut.edu.au/17990/1/c17990.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BURCH, Sally. Sociedade da informação/sociedade do conhecimento. In: AMBROSI, Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMIENTA, Daniel. **Em Desafios de Palavras: enfoques multiculturais**

sobre as Sociedades da Informação. Paris: C&F Éditions, 2005. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4036223/mod\\_resource/content/2/Sally%20Burch%20Sociedade%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Copia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4036223/mod_resource/content/2/Sally%20Burch%20Sociedade%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Copia.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

CAMILI-TRUJILLO, Celia; RÖMER-PIERETTI, Max. Metasíntesis en alfabetización para el empoderamiento de grupos vulnerables. **Comunicar**, Espanha, v. 25, n. 53, p. 9-18, out./dez. 2017. Disponível em: [https://www.redalyc.org/pdf/158/15852792001\\_2.pdf](https://www.redalyc.org/pdf/158/15852792001_2.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/986/1027>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CAPURRO, Rafael. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (org.). **Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010. p. 11-51 Disponível em: <http://ru.ffyl.unam.mx:8080/bitstream/10391/1328/1/teaching%20information%20ethics.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CAPURRO, Rafael. Epistemología y ciencia de la información. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: [http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/542/CONFESP\\_Capurro.pdf?sequence=1](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/542/CONFESP_Capurro.pdf?sequence=1). Acesso em: 31 jan. 2022.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/241/28#>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994. Disponível em: <http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/1344>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CARREGNATO, Sonia. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=16627>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CARTA de Marília. Marília: UNESP, 2014. Disponível em: [https://ofaj.com.br/textos\\_conteudo.php?cod=546](https://ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=546). Acesso em: 31 jan. 2022.

CARVALHO, Horacio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura camponesa. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* (org.). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 28-34. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia. Perspectivas y aportes de la investigación feminista a la emancipación. In: CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia *et al.* **Otras formas de (des)aprender: investigación feminista en tiempos de violencia, resistencias y decolonialidad.** País Basco (ES): UPV, 2019. Disponível em: [https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/uploads/pdfs/409/metodologia\\_feminista.pdf?155774490](https://publicaciones.hegoa.ehu.eus/uploads/pdfs/409/metodologia_feminista.pdf?155774490). Acesso em: 31 jan. 2022.

CASTAÑO COLLADO, Cecilia. La segunda brecha digital y las mujeres. **Telos: Revista de Pensamiento, Sociedad y Tecnología**, Madrid, p. 1-11, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://telos.fundaciontelefonica.com/archivo/numero075/la-segunda-brecha-digital-y-las-mujeres/?output=pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CASTEL, Robert. **La metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado.** Buenos Aires: Paidós, 1997. Disponível em: [https://aulavirtual4.unl.edu.ar/pluginfile.php/7097/mod\\_resource/content/1/castel-robert-la-metamorfosis-de-la-cuesti%C3%B3n-social.pdf](https://aulavirtual4.unl.edu.ar/pluginfile.php/7097/mod_resource/content/1/castel-robert-la-metamorfosis-de-la-cuesti%C3%B3n-social.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CATTS, Ralph; LAU, Jesús. **Hacia unos Indicadores de Alfabetización Informacional.** Madri: Ministerio de Cultura, 2009. Disponível em: <http://travesia.mcu.es/portaln/jspui/bitstream/10421/3141/1/IndicadoresUNESCOesp4.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CILIP. Definición de alfabetización informacional de CILIP, 2018. **Anales de Documentación**, Murcia, v. 23, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/373811/277781>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CINTRÃO, Rosângela Pezza; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010.** Rio de Janeiro: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: [http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **RBSE**, João Pessoa, v. 24, n. 8, p. 738-757, 2009. Disponível em: [http://paginas.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao\\_art.pdf](http://paginas.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

CONDE, César Augusto Galvão Fernandes; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Desinformação: qualidade da informação compartilhada em mídias sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos [...]**. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124592>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 11-34, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/17033/10322>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CORNWALL, Andrea. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, nov. 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332018000100202&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100202&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 31 jan. 2022.

CORRÊA, Sonia. O conceito de gênero: teorias, legitimação e usos. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: [http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

CORREIA, Ana Maria Ramalho. **Information literacy for an active and effective citizenship**. Prague: UNESCO. 2002. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Ana-Maria-Correia-2/publication/228765129\\_Information\\_literacy\\_for\\_an\\_active\\_and\\_effective\\_citizenship/links/55d1bea408aee5504f68edf4/Information-literacy-for-an-active-and-effective-citizenship.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ana-Maria-Correia-2/publication/228765129_Information_literacy_for_an_active_and_effective_citizenship/links/55d1bea408aee5504f68edf4/Information-literacy-for-an-active-and-effective-citizenship.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

COSTA, Daysene de Araújo; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Apropriação da informação, empoderamento e protagonismo social: análise da obra Quarto de Despejo. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 45 - 69, jan./abril de 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29288/28745>. Acesso em: 31 jan. 2022.

COSTA, Fernanda C. da Silva; ALVES, Daniella; SILVA, Laelson Felipe da. Competência crítica em informação e empoderamento de mulheres: revisando e entrelaçando conceitos. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (org.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 397-418.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed: 2010.

CUEVAS-CERVERÓ, Aurora. Acceso a la información para la ciudadanía: el modelo europeo de competencias digitales Digcomp. In: FREIRE, Isa (org.). **Dez anos do LTI: Laboratório de Tecnologias Intelectuais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/205/795/6959-1>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CUEVAS-CERVERÓ, Aurora. Investigación en información y comunicación para la ciudadanía: una experiencia educativa de inclusión social. **Informação & Sociedade: Est.**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 117-127, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/citationstylelanguage/get/associacao-brasileira-de-normas-tecnicas?submissionId=32690>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CUEVAS-CERVERÓ, Aurora; MARQUES, Márcia; PAIXÃO, Pablo Boaventura Sales. A alfabetização que necessitamos: informação e comunicação para a cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 35-48, maio/ago. 2014. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/33126/1/ARTIGO\\_Alfabetiza%  
c3%a7%  
c3%a3oQueNecessitamos.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/33126/1/ARTIGO_Alfabetiza%c3%a7%c3%a3oQueNecessitamos.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

CUEVAS-CERVERÓ, Aurora; SIMEÃO, Elmira. Inclusão digital e alfabetização informacional para a inclusão social, um modelo orientado a saúde. In: CUEVAS, Aurora; SIMEÃO, Elmira (coord.). **Alfabetização informacional e inclusão digital: modelo de infoinclusão social**. Brasília (DF): Thesaurus, 2011. p. 11-15.

CUNHA, Thiago; GARRAFA, Volnei. Vulnerability: a key principle for global bioethics? **Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics**, Berkeley, CA, v. 25, n. 2, p.197-208, 2016. Disponível em: [http://journals-cambridge-  
org.ez46.periodicos.capes.gov.br/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=  
10225159&fileId=S096318011500050X](http://journals-cambridge-org.ez46.periodicos.capes.gov.br/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=10225159&fileId=S096318011500050X). Acesso em: 31 jan. 2022.

DE LUCCA, Djuli Machado. **Princípios para o desenvolvimento da competência em informação do idoso sob o foco da dimensão política**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/206334/PCIN0205-T.pdf?sequence=-  
1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/206334/PCIN0205-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y). Acesso em: 31 jan. 2022.

DE LUCCA, Djuli Machado; VITORINO, Elizete Vieira. A dimensão política da competência em informação. In: DE LUCCA, Djuli Machado; VITORINO, Elizete Vieira (org). **As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política**. Porto Velho: EDUFRO, 2020. p. 203-234.

DECLARAÇÃO DE MACEIÓ sobre a Competência em Informação. Maceió: FEBAB, 2011. Disponível em: [http://febab.org.br/declaracao\\_maceio.pdf](http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf). Acesso: em 31 jan. 2022.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por). Acesso em: 31 jan. 2022.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p.173-178.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, p. 37-42, 2000. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ci/a/797VnWgmBHvsnvbJJyztKnP/?format=pdf&lang=pt\\_  
\\_](https://www.scielo.br/j/ci/a/797VnWgmBHvsnvbJJyztKnP/?format=pdf&lang=pt_) Acesso em: 31 jan. 2022.

DOHERTY, John J. No shhing: giving voice to the silenced: an essay in support of critical information literacy. **Library philosophy and practice**, [S.l.], v. 9, n. 2, 2007. Disponível em:

[http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.553.2066&rep=rep1&type=pdf\\_](http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.553.2066&rep=rep1&type=pdf_)  
Acesso em: 31 jan. 2022.

DOYLE, Christina S. **Information Literacy in an information society**: a concept for the information age. Nova Iorque (EUA): ERIC Clearinghouse on Information and Technology, 1994. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED372763.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

DUARTE André de M.; CÉSAR Maria Rita de A. Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 109-146, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DsjZ343HBXtdVvSJcgmX3VS/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Em busca da pedagogia da emancipação na educação para a competência em informação sustentável. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 66-183, jul./dez. 2011. Disponível em: [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1925/pdf\\_8](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1925/pdf_8). Acesso em: 31 jan. 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: uma revolução silenciosa, diferentes concepções para a competência em informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais eletrônicos [...]**. Fortaleza: FEBAB, 2002. Disponível em: [http://repositorio.febab.org.br/files/original/29/4053/SNBU2002\\_047.pdf](http://repositorio.febab.org.br/files/original/29/4053/SNBU2002_047.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 213-253, 2017. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/675/577>. Acesso em: 31 jan. 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004151029/publico/Dudziak2.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n.1, p. 23-35, 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071>. Acesso em: 31 jan. 2022.

DULZAIDES IGLESIAS, María Elinor; MOLINA GÓMEZ, Ana María. La competencia informacional: concepción relevante a considerar en la Educación Superior. **Medisur**: Revista Electrónica de las Ciencias Médicas en Cienfuegos, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 44-47, 2007. Disponível em: <http://medisur.sld.cu/index.php/medisur/article/view/236>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 202 p.

FAO. **Farming for the future communication efforts to advance family farming**. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4223e.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

FAWCETT, Barbara. Vulnerability: questioning the certainties in social work and health. **International social work**, [S.l.], v. 52, n. 4, p. 473-484, jul. 2009. Disponível em: <http://isw.sagepub.com/content/52/4/473.full.pdf+html>. Acesso em: 31 jan. 2022.

FERNÁNDEZ-GARCÍA, Nuria. Fake news: una oportunidad para la alfabetización mediática. **Nueva sociedad**, [S.l.], n. 269, 2017. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Nuevasociedad/2017/no269/8.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 256-261.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 7-20, out. 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1250#quotation>. Acesso em: 31 jan. 2022.

FRASER, Nancy. **Escalas de justiça**. Ed. do Kindle. Barcelona: Herder Editorial, 2012. *E-book*.

FRASER, Nancy. Injustice at intersecting scales: on social exclusion and the global poor. **European Journal of Social Theory**, Nova Iorque, n. 13, p. 363-371, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431010371758>. Acesso em: 31 jan. 2022.

FRASER, Nancy. Redistribución y reconocimiento: hacia una visión integrada de justicia del género. **Revista Internacional de Filosofía Política**, Espanha, n. 8, p. 18-40, 1996. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2704757&orden=186926&info=link>. Acesso em: 31 jan. 2022.

FREIRE, Nilcea. Mulheres e poder uma relação delicada? In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: [http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. 3. ed. São Paulo: Claridade, 2015.

GARRAFA, Volnei. Inclusão social no contexto político da bioética. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v.1, n. 2, p. 122-132, 2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/download/8066/6606/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GASPARETO, Sirlei A. K. **A construção de saberes no movimento de mulheres camponesas**: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no Oeste de Santa Catarina-Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1148869.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GASPARETO, Sirlei A. K.; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: em busca de uma Pedagogia Camponesa e Feminista. **Revista Grifos**, Chapecó v. 22, n. 34/35, p. 17-36, 2013. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/2466/1467>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GASPARETO, Sirlei A. K.; MENEZES, Marilda A. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres\\_camponesas\\_11.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

GASPARETO, Sirlei. A. K.; COLLET, Zenaide. Movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina em busca de uma pedagogia camponesa e feminista. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34/35, p. 17-36, 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/2466/1467>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ**: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/viewFile/41315/25246>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: UnB, 2012. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO\\_Letramento\\_Informacional.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

GHOSE, Malini; MULLICK, Disha. A tangled weave: tracing outcomes of education in rural women's lives in North India. **International Review of Education**, Cologne, v. 61, n. 3, p. 343-364, jun. 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11159-014-9449-6>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Movimientos sociales en la contemporaneidad. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GÓMEZ-HERNÁNDEZ, José-Antonio; SAORÍN, Tomás. Tendencias en programas de alfabetización informacional para empoderar a las personas y a las comunidades: tecnologías sociales y nuevas prácticas ciudadanas. **E-Lis**, Murcia, 2015. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/28990/1/2016\\_VersionOpenAccess\\_Tendencias\\_empoderamiento\\_gomez\\_saorin.pdf](http://eprints.rclis.org/28990/1/2016_VersionOpenAccess_Tendencias_empoderamiento_gomez_saorin.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

GONDIM, Maria Stela da Costa. **A inter-relação entre saberes científicos e saberes populares na escola**: uma proposta interdisciplinar baseada em saberes das artesãs do Triângulo Mineiro. 2007. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1964/1/2007\\_MariaStelaDaCostaGondim\\_original.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1964/1/2007_MariaStelaDaCostaGondim_original.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Perspectivas em ética da informação: acerca das premissas, das questões normativas e dos contextos da reflexão. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (Org.). **Ética da informação**: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa: Ideia, 2010. p. 147-163. Disponível em: <http://ru.ffyl.unam.mx:8080/bitstream/10391/1328/1/teaching%20information%20ethics.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GRAF, Norma Blazquez. Epistemologia feminista: temas centrais. In: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos (coord.). **Investigación feminista**: epistemología, metodología y representaciones sociales. México: UNAN, 2012. p. 21-38. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/ceiich-unam/20170428032751/pdf\\_1307.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/ceiich-unam/20170428032751/pdf_1307.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

GRIZZLE, Alton *et al.* **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://nic.br/media/docs/publicacoes/8/246421POR.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima *et al*; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78>. Acesso em: 31 jan. 2022.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima. **Information literacy**: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/722/1/mariahelena2002.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Maria del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013. *E-book*.

HERRERA, Karolyna Marin. **A jornada interminável**: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204552/PSOP0655-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 jan. 2022.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, ed. esp., p. 208-233, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208/33802>. Acesso em: 2 jun. 2019.

HERRERA, Karolyna Marin. Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499449704\\_ARQUIVO\\_Herrera\\_Karolyna.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499449704_ARQUIVO_Herrera_Karolyna.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

HERRERA, Karolyna Marin; RAMOS, Flavia Soares. Violência patrimonial: as mulheres rurais excluídas da herança da terra no Sul do Brasil. In: BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra *et al.* (org.). **Estudos e práticas sobre violências contra as mulheres à luz da multidisciplinariedade**. Florianópolis: Centro de Estudos Jurídicos, 2019. v. 2, p. 339-356. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/documents/715064/0/E-book+livro+2/ccb75786-7e0d-2f6f-3e80-f25e7a36dbc9>. Acesso em: 11 mar. 2022.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 61-63, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/#>. Acesso em: 12 mar. 2022.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020. E-book.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Empoderamento: definições e aplicações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 30., 2006, Caxambu. **Anais eletrônicos** [...] Caxambu: ANPOCS, 2006. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt18-22/3405-rhorochovski-emponderamento/file>. Acesso em: 31 jan. 2022.

HORTON, Forest W. **Overview of information literacy resources worldwide**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219667e.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018. <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/issues/infolit/framework1.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

IBGE. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2016**. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101543.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

IBGE. **Senso Agro 2017: mulheres rurais**. Brasília: Embrapa, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/1645386/Mulheres+Rurais+-+Censo+Agro+2017/fc59f4c6-c94d-6b78-887d-5a64b1a70a7d>. Acesso em: 31 jan. 2022.

IFLA. **Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida**. Alexandria: UNESCO, 2005. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfsoc-pt.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ISENBERG, Sofie. **Investing in information and communication Technologies to reach gender equality and empower rural women**. Roma: FAO, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca4182en/ca4182en.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

JIMÉNEZ-CORTÉS, Rocío *et al.* Social network user motivation: an analysis of rural women's profiles: an analysis of rural women's profiles. **Relieve**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 1-16, mar. 2015. Disponível em: [https://www.uv.es/RELIEVE/v21n1/RELIEVEv21n1\\_2eng.pdf](https://www.uv.es/RELIEVE/v21n1/RELIEVEv21n1_2eng.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

KUHLTHAU, C. Inside the search process: information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, [S.l.], v. 42, n. 5, p. 361-371, set./out. 1991. Disponível em: <http://ptarpp2.uitm.edu.my/silibus/insideseach2.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

KUHLTHAU, Karol Collier. **Information skills for an information society: a review of research**. Nova Iorque (EUA): ERIC Clearinghouse on Information and Technology, 1987. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED297740.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **Qué es la Via Campesina?** Zimbábue, 2019. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, presas, putas y locas**. Ciudad de México: UNAM, 2005. Disponível em: [http://utvt.edomex.gob.mx/sites/utvt.edomex.gob.mx/files/files/1%20-%20ACERCA%20DE%20LA%20UTVT/1.13%20IGUALDAD%20DE%20G%20C3%29NERO/lagarde-marcela-los-cautiverios-de-las-mujeres-scan%20\(1\).pdf](http://utvt.edomex.gob.mx/sites/utvt.edomex.gob.mx/files/files/1%20-%20ACERCA%20DE%20LA%20UTVT/1.13%20IGUALDAD%20DE%20G%20C3%29NERO/lagarde-marcela-los-cautiverios-de-las-mujeres-scan%20(1).pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

LASSAK, Sandra. Lutando por terra e vida! **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 238-280, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/ojs/index.php/teo/article/view/8070/5712>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LAU, Jesús. **Diretrizes sobre Desenvolvimento de Habilidades em Informação (DHI) para a Aprendizagem Permanente**. Tradução para o português por Regina Célia Baptista Belluzzo. Bauru: FEBAB, 2008. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp->

content/uploads/2019/05/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf.  
Acesso em: 31 jan. 2022.

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LECARDELLI, Jane; PRADO, Noêmia Schoffen. Competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2001 a 2005. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.2, n.2, p.21-46, dez. 2006. Disponível em: [https://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/03/pdf\\_153ac4fd96\\_0008739.pdf](https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_153ac4fd96_0008739.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 81-87. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, México, n. 13, p. 94-106, 2001. Disponível em: <http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa\\_Kleba\\_Lisboa\\_11.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 871-887, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a13.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LLOYD, Annemaree. Information literacy as a socially enacted practice: sensitising themes for an emerging perspective of people-in-practice. **Journal of Documentation**, Reino Unido, v. 68, n. 6, p. 772-783, 2012. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220411211277037/full/html>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LLOYD, Annemaree. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, Reino Unido, v. 66, n. 2, p. 245-258, 2010. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/00220411011023643>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LOZANO, Marie-Anne Stival Pereira e Leal; LAGO, Mara Coelho de Souza. O estado e as mulheres rurais do Brasil - políticas públicas brasileiras voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503887978\\_ARQUIVO\\_MarieLeal\\_Texto\\_completo\\_MM\\_FG.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503887978_ARQUIVO_MarieLeal_Texto_completo_MM_FG.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, Colômbia, n. 9, p. 73-102, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/13.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MACIEL, Fabrício; ROSENFELD, C. L.; SCHNEIDER, Ellen. Reconhecimento, justiça e desigualdade: uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 11, p. 271-294, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6227090.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MALHOTRA, Anju; SCHULER, Sidney Ruth; BOENDER, Carol. **Measuring Women's Empowerment as a variable in international development**. Washington DC: Gender and Development Group of the World Bank, 2002. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/486312-1095970750368/529763-1095970803335/malhotra.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações, vulneráveis e minorias. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: [http://febab.org.br/manifesto\\_florianopolis\\_portugues.pdf](http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

MANZINI, Eduardo. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; VICTOR, Sonia Lopes. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/776/1/livro%20edufes%20Pesquisa%20e%20Educacao%20Especial%20Mapeando%20producoes.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MARCHAL, José Manuel Frasquier. La representación de la mujer trabajadora en los espacios radiofónicos: una nueva realidad en las ondas. **MÉI: Métodos de Información**, [S.l.], v. 9, n. 16, p. 1-25, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6528625.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MARTELETO, Regina Maria; NÓBREGA, Nanci Gonçalves da; MORADO, Denise. Cultura informacional: demarcações de uma linha de estudos de cultura, informação e sociedade. In: ALBAGLI, Sarita (org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013. p. 6-260. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/453/1/Fronteiras%20da%20Ci%caancia%20da%20Informa%ca7%ca3o.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MARTIN, Lynn M.; HALSTEAD, Alison; TAYLOR, Julie. Learning in rural communities: fear of information communications technology leading to lifelong learning? **Research in Port-Compulsory Education**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 261-276, 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13596740100200107>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MARTINS, Ana Amélia Lage. **Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação: uma análise a partir da Marcha das Vadias**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A8SGYA/1/tese\\_ana\\_amelia.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A8SGYA/1/tese_ana_amelia.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na Internet e participação política. **TransInformação**, Campinas, v. 25, p. 27-33, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/55V8ZbVsCHtdP6CCRrXgbWB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

MENDES, Soraia da Rosa. Televisão pública: uma necessidade democrática. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 9, n. 3. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/257/246/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2, p. 181-202, 2006. Disponível em: [http://periodicos.uff.br/revistagenero\\_teste/article/download/23545/13754](http://periodicos.uff.br/revistagenero_teste/article/download/23545/13754). Acesso em: 31 jan. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MMC. **História**. Brasília, [2004a]. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MMC. **Organização e lutas**. Brasília, [2004b]. Disponível em: <https://mmcbrazil.org/home/organizacao-e-lutas/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas públicas. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* (org.). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 587-596. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* (org.). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 34-42. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

NOBRE, Miriam *et al.* **Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe: al tiempo de la vida y los hechos**. Santiago do Chile: FAO, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7916s.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

OLIVEIRA, Larissa Carvalho de. Perspectivas sobre o direito de produzir das camponesas. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1071-1091, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v10n2/2179-8966-rdp-10-2-1071.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ONU MULHERES. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras**: caminhos de transformação econômica e social. Brasília: ONU MULHERES, 2016. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras\\_site\\_v2.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras_site_v2.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

ORELO, Eliane Rodrigues Mota; VITORINO, Elizete Vieira. A dimensão estética da competência em informação. In: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (org.). **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética e política. Porto Velho: EDUFRO, 2020. p. 127-148.

OVIDO, Rafael Antônio Malagón; CZERESNIA, Dina. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface**, Botucatu, n. 53, p. 237-250, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/5BDdb5z4hWMNn58drsSzktF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PAIM, Elison Antonio. Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina. **Sæculum**: Revista de História, João Pessoa, n. 14, p. 121-138, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos3.ufpb.br/index.php/srh/article/download/11346/6460>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PARRA-VALERO, Pablo *et al.* Las bibliotecas públicas como espacios de ciudadanía digital para el logro de la Agenda 2030. In: CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. 10., 2021, Las Palmas de Gran Canaria. **Anais eletrônicos** [...]. Las Palmas de Gran Canaria, España: Dirección General del Libro y Fomento de la Lectura, 2021. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/42685/1/Las%20bibliotecas%20p%C3%BAblicas%20como%20espacios%20de%20ciudadan%C3%ADa%20digital%20para%20el%20logro%20de%20la%20Agenda%202030.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PASSOS, Mariana Faustino dos; BLATTMANN, Ursula. Pesquisadoras de gênero na Ciência da Informação. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (org.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 45-69.

PAULILO, Maria Ignez. A mulher e a terra no Brejo Paraibano. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: UFSC, 2016c.

PAULILO, Maria Ignez. Feminismo camponês e popular e pós-modernismo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2021. Disponível em: [https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-2\\_01\\_feminismo/esa29-2\\_01\\_pdf](https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-2_01_feminismo/esa29-2_01_pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

PAULILO, Maria Ignez. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 927-940, set./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300017/17759>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de mulheres agricultoras e os muito sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: UFSC, 2016a.

PAULILO, Maria Ignez. O trabalho da mulher no meio rural. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016b.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abril 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PAULILO, Maria Ignez; DE GRANDI, A.; SILVA, M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 15-38.

PELLEGRINI, Eliane; VITORINO, Elizete Vieira. A dimensão ética da competência em informação sob a perspectiva da Filosofia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 117-133, out./dez. 2018. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2953/2072>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução verde. In: CALDART, Roseli Salette *et al.* (org.). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 687-691. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PERRENOUD, Philippe. **Desenvolver competências ou ensinar saberes?: a escola que prepara para a vida**. Porto Alegre: Penso, 2013.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado da desinformação. **DataGramZero: Revista de Informação**, Brasília, v. 15, n. 6, dez/2014. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000016135/2a5a3314a0b9fb786fedf46238b80461/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PINTO, María; ESCALONA-FERNÁNDEZ, María Isabel; PULGARÍN, Antonio. Information literacy in social sciences and health sciences: a bibliometric study. **Scientometrics**, [S.l.], v. 95, n. 3, p. 1071-1094, jun. 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11192-012-0899-y>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PITANGUY, Jacqueline. *Advocacy* e direitos humanos. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: [http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Jacqueline. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: [http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

POLI, Odilon Luiz. **Aprendendo a andar com as próprias pernas**: o processo de mobilização nos movimentos sociais do oeste catarinense. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP\\_19d4df7479a5d1641ba47907922eb90c](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_19d4df7479a5d1641ba47907922eb90c). Acesso em: 31 jan. 2022.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**, São Luís, n. 1, p. 55-65, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/viewFile/1641/1302>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PRINCÍPIO. In. DICIONÁRIO Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001.

REBOLLO, María Angeles; VICO, Alba. Perceived social support as a factor of rural women's digital inclusion in online social networks. **Comunicar**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 173-180, 2014. Disponível em: [https://www.scipedia.com/public/Rebollo\\_Vico\\_2014a](https://www.scipedia.com/public/Rebollo_Vico_2014a). Acesso em: 31 jan. 2022.

RENK, Arlene. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no Sul do Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. **Anais eletrônicos** [...] Caxambu: ANPOCS, 1998. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt01-12>. Acesso em: 31 jan. 2022.

RIOS, Acácia Mendonça. **Mujeres y madres del Programa Beca Familia**: acceso a la información, empoderamiento y ciudadanía: un estudio de tres comunidades de Sergipe (Brasil). 2018. Tese (Doutorado em Ciencias de la Documentación) - Facultad de Ciencias de la Documentación, Universidad Complutense De Madrid, Madrid, 2018. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/49318/1/T40246.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

RIOS, Acácia; CUEVAS-CERVERÓ, Aurora; LINHARES, Ronaldo. Mulheres e mães do Bolsa Família: acesso à informação, empoderamento e cidadania em três comunidades de Sergipe. **RICI**: R.Ibero-amer. Ci. Inf., Brasília, v. 12, n. 3, p. 889-904, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/26763/23554/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 29, p. 40-45, 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/897/934>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 29, p. 40-45, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/dDk3PH967Ds3LjsMv7kJgbg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. Trabalho feminino e capitalismo. In: CONGRESS OF ETHNOLOGICAL AND ANTHROPOLOGICAL SCIENCES, 9., 1993, Chicago (EUA). **Anais eletrônicos** [...] Chicago: The University of Chicago Press, 1993. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1488/1192>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, [S.l.], v. 25, p. 79-89, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nsBMhtnCxPpP53t6kkrjh9L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SAMPER-ERICE, Adriana; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, p. 683-705, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/hTrZW9s88WnzkRgV7TwP9Xh/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SAMPLE, Angela. Historical development of definitions of information literacy: a literature review of selected resources. **The Journal of Academic Librarianship**, [S. l.], p. 1-8, jan. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133319305026>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SAN PEDRO, Paula. **El individuo como agente del cambio: el proceso de empoderamiento**. Madrid (ES): FRIDE, 2006. Disponível em: <https://www.asocam.org/sites/default/files/publicaciones/files/42c9b2dc22b2031384a3d5353517b779.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjectividade, cidadania e emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 32, jun. 1991. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/32/Boaventura%20de%20Sousa%20Santos%20-%20Subjectividade,%20Cidadania%20e%20Emancipacao.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SANTOS, Jaires Oliveira; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa. A competência em informação e a construção de conhecimento em comunidades rurais. In: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 3832-3845. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1453/1680>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista**. Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SATUR, Roberto Vilmar; SILVA, Armando Malheiro da. A aprendizagem visando a competência em informação na sociedade em tempos de infoesfera. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 10, número especial, p. 2-22, mar. 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/126772/2/391126.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SAUNDERS, Laura. Connecting information literacy and social justice: why and how. **Communications in Information Literacy**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 15, 2017. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1014&context=comminfolit>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 16 v. 1, p. 173-186, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/MsXMqHwb9wm36rZ3DsrXVks/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SHABI, Iwok N. Information literacy: a catalyst for health information seeking and empowerment among women in rural communities in Nigeria. **PNLA Quarterly**, [S. l.], v. 76, n. 3, p. 66-74, abr. 2012. Disponível em: <https://ir.oauife.edu.ng/bitstream/handle/123456789/6556/Information%20Literacy.%20A%20Catalyst%20for%20Health%20Information%20seeking.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SHAHIDA; SAMI, Lalitha K. Rural women empowerment: an alternate vision. **International Journal of Advance Research and Innovative Ideas in Education**, Gujarat (Índia), v. 1, n. 5, p. 515-518, 2015. Disponível em: [http://ijariie.com/AdminUploadPdf/Rural\\_Women\\_Empowerment\\_an\\_alternate\\_vision\\_ijarie1473\\_\\_3\\_.pdf](http://ijariie.com/AdminUploadPdf/Rural_Women_Empowerment_an_alternate_vision_ijarie1473__3_.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 1, 1977. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92/92>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres\\_camponesas\\_11.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

SILVA, Aline Gonçalves da; OLINTO, Gilda. Tecnologías de la información y comunicación, competencia en información e inclusión social en la biblioteca pública: un estudio en la Biblioteca Parque de Manguinhos. **Rev. Interam. Bibliot. Medellín**, Colômbia, v. 38, n. 3, p. 201-212, set./dez. 2015. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/28097/1/v38n3a5.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SILVA, Carmen; MARTÍNEZ, María Loreto. Empoderamiento: proceso, nivel y contexto. **Psyke**, Santiago, v. 13, n. 2, p. 29-39, 2004. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22282004000200003&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22282004000200003&script=sci_arttext). Acesso em: 31 jan. 2022.

SILVA, Caroline Lima; SARRIERA, Jorge Castellá. Promover a justiça social: compromisso ético para relações comunitárias. **Psicologia & Sociedade**, [S.l], v. 28, p. 380-386, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/9scX4FNBXTRKQb8FbTqxqfR/?lang=pt#>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SILVA, Helena *et al.* Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, p. 28-36, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/R75CxrQRQsGM8fyGCwgjZKD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SÍNTESE Anual da Agricultura de Santa Catarina 2017-2018. Florianópolis: EPAGRI, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/SAA/article/view/517/411>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SÍNTESE Anual da Agricultura de Santa Catarina 2019-2020. Florianópolis: EPAGRI, 2021. Disponível em: [https://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cep/publicacoes/Sintese\\_2019\\_20.pdf](https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cep/publicacoes/Sintese_2019_20.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

SABOURIN, Eric. Desmonte de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil e no Mercosul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL E JORNADA TERRITÓRIOS RURAIS, SISTEMAS ALIMENTARES, AGENDA 2030, 2., 2021. **Anais eletrônicos [...]**. Brasília: UNB, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnkcbajpeglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fagritr.op.cirad.fr%2F598623%2F1%2FDesmonte%2520de%2520pol%25C3%25ADticas%2520p%25C3%25BAblicas%2520Conf%2520RETE%25202021%2520Sabourin.pdf&cLen=848440&chunk=true>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt\\_](https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt_) Acesso em: 31 jan. 2022.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horacio Martins de. Soberania Alimentar. In CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 716. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

TAVARES, Rebecca Reichmann. Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: [http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

TOMAÉL, Maria Inês et al. Avaliação de fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 11, n. 2, 2001. Disponível em: <http://200.18.252.196:8080/pergamumweb/vinculos/000001/000001b3.pdf> Acesso em: 31 jan. 2022.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (Org.). **Fontes de informação digital**. Londrina: EDUEL, 2016. p. 13-44.

UNESCO. **Alfabetización mediática e informacional**. Paris, 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/media-development/media-literacy/mil-as-composite-concept/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

UNESCO. **Jornalismo, fake news e desinformação**: manual para educação e treinamento em jornalismo. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>. Acesso em: 31 jan. 2022.

VICTORIANO, José Manuel Rodríguez. El conflicto entre la democratización del conocimiento y la globalización de la ignorancia en el capitalismo informacional: informar, comunicar, conocer. **Tempora**, [S.l.], n. 8, p. 79-96, dez. 2005. Disponível em: [https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/21957/TM\\_8\\_%282005%29\\_04.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/21957/TM_8_%282005%29_04.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 31 jan. 2022.

VIJAYALAKSHMI, B; THIRUMAGAL, A; MANI, M. Developing information literacy skills among rural area college students a study at Tirunelveli district Tamilnadu. **Library Philosophy and Practice**, Lincoln, v. 1, ago. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/M-Mani-3/publication/329415422\\_Developing\\_Information\\_Literacy\\_Skills\\_among\\_Rural\\_Area\\_College\\_Students\\_a\\_Study\\_at\\_Tirunelveli\\_District\\_Tamilnadu/links/5c077a68458515ae5447b45](https://www.researchgate.net/profile/M-Mani-3/publication/329415422_Developing_Information_Literacy_Skills_among_Rural_Area_College_Students_a_Study_at_Tirunelveli_District_Tamilnadu/links/5c077a68458515ae5447b45)

7/Developing-Information-Literacy-Skills-among-Rural-Area-College-Students-a-Study-at-Tirunelveli-District-Tamilnadu.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47 n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/4187/3794>. Acesso em: 31 jan. 2022.

VITORINO, Elizete Vieira (org.). **Competência em informação no Brasil: dimensão técnica e perspectivas interdisciplinares**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

VITORINO, Elizete Vieira. Análise dimensional da competência em informação: bases teóricas e conceituais para reflexão. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 421-440, jul./ dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/16051/13702>. Acesso em: 31 jan. 2022.

VITORINO, Elizete Vieira. As dimensões da competência em informação. In: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (org.). **As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política**. Porto Velho: EDUFRO, 2020. p. 51-70.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Competência em informação: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2019.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n.1, p. 99-110, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328/1507>. Acesso em: 31 jan. 2022.

VITORINO, Elizete Vieira; SPUDEIT, Daniela (org.). **Competência em informação e o cenário de pesquisas e práticas no Brasil: um olhar para o futuro e para a internacionalização**. São Paulo: Abecin, 2021.

WEINER, Sharon. A. Institutionalizing information literacy. **The Journal of Academic Librarianship**, [S. l.], v. 38, n. 5, p. 287-293, set. 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133312000766>. Acesso em: 31 jan. 2022.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to Information Science. **Information Scientist**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 127-140, dez. 1975. Disponível em: <http://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

WILSON, Carolyn et al. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília, DF: UNESCO, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ZOOM VIDEO COMMUNICATIONS. **Zoom meetings**. Califórnia, c2021. Disponível em: <https://explore.zoom.us/pt/products/meetings/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ZURKOWSKI, Paul G. **Introduction to LILAC 2014 from Paul Zurkowski, who first penned the term 'Information Literacy' 40 years ago**. Inglaterra: LILAC Conference, 2014. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=57&v=8DXnUvseNTs](https://www.youtube.com/watch?time_continue=57&v=8DXnUvseNTs). Acesso em: 31 jan. 2022.

ZURKOWSKI, Paul G. **The information service environment relationships and priorities.** Washington D.C. (EUA): National Commission on Libraries, 1974. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
Campus Universitário - Trindade - 88040-970 Florianópolis, SC  
Telefone: (48) 3721-2234

**QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO****1 – Dados Gerais**

Qual é a sua idade:

---

Qual é o nome da cidade em que você reside: \_\_\_\_\_

Qual é a sua ocupação? \_\_\_\_\_

Qual é a sua etnia/raça? ( ) preta ( ) branca ( ) parda ( ) amarela ( ) indígena

Qual é o seu estado civil: ( ) solteira ( ) casada ( ) viúva ( ) divorciada ( ) outro

Você possui filhos? ( ) Sim. Quantos? \_\_\_\_\_ ( ) Não

Indique seu grau de instrução: ( ) sem instrução ( ) ensino primário incompleto ( ) ensino primário completo ( ) ensino fundamental incompleto ( ) ensino fundamental completo ( ) ensino médio incompleto ( ) ensino médio completo ( ) ensino superior incompleto ( ) ensino superior completo

Se você fez algum curso técnico, de graduação e/ou pós-graduação, escreva o nome do curso:

---

**2 – Outras informações relevantes a pesquisa**

Há quanto tempo participa do MMC/SC?

---

Você participa de outros movimentos sociais ou sindicatos? Se sim, qual ou quais?

---

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
Campus Universitário - Trindade - 88040-970 Florianópolis, SC  
Telefone: (48) 3721-2234

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS MULHERES CAMPONESAS**

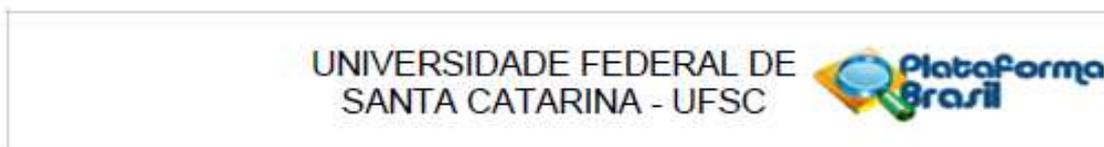
Data: \_\_\_\_\_

Nome da entrevistada: \_\_\_\_\_

Falar sobre o objetivo da pesquisa e explicar como será feita.

1. Me fale um pouco sobre o seu cotidiano e as atividades que você realiza.
2. Eu gostaria de saber sobre sua experiência com o Movimento de Mulheres Camponesas.
3. Me fale sobre a sua participação em outros grupos sociais ou religiosos.
4. Como você fica sabendo das notícias ou dos acontecimentos da sua cidade, do Estado e do país?
5. Me conte sua experiência com o uso das tecnologias da informação e a comunicação.
6. Me fale sobre sua experiência com o uso de bibliotecas.

## APÊNDICE C - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O EMPODERAMENTO DE MULHERES RURAIS: UM ESTUDO COM AS CAMPONESAS DE SANTA CATARINA (SC)

**Pesquisador:** ELIZETE VIEIRA VITORINO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 35184820.2.0000.0121

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Santa Catarina

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.194.744

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de Projeto de tese de Eliane Pellegrini apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação. Área de concentração: Gestão da Informação. Linha de pesquisa: Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento. Orientadora: Profa. Dra. Elizete Vieira Vitorino.

Estudo retrospectivo e prospectivo, com previsão de 10 participantes.

**Critério de inclusão:** maiores de 18 anos; participar do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) por mais de 1 ano; não ser representante do MMC.

Os participantes serão submetidos a: um questionário de caracterização de dados sociodemográficos que auxiliará para, posteriormente, elaborar o perfil das participantes, preservando sua identidade. Bem como, entrevistas semi-estruturadas, num primeiro momento, de forma não presencial, por meio do Whatsapp, Hangout etc., em função da pandemia do coronavirus. Caso não seja possível coletar todos os dados necessários da maneira proposta, serão realizados, em outro momento da pesquisa, encontros presenciais para a realização das entrevistas. Além de gravações de áudio e vídeo.

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401  
**Bairro:** Trindade **CEP:** 88.040-400  
**UF:** SC **Município:** FLORIANOPOLIS  
**Telefone:** (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 4.194.744

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Investigar a competência em informação de mulheres rurais, a partir da literatura e das vivências de mulheres camponesas vinculadas ao MMC de SC, na perspectiva do empoderamento.

**Objetivo Secundário:**

a) apresentar as características históricas, econômicas, sociais e políticas das mulheres rurais brasileiras; b) descrever o movimento da competência em informação alinhando-o ao sentido de empoderamento feminino; c) revelar elementos da competência em informação de mulheres rurais, considerando as quatro dimensões propostas por Vitorino e Piantola (2011, 2019) - técnica, estética, ética e política; d) averiguar aspectos relacionados ao empoderamento das mulheres rurais por meio da informação; e) estabelecer princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais na perspectiva do empoderamento.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A análise de riscos e benefícios está adequada no projeto, no formulário da Plataforma Brasil e no TCLE.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Sem considerações adicionais.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

A folha de rosto vem assinada pela pesquisadora responsável (orientadora da Tese) e pela autoridade institucional competente.

O cronograma informa que a coleta de dados acontecerá a partir de 01/09/2020.

O orçamento informa despesas de R\$ 360,00 com financiamento próprio.

O TCLE é esclarecedor a respeito de objetivos, procedimentos, riscos e direitos dos participantes, e cumpre as exigências da res. 510/16.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria III, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401  
 Bairro: Trindade CEP: 88.040-400  
 UF: SC Município: FLORIANOPOLIS  
 Telefone: (48)3721-6094 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.194.744

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1581667.pdf	03/07/2020 16:05:46		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_tese.docx	03/07/2020 16:03:35	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.docx	03/07/2020 15:55:37	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
Outros	Questionario.docx	03/07/2020 15:55:20	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/07/2020 15:54:45	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_assinada.pdf	24/06/2020 17:36:03	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FLORIANOPOLIS, 05 de Agosto de 2020

---

**Assinado por:**  
**Maria Luiza Bazzo**  
**(Coordenador(a))**

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401  
 Bairro: Trindade CEP: 88.040-400  
 UF: SC Município: FLORIANOPOLIS  
 Telefone: (48)3721-6094 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, em uma pesquisa que tem como título O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O EMPODERAMENTO DE MULHERES RURAIS: UM ESTUDO COM AS CAMPONESAS DE SANTA CATARINA (SC), desenvolvida pela pesquisadora Eliane Pellegrini, sob a orientação da profa. Dra. Elizete Vieira Vitorino. A pesquisa está pautada na Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, e a pesquisadoras se compromete em cumprir as determinações desta resolução.

O objetivo da pesquisa é investigar a competência em informação de mulheres rurais, a partir da literatura e das vivências de mulheres camponesas vinculadas ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de SC, na perspectiva do empoderamento. Trata-se de um tema pouco explorado, mas que contribuirá com discussões importantes e com uma nova abordagem científica, quanto aos estudos de competência em informação no âmbito da área de Ciência da Informação.

Você participará desta pesquisa respondendo, inicialmente, a um questionário eletrônico de caracterização de dados sociodemográficos, com duração de 5 minutos. Na sequência, você responderá a uma entrevista, que terá duração de aproximadamente uma hora, a ser realizada de forma online, por meio de Whatsapp, Hangout, Zoom etc., mediante dia e horário combinados com a pesquisadora. Caso esteja de acordo em participar desta pesquisa, para o registro das entrevistas será utilizado um gravador de áudio e a pesquisadora fará, posteriormente, a transcrição da gravação. A gravação da entrevista também poderá ser recusada, se assim for necessário. O acesso a essas gravações será exclusivo da pesquisadora e da sua orientadora.

Os riscos da pesquisa para você serão mínimos, uma vez que a pesquisadora se compromete em seguir atentamente as recomendações éticas da Resolução 510/2016. Entretanto, pode ocorrer algum desconforto emocional, devido à exposição de recordações/vivências, algum cansaço/aborrecimento ao responder as perguntas da entrevista, pode ser que você sinta algum constrangimento em função da entrevista ser gravada e há o risco de quebra de sigilo por força maior, algo que é contra o interesse ético da pesquisa. Esclarecemos que não é obrigatório responder a todas as perguntas e, se você desejar, é possível desistir de participar da pesquisa a qualquer momento (antes, durante ou depois de já ter aceitado participar dela ou de já ter feito a entrevista), sem ser prejudicada por isso.

Asseguramos que sua identidade não será revelada em momento algum, por nome ou qualquer outra forma. As informações que nos forem confiadas terão sigilo e o conteúdo de sua entrevista será estudado em conjunto com o conteúdo das demais entrevistas fornecidas por todas as participantes.

Em contrapartida aos riscos que você corre ao participar da pesquisa, há o benefício de contribuir para uma pesquisa que resultará em visibilidade para as mulheres camponesas, além

de contribuir para o desenvolvimento de um tema com grande potencial para a transformação social do grupo ao qual você faz parte.

Esclarecemos que você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa, bem como pagamento. A legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa, mas você será ressarcida caso se sinta lesada de alguma forma pelos riscos de desconforto ou desgaste emocional, previstos no projeto. Caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, você será ressarcida nos termos da lei. O ressarcimento e a indenização não estão restritos a depósito bancário. Caso após a entrevista, seja percebida a mobilização de emoções que necessitem de acompanhamento psicoterapêutico, você poderá ser encaminhada ao Serviço de Atenção Psicológica da Universidade Federal de Santa Catarina (SAPSI/UFSC) ou outro mais próximo da sua residência, a fim de garantir atendimento psicológico.

A qualquer tempo você poderá esclarecer suas dúvidas e solicitar informações sobre a pesquisa, sendo assegurado o direito de acesso às informações coletadas e aos resultados obtidos, bem como o acesso integral ao registro do consentimento, sempre que solicitado. Esse pedido pode ser feito pessoalmente, antes, durante ou depois da entrevista, a partir dos contatos da pesquisadora que constam no final deste documento.

Duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você e pela pesquisadora responsável. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Você poderá entrar em contato com a pesquisadora Eliane Pellegrini pelo telefone: (49) 99910-7202, e-mail: elianepellegrini@gmail.com, endereço profissional: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro Ciências da Educação, Bloco B sala 105, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Campus Professor João David Ferreira Lima - Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil - CEP 88.040-900.

Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH) pelo telefone: (48) 3721-6094, e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br, ou pessoalmente, na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC - Prédio da Reitoria II. CEP 88.040-400. O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A pesquisadora Eliane Pellegrini é a responsável por fornecer as devidas informações e os esclarecimentos sobre o tema e o objetivo da pesquisa, assim como a maneira como ela será feita, os benefícios e os possíveis riscos decorrentes da participação.

Ao assinar o termo de consentimento, você receberá a garantia de retirada do consentimento a qualquer momento, sem que isto traga qualquer prejuízo. Você também estará de acordo que o material e as informações relacionadas à sua pessoa possam ser utilizados na pesquisa, em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, não sendo identificada por nome ou qualquer outra forma.

Quanto ao registro das informações da entrevista por meio de gravação de voz ou vídeo, você:

( ) Autoriza a gravação.

( ) Não autoriza a gravação.

Local e data ata: \_\_\_\_\_

Nome por extenso: \_\_\_\_\_

Assinatura da participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

**Contatos:**

**Pesquisadora principal:** Eliane Pellegrini

E-mail: [elianepellegrini@gmail.com](mailto:elianepellegrini@gmail.com)

Telefone: (49) 99910-7202

**Pesquisador responsável:** Elizete Vieira Vitorino, Dra.

**Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina**

Endereço: R. Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC -

Prédio da Reitoria II. CEP 88.040-400

Telefone: (48) 3721-6094

E-mail: [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br)

## APÊNDICE E – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

### PARTICIPANTE 1

**E:** Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre você e como é seu cotidiano, as atividades que você faz? **P1:** Eu assim, agora já faz uns dez, doze anos que participo do movimento e daí eu sempre trabalhava. Eu trabalhei treze anos num frigorífico e quando saí do frigorífico fiquei, bem dizer, um ano sem trabalho, daí eu vim para cá. Eu morava na cidade, pagava aluguel, porque não tinha transporte para ir trabalhar como tem agora e voltei para casa porque a mãe estava sozinha, o pai tinha falecido, daí eu estava em casa, as vezes eu ia trabalhar nos vizinhos por dia, porque eu nunca gostei de ficar sem trabalhar, até que um dia, um que trabalhava na prefeitura lá, ficou sabendo que eu estava por casa sem trabalho, veio e me chamou, eu trabalhei de agente de saúde mais de dez anos, agora já fez três anos que eu me aposentei por tempo de serviço, daí eu parei de trabalhar e estou por casa, eu ajudo minha mãe, que eu sou responsável, que é só eu, eu tinha irmã que morava lá em [...], o cunhado mora lá, mas ela faleceu de câncer e eu me envolvi mais, eu tive mais tempo para o movimento e coisa assim. Daí comecei a participar das formações, das lutas e fui adquirindo, porque formação no MMC tu aprende muita coisa, aprende a se libertar, a te valorizar como mulher e tu aprende tudo o que é na agricultura, agroecologia e assim sempre participei, sempre quando tinha formação, eu participava, e assim fui adquirindo experiência e eu tenho aqui tudo na minha propriedade, da mãe e minha, a gente tenta plantar... nada quase com veneno, só tem veneno a onde a gente tem a terra arrendada para um senhor, que ele planta. Mas senão o que nós plantamos aqui é sem agrotóxico, mais porque a gente aprendeu que o veneno é o que mata as pessoas, daí fui trabalhando, nós temos um pouco de tudo aqui, temos feijão, temos milho, o que a gente consegue produzir, a gente... muita pouquinha coisa a gente compara no mercado, mais é produto de limpeza, mas de comida é só farinha que a gente não, antigamente a gente plantava trigo e tinha farinha do nosso próprio trigo e coisa, mas depois que o pai faleceu ficou só a mãe e o meu marido também gosta muito de lidar na roça, daí sempre nos temos porco, temos gado, até amanhã a gente vai carnear um porquinho, está terminando a carne no freezer [risos] e a gente produz tudo aqui. **E:** Vocês produzem só para o consumo ou também vendem? **P1:** Ah, sempre tem alguma coisa assim que sempre o pessoal procura, os conhecidos, os parentes quando vem passear, a mãe faz queijo, até tem as minhas tias coisas, tem minha tia que mora em São Paulo, tem os primos que vieram no final de semana, mais é para o consumo da gente mesmo. Galinha caipira, ovos, coisa. **E:** Me fala sobre a importância de você produzir o próprio alimento? **P1:** Meu Deus, é muito importante. Se todo mundo conseguisse produzir seu próprio alimento ou se tivesse alimento saudável para comparar sem nada de veneno, meu, o mundo seria bem melhor e as pessoas seriam menos doentes. **E:** É você que decide o que vai plantar ou essa é uma decisão compartilhada com seu marido, como funciona? **P1:** A gente assim compartilha, mas assim, tipo, as miudezas na horta e coisarada é eu que, mas que nem feijão, milho, mandioca essas coisas assim, a gente planta junto. O meu marido... até porque é lá do outro lado do asfalto que tem um pedaço de terra lá que não é ocupado daí encheu de mandioca, tem dois mil e trezentos pés de mandioca [sorri enquanto fala] para tratar a bicharada, daí a gente não precisa comparar as vezes ração para misturar um pouquinho. E se nós quiséssemos assim tipo o porco que a gente carnea, o gado, se a gente quisesse vender, meu Deus, todo mundo procura porque é uma carne saudável. A galinha caipira também, os ovos e coisa, mas a gente procura ter para a gente, primeiro para nós, se alguma coisa sobra daí a gente vende, as vezes um baldinho de banha, mas é uma procura imensa do produto da gente. **E:** Já teve algum problema com pragas, ou algum problema com o clima que atrapalhou a produção? **P1:** Sim, o feijão estava coisa mais linda e carregado de baje coisa e quando fomos

colher não tinha nada, não tinha grão, colhemos um pouquinho só, faz uns 20 dias que eu cozinhei o último feijão e ainda nós tivemos que escolher ele para o consumo porque a maioria era falhado, aí acho que foi que deu bastante sol, faltou chuva, e as verduras aqui a única coisa que eu tenho problema assim é a couve e o repolho que eu não estou conseguindo bem assim, quando vê, os bichinho vem e devoram e eu estou tentando fazer o que eu aprendi assim, mas tem vez que dá certo e tem vez que não, assim de comer toda a folha da couve. **E:** O que você fez para tentar resolver esse problema? **P1:** Ah, é, o que eu aprendi no movimento, fazer um produto assim que tem que colocar arroz, cozinhar o arroz, mas o arroz tem que ser arroz crioulo, não pode ser comparado, aí vai açúcar-de-cana também, aí tem um processo de quinze dias assim para o remédio ficar bom. Esse ajuda bastante, ajuda fortalecer, mas agora com esse tempo seco e coisa não deu muito certo. **E:** Certo. Essas coisas que você planta hoje, o trabalho que você faz hoje na sua casa, você aprendeu com quem? **P1:** Assim, plantar as coisas eu aprendi desde criancinha com minha nona que sempre morou junto e com a mãe né, eu sempre desde os seis, sete anos eu sempre estava na roça assim. Mas assim trabalhar melhor, para o produto vir melhor, ter melhor informação, como fazer as coisas para ela dar certo, eu aprendi bastante coisa no movimento né. Daí estou tentando agora fazer aqui e tem coisas que está dando certo e tem coisas que a gente tem que fazer de novo para dar. Mas assim plantar de tudo, as coisas assim, eu já aprendi desde criança, e..., era eu que sempre ia ajudar plantar cebola, alho, batatinha, amendoim, tudo que a gente produz assim para o consumo da gente é já desde criança, daí no movimento a gente se aperfeiçoou mais ainda e aprendeu várias técnicas assim né para assim agora, antes da pandemia, eu já estava começando a fazer as oficinas que a gente chama no movimento. Eu já tinha ido em três municípios, mas daí iniciou a pandemia e parou tudo. Daí o que eu aprendi, eu estou transmitindo para as companheiras da minha região, da minha regional. **E:** Fale mais sobre essa transmissão de conhecimentos para as companheiras da regional? **P1:** É, agora eu comecei como monitora, eu fiz o curso de formação e a gente ainda estava tendo curso de formação, e eu já estava começando a praticar, eu ir nos municípios. Eu fui em três municípios: [...], [...] e [...]. E aqui em [...] também eu já tinha feito oficina. A gente ia tendo formação com as monitoras, mas depois que começou a pandemia, parou tudo. A gente está fazendo formação assim online, assim como eu e você estamos conversando agora, mas não é a mesma coisa porque na formação a gente vai na escrita e na prática, tu tem mais conhecimento, tu consegue pegar com a mão e fazer aquela experiência para depois passar para o resto do povo. **E:** Me fala mais sobre essa experiência de passar o teu conhecimento para as outras mulheres? **P1:** Que nem no movimento para as monitoras vem um material tipo assim a formação que a gente teve lá. Daí vai fazer uma oficina, a gente escolhe assim qual será o tema, o que a gente vai ensinar. Daí as últimas oficinas foram sobre quintais produtivos. Eu fiz, passei umas receitas de remédio, assim como fazer, assim na prática eu aprendi a fazer um específico né, daí eu passei e levei e fiz a experiência lá, na prática, para ensinar para as companheiras. A oficina é sobre quintais produtivos, tem o tema, a gente estuda, as mulheres, as companheiras, cada uma traz os alimentos e coisa, a gente tenta ver como é que é, como se produz, como tu vai plantar a cebola e coisa assim. A gente sempre passa uma receita, uma coisa e as vezes faz a prática e para mim é muito bom porque além de eu estar passando eu estou aprendendo também. **E:** Eu queria saber um pouco mais sobre a sua experiência com o movimento **P1:** Hoje para mim o movimento em si como comecei participar... eu fui convidada né pela companheira aqui que já estava há anos participando, ela era coordenadora. Daí ela me convidou para ir no encontro. Começou assim, aqui em [nome da cidade]. Depois teve também as lutas né, daí em comecei participar junto. Já me convidaram para ir lá para Chapecó no centro de formação, eu fui me envolvendo e fui gostando, adquirindo experiência, trazendo para casa e tudo assim, fui me envolvendo cada vez mais. Hoje também, eu sou coordenadora e agora como falei já estou adquirindo como monitora, já estou passando o que eu aprendi até hoje para as outras companheiras, a gente se envolve por causa que no

movimento é uma coisa assim, além de tu adquirir experiência, conhece novos lugares, novas companheiras, cada uma tem uma história, cada uma produz de repente uma coisa diferente que passa para a gente e é tudo assim, tu não quer mais sair, é tudo coisa saudável que é para a saúde, que é para o bem-estar das pessoas. A gente se envolve, vai gostando [risos] e continua. **E:** Me fale sobre o que você aprendeu de mais importante ao longo desses 10 anos que você está participando do movimento, além disso que você já me falou. **P1:** Ah, tem várias coisas, tipo assim a luta das mulheres, como foi importante, assim né, porque até muito tempo eu nem sabia, mas várias coisas que foi conquistado foi através do movimento, foi através das mulheres, então isso também me chamou bastante atenção, porque o movimento tem uma história muito importante, muito significativa para todo mundo que participa e eu conheci lugares diferente né através do movimento e coisa assim, então é muito mais do que... porque se não fosse pelo movimento eu nunca iria tipo... eu fui para Brasília duas vezes através do movimento, se fosse eu nunca iria conseguir. Para várias lutas assim, porque tu está lutando assim, a luta não é só para mim, é para todos né. A gente está lá lutando é para todos ficarem bem. A gente nem sabe certo, eu nem sei te dizer tudo que a gente pode sentir através do movimento. **E:** Como você se sentiu podendo viver isso tudo? **P1:** Ah eu sei lá, eu me senti bem, porque através do movimento as lutas que foi conquistado eu me senti porque pelo que nós conquistamos não era só ajuda para mim, não favoreceria só a mim, favoreceria as outras mulheres. **E:** Você percebeu mudanças na sua vida, na sua casa e no seu trabalho depois que começou a participar do movimento? **P1:** Ah sim, porque tipo assim pelo menos quando a gente vai fazer uma tarefa a gente sabe como é que tem que fazer, começar tudo, como é que tem que cuidar de uma planta, como é que tem que tratar outra, tudo assim o que a gente vai lidar em casa a gente sabe, porque adquiriu informação. **E:** Me fale sobre a importância da informação para você. **P1:** [risos] Se tu tem informação tu consegue o que tu vai fazer, tu sabe como é que vai fazer que vai fazer certo, através de informação, se tu não é informado, tu não vai saber. É a mesma coisa de uma luta né, a gente está lá lutando por direitos e coisa porque a gente sabe que é importante aquele direito. Tem pessoas que criticam a gente quando está na luta é porque eles não foram adquirir informação sobre porque daquela luta. **E:** Me fala um pouco mais sobre essas críticas. **P1:** A gente se sente mal porque as vezes tu está lutando pelo bem do povo e tu está sendo chamado de baderneiro, de vagabundo, a gente ouve bastante coisa, mas depois se a gente consegue a vitória, aquilo que a gente ouviu não importa. **E:** E como você fica sabendo das informações do movimento agora nesse momento de pandemia? Como vocês se comunicam e como era antes entre vocês? **P1:** Ah a gente tinha bastante encontro assim né, daí era repassado né, nós temos o grupo das monitoras e coisa assim qualquer informação importante, algum encontro, qualquer coisa, é repassado no grupo. Que nem eu agora como monitora, elas me passam, elas passam a informação, tudo o que está acontecendo, o que acontece, o que vai acontecer daí é repassado através do grupo do WhatsApp. **E:** Antes do WhatsApp como era? **P1:** Antes quando ainda não tinha o WhatsApp, era os telefones, ligava. Quem era a coordenação comunicava para a gente. **E:** Me fale sobre sua participação em outros grupos sociais ou religiosos na comunidade em que você vive? **P1:** Nossa, eu sou coordenadora aqui da catequese e sou catequista, e na comunidade ajudo dois grupos de idosos, a gente é sócio voluntário nos dois grupos daí sempre estou envolvida em bastante coisa na comunidade. Eu gosto de ajudar, sempre gostei [está sorrindo enquanto fala]. **E:** Você considera que aprende coisas novas com esses outros grupos? **P1:** Ah sim porque, tipo assim, como coordenadora da catequese, como catequista a gente tem formação também, nessas formações não é só o que tu vai passar para os catequizando, tu aprende muita coisa para vida da gente também, daí é importante e tipo assim é mais eu que participo das formações, até representando a comunidade toda, a maioria das vezes é quase eu sempre. **E:** Você me falou que aprende bastante coisa. Fale mais sobre o que você aprendeu de importante para a sua vida? **P1:** Ah né a vivência em si, tipo a gente não pode participar tipo eu participo do movimento, participo

aqui no movimento coisa assim, mas também eu não posso deixar a minha vida pessoal, eu tenho a minha família e coisa assim, daí eu tenho que tipo né ah tipo as coisas a gente aprende nas formações e coisa, tem que se preocupar lá com a comunidade em si né, mas que também tem que ter o teu tempo. **E:** O que você quer dizer com ter um tempo para você? **P1:** Ah a gente tem que descansar a mente em si, tem que também descansar, tem o lazer e coisa de vez enquanto, não pode só ficar em função da comunidade do movimento. Aprende a se organizar. **E:** E na comunidade você convive com outras mulheres que não participam do movimento? **P1:** Sim por causa que assim é bem difícil que ultimamente a região em si, todas as companheiras que participam do movimento também elas falam a mesma coisa assim, que as mulheres assim elas se fecharam naquele mundinho, porque a maioria tem aviário, vaca de leite e coisa, daí quando tem um encontro que nem as oficinas, coisa assim, elas nunca tem tempo para participar, porque não dá, porque tem que cuidar as vacas, porque tem aviário, porque tem isso, porque tem aquilo e elas tem um pensamento diferente da gente. Tem que tirar aquele tempo para tu ir aprender coisa diferente. E é isso que é bem dificultoso para gente que é do movimento, que sabe a importância que tem participar no movimento, participar dos encontros, das oficinas para aprender, mas a maioria também vive no agronegócio, como se diz, daí é difícil. Daí têm as companheiras que participam e têm as que não participam e as vezes ainda criticam a gente. **E:** E você conversa sobre o que você sabe com elas? **P1:** Sim, tem bastante por causa que assim todo mundo me conhece, porque eu trabalhava como agente de saúde e coisa assim, e sempre eu tento as vezes quando a gente se encontra, que nem tem o clube de mães, daí se eu tenho alguma coisa assim do movimento que é interessante eu sempre tento no dia que tem o encontro tipo do clube de mães que eu também sou sócia, eu tento sempre colocar alguma coisa. Eu sempre tento colocar alguma coisa do movimento que eu aprendi, alguma experiência, assim têm umas que ficam meio assim, mas a maioria elas gostam também porque elas aprendem alguma coisa, elas tentam colocar lá na casa delas, daí dá certo, daí elas, na outra vez, já ficam contentes. **E:** Eu gostaria de saber como você fica sabendo das notícias, dos acontecimentos da cidade, do Estado e do país? **P1:** Rádio, a gente aqui em casa está com o rádio direto ligado né. É onde que mais há informação assim, porque jornal de televisão assim a gente assim, é só de noite um pouco, mais é o rádio, se a gente está por perto de casa, se está em casa, o rádio está desde manhã até... **E:** E você considera as informações que você ouve no rádio confiáveis? **P1:** Ah depende né [risos] porque as vezes a gente escuta, daí fica meio assim porque que no movimento também se tem alguma coisa importante e tem o grupo do MMC/SC que é passado informações e coisa, daí se é alguma coisa muito importante a coordenação sempre passa para gente, eu também sempre estou de olho no grupo do movimento. **E:** Você já recebeu coisas por WhatsApp que você considerou que não eram seguras? **P1:** Ah por causa que tem né, tem uns grupos e coisa assim que passam aquelas informações que a gente acha as vezes que não é verdade. **E:** E como você faz para identificar se é verdade ou não. Tem algum critério que você utiliza? **P1:** Ah as vezes eu tento passar, pedir as vezes, porque no movimento tem a coordenação que eles sempre estão atrás das informações, as vezes têm alguma notícia assim meio que a gente está em dúvida, eu tento sempre entrar em contato com a coordenação do MMC e coisa assim porque é uma fonte segura para mim. **E:** Me conta sobre a sua experiência com a tecnologia? **P1:** [risos] A minha experiência com o celular, assim com a tecnologia, computador eu não tenho, nem tenho internet, nada, é só agora dados móveis e tipo assim eu estou aprendendo assim junto com o movimento que tem uma companheira que ela é lá de [...] , daí quando a gente começou fazer os encontros assim, ela me passava todas as informações, como que a gente tinha que entrar através do celular, daí fui aprendendo assim, mexendo [risos] até que ela passava bem detalhado os dados, como é que tu faz para entrar no Zoom né, eu já tinha o link porque através de uma ideia dela ela passou nas nossas reuniões. **E:** Certo. Você costuma utilizar as redes sociais? **P1:** Não, elas me passam assim certas coisas pelo grupo de monitoras ou pelo grupo do MMC, porque

eu não tenho internet, não tem como entrar no Face. E daí a única coisa que dá é link assim que nem o Zoom. **E:** Me fala mais sobre a utilização do WhatsApp para receber informação ou também compartilhar informações. **P1:** Se a informação é importante coisa assim, é uma coisa boa que eu sei que para as outras vai favorecer, eu repasso, senão eu só adquire informação e aguardo ela para mim. **E:** Você percebe que corre algum risco utilizando o WhatsApp? **P1:** Ah eu acho que em certos casos sim né porque a gente não sabe se é informação assim, hoje em dia tem muita coisa né, então tu tem que saber de quem tu está recebendo e qual é a informação, se ela é correta ou não. **E:** Você já frequentou alguma biblioteca ou conhece alguma do seu município? **P1:** Ah tem a biblioteca municipal e eu assim acho que fui umas duas vezes, três só, ainda quando eu estava fazendo curso, quando eu trabalhava de agente de saúde, as vezes a gente tinha algum trabalho, algum teste para fazer, daí eu ia na biblioteca para fazer o trabalho. **E:** Tem mais alguma outra que você conhece? **P1:** Só no colégio em que eu estudei [risos], que eu lembro. **E:** E você costumava frequentar? **P1:** Sim, bastante. Naquele tempo que eu estudava lá, os trabalhos que tinha que fazer, tinha que ir na biblioteca, eu estudava a tarde e tinha que ir de manhã para fazer o trabalho na biblioteca, para de tarde ir na aula [risos], é a única que eu lembro. **E:** Certo. Então para a gente finalizar, me fale como é ser uma mulher camponesa? **P1:** Ah eu [risos], na minha pessoa, olha como eu estou, está me vendo né [gargalhas], é ser, acho que primeiramente, é a simplicidade, a dedicação, porque se tu vai plantar uma semente ali na terra, tu vai cada a pouco vim ver se ela nasceu, se ela está vindo bem, se ela germinou direito, aí tipo esses dias, até ontem, anteontem, estava bastante sol eu a cada pouco estava vindo ver se as sementes tinham nascido, estava regando de tardezinho, então acho que, no meu ver, a primeira coisa é dedicação. Simplicidade, dedicação, força de vontade e tipo assim, a gente sempre, no movimento sempre diz, a gente quer ter saúde e quer que os outros também sejam saudáveis, então é muito amor pela vida. A gente tenta colocar para as pessoas que o alimento saudável é o povo saudável. **E:** Você me falou que já foi agente de saúde. Hoje em dia, que você não trabalha mais com isso, como você acessa, fica sabendo de informações sobre saúde, do seu município ou quando você tem algum problema? **P1:** Tem a agente de saúde que passa aqui, que entrou no meu lugar, ela passa uma vez por mês, ela traz as informações do posto de saúde, da secretaria da saúde, eles têm também formaram um grupo da secretaria de saúde que daí também é repassado as informações. **E:** Ah, tem um grupo de WhatsApp da Secretaria de Saúde para todos os munícipes? **P1:** Não, é tipo assim, aqui em [nome da cidade] tem seis postos de saúde, a gente aqui pertence a um posto de saúde, foi criado um grupo, é repassado as informações, quando elas, quem nem agora, com a pandemia, elas quase não estão indo nas famílias, pela segurança, é repassado as informações no grupo de WhatsApp. **E:** Então [...], conversamos sobre vários assuntos, foi bem interessante para mim, bem proveitoso conversar com você e como te falei no início, vou analisar essas informações junto com as demais informações das outras participantes da pesquisa. Eu queria saber se tem mais alguma coisa que você queira me falar? **P1:** Ah assim não, agradeço por eu ter sido escolhida [risos] para o teu trabalho, para tua entrevista e se uma hora precisar, estamos aí a disposição [risos].

---

## PARTICIPANTE 2

**E:** Eu gostaria que a senhora me falasse um pouco sobre seu cotidiano, as atividades que a senhora realiza? **P2:** Tá bom então, eu vou começar com a minha história a partir do momento em que eu comecei realmente a ser ouvida, reconhecida, porque antes, na verdade, antes dos movimentos sociais, por isso que eu estou engajada e adoro e participo dos movimentos sociais num todo assim, no movimento sem-terra, no movimento de mulheres camponesas, porque

assim a gente antes não tinha voz nem vez né, quem fazia era o homem, quem comparava era o homem, quem vendia era o homem, quem fazia negócio era o homem, a mulher era trabalhar, trabalhar, trabalhar e não tinha direito a nada. Não assim que o meu marido fosse racista [machista], mas era a história do momento, eram os costumes, então assim a partir do momento que eu fui para o assentamento, fui assentada, porque nós trabalhávamos de arrendatário né, meu pai e meu sogro, os dois não tinham condições de dar a terra para cada filho, meu pai teve quinze filhos e meu sogro quatro, mas eles não tinham condição. Então a gente, meu marido [palavra inaudível] começou a participar das reuniões e eu fui escolhida como coordenadora nos núcleos dos assentamentos. Depois eu fui na direção da indústria e assim sempre participando em seminários, em congressos, reuniões, formação e assim que eu me senti como realmente vende, eu tenho estudo, estudei em Porto Alegre no Instituto Piratini quatro anos, eu cursei o ginásio, aquela época era ginásio, mas eu não terminei todo o curso, todo o ginásio, porque meu pai veio morar para Santa Catarina, então a gente veio para cá. Ai parou meus estudos e aqui a gente não tinha condições de continuar. Então assim a partir do momento que eu fui para o assentamento, trabalhei no assentamento, que a gente começou a aprender mais, valorizar cada vez mais, ser valorizada e eu trabalhei 22 anos com o movimento sem-terra. Com o falecimento do meu marido, as meninas quiseram continuar os estudos e a gente veio morar para a cidade. Mas eu... 2012 eu parei de trabalhar com o movimento sem-terra e fui convidada pela companheira Lucimar para trabalhar no movimento das mulheres camponesas, no setor de saúde, porque no movimento sem-terra eu trabalhava essa questão, sobre a saúde né, saúde num todo né, setor da saúde. E até hoje eu estou no movimento das mulheres e trabalho mais essa questão da saúde, trabalho as plantas medicinais, a alimentação saudável, o nosso horto, a nossa, os nossos produtos assim do dia a dia de pôr na mesa, se produzir o próprio alimento e a gente faz esse trabalho nas comunidades, na orientação da gente cuidar a nossa saúde, cuidar a nossa alimentação, cuidar o nosso corpo, como que a gente age, como que a gente deve, o trabalho, por exemplo, no... é necessário, mas a gente tem que se cuidar. Eu, por exemplo, trabalhei muito no pesado e com isso eu tenho problema de coluna, então a gente orienta trabalhar sim, trabalhar a gente precisa e faz bem, mas também um trabalho que a gente suporte e não um trabalho que seja muito forçado. E até hoje a gente trabalha essa questão assim com as companheiras, nas comunidades e até no município de [...], eu sou monitora e então a gente faz esse trabalho, com as mulheres, eu já fui em outros municípios, [...], mas agora eu fiquei com o município de [...] e [...] para fazer esse trabalho dentro do movimento das mulheres camponesas. **E:** Mas a senhora atualmente é aposentada né? **P2:** Oi? **E:** Atualmente a senhora é aposentada, agricultora aposentada, a senhora me falou né, e a senhora ainda planta alguma coisa, ainda tem as suas ervas medicinais? **P2:** Sim, mesmo que eu more aqui na cidade, mas nós temos um terreno grande aqui, então atrás da minha casa eu tenho todas as plantas medicinais, todas eu não digo, porque são muitas, mas as mais necessárias eu tenho e eu faço as tinturas, eu faço as essências das plantas, eu faço as pomadas e os xaropes que as pessoas precisam, então eu tenho muito cuidado com essas minhas plantas, e eu trabalho também numa chácara para plantar os alimentos assim, as verduras, os legumes, os tubérculos. Eu continuo trabalhando mesmo aposentada assim no limite, porque como eu já falei, problema de minha coluna, eu não posso me esforçar muito, mas hora, uma hora e meia por dia eu trabalho, eu cuido das minhas plantações. **E:** Gostaria que a senhora me falasse um pouco mais do seu trabalho com as plantas medicinais. **P2:** Assim, eu trabalhei com o movimento sem-terra, dentro do movimento sem-terra a gente tinha, aliás eu trouxe isso da minha mãe, do meu pai, porque a gente não comparava remédio, antigamente era tudo a base de chás, então eu fui observando isso, eu fui cuidando, como é que se diz, eu fui engavetando isso e depois dentro do movimento sem-terra a gente teve uma monitora muito formada assim sobre as plantas medicinais e sobre a produção de alimentos saudáveis, a dona Ilce, que hoje a gente não tem mais ela, mas era uma mulher muito formada, muito entendida sobre isso, então eu trabalhei

com ela, eu fui para o setor dela, da saúde, eu aprendi muito com essa companheira e a gente foi adquirindo livros assim nas paróquias, na paróquia de [...], aqui na nossa, na de [...], eu fui visitar minha irmã no Rio Grande do Sul e ela tinha um livro muito importante sobre plantas, sobre doenças, assim, o que a gente tinha que fazer, massagem, então eu adquiri lá também, eu tenho bastante livros que falam sobre a saúde e o que a gente tem. Inclusive, eu recebi de uma companheira lá do Rio de Janeiro uma coleção de quatro livros também que ela sabia que eu tinha essa vocação de trabalhar na saúde, então ela me deu de presente quatro livros, é uma coleção, então a gente tem assim, fui estudando os livros e fui adquirindo cada vez mais conhecimento. E essa é minha vocação de trabalhar essa questão, eu me preocupo muito com a saúde das pessoas, e na verdade, eu falo assim: o que Deus criou para nós, é isso que faz bem, não é o que o homem criou, que o homem fabricou, é as plantas medicinais, é a água, que a água tem [palavra inaudível] Deus. Eu oriento muito onde eu vou fazer as palestras que as pessoas cuidem da água, façam a sua fonte lá na sua propriedade, cuidem, protejam, que água é uma benção criada por Deus e Deus é nosso pai, não quer o mal para os seus filhos. Então o que ele fez é pelo bem dos seus filhos, então a gente tem que cuidar. Eu tenho muita vocação disso, sabe, eu acredito muito nisso, e na verdade eu sempre digo que os meus remédios é o que Deus para nós e eu quero que as pessoas também aprendam isso e valorizem. **E:** Certo. E por que é importante para a senhora passar esse conhecimento para as outras pessoas? **P2:** Porque assim eu me preocupo, não só com a minha vida e com a saúde da minha família, eu me preocupo com todos, eu acho isso é o nosso dever, é isso que Deus deixou para nós. Eu, por exemplo, quando eu ia no primário, na escola, o meu livro de leitura era a bíblia, então a gente gravou tudo isso que Deus pede de nós né, então tem essa frase que diz: amai a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo. Então é isso que eu faço, eu sempre penso assim: eu vou fazer o que Deus pediu para nós fazer. E eu me preocupo muito com as pessoas e as pessoas me procuram, me chamam ou vem ali em casa e dizem: [...] eu precisava disso, [frase inaudível]. A gente inclusive, a gente vai [inaudível], uma moça lá de Goiás essa semana me mandou um áudio era para eu resolver um problema de uma senhora que estava precisando muito da minha ajuda, o que eles poderiam fazer com ela. Assim eu me sinto grata por eu poder ceder um pouco da minha vida para vida dos outros. **E:** A senhora me falou sobre ser valorizada, que a senhora passou a ser valorizada. Me fala sobre esse sentimento? **P2:** Assim, eu acho que toda, não eu só, todas as pessoas têm que se sentir valorizadas, se sentir ouvidas, poder ser ouvidas, reconhecidas, porque assim eu vejo [palavra inaudível], não é só eu posso, você também pode ser assim, porque a gente, como eu falei no início, as pessoas, a mulher era trabalhar, cuidar da casa, das crianças, eu tenho 9 filhos e assim a gente não dava opinião de nada, não tinha ... de resolver alguma coisa dentro da família, dentro da propriedade, mas assim era o homem que fazia, e era aquele costume né, tinha que seguir aquilo que era dos antepassados, e a gente, eu vejo assim, as pessoas têm capacidade, uma capacidade fechada lá dentro, poderiam botar para fora né, então eu luto bastante essa questão, como eu fui valorizada dentro do assentamento, as pessoas me conheciam, sabiam que eu tinha estudo: a [...] pode assumir esse trabalho, a [...] pode assumir a direção, a [...] pode participar disso porque ela tem estudo porque [palavra inaudível]. Então [frase inaudível]. **E:** Está cortando bastante sua fala. Dona [...]? **P2:** [...] as mulheres também porque, não é que eu estava no assentamento e não participasse do movimento das mulheres, porque antes de ir para o assentamento eu já participei de algum encontro com a... agora me escapou o nome aqui, que ela era ali de [...], que ela trabalhava o movimento das mulheres no início, então eu participei alguma reunião com ela, depois que a gente foi para o assentamento, a gente então [palavra inaudível]. **E:** Dona [...], vou pedir para a senhora deixar o seu celular parado, apoiado em cima da mesa, parado para ver se melhora um pouco o áudio que está falhando [pausa para ajeitar o celular]. Pode ser assim, porque eu não entendi o que a senhora falou nas últimas frases. **P2:** É que aqui eu tenho que deixar ele na tomada, ai fica um pouco longe. **E:** Não tem problema dona [...]. Está ótimo

assim. A senhora continua buscando conhecimento, atualidade, sobre plantas medicinais, sobre alimentação saudável? **P2:** Sim, a gente continua cada vez mais assim. Eu fiz um curso na Universidade Federal da Fronteira Sul que era um curso através do Movimento de Mulheres Camponesas, então a gente aprendeu bastante mesmo e cada encontro que a gente tinha, a gente tinha também algumas horas sobre isso né, quem trabalhasse a saúde, quem trabalhasse a produção, então a gente dividia a turma em setores e a gente ia trabalhando, cada um no seu setor, então a gente continua cada vez aprendendo mais, se fortalecendo, se aperfeiçoando cada vez mais, a gente continua isso. **E:** Já aconteceu algum problema com as plantas medicinais, alguma praga, alguma coisa assim que a senhora precisou resolver? **P2:** [silêncio] Poderia repetir de novo porque corta bastante, não sei se é o meu ou o teu? **E:** Já teve algum problema com as plantas medicinais, algum bichinho estragando, que a senhora precisou resolver? **P2:** [silêncio] Qual é a pergunta? **E:** Vamos fazer assim dona [...], eu também vou mudar de lugar aqui na minha casa para ver se melhora. Espera um minutinho. **P2:** Tá bom. **E:** Está me ouvindo bem dona [...]? **P2:** Agora sim. **E:** Certo. Então, gostaria que a senhora me falasse um pouco mais sobre a sua experiência com o Movimento de Mulheres Camponesas. **P2:** Assim, para início, falar do movimento, eu te digo que eu devo a minha vida ao Movimento de Mulheres Camponesas porque... porque assim como eu falei que a gente trabalhava como arrendatário, a gente nunca teve a nossa propriedade, a partir de um momento a gente foi para o assentamento, mas assim não foi fácil criar os 9 filhos [palavras inaudíveis] eu tenho esse problema de saúde [frase inaudível] como eu consegui me aposentar, eu tenho como sobreviver com o meu próprio dinheiro, que a minha mãe não teve isso, minha avó não teve isso, meus pais, meus avós não tiveram isto né, então assim, se eu não tivesse a aposentadoria, se eu não tivesse a luta das mulheres camponesas começado as mulheres a luta pelos direitos, que eram direitos que nós tinha que simplesmente estavam engavetados e que não estavam sendo executados, eu estaria vivendo nas costas dos meus filhos. Então se precisa de alguma coisa e tem que pedir, se precisa talvez uma roupa: meu filho você compara para mim? A gente se sentiria muito constrangida né. Então assim como a gente tem, a gente se sente bem, a gente pode fazer o que a gente quiser e sem pedir licença para ninguém e é o movimento das mulheres camponesas elas se preocupam, nós nos preocupamos com a vida das pessoas, num todo né, não importa quem seja, como seja, a gente se preocupa com a vida das pessoas. Por exemplo, esses encontros que a gente tem que infelizmente esse ano não deu, mas a gente faz através de link, assim esses encontros, mas não é como se fosse ali ao vivo, dá a sugestão mais declarada ou fazer a pergunta mais assim, mas a gente trabalhava essa questão, mas a gente continua trabalhando, mas assim ouvia alguma perguntar: você tem alguma lá na sua comunidade, no seu município? Então alguém que precisa disso, alguém que precisa de apoio, alguém que precisa de ajuda, então lá vinha esses depoimentos, por meio de pessoas sofrendo assim... como é que se diz... chocadas né, então essa questão preocupa muito o movimento das mulheres camponesas, assim é, como é que eu poderia dizer, é a vida das pessoas, se preocupa muito com a vida num todo, a vida no bem-estar, a vida da saúde, do alimento, do lazer, dos direitos, enfim, assim o movimento das mulheres camponesas é um movimento assim que deve ser aplaudido, deve ser ouvido porque é a vida do mundo que está com todos, não é só com um ou dois, mas assim se preocupa com todos, para o bem-estar de todos, para a vida, para o viver de cada um e assim é muito, meu Deus, o movimento é a vida das pessoas. Inclusive, como eu faço parte do movimento também né, agora com essa questão do Pantanal, da Amazônia, assassinatos, mulheres violentadas, então a gente trabalha muito essa questão, crimes contra a mulher, contra o pobre, contra o faminto, nós dentro do movimento das mulheres a gente tem a solidariedade, principalmente agora com a pandemia, a gente faz muitas ações para ajudar as famílias necessitadas. **E:** Certo. A senhora me falou que quando os encontros eram presenciais era mais fácil de dar opinião, de participar, como a senhora vê esses encontros online e o uso da tecnologia? **P2:** Como eu disse, a gente como

agora é importante a tecnologia porque a gente pode se comunicar, a gente pode conversar, mas não é como se fosse lá, ao vivo, presentes né, assim que a gente pode até trabalhar melhor, mas a tecnologia é importante, é uma coisa assim necessária, como se diria né. **E:** A senhora disse que o movimento está fazendo muitas ações. De quais ações a senhora tem participado agora nesse momento de pandemia? **P2:** Nós fizemos aqui no nosso município, assim, na semana santa, a gente se reuniu, eu faço parte do conselho da mulher aqui do município, e a presidente do Conselho é a Silvia do CRAS, ali da ação social, então a gente se reuniu, conversei com as companheiras aqui, a gente tem o grupo nosso, as que participam dos meus cursos, que eu dou assim sobre plantas medicinais, sobre horto, a gente tem um grupo, então eu falei no grupo: nós vamos ajudar as famílias carente, porque muitos perderam o emprego, daí as crianças não vão para creche, as mães têm que ficar em casa cuidar e daí só o marido trabalha e as vezes até o homem perdeu o emprego, tem umas famílias que infelizmente a empresa não trabalhou então fechou, tiveram que pegar trabalhos assim como se diz, um dia aqui outro dia ali, então elas sentiram em dificuldades né. Então juntamente com o CRAS a gente fez uma arrecadação de alimentos e foi muito bom essa arrecadação, essa ação, depois a gente fez, o nosso grupo aqui, com as famílias lá de [...] e [...] sobre aquele vendaval que deu. Então a gente chamava, pedia ajuda para o pessoal daqui, os homens inclusive foram, nós arrecadamos alimentos, mulheres, e os homens foram ajudar lá na construção das casas, na reconstrução das casas do pessoal de [...] e [...]. Depois a gente foi chamada para, as professoras do colégio que disseram que as mães iam lá preocupadas porque os filhos não têm escola, os filhos não têm creche, estão em casa, estão o dia inteiro comendo e são famílias mais assim pobres, assim que se diz, pagam aluguel e as crianças querem só comer, daí foram meio choramingando lá no colégio, os professores, as professoras chamaram nós e o sindicato da agricultura familiar então a gente fez mais uma ação, mais uma arrecadação de alimentos e foi entregado para o colégio [...]. E agora esses dias a diretora da creche aqui a minha filha leciona ali, é professora da creche, então ela disse: pede para tua mãe se podem fazer uma né arrecadação para mães que tem criança na creche e que as crianças não tão indo para creche né. Então eu disse me passam os nomes das mães né, então a diretora me mandou por WhatsApp o nome das mães, o telefone, a gente entrou em contato com essas mães, pediu se elas queriam ajuda e elas ficaram contentes, sim, sim, então a gente fez mais uma arrecadação, o nosso grupo aqui e as famílias, e a gente foi entregar junto com o sindicato da agricultura familiar, fazer entrega das famílias. E essa semana que passou a gente ajudou mais uma família de [...] e umas de [...]. E agora a gente foi chamada para mais três famílias ali que estão precisando de ajuda, então agora essa semana a gente vai fazer mais uma arrecadação e as companheiras aqui do município elas são muito solidárias, elas sendo chamada elas tão pronta para atender e assim elas botam no grupo: quando precisar eu estou disposta a te ajudar. Então assim o nosso grupo aqui é muito bom e são mulheres que participam do Movimento de Mulheres Camponesas e o sindicato da agricultura familiar também né, as pessoas, os sócios do sindicato lá elas estão prontas sempre para ajudar, não assim para outros municípios, mas aqui no município quando elas são chamadas, elas estão prontas para ajudar para contribuir com a gente e então a gente se sente bem em fazer isso né, de poder ajudar né e eu falo assim: nós temos que dar o que a gente pode porque Deus também deu para nós. Então se nós temos é graças a Deus e então vamos ajudar ao próximo. **E:** A senhora me falou que fez um curso de plantas medicinais na Fronteira Sul, que outros cursos a senhora se recorda que fez participando do movimento? **P2:** Na verdade eu... o que aparece a gente está participando, sobre né..., do que depende da gente, o que é necessário para gente assim o que é bom para família, cursos assim sobre artesanato, cursos sobre alimentação, assim eu fiz aqui no município panificação, cursos sobre derivados de frango, de suínos, enfim, assim tudo que é bom para gente que a gente precisa dentro de casa eu estou participando. **E:** Esses cursos foram ofertados a partir do movimento? **P2:** Não esses cursos que eu participo é através do sindicato, o sindicato eles têm convenio com outras organizações então eles lançam esses cursos e

chamam a gente então se a gente quiser participar. A paróquia aqui também já fez cursos, inclusive, a paróquia sobre plantas medicinais também, eu penso assim a gente nunca sabe tudo, nunca aprendeu que chega, então quando aparece assim, tendo vaga eu estou participando. E a gente participou também, mas isso faz anos atrás, que a gente morava no assentamento, o do programa agrícola de Santa Catarina, que tem aquele programa da agricultura, programa agrícola, a gente sempre escuta, então eles vieram na nossa comunidade assim cursos sobre produzir alimento, como industrializar a sua própria casa, os cuidados, a conservação, enfim, mas isso faz já quase uns 20 anos, mas também a gente, na verdade do panorama agrícola, que é um programa de rádio, eles vieram no nosso município, vieram na nossa comunidade, então a gente participou também. **E:** E esses conhecimentos todos que a senhora aprende nos cursos, a senhora consegue usá-los na sua casa, para a sua família, para a sua vida? **P2:** Sim, sim, eu, o que dá para fazer aqui, como eu falei, eu moro na cidade então tem eu fiz um curso sobre derivados de leite, então isso eu não posso aplicar aqui porque eu não tenho leite, mas quando eu vou para outras comunidade, eu oriento assim as pessoas, eu tenho como fazer o queijo, como tirar a nata, assim como fazer a coalhada enfim, então eu vou para comunidades, já levo minha apostila junto e então eu falo para as mulher lá, vocês têm leite, vocês estão produzindo leite aqui na sua propriedade. Tem umas que dizem: eu na verdade não faço queijo, eu vendo o leite e compro o queijo. Então eu digo: você tem o leite, você sabe o leite que você tem, então porque você, uma parte desse leite, você não ocupa para tirar a nata, invés de comparar aquela nata de mercado né. É uma coisa que você está fazendo ali na sua propriedade, na sua casa né, é uma coisa que você sabe o que você está comendo, com o que você está se alimentando, e o queijo é a mesma coisa. Então tem muitas que agora, porque as vezes é fácil né você vender o leite, ir lá comparar o queijo, comparar a nata né e tal, então mas você não está comendo um alimento saudável, você sabe o que está produzindo ali. Então elas têm umas assim que na verdade é uma correria, tem muitas vacas, tem isso, tem aquilo para fazer e tal então não dá tempo de ficar cuidando o queijo. então eu digo: que se a gente quiser comer alguma coisa saudável a gente tira um tempinho. Outro dia veio uma me trazer um queijo que ela fez, ela disse: [...] experimenta o meu queijo. Então assim a gente, eu não posso ser isso porque eu moro aqui na cidade, como eu disse minhas filhas quiseram estudar, então a gente veio morar aqui na cidade, mas eu me sinto bem que as outras pessoas façam então né, eu me sentiria bem se eu estivesse lá na agricultura fazendo as minhas coisas, fazendo. **E:** A senhora me falou que participa do sindicato, do MST e do MMC. Me fale sobre a sua participação em outros grupos sociais ou religiosos na sua cidade? **P2:** Sim, eu participo dali do CRAS, da ação social do CRAS, que foi fundado através do da ação social foi fundado o grupo de mulheres, do conselho da mulher..., em defesa da mulher, por exemplo, a gente trabalha essa questão das mulheres que estão judiadas em casa, maltratadas pelo marido, pelos filhos, idosas que as vezes os filhos já não respeitam mais, porque está idosa, porque é inútil, então a gente faz trabalho social também, com o sindicato, com a igreja, na Pastoral da Criança e assim ajudar as mães como alimentar o seu filho, como cuidar, como que a gente deve cuidar a saúde do filho, por exemplo assim nós já somos máquinas velhas, a gente, o que está estragado é difícil de consertar mas a partir do momento que você começa cuidar do filho, você alimenta ele bem, cuida ele bem, cuida da higiene, cuida da alimentação, ele vai crescendo com essa mentalidade boa e pode viver muito bem sem precisar remédio, sem precisar de...eu digo assim, a gente é como uma plantinha, se você cuida da plantinha desde de pequena, você planta, você fica cuidando, você dá o que ela precisa, o adubo, a água, ela tem ar, ela tem sol, ela vai crescendo saudável e assim é a pessoa. Então a gente faz esse trabalho também com as mães da Pastoral da Criança. **E:** Me fala sobre como a senhora se sente quando ajuda essas outras pessoas, quando a senhora participa desses outros grupos. **P2:** Eu me sinto bem aliviada quando eu vejo que eu posso fazer algo de bom. Então assim a gente se sente muito bem, muito tranquila, muito feliz. Ai hoje eu consegui mais uma etapa da minha vida, hoje eu consegui resolver mais um problema, então eu tenho a

agradecer né, eu chego em casa, Deus obrigado por eu poder ter feito isso, eu consegui ajudar, que eu orientar, que eu consegui...Então assim eu falo bastante também quando eu vou conversar, as vezes tem um casal assim que ele é violento, então a gente teve uma palestra com o delegado, depois eu chamei ele e conversei, eu acho que não é assim porque tem a lei que protege a mulher, e tem que denunciar esse homem, tem que por ele na cadeia, mas eu vejo assim que a cadeia não forma ninguém, não forma um cidadão, o que forma o cidadão é a vida, é a fala, é a orientação, é a formação, então chama, eu disse para o delega, chama vê como é importante a família, como é bom vê os filhos vendo o pai e a mãe se dando bem, então se você colocou um filho no mundo você tem que se preocupar com ele, eu já conversei com casais isto e eles entenderam, daí inclusive um senhor, um jovem na verdade, mas é casado, ele me disse: eu tomo então quando eu bebo eu não sei o que eu faço então depois no outro dia eu me arrependo. Então faz o seguinte: não bebe mais, não beba, olha você maltrata sua esposa, a mãe dos seus filhos, então assim você gostaria que alguém maltratasse a sua mãe? Então os seus filhos também não querem que você maltrate a mãe, vai gerar violência dentro da família pior do que o que você está fazendo, porque o filho vai ficar revoltado porque ele não quer ver a mãe sofrendo, então porque que acontecem muitos casos dos filhos baterem no pai, porque ele viu a mãe sofrendo nas mãos do pai. Se você botou filho no mundo quando vocês namoravam, quando estava as mil maravilhas porque não continuar essas mil maravilhas, mesmo que tenha problema, a gente resolve junto, eu tive essa orientação, essa formação, porque meu pai, a minha mãe, não era só o pai que fala, o pai e a mãe eram assim um em dois, eram um só, porque eles dois assim resolviam os problemas juntos, se tinha um filho que tinha um problema, os dois falavam. Eu, por exemplo, se tinha alguma coisa, eu não ia lá só falar para mãe, eu ia falar para o pai também, ele era um incentivador, um apoiador, e eu me criei assim. Eu acho que na família a saúde da família não é só a alimentação, o cuidado, mas é a vida, a união da família então eu já consegui consertar algumas coisas dentro, eu acho assim que antes de colocar o homem lá na cadeia teria que explicar a importância que tem de estar vivendo junto com a mãe. **E:** E esse conhecimento que a senhora tem de plantas, de alimentação saudável, sobre as mulheres, violência, isso tudo a senhora passa também para os seus filhos, para os seus netos? **P2:** Sim, com certeza que eu passo para eles quando eu voltava de algum encontro tanto dentro do movimento sem-terra como agora no movimento de mulheres quando a gente volta para casa, que a gente se reúne aqui de domingo, faz um churrasco um almoço e tal, joga baralho e tal, eu falo para eles, olha lá na nossa reunião a gente falou isso, falou aquilo, olha teve um depoimento e uma pessoa e tal e eles ficam me ouvindo sabe, inclusive, as vezes até no grupo assim, nós temos um grupo da família então eles vêm: mãe o que eu posso fazer, a mãe que conhece, a mãe que sabe e assim eu chamo a atenção deles também, mesmo que eles são casados e tenho dois filhos que já são avôs né, então mesmo assim eu chamo a atenção de alguma coisa ou eles me pedem ou eu vejo alguma coisa errada eu chamo atenção e eles me ouvem, eles me entendem. Eu só tenho a agradecer a vida que eu tenho, eu fui privilegiada e quero repartir com outras pessoas o que eu tive, o que eu passei o que eu estou vivendo, por isso que eu vivo rodeada de gente maravilhosa. **E:** Então na sua família, vocês têm um grupo de WhatsApp? **P2:** Sim, sim. **E:** E além do WhatsApp, a senhora utiliza outras tecnologias para se informar e comunicar? Como é a sua relação com essas modernidades? **P2:** Na verdade, eu computador eu não tenho, mas os meus filhos eles daí por exemplo, eu tenho a minha filha que tem aqui o mercado, eu vim aqui, ela me disse, mãe tem a sala ali no fundo, a mãe pode ocupar a sala do fundo ali e fazer a sua entrevista, então eu vim aqui no mercado, ela aqui tem, então se vem algo pelo computador dos irmãos né tal daí ela me chama, mãe vem ver isso, mãe vem ver aquilo. E internet a gente tem que nem essa aqui do mercado aqui, é pertinho aqui, por isso que eu vim aqui, porque ali em casa as vezes corta bastante né, cai fora as vezes né então por isso que eu vim aqui. Mas eu ocupo bastante sim, telefone, ligar pros amigos de longe e tal, quem não tem, porque eu tenho uma irmã que só tem telefone, ela não tem WhatsApp, é aquele

telefone antigo, não é o moderno então a gente se fala pelo telefone. **E:** E a senhora utiliza as redes sociais como o Facebook, o Instagram? **P2:** Não, eu uso mais o WhatsApp. **E:** A senhora utiliza a internet para fazer algum tipo de pesquisa? **P2:** Sim, bastante. **E:** O que a senhora costuma pesquisar na internet? **P2:** Na verdade, eu costumo mais pesquisar sobre plantas medicinais ou então alguma notícia, coisa assim que a gente ouve falar na televisão, daí eu vou lá na internet e pesquiso qual é o fato para aprofundar mais, sobre as notícias e sobre as plantas medicinais e sobre alimentação, às vezes, receitas e coisas assim, a gente tem bastante, mas não custa aprender uma a mais, como fazer bolo, bolacha, salgados, eu ocupo bastante isso também. **E:** E a senhora acredita que as informações que estão na internet são confiáveis? **P2:** Mas também a gente fica assim com um pezinho atrás né, porque as vezes a gente ouve alguma coisa assim que estaria meio fora da realidade né, então não dá para confiar cem por cento não. **E:** A senhora já ouviu falar em *fake news*, notícias falsas? **P2:** Na verdade sim, é por isso que eu digo que não é cem por cento. **E:** E a senhora quando vê alguma notícia que acha que não é muito certa, a senhora tem algum critério para verificar a veracidade da notícia? **P2:** Na verdade quando eu vejo que não é muito correta ou coisa assim, responder ali não, mas eu comento com as pessoas né, se a gente tem oportunidade de comentar com alguém, eu comento isso com as pessoas, porque não dá para confiar muito nisso, ir atrás disso, é melhor a gente cuidar um pouco. **E:** A senhora compartilha informações também? **P2:** Sim, quando eu vejo que é uma coisa boa, vejo que realmente dá para compartilhar, eu compartilho sim, principalmente quando vem um trabalho das mulheres camponesas, quando vem dos assentamentos, quando vem por exemplo ontem eu compartilhei uma missa e o pessoal depois me mandaram que assistiram aquela missa, o padre sozinho rezando a missa lá no Rio Grande do Sul, ele mostrava a igreja vazia, ele sozinho, mas assim ele tocava gaita, ele cantava com a gaita pendurada nos braços e ele rezando a missa. Eu achei uma coisa muito linda mesmo e assim no início quando eu comecei assistir eu já compartilhei e várias pessoas compartilharam comigo, curtiram e tal, então assim quando eu vejo coisas que valham a pena, mas tem muitas abobrinhas que a gente não dá nem bola né. **E:** E a senhora viu essa missa onde? **P2:** No Face. **E:** Então a senhora compartilhou lá no Facebook mesmo, foi isso? **P2:** Isso, isso. **E:** Certo, então a senhora tem Facebook? **P2:** Sim. **E:** Tem alguma outra forma que a senhora utiliza para ouvir, ver a notícias, para se manter informada sobre os acontecimentos do país, da sua cidade? **P2:** Eu uso televisão, rádio. **E:** A senhora tem acesso a algum jornal? **P2:** Na verdade, eu não assino nenhum jornal, só o jornalzinho do movimento e o jornal da diocese. **E:** A senhora me disse que tem muitos livros né de plantas medicinais, sobre doenças, a senhora já frequentou alguma biblioteca? **P2:** Na verdade não, eu não visitei. **E:** A senhora sabe se tem alguma na sua cidade? **P2:** Tem no colégio onde que meu neto estuda, mas na verdade eu visitei uma vez lá, mas não assim para ler livros, eu levei uns livros lá, eu sou muito amiga da mulher que cuida lá, então ela me disse um dia: [...] tu poderia compartilhar com nós os livros, tu tem bastante e tal. Então nesses seminários que a gente ia e encontros e congressos e tal a gente vinha com bastante material para casa então eu levei lá para ela e daí ela ficou olhando e tal, e disse que era muito bom e ela ia colocar e tal, mas eu assim não para ir lá e ler na verdade não fui não.

**E:** Bem dona [...], eu acredito que fiz todas as minhas perguntas, eu gostaria de saber se a senhora quer me falar mais alguma coisa sobre isso que nós conversamos. **P2:** Olha, a gente tem bastante conteúdos assim, mas o que eu poderia dizer agora, sinceramente, é agradecer essa oportunidade que você me deu e agradecer aos movimentos sociais por eles se preocuparem com a vida do povo, porque na verdade, pelas elites assim eles são criticados né, mas se a gente vê a fundo a realidade dos movimentos a gente vê que os movimentos sociais, tanto que nem as mulheres camponesas, o movimento sem-terra, por exemplo, assim, dedicado a agricultora familiar, o MTA, as mulheres urbanas que estão engajadas com o movimento das mulheres camponesas, elas se preocupam com os bem estar do povo, não com o capitalismo, assim com

a vida com o bem estar de todos, então eu só tenho que agradecer a isto e se eu estou bem hoje, me sentindo bem, bem mesmo agora hoje em dia, é graças aos movimentos sociais. **E:** Certo, eu é que agradeço por a senhora ter aceitado participar da minha pesquisa.

### **PARTICIPANTE 3**

**E:** Então, para começar, eu gostaria que você me falasse como é o seu cotidiano, as atividades que você realiza? **P3:** Tá, eu trabalho com a produção de sementes né e também um pouco com produção para venda assim. Tu fala o dia a dia assim? **E:** Isso. **P3:** Não levanto tão cedo como a maioria dos camponeses, eu acordo lá pelas sete, em geral assim, e tomo um chimarrão de boa e daí já vou cuidando das... em geral de manhã, dos trabalhos mais próximos da casa, de coisas bem leves, de colher algumas sementes, quando já tem colhidos né, botar para fermentar ou então se já então secas, guardo, e, em geral, fico mais pela horta e esse entorno. De manhã é mais de olhar como estão as plantas, se tem algum bichinho, enfim, trabalho mais leve. De tarde está bem quente agora, antes eu estava trabalhando mais fora né, ai como a tarde está muito quente, eu tenho cuidado das mudas no período da tarde, de preparar as bandejas e eu passo sempre os tomates, planto bastante tomate né, então eu passo eles das bandejas de 200 para as bandejas de 15, que são as de flor né, eu faço mudas de frutíferas, de tudo né, então eu cuido das mudas né, faço algum artesanato também e sempre tem alguma coisa... nós temos ferramentas de carpintaria, então sempre eu invento alguma coisa, um desidratador ou algo. Então também, de tarde, como agora está bem quente, então também é um período desses cuidados mais das sementes, ainda no entorno da casa. E agora, como está muito calor né, isso varia né... a rotina do inverno para o verão, então agora como está calor né, eu tenho trabalhado mais de noite, então lá pelas 4 em diante, 5, no veraozão só a partir das 5, é que daí sim, eu vou para roça, daí fico até de noite. Eu tenho uma lanterna de cabeça, particularmente, eu prefiro trabalhar de noite, porque não tem mosquitos, não é quente, então eu consigo render muito mais que de dia, o sol cansa muito né e eu cuido da pele, enfim. Então eu fico de noite trabalhando, capinando... plantar, quando é para plantar, em geral, eu faço de manhã né, com a máquina assim, a manual, porque dá para ver melhor, então eu não chego a plantar, a não ser transplantar coisas né, transplantar eu faço de noite também, preparo os berços né, todo o preparo da terra né e dá para fazer tudo de noite né, e fico as vezes até às 11 da noite ainda trabalhando, 10, 11 por aí. **E:** Que tipo de sementes você produz, além da de tomate? **P3:** De tudo um pouco, tenho muitas variedades de tomates, daí faço de melões, de pepinos, de melancias, de milho e pipocas, de tudo um pouco né, pensada numa produção de sementes para uma família que queira começar ter autonomia alimentar. Aí assim, a gente planta de tudo e a nossa alimentação é toda daqui né, então a ideia é ser um ponto de referência para quem comprou um terreno ou mesmo os camponeses, que querem buscar outras variedades, muitos já não plantam arroz, amendoim, então enfim, pensado para isso. **E:** Certo. Você trabalha sozinha? **P3:** O meu pai me ajuda um pouco quando pode, a minha mãe já não tem como, eu moro com meus pais, a minha mãe tem problema no joelho então ela não consegue, as vezes ela dá uma ajudinha com as sementes, nas coisas mais leves, colher as coisas da horta, mas praticamente sou eu, ai meu pai me dá uma ajudinha as vezes, ele também não pode muito mais, tem problema no pulmão, então ele tem falta de ar assim, mas é praticamente eu assim, por isso tenho que trabalhar de noite, senão não dou conta [risos]. **E:** Então além de você plantar, produzir para o consumo da família, você também vende uma parte da sua produção? **P3:** Sim. **E:** É daí que vem a sua renda? **P3:** Sim, da produção e das sementes. **E:** E por que é importante para você ter autonomia alimentar? **P3:** Para mim é bem básico né, que nem a gente vê, nós gastamos quase nada com o mercado aqui, só alguns luxos que a gente se dá e coisas que não conseguimos

produzir, então a gente compara, alguma lentilha, os azeites né, a farinha, a gente ainda não está produzindo tudo, cem por cento né. Mas uma é o custo de vida né, hoje está tão caro tudo no mercado, outra é a qualidade também, a gente sempre tem, o feijão é sempre novo né, a mandioca, tudo é fresco sempre, então é outra qualidade, e também é uma diversidade bem maior do que o mercado oferece né, então a gente já vai começar a colher a melancia amarela né, [não] vai encontrar no mercado nunca né. É a qualidade, a gente sabe o que está plantando, sabe o que não colocou então. **E:** Como você aprendeu e aprende a produzir tudo isso, a fazer o seu trabalho? **P3:** É um saber que vem de muitas fontes né, meu pai me ajuda muito né, ele sabe muito, então eu busco aprender bastante com os agricultores e sempre estou participando de feiras, feiras de sementes, tem um saber incrível nas feiras, e com as mulheres então é uma troca constante né. Também busco fontes literárias né, Ana Primavesi para mim é uma referência, busco também, enfim, beber um pouco de cada fonte e sempre que o que seja, que possa se voltar em uma prática aqui né. **E:** Me fala mais sobre as fontes literárias que você utiliza? **P3:** Muito Ana Primavesi, ela é minha, ela é incrível, leio muito ela, aprendi muito com ela, erros bestas assim, coisas que eu não sabia né. **E:** Livros da Primavesi? **P3:** Sim, assim erros, assim coisas bobas que eu fazia e que pude corrigir, entender as razões né de não ter produzido tão bem, enfim. E também o Ernst bastante, o Ernst Götsch [risos], das agro florestas né. Não consegui ainda colocar tão bem na prática os sistemas agroflorestais porque nós temos pouca terra, como meu pai ajuda a pensar os cultivos né, ele tem um pouco de resistência, mas aos poucos vamos seguindo né, pelo menos o mais biodiverso possível que sejam os cultivos, apesar de que a terra é toda renovada no inverno, eu consigo ter bem biodiversos os cultivos e aproveitar bastante a terra né. **E:** E como você tem acesso aos livros? **P3:** Eu busco muito PDF né, sim a informação gratuita que está disponível na internet né, o que eu não encontro em PDF eu compara o os livros, aí em geral eu compara o eles e já passo adiante, ou eu dou de presente, ou eu empresto, eu sempre faço fichamentos né, então eu fico com os resumos para mim, mas muito PDF, assim muito PDF. **E:** Certo. Me conte mais sobre esse hábito de passar adiante os livros? **P3:** Eu já li, então provavelmente ele vai ficar jogado ali e, em geral, eu passo adiante porque o livro me transformou bastante né e eu gostei muito e eu acredito que vai somar também às pessoas, então eu passo adiante. **E:** Ali no formulário você colocou que tem curso superior incompleto. Letras né. Você desistiu da graduação? **P3:** Eu, então, eu desisti em 2013, senão me engano na greve que teve nas universidades, era um período que estava... eu morava na cidade, eu entrei em depressão, não consegui... enfim, vários fatores e aí acabei desistindo. E eu viajei por um tempo e aí já estava me encontrando nessa paixão pelas sementes nesse período e essa viagem foi para me firmar mais nesse objetivo e voltar para o campo. **E:** Certo. Então, você considera importante para a sua profissão continuar estudando, mesmo que informalmente, consultando livros, a internet, participando as feiras? **P3:** Sim, assim eu não estou graduada e não estou estudando formalmente, mas estudo muito assim, busco sempre aprimorar os conhecimentos e assim é muito infinito o tema sobre as sementes, bah, é infinito assim, é fascinante, e também faço vários cursos assim, sempre que tem algum curso bom. Eu fiz o de leis de sementes também que foi bem interessante como uma ferramenta para falar sobre o assunto, especialmente quando, enfim, como jovem, levantar a bandeira das sementes crioulas, mais como mulher, assim, cai muitos discursos sobre a gente, especialmente, vindos dos homens que apoiam o agronegócio né, então ter esses saberes e entender a situação que nós estamos como agricultura familiar e como sementes crioulas no campo né, a ameaça que existe hoje a biodiversidade e também sobre as restrições legais que tem sobre a produção de sementes, é bem importante para ter ferramentas para debater com essas pessoas, senão é capaz de baixar a cabeça as vezes se a gente, enfim, se a gente a gente já é taxada de louca das sementes sempre né [risos]. **E:** E esse curso foi ofertado por intermédio de quem? **P3:** O movimento viabilizou que eu fizesse, foi pelo Instituto para o Desenvolvimento Rural

da Sudamérica. Eles viabilizaram que eu fizesse. **E:** E foi presencial [...]? **P3:** Foi online, mas muito bem disrutado assim. **E:** E como foi a experiência do curso online? **P3:** Assim, era um tema que eu já estava buscando né, já vinha buscando leituras nesse sentido, de entender o processo dos tratados internacionais e como se padronizou as leis de sementes em todo o mundo né e como isso marginalizou as sementes crioulas né, então eu já vinha buscando leituras e veio complementar bastante o que eu já vinha lendo. Nossa, não sei te dizer o que de mais interessante bah... mas foi bem importante para entender a estrutura das leis né, que elas de tratados internacionais que foram bastantes impostos, pelos tratados de livre comércio né, como a ALCA né, e os tratados de livre comércio eles impõe ao Bov-91 hoje né. O país que assinar o tratado de livre comércio obrigatoriamente precisa assinar a última versão do Bov, ela é bastante restritiva para as sementes crioulas e foi muito bom e também o intercâmbio com pessoas de outros países, foi um curso para toda a América Latina, tinha gente da Alemanha também, assim foi bem interessante ver as realidades de cada país e como a região Andina tentou fazer uma lei, um acordo assim para ter uma ferramenta para lidar com o Bov né, para reforçar a proteção das sementes crioulas nesses países, enfim, foi bem interessante. **E:** Bom [...], queria que você contasse agora um pouco da tua experiência com o Movimento de Mulheres Camponesas. **P3:** Eu conheci o movimento desde muito jovem, o movimento sempre atuou aqui na região, mas como eu era adolescente ainda na época, não me aproximei né, fiquei com uma admiração muito grande. Conheci uma mulher do movimento quando fui fazer um trabalho de escola e era para entrevistar uma mulher do interior né, perguntar sobre a história, enfim, e ela era do MMC, uma senhora de 70, na época ela tinha 73 anos, algo assim, e ela me contou que foi com o MMC para o Fórum Social Mundial em que elas destruíram o viveiro da Aracruz, na época, Aracruz Celulose, e deu muita repercussão, porque na época aqui na região o pessoal era muito contra os eucaliptos né, então fiquei com uma admiração muito grande em ver que: nossa é uma camponesa, mas fez um ato tão revolucionário, enfim. Aí começou minha admiração, mas nunca me aproximei até então. Então depois que eu larguei a faculdade e comecei a viajar, eu participei de várias feiras de trocas de sementes, em vários lugares do Brasil, e conheci então algumas mulheres do movimento e aí comecei a ver: nossa, que massa, as mulheres produzindo sementes e com todo o trabalho da agroecologia e valorização dos quintais. Falei, nossa: o que eu preciso para ser uma mulher camponesa né? Então, quando voltei para cá, faz 4 anos que vim para cá, me estabeleci de volta na terra dos meus pais né, então as mulheres começaram me chamar para os encontros aqui na base né, na comunidade, no município, e aí eu comecei a participar. E nossa, que saudades que eu sinto dessas mulheres assim, é incrível ver a força de cada uma e mulheres que mantém uma biodiversidade incrível nos quintais, nas hortas, e também como as relações na família dessas mulheres já são diferentes do que, enfim, do que eu fui criada né e é bastante o que eu quero para mim. Criar uma nova forma de se relacionar na família né, que valorize mais as jovens e as mulheres e que valorize mais essa biodiversidade. Ah, é incrível assim, é incrível estar com o MMC. **E:** Fala um pouco mais sobre essa nova forma de se relacionar na família. **P3:** Então quando eu cheguei aqui e eu voltei para casa com bastante sementes né e com a ideia de começar a ter mais diversidade, porque quando eu voltei, meus pais sempre plantaram né, mas nunca foi assim a atividade principal, o que mais se fez foi melado, eles plantavam bastante cana para melado, mas aí começou as normas da vigilância sanitária e a gente parou um pouco né. Então ficou aquela cultura bem de subsistência, mas do mais básico do básico, que é a mandioca, o feijão e o alho. Então quando eu voltei, só tinha isso aqui, mandioca, feijão e alho. E aí eu trouxe mais variedades e falei para o meu pai: quero plantar. Ele me deixou, como em geral é com as mulheres, um pedacinho mínimo de terra, da terra mais difícil para plantar, da pior que não pega sol direito, era muito baixa, era puro capim, enfim, mas eu fiz e plantei bastante nesse pedacinho, plantei muita coisa, espaço bem biodiverso, e aos poucos ele foi me deixando mais espaço. Eu comecei a trabalhar com ele, ajudando no que ele estava fazendo, aprendendo

também a plantar o alho de casa né e ai comecei a conquistar mais espaço, conforme eu conseguia trazer mais sementes que ele já plantava antes, anos atrás e deixou de plantar, então comecei a trazer o amendoim, ai ele já se animou né, começou a contar histórias de como fazia, e foi me ensinando as técnicas que usava e ai fui conquistando espaço, até hoje, hoje eu planto tudo, toda a terra assim, já consegui esse espaço de plantar junto tudo né, daí ele me ajuda também, a gente senta e pensa o espaço, o que nós vamos plantar em tal área, quando vamos plantar, onde e o que dá para plantar junto, o que não. **E:** Hoje então você participa, toma as decisões da propriedade, do que plantar. Como você se sente tendo conquistado esse espaço e tomando as decisões? **P3:** Nossa, assim, é tudo o que eu queria né, de ter começado desse espacinho pequeno que ele me deu, para depois ter conquistado o espaço da horta né, que foi o espaço que eu mantinha mais a minha biodiversidade né, e agora ter conquistado todo esse espaço né. É uma responsabilidade também né, porque tenho que manter... assim meu pai gosta de ter os cultivos assim bem limpinho assim, ele tem uma preocupação estética que as vezes não condiz tanto com a nossa ideia, as vezes um capim dá para deixar, mas ele não quer, então assim tenho que estar correndo atrás para manter bem, tudo bem, é uma responsabilidade né, conseguir fazer todo o cultivo, o cuidado e a colheita bem, um pouco assim, tem essa pressão né, eu tenho que mostrar para ele que eu dou conta também [risos], mas assim é tudo o que eu queria, é ter esse espaço, a gente plantar e pensar juntos o que vai plantar né, assim é lindo. Teve alguns conflitos né entre eu tentar um espaço e ai eu plantar da minha forma, eu tentei implantar uma agro floresta e quando ele viu bananeira e árvores já começou ficar bem... ele não gostou muito né, mas enfim, entre isso até ir se harmonizando e a gente conseguir pensar juntos é um pouco... eu tive que ceder um pouco, não é o que eu espero ter no futuro da terra, como eu gostaria de um sistema agroflorestal que eu não tivesse que refazer toda a terra a cada inverno né, mas já ter esse espaço para plantar, já estou muito feliz com isso. Espero no futuro ter uma terra para mim né, que eu possa eu mesma pensar sem pressão [risos], pensar o que eu vou plantar e trabalhar de outra forma ainda. **E:** Como você lidou com esses conflitos com ele? Que tipo de argumentos você utilizou para convencer, para ir mudando a situação? **P3:** Olha, o melhor argumento que eu encontrei foi mostrar na prática que é possível, assim, tem coisas, não sei, que eu falo para ele, mas ele escuta assim: é, pode ser que sim. Mas sem que ele veja que na prática funciona, ele não acredita muito, na verdade, então foi mostrar na prática que funciona. O alho é um que, nós temos um alho que era da minha vó né, hoje eu planto o alho e ele só vai olhar assim nos domingos com é que está o alho, se está bem ou não, então há 4 anos atrás eu plantei com ele e nesses primeiros anos eu plantei com ele até que... e assim da forma dele né, que é bem limpo assim, que não tem nenhum capinzinho no meio, só eu sentia que era muito judiado para o solo essa forma de cultivo né, então busquei o consórcio com a cenoura né, então, de eu te dizer, o consórcio com a cenoura funciona e te mostrar que o consórcio com a cenoura funciona é bem outra coisa né, então fiz o consórcio com a cenoura e ele ficou impressionado de como deu, deu bem né, funciona né, então, bastante é por ai, porque ele já é um pouco mais velho né, é outra mentalidade, é outra geração, ai tem um pouco esse conflito geracional né, mas assim, quando ele vê que funciona, ah beleza, daí já foi. **E:** Você comentou que viajou bastante. Me conta um pouco sobre como foi essa experiência? **P3:** Eu saí... quando eu estava ainda na universidade, eu comecei a juntar sementes né, começou com uma paixão pelas medicinais e assim o sonho de ter um jardim super biodiverso quando eu comparar o meu pedaço de terra. E ai eu tinha uma caixinha, um banquinho de sementes com bastante diversidade já e ai sai de viagem com o objetivo de chegar numa feira de comunidades indígenas que se dá no Amazonas, uma feira de sementes de comunidades indígenas, então saí em buscas dessas feiras de sementes e conhecendo assentamentos e também famílias, bem aleatoriamente, de ver uma casa com jardim bem biodiverso. Eu viajei de bicicleta, um bom trajeto de bicicleta, então era bem fácil de chegar, pedir uma água, começar a conversar e já ir entregando umas sementes né. Então não cheguei a ir nessa feira né, mas fui em várias outras

que foram... que foram muito importantes para firmar esse objetivo e sentir que é a minha paixão, eu sinto muita alegria nisso, me sinto muito plena e completa e, nossa, é uma energia incrível, incrível, as feiras de sementes são incríveis. E eu conheci nessa viagem várias pessoas que também me incentivaram, me inspiram né, eu cheguei uma vez... eu fui para o Uruguai também de bicicleta, eu cheguei na casa de uma senhora que tinha um jardim... por acaso né, cheguei para pedir água e aí começamos a conversar e, nossa... ela tinha um jardim de muita biodiversidade. E ela falou assim: eu também tenho aqui um banco de sementes [risos]. E ela mostrou o jardim né: pode colher o que tu quiser né. Nossa... que incrível, incrível. Então eu senti que eu não estava sozinha também nisso e isso foi bem importante e acho que isso é o mais importante com o movimento né, sentir que não está sozinha. Enfim, aí viajei por vários lugares assim, entre de bicicleta, um pouco de carona também, aí fiz o Uruguai e do Brasil fui até o Tocantins. A última feira que eu fiz nessa viagem foi a feira da cultura indígena, foi ali nos jogos mundiais indígenas. Enfim, nossa... me apaixonei, aí quando eu vim para cá, eu comecei... na verdade eu comecei primeiro a me relacionar com o Movimento de Pequenos Agricultores, que sempre teve também feiras e trocas de sementes, e aí com o Movimento de Atingidos por Barragens também, porque nós estamos aqui abraçados pela barragem, mas assim eu me identifico bastante com a bandeira feminista que tem no MMC, que, não sei, hoje a política e passa também com alguns movimentos que buscam a participação da mulher para ficar bem na foto né. Isso é bem diferente de tu ter um movimento que levanta mesmo a bandeira do feminismo... com sangue, não sei se tu entende. **E:** Entendo. Me fala mais sobre isso? **P3:** É que assim, em outras instâncias eu senti bastante isso, que as vezes me chamavam por eu ser mulher né. Então hoje como tu vê na política né, então antes não podia as mulheres., as mulheres nem podiam votar, enfim, imagina uma mulher estar na política, então eram discriminadas por isso e hoje justamente o sexo que faz com que a pessoa seja convocada para cumprir uma tabela de participação feminina e... [risos] aí é complicado porque se tu está chamando qualquer mulher só porque é mulher para aparecer lá, sendo que, hoje, olha para a política, essas mulheres nem participaram das discussões do partido, enfim. Então eu vejo que está mais no sangue do MMC o feminismo quando em outros movimentos por aí se levanta um pouco a bandeira ou se levam as mulheres para levantar a bandeira do feminismo, mas que ainda não está no discurso dos homens desses movimentos né, então, são casos e casos. **E:** Essa questão é importante para você por quê? **P3:** Tem coisas que transformam e coisas que não, só falar o discurso do feminismo não transforma muita coisa, acho que vai bem por isso né, e o feminismo do MMC é muito vivido assim, também a discriminação que o MMC sofreu também, as mulheres sofreram por estar junto com o movimento, e tudo é bastante vivido então... enfim, tem propriedade no discurso, é diferente de só reproduzir o discurso. E eu vejo a transformação na vida das mulheres, como eu visito bastante famílias agricultoras aqui, busco sempre levar umas sementes, a gente sempre traz alguma coisa também, então eu vejo claramente a diferença na estruturação da propriedade que tem uma mulher que é participante do MMC e da mulher que não é. E não é uma questão de instrução, porque tem um caso aqui de uma mulher que é professora aposentada, professora de história, e ela está ali no campo e o espaço dela é só a horta, ela só planta a horta e o marido planta milho em tudo. E teve um ano que ela tentou plantar batata doce e o marido passa veneno né, então era próximo do milho, ele passou veneno na batata dela, morreu tudo. Então vejo assim, uma conquista de espaço, de voz, de tomar decisões juntos né: poxa, vou plantar batata doce aqui, vamos plantar batata doce aqui para comer, então não vamos passar veneno ali. Enfim, que é bem diferente, é uma diferença importante, de atitude, de espaço, de voz também, por mais que por aí nem todas consigam que os maridos ajudem a lavar a louça, daí já é outra coisa né, mas assim de ter a possibilidade de pensar juntos o cultivo já é um passo muito grande né. Eu vejo a diferença na propriedade das mulheres, das camponesas e das que não são camponesas, e, em geral, é muito mais biodiverso também, porque nós sempre estamos trocando sementes, então sempre tem

muita coisa nos jardins. **E:** Me fala um pouco mais da tua participação nas atividades do MMC? **P3:** Então, eu comecei a participar nas formações né, nos encontros aqui, de alimentação saudável e nossa... muito lindo né, aí eu comecei assim falando em público também, vários bloqueios que a gente vai quebrando né, e aí, como eu tenho esse negócio das sementes, um dia uma companheira me chamou para dar uma formação numa comunidade, em Barra Bonita, que é aqui no Extremo Oeste também, e aí até então, não sei, porque eu estava com MAB também, não me sentia assim que eu era MMC, eu sentia que estava participando, mas não sentia que eu era do movimento, então ela me chamou para falar sobre as sementes e no começo eu pensei assim: o que eu vou falar para essas mulheres que sabem bem mais que eu né, mais que eu, que sou jovem né, o que eu vou falar para elas né? Mas aí tinha muita coisa para falar para elas e também tinha muita coisa para aprender nessa troca, foi bem lindo, e depois dessa fala uma companheira, a [...], ela me deu a bandeira do movimento. E aí... nossa... eu falei: sério? E ela me deu a bandeira que ela levou para o primeiro encontro nacional né, várias marcas, uma bandeira já manchada de luta né, e aí eu falei: caramba, sou do MMC, nossa, eu vou honrar essa bandeira né. E aí comecei assim, em geral, eu faço umas falas sobre sementes e também com as jovens né, como é o que eu mais faço né e por aí, sei mais sobre isso do que sobre outros temas então. **E:** Sim. Você percebe que algo mudou na sua vida e no seu trabalho depois que você começou a participar do movimento? **P3:** Mudou bastante no sentido de que no começo eu estava bastante isolada aqui, bem sozinha, então fiz muitas amizades no movimento e umas amizades assim com umas mulheres que dá muita alegria em compartilhar com elas. E é uma troca de saberes muito importante, então, aprendi muito com o Movimento de Mulheres Camponesas e saberes práticos para o dia a dia e também aprendi mais sobre feminismo, tem os grupos de estudos também, então é uma formação para a vida, não te dá nenhum título para o currículo, mas é uma formação incrível com o movimento, em todos os sentidos, desde coragem de falar em público, que eu era... nossa... era muito tímida, eu nem falava direito assim, então na viagem comecei a aprender a me comunicar melhor assim e depois com o MMC mais. E também de eu sair mais vezes com o movimento isso também é importante, porque agora com a pandemia mesmo é tão fácil ficar só em casa e cair na rotina do trabalho, que tu nem vê se é sábado, domingo, final de semana, então dá essas saídas com o movimento, ir para feira, trazer uma coisa nova, uma variedade nova ou um saber novo né, tem as mulheres ali que fazem os microrganismos eficientes assim, nossa... de tudo né, se aprende de tudo. **E:** Certo. A comunicação entre vocês, participantes do movimento, acontece como [...]? **P3:** Agora está se dando bastante por WhatsApp, como está esse período de pandemia, então tem encontros, tudo por Zoom e Google Meet agora. **E:** E antes? **P3:** Antes era só presencial né, os encontros aqui da comunidade ou da regional, então era tudo presencial. **E:** Você participa de algum outro grupo, sindicato ou grupo religioso na sua comunidade? **P3:** Do Movimento de Atingidos por Barragens também. **E:** Certo. E por que é importante para você participar desse outro movimento? **P3:** Então, nós estamos nessa região que é ameaçada pela construção da barragem, ela vai sair aqui na minha comunidade né, não tem como não participar dessa luta também e está por dentro da história assim, querendo ou não, é o meu território está sendo ameaçado né então, enfim, também tem toda a questão da energia que o movimento levanta. A produção para uma empresa que vai se favorecer muito disso e que não é uma demanda energética realmente necessária, é só por uma questão de lucro essa produção. **E:** Eu quero saber [...], como você fica sabendo das notícias e dos acontecimentos da sua cidade? **P3:** Olha, o movimento sempre está compartilhando informações que nos tocam né, o que está sendo discutido no governo e tal. Ainda as vezes eu me sento para assistir o jornal [risos] com o filtro bem grande assim, ligado, e eu tenho assim... eu tenho uma mídia de informação que é o InfoSiberia, que manda sempre os resumos né, ele é da Argentina, na verdade, mas ele sempre manda os resumos, mundial também né, então vai bastante por aí. Ainda algumas coisas eu fico

sabendo por Facebook assim, então quando pego alguma coisa alarmante, de surpresa, foi por Facebook, mas como eu te comentei, eu leio mais no inverno né, agora no verão talvez eu vou dar uma pegada nas tardes para leitura assim, mas agora como eu estou trabalhando bastante, já chego de noite meio cansada, então de manhã dou uma espiada nas coisas, daí busco também filtrar os meios de informação. O MAB também tem, no grupo do MAB também sempre mandam as notícias mais importantes assim e as coisas que nos tocam né. **E:** Esse grupo do MAB, o que é? **P3:** É um grupo de WhatsApp, em que a galera manda as notícias mais importantes, relevantes que nos tocam, da classe trabalhadora né. **E:** Esse filtro que você faz das informações, você faz com base em quê? Ou o que você considera para fazer esse filtro? **P3:** Então, é sempre um filtro com base nas informações que eu já tenho né, como a minha mãe assiste o jornal local, agora faz dias que eu não assisto né, e o nacional, então sempre olho, mas com qual intenção que eles tão divulgando isso agora né, enfim, bastante nesse sentido né. O que realmente isso... é vantagem, isso nos afeta como, enfim, bastante esse filtro de esquerda [risos]. **E:** Certo. Me fala um pouco da tua experiência... **P3:** Só um pouquinho, passou um caminhão [ruídos]. **E:** Sim [risos], me fala um pouco da tua experiência com o uso das tecnologias de informação e comunicação. **P3:** Então, faz... acho que já fechou um ano que nós temos internet aqui em casa né, então antes eu me comunicava uma, duas vezes por semana. Em geral, então eu baixava todos os PDF que eu queria, lia, e depois baixava outros, então até sinto que antes de ter internet em casa, que eu lia muito mais do que agora, agora eu me distraio muito com WhatsApp, não tinha WhatsApp também, então agora estou mais dispersa nesse sentido e agora como tem um ano que nós temos internet em casa, então, assim, eu entro no... eu tenho o Facebook que eu busco as vezes publicar alguma coisa do trabalho que eu faço com as sementes, com a agricultura, mas, enfim, não dou muita bola assim, tento ver um pouquinho do que a galera postou, os amigos, mas não sinto que é algo que aproxima realmente as pessoas. E o WhatsApp tem dias que eu não quero olhar, porque é tanta mensagem de grupo, então eu busco focar nos grupos do movimento, mas assim... não sou tão chegada, eu prefiro estar mais de boa trabalhando né, e até sinto que me distraiu bastante das leituras, as vezes eu poderia estar dormindo depois do almoço e aí fico aí de bobeira olhando o que a galera postou nos grupos [risos], nossa..., tem dias que eu não queria ter. Acho que eu era mais feliz quando não tinha internet em casa e acessava bem menos as redes né [risos]. **E:** Certo, e você percebe algum risco utilizando hoje essas tecnologias, relacionado às informações falsas, por exemplo? **P3:** Nossa, demais, não dá para confiar em nada, as notícias que eu vejo no Facebook, eu já olho com muita desconfiança, no geral, sempre tem que checar né. Tem muita informação falsa e distorcida assim, eu acompanhei no ano das eleições, nossa... essa rede de *fake news* que segue estruturada, a mesma que elegeram o Bolsonaro e segue estruturada para manter os eleitores acreditando nisso e enganando mais pessoas ainda, assim, e também me assusta bastante vê o Google como dono da verdade né. Como tem sites que checam as notícias, mas quem garante que eles são confiáveis também né? Quem diz o que é verdade né. **E:** Que tipo de critério você utiliza para verificar se a informação é verdadeira ou não? **P3:** Em geral, eu dou uma pesquisada no Google e se foi alguém, em geral, dos movimentos que postou, eu já confio mais né, porque, em geral, a informação foi checada antes de mandar né. Mas, em geral, se ninguém postou aí dou uma pesquisadinha no Google para ver se é verdade, se está em mais sites ou não. Mas vejo muito padronizado, toda a informação, tu vê um meme ou alguma... eu participo de grupos de trocas de sementes, em geral, a informação que está ali é a mesma para todo mundo quase, bem padronizada a informação. **E:** O que você entende por informação padronizada? **P3:** Em geral, a maioria das pessoas que tão voltadas ao meio das sementes, por exemplo, da agroecologia, recebe os mesmos memes, as mesmas fotos, as mesmas informações. Se tu posta, por exemplo, um grupo recebeu, todos eles sabem mais ou menos a mesma coisa e também tem um meio que, são os algoritmos né, que se usa também para manipular de certa forma as informações né, como quando foi o golpe da Bolívia né, como

se usou na época o tema dos incêndios para mover os próprios movimentos sociais em manifestações que foram usadas contra o governo né, como esse meio de manipulação está preparado para qualquer tipo de pessoa né, está tão personalizado né, porque quem que não vai ir numa marcha para salvar a Amazônia, mas que discurso vazio é esse, quanto foi na época as manifestações contra a corrupção né. Então, está tão pensado como quem está pela causa indígena tinha essa, aí a Calavalo, como é o nome dela, logo tem uma indígena que é a favor do Bolsonaro para falar pela causa indígena né, então é delicado, me dá medo, enfim. Então eu estava vendo com essa linha de informações que aparece ela pode mover emocionalmente a gente, uma vez foi uma preocupação muito forte que eu tive por até que ponto eles sabem como nós estamos emocionalmente e como eles podem usar isso para que a gente fique bem ou pior, que é o que é mais favorável para indústria e para o comércio né. **E:** Saindo um pouco um pouco da ideia de informação que circula nas mídias, nas redes sociais, pensando mais na informação que circula dentro do movimento, no conhecimento que você adquire participando do movimento, você percebe que isso contribui para a sua vida? **P3:** Sim, e também essa informação é ferramenta também né, então qualquer dúvida que se tem, se pergunta no movimento né, as vezes têm mulheres que estão começando a cultivar uma determinada coisa, então não sabem ainda colher, não sabem preparar, então, é incrível assim, uma informação... e também tu pode fazer comparações de experiências porque sempre vai ser mais que uma que vai relatar sua experiência, é bem importante, bem interessante. E sobre qualquer coisa que tu perguntar, vai ter alguém com uma experiência que vai te dar uma resposta. **E:** [...] com base na mulher que você é hoje, o que é ser uma mulher camponesa? **P3:** nossa... essa é difícil [risos], então eu acho que vai um pouco do que é também a agroecologia, a gente cultiva para ter soberania alimentar, também cuidando das sementes para nós, para os vizinhos e para as gerações futuras né e também conservando a história, o passado dessas variedades e é ter qualidade vida também, e buscar uma relação melhor na família, na comunidade, se colocar participando na comunidade, na política também, ter coragem de soltar a voz também, nas suas opiniões. **P3:** Me fala mais sobre a importância disso? **P3:** Porque as mulheres tiveram por muito tempo assim caladas e ainda vejo que hoje tem muitas mulheres caladas, ainda mulheres que eu vou visitar as vezes que são mulheres que não estão com o movimento, que estão tão amarradas na propriedade, uma que tem gado leiteiro ela, nossa... ela tem uma diversidade incrível no quintal dela né, gostaria de ampliar bastante então eu sempre levo para ela, para ter mais variedades, mas ela não consegue sair de casa, porque está assim amarrada em tarefas domésticas, em cuidado com a propriedade, em cuidado com as vacas né, que é a fonte de renda deles, então ela não participa na sociedade, na comunidade, ela não tem tempo de sair [gesto de aspas com os dedos], um pouco é essa amarração que está dada por essa estrutura familiar, então como seria importante para ela o intercâmbio com outras mulheres né, ela poderia aprender muito e também teria muito para ensinar às outras mulheres. E sobre a participação na política... porque a gente está trazendo uma forma de relacionar, uma forma entre sociedade, entre família e com a terra que é a forma feminista que precisa tomar força e tomar a vez, precisa de pessoas que tenham o feminismo correndo nas veias e como necessidade real de transformação né. Que não levem só discurso né, que levem a bandeira junto assim, então é uma voz que falta, uma voz que falta. **E:** Para finalizar então [...], eu gostaria de saber se você frequenta ou conhece alguma biblioteca na sua cidade? **P3:** Tem uma biblioteca na cidade, mas eu faz anos que não vou lá, como eu moro no interior, nunca fui lá, é a biblioteca pública né, ela sempre foi a biblioteca da escola do centro da cidade. Como eu estudei no interior, sempre fui para a biblioteca daqui, mas como te falei, eu busco muito ler PDF, tem muita coisa em PDF e coisas de muita qualidade, informação gratuita. **E:** Bom [...], tem mais alguma coisa que você gostaria de me falar sobre isso que nós conversamos que você acha que seja importante? **P3:** Hum, não sei...acho que dava para falar um pouco sobre as habilidades né das mulheres, são tantos saberes, de tantas coisas, de tantas plantas e mais artesanatos e crochês

e de tudo, e de fazer chapéus assim, bastante saberes que estão nas mãos das mulheres hoje e bastante ainda nas mãos das mulheres que por ai está faltando jovens para transmitir esse conhecimento. Acho que um pouco sobre isso, como as mulheres são multi [risos], multi habilidosas, não sei se existe uma palavra exata para definir isso, mas como elas aprendem a compreender todo o processo, a compreender o solo para ter uma boa saúde das plantas, e aprende uns repelentes naturais, os microrganismos, faz uma boa colheita, colhe na hora, depois prepara as chimias, os doces ou as conservas, o que seja, e é incrível, muito saber assim. Esses dias falaram do crem que eu nem conhecia né, aí eu falei: mas o que é esse crem? [risos]. Ai já explicaram para que serve e nossa... têm experiências muito lindas no movimento, de apaixonar, talvez você faça entrevista com a dona Rosa, Pitanga Rosa, não sei assim, enfim. Em cada uma dessas propriedades é um universo de saberes que tem essas mulheres que é incrível e assim muita coisa não está nos livros né, todos os saberes das plantas é muito diverso ainda, ainda não está nos livros e quando está é muito nesse sentido da grande produção né, como do milho, tem muito saber do milho, mas tudo pensado para produção em quantidade, mas é muito incrível, é apaixonante, tu ver tanta diversidade e são pequenas ilhas ainda né. **E:** Qual é a forma, a melhor maneira dessa informação, na verdade, desse conhecimento, que está nas pessoas e não está registrado ainda, circular, na sua opinião? **P3:** Olha, uma vez me disseram assim que eu devia ter filhos para ter mais pessoas como eu, mas eu disse assim: vai que o filho resolve plantar milho transgênico [risos]. Mas assim, vejo que por ai muitos filhos e filhas das camponesas estejam em outra coisa né, tenham ido para outros lados dessa vida, eu vejo bastante jovens hoje que estão voltando para o Movimento de Mulheres Camponesas que são filhas de camponeses ou de pessoas que nem eram camponesas, era meio urbano, ou de gerações mais afastadas do campo, ou que voltou para o cultivo, é uma geração que está buscando de volta esses saberes dos camponesas e ai está se aproximando do movimento, então eu vejo que é bastante por essa interação né, de jovens com o movimento, com essas mulheres, acho que é por ai. E vejo assim, como nós estamos nesse meio pandêmico e tal, a produção de mídia, de audiovisual que o movimento tem feito foi bem importante para transmitir alguns saberes né, mas é coisa que nunca vai entrar ali todo esse saber, como quando se vai para uma feira de troca de sementes, eu sou apaixonada pelas feiras assim, é uma troca de saberes assim infinita. Eu vou nas feiras e em geral eu não consigo nem parar para comer, de tanta conversa, dia inteiro com o produtor e trocando conhecimento e saber, e o que é isso, nossa... assim é muito infinito, é intenso, é muito lindo e assim é com as mulheres camponesas nos encontros, é muito intenso. E não só desses saberes, mas das histórias que as mulheres contam, assim, uma vez nós fizemos uma noite que foi de conversa assim e nossa... conversa livre, quanta história... histórias muito fortes e marcantes assim... de vida, de experiências de vida assim, incrível, tu já deve ter participado né do movimento né. **E:** Eu participei de alguns encontros de formação, mas já foi nesse modelo online. Infelizmente a pandemia atrapalhou bastante... Eu gostei muito de conversar com você, dá para perceber assim na tua fala, a paixão que você tem pelo teu trabalho e isso é muito legal. E tudo que você falou aqui é uma contribuição maravilhosa para a minha pesquisa... Te agradeço muito.

---

#### PARTICIPANTE 4

**E:** Dona [...], eu gostaria que a senhora me falasse um pouco sobre o seu cotidiano, as atividades que a senhora realiza. **P4:** A gente, ultimamente, voltamos a plantar muita coisa que até já tinha deixado de plantar, daí arroz, e plantar mais, porque na época que começou a COVID o pessoal da paróquia e do SINTRAF pediam alimentos para a população, eu disse: eu

me senti bem pequenininha, porque a gente plantava para nós, mas não tinha sobrando. Então esse ano a gente plantou bem mais mandioca, batata doce, eu plantei batata salsa, batata yacon, araruta, bastante batatinha tamo plantando, arroz, acebola bastante, alho, a gente planta mais ou menos tudo para o nosso consumo e depois tem criação de, mais os filhos que têm isso, ovelha, de gado, porco, porco só para o consumo, mas tudo mais ou menos tudo, só o trigo nos últimos anos não plantamos mais. **E:** A senhora plantou a mais para vender ou para doar? **P4:** Se for preciso doar ou então para vender, que nem cenoura a gente já está vendendo agora e tinha plantado bastante. **E:** E como funciona o processo de decisão do que será plantado? **P4:** Ah os dois juntos conversamos e também plantamos tudo junto assim, as vezes um vai sozinho, milho crioulo já está pendoando para farinha que é bem melhor do que a farinha comparada. E hoje de manhã plantou batatinha. **E:** Certo, então é época da batatinha agora? **P4:** Sim. [frase inaudível]. Tem de grande, tem que tomo ainda colhendo, tomo plantando. **E:** Como a senhora fica sabendo do período de plantar cada tipo de planta ou semente? **P4:** Tem o jornalzinho do Movimento de Mulheres e agora os últimos dois anos a cooperativa Sicredi tem o calendário que indica daí as fases da lua, só que hoje não era fase da lua apropriada para a batatinha, mas como está ficando tarde a gente plantou mesmo assim um pouco. **E:** Certo. Já teve algum problema com a plantação, praga ou algo assim que prejudicou a plantação? **P4:** É, as vezes acontece, veneno essas coisas a gente não usa, eu faço produtos naturais que eu aprendi no Movimento de Mulheres, daí faço isso, que nem na cebola a gente passa a água de vidro que a gente aprendeu fazer. **E:** Certo. Bem dona [...], eu gostaria que a senhora me contasse a sua experiência com o Movimento de Mulheres Camponesas. **P4:** Eu conheci o movimento, as mulher do movimento de Chapecó em 86 quando tinha o encontro nacional das mulheres agricultoras promovido pela EMATER, era a CARESC, ai eu fui convidada pelo nosso município para representar o município, e tinha encontro para propostas das agricultoras para Constituinte, eu acho que era 86 sim, ai eu conheci as mulheres de Chapecó, a dona Carmela, a Orlandina Sella e eu conheci o verdadeiro movimento de mulheres, porque no nosso município a gente já havia começado um movimento. Quando o sindicato do nosso município eles perceberam os movimentos de mulher, eles convidaram uma mulher do Rio Grande do Sul e foi começado o movimento, e eu achava, na época, eu fui fundadora desse movimento achando que era o movimento verdadeiro e lá naquele encontro em Brasília eu descobri que a gente estava sendo enganada, sendo que até hoje no nosso município têm dois movimentos de mulheres. Tem aquele começado pelo sindicato da época e tem o Movimento das, o MMC, que hoje é o Movimento de Mulheres Camponesas. Aí foi naquela época que eu conheci. **E:** E o motiva a senhora a participar do movimento? **P4:** Ah é muita coisa, o que a gente aprende, porque eu creio que grande parte da gente ter resistido na agricultura se deve a isso. Outra coisa, a gente planta sem agrotóxico, a gente consumir os próprios alimentos, tudo isso, eu devo ao movimento de mulheres e muitas coisas que a gente aprende. **E:** Me conta dona [...] sobre como é a aprendizagem no movimento e como são as atividades? **P4:** Ah teve muitas oficinas, oficinas sobre sementes, oficinas sobre alimentos, deixa eu pensar... no momento eu não lembro. Ah foram tantas oficinas durante esses anos, tanta coisa que a gente aprendeu. **E:** E é importante para a senhora aprender coisas novas? **P4:** Sim, foi muito importante, são coisas novas e coisas que tu pode confiar, que tu tem certeza que tu está no caminho certo. **E:** Tudo o que a senhora aprendeu no movimento serviu para quê dona [...]? **P4:** [silêncio] ah para a prática do, para aquilo que é para a vida da gente, para praticar, porque o que a gente aprende, a gente pratica, para saúde. **E:** A senhora recebeu formação sobre saúde no movimento, além de formação sobre agrotóxicos, sementes? **P4:** Sim, já teve oficinas sobre saúde sim. **E:** Me fala mais sobre o que a senhora aprendeu sobre este assunto? **P4:** O valor dos alimentos, o valor que vem das frutas, das frutas silvestres, que elas têm muito, muito mais vitamina do que qualquer maçã que tu compra no mercado. A troca de sementes que é muito importante também. **E:** Por que dona [...]? **P4:** Porque muita semente que se perdeu, através desses

encontroas a gente consegue de novo. **E:** Certo, é semente crioula né? **P4:** Sim, tudo semente crioula. **E:** E como são as atividades lá no movimento, me conta um pouco mais sobre isso? **P4:** Nos encontros, as vezes tem encontro de dois dias, daí tem as oficinas, tem palestra, que as mulheres falam, elas apresentam, a gente faz as místicas, apresentando tudo, os alimentos, as sementes, é muito bonito. **E:** O que a senhora sente quando vai encontrar as companheiras lá no movimento? **P4:** Ah eu, é muita alegria, ali tu conversa, tu fala, são pessoas que pensam do jeito que a gente pensa, e tu sempre aprende coisas novas. **E:** A senhora percebeu alguma mudança de vida depois que começou a participar do movimento? **P4:** Sim, a gente lá aprende os direitos e como exigir os direitos da gente. **E:** Me conte alguma experiência sobre isso, algo que a senhora se recorde? **P4:** Deixa eu pensar um pouco... **E:** Não precisa ter pressa dona [...], pode pensar tranquila. **P4:** Acho que mais é na ajuda do serviço dentro de casa, também uma parte, e também eu tenho o direito também de exigir alguma coisa, de colocar, como eu vou dizer, opinião nos negócios e coisas assim. **E:** Como a senhora se sente podendo participar das decisões? **P4:** Sim, isso é muito bom. **E:** Como a senhora fica sabendo das atividades do movimento? Como acontece a comunicação? **P4:** Ultimamente, vem pela internet, agora também está tudo parado, não tem mais, o último encontro foi em março e depois disso não tivemos mais nada. Teve algumas *lives* lá pela internet. **E:** Me conta sobre a experiência de participar das atividades pela internet. **P4:** Às vezes eu nem consegui entrar, sabia, estava esperando e não conseguia entrar, da última vez entrei quando já estava quase no fim e daí isso para mim não é tão fácil. **E:** Certo, e aí como a senhora resolve? **P4:** Hoje eu resolvi vir aqui para netas me ajudar, senão eu acho que de novo eu não ia conseguir sozinha. **E:** A senhora costuma conversar com alguém por WhatsApp ou mais recebe informações? **P4:** Eu converso também, tem as duas filhas que não moram ali, com elas a gente conversa bastante. **E:** Todo esse conhecimento que a senhora tem, de plantar as coisas e sobre os direitos das mulheres, tudo isso que a senhora me falou, a senhora tenta passar isso também para os seus filhos e filhas, para outras mulheres? **P4:** Sim. **E:** E como a senhora compartilha isso? **P4:** Ah eu fui catequista durante 28 anos e ali muita coisa eu já passava para os meus alunos, e aqui é mais na família, para os filhos, os filhos também sabem que homem tem direitos e deveres, não tem só direitos. **E:** E o que a senhora se preocupava em passar para os alunos da catequese. A senhora se recorda? **P4:** Falava sobre as organizações, sobre os direitos das mulheres, essas coisas que aprendia. Quanto a outras coisas eu procurava mais passar as orientações da Diocese, os ensinamentos de Don José. Era uma igreja progressista que valoriza todos os seres humanos. **E:** A senhora gostava de ser catequista? **P4:** Sim, porque era muito bom, eu tinha turmas muito boas, a gente tinha um contato com os alunos, depois o aprendizado, a gente ia bastante para cursos na paróquia, a gente aprendia muito, enquanto aprendia também passava, a gente se sente útil quando a gente faz alguma coisa pelos outros. **E:** Certo. A senhora parece ter bastante conhecimento sobre os produtos, as plantas. Com que a senhora aprendeu sobre plantas e a trabalhar na terra? **P4:** Isso com a minha mãe, minha mãe era viúva então eu sempre aprendi tudo com minha mãe, o pai faleceu eu tinha quase 5 anos. Daí tinha aprendido com ela tudo, todo o serviço assim, plantar. **E:** Ela passava todo o conhecimento para a senhora então? **P4:** Sim e além de a mãe ser agricultora e eu também, a mãe era costureira e eu também. Eu sempre tive uma tripla jornada, ia de dia na roça, nos dias de chuva, na hora do meio-dia e de noite costurava. **E:** E ainda cuidava da casa e dos filhos dona [...]? **P4:** Olha, sim, eu tinha a minha mãe que morou conosco e daí muito os primeiros anos ela fazia o serviço, e depois quando as meninas cresceram, elas ajudaram a mãe. Então da casa mesmo eu estou começando a cuidar ultimamente [risos]. Assim, sabe de cozinhar, de limpar, faz um ano que a filha mais nova saiu de casa, daí antes isso ficava mais para ela. Eu ia na roça, mas não... claro que ajudava, mas não que eu tinha que fazer tudo isso, como a maioria das mulheres tinham que fazer, cuidar das crianças e ir para a roça, fazer a comida, lavar a roupa, fazer tudo, isso daí, essas horas eu ficava costurando ou fazendo artesanato. Por isso eu sempre tinha

também uma renda. **E:** Que bom, então a senhora tirava uma renda disso? **P4:** E daí eu tinha assim sempre um dinheiro para mim e para as crianças quando eles eram pequenos. **E:** E isso era bom então dona [...], era importante ter a própria renda. **P4:** É que daí eu podia fazer o que eu queria com isso, claro que mãe sempre pensa primeiro nos filhos, mas daí o que eles precisavam eu tinha autonomia para comparar para eles, claro que nem tudo, porque não é tão fácil, mas pelo menos uma roupa ou um calçado, um caderno, uma mochila, uma coisa que quando precisava daí tinha. **E:** Certo. Me conte como é a sua participação em outros grupos também, além do movimento de mulheres, ou de grupos na comunidade que a senhora vive? Tem outros grupos de mulheres? **P4:** Tem, mas esse eu não participo. Já participei. Que nem no município tem o Setembro Verde, daí dessas coisas sim eu participo. Daí tem um grupo de artesanato, daí também o grupo Arte da Roça, esse eu também participo. **E:** Que tipo de artesanato a senhora faz? **P4:** Eu faço mais é, eu gosto de reciclar artesanato de retalho. Fiz muita capa térmica, faço com calça jeans, tapete, mochila. Ultimamente, depois que começou a pandemia, eu comecei fazer tapete com retalhinho pequeno, aqueles costurados bem pequenininhos. **E:** Antes da pandemia a senhora se reunia com as mulheres desse grupo de artesanato para fazer junto, é isso? **P4:** Não, a gente só faz reunião de vez em quando, cada uma faz na sua casa, porque tudo do interior, daí uma mora longe da outra, daí cada uma do grupo faz um artesanato diferente na sua casa. Mas antes da pandemia eu ajudava também minha filha fazer vestido de festa, minha filha mais nova se formou em Moda, graças a uma bolsa que ela teve na UNOCHAPECÓ, daí eu ajudava ela fazer os vestidos de festa e quando começou a pandemia ninguém mais vai para festa, daí eu tive tempo de começar fazer os meu tapetes, eu guardava os retalhinhos eu já há uns vinte anos [risos]. O artesanato faz uns quinze anos que eu comecei ou um pouco menos ainda. **E:** Com esse grupo de mulheres do artesanato, quando vocês se encontravam, conversavam sobre o que? **P4:** Era mais sobre... cada uma sobre o seu trabalho, daí as vezes... uma vez a gente ia nas feiras, daí se combinava para ir na feira, mais sobre isso daí. **E:** Vocês compartilhavam então, na verdade, as experiências, aquilo que cada uma estava fazendo, é isso? **P4:** Sim. **E:** A senhora aprendia e gostava de participar dessas reuniões? **P4:** Sim, as vezes fazia uma oficina, daí cada uma ensinava o que sabia para as outras. **E:** A senhora se lembra de algum artesanato que aprendeu dessa forma? **P4:** Ah flor de resto de tecido, vários modelos de flor diferente que eu aprendi, eu fazia tudo com retalhinho de tecido, flor em capa térmica, mas também outras coisas, jogo de cozinha, daí assim essas flor. **E:** O artesanato a senhora vende também? **P4:** Umas eu vendia, quando eu tinha mais tempo para fazer e quando as meninas ainda estavam em casa, mas hoje eu comecei fazer só para nós, eu digo, para as quatro casas [risos]. Terminei nove tapetes hoje de tarde, daí eu disse: é três para cada uma. Três para minha nora e três para cada uma das filhas. Aí para a nora eu já disse: te escolhe os teus e leva junto, os outro eu mando para [...]. Por enquanto eu quero fazer só para a família. **E:** Como a senhora fica sabendo das notícias, dos acontecimentos da cidade, do país? **P4:** Da cidade um pouco pela internet e tem a rádio, e do país eu assisto quase só a TV 247, daí as outras emissoras eu não assisto mais já faz um bom tempo. **E:** Que tipo de programa de rádio que a senhora ouve? **P4:** Ah tem as notícias da Rádio Belos Montes, a rádio do nosso município. Antes da hora do meio-dia um pouco, escuto as notícias de manhã cedo. **E:** E na TV que tipo de programa a senhora assiste? **P4:** Na TV 247 é mais programação sobre o momento atual, assim, a situação do país, a situação do coronavírus, a situação a nível mundial também, a situação política, daí tem políticos que falam, vários tipos de programa assim, tudo mais voltado à política. **E:** A senhora se interessa então pela temática política? **P4:** Sim [risos] e as meninas sempre dizem que a mãe aprende na internet, a mãe só sabe o que é política, outra coisa a mãe não aprende [risos]. **E:** E por que a senhora se interessa por essa temática? **P4:** Ah porque a gente depende da política, se ela vai bem, nós vamos bem, se vai mal, nós vamos mal, nesse momento, na minha opinião, tamo indo mal. **E:** Me fala mais sobre essa opinião? **P4:** Porque temos um governo que não pensa no

povo, que está entregando tudo, que está vendendo tudo e o povo não percebe, o povo não vê, para mim, é desesperador a situação. Eles vendem a Petrobrás, eles vendem as refinarias e assim vai, o que vai sobrar para o povo? **E:** Preocupante mesmo. **P4:** Muito preocupante, eu penso sempre que país vamos deixar para os filhos e para os netos. **E:** Me conta um pouco sobre a sua experiência com o uso da internet? **P4:** Pesquisar as vezes quando a gente quer fazer alguma coisa eu gosto, que nem hoje a gente fez sabão e daí as vezes tu não sabe como fazer, tu pega e pesquisa. A gente faz quase tudo em casa, assim o que a gente precisa, eu gosto de eu mesma fazer, fazer um sorvete com linhaça, pesquisar como se faz isso, essas coisas. Depois tem alguns grupos que eu participo, grupo de família, grupo de Setembro Verde, grupo de... que nem agora o grupo da campanha para prefeito e vereador do município, o grupo da Epagri. **E:** Isso no Facebook dona [...]? **P4:** Isso são grupos de WhatsApp. **E:** Entendi. E por que a senhora escolheu participar desses grupos? **P4:** Ah para gente estar informado, para gente se informar e para tocar ideia, são pessoas que a gente confia, que tu sabe que se tu faz uma pergunta, ganha resposta certa. **E:** O que a senhora sabe sobre informação falsa ou confiável? **P4:** Que as informações falsas que vieram na campanha para presidente e daí as meninas sempre dizem que um site, uma coisa que a mãe não conhece, não entra. Daí eu procuro não entrar em nada assim no Face, para não ser enganada. **E:** E se a senhora desconfia de que algo não é verdade, como a senhora faz? **P4:** Daí em pergunto para minha filha, mas procuro assim não entrar em nada, só em pessoas que eu conheço que eu confio. **E:** Me conta um pouco sobre a sua experiência com as tecnologias de comunicação e informação. **P4:** Depende para que eu sei usar, tem coisas que eu tenho dificuldade. Para o Face, para o WhatsApp, tenho o Instagram, mas quase não entro, mas que nem para participar de uma *live*, as vezes tem cursos online, essas coisas eu tenho dificuldade. **E:** Computador a senhora usa? **P4:** Tem computador, mas depois que cada um tem seu celular o computador está lá abandonado. **E:** Bem dona [...], a senhora conhece ou já frequentou alguma biblioteca? **P4:** Uma vez eu pegava um ou outro livro na... eu acho que era biblioteca... na Casa da Cultura, mas agora faz anos que eu não leio mais. Uma vez eu lia muito, muito, muito mesmo, e depois da gravidez da minha da minha filha mais velha eu não consegui mais concentrar para ler, e isso levou anos e anos até eu conseguir de novo. Sabe, eu lia duas, três linhas, tinha que voltar no começo porque eu já tinha esquecido, não sei por que isso, daí em perdi o costume de ler. Hoje eu consigo ler de novo, eu consigo me concentrar de novo, mas eu acho que foram mais de dez anos, eu não consegui mais me concentrar para ler, mas eu li um monte de livros. **E:** O que a senhora lia e gosta de ler ainda hoje? **P4:** Olha, se for sobre política, histórias reais [sim], ficção não, coisas que nunca aconteceram e nunca vão acontecer, não, aí não. Sobre a realidade brasileira, sobre tudo que aconteceu no Brasil me interessa, a época da escravidão, tudo isso, me interessa. **E:** Para finalizar, eu gostaria de saber o que a senhora entende por ser uma mulher camponesa? **P4:** Uma mulher que trabalha muito, que luta, mas é uma mulher feliz porque consegue com o seu trabalho se sustentar, porque muitas vezes na mesa a gente fica feliz e diz: olha, tudo que nós temos na mesa fomos nós que produzimos, é nosso, é sem agrotóxico e sem conservante, sem nada de... sem nada de químico. E tudo isso eu também aprendi no movimento, senão não sei se a gente daria tanto valor para isso, se a gente não tivesse o conhecimento do quanto isso é bom para nossa saúde. **E:** Se a senhora tem algum problema de saúde, como resolve? **P4:** Eu tomo alguns remédios, eu tomo, porque eu tenho pressão alta, eu tomo remédio do médico, eu já peguei remédio da dona Rosa lá do grupo Pitanga Rosa, já pequei dela. Temos um grupo de pessoas na paróquia que fazem remédios homeopatas e daí eu pego remédio também com eles. Depende para o que for, as vezes também tomo chá em casa. **E:** A senhora cultiva chá também? **P4:** Sim. **E:** E os chás que a senhora tem servem para quê, que tipo de problemas? **P4:** A gente tem, deixa eu ver... que nem a camomila que é para dor de cabeça, a marcela para o estômago, chá de menta, que chama, também é bom para o estômago. Outra coisa que eu uso bastante para o estômago se tem

problema é a laranja lima, chupar uma laranja lima para mim é um ótimo remédio. Daí faz todos os temperos também, que nem o açafrão, faço em casa o tempero. Deixa eu ver... chá de boldo também. **E:** Isso tudo a senhora aprendeu como? **P4:** Algumas coisas a gente já sabia e alguma coisa com o movimento. **E:** Bem dona [...], a senhora quer me falar mais alguma coisa sobre isso que a gente conversou ou me perguntar algo? **P4:** Acho que não, no momento não estou lembrada, só se depois eu lembrar. **E:** Certo, gostei muito de conversar com a senhora e agradeço sua participação.

---

## **PARTICIPANTE 5**

**E:** Gostaria que você começasse me falando sobre como é o seu cotidiano e as atividades que você faz na sua propriedade? **P5:** Bah, por onde eu começo [risos], mas assim a gente mora em três, às vezes quatro pessoas aqui né, então a gente tenta fazer a divisão de gênero mas ainda não está bom né, o serviço da casa e o almoço ainda é minha responsabilidade, mas também na lavoura né, então o serviço da lavoura é bem variado assim, tem dias que é mais na horta, tem dia que é os morango ou às vezes é a batata doce, então geralmente eu trabalho mais assim fora do dentro de casa né, mas ainda tem essa responsabilidade né. Mas daí a gente trabalha com moranguinho, que é colher, pesar e também fazer entrega né, que nem agora que tem a safra do moranguinho então a gente faz venda direta consumidor, então é quase sempre eu que vou fazer entrega né, então a gente colhe, pesa e geralmente à tarde eu faço entrega, umas duas a três vezes por semana faço entrega do moranguinho, os outros dias então é bem variado né, tem dias que é mais plantar, colher, depende, acho que me enrolei um pouco, enfim. **E:** O que mais você planta além do morango? **P5:** Então assim a gente tem a produção de batata doce, que é maior produção nossa, o produto com mais quantidade, temos o moranguinho, feijão, tem o feijão vermelho, o feijão preto, tem quatro variedade de feijão né, arroz, um pouco para comercializar e para consumo da família, pipoca também para comercializar, pepino, hortaliças assim, um pouco, não muito porque senão a mão de obra né é muita, mas agora, por exemplo, agora a gente está comercializando pepino, moranguinho, batata doce agora está no fim, está na época de plantar né, foi preparando preparado o terreno, as mudas, a gente faz muda para depois plantar na lavoura né, então agora está na época de plantar batata doce e pipoca também agora planta, feijão, agora é época de plantar ainda para comercializar e guardar a semente, então a gente ainda tem feijão, agora estamos plantando, daí tem... daqui uns dias vai ter que passar a enxada, limpar né, então é um serviço que também é feito em família né, mas no sol né, não é muito bom né, mas enfim né, tomate também agora é época de plantar. **E:** Quem mais mora com você [...]? **P5:** Eu tenho meu companheiro e o meu filho mais novo também, já formado agrônomo, e que trabalha sempre em casa, daí do começo do ano até agosto o filho mais velho também estava com nós, aí trabalhando, agora ele conseguiu um trabalho fora e tal mas também já é agrônomo, fez mestrado, terminou no fim do ano passado o mestrado na área agrícola né, e agora está trabalhando em Guarapuava, e a minha filha já é tempo que está fora de casa, trabalha em Curitiba. **E:** E você também fez o curso técnico no IFSC né? **P5:** Isso, eu já tinha o ensino médio e fiz o técnico em agroecologia no IFSC de [...] e tem o turismo a distância também, eu fiz turismo, que como se diz ainda, gestão de turismo, não é tão bom como se fosse no IFSC, mas é um curso superior de graduação. É planejamento nosso fazer turismo rural. **E:** Certo. O seu trabalho na agricultura [...], você aprendeu como? **P5:** Foi com meus pais, porque meus pais eram agricultores né e a gente... assim morei com meus pais né, na época criança, eu saí ainda bem... eu tinha 12 anos eu saí de morar com meus pais né, para estudar então fui morar com os parentes, morar na cidade, depois já comecei trabalhar de doméstica e daí também depois casei e voltei trabalhar na agricultura de novo né, casei com 18 anos para 19 e já voltei a trabalhar na agricultura, [frase inaudível]. Então teve um período ali que eu

trabalhei de doméstica, entendeu? **E:** A última parte eu não entendi. teve um período que você trabalhou de doméstica, é isso? **P5:** Isso, quando eu me casei eu voltei a trabalhar na agricultura. **E:** E esses estudos que você fez, tanto o curso de agroecologia como a gestão em turismo você aplica os conhecimentos que você aprendeu no seu trabalho, na sua vida hoje? Esses cursos foram úteis para sua vida? **P5:** Sim, bastante, principalmente o técnico, a gente tem produção certificada aqui e melhorou o jeito de trabalhar, produzir, também a questão de administrar e assim vários, não só produzir, mas administrar, comercializar e valorizar o produto também, ajudou bastante né. E a gestão em turismo a gente aproveita menos, hoje ainda está começando a questão do turismo rural né, ainda daí também tem umas coisas que a gente está aproveitando né, mas ainda temos que avançar muito nessa parte. **E:** Fala um pouco mais sobre a ideia de turismo rural. O que vocês estão planejando para isso? **P5:** A gente já recebe estudantes, bastante turmas de agronomia... desculpa [telefone tocando], desculpa Eliane... volta a pergunta que agora me fugiu? **E:** Sobre o turismo. **P5:** Ah, o turismo né, na nossa região ainda está muito valorizado só que também não tem muita questão do turismo rural, a gente recebe estudante por causa que vem visitar como a gente produz né e tal, mas a ideia é estar recebendo para refeição, para fazer trilhas assim, tem bastante reflorestamento né, fazer alguns quiosques por pessoal passar fim de semana, então não está ainda bem claro assim, mas a gente está buscando mais informação assim, tempo atrás tinha buscado na Prefeitura de [...], fazendo formação com o SEBRAE e coisa, mas meio que parou né. Então sozinhos eu sinto não é muito fácil né, porque [...] tinha o planejamento de fazer uma rota turística né, de vários pontos no interior e quando vem caravanas de fora visita vários pontos né, então a gente estava fazendo, a gente tem um quiosque assim aberto né para receber várias pessoas, então né é um pouco isso que a gente tem e tamo pensando né, quando vem os estudantes a gente faz comida que a gente tira da propriedade né, a gente tenta o máximo depois que a gente colhe, fazer um suco de moranguinho, fazer uma mandioca, uma batata doce assada de vários formas preparada né, tudo que a gente produto né. E também servir moranguinho assim recém-colhido. Um pouco isso assim que a gente está fazendo. **E:** É uma ideia sua [...], vem do teu conhecimento? **P5:** Também, é que começou a vir pessoas e gostar e achar que é interessante então vão dando ideias, a gente vai melhorando e um pouco também do conhecimento, o curso que eu fiz não abrangeu muito o turismo rural, não tinha nenhuma matéria específica do turismo rural, mas também umas ideias que a gente tem e a gente visitou também lá em Santa Rosa de Lima uns lugares, em Guaraciaba também visitei uma rota que o SEBRAE organizou. Então a gente acha interessante e como não tem muitos espaços ainda então é uma coisa que vai crescer muito ainda. **E:** Com certeza vocês então empreendendo né [...], é uma coisa bem nova, vocês estão sendo empreendedores nisso né? **P5:** Isso e também por a gente ter a produção certificada de orgânicos, da rede Ecovida né, que em [...], por exemplo, é só nós que temos uma produção diferenciada né, que é uma produção orgânica, com uma aparência também com qualidade, com sabor né, não é qualquer produto né então a gente presa por tudo isso e agrega valor nisso né. E o pessoal começou a valorizar né. **E:** Por que você acha que está sendo mais valorizado isso agora? **P5:** [risos] por ser um produto diferente né, o pessoal busca coisas diferente né, porque coisa convencional qualquer mercado tem, até uma época veio uma turma de Agronomia da UNOESC né, daí eu fiz uma, a gente diz vaca atolada, não sei se tu conhece né, é mandioca e carne de gado cozinhado junto, daí eles gostaram muito e disseram que fazer um churrasco a gente acha em qualquer restaurante, qualquer lugar né, então um prato assim com mandioca, com batata caramelizada e eu fiz um pão com batata macio, então isso não se acha, não é qualquer lugar que a gente vai conseguir comer um prato desse, um churrasco a gente acha em vários pontos da cidade, então por esse diferencial que a gente consegue ganhar mais e é mais valorizado né. **E:** Bom, no início, você me falou sobre o trabalho doméstico e que isso ainda não é compartilhado com os membros da família. Me fala um pouco mais sobre isso, sobre essa ideia de compartilhar o trabalho doméstico? **P5:** É um pouco de né..., a gente

acostuma que não deve usar a palavra ajuda, eles não me ajudam né, eles fazem a parte deles né, mas ainda a maior parte vem do movimento de mulheres, dos debates que a gente fala sobre o feminismo, a importância de estar dividindo o trabalho doméstico, porque só um fazer né? E como eu não fico só no trabalho doméstico né, eu estou ajudando na lavoura, estou ajudando a produção, na colheita né, a comercializar, então eles também tem que fazer a parte dele né, mas umas coisas ainda antes de participar do movimento assim, por exemplo, meus filhos eu já ensinava a lavar o calçado deles desde novinho, ensinava né que eu lavo a roupa, que depositar na máquina né, mas o calçado..., arrumar a cama né e disse se eles não arrumam, eu não arrumo também, então eu faço um pouco isso de deixar a responsabilidade deles né, só que assim a gente vive num mundo mais, um todo né que não tem essa divisão de trabalho né, então não é tão fácil né, mas enfim a gente está tentando melhorar e fazer. **E:** Você considera que esta divisão do trabalho melhor a sua vida, melhoraria sua vida e de outras mulheres também? **P5:** Com certeza, mas a gente vê que tem outras mulheres que não conseguem nem sair de casa por causa que os homens não conseguem fazer o trabalho né. Primeiras vez que eu saía com o movimento ou outras atividades, que ficava lá fora, eu deixava o almoço encaminhado, deixava coisa cozida e tal, ultimamente não, eu vou ir, eu organizo minhas coisas e vou, se vocês querem comer né, no máximo é pão feito né, se não, vocês sabem cozinhar, se quer comer coisa diferente faz, se quer comer só pão e ovo, é bem tranquilo assim, eu consigo já fazer, mas eu me lembro que as primeiras vezes tinha que deixar tudo bem caminhado, praticamente pronto né, só esquentar e tal, mas eu vejo muito isso nas outras mulheres que não... que não acontece isso de conseguir sair, de deixar, que fique só homens e de conta. E assim eu nunca saí de chegar em casa e achar a pia com com uma “montueira” de louça, roupa espalhada pela casa, já fiquei fora 10 dias, já fiquei fora 15 dias e eu cheguei em casa assim né, claro que não está o banheiro esfregadinho como se fosse eu fazer, mas também nunca está bagunçado que não dá né, nunca tem louça na pia de um dia para o outro, [trecho inaudível]. **E:** Me fala sobre a experiência de sair de casa? **P5:** No começou era mais difícil, é que eu tinha criança menor também então agora não tem mais essa dependência da mãe né quando os filhos são menores, mas uma porque a gente se preocupa também né, o que vai acontecer se eu vai ficar três dias Chapecó né, se eu ficar... mas eu deixava mais encaminhado e coisa assim, mais pronta principalmente a comida e tal né, hoje em dia já não não precisa né, ficou meu filho sozinho no ano passado 14 dias né e bem tranquilo assim manter a casa, vender os morangos e lavar as roupas. **E:** O que fez você mudar sua postura e agora sair mais tranquila? **P5:** Assim, um pouco as discussões que a gente fazia né, uma vez eu estava em Chapecó numa reunião do movimento de mulheres e várias pessoas se via que estavam cansadas que na noite anterior tiveram que deixar tudo pronto, então a gente fez essa reflexão, que não é necessário, que eles também são capaz e daí a gente vê que eles fazem, que eles são capazes de fazer e se a gente não está junto eles fazem com mais vontade né, eles assumem mais eu quero dizer né se sobra para eles e eles tem que fazer né, então eu fui vendo que eles fazem, são capazes de fazer e fui deixando, eu fui vendo que eu não preciso me preocupar tanto também né, eu tenho que confiar neles, tanto meu companheiro como meu filho, eu tenho que confiar que eles são capaz de fazer e se eles querem comer ou querem comer uma coisa ou outra eles tem que pensar que eles tem que fazer e fui deixando e vi que é possível né, eu posso sair tranquila. Ano passado eu fiquei... deu mais de 15 dias em que fui a Brasília né, então eu saí de domingo e voltei na segunda da outra semana né, não na primeira semana né, e eles deram conta, fizeram, então eu confio que eles fazem né. **E:** Como você se sente podendo sair de casa e participar dessas atividades do movimento? **P5:** [pausa para pensar] Eu gosto, bah como eu poderia dizer isso..., então eu gosto pela questão da luta por direito, de ajudar, de buscar mais coisa, mas também é bom encontrar as pessoas, conversar, conhecer outras realidades, por exemplo, vamos ter encontro estadual em Chapecó né, então tem vários pessoas, várias mulheres né que participa, então a gente consegue conversar e conhecer elas e isso distrai, relaxa que a gente volta bem mais animada,

bem mais reabastecida né, então agora com a pandemia faz uma falta também né. E também a questão da luta por direitos, alguém tem que ir né, se ninguém vai como é que a gente vai conquistar, como é que a gente vai buscar essa liberdade coisa e tal né, então tem esse lado que alguém tem que ir né, quando eu posso ir sempre vou participar e dou opinião também, não aceito só a opinião dos outros, eu sei que a minha opinião também vale, também interessa. Enfim, eu gosto de ir. **E:** Me fala um pouco mais sobre o que você pensa sobre essa luta de direitos? **P5:** Bah, o movimento surgiu pela luta dos direitos, da documentação da mulher, de ter espeço, de ser reconhecida a profissão né, então isso aqui no Sul, não é todos os Estados né, porque em outros estados esse direito é bem tranquilo né, mas o direito de sair de casa né que ainda para muitas é negada esse direito então quando a gente luta por direito não é pensando no meu direito, mas sim no direito da maioria, direito aposentadoria né que ano passado a gente estava em Brasília fazendo discussão para não mudança na idade, não perda de direitos né, mas houve a mudança, teve perda de direitos mas muitos o movimento por estar lá conseguiu assegurar né, de ficar os 55 né, sei lá, me perdi um pouco nessa resposta, mas um pouco é isso, direito de várias pessoas né. **E:** Isso é importante para vida das mulheres? **P5:** Com certeza porque ainda falta muito para ter igualdade, uns dizem que não precisaria mais lutar, mas com certeza para a igualdade falta muito desde olhar agora na política né, o direito é 30% né e às vezes não tem esses 30% de candidatas, se fosse olhar um direito certo teria que ser 50% dos eleitos né. Então a nossa igualdade está longe de ser igualdade de gênero né, porque as candidatas são para puxar volto para eles, porque o mais votado quem tem mais, o partido dá bem mais condição para uns candidatos né e geralmente são os homens né, então eles têm mais condição de fazer campanha, mais tempo na mídia né, então eles se elegem né, se fosse direitos iguais teria que ser 50% dos vereadores homem e 50% mulher né, não seria mais justo? **E:** Bom [...], voltando então ao seu trabalho na agricultura, eu fiquei aqui pensando, você já me falou que seus filhos são agrônomos, mas quando surge algum problema sua plantação, não sei se tem acontecido, praga, enfim, você busca informação aonde para resolver? **P5:** Então o que a gente não consegue resolver, os filhos não conseguem né, a gente tem apoio da rede Ecovida que é a que dá certificação participativa né, a gente tem um grupo de famílias que a gente se reúne que certificar tem três maneiras de certificar né, a nossa é a participativa, tem uma auditoria que é [palavra inaudível], e esta lei participativa é ligada à rede Ecovida de agroecologia né, então a gente tem apoio, muita ajuda de como fazer, principalmente, o começo, a gente teve ajuda da rede Ecovida, e a Epagri também dá um pouco de assistência técnica de [...] né, porque a gente pertence a [...], a regional também visita aqui e tal, ajuda muito, principalmente, antes de nós se formar, os filhos se formarem agrônomos, então agora eles estão formados, tem mais conhecimento né, mas a gente teve muita ajuda da rede Ecovida e da Epagri né. **E:** Me conta um pouco mais da tua experiência com o movimento de mulheres camponesas? **P5:** O movimento de mulheres eu comecei a participar em 2003 no município, teve reunião aqui na cidade, a gente começou a participar e teve formação em Chapecó que eu comecei ir e o que motiva é esse espaço que a gente tem para o conhecimento, então depois foi feita oficina de sementes crioula né, de hortaliça, principalmente de hortaliça, foi a primeira formação que eu tive do movimento foi na área de produção de hortaliças né, de colher sementes, de valorizar de a gente ter a nossa semente né, então a gente faz troca com as outras companheira, a gente leva e troca né, então isso no começo foi a parte principal que motivou né, depois também tem a questão das plantas medicinais, que a gente estudou né, fez formação, e daí depois várias outras áreas também que no movimento a gente fez formação, mas no começo o que motivou mais foi essa questão das sementes de hortaliças, foi feito o resgate, recuperado várias sementes que a gente já não tinha mais né e agora. **E:** Você me disse o que motiva é o conhecimento. Me fala um pouco mais de coisas que você considera importantes, que você aprendeu participando do movimento durante esses anos? **P5:** A questão das sementes ali, questão dos direitos, a Previdência, o SUS, um pouco

também a gente estudou história, história do Brasil, história da humanidade enfim, eu fiz um curso ligado a UNOCHAPECÓ que tratava a realidade brasileira e foi um curso assim bem intensivo que é a história, como se deu desde o começo da agricultura, a importância que a mulher teve para o começo da agricultura, para saber coletar a semente, guardar para produzir novos e também é a questão da não-violência que é discutido bastante contra mulher no movimento, assim do conhecimento da gente saber o que é violência, como é essa violência, que não é só violência física assim né e também da comunicação no movimento, a gente mudou bastante, melhorou, de consegui participar né de várias coisas, consegui falar né, está aqui fazendo Live pelo celular né, então acho que o movimento ajudou muito para mim isso também né, de conseguir falar [frase inaudível. Não sei se respondeu. **E:** Aqui travou e eu não entendi a última parte. Você pode repetir a última parte? **P5:** A internet está cortando um pouco. **E:** É, está travando um pouquinho né. [...] essas questões, esses conhecimentos sobre a mulher, violência, direitos né, previdência, todo esse conhecimento que você teve acesso participando do movimento, você percebeu alguma mudança na sua vida pessoal depois de ter esses conhecimentos? **P5:** Sim, com certeza teve mudança, só que agora como por isso em poucas palavras que eu estou pensando, com certeza teve mudança, no jeito de a gente ver as coisas, da gente falar, aquilo que eu disse de conseguir falar em público, de falar, mas falar o que é certo né, não ir fala abobrinha também né, e também o jeito de administrar a propriedade né, de como lidar com os filhos, com os problemas que dá em casa, enfim, ajudou muito assim, mudou muito né, e assim também a questão de perder a timidez, de estar se valorizando e de ver assim que a gente não é inferior ao outro por ser agricultura né então nisso o movimento ajudou muito né, que não é porque é agricultura que é inferior, que é mulher é inferior, a gente tem que se valorizar pelo o que a gente é, a gente tem limites, mas é capaz de muita coisa também né. Então, nesse sentido né, a gente tem limites, mas tem muitas capacidades né que é possível. E também essa valorização do corpo, de como se diz, de expor, mas não ser vulgar né, de a gente valorizar o nosso corpo, de saber conversar, mas saber assim, como eu poderia colocar, que a gente não está usando um corpo né, ter um corpo bonito também, mas não vulgar, nesse sentido que eu queria colocar. **E:** Como você fica sabendo das novidades do movimento? **P5:** Ultimamente pela internet mesmo, mas senão antes a gente tem um jornalzinho informativo, que a gente chama o informativo do movimento né, que circulava a cada dois meses e também por telefone eu encontrava com as companheiras né, a gente tinha encontro municipal, tinha um grupo de coordenadoras assim em termo de região né que a gente se encontrava, conversava, passava informação, discutia, debatia né. E esse ano está parado né e tem encontros estadual né, a gente participava sempre em Chapecó, às vezes formação e tal e fiz a formação... a formação de monitores, que antes estava falando de informação, que eu esqueci de colocar dessa parte, que no movimento a gente fez uma formação de monitoras, então eu era uma monitora que eu ia nos municípios, porque daí a gente fez a formação em acontecia em vários municípios, e tinha um projeto do estado ano passado que o movimento fez essas oficinas de sementes em 70 municípios do Estado né, então eu ia fazer e eu ia nos municípios também né, fui em vários municípios fazer esse trabalho com as mulheres da base, como se dizia. **E:** Essa formação era para mulheres que não participam do movimento também? **P5:** Isso, lá nos municípios que viesse participava, não precisava ter uma ligação mais firme com movimento né, agora quem era monitora quando a gente fez a formação estadual Chapecó daí era um grupo menor, 20 a 30, quem está participando, quem já tem conhecimento do movimento né, mas lá no município não, por exemplo, a gente ia num dia, tinha umas 15 mulheres, outro dia tinha outras, então não era assim sempre as mesmas, não tinha uma ligação né, quem vinha participava no dia, discutia e tal e claro cada município tinha umas que sempre participavam, que tinham mais conhecimento do movimento, mas nem sempre era assim. **E:** Me fala mais sobre esse trabalho que você fez como monitora. **P5:** A gente dizia oficina de sementes, depois passou a ser oficina de quintais produtivos, então o movimento tinha uma

pauta né e o que era para ser comentado, geralmente, começava às dez horas e ia até às quatro da tarde, ou só à tarde, depende o município, então a gente ia, fazia uma mística, falava um pouco do movimento e cada oficina, cada dia tinha um assunto específico, era sobre uma coisa ou outra, o que o movimento sugeria, a gente tinha texto, fazia debate, às vezes falava sobre previdência também, às vezes falava sobre o SUS, às vezes teve oficina que a gente ia na horta ver como é que estava o solo, se era mais seco, mais arejado, se tinha a questão de matéria orgânica, observar a matéria orgânica, observar a umidade, observar a profundidade de solo né. E também a gente assim, antes a gente fazia tudo isso em Chapecó com agrônomo, com alguém que tivesse conhecimento para passar para nós né, depois a gente pegava texto, pegava cartilhas, o movimento tem bastante material também né, daí a gente levava isso para as mulheres, lia junto com elas e discutia, daí as vezes ia na horta, as vezes a gente fazia coisa prática também, pratos com alguma coisa diferente, às vezes fazia chás, plantas medicinais também foi feito, coisas assim, mas mais ou menos isso, [frase inaudível] que acontecia nos setenta municípios igual, mas claro que a discussão com as mulheres às vezes não saía a mesma coisa né, mas eu fui em [...] né, viajava a noite, chegar lá na rodoviária, eu ia dormir lá na casa da mulher, fazia a atividade, a noite vinha de volta, então assim né [frase inaudível]. E às vezes em município aqui perto eu ia de carro né, por exemplo, Iraceminha, Santa Helena, Paraíso que é aqui perto, então ia de carro lá fazer a discussão. **E:** Me parece que vocês trocam bastante experiência e informações né entre vocês mulheres do movimento. Me fala um pouco sobre isso. **P5:** Sim, quando a gente se reunia né, desde a forma de produzir, como produzir uma cebola diferente para dar mais bonita e tal, ou também se a gente fez algum curso fora do movimento também a gente comenta, tem formação, essa troca de conhecimento sempre é feita quando a gente se reunia, agora daí, ultimamente se usa mais foto também para demonstrar a produção, agora pela internet também tem informação a distância. **E:** Você me falou do informativo do movimento, o que geralmente você vê no informativo, que tipo de informação você acha que ele tem de mais interessante? **P5:** Geralmente tem foto das atividades que acontece naquele período né e, geralmente, tem um texto mais na linha política assim que alguém escreve, as vezes sobre saúde também e tem uma página que fala das luas, quando é bom plantar né, quando é bom plantar raiz, quando é plantar semente, fruta, enfim, é uma página que é bem interessante porque ali sempre tem um comentário de qual é o dia melhor para produzir tal coisa, a fase da lua né. Mas um pouco acho que é isso, os acontecimentos, as fotos, é interessante se é uma atividade que a gente está né, olhar se a nossa foto está lá, se a nossa participação está presente né, se está aparecendo lá. **E:** Você disse que tem uma parte que fala... **P5:** Agora cortou tudo que está perguntando. **E:** Pode falar o que você se recordou, depois eu pergunto. **P5:** Eu ia falar que uma vez a gente fez uma formação de teatro no movimento também, a gente tinha um grupo de teatro e a gente fez a apresentação, a gente tinha uma professora da UNOCHAPECÓ que trabalhou com nós e daí a gente elaborava a peça, ensaiava e apresentava. Uma a gente apresentou em 12 cidades do Estado, a que teve na UDESC apresentando e UFSC, em Floripa. Uma outra peça a gente apresentou em Lages, na UDESC de Lages e outros municípios por aí. A gente elaborava com conteúdos nossos e depois apresentava, foi uma experiência bem interessante também que ajudou muito na área da comunicação, de como se expressar no palco, como usar um microfone, foi bem legal, foi em 2008, 2009, 2010. E eu participei de dois documentários também assim, não sei se tu já assistiu Mulheres da Terra? **E:** Sim, eu assisti. **P5:** E o Sozinhas? **E:** Sim, eu me lembro mais do Sozinhas, que é mais novo né, mas recente né, me lembro de você falando no Sozinhas. **P5:** O Mulheres da Terra foi em 2010 ainda. **E:** E como foi essa experiência dos documentários para você? **P5:** Foi legal assim pelo reconhecimento das pessoas, porque ainda hoje tem gente que comenta do Mulheres da Terra. Nós estávamos no encontro da rede Ecovida, em Erechim, sobre agroecologia né daí veio uma pessoa e disse: mas tu é artista né? Daí eu comentei dos Mulheres da Terra, a gente comentou né, daí eles: não lá

em Curitiba a gente trabalhou relações de gênero com ele né. Daí eu disse: a gente estava trabalhando à produção com ele né. E ele disse: não, nós trabalhamos lá num grupo de família com ele. E assim vários lugares, quando a gente foi na Bahia e também foi passado lá, foi bem comentado [trecho inaudível]. E o Sozinhas então vários estão usando porque ele ficou no YouTube né. E até quando eu fiz o Mulheres Sim no Instituto Federal no ano passado, não no ano passado, 2018 eu acho, um dia vinha a delegada aqui da região fazer uma fala para as mulheres e ela veio com o Sozinhas né, aí eu disse: olha eu estou participando me tem mais gente do grupo que está no Sozinhas né. E no ano passado nós estava fazendo um curso ali ligado aos movimentos sociais e veio uma professora de Chapecó trabalhar conosco lá, era um grupo de 50 pessoas, e também ela veio com o Sozinhas para passar no dia que ela falou da relação de gênero né. E ela não conhecia ninguém que fez o filme, não sabia como era e veio com isso né, ela ficou meio assim quando ela viu que nós, as artistas do filme estavam lá né. Então isso dá um reconhecimento e leva uma mensagem também né, porque esse Sozinhas é muito forte o que ele representa, claro que a minha fala é diferente do que aquela que fala do marido dela e tal porque é outra realidade né mas é uma formação assim para quem assiste, faz pensar muito forte né, é muito forte né, a mulher que era uma fez o filme aqui de [...], minha amiga, ela chora toda vez que vê o filme, ela diz que não sei como ela conseguiu gravar, mas é uma coisa assim diferente, que sai do cotidiano também. É possível fazer né, eu comentei com quem fez o Mulheres da Terra que devia de fazer Mulheres da Terra 2 né, porque já tem muito mais elemento hoje do que aquela época né, e ganhou prêmios também né. O Sozinhas ganhou na TV Aparecida a nível nacional, só que o prêmio vai para quem gravou o filme né e não para nós né, mas aparecer a nível nacional na TV foi bem interessante. **E:** Com certeza. Você falou da participação em eventos né, em feiras. Me fala sobre a aprendizagem nessas feiras, nesses encontros? **P5:** A gente aprende conversando com as pessoas, aprende vendo o trabalho dos outros, aprende bastante coisa assim, essa troca de experiência no conversar, enfim, eu acho que aprende muito assim, o sair de casa é um aprendizado né, sair de casa a gente sempre estar aprendendo né e assim o Dom José já dizia há muitos anos né que a mulher que sai de casa e começa a participar ela cresce que ela não cabe mais dentro de casa, quem começa a se envolver e participar não cabe no que era antes, eu sinto um pouco isso também né. Eu acho que essa pandemia e coisa assim a gente sofreu por ficar só em casa, não é muito fácil, embora que a gente conversa pela internet e coisa, mas a gente busca muito mais do que isso né. **E:** Me fala mais sobre isso, o que você sente quando sai de casa? **P5:** [risos] É interessante conversar com as pessoas, ver, sempre que a gente se encontra com uma pessoa a gente conversa diferente, outros assuntos, conhece um pouco mais né e a gente consegue assim esquecer o stress, relaxa né, enfim. Às vezes a gente apura as coisas para terminar, para conseguir folgar serviço para ir né, mas a gente vai assim satisfeita por conseguir se soltar, conversar, ver pessoas diferentes, lugares diferentes né. Eu acho que isso é bem interessante né, se aprender também, às vezes no sair, ver alguma experiência diferente, as vezes uma coisa que a gente está fazendo mudando poucos detalhes a gente faz ela com muito mais facilidade e com muito mais retorno, mais produção, as vezes mudando poucas coisas que a gente viu outras pessoas fazendo né, então facilita a vida da gente a partir da gente ver outras pessoas fazendo e consegue mudar, melhorar um [palavra inaudível]. **E:** Você participa também de outros grupos sociais ou religiosos na comunidade em que vive? **P5:** Eu participo desse grupo de agroecologia né, que é ligado a rede Ecovida, que a gente tem um grupo de famílias aqui em [...] e tem um grupo regional também né. Já participei mais na comunidade e outras cooperativas e associação, mas ultimamente não, é mais o grupo de mulheres e o grupo de agroecologia, que a gente se encontra e participa. **E:** E participar desses outros grupos é importante [...]? **P5:** Do da agroecologia é pelo conhecimento, a questão da certificação que dá uma garantia para gente comercializar o produto tendo o certificado né, é um pouco por isso, pelo conhecimento e pela formação né. **E:** Eu queria saber um pouco mais sobre como você faz para se informar sobre as notícias,

os acontecimentos do seu município, a nível nacional também e estadual? **P5:** Olha, além da internet, eu gosto muito de rádio assim, mas eu uso bastante a internet, a televisão um pouco, mas não tanto televisão né, mais a internet e no encontro com as pessoas, mas, por exemplo, esse ano o encontro com as pessoas está mais difícil né. **E:** Me fala mais sobre o uso da internet. **P5:** A questão de informação, de ver o que está acontecendo né a nível de Brasil, de cidade, de tudo né e também até buscar receita, buscar modelo de coisa né, facilita muito a internet né, ou saber das pessoas, conversar, WhatsApp, até de conversar com familiares e amigos que tão longe, que às vezes se passava anos sem conversar, agora com a internet facilita né, e também pesquisar no Google Mapas, buscar cidades, buscar pontos turísticos e também sobre produção né, está um problema no moranguinho que eu quero saber, posso tentar procurar o que está acontecendo através da internet. **E:** Com relação as notícias, você costuma procurar em algum site específico? **P5:** Assim, eu não procuro, as notícias geralmente só se alguma que, por exemplo, quando tinha sobre a Previdência e coisa assim, eu pesquisava mais, mas ultimamente, se eu escutar uma notícia em outro meio de comunicação, eu não costumo ficar procurando na internet para ver mesmo se é isso ou não, se é verdade ou não, só quando tem algum ponto muito importante como aquela vez da Previdência, que ia ter a reforma e as mudanças, daí procurava mais né, mas senão, não procuro muito, não vou muito muito a fundo. **E:** O que vem a sua cabeça quando se fala em desinformação, em *fake news*? **P5:** O que vem na cabeça é que as pessoas confiam muito, escutam qualquer coisa e acreditam então né, eu geralmente não acredito, mas a questão da *fake news*, sei lá, pode ter coisa que eu acreditei que era, mas geralmente eu não acredito muito nessas coisas, na notícia na primeira vez né. **E:** Você disse que não costuma pesquisar se é verdade ou não, é isso? Se você recebe uma notícia que não parece ser verdadeira, o que você faz? **P5:** Alguma vez eu pesquiso, mas outras vezes eu desconsidero, alguém inventou isso e pronto, deixo de lado né. **E:** Certo. E com relação ao que você vê na TV, qual é a sua percepção sobre isso? **P5:** Eu vejo assim na TV que eles torcem para o lado que interessa para eles, ela tem um fundo de verdade, só que, por exemplo, tem a sua verdade, só que ela tem uma coisa torcida, eles dão mais destaque para o que interessa a eles, para certo grupos né digamos, e querem que o povo acredite nisso, no que interessa para eles né, então eles torcem, montam, espicham, dão mais enfoque naquilo que interessa, e querem que o povo acredite naquilo que interessa para eles né, eu vejo um pouco assim televisão, não vejo que tudo é falso né, tem a sua verdade, mas que interessa, que quer que o povo saiba aquilo né, então eles dão mais tempo para aquilo. **E:** E com relação ao rádio? **P5:** E no rádio também, no rádio também tem isso, também tem isso, porque se o dono da Rádio é um capitalista, ele vai puxar para o lado dele com certeza, então nem tudo é fake, mas nem tudo é verdade né. **E:** Me fala sobre como você usa as tecnologias como celular, computador? **P5:** Eu tinha computador, agora está estragado né, eu utilizava até quando eu estudava, quando eu fiz o curso no IFSC, em 2011, eu não tinha internet em casa, no começo, depois estava quase no fim do curso que eu consegui ter internet em casa, então eu tinha mais dificuldade, usava menos, que o computador que minha filha usava, mas eu quase não usava né, e no começo do curso os outros eram tudo juvenzinhos né, aí eu tinha bastante dificuldade nesse ponto, eu sentia que os outros tinham facilidade e eu me perdia né, eu tinha que me esforçar bem mais né. Depois eu consegui ter internet, daí com a internet motiva mais a mexer, a lidar também né, e agora eu tenho celular, internet no celular então utilizo até bastante, mas agora meu computador estragou né, eu acho que tenho que comparar outro né, então estou meio sem, mas com o celular a gente consegue pesquisar no Google, consegue entrar no YouTube e coisa, enfim, assistir filme também é interessante, as vezes um momento de lazer né, filme pela internet. **E:** E agora com a pandemia, você percebeu alguma mudança na utilização dessa tecnologia? **P5:** Sim, mais porque uma que se tem mais tempo né, e outro porque é o meio que se tem para participar em reunião, e fazer e falar e as primeiras vezes entrar não foi fácil, tem que chamar o filho para ajudar, o celular não funciona, enfim, a gente usa mais e pesquisa mais

também, tem um pouco mais de tempo também né e também a questão do lazer, do entretenimento também agora com pandemia facilitou ter a internet em casa. **E:** Você falou que assiste filmes né, o que mais você considera como lazer ao utilizar a internet? **P5:** Filmes, escutar música, alguma coisa para distrair né para não ficar pensando nas preocupação no serviço, é mais um pouco isso, filme e música na questão de descontração e no computador às vezes procurar pontos turísticos, procurar coisa era interessante também. **E:** Bom, você falou que no formativo do movimento tem uma seção sobre saúde né. De que outras maneiras você tem acesso à informações sobre saúde? **P5:** Também pela internet né e, sei lá, quando a gente fez formação, tem material escrito né, tem cartilha que fala sobre saúde, como prevenir, como tratar com plantas medicinais e também como produzir plantas medicinais, que não é qualquer lugar que a planta está que pode ser utilizada né, então é um ponto isso, mas não é um ponto que eu me preocupo muito, com a saúde, eu acho que é porque eu não tenho dificuldade, problemas de saúde né. **E:** Bom, para finalizar, gostaria de saber se você frequenta, ou conhece alguma biblioteca? **P5:** [risos] não sou muito de ir em biblioteca, de alugar livro, essas coisas nunca, e ler me dá muito sono, assim eu acho porque eu tenho uma vida bem agitada, se eu sentar para ler, eu durmo muito rápido, então tem que ser um livro muito bom, eu tenho que me esforçar muito para ler um livro inteiro assim, tem poucos livros que eu leio inteiro porque o me dá muito sono né, então não sou muito frequentadora de biblioteca, no caso, eu leio quando é preciso, quando tem informação que a gente tem que ler e até mesmo ler no celular me dá sono, não consigo ler muito tempo, computador ainda que é melhor porque é maior né, mas não sou muito de ler assim, se eu pegar fazer um artesanato outra coisa não dá sono, mas lendo me dá muito sono né, então não consigo controlar. **E:** Certo, a gente falou sobre bastantes coisas, para mim foi bem interessante conversar com você [...], eu sempre aprendo no cada uma mulher camponesa que eu tenho que conversado, eu aprendo bastante e o que você me falou vai contribuir bastante para minha pesquisa. Eu queria saber se tem mais alguma coisa que você gostaria de me dizer sobre isso que conversamos? **P5:** Só que ainda na questão do Sozinhas, lá na questão de violência né, numa fala que eu estava, que eu me lembre, assim que... que eu estava, eu fui fazer uma fala que eu disse que como a questão da igualdade melhorou muito, por exemplo, minha mãe era analfabeta né, eu consegui depois dos 40 fazer um curso técnico né, mas minha filha com 21 anos se formou na faculdade, então três mulher ali com três realidade bem diferente né, como que melhorou, como que para mulher melhorou muito então, como que a luta vale a pena né, porque teve mudanças. Eu acho esse conto assim bem interessante que não tem igualdade, mas teve muita melhora, um pouco isso né. Minha mãe era analfabeta, eu consegui estudar depois dos 40 anos né e minha filha com 21 anos se formou na faculdade né. **E:** Você atribui essas mudanças às lutas das mulheres? **P5:** Sim, as lutas das mulheres, delas saírem de casa, delas irem buscar, participar, de não aceitarem tudo que os outros dizem, eu acho que essa mudança foi de a mulher começar a ir enfrentar e eu acredito que foi, estar saindo de casa e ver que é possível de igual para igual né. **E:** Só para finalizar, me diz o que é ser uma mulher camponesa com base em você? **P5:** A gente diz camponesa porque a gente vive e depende do campo né, mas também camponesa é quem se preocupa com a vida, a vida da família, a vida das coisas e que colhe o alimento, mas também escolhe a semente para dar continuidade da vida né, de colher a semente, plantar de novo, colher a semente com qualidade germinar para outro ano está produzindo de novo, então a questão da alimentação da família e a continuidade da vida, da luta, mas enfim é isso né, luta por direito com qualidade, com sabedoria e respeito à vida, respeito ao ambiente, o cuidado com a água, tudo né. **E:** Eu queria te agradecer né por tudo isso que você compartilhou comigo, por tudo isso que você falou, pelo tempo né de ficar aqui conversando comigo.

---

## PARTICIPANTE 6

**E:** Para começar dona [...], gostaria que a senhora me falasse sobre o seu cotidiano. A senhora me falou que ainda vai na roça durante o dia né, me conte um pouco sobre o seu trabalho, as suas atividades? **P6:** Ah eu levanto de manhã cedo, não muito cedo, sabe, ali pelas 7 horas mais ou menos porque eu já estou velhinha né, aí eu tomo o meu chimarrão, tomo café e dou uma ajeitada na casa e aí, geralmente, eu vou para horta. Eu tenho uma porção de coisas plantadas ainda, só que tem dias que eu não posso trabalhar muito, mas tem dias que eu ainda faço bastante. Que nem ontem eu plantei bastante sementes de milho, de pepino, abóbora, melancia, plantei uma porção de coisas ontem. E hoje de tarde ainda eu pretendo ainda plantar alguma coisa. Eu gosto muito porque eu me criei na roça e casei com 26 anos, mas eu nunca saí da roça, sabe, e já faz 18 anos que eu sou viúva e moro sozinha, e cuido da minha horta. **E:** Poder trabalhar na sua horta, se manter ativa é importante. **P6:** É verdade, muito importante, porque que nem a minha mãe dizia: se parar morre [risos]. E é verdade, a gente tem que sempre estar fazendo exercício né, e é o que a gente gosta e se a gente pode acho mais que tem que fazer né. **E:** A senhora planta somente para o autoconsumo? **P6:** Sim, é porque o terreno já não é muito que a gente tem né, sobra só uns pedacinhos para a gente plantar, mas o pedacinho que tem a gente aproveita, mas daí é só para consumo mesmo. Eu luto assim... eu até tenho bastante sementes crioulas, que as sementes em qualquer cantinho a gente consegue sementes, então daí eu tenho uma porção de sementes de vários tipos e adoro fazer isso. **E:** Bem dona [...], me conte mais sobre esse gosto ou sobre a importância de cultivar as sementes crioulas. **P6:** Ah a minha mãe já era assim, mas a gente até estava perdendo esse hábito, mas como a gente está no movimento de mulheres a gente recomeçou tudo de novo, porque lá é maravilhoso, meu Deus, a gente... nós fazemos troca de sementes entre as mulheres, mudas, receitas de aproveitamento das coisas né, meu Deus, olha, eu devo isso, porque quando eu era criança a gente não se interessava muito por essas coisas né, era a mãe que fazia e a gente casou e começou comparar semente, e isso não está certo, porque se a gente pode produzir para que comparar. E a gente entrou no movimento de mulheres, que isso foi mais ou menos em 92, que eu entrei no movimento, aí a gente aprendeu a recomeçar de novo, e foi muito bom, muito bom. **E:** E como a senhora aprendeu esse trabalho de plantar? **P6:** A mãe toda vida, a minha mãe era pessoa analfabeta, mas ela era uma pessoa tão inteligente que ela, ela cuidou de tudo na vida dela, assim, sabe, ela morreu com 92 anos, e até era eu que estava junto com ela, por ser viúva né, eu fiquei com ela e, mas ela parou de fazer as coisinhas que ela gostava uma semana mais ou menos antes de ela morrer. Mas ela sempre fez, sempre fez, ela foi uma pessoa muito ativa, muito assim muito trabalhadeira, daí não tem como a gente não aprender né. E eu casei né já com 26 anos, a gente já tinha bastante experiência da mãe, por mais que eu trabalhava mais na roça mesmo, eu não ficava muito em casa, mas a gente aprendeu com a mãe né. Daí depois a gente deixou um pouco, mas com o entrar no Movimento de Mulheres Camponesas a gente recomeçou tudo de novo. Daí a gente já tinha aquela experiência antiga né, mas olha o Movimento de Mulheres desperta muita coisa boa na gente, meu Deus, eu aprendi ser mais mulher depois que eu entrei no movimento. **E:** Me fala um pouco mais sobre isso dona [...]. O isso significa para a senhora, ser mais mulher? **P6:** É porque a gente, quando eu casei, que a minha mãe era uma pessoa assim que, ela era daquele sistema antigo e o meu pai era uma pessoa muito legal sabe, ainda bem, porque se ele fosse uma pessoa muito machista, eu acho que a mãe tinha sofrido, mas ele não era, ele era uma pessoa assim que sempre colaborou com ela, mas ela não olhava por isso, ela dizia assim: olha [...], quando a gente casa a gente tem que obedecer o marido, a gente tem que ser aquela pessoa bem, a gente não pode querer dar plano, fazer as coisas por conta da gente, a gente tem que obedecer o marido. E era muito errado o que ela pensava né, porque a gente não pode né, claro tem que andar junto com o marido, isso aí, que eu me lembro disso assim, do começo de eu casada, que eu até não fazia

isso, mas depois eu fui vendo, entrei no movimento de mulheres, aí a gente aprendeu que a gente também representa pessoas nesse mundo, não é só o marido né, então a gente, até o bloco de nota fui eu que fiz, que daí era para nós dois e os negócios, que nem quando nós estava fazendo financiamento, sempre foi no meu nome, só que daí, infelizmente, ele morreu de, que ele morreu de acidente né, o meu marido, e eu fiquei com a dívida de seis mil no banco, se fosse no nome dele, talvez eu nem ia de precisar pagar né, mas eu precisei pagar porque era no meu nome, que ele dizia assim para mim: olha [...] faça, faça no teu nome porque aí eu não preciso estar saindo, você vai, faz as coisas lá no banco, me facilita no trabalho e o dia que você for se aposentar vai ser mais fácil. E foi mesmo, para mim foi bem fácil sabe, eu só fui no sindicato, peguei uma declaração e fui lá no INSS, dali acho que uns, nem sei, acho que nem trinta e poucos dias já comecei a receber. Foi muito fácil sabe. Mas a minha mãe não era assim, ela dizia: deixa que o pai faz as coisas. Ele vai para cidade, ele faz os negócios, só que a coitadinha era analfabeta, mas ela foi muito inteligente e ela passou essa sabedoria para nós. Eu tenho minhas irmãs, que minha irmã mais velha já é falecida, e tenho as outras duas irmãs que elas são muito instruídas em plantação, em tudo que é coisa afinal, cuidar bem dos filhos, cuidar bem do marido, porque o marido precisa de cuidado, como uma mulher tem uma grande responsabilidade né? E que nem eu né, eu perdi ele com 56 anos, então daí foi uma coisa assim muito ruim, porque ele era um bom companheiro e eu comecei tratar melhor dele depois que eu fui no Movimento de Mulheres, porque a gente não sabia direito. Eu achava que pelos dizeres da minha mãe, que a mulher tem que cuidar dos filhos, fazer o trabalho da casa e cuidar o máximo de uma horta e no mais, não é assim, o marido tem que ajudar a gente a cuidar da casa, tem que ajudar a gente a cuidar dos filhos, tem que ajudar a cuidar duma horta também e a gente pode ir para roça, coisa que toda a vida eu fiz, nós sempre fomos muito companheiros, mas ele foi embora. Paciência. **E:** É a vida né, a gente não escolhe o momento. **P6:** Não, mas desde que eu casei eu pensava assim: um de nós um dia vai né. Só não sabia se era eu ou se era ele, mas, infelizmente, foi ele, mas de certo era para mim ficar, porque o meu filho mais novo tinha só treze anos e daí a gente, porque eu tinha bastante filhos, 8 filhos, daí ele até hoje ele diz: mãe, como fez falta para mim o papai, porque bem na hora assim que eu precisava dele, ele foi embora. Mas tudo bem, ele deu uma pessoa especial também, ele mora lá em Jaraguá do Sul e agora ele já está se formando, ele é eletricitista né, e ele fez a vida dele. Graças a Deus, meus filhos são todos pessoas muito trabalhadoras, são pessoas honestas, não é querer me gabar né, mas é isso aí, Graças a Deus, acho que a gente ajudou bastante né. **E:** Me fala mais sobre o que a senhora aprendeu de importante participando do Movimento, além dessa questão de como a mulher tem que se valorizar, de como pode ser essa relação com o marido né, durante esses 27 anos participando? **P6:** É que no começo ali do Movimento, era muito sofrido, eu fui com a minha cunhada e eu sofri muito nas viagens, porque de [...] até Chapecó é uma viagem enorme, daí a gente pega esses ônibus de linha, que é o pinga pinga né, então meu Deus, é o dia todo no ônibus né, e eu chegava lá, eu chegava muito cansada, eu não aproveitava muito o encontro e eu demorei muito a entender o que vinha ser o Movimento de Mulheres Camponesas, mas depois que eu aprendi, eu aprendi de tudo um pouco, que é uma coisa tão simples, porque tem tantos aprendizados né, com plantas, com ervas né, com chá, com semente, afinal de tudo o que uma mulher precisa na vida. E aí de repente um dia a dona Rosa lá no Movimento, ela dizia assim: hoje nós vamos aprender a fazer um xarope e acho que era um comprimido também contra vermes. E ela disse: vamos fazer tisana. E eu pensei: o que é isso, tisana? Eu sempre escutava falar em tisana e não sabia o que era, pois era, simplesmente, colhe a erva, corta ela, seca e guarda, isso aí é tisana. Então era mínima coisa assim que a gente não tinha prática, a gente até fazia, mas eu nunca guardava planta, depois que eu fui lá, que eu comecei [palavra inaudível] as coisas, porque a dona Rosa, que é da saúde mesmo, então ela ensinou muita coisa, meu Deus, isso vai ser para o resto da vida. Daí não é só sobre plantas, sobre alimentação, sobre os chás, essas coisas né, ela ensinou também sobre a religião, muitas coisas coisa importante

que ela contou para nós, que a gente não sabia, nunca tinha escutado falar, a gente aprendeu com ela, meu Deus, foi muito legal. Só que, infelizmente, agora tamo parado né, por causa dessa pandemia, está fazendo falta isso aí. Eu tenho o [WhatsApp] lá do movimento e tudo, mas é uma coisa que assim que é mais difícil né, mesmo assim tem bastante coisa que a gente está aprendendo ainda, mas a gente nunca vai aprender tudo que é preciso. **E:** E esses aprendizados todos que a senhora teve, essas formações, isso foi fez diferença ao longo da sua vida, me fala mais sobre isso? **P6:** É importante, porque, sabe, no começo daí o meu filho mais novo, ele tinha 3 aninhos quando eu comecei, quando eu entrei no movimento de mulheres, daí o meu marido dizia assim: mas por que que você faz isso, não faz. Olha, nós fazia tipo uma briga antes de eu sair, sabe, porque ele não queria que eu fosse e isso foi anos, anos, foi, nem sei quantos anos, sabe, e de repente, porque eu sempre trazia coisa nova de lá e colocava em casa e fui também melhorando, porque eu era uma pessoa bem radical em casa, eu achava: ah por que isso, por que aquilo. Mas, as vezes, a gente tem que sentar e conversar, porque, as vezes, a pessoa tem razão, porque ele era uma pessoa muito caseiro, ele gostava de ir para roça, de cuidar das coisas em casa, dos bichinho, ele tinha tanta sorte assim para criar galinha, angolista, essas coisas, porco, mas é que ele cuidava né, isso aí não precisava eu me incomodar e aí ele ficava mais em casa e daí ele assim: por que que vai, vai só para sofrer, vai só se desgastar nessas viagens. Mas de repente ele foi vendo que eu trouxe coisas novas, que eu fui colocando aos poucos em casa, que também não é fácil né, porque o sistema da gente, às vezes, é bem outro, ainda mais se seguisse o conselho da minha mãe: menina não pode chutar bola, menina não pode andar de bicicleta, menina não pode tocar gaita, sabe. Era difícil, minha mãe era bem diferente do que eu sou. **E:** A senhora já tem outro pensamento sobre isso, certo? **P6:** Sim, mas eu aprendi lá no movimento de mulheres, porque lá a gente pode conversar, pode se desabafar, pode contar as coisas que está bem, a gente conta, tem uma pessoa que sempre melhor, ela aconselha a gente, ela explica, olha, para mim foi um grande aprendizado. E aí foi indo, foi indo, foi indo, de repente, um dia, porque o meu irmão sempre vinha me buscar, porque a gente morava aqui no interior, que nem hoje eu moro né, e o meu irmão para daí a gente pegar ônibus para ir para Chapecó. Aí ele disse assim: [...] garanto que teu irmão vem te buscar. Porque vinha uma lá de Chapecó fazer encontro com nós aqui em [...], aí ele disse: eu garanto que teu irmão vem te buscar. Aí eu disse: não sei se ele vem né. Mas eu também estava pensando, mas nem queria falar, porque eu achava que ele ia ficar bravo né, eu pensei: não vou falar nada, deixar. E de repente ele chegou mesmo, aí ele disse: eu te falei, vá se aprontar, larga o teu trabalho, vá lá arrumar tuas coisas, agora você tem que arrumar. Daí eu disse: mas o pior é que eu tinha um monte de roupa para lavar né. Daí ele disse: não pode deixar que eu lavo a roupa. Aquele dia eu vi que a mente dele era outra. Meu Deus, como eu fui feliz naquele encontro, porque quando eu ia lá para Chapecó, eu deixava ele triste em casa, deixava ele bravo, sabe, eu para mim não tinha muito aquilo, sabe, porque daí eu ficava nervosa, me dava dor de cabeça, eu chegava em casa, geralmente, com dor de cabeça, daí por isso que ele dizia: por que você vai, só para sofrer né. E de repente, aquele dia ele falou isso, meu Deus Eliane, para mim foi um sol que nasceu, sabe. E aí daquele em dia em diante, ele sempre me ajudou, ele colaborava comigo, quando era para mim sair, ele dizia: deixa o serviço, as meninas fazem, eu ajudo elas, vai se aprontar, vai pegar tuas coisas. E assim foi, só que ele ficou só um ano e meio comigo, daí ele foi embora, mas até hoje, eu fico pensando assim que se não fosse ele entrar de acordo, até hoje assim, até hoje para mim não tinha muito sentido o movimento de mulheres, porque aí eu sabia que ele não gostava né, que a gente saísse né, e de repente ele entrou de acordo. Que coisa mais boa Eliane, olha, para mim, foi um... eu nasci de novo, e até hoje sou feliz e valorizei mais ainda o movimento de mulheres. **E:** Que coisa boa dona [...]. E o que motiva a senhora a continuar participando do movimento até hoje? **P6:** É porque aqui em [...] não tem muita gente que queira se envolver, sabe, e essas viagem, as vezes eu fico triste porque: ah eu não estou aposentada, então eu não posso ir. Fazendo de conta que aposentadoria

é solução e não é, porque aposentadoria, além de ser, o salário mais baixo que tem no Brasil, o salário-mínimo, que eu só recebo o salário-mínimo, ainda além de ser o mais baixo de tudo, ele não tem valor né, não é por isso, eu fico triste com isso. Porque eu e a dona Judite, eu tenho 74, ela tem 84 anos, e é só nós duas que tamo indo para Chapecó, então eu penso: se nós largarmos, aqui em [...] morre o Movimento de Mulheres. E nós temo grupo, ela tem o grupo dela e eu tenho dois grupos, aqui, um na [palavra inaudível] e outro aqui onde eu moro né, e é uns grupos bons, que dá mais ou menos, no total, dá uns 20 e pouco pessoas né. E eu penso assim, que se eu sair vai morrer, porque as pessoa não querem assim se envolver né, porque não é coisa fácil mesmo, você deixar tudo o que você tem, deixar a tua casa, que agora não tem criança, mas tem os animal né, que a gente tem que cuidar e a casa da gente, as flor da gente, a gente tem que cuidar né, daí de repente a gente fechar a porta e sair, não é fácil, mas é importante. Porque a gente vai, por exemplo, gasta um dia de viagem, um dia e meio de encontro, e daí no mesmo dia, de meio dia a gente volta para casa, chega em [...] é dez hora da noite, então até a gente chegar em casa, é outro dia já e não é fácil, mas é tão importante, tão importante, que eu sinto assim que se eu parar de ir, vai sair uma coisa boa de mim, que eu gosto muito, eu amo esse movimento. Mas vamos ver como que vai ficar. **E:** E que grupo é esse de mais ou menos 20 pessoas que tem aí em [...]? É um grupo que a senhora coordena, é isso? **P6:** Sim, é um grupo de camponesas na base né, é só na base, que no dia 8 de março, nós sempre fazemos o encontro, um encontro maior, que daí vem outras mulher, tem uma mulher aqui em [...] que ela é uma das fundadoras do Movimento de Mulheres, daí sempre vem também dá aquelas palestras dela, a gente chama uma lá de Chapecó para falar umas coisas diferentes né, e dá as vezes um encontro bem grande. O ano passado, é o ano passado deu mais ou menos umas 120 pessoas no dia da mulher né. E daí esse ano já deu um pouco menos, mas, mas deu também, passou de 50 pessoas. Então daí a gente faz isso, daí movimenta um pouco se a gente pode, para transmitir o que a gente que a gente aprende de bom lá, porque, Deus o livre, não dá para jogar essa semente. **E:** Certo. Então tem esse grupo, que a senhora traz o conhecimento para elas, mas, no mais, como é a sua participação nas atividades? **P6:** Daí a gente é todos os meses que nós se reunimos, é sempre na última quarta-feira do mês que a gente se reúne, agora é que nós deixamos de se reunir porque aqui em [...] é difícil, meu Deus, como é difícil, porque a gente é da esquerda né, a gente é uma pessoas assim consciente, mas, olha, aqui os vizinho da gente já não são sabe, daí com essa pandemia se você começar a reunir pessoas, pode sair uma denúncia de a gente ir até preso. Porque eu tenho também o grupinho de criança da Pastoral da Criança, não estou reunindo criança, já faz, acho que esse fiz um encontro só com as crianças em janeiro, eu não fiz mais e o de mulheres também nós paremos. Uma pena né, a mulherada diz: ah [...] faça nosso encontro, é tão bom, nós tomamos tudo boa. Eu disse não, não dá, por enquanto não tem como né, mas está fazendo falta isso para nós, porque tem tanta coisa material assim que daí a gente pega também das rodas de conversa, do própria Zap que a gente pega assim coisas importantes, que a gente passa para elas, mas não tem como, por enquanto né. Mas nós gostamos muito e as mulher tão consciente já dos aprendizados sabe, Eliane, nossa, elas gostam muito, só que tem esse problema, que nenhuma não quer se destacar a ir lá para Chapecó, aí eu fico aborrecida porque nós estamos ficando velhas, já bem velhinha já, e a gente de repente, a gente vai ter que parar, uma pena né. **E:** Qual é a dificuldade na sua percepção? **P6:** É um pouco, sabe, é mais querer cuidar do trabalho, elas gostam de trabalhar, elas são muito trabalhadeiras as mulheres do grupo, com as outras a gente nem conversa sobre isso, já que não venham para o grupo de base é porque elas não valorizam isso né, mas essas do grupo, daí: ah eu tenho problema de saúde, não posso ir. Daí a outra: ah eu tenho as vacas para tirar leite, ai não tenho como deixar. A outra: ah eu não gosto de deixar o marido, de sair. Sempre tem uma desculpa, sabe, mas aí o que a gente vai fazer. A gente não pode forçar ninguém né, se quer ir vai né, se não quer o que eu posso fazer. **E:** Quando a senhora tem alguma dúvida no plantio de alguma planta ou praga diferente ou algo assim, a senhora

resolve? **P6:** Tem o informativo do movimento de mulheres, que vem os calendários junto, se você plantar naqueles dias certinho, aí não tem por que não dar. Só que esse ano foi muita seca, seca, daí a terra é nova, porque eu não morava aqui mais, eu me criei aqui perto, casei e vim morar aqui onde eu moro agora, mas eu tive que sair para cuidar da minha mãe, que nem eu já te falei. Eu fiquei 7 anos com a minha mãe, aí eu morava lá na vila, perto da cidade, aí eu tinha uma horta lá, mas também uma terra ruim de lidar, seca demais, capim e tanta coisa, mesmo assim eu colhi bastante coisa lá. E daí eu vim para cá, estava tudo modificado, eu já não estou na mesma casa que eu morava, aí eu tive que fazer um novo quintal, daí era grama, foi virado aquele chão, foi feito, você como é que é né, não preciso explicar, e aí a terra não estava pronta para produzir né, ela tem acidez no terreno, a gente tinha que fazer uma análise e eu não fiz isso, e eu colhi muito pouca coisa, trabalhei muito para pouca coisa, mas se Deus quiser, esse ano vai ser melhor. **E:** O que a senhora decidiu fazer para melhorar a terra? **P6:** Um composto, eu fiz bastante composto, porque composto ele ajuda, é um adubo orgânico com folha e daí é o que tem aqui nos matos, daí a gente rastela, faz o composto né, e a gente agora está bem melhor já, está bem mais fofa e eu acho que preciso de um pouco de calcário para tirar a acidez do terreno, e aí vamos ver se Deus vai ajudar nós para que esse ano chova um pouquinho mais né, porque o ano passado foi muito difícil né, muita seca. Milho e pipoca que eu plantei, acabou secando e não deu semente, olha, foi muito difícil, mas eu espero que esse ano vai ser melhor. E a gente pede, porque tem no grupo ali do WhatsApp, tem muita coisa boa que elas passam e a gente também pergunta ali para elas, elas explicam para a gente. Que nem o alho, eu não sabia que o alho, eu estou com essa idade, e não sabia que o alho cria fungos, e ele cria e daí, agora me esqueci o nome da pessoa, que ponho no grupo ali o tratamento do alho depois que a gente arranca ele, que tem que passar na água bem quente para matar aquele fungo, que daí por isso que seca grão de alho e no meio da cabeça as vezes a gente acha grão seco, e é aquele fungo que estraga né. Então a gente sempre está aprendendo né. E daí no mais a gente já tem “bastantina” prática de lidar com as coisas né. **E:** A senhora está participando dos encontros online do movimento? **P6:** Sim, quando dá certo, só que a internet aqui é uma tristeza sabe, que nem ontem, eu via você, via que estava falando e eu não escutava, é muito ruim isso. Mas quando pega a internet, que nem hoje a noite é para ter uma roda de conversa, eu quero participar, se Deus quiser que a internet me ajude, eu vou participar, e a gente aprende muita coisa também com elas, meu Deus. **E:** A senhora tem a internet do celular na sua casa ou tem algum outro tipo de acesso? **P6:** Não tenho, eu estou aqui na casa a minha filha agora, que ela tem internet, por isso que deu certo, porque senão acho que não ia dar de novo, ainda mais porque conforme o jeito que está o dia sabe, eu não sei, porque tem uma antena de internet, mas é bem longe daqui sabe, daí tem dias que ela pega e tem dias que não. **E:** Então a senhora vem aprendendo a mexer um pouco mais com o celular e com a internet. Me conta como tem sido essa experiência para a senhora. **P6:** Olha, não está fácil, porque eu vim aqui, o meu neto que me ajudou, porque eu não tenho prática disso sabe, até tinha que ter perguntado para Noeli lá do movimento, que ela ensina a gente, mas eu não tive tempo, que tem o neto que mora pertinho ali, ele foi cortar grama para mim hoje lá, daí eu fiquei a manhã inteira tipo ajudando ele sabe, e não me preparei, infelizmente, mas dei sorte que eu vim aqui e meu neto estava disponível e ele me orientou. Só que você sabe como é que é, pessoas novas que nem você, se você aprendeu uma coisa assim nunca mais se esquece, mas eu, para entrar na minha cabecinha, está dura minha cabecinha já, não é fácil. **E:** Sim, eu entendo. Bom, a senhora então tem o seu celular né, usa mais o WhatsApp, é isso? **P6:** Sim, porque tem tanta coisa no celular, mas eu já nem procuro porque eu não entendo sabe. Faz uns dois anos que eu tenho esse celular, mas eu não aprendi muita coisa e também a gente não tem muito tempo de estar lidando com o celular né, pode ser que se a gente parasse, a gente aprendia até sozinha as coisas né, mas a gente não para, porque é eu e eu né, para fazer os trabalhos, para cuidar das coisas, então se a gente começar a se envolver com celular, aí você não faz o teu

trabalho né [risos], é uma pena, mas não tem muito tempo disponível. **E:** O próprio movimento tem um Facebook, a senhora costuma olhar o Facebook também? **P6:** Olha, é difícil, mais é o Zap. Eu até que as vezes eu até entro, mas daí já por causa da internet se ruim, daí a gente já começa... as vezes não dá certo... e eu, sei lá, não tenho muito interesse né, mas eu acho que eu devia ver isso, porque ali tem muito mais coisa né, mas eu não vejo quase nada no Face. É difícil eu usar o Face. **E:** A senhora já ouvi falar em *fake news*, em problemas com notícias falsas que por WhatsApp, que tem na internet? **P6:** Sim, já. **E:** Me conta o que a senhora sabe sobre isso? **P6:** Eu acho que para mim essa tecnologia está difícil, eu acho assim que é muito bom isso que, olha, você faz o que você quiser, para tem entende, meu Deus do céu, isso é um desenvolvimento e tanto né, mas o problema é que a gente não entende, aí a gente até nem se interessa muito sabe, as vezes eu acho que isso é até um relaxo sabe, a gente tinha que interessar de mais de aprender as coisas né, a gente está perdendo de aprender porque meus filhos são tudo eles muito envolvidos assim nas coisas, já eu, já para começo eu peguei o celular já depois de 70 ano né, então a gente não desenvolveu, mas é importante, é muito importante. Eu vejo o meu filho que mora lá Jaraguá, ele vem, ele conversa com o patrão dele, ele resolve o problema, só que daí ele sobre também por causa da internet ser ruim né, mas daí ele vem aqui e ele faz tudo que ele precisa né, ele não se amarra né, para quem entende, é muito maravilhoso essas tecnologias. **E:** E como a senhora fica sabendo das notícias do seu município e do país? Como a senhora se informa sobre o que está acontecendo? **P6:** Ah tenho, como é que é, o 247, acho que é, que meu irmão me indicou e daí as vezes eu procuro isso aí, que daí ali tem muita coisa interessante. Agora TV, especialmente, a Globo, não dá muita vontade da gente assistir né, porque tem coisas que, até tem coisas boas também, mas é muito pouco né, e que nem aquela vez, aquela prisão do Lula, tudo, que coisa, eles ficavam o tempo inteiro falando naquilo, endeusaram o povo, o povo foi para o outro lado né, e hoje está essa porcaria aqui né... de governo, é difícil. **E:** Então a senhora entende que o que é passado na TV não tem uma neutralidade ali, que eles defendem um lado, é isso? **P6:** Sim, é verdade, se for escutar tudo ali e achar que tudo é verdade, se está enganada né, não é. Eu não sei porque, a gente, faz uns... não sei quantos anos faz que, desde o movimento de mulheres que incentivou a gente também a participar dos movimentos sociais, que a gente participa, os pouco, que nem o Movimento sem Terra, que nem tem a Pastoral da Criança que também é uma coisa boa, só que tem muita burocracia na própria igreja né, é muita coisa assim que as vez não incentiva para vida sabe, tirando a leitura da bíblia né, de uma explicação, que seja uma explicação certa de um padre que não seja burguês, então é interessante, mas as vezes eu acho assim que a igreja deixa muito a desejar também né. E a gente vê porque se a gente for falar numa coisa verdadeira, as vez, o própria igreja não aceita né. É difícil né, não é fácil ser do movimento social né, mas eu gosto muito e vejo que, entendi que é uma coisa boa. Olha, os movimentos sociais não podem morrer, de jeito nenhum, só que tamo quase indo né. **E:** A senhora falou que participa da Pastoral da Criança, tem algum outro grupo social que a senhora participa na sua comunidade? **P6:** Eu participo da Pastoral da Saúde também, eu tenho muita coisa boa guardada sobre isso, que é livros e livros né de orientação sobre exercícios né, sobre alimentação e também sobre as plantas e tanta coisa né. A boa alimentação é a melhor coisa que existe porque o nosso, como é que é, isso eu aprendi já na Pastoral da Saúde, que: o nosso alimento que seja o nosso remédio, o nosso remédio que seja o nosso alimento. Então eu acho assim, que foi o que eu comecei mesmo movimento social foi na Pastoral da Saúde, depois o Movimento das Mulheres e aí surgiu a Pastoral da Criança, que também eu sou uma líder da Pastoral da Criança que dá muito trabalho e aí também, só que as mães, elas participam mas não com grande interesse também, porque tem livros que vem também da Diocese e tudo, que a gente podia explicar para as mães, mas elas vem: aí eu nem podia ter vindo, mas eu trouxe para pesar o fulano né, porque tem que pesar todo o mês e assim por diante né. Mas é aquela pressa e daí não tem muito sentido, porque só pesar as crianças e ver se está tudo certo, não é só isso que é importante. **E:** A senhora já

me falou que a alimentação é importante para a saúde, eu queria saber um pouco sobre a sua saúde. A senhora vai bem de saúde? **P6:** Graças a Deus, só a minha pressão que não é muito boa né, daí eu tenho que tomar o remédio da pressão, digo tomar meu “venenininho” né, porque isso aí é um veneno né, nem devia de tomar, mas eu tenho medo de deixar de tomar, porque uma vez um médico me falou que eu não precisava, por causa que o meu peso é um peso bom, a alimentação ele perguntou tudo como é que era, eu falei para ele, ele disse: você não precisa usar o remédio da pressão. Eu parei de usar e daí qualquer coisa que acontece, se a gente fica nervosa ou o que, a pressão sobe, e eu fui mal um dia para o pronto socorro, e aí outro médico me falou que eu não podia parar de tomar o remédio, o ponteirinho da vez que ela sai de lá, que ele não está mais lá onde ele devia de tá, ele nunca mais volta, então você não pode parar de tomar. Não sei se isso é verdade, porque médico e farmacêutico e tudo, eles têm os contatos deles também né, e as vezes é para querer vender o remédio né, mas eu tenho um pouco de medo de parar, mas no mais assim, eu sou uma pessoa muito saudável. Eu sou muito forte, posso trabalhar ainda. **E:** Quando a senhora tem algum problema a senhora resolve como? **P6:** Eu tenho um irmão que é terapeuta, então é ele que vem, me visita todo mês, ele vem e mais o que ele tem me deixado é os complementos, porque por mais que você se alimente bem, uma coisa ou outra falta né no organismo, porque a gente não encontra tudo aquilo que a gente precisa. Então daí ele examina, ela diz olha você está precisando disso aqui, ele me deixa os complementos alimentares, porque é isso aí, o terapeuta é isso aí, ele não tem remédio, é complementos, então é o que eu uso, fora o remédio da pressão, é isso aí que eu uso e me sinto muito bem com isso. **E:** Voltando a pergunta anterior, sobre como a senhora faz para se informar, a senhora utiliza rádio e jornal também? **E4:** Sim, sim e também uma parte boa da gente assistir é a Voz do Brasil né, só que faz tempo que eu não assisti mais tá, que é um horário que a gente tá, acho que das sete da noite às oito né, que dá na rádio, esse é importante, é mais importante do que assistir o jornal da Globo, né. **E:** Bem dona [...], eu queria saber se a senhora conhece ou frequenta alguma biblioteca e se a senhora gosta de ler? **E4:** Olha, eu tenho que dizer aqui o que é verdade, eu não leio muito, eu leio mais assim os livros do Movimento de Mulheres, mas no mais assim, eu sinceramente, eu não sou de ler muito e isso é um erro meu também, porque lendo é que a gente aprende as coisas né. Como é importante ler. A dona Judite, nessa parte, ela foi professora mesmo né, ela valoriza muito a leitura né, mas ela pega um livro, ela lê de ponta a ponta sabe, e eu já não sou assim. Olha, a própria bíblia para eu pegar e ler é difícil [riso], o meu filho as vezes ele faz uma explicação da bíblia. Ele fala: mãe, a mãe viu lá, tal parte, assim e assim? Olha, eu não vi. Eu sou muito, que tem os programas de rádio que a gente escuta né, que tem o padre Reginaldo Manzotti, ele sempre fala coisas boas e tem uma parte da bíblia que ele faz todos os dias né, e nem essa parte né, eu estava seguindo e de repente abandonei, a gente tem muitos erros na vida né, a gente faz coisa que as vezes não é tão importante né e deixa de fazer o importante sem saber né. **E:** A senhora disse que lê mais os livros do Movimento. O Movimento disponibiliza livros para leitura? **P6:** Disponibiliza, só que tem uns livros assim que é meio difícil a gente entender, porque as vezes não é escrito por elas mesmo né, mas é uns livros bons assim de, de... que a gente podia até ter mais claro até os movimentos sociais, essas coisas né, mas a gente não lê muito também né. Eu quando me dá vontade de ler, porque a gente tem as tarefas da gente, que daí a gente trabalha de todo lá, lá [no quintal] ou na limpeza ou seja lá aonde for né, a gente sempre está envolvido com trabalho, daí chega à noite a gente toma um banho, janta e daí está cansada né, a gente prefere as vezes ir dormir do que lê alguma coisa e a gente devia de pegar por hábito ler que a gente ia aprender muita coisa. Mas eu vou tentar fazer isso [risos], que graças a Deus eu ainda enxergo. **E:** Bom, a gente conversou sobre bastante coisas né, dona [...], para mim, foi muito enriquecedora essa conversa com a senhora, eu aprendi bastante. E eu não tenho nem palavras para agradecer pela sua participação...

---

## PARTICIPANTE 7

**E:** Então, gostaria que você começasse me falando um pouco sobre suas atividades cotidianas? **P7:** Assim, a gente trabalha com gado de leite, mas eu tenho poucas vacas e com o leite eu faço queijo, queijo de leite cru, o queijo chamado queijo artesanal de leite cru. Daí a gente tem lavoura, tem parceria e plantas, antigamente a gente falava miudezas, mas na verdade não são miudezas né, são riquezas né, porque se a gente for comparar tudo essas coisas que a gente planta, no final dá, soma um monte né, e daí a gente não fala mais miudeza, a gente fala riqueza. A gente planta cebola, tomate, pepino, as coisas que a gente consome, arroz, feijão e batata doce, mandioca, amendoim, essas coisas assim. **E:** É importante para você produzir o próprio alimento? **P7:** Meu Deus, é muito importante, porque, além de ser saudável a gente sabe o que está comendo né, é uma segurança né, segurança alimentar fosse dizer né, que a gente procura usar só produtos naturais né, e daí eles não contém veneno né, e a gente só compara mesmo o que não se consegue produzir né. Tem coisas que não se produz né, tipo sal, açúcar branco, essas coisas né. Até o fermento é feito com o... é o pão de farinha né, o fermento de farinha né, mas é diferente do que aquele comparado né. A bolacha né, essas coisas também a gente faz tudo em casa né. Daí a gente ordenha as vacas de manhã e assim que ordenhou já vem para a casa e já põe o coalho e assim que está pronto vai para as formas né. E a noite a mesma coisa. A gente não refrigera o leite, vai direto para o coalho, assim a gente faz. **E:** Então a sua renda vem da produção de queijos, da venda dos queijos? **P7:** É, e a gente também tem uma parceria de suínos né, terminação e lavoura de milho, mas a produção do queijo agora é, como que eu vou dizer, é tipo uma libertação, porque antes a gente vendia para a indústria né, daí a gente nunca enxergava a cor do dinheiro e agora ao menos a gente, a gente faz o queijo, dá trabalho, muito trabalho, mas quando a gente entrega a gente pega o dinheiro em mãos né. Porque antes era feito, tipo, feito uma troca, a gente tinha que fazer o rancho num determinado lugar, a gente tinha comprado os produtos para ordenha e para as vacas onde eles queriam, tipo a gente, era tipo empregado. Compara tudo o que eles queriam que a gente comparasse, assim no final não sobrava nada, e hoje a gente faz, eu não uso, isso faz uns quinze anos já, que eu não uso mais aqueles produtos de... do pré e pós *dipping*, não sei se você sabe o que é. É as coisas que a gente usa para limpar o teto da vaca antes da ordenha e depois a gente passava um produto. Hoje em dia eu não faço mais assim, eu faço uma Qboa de cinza para usar para limpeza e os tetos eu limpo com sabão eu mesma faço, eu não, a minha família, nós todos né. E a gente seca com papel toalha e faz a ordenha normal. E daí a gente, eu não uso mais aqueles produtos que antigamente tinha que comparar. **E:** Você trabalha com que mais? **P7:** Tem o meu esposo e daí tem a minha filha e o meu filho. **E:** E o que motivou essa mudança que você me falou, que antes vocês trabalhavam de uma forma e agora vocês estão trabalhando de outra? Como essa mudança aconteceu, me fala um pouco mais sobre isso? **P7:** Essa mudança se deu por causa que a cada dia tinha mais exigências, sempre tinha mais exigências, a gente produzia uma determinada quantidade de litros de leite e eles queriam que a gente aumentasse, aumentasse, que a gente teria que chegar até 500 litros dias, mas, imagina, daí o custo que não ia dar, daí ia ter trabalho para nós, ia sobrar o trabalho, digamos a mão de obra e o lucro não ficava para nós, porque o leite não valia nada né. Ai a gente parou de entregar o leite e começou fazer queijo, agora não tem queijo suficiente, daí por isso, a exigência deles, a pressão que tinha em cima da gente produzir mais, mais e mais, cada dia mais. Que a gente pensou, aqui quem manda somos nós, não são eles, daí a gente decidiu de parar e fazer queijo. Aqui em [...] a gente tem um grupo dos queijos, daí a gente participa no

grupo e a gente está tentando né que dê tudo certo para regular, para vender o queijo de leite cru, porque cada dia tem mais procura, mais procura, daí eu estou começando a dizer que agora eu estou anotando os pedidos, eu estou entregando conforme tem né. **E:** Você me falou que produz o próprio sabão, você me falou algumas mudanças que teve, essa forma de trabalhar nova né. Eu queria saber como você vem aprendendo isso? **P7:** Quem nem essa forma de fazer sabão né, é que nem o queijo, vem de geração em geração, a gente vai aprendendo né. E as dicas que a gente ganha nos encontros do MMC ou com as amigas assim. Porque quando a gente vai num encontro de formação do MMC, por exemplo, lá tem determinado assunto né, que aquele dia vai ser falado sobre algum assunto né, só que daí a gente não aprende só isso, daí a gente aprende, conversa entre as mulheres né, a gente troca dicas, essas coisas né. E depois se fazendo o sabão, a gente também, é uma coisa que parece boba né, mas a gente sabe o que está fazendo né, a gente tem as gorduras que a gente usa para [palavra inaudível], a gente tem o sebo que é do nosso gado, daí gente compara farinha, sal né e a soda só, o resto é coisa nossa. **E:** O que fez você perceber que os produtos, aquilo que você planta né, a sua produção para autoconsumo não são miudezas? **P7:** A gente uma vez fez um trabalho no MMC que a gente tinha que, a gente tinha um caderno que elas mesmas deram, que daí lá a gente tinha que anotar todo dia o que a gente produzia, o que a gente fazia no café, no almoço, o que a gente comia né, na janta, e daí no final a gente somou tudo para ver né o custo né que a gente botava, digamos, o pão, a chimia, a nata, a gente olhou no mercado e daí a gente via né que a gente produzindo é diferente. Daí se a gente fosse comparar, ia ter um alto valor né. Isso assim, e depois a gente, eu também sou filha de agricultor, casei com agricultor e daí a gente também sabe, tem essas coisas de geração para geração né. **E:** Sim, com certeza. Eu queria que você me falasse um pouco sobre a sua experiência com o Movimento de Mulheres Camponesas. **P7:** Sim, ah eu conheci o Movimento foi ainda em 2000, que eu fazia o Terra Solidária e junto com, tinha umas mulheres, tinha uma mulher que participava do Movimento daí ela me convidou para uma mobilização em Florianópolis e eu fui, e daquele dia em diante eu sempre participei, porque, além dos conhecimentos que a gente adquire lá no grupo junto, a gente tem novas amizades, a gente faz troca de receitas e trocas de sementes, daí a gente recupera sementes que era da minha infância e nunca mais via, de repente lá no Movimento tem alguém tem ou lá no Movimento mesmo tem a banca de sementes. E daí, e eu gosto dessas coisas, eu assim, quando que fala de coisa natural, eu se eu posso ir, estar no meio, estar junto, eu estou indo, eu gosto muito dessas coisas. Daí tem o apoio da família né. **E:** Me fala mais sobre esse sentimento de gostar. **P7:** Ah eu gosto de estar junto com as pessoas, de trocar dicas, receitas, de conversar, de aprender, porque lá a gente aprende a fazer, a gente aprende a fazer o [M], que é uma coisa simples, que é feita do arroz, só que o bem que ele faz para a natureza, para os animais, paras plantinhas, é assim muito grande o bem que ele faz. E se eu não participasse nessas coisas, mas eu nem ia saber que existia. **E:** Você percebeu melhora na sua saúde, na saúde da sua família com esses conhecimentos, essa mudança que teve nas suas práticas? **P7:** Sim, com certeza, porque, como é que se diz, a vez a gente está, hoje em dia eles dizem com depressão, mas daí a gente numa roda de conversa ou assim, isso que nem participando do Movimento e de outras coisas também, assim parece que é uma terapia né, que faz bem não só para mim, mas para família também, porque a gente muda o jeito de ser, o jeito de conversar. A gente fica analisando como que eu era antes e como que é agora, assim, eu acho ótimo participar dessas coisas, gosto muito. **E:** Então você percebeu melhora na sua saúde mental né. **P7:** Mental e física também. **E:** E isso também pela boa alimentação? **P7:** Sim, e daí a gente também... a gente não segura o conhecimento só para a gente, a gente passa né, a gente troca né ideias, experiências, ensina outras pessoas também. **E:** Você percebeu também alguma mudança na sua vida enquanto mulher, na sua relação com o seu marido, e na organização da casa depois de ter começado a participar do Movimento? **P7:** Sim, porque daí assim parece que tem mais diálogo, mais troca de ideia entre a gente, mas harmonia parece. Ah

eu acho tudo de bom o Movimento. **E:** Certo. O que você considera que aprendeu de mais importante para a sua vida participando do Movimento? **P7:** Olha tem um monte de coisa que eu considero importante, mas digamos assim, os produtos que a gente aprende a fazer lá, que a gente pode usar na horta, na lavoura essas coisas, nos animais e a própria convivência, o jeito de fazer as coisas, assim né, que nem né, tem gente que assim: ah, o serviço da mulher é dentro de casa, o homem Deus o livre varrer a casa ou lavar a louça. Daí eu não sei certo, eu acredito que seja por isso que aqui em casa não tem: ah lava a louça é serviço de mulher. Aqui todo mundo lava a louça, todo mundo faz queijo, todo mundo limpa a casa e lá fora se a gente se ajuda também, só que tem daí certas coisas que é mesmo mais para homem né, mas a gente não diz ajudar, a gente diz colaborar, que aqui ninguém é mais que ninguém, ninguém é empregado, ninguém é patrão, todo mundo tem o mesmo direito, o serviço tem o mesmo valor, tanto lá fora como dentro de casa. **E:** Sempre foi assim ou essa mudança aconteceu depois de um tempo? **P7:** Ah quase sempre foi assim, só que tinha coisas que era mais exclusiva da mulher, daí com esse negócio de participar do Movimento, lá elas diziam: onde que está escrito que o homem não pode varrer a cozinha? Onde está escrito isso? Onde está escrito que homem não pode, não pode? Daí eu vinha para casa, daí eles queriam saber como foi lá, daí eu contava né. E daí eu dizia. E daí as vezes, de vez em quando, ainda acontece: ah isso é serviço de mulher. Aí eu pergunto: onde está escrito? Daí eles também sabe agora fazem assim, mas eles fazem só para brincar né, não que seja sério. Que aqui o trabalho todo mundo tem que fazer o que for preciso né, todo mundo tem que colaborar. **E:** E como acontece a comunicação, a troca de informações dentro do movimento? **P7:** A troca de informações a gente se reunia lá no centro de formação né, daí devido a pandemia essas coisas, daí a gente agora é só por WhatsApp ou no Face, é tudo por recado, tudo via essas coisas né. E daí a gente não está mais se reunindo lá, só que a gente sente falta também, isso faz falta porque é outro ar, daí é outro pessoal tudo né, e assim é nos outros setores também. **E:** Você costuma utilizar o Facebook [...]? **P7:** Eu utilizo, mas não tanto, mas eu tenho ele. **E:** Quando você utiliza, o que você costuma olhar, o que te chama a atenção? **P7:** Olha, para dizer a verdade, o que me interessa mais é negócio de artesanato [risos] e as coisas que os outros postam né, mas eu gosto mais do Youtube [risos], porque lá tem muitas dicas de artesanato e eu gosto muito de artesanato. **E:** Então você pesquisa no Youtube bastante sobre artesanato. Que tipo de artesanato você faz? **P7:** Ah, eu faço bordados, eu faço costuras, eu não aprendi costurar né, não tive curso, é tudo coisas que eu aprendi com a mãe né, mas eu faço vários bordados, eu faço capas térmicas e agora com esse negócio de pandemia, eu perdi a quantidade de quantas máscaras eu já fiz e ainda tenho pedidos, assim, toda semana eu preciso costurar alguma coisa que tem encomenda né. Só que daí o artesanato é, como é que eu vou dizer, é nas horas vagas né, entre aspas, nas horas vagas, na hora do chimarrão eu faço um bordado, eu faço aquele [palavra inaudível], faço capas térmicas, almofadas. **E:** É um passatempo, é isso? **P7:** É um passatempo, uma terapia, coisa que eu adoro fazer. **E:** Certo. E o que mais você costuma pesquisar ou ver na internet? **P7:** Receitas e as vezes a gente ouve alguma notícia, alguma coisa, daí a gente procura para ver se é verdade ou não, mas essas coisas. Mas a gente usa mais mesmo é para a conversa, WhatsApp. **E:** E quando você pesquisa na internet para ver se uma notícia é verdade ou não que critérios você utiliza, como você acessa pesquisa? **P7:** Na hora que a gente clica no link, daí os meus filhos ensinaram que se aparece o cadeado lá é uma coisa segura, daí também tem que ver o site essas coisas, mas daí isso eu nunca faço sozinha, sempre pergunto para eles, e dificilmente eu compartilho alguma coisa que eu vi na internet, só se é uma mensagem, uma, uma assim uma coisa bonita né, que eu tenho certeza que é, não de, tipo essas notícias em roda do mundo assim eu não sou muito de compartilhar, dificilmente eu compartilho. **E:** Você não compartilha por não ter certeza que seja verdadeira, é isso? **P7:** É aham, por isso depois eu procuro compartilhar coisas boas, não notícia ruim ou coisa assim, porque coisa ruim tem de sobra né, daí eu prefiro compartilhar coisas que faça bem né, porque as notícias ruins fazem mal né, eu penso

assim. **E:** Você utiliza e-mail também? **P7:** Eu tenho, mas para dizer a verdade não sei muito usar, se eu preciso de alguma coisa eu peço para o meu piá, para minha menina, daí eles me auxiliam. **E:** Bom, você já me falou que você lê algumas notícias na internet né, tem alguma outra maneira ou meio de comunicação que você utiliza para se manter informada sobre notícias ou acontecimentos da cidade e do país? **P7:** A gente tem o rádio, a gente tem TV também, mas para dizer a verdade essa que a gente tem hoje eu nem sei ligar porque TV para mim é uma coisa negativa, que nem devia de ter dentro de casa, para mim né. Eu não assisto novela, não assisto filme, eu me parece que isso aí não é coisa uma coisa produtiva, para mim né, porque eu sei que tem gente que gosta né. Eu respeito né, mas aqui em casa a gente não tem o hábito de assistir, porque também a gente sabe que a televisão manipula né, ela põe lá o que ela quer, nem sempre, a maioria das vezes, não é verdade o que eles põem lá, principalmente nas notícias né, daí a gente ouve rádio, tem a rádio aqui da cidade. **E:** E as notícias do rádio você considera confiáveis? **P7:** Também assim no caso o nosso aqui, da nossa cidade é mais confiável, nem por perto com a televisão né. **E:** Você utiliza também algum jornal? **P7:** Tem o jornal que é da mesma empresa da rádio, a gente não assina, mas tem a minha cunhada que assina, daí ela traz para cá e daí a gente vê, mas daí é tipo o que passou durante a semana no rádio né, está lá, só que daí tem as fotos e outras informações que a gente não ouviu no rádio né. É bom também. **E:** E o informativo do Movimento você acha interessante? Assina também ou não? **P7:** Sim, eu assino só que com esse negócio da pandemia, eu nem fui mais retirar e ele deve estar tudo lá na Cred [...], mas também é um jornal muito bom, mesmo o informativo porque lá também tem... como é aquele calendário, que a gente segue as fases da Lua né, ele é muito bom. **E:** Para o plantio né? **P7:** Para plantio, para colheita, para tudo né, para poda, para um monte coisas. **E:** O que mais tem nesse informativo que te chama atenção? **P7:** Ali tem as experiências das companheiras né e tem as falas, tem as experiências que elas têm na propriedade delas, que todas que participam, que tem um horto, horto de ervas medicinais, tem plantação de morangos, de batata doce, de verduras, legumes, é tudo sem agrotóxico né. Lá no movimento a gente fala que o veneno é veneno mesmo né, daí como faz mal para a gente, faz mal para tudo que existe na natureza, não só para gente, para tudo, porque o veneno mata as coisas que a gente diz que faz mal né, mas grande parte que a gente mata usando veneno é dos microrganismos que fazem o bem né. Que se a gente passa um veneno para matar um inço, que a gente fala inço, na verdade ela seria uma planta indicadora né, só que daí quem que conhece? Pouca gente conhece, daí todo mundo vai no veneno que é mais fácil, que é mais rápido, por causa da mão de obra, é mais prático né, só que não faz ideia o que está causando na natureza e para o ser humano também né. **E:** Bom, você me falou sobre a manipulação que existe na TV, queria que você me falasse um pouco mais sobre isso. **P7:** Eu penso assim, que a informação manipulada, eu penso que é assim, se ela é para... como é que eu vou dizer, por um exemplo para o governo, para o quem está no poder, se é para o bem deles a informação está aí e se é para o mal, para uma ruim para eles, eles não vão divulgar, eles vão esconder né, e assim é nos livros, na escola né, nem tudo que está lá é verdade, até as coisas de ciências que deveria ser uma coisa certa né, é manipulado né. Eu penso que é manipulado, porque tem coisas que é verdadeira, mas tem coisas que não é verdadeira, que aí envolve laboratório, envolve farmácia, essas coisas aí. Eu acho que é assim, não sei se estou me fazendo entender. **E:** Sim. Você se lembra de alguma informação ou alguma coisa que você viu nos livros da escola que você acha que não era verdadeira? **P7:** Por um exemplo história, a história que o Brasil foi descoberto em 1.500, ele não foi descoberto, já tinha gente aqui e eu penso que aquele dia que eles dizem, que está no livro de história, é um dia que eles vieram para se apossar das coisas aqui do Brasil. Eu penso que é assim, que nem os índios, a importância que tem os índios para nós brancos, e o que os brancos fizeram com eles quando os ditos portugueses vieram, os índios já estavam aqui e olha a cultura deles e o que está acontecendo hoje com eles. O que manda hoje é o capital, é tudo para o lucro, se tem que passar por cima dos outros e assim né, tão

nem aí, o que vale é o dinheiro. Eu enxergo assim. **E:** E essa sua visão, você desenvolveu com base em quê? **P7:** A gente, assim, participando do movimento a gente já tinha uma noção dessas coisas e que os meus pais já eram um pouco assim, tipo críticos, os meus sogros também, daí participando do movimento a gente viu que é isso mesmo, que é mais manipulação do que informação. **E:** Você participa de algum outro grupo social também na comunidade em que você vive? **P7:** Olha, na comunidade eu participo só do grupo de mulheres, só que ali, eu não sei se você é de direita ou de esquerda, mas em final, eu digo é mais de direita né, mas eu vou ali na comunidade para participar, só que o grupo que domina, que nem a igreja, o esporte e assim, é tudo gente mais da direita, os mais ricos e coisa assim, eu vejo assim que a nossa comunidade, que é tipo um grupo que domina, tem que ser do jeito deles e assim por diante e eles não aceitam muito a opinião de gente que pensa diferente do grupo deles. E daí eu participo aqui em [...] dos SINTRAF, a gente tem um grupo de fitoterapia, de medicina [vibracional] e agora, semana que vem, é para começar o curso de homeopatia que deve ter o professor Alexandre Mendonça, que vai ensinar a fazer homeopatia pros animais e eu nem tudo, deve ser um curso muito bom e eu vou fazer. Assim que tiver outros cursos, também a gente procura participar para ter conhecimento. A gente faz... a gente está aprendendo a fazer remédios né naturais, no alambique, pinturas, essas coisas. **E:** É importante para participar desses outros grupos? **P7:** Para mim é importante e eu me sinto bem, me faz bem participar. Que nem a gente, com esse negócio ali da pandemia, a gente sente uma falta assim, é uma coisa que faz falta para a gente parece, porque nesse negócio de abraço e assim, é agora só em casa né [risos], o abraço de fora também faz bem, é importante, o aperto de mão essas coisas, só que agora a gente se encontra, mas a gente nem se encosta, nem pode se abraçar, nem se cumprimentar. e isso ali é uma coisa que parece que faz falta para a gente. **E:** Você me falou que na comunidade em que você vive tem muitas pessoas de direita né e que a opinião deles é o que importa, é o que parece que domina né. Tendo uma outra visão, um outro posicionamento, você tenta conversar com essas pessoas também, tenta mostrar o seu posicionamento? **P7:** Eles não dão chance para essas coisas. No grupo de mulheres sim, a gente fala alguma coisa, mas a gente sabe que, não é que a gente sabe, a gente vê que não resolve, porque eles têm aquela ideia e acabou. E uma que eles sabem que a gente não é de direita e aí que eles não dão vez de verdade. **E:** Eles não dão vez para a fala? **P7:** A gente pode falar, só que falar ou não falar não muda nada. Eles deixam a gente falar, a gente dá ideia e coisa assim, mas nossa ideia não serve para eles. Eles se admiram do que a gente faz, eles comparam nossos produtos, mas porque eles precisam, não porque eles gostariam de né, eles comparam porque eles sabem que é bom, mas se eles pudessem comparar em outro lugar, eles comparariam eu acho. **E:** Certo. Eu queria saber se você conhece ou frequenta alguma biblioteca no seu município? **P7:** Sim, nós temos a biblioteca municipal, mas... até nas escolas também aqui da Vila, mas eu não costumo visitar elas. Só que daí a minha filha que ela costuma visitar, daí os livros assim, que ela retira, eu também leio. Agora não né, porque ela também não está saindo muito, mas todos os livros que ela retirava eu lia, porque eu gosto muito de ler. Tem o jornal, o informativo, tem outro informativo da saúde que a gente assina que é da Pastoral da Saúde também eu gosto de ler. Sempre gostei de ler. **E:** Que tipo de livro, por exemplo, você gosta de ler? **P7:** Ah eu em casa eu tenho alguns do Içami Tiba sobre como educar os filhos assim, de como tratar as pessoas essas coisas, tem a revistinha da Salette, que também é uma revista boa, que tem muita informação, essas coisas. **E:** A revista da Salette é sobre o que? **P7:** Lá também tem coisas mais religiosas né, mas daí tem também muita informação sobre saúde, sobre chás, sobre família, sobre jovens, essas coisas, plantas medicinais. **E:** Sobre esses assuntos, saúde, plantas etc. você não tem por hábito pesquisar na internet também? **P7:** Eu pesquiso, mas... que nem a informação que a gente tem que a gente não pode confiar na [internet], por exemplo, uma planta, uma erva medicinal, ela não é confiável, assim muito confiável, nem tudo que está na internet é confiável. Eu esqueci de falar no começo que isso também, a gente pesquisa os benefícios do mel, do agrião, de muitas

coisas, só que a gente pesquisa, mas fica com um pé atrás, porque nem tudo é verdade né, porque se a gente não conhece bem a planta ao invés de fazer um remédio a gente pode fazer um veneno né, pode ajudar como pode prejudicar né. Daí a gente procura mais fazer as coisas porque tem que fazer com segurança, não pode fazer uma coisa que vá prejudicar alguém né, a gente só faz mesmo se tem certeza, senão a gente nem se bota. **E:** O que é ser uma mulher camponesa para você [...], com base na mulher que você é hoje? **P7:** Ah para mim é viver bem, porque eu não consigo me imaginar digamos morando na cidade, se eu nunca precisasse ir para cidade assim, eu não me sinto bem quando eu preciso ir para cidade, a não ser que é para um curso, alguma coisa assim, mas tipo sair para ir comparar alguma coisa assim que precise em casa, pagar luz, essas coisas, eu não gosto, eu gosto da natureza mesmo, que para mim não tem dinheiro que pague assim ter o contato direto com a natureza, desde do ar, agora na primavera, as folhes, os pássaros, os animais, isso não tem dinheiro que pague, acordar com o canto dos passarinhos e ver eles, ai ver os bichinhos que vão nas folhes, nas frutas. Daí a gente também tem, esqueci de falar antes, tem umas caixas de abelhas, tem umas de mirim que a gente produz, que a gente colhe o mel, quem produz é as abelhas. **E:** Você falou que vai para a cidade para pagar as contas, comparar alguma coisa no supermercado ou então para fazer algum curso, certo? **P7:** Sim, é isso. **E:** O pagamento de contas pela internet você não tem o hábito de fazer então? **P7:** Não, nem um assim porque eu não sei se é seguro né, porque tem tantos golpes e coisa assim que é melhor ir ao vivo e a cores e deu, eu me parece que assim. **E:** Certo. Eu encerrei minhas perguntas. Gostaria de saber se você quer me dizer mais algum coisa, se lembrou de mais alguma que você gostaria de me falar sobre isso que nós conversamos? **P7:** Eu não sei no momento, se eu esqueci de alguma coisa eu não sei te dizer.

## PARTICIPANTE 8

**E:** Então dona [...], eu gostaria que a senhora começasse me contando um pouco sobre o seu cotidiano, as atividades que a senhora realiza? **P8:** Então, agora com essa doença que deixou mais a gente em casa, mas na verdade, ela é uma continuidade né, então eu já tenho hoje 71 anos, que você viu né e daí assim os alimentos assim da casa, praticamente, claro, eu moro com meu filho, tem a nora, tem dois netos - uma neta e um neto - e, mas a nossa atividade mesmo, nossa é modo de dizer né, porque também a gente completa né, porque nós temos atividade de leite, mas eu e meu companheiro não atuamos praticamente nada né na ordenha, trato de vaca nada, daí a gente mais vai dando conta das outras coisas ao nosso redor né. Então eu planto de tudo na horta né, como eu, a minha nora também né, mas daí a gente se divide. Daí a alimentação que a gente tem: feijão, arroz, batata doce, batatinha, cebola, mandioca e muitas frutas, quer dizer, que a atividade da gente, o dia a dia, ele é bem esticadinho né, porque assim mesmo, agora que começa a esquentar um pouquinho mais, a gente já levanta um pouquinho mais cedo para aproveitar o fresquinho né, para depois quando é umas nove e meia, dez horas por ai, já se recolher, fazer a atividade dentro da casa, da cozinha, que daí fica mais tranquilo para nós, mesmo porque a gente também tem que se reservar um pouquinho né. **E:** Claro. Me fala um pouco sobre o que a senhora tem plantado? **P8:** Na verdade, eu sempre planto um pouco de trigo para mim né, para nós né, para fazer [palavra inaudível], consumir como salada ou mesmos para fazer o pão e assim por diante. Então, arroz também, as frutas, a gente tem o *physalis*, tem o melão caetano, melão de neve, agora é época de pepino para salada, para comporta e assim. Na verdade, é isso ali. Dentro de casa é roupa, é alimentação, agora estou fazendo um crochê né, porque sempre sobra uma vaguinha né, então é importante para gente não cair no estres né. E nós jogamos muita canastra, joguemos bocha, depois da pandemia, porque até então nós íamos nos idosos, daí agora tamo isolados né, então montamos

a nossa cancha de bochas, porque nós já tínhamos bocha antigamente no clube de mães, mas depois que eles foram se desativando e as bochas ficou conosco, ficou comigo, daí agora a gente reativou de novo. E daí assim, visita, a gente se visita com os parentes mais próximos, não toma o chimarrão ainda junto né, cada um leva o seu, e os vizinhos também, a gente se visita, mas não lá aquela visita de antes, de mais tempo, que daí era mais seguido, hoje não, hoje é mais reduzido. E a gente tem uma relação muito boa com as vizinhanças assim, também são vizinhos bons e assim por diante. **E:** Como são as conversas com as vizinhanças nos encontros? **P8:** [risos] o prato do dia é a pandemia, os cuidados [risos], o que você vai fazer, quais os cuidados e daí assim, como no Movimento a gente já teve muita formação e a gente já tinha, por exemplo, como a gente deve se alimentar, quais são os alimentos que trazem saúde para gente, o que é o remédio, porque tem uma frase assim: que teu alimento seja teu remédio, que teu remédio seja teu alimento. Então acho que esse foi um momento muito importante do MMC, no todo, porque também a gente se torna referência. Quem não é favorável ao movimento ou não pratica, não participa, mas tem uma dúvida lá: vamos ver com as mulheres do MMC, a [...], fulana. Em [...] a gente tem um grupo bom né, então isso é importante porque é uma referência né. Tem destaque na alimentação, no remédio, na pomada, enfim, naquilo que a gente sabe que é bom para a vida da gente né. **E:** Então a senhora compartilha esse conhecimento que a senhora tem com a vizinhança quando eles solicitam, é isso? **P8:** É, isso seria mais com a vizinhança ou pessoas que não participam do nosso grupo né, porque até então, antes da gente ter que ficar em casa, a gente tinha no município, primeira quarta-feira do mês, sempre tinha reunião das mulheres camponesas. E mesmo no município, na regional ou estadual, então a gente estava indo muito para Chapecó. Agora praticamente a gente foi no final de janeiro e não voltou mais né, porque daí com esse problema, a gente não... mas daí nós temos, que nem eu te falei, que nem ontem nós íamos ter a reunião online né. Daí tivemos ontem à noite né, daí uma vez por mês a gente se encontra igual com as mulheres, a nível de Estado né, para debater. Por exemplo assim, hoje está sendo aprovado aquela Lei 735 né, que é a questão da alimentação né, [não à fome] e assim por diante. Então a gente tem hoje trabalho depois das 14 horas para a frente né, para enviar [palavra inaudível] para os deputados, senadores, pressionar sabe. E daí assim né, depois de ontem que a gente a reunião com as companheiras, daí a gente envia para as mulheres daqui também, porque a maioria tem acesso à internet e coisa né, então isso fica uma coisa bem legal né. **E:** Certo. Me fale mais sobre a importância de continuar trabalhando mesmo já estando aposentada, produzindo o próprio alimento para senhora e para sua família. **P8:** É muito importante, por exemplo assim, agora estou dentro de casa né, de tarde quando é calor a gente fica por aí, fazendo crochê ou lê um livro, eu gosto muito de lê livro também né, mas fora desse horário eu não sou muito de assistir TV, eu gosto de estar na atividade, se mexer né, então limpar, mudar, melhorar, isso faz parte da nossa rotina. É difícil a gente não está na atividade, só se a gente está doente, mas senão a gente está sempre em função do dia a dia. **E:** E lá no grupo de idosos, como eram os encontros antes da pandemia? **P8:** Assim, lá no idosos é muito bom, é muito legal, porque daí tem dança, tem jogo de baralho, tem jogo de bocha e tem a convivência né, porque daí a gente conversa, é uma forma de distrair também. É muito importante, faz muito bem. Porque senão assim a gente se, dá para ver agora que a gente fica mais isolado, tem alguma coisa que faz falta, porque mesmo a questão da igreja, a gente não vai mais, fomos agora uma vez que outra, mas é mínima coisa né. Então também faz falta. Tem que substituir isso por outras atividades na própria unidade familiar para a gente superar né, para não cair no desânimo, no desgosto e assim por diante, tem que levar a vida em frente né. **E:** E como a senhora aprendeu tudo isso? **P8:** Garanto que para você é a mesma coisa, porque a gente tem a herança da família né. A minha falecida mãe, que agora é 6 ou 7 anos que ela faleceu, a mãe era uma pessoa muito que se envolvia né, com amizade, com trabalho, sempre coisas novas né, ela sempre se envolvia, então acho que isso aí já vem de cultura né, já vem da própria família. E depois assim, eu lembro

dentro da minha escola que era no interior, eu sempre gostava de me sobressair, eu me esforçava o máximo para ter boas notas, para participar, assim. E eu fiz o supletivo de férias, [fiz o normal de férias], e daí depois que eu fiz o normal, eu fiz o ENEN, me inscrevi para o ENEN, eu fiz duas vezes, porque da primeira vez não atingi a nota né, e daí depois que eu fiz o ENEN e consegui passar, aí eu me inscrevi numa faculdade. **E:** A senhora fez faculdade né. **P8:** Eu fiz pedagogia, porque na época eu queria fazer história, mas como não tinha no polo, aí tinha outros companheiros daqui que faziam a mesma matéria, então eu também fiz pedagogia. Agora, deixa eu ver... hoje é dia 16, dia 27 de outubro ou 28, não tenho certeza, vai completar dois anos que nós nos formamos já, terminamos a faculdade. **E:** E por que a senhora quis fazer uma faculdade já com quase 70 anos? Me conte sobre essa experiência. **P8:** Assim, como eu te falei né, que eu sempre gostava de ler e hoje também eu gosto muito de escrever, ler, e daí, aqui onde a gente está morando agora, vai completar 9 anos agora que nós moramos aqui, antes nós morávamos mais longe, dava uns 25 km de [...], e daí não tinha como eu dizer de um dia fazer uma faculdade, podia ser que até hoje fosse mais fácil, na época não. Daí como a gente veio morar mais próximo de [...] e com acesso ao meio de transporte, aí eu já fui estudando, fui vendo como é que podia acontecer isso, e no fim me inscrevi, fez, foi tranquilo, tranquilo modo de dizer, porque no começo eu não sabia usar computador, dirigi eu dirijo há muito tempo, mas só para enfrenta, por exemplo, a cidade de [...] e essas coisas, com chuva, eu não conseguia né. Tudo isso me desafiou, daí eu fui, não só na escola ou na faculdade, como a gente foi aprendendo outras coisas né e conhecendo outras pessoas, criando outras amizades né, então foi um trabalho muito bom, um tempo muito legal. **E:** O que a senhora considera que aprendeu de mais importante fazendo a faculdade? **P8:** Daí assim, eu fui também professora né, eu lecionei 11 anos no interior, daí me diziam assim: você vai aproveitar esse estudo para lecionar? Aí em dizia: não, eu acho que, na verdade, eu não vou ser professora direto na escola, mas isso vai me ajudar para minha vida né, para família né, porque isso não é dentro de quatro paredes, vai além né. Então, e mesmo porque eu sou ministra da eucaristia também né, então isso também é uma parte boa que ajuda a gente, porque através disso também vai adquirindo mais conhecimento. O polo foi muito bom, os professores eram bons, nós estávamos num grupo de quatro e nós apresentava os trabalhos muito bem, eu sempre se sobressaia, então, muito bem [frase inaudível]. E anda hoje de vez em quando nós nos encontramos, nós marcamos um meio-dia e daí a gente vai para se encontrar, ou na casa de uma ou de outra, porque isso faz parte da história né. **E:** A senhora aplica o conhecimento da faculdade em quais aspectos da sua vida? **P8:** Como? **E:** A senhora consegue aplicar o conhecimento técnico da faculdade, da profissão de pedagoga, em algum aspecto da sua vida hoje em dia? **P8:** Assim, como que eu poderia te dizer, na prática mesmo, assim com os netos, que eles estão estudando, daí muitas vezes eles pedem a opinião né, e na questão de lideranças também, grupo de reflexão, então sempre tem né: como será, como faria? Daí a gente como tem alguma coisa, aproveita para passar, discutir isso. **E:** Certo. Me conta um pouco sobre a sua experiência com o Movimento de Mulheres Camponesas. **P8:** Olha, para mim, para nós as mulheres com quem a gente fala, o Movimento foi e continua sendo um, se a gente fez faculdade, mas essa é uma faculdade que começou e não vai terminar. Então a gente aprendeu muito, aprendeu muito, e está aprendendo ainda mesmo agora com essa questão do isolamento, mas daí a gente sempre tem as orientações para leitura, para trabalho, contribuir nas reuniões e assim por diante. Então praticamente nós criamos os filhos dentro do Movimento, porque o Movimento mesmo em si começou em 83 e nós casamos em 74, então 76 já nasceu o primeiro filho, depois veio 78 e assim. Eu tenho quatro filhos, ali eu nem coloquei, eu tenho um falecido também né, mas assim a gente, claro que na época não era assídua quanto hoje né, então as vezes se a gente ia para a reunião na comunidade, ia para o município e lembro que eu levava bacia de banho para botar as crianças dentro para descansar né, para gente fazer a reunião. E quando que eles eram mais crescidinhos, daí não precisava levar eles junto comigo, aí o meu marido levava na roça e

eles né se viravam. E assim foi a vida, desde 83, desde que o movimento iniciou, cada vez mais, nos últimos anos, então sempre mais assim, mesmo hoje que a gente é aposentada, mas parece que se a gente não vai, não se encontra, falta alguma coisa. **E:** O que motiva a senhora a participar do Movimento ou o que motivou mais no passado? **P8:** O que motiva? É a gente sente a falta, agora o ano que vem a gente pretende retomar de novo, mas chega tal dia então eu não vou, não, isso a gente tem uma coisa dentro da gente que insiste né para você ir, porque você precisa ir né, e daí assim, só para ver como está né, como eu sou ministra da eucaristia, na época tinha uma irmã que participava das reuniões, daí ela dizia assim: vocês mulheres não podem ficar só dentro da questão de igreja, tem que ir além né. Mas a gente nem entendia o que era isso né, mas a fim, a partir de ali a gente começou a se [movimentar], porque a gente não tinha documento, a gente tinha que ter autorização para sair de casa, hoje tem mais liberdade, mas na época nós não tinha essa liberdade, então foi assim um desafio muito grande, e mesmo porque, aquilo que eu te falei, que eu morava longe, então as vez eu vinha de carro, outras vez não, eu vinha de carona e assim, mas a gente dava um jeito de chegar. Tinha que chegar para reunião, para o encontro né. E nós fizemos muitas mobilizações, muitas caminhas, muitos seminários, muitas oficinas. Que nem agora, agora, que por causa desse tempo paramos, mas senão a gente tinha as oficinas dos quintais produtivos, onde que a gente reúne as mulheres num determinado local, ou vai na casa de alguma companheira, visita a unidade familiar, discute né a questão do solo, a questão da água, a questão do plantio da semente, como é que colhe, como é que guarda, como é que melhora, enfim, é uma assim um trabalho muito [palavra inaudível], assim, ele não se torna árduo porque a gente vai praticando, daí se torna mais fácil, mas não fica por ai de que os outros fazem né, a gente vai, arregaça as mangas e faz né. **E:** Certo. E o que a senhora aprendeu de mais importante ao longo de todos esses anos participando do Movimento? **P8:** Assim, a gente tem muita referência a nível de Estado, por exemplo assim, a companheira Luci Choinacki, ela é aqui do município né, na época ela era a minha companheira na formação de ministro da eucaristia, aí ela nem chegou a ser empossada ministra porque ela já assumiu a campanha para deputada estadual e ela foi eleita né. Então ela foi uma referência né, e de lá para cá a gente teve muitas mulheres que hoje não estão, mas são exemplo também né, e as atuais que são mulheres mais de idade, de menos idade, meia idade, então são assim uma prática que a gente não esquece, leva adiante. **E:** A senhora me falou que teve uma época que vocês, lá na década de 80 né, discutiram sobre documentação e depois, o que mais teve de discussões dentro do movimento que a senhora se recorda? **P8:** Olha, como eu te falei que nós não tinha documento, não tinha [palavra inaudível] para sair, a questão da aposentadoria, do benefício, foi um trabalho que nós fizemos lá no comecinho, abaixo assinado, ida a Brasília discutir com deputados, senadores, exigir direitos, ficar na rua, fazer debate, fazer estudo, visitar os ministérios, então a gente teve muita atividade, muita atividade, daí era em conjunto, não era só o movimento, tinha vários movimentos, ou a Pastoral da Terra, a igreja ou a juventude, então praticamente era corrente né, que se juntava e se via qual era o objetivo que a gente queria alcançar né e daí quanto mais gente que participava, melhor se formava né. **E:** E todo o conhecimento que a senhora adquiriu participando no movimento fez diferença na sua vida, na relação com o seu marido, na sua casa? A senhora percebeu mudanças? **P8:** Isso mudou muito mesmo porque, na época, como que, eu te falei que a gente fez normal, fez supletivo [inaudível], porque isso também se torna na convivência né, no estudo, mas no Movimento, dentro da minha família, dentro da família, dentro da comunidade né, isso só me ajudou, só fortaleceu né, porque mesmo assim, até que eu era uma pessoa mais tímida na época né, falar em público, nem pensava né, falar com microfone, menos ainda, e isso foi tudo através do Movimento né, a gente foi adquirindo [medo] e daí assim por diante. E mesmo questão do nome: você é quem? Eu sou fulana, mulher de fulano. Não, você tem um nome. Então quem eu sou? Eu sou [...] e assim por diante. Então a gente foi aperfeiçoando sempre mais, cada dia que a gente participava era um conhecimento a mais que a gente tinha né. **E:** E para o trabalho,

para as atividades da agricultura também contribuiu dona [...]?

**P8:** Se vai olhar a questão da, também a nossa família planeja as coisas, então na questão também financeira, quem pode ir no banco, que pode ir na oficina, não é que uma coisa é para homem, outra coisa é para mulher, claro que a gente não é cem por cento né, sempre tem alguma coisa ainda que fica pendente, mas isso a gente sempre discutiu desde que a gente casou e tal, com os filhos, essa divisão de tarefas, essa divisão do que fazer, como fazer, onde fazer, porque fazer assim por diante. A gente tem muito essa relação de entendimento dentro da família.

**E:** A senhora me falou que agora com a pandemia né, tem encontros online. Eu queria que a senhora me falasse um pouco sobre como é utilizar essa tecnologia?

**P8:** [risos] ih, eu estou patinando muito, e se vai olhar o que eu não sabia, hoje já sei muitas coisas né. E as vezes até assim, que eu chamo meus filhos: mãe, a mãe sabe muita coisa já. Daí eu: não, mas eu tinha... [os filhos]: mas e vocês acham que nós não somos também ainda dependentes? Mas eu acharia que deveria saber tudo já [risos]. Mas eu recorro muito para os meus netos, que eles moram aqui comigo né, então qualquer dúvida eu vou e eles me ajudam, mesmo que a gente tem a dificuldade de gravar né, então não é mais tempo de cinco, seis anos, 20 anos, a gente não grava tão fácil. Então tem que ser repetitivo né para a gente conseguir gravar, mas eu acho, por exemplo assim, se não tivesse esse meio agora, como nós estaríamos isolados, seria muito pior né. Então agora o movimento faz essas reuniões para nós e daí já vai explicando, tal dia é tal reunião, você tem que entrar em naquele lugar e assim por diante, então isso já é uma aula que a gente vai tendo né. Não é cem por cento que a gente sabe né, mas vamos se virando.

**E:** E a senhora costuma utilizar a internet, as redes sociais como o Facebook?

**P8:** Não, eu... até meus filhos dizem assim: mãe, a mãe tem que ir a procura, tem que ver isso, ver aquilo na internet. Mas no começo eu tinha medo, vou clicar num lugar que eu não possa, que é uma coisa que é, como é que diziam... aquele vírus e não sei o que lá, mas agora eu faço, eu vejo uma receita ou mesmo uma questão de doença, se tem uma pesquisa ou dum alimento ou até de crochê, que agora estou fazendo crochê né, daí eu também procuro, tem alguma coisa que não dá certo né, daí eu pego a informação e vou tentando.

**E:** Em caso de alguma doença a senhora procura ali na internet por mais informação?

**P8:** Também, porque é assim, eu tenho muitos livros sobre saúde também né, mas daí para ver se é isso mesmo ou o que então eu vejo lá nos livros e daí vou me certificar se está na pesquisa é isso mesmo ou então lá na internet não é aquilo que eu tenho nos livros né, tenho dúvidas, para gente também ter uma clareza do que é e do que não é também.

**E:** A senhora acredita que toda a informação que está na internet é confiável? O que a senhora pensa sobre isso?

**P8:** Não, aquilo que te falei antes né, porque tinha dúvida né: mas eu posso abrir isso aqui, posso ver, será que não vai me prejudicar, será que tem garantia nisso né? Então eu sou muito, não sei se sou segura né, eu tenho que ter certeza mesmo se é confiável, não é né, não vou dizer que já não entrei em alguma coisa mais assim, mais é aqueles trotes né que eles dão né, mas assim a gente já sabe lida com eles e tal né.

**E:** A senhora utiliza o Facebook também ou só o Google para pesquisa?

**P8:** Não, alguma coisa no Face também eu acesso.

**E:** A senhora usa como? Costuma compartilhar informação ou somente olhar o que os outros postam lá?

**P8:** A gente compartilha quando a gente sabe de onde vem né, o que é e para quem vai, senão a gente não compartilha.

**E:** Eu gostaria de saber como a senhora fica sabendo das notícias, dos acontecimentos da sua cidade, do país, do Estado?

**P8:** Daí assim ainda no celular eu tenho dificuldade para acessar né, claro que eu olho lá na questão de pesquisa e tal, mas daí mais é questão de rádio, televisão muito pouco, a gente já se desligou muito da televisão, algum pouco de jornal e mais o rádio local né, que daí tem as notícias locais que daí interessa mais e assim... jornal, jornal daí nós temos o jornal do Movimento, que é o informativo né que a gente faz [palavra inaudível], que ele é bem atual e daí mais acho que é isso né. E até quando a gente ia para a comunidade, então, claro, se encontrava então também a gente... era um meio de comunicação né, mas ainda hoje daí a gente se fala muito com parentes, com amigos, com amigas através do celular, através do Zap a gente se fala e coisa assim.

**E:** A

senhora acredita que as notícias que a senhora ouve no rádio ou na TV são confiáveis? **P8:** Eu não tenho certo, mas não sei quanto por cento que ela é confiável né, porque tem que analisar conforme o dia a dia da gente também né. A questão, por exemplo, da pandemia agora, é agora a questão política, parece que essa doença já está desaparecendo né, só que eu quero ver alguns dias quando retoma de novo se ela exatamente diminuiu ou ela cresceu né, então os meios de comunicação têm que ver mesmo para acreditar né, porque senão a gente cai logo na jogada deles né. **E:** A senhora comentou que gosta muito de ler né, que tem alguns livros e gosta muito de ler né. Me fala mais sobre isso dona [...]? **P8:** Agora esse último que eu li era sobre guerras híbridas, também nós conseguimos com o Movimento né. Eu li, como é que era... o Leonardo Binck, Lin, não lembro bem, que é um livro enorme e eu gosto de retomar muito a questão dos livros da faculdade né, tem muita coisa boa que orienta, então seguida eu retomo um deles e vou passando. **E:** O Movimento disponibiliza livros para leitura? **P8:** É, o movimento disponibiliza e daí também na internet tem, mas eu não consigo acessar ainda né, mas também a gente poderia ir lendo pela internet né, mas por enquanto, não, por enquanto não fiz isso ainda. **E:** A senhora conhece alguma biblioteca, já frequentou alguma? **P8:** Aqui no município também tem né, eu fiz muita visita na época que eu fazia faculdade né, que eu precisava de pesquisar né, de ver trabalho né, então as vezes até em [...], as vezes em [...], vários livros a gente pesquisou, precisava para trabalho, era a questão da pedagogia mesmo ou então de professor ou conforme o assunto que a gente tinha também precisava, através disso a gente visitava. E hoje, hoje ainda ela é, menos eu estou indo na biblioteca, senão eu ia mais seguido na biblioteca. **E:** A senhora continuava frequentando então? **P8:** Sim, porque sempre tem livros bons que a gente precisa né e daí. **E:** A senhora pegava que tipo de livro na biblioteca nos últimos tempos? **P8:** Por exemplo, agora também eu peguei um de uma menina, não lembro o nome do livro né, mas daí ela dizia assim, porque essa menina era órfã e daí ela foi morar com uma tia e a tia deu ordens para ela né, era escola, igreja, costura, alimentação, arrumar o quarto dela e assim por diante, deixar o material em ordem, mas ela dizia assim para tia: mas quando [frase inaudível]. Daí no fim da história a tia ficou entendendo o que era, ela queria mais ir para fora, lazer, olhar os passarinhos, trepar nas árvores, brincar com os animais. Então assim, para mim me marcou muito né porque toda a atividade que a gente deve ter ela faz parte, mas também a gente tem que ter um momento de viver né. Então acho que esse encontro lá fora, com a vizinhança, com parentes, amigas e amigos e a atividade mesmo na horta da gente, no pomar, nas flores, é uma forma da gente viver e tem alguém superior do que a gente, existe alguém que nos direciona, que é Deus. E eu li muito a questão, por exemplo, do Contestado, a história de Santa Catarina, a história do Brasil né. Até a realidade brasileira uma época em Chapecó, porque na escola, quando a gente ia no primário, contou a história do Brasil, do descobrimento de uma forma, mas depois, com a realidade, ela foi vista do outro lado né. Por que o país está assim? Por que aconteceu assim? Então a gente foi descobrindo e, claro, não descobrimos tudo, falta ainda né, para a gente saber como era, como foi o mundo, como foi o Brasil e como continua dessa forma né. **E:** A senhora sempre pensou assim dessa maneira que me relatou agora, mesmo quando era mais nova, de que a mulher precisava ter o espaço de entretenimento, o espaço de lazer, ou essa percepção vem com o tempo? **P8:** Não, muita coisa veio com o tempo também né, porque eu perdi meu pai com sete anos, então ficou minha mãe conosco, éramos em quatro irmãos, então praticamente a gente ajuda a mãe, então se nós íamos na roça, tinha que ir todo mundo, vinha para a casa, era todo mundo, daí a gente já aprendeu a decidir as tarefas né, se distribuir. E depois com o tempo, a questão da documentação, a questão de direito, a mulher ir dirigir, a mulher ir para o comércio né, isso a gente foi aperfeiçoando né, porque muita coisa estava meia dormindo, então foi isso né. **E:** Dona [...], com base na pessoa na mulher que a senhora é hoje, o que é ser uma mulher camponesa? **P8:** Olha, eu lembro que, bom, quando a gente começou que na época era Movimento de Mulheres Agricultoras, teve muita contradição, muito pessoal achando que isso era besteira e até faziam brincadeiras e assim

né, mas assim isso foi uma marca muito, muito forte, porque a mulher ser submissa do pai, ou do marido, ou do irmão, não tem onde está escrito que quem é isso, quem é aquilo, é ambos e os dois tem que dá continuidade, então o Movimento só veio fortalecendo, mostrando a realidade e sempre melhorando cada vez mais, para ter mais certeza do que era o certo e do que era o errado. Porque, por exemplo, a sombra do marido, a sombra do pai ou então a permissão para sair, porque o homem pode sair e a mulher não pode sair. Ou então a questão de roupas né, vestido ou calça, brinquedos né, porque o menino tem que ser caminhão e a menina tem que ser boneca, porque não são os dois, porque tanto a mulher pode ser motorista como o homem também pode lavar a criança, lavar louça e assim por diante. Então são coisas mínimas, mas que faziam parte da nossa vivência e daí a gente tinha o compromisso também de repassar isso para as demais mulheres, pros companheiros e família e assim por diante. Se a gente não sabia, ia reproduzindo da mesma forma errada, como a gente sabia né. **E:** Bem dona [...], da minha parte é isso. Nós conversamos sobre várias coisas e eu gostaria de saber se a senhora quer me falar mais alguma coisa sobre isso que nós conversamos? **P8:** Daí, assim, eu quero agradecer a você, claro que você teve uma referência, você se informou no Movimento, pedindo informação para as mulheres né, então a gente nem esperava né. Por que eu ser a escolhida dentre uma montoeira né? Que nem ontem à noite, nós tínhamos a reunião do MMC, nós estava numa 30, mas fora, entre as esparramadas nas comunidades e municípios, nós somos um milhão como diz o outro né, então justamente o meu nome foi levantado. A gente quer agradecer, para mim também é uma forma da gente se engrandecer, porque faz parte né. Eu também fiz entrevista na época que eu tinha que fazer, dar a minha aula né, daí depois a gente parece que tem alguma coisa que sempre está como direcionando, tem alguém a mais que a gente tem dentro da lista da gente. Então queria agradecer a você...

## PARTICIPANTE 9

**E:** Gostaria que a senhora me falasse um pouco sobre as suas atividades cotidianas, o seu trabalho? **P9:** Assim, a gente mora aqui no interior, somos eu e o esposo, as duas filhas já tão casada né, tão fora né, sou avó de uma neta e três netos, o mais velho já tem 17, depois tem a [...] com 13, o [...], que o da mais nova, com 3 e o [...] daí com 8 meses. Assim, eu trabalho aqui no interior, os afazeres de casa né, nós já trabalhamos com horta né, nós tínhamos bastante vacas né e agora deixemos, somos os dois aposentados, vendemos as vacas e paramos de trabalhar com horta, plantemos só o básico para o sustento da família, para nós aqui em casa né e as filhas né, e as vez, alguns amigos que vem a gente dá também alguma coisa. Bastante gente vem comparar também. Daí eu faço os queijos, praticamente a gente produz de tudo mais assim para o sustento da família e ainda as vezes a gente sobra assim, aí vendo algum queijo, a nata, o leite, uma chimia, mandioca, batata doce, o que a gente [frase inaudível]. Assim a gente está tranquilo, dois aposentados, eu e meu esposo também e tamo ali. **E:** Certo. Como a senhora aprendeu a desenvolver o seu trabalho, por exemplo, a fazer o queijo, cuidar da horta? Como a senhora aprendeu esses conhecimentos sobre as plantas? **P9:** Daí assim né, um pouco eu já sabia né, depois eu comecei a participar do Movimento das Mulheres Camponesas que sempre eu tenho orgulho de dizer que para mim foi uma faculdade né, eu era assim bastante fechada, quase não saía de casa né, também tinha as filhas pequenas, e depois que eu comecei a participar do Movimento, eu assim me envolvi mais sabe, com plantas, daí eu fui agente de saúde voluntária também aqui do município uma época, eu prestava serviço voluntário, daí a gente tinha cursos de plantas, de... daí eu fazia curativo, fazia injeção e avaliação, daí eu fiz um cursinho assim para ver pressão, injeção, essas coisas né e ensinavam a fazer chás, ensinavam [palavra inaudível] e também já veio um pouco de família, da avó, de casa que a gente já

cultivava né, esses anos atrás não era que nem hoje que tu acho quase tudo pronto né, aquela época também era pior que hoje, a gente não podia ir para cidade, tinha pouca condições de compara também e daí vem ainda de casa, desde da mãe, da avó né, de se cultivar e fazer as coisas em casa né. **E:** E o seu trabalho é importante para a senhora? **P9:** Nossa, é muito, meu Deus, as vezes meu marido briga comigo, assim dizer brigar né, ele resmungava, ele diz: mas tu não vai sentar para tomar uma cuia de chimarrão? Mas eu me sinto bem em função do trabalho, se eu um dia saio, que nem ontem também que fomos visitar uns parentes [frase inaudível], chegamos em casa quase noite, daí assim o meu prazer é pode trabalhar, faço o meu serviço, faço com gosto, faço com vontade né e para mim o dia a dia, amanheceu, anoiteceu, eu ia continuar [risos], fazer meus servicinhos, meus afazeres que eu gosto muito, eu adoro. **E:** No início, a senhora me falou que participar do Movimento foi uma faculdade. Me fale um pouco mais sobre isso? **P9:** Assim né, como eu tinha colocado né, que lá a gente se reunia, os grupos de mulheres e daí tu também leva os temas para casa, em comunidade com outras mulheres né, e troca experiência sabe, uma sabe uma coisa, outra sabe outra, e a gente vai se conversando e vai colocando né e vai aprendendo né, no dia a dia assim né. Mas foi muito bom né, é muito bom, eu estou um pouco afastada agora né, porque a gente está tudo meio parado, mas eu nunca deixei de fazer algo assim bem do direito das mulheres, das conquistas né, tudo né que a gente conquistou, e ainda vamos conquistas, mas devagarinho vamos chegar lá. **E:** Gostaria que a senhora me falasse um pouco mais da sua experiência com o Movimento. Como a senhora conheceu e o que motiva a participar? **P9:** Ah motiva porque lá tu tem o conhecimento né, porque tu não pode ficar parada né, tem que evoluir, tem que ir atrás mesmo a gente sendo da roça, do interior, tem que correr atrás porque as coisas evoluem né, tem que buscar novas alternativas, novas experiências né. Não pode ficar parado no tempo porque as coisas evoluem, as tecnologias evoluem né e também tem que se especializar um pouco e ir atrás né, ir fazendo, aprendendo. Mesmo que muitas dizem assim: eu não vou mais porque eu já estou velha. Mas não é assim, tem que mesmo sendo com idade, tem de correr atrás que para alguém tu deixa né, se é para as filhas, pros netos, a tua experiência que tu pode passar tu consegue aprender lá no grupo né, mas é bom assim. **E:** E como a senhora conheceu o Movimento? **P9:** O Movimento daí assim, como eu havia colocado antes, eu era bastante assim tipo caseira né, vamos dizer há 30, 35 anos atrás não era que nem hoje né, as mulheres podiam sair né, que se as mulheres saíam era olhado com outros olhos e já vinha as piadinhas né. Eu nem liguei e corri atrás e fui, não liguei sabe para assim as outras que falavam, debochavam, eu sempre dizia: estou buscando algo que vai ser importante lá na frente né. Até que um dia tinha o, agora ele é falecido, faleceu de acidente, o Padre Jaime que nós tínhamos ali em [nome da cidade], daí ele falava um pouco nesse grupo de mulheres camponesas que existia em Chapecó né. Daí um dia ele veio aqui, me convidou, daí eu dizia: eu tenho a nenê pequena, como é que eu faço. Ah ele dizia: ela não vai fugir até amanhã. Daí eu concordei e fui, daí fomos no sábado e voltamos no domingo à noite. Aí me entusiasmei sempre mais e fui indo e fui indo até hoje [risos]. **E:** Me fale sobre a sua participação nas atividades. **P9:** Assim, lá a gente faz de tudo né, antes da pandemia, a gente trabalhou as plantas medicinais né com as mulheres que tem horto das plantas medicinais, a gente se reúne daí a gente vai na reunião lá em Chapecó, depois faz no município e assim por diante. **E:** Entendi. E o que a senhora considera que aprendeu de mais importante participando do Movimento ao longo de todos esses anos? **P9:** O mais importante eu acho que assim, que seria de ter a libertação das mulheres, tem ainda muitas mulheres travadas, escravas em casa, que as vez tem o marido que não deixa sair né, e eu acho que isso foi uma grande conquista, de sair e de poder se libertar um pouco também né, de não ser escrava de casa né, de sair e o aprendizado daí que tu tem né, de encontrar outras mulheres também, praticamente é quase tudo que a gente aprende lá, desde os direitos, as conquistas, tudo que a gente tem, desde o SUS, [palavra inaudível] do município né, daí a gente debate. E isso é uma coisa muito boa, um aprendizado muito bom. **E:** Então, a senhora me falou sobre a libertação da mulher. Eu

gostaria que a senhora me falasse um pouco sobre o que mudou na sua vida, por exemplo, na sua casa, com seu marido, com os filhos, com esse aprendizado que a senhora teve no Movimento? **P9:** O que passou a ser diferente que nem lidar com as plantas medicinais, ao invés de comparar o remédio, coisa pronta na farmácia, fazer o chá em casa, passar para a família, também a alimentação né, que daí a gente aprendeu mais a alimentação saudável, de se produzir e coisas assim né, seria plantas, chás, alimentos e coisas do dia a dia em casa né. **E:** No dia a dia em casa o que mudou além da alimentação e dos chás? **P9:** Não é só para um né, é para toda a família né, daí a gente repassa também, para as filhas né, como se alimentar direito e se cuidar também. **E:** A senhora me falou da importância do aprendizado contínuo né, mesmo que vocês moram no interior né, são agricultores, a senhora me falou que é importante esse aprendizado contínuo. Me fale o que a senhora pensa sobre isso. **P9:** Porque tem que continuar, não adianta tipo tu se alimentar direito hoje, com uma alimentação saudável, e amanhã tu ir no mercado comparar tudo produtos industrializados né. Daí tu tem que seguir, uma vez que tu acha que isso é para o teu bem, tu tem que seguir, não é só um dia, tem que seguir a rotina, praticamente todo dia, toda semana né. A gente está fazendo isso bastante aqui em casa, tipo do mercado a gente compara muito pouco, só o açúcar branco, a farinha branca, o sal, a erva mate né, o resto quase tudo a gente se produz aqui na comunidade e isso foi um aprendizado muito grande de vida, uma conquista sabe de conseguir fazer isso. **E:** Lá no início da nossa conversa a senhora disse que ficava muito em casa né, muito tímida, e isso mudou participando do movimento. Me fala mais sobre essa mudança? **P9:** Mudou muito, eu era uma pessoa assim, sabe, um pouco doente assim, também um pouco por causa que eu não sabia muito, enxergava essas quatro paredes ali todo dia e era isso, não tinha TV, internet, mais assim outra visão né, e depois que comecei a participar do Movimento isso me clareou mais, que não é só... como muitas mulheres, as vezes, de não conseguir de levar numa reunião oi numa palestra coisa assim, é muito difícil. Em vez eu não, se eu posso, eu vou, porque sempre tu aprende alguma coisa diferente né. Fazer o bem para a família né, depois passar para mais pessoas também. **E:** A senhora tem participado dos encontros online que estão tendo agora do Movimento? **P9:** A última, que foi até a [...] que me avisou que ia ter, eu não consegui, porque nós moremos no interior, e as vezes é difícil a internet, daí o dia que a internet é ruim tu não consegue né. Agora está um pouco melhor né porque daí nós coloquemos aqui em casa a internet, senão é bem difícil as vezes de conseguir essas coisas, mas quando que dá eu participo. A gente tem o sindicato também dos agricultores aqui de [...], também a gente acompanha né, reunião e coisa assim. **E:** Que tipo de acesso a internet a senhora tem na sua casa? **P9:** Nós colocamos agora de pouco a internet, é um pessoal ali de Chapecó que a gente contratou né, a gente paga uma taxa, acho que é noventa reais por mês, daí agora melhorou um pouco, também agora a televisão, o celular, que a gente praticamente não conseguia né, as vezes com ligação ou com áudio, não funcionava, agora até que está melhorando, tem dias que ainda não dá, porque no interior não é fácil com essas tecnologias também. **E:** Eu gostaria de saber um pouco mais da sua experiência com o uso dessas tecnologias. Me conta um pouco como é isso para a senhora? **P9:** [risos] não é tão fácil, eu estou aprendendo [risos], estava brincando com as meninas esses dias: vou ter que ir fazer um curso. Daí a mais nova disse: mãe, é só ficar um meio-dia ali no celular que a mãe aprende bastante. Daí assim eu já consigo lidar bem com o celular né, assim, mas ainda tenho bastante dificuldade. Daí quando vem a neta para casa, ela me ajuda, ela diz: vó faz assim, vó faz assim [risos]. Aos poucos a gente vai aprendendo. **E:** O que a senhora usa ali no celular? **P9:** Eu uso o WhatsApp, o Facebook, as ligações e um pouco o YouTube também, e a gente vai se inclinando aos poucos. **E:** O que a senhora costuma ver no YouTube? **P9:** Ah no YouTube tem muita coisa, daí agora o genro ajudou, daí nós tomo assistindo na televisão o YouTube né. Ali ensina de tudo. Agora esses dias aprendemos como trabalhar com as parreiras, fazer a poda, o plantio né e frutíferas também né. Quase cada noite a gente acha fora uma né e daí a gente assiste e vai aprendendo. É muito bom essas tecnologias,

meu Deus, ajuda um monte. **E:** Como a senhora faz para escolher os vídeos que vai assistir ali no YouTube? **P9:** Então, o genro daí ensinou lá como que tu quer, vamos dizer, trabalho com horta né, tu escreve lá eu quero aprender a plantar alface, daí aparece as letrinhas lá, tu escreve e daí clica nos botões, daí aparece e a gente vai assistindo. **E:** E no Facebook, o que a senhora costuma ver? **P9:** Ah no Facebook eu passo assim, se eu acho alguma coisa que me interessa, até fico olhando né, se é uma coisa que não me interessa, daí vou passando. Mas também não é muito, é uma passadinha rápida assim, se eu vejo que tem alguma coisa interessa, eu olho e senão, passo. **E:** E a senhora geralmente se interessa por qual tipo de informação ali do Facebook? **P9:** Ali tem de tudo também né, como que eu vou dizer agora, é quase que nem no YouTube também, que tem coisas boas e tem coisas ruins também, tem de tudo. Daí a gente seleciona o que quer olhar, o que não quer olhar né. **E:** O que vem na sua cabeça quando a senhora ouve falar em *fake news*, notícia falsa ou desinformação? **P9:** Isso aí eu tenho muito medo de acessar, que daí eu não consigo muito também lidar né, daí as vezes eu... depende o que eu vejo mais ou menos a imagem, já nem abro para não entrar as vezes numa coisa falsa ou uma coisa que não é verdadeira né. **E:** E a senhora também compartilha informações pelo WhatsApp, pelo Facebook, ou utiliza só para ver o que ali? **P9:** Alguma coisa eu compartilho, tenho umas amigas, conhecidos assim, daí algumas coisas eu compartilho. Que nem esses dias daí eu estava olhando no Face que eu achei sobre a mandioca né, os benefícios da mandioca, nossa, mas tem muito né e daí eu fui passando, fui olhando né e também já compartilhei com um monte de gente. Daí até depois minha filha veio para casa e ela disse: mãe até que enfim tu achou uma coisa boa né para compartilhar, os benefícios da mandioca [risos]. Sim, eu disse, achei. Daí eu achei importante compartilhar, foi uma coisa que me interessou muito né, e aqui em casa a gente consome bastante a mandioca, o aipim. Depois daquele dia lá que eu encontrei no Face, mais ainda, daí receita toda de mandioca [risos]. **E:** E foi no Face das Mulheres Camponesas que a senhora encontrou isso? **P9:** Não, era de alguém, nem sei explicar como, eu estava passando, daí eu achei, daí fui olhando. **E:** E computador a senhora utiliza? **P9:** Não temo computador, até eu estava falando esses dias que não temo computador, daí eu disse: acho que nem compro, porque daí tenho que fazer curso para lidar com ele [risos]. Aí por enquanto, deixo quieto. **E:** Certo. E como a senhora faz para se manter informada, para saber das notícias do município, do país? Que meios de comunicação a senhora utiliza? **P9:** Agora um pouco assim a gente talvez, a gente nem procura muitos negócios de notícias. Do município aqui, tem a rádio que a gente escuta um pouco as notícias de manhã, na hora do meio-dia né e da televisão ultimamente não gosto mais de ficar vendo muito porque está vindo muita coisa ruim assim, sabe. A gente em vez de ver coisas boas, só vê coisas ruins, disso e daquilo, daí eu achei por bem nem mais assistir muito noticiário. E aqui do município né tem os programas do município que a gente escuta, um pouco as coisas que são mais daqui no município. **E:** Como são esses programas da rádio que a senhora costuma ouvir? **P9:** Daí tem o programa que daí do município, dos recados né, tudo né, dos comunicados assim. Tem esse no sábado de manhã que a gente escuta um pouco, que é um pouco de tudo assim, desde plantio, a precisão do tempo né e tem um pouco de música e coisas assim. Mais básico as coisas do município que a gente escuta. **E:** Que tipo de informação, quais são os recados que geralmente tem na rádio? **P9:** Daí comunicam coisas sobre a saúde né, coisas assim, tal dia tem, vamos dizer, algum tipo de vacina, outro dia tem tipo uma palestra ou uma reunião sobre hipertensos, diabetes, coisas assim sabe. **E:** Tem algum grupo de WhatsApp das pessoas da comunidade ou do município que a senhora participa? **P9:** Não, a gente não tem assim, do município tem esse da saúde daí. Tem esse da saúde que a gente tem o WhatsApp daquele da saúde, daí quando a gente precisa a gente liga, passa o WhatsApp ou eles comunicam se a gente tem uma consulta marcada, coisa assim né, daí eles comunicam por WhatsApp. **E:** É grupo da Secretaria de Saúde ou é do agente de saúde da comunidade? **P9:** É um número da agente de saúde também, tem a agente de saúde ela passa uma vez por mês, daí a gente tem o WhatsApp também né, daí ela passa os

comunicados, e um da Secretaria da Saúde né, são dois. **E:** Jornal a senhora assina algum ou recebe algum em casa? **P9:** Não, jornal não. Aqui em [...] teria o jornal o Folha Sete né, mas daí também não vale a pena tu pegar o jornal porque tu vê diariamente o que acontece, mesmo assim na rádio que a gente escuta né, vem durante o dia, daí estava a fim de pegar o jornal né, mas depois achei que não vale a pena porque tu fica sabendo igual tudo que acontece **E:** E a senhora participa de algum outro grupo social ou religioso na comunidade em que a senhora mora? **P9:** A gente aqui daí tem a religião católica né, porque a gente tem na comunidade, na paróquia daí, e a gente tem um grupo da família, outro grupo de amigos e coisas assim né. **E:** A senhora considera importante participar desses grupos também? **P9:** Ah é muito importante. Nos grupos assim é bom porque daí tu se comunica, desde um bom dia ou boa noite né. E tem, vou falar de uma amiga minha que se separou faz pouco tempo ali, ela passou por momentos muito difíceis, daí através do WhatsApp a gente se comunicava. Daí as vezes ela dizia: eu estou de novo te ligando, te chamando, eu preciso conversar com você. Daí eu dizia: olha, se tem que me acordar meia noite, me passe que eu me levanto e converso com você. Ela ficou muito abalada assim. Isso através do WhatsApp ajudou muito também, daí com a pandemia, a gente não podia muito se visitar né, daí através do WhatsApp as vezes ficava ali uns dez, quinze minutos conversando com ela. Daí ela dizia: bom, agora já estou melhor, podemos encerrar. Ela dizia assim, mas foi uma coisa assim bem que me chamou bastante atenção, a tecnologia que a gente pode ter para se comunicar. **E:** Tem mais alguma outra situação que a senhora se recorda de ter utilizado assim a tecnologia, o WhatsApp ou o Facebook para se comunicar com alguém ou alguma coisa que a senhora considere importante? **P9:** Assim, daí desde a família, das filhas, que daí a mais nova mora em [...] e a mais velha mora em [...], daí é bom assim, que as vezes acontece uma doença ou coisa assim, daí a gente já chama por WhatsApp e fica conversando. Aí a gente pode se ver também, que nem a gente está fazendo agora, e é uma coisa muito importante. Com a família, das filhas, depois a parte dos meus irmãos que a gente se conhece também. **E:** A senhora conhece alguma biblioteca ou frequentou alguma na sua cidade? **P9:** Tem sim, tem a Casa da Cultura aqui em [nome da cidade] que tem a biblioteca, daí se tu quer adquirir um livro, fazer alguma pesquisa e coisa assim. Eu nunca cheguei de ir buscar livros, mas daí fui junto com os netos, os netos tinham que ir lá fazer pesquisa ou pegar um livro, coisa assim, daí a gente acompanhava até que eles faziam a pesquisa ou acham o livro, daí a gente vinha de volta. **E:** Para a gente finalizar, o que é ser uma mulher, uma agricultora camponesa com base na mulher que senhora é? **P9:** Descrevo assim, na roça tu tem que ser uma batalhadora né, porque ali não tem 8 horas, tu tem 24 horas por dia, porque assim se tu está numa empresa, coisa assim, tu faz as 8 horas só, mas no interior não, está certo que também tu pode limitar os horários que tu quer, tu também não é escrava no tempo, mas tem dias assim que é bem puxado. Agora não porque a gente está aposentado e daí a gente não faz mais tanto, tipo tinha mais vaca, daí a gente parou com as vacas, tinha mais, trabalhava com horta, fazia a feira né, era bem puxado assim, mas eu digo assim que sendo agricultora é um orgulho. Hoje tem muita gente voltando para o interior né, porque a liberdade, o espaço que tu tem no interior, nossa, é muito. O nosso lugar aqui, quem vem aqui se encanta né, a gente tem um lugar muito bom, o espaço. Tipo na cidade tu tem o espaço dentro de casa, as quatro paredes né, e aqui não, tu tem o espaço, tu pode brigar com o marido [risos] e assim né, que ali tu tem a liberdade e tem o espaço fora para tu andar né, nossa. Eu digo assim que quem pode ficar no interior, nossa, eu digo assim que para mim é outra vida. Acho que eu não sobreviveria tipo ir morar na cidade. Não sei é mais ou menos é isso. **E:** Sim, é a sua opinião. Me lembrei agora que a senhora disse que participa do grupo da igreja. Nesse grupo a senhora convive com mulheres que não participam do Movimento de Mulheres Camponesas? **P9:** Ah sim, bastante que hoje nós tomamos com uma batalha ali para achar mais mulheres para participar do grupo de mulheres camponesas e é muito difícil. Daí eu convivo na comunidade também, eu coloco um pouco as minhas experiências, até as mulheres dizem assim: nossa, mas você trabalha muito. Daí eu digo

assim, as vezes eu não trabalho tanto, mas a minha experiência me que conta, me ajuda também um pouco né, porque se tu tem experiência e o teu trabalho já é uma grande coisa também. **E:** Sim. E em que momentos a senhora busca compartilhar com elas as suas experiências, os conhecimentos que a senhora tem? **P9:** Ah tipo agora a gente estava parado né na comunidade por causa da pandemia, daí agora essa semana ali a gente voltou, a gente faz o culto, tem missa né, tem as reuniões, e daí tem que aproveitar o momento ali, que a gente está junto ali, quando entra assunto e ir colocando para as mulheres. Às vezes, vem perguntar também: será que é assim, será que pode ser assim né. Eu luto muito pela igualdade né, que a gente tem muita desigualdade, em muitas coisas, desde raça, de saúde né, que hoje se tu quer ter uma boa saúde, se tu tem plano de saúde ainda tu não consegue, o SUS agora tão ali querendo derrubar o SUS também né e daí a gente tem que ir colocando, tem que ir batalhando, tem que ir correndo atrás. Não é só um dia, é todo dia, tem que ir atrás. **E:** Além da participação no Movimento, de que forma a senhora percebe que faz essa luta por igualdade? **P9:** Ah daí a gente tem o sindicato também, a gente tem o Sindicato dos Pequenos Agricultores ali em [...] e a gente é associado né e tem o banco, a CRED [...], a cooperativa de crédito que a gente é sócio fundador, e através daí do SINTRAF e a CRED [...] que também é um grupo de pequenos agricultores né, aí eles tão vão em busca de passar cursos e coisas assim para gente e o que a gente as vezes precisa vai lá também e pergunta: como é que eu posso fazer tal coisa aqui em casa? Eu precisaria de uma ajuda? Daí eles vem e ajudam, ensinam. **E:** Por que a senhora considera importante passar o seu conhecimento e as suas experiências para as outras mulheres? **P9:** Eu digo assim sempre, uma experiência, uma coisa boa a gente tem que compartilhar, tu não pode guardar só para ti, fechar né. Se eu fosse olhar, as vezes assim, eu vou na reunião das mulheres, não é só para mim, é para o grupo, para mais gente né. Se a outra mulher as vezes não tem a vontade de ir atrás, de buscar uma experiência, um conhecimento novo né, eu não posso obrigar ela né, daí eu coloco né: podia ser assim, a gente poderia fazer diferente. Mesmo que as vezes não concorda, mas tipo é trabalho de formiguinha, dá uma beliscadinha hoje, mais uma beliscadinha amanhã até que um dia tu consegue integrar e fazer. **E:** Sim e como a senhora vê a dificuldade das outras mulheres de participar? **P9:** Bastante é assim, hoje tu vê muito, tipo assim, estruturada... o pessoal assim que tem as integração, uns tem de suínos, outros tem de vaca né, daí uma vez tu ter uma vaquinha era suficiente, hoje tu tem que ter lá um monte de tipos de vaca, tu tem que ter tantos tipos de leite, tu tem que ter a qualidade do leite e isso envolve, tudo envolve serviço né. Daí a mulher diz assim: se eu quero sair amanhã as 8 horas, eu tenho que levantar as 5 da manhã. E as vezes isso é um pouco que atrapalha, esse tempo ali né, porque daí ela tem que ficar em casa para cuidar também do que ela tem né. As vezes também não impediria de ir né, volta um pouco mais cedo, faz como eu fazia há muitos anos, levantava mais cedo, fazia os meus afazeres e depois pegava e ia né. E tem muitas mulheres ainda [palavra inaudível] dos homens, dos maridos né, que não querem que sai, porque se sai já vira bagunça a casa, tem bastante isso, a gente já conquistou muito né, já mudou muito, mas tem muito ainda, tem bastante. **E:** Bem dona [...] acredito que fiz todas as perguntas para a senhora, foi uma conversa muito boa, que vai contribuir bastante na minha pesquisa. Tem mais alguma coisa que a senhora gostaria de acrescentar sobre isso que conversamos? **P9:** Olha, agradecer a oportunidade de ter me procurado para eu passar alguma coisa e assim também agradecer pelo teu empenho, continua, segue firme, porque a gente precisa muito, dessa gente assim, as vezes a gente encontra muito pouca gente interessada de saber sobre o direito das mulheres, as conquistas, as coisas das mulheres do campo né...

---

## PARTICIPANTE 10

**E:** Eu gostaria que você começasse me falando sobre como é o seu cotidiano, as atividades que você faz, o seu trabalho? **P10:** Bom, eu sou produtora de mudas de hortaliças né, já fazem uns seis anos. Faço todo o trabalho, então, semeio, cuido, faço a entrega, faço toda a parte de gestão, tudo, mas não é todo dia uma rotina né. A gente acorda de manhã, então hoje... se é dia de entrega, vou fazer entrega ou semear e tal, mas que nem agora nessa temporada de verão cinco e meia eu estou levantando né. Às vezes eu, as vezes o meu marido, mas o meu marido ele tem um caminhão e ele faz transporte de merenda escolar da agricultura familiar, da Cooperativa Central Sabor Colonial. Mas tem alguns dias que ele fica em casa, então ele também me ajuda. E daí é assim né, faço toda essa parte de o que eu vou semear, quanto eu quero, o que eu vou te dizer, é tudo eu que tenho que decidir porque é o meu serviço praticamente né. Até poucos dias eu tinha um filho que me ajudava, mas agora saiu, se amontoou com a namorada e foram para a cidade. Então eu faço esse trabalho. Tenho também uma filha, está aqui hoje porque está de férias, mas também não mora comigo e tenho um menino de 12 anos que é um menino especial, é um *down*, então ele está na propriedade. Nesse período agora também é tudo um pouco diferente por causa da pandemia, então de manhã eu tenho que dar aula para ele né, tirar um tempo também para dar aula para ele em casa e depois vai né, trabalho quase que direto. A temporada agora, que nem nessa temporada de verão diminui um pouco porque nessa temporada de verão sai menos mudas né do que no inverno, no inverno sai bem mais, então tenho mais trabalho. Além disso é serviço de casa né, faço almoço, lavo roupa, faxina, cuido um pouco... planto um pouco de alimento né, tenho uma vaca para tirar leite, daí eu tiro leite dessa vaca para o consumo, para fazer um queijinho, tenho umas galinhas que é para ter os ovos, um porquinho que é para ter o salame, a banha, a carne né e é isso. **E:** E que tipo de mudas de hortaliças você cultiva? **P10:** Tudo quanto é tipo né, alfaces, brócolis, couve-flor, pão de açúcar, chicória, tudo quando é hortaliça e daí ali em setembro, outubro até meados de novembro a gente produz também mudas de melancia, melão, cabotiá, moranga, abóbora né, tomate, pimentão, essa parte. **E:** Aí você comercializa as mudas e os produtos? **P10:** As mudas. A maioria da produção vai para produtores né e tem um... a gente vende na casa colonial né, que é uma casa que a gente tem da agricultura, e numa agropecuária e dois mercados e uma floricultura, é, isso, mas a maior produção vai para produtores. Alguns produtores de [...], de [...], alguma coisa para [...], para [...], mas a maior parte é aqui para a cidade. **E:** Você me falou que faz uns seis anos que trabalha com isso né, e antes como era? **P10:** Antes daí e até pouco tempo atrás a gente ainda trabalhava com vacas né, vacas de leite e daí a gente fazia... assim quando eu conheci trabalhar com as vacas a gente cuidava da pastagem, fazia piquetes, roçava, vendia o leite né, toda essa parte. Daí depois que eu coloquei o viveiro, fui diminuindo as vacas, agora daí a gente só ficou com uma vaca para o leite. **E:** O que fez você querer mudar para essa nova atividade? **P10:** Eu, por muito tempo, tive esse sonho de começar com mudas né, mas assim a ideia também era começar com flores né e, principalmente, mudas para canteiro e tal, mas ainda não cheguei lá né. Na verdade hoje, além dessa parte que te coloquei, eu faço também um pouco de mudas de ervas medicinais e as vezes faço algum trabalho diferenciado assim, por exemplo agora, para um grupo ali da cooperativa eu plantei duzentos e poucos pinhões, que daí já tem as mudas quase boa para o transplante, alguma coisa de mudas crioulas também né, ah a gente se envolve bastante aqui com cooperativa, sindicato, movimento e tal, então o pessoal recolhe as semente né: ah leva aqui para [...] fazer né [risos]. Então faço essa parte também. E eu acho que eu perdi o fio da meada de qual era bem certo a pergunta [risos]. **E:** A pergunta era por que você mudou de atividade, deixou as vacas para começar a fazer as mudas? **P10:** Porque eu sempre gostei mais de mexer com árvores do que de ficar cuidando o leite, mas foi uma opção né. A gente já trabalhou com suínos, por exemplo né, daí depois suínos e vacas e daí primeiro a gente parou os suínos, depois as vacas e eu sempre tinha esse sonho

[vídeo travado]. **P10:** Voltou. Essa nossa internet aqui é... [risos]. **E:** Tudo bem, vamos ter paciência e não desistir [risos]. Bom, então a sua renda vem dessa atividade, da produção de mudas? **P10:** É, vamos dizer assim, a gente tem a família né, então não é a única renda né, a gente tem o transporte, daí também vem uma renda do transporte. **E:** Certo. **P10:** Mas assim, praticamente, eu sustento a casa, pago luz, pago internet, telefone, a gente faz tudo a parte das despesas mesmo da casa é do viveiro. **E:** Certo. E você sempre soube fazer essa atividade que você desenvolve hoje, plantar as mudas, fazer a gestão, a comercialização ou você foi buscando conhecimento ao longo do tempo? **P10:** A gente sempre teve um pouco de experiência... foi adquirindo experiência com o tempo pelo fato de a gente ser agricultora, da gente toda hora está trabalhando com uma horta e tal, a gente sempre ajudou né fazer essa parte e eu também desde cedo... meus pais moravam aqui no interior então e eu queria fazer... estudar, fazer segundo grau e tal, daí na verdade eu fui para a cidade né, morei lá, trabalhava de doméstica durante o dia e fazia o segundo grau a noite. Ali eu aprendi a começar me virar né, tinha que se virar, e isso foi indo né, depois quando também casei e tudo assim, daí eu sempre fiz parte gestão da família e tal, mas a partir do momento que meu marido pegou esse caminhão e foi para o transporte e eu coloquei o viveiro, daí ali eu sempre me virei sozinha, a gente vai aprendendo né. **E:** Onde você buscou o conhecimento necessário, a informação para ir aprendendo? **P10:** Então a princípio eu pedi para um agrônomo da APACO, que é a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense, eu troquei umas ideias com ele né, que eu queria partir para isso, que eu queria ver algumas experiências, daí ele me levou lá em Chapecó visitar alguns produtores. Então a partir dali eu já vi um pouco como se fazia o processo né. Também fiz um pequeno curso pelo SENAR ali que... de três dias, que daí eles não ensinavam só essa parte de mudas né, ensinavam fazer outras coisas, compostagens e tal, mas também ele deu umas dicas de como que se fazia as mudas né. E no mais daí o pessoal da EPAGRI aqui do no município nosso, o pessoal da EPAGRI me ajudou bastante e na época quando eu comecei, nós tínhamos na prefeitura uma agrônoma que tinha um pouco de conhecimento, que ela já tinha trabalhado fora e tal e ela tinha um pouco de conhecimento, então ela me ajudou fazer a parte inicial. **E:** E hoje em dia ainda surgem dúvidas? Você ainda busca informação e auxílio em algum lugar? **P10:** Sim, hoje a gente ainda conta com a EPAGRI, nós aqui em [...] temos uma EPAGRI que é 10, não sei se é em todos os municípios, mas aqui sim, a gente recorre a eles sempre. Tem o pessoal mesmo da APACO que as vezes me socorre e nós temos uma cooperativa de crédito aqui em [...] que é a [...]. A cooperativa de crédito faz um trabalho diferenciado do que as outras cooperativas né, então assim tem técnicos né para dar assistência e daí assim, a gente sempre tem dúvidas né, é uma doença nova, as vezes a gente quer partir para né, então eles sempre estão ajudando. Eu não tenho meu viveiro orgânico né, não produzo mudas orgânicas, mas a gente quer partir para esse lado né, então eles têm me ajudado bastante, o pessoal da EPAGRI e da [cooperativa de crédito] ali, eles têm me ajudado bastante nessa questão de ir em busca de produtos orgânicos. Então é isso, é ali que eu busco a maior informação hoje, as minhas fontes quando eu tenho alguma coisa para resolver é ali. **E:** Certo. Você já me disse que gosta bastante desse trabalho, que é o seu sonho. Eu queria que você me falasse um pouco mais sobre a importância do trabalho para você, dessas atividades que você vem fazendo. [vídeo travado] Voltou, você ouviu a última pergunta? **P10:** Repete para mim. **E:** Eu gostaria que você me falasse sobre a importância do trabalho para você, na sua vida? **P10:** Ah, ali eu me sinto valorizada né, porque quando a gente faz um trabalho, vou entrego essas mudas, aí o pessoal elogia né: nossa, aquelas mudas que eu peguei de você tem uns pezões de salada né. Isso dá energia para continuar né, a gente se sente valorizada né. Daí as vezes assim também o pessoal vem: ah você que produz mudas, pode me informar... Me questiona de alguma coisa que deu lá e tal, daí a gente sente que tem valor. Acho que é isso né, não sei se consegui [risos]. **E:** Sim, claro. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre a sua experiência com o Movimento de Mulheres Camponesas [vídeo travado] voltou [risos]. **P10:** Eu não sei se você acha que a gente

continua, porque durante o dia geralmente funciona um pouco melhor. Não sei se você quer continuar ou se quer continuar amanhã, durante o dia, por exemplo? [vídeo travado]. **E:** Eu acho que tentamos continuar amanhã, num horário que você possa, porque realmente está tendo muitas pausas né, fica difícil de dar continuidade na conversa né. **P10:** Sim, e geralmente passou das 9 começa a piorar, não sei por quê. [Continuação da entrevista no dia seguinte...] **E:** Eu gostaria que você me contasse um pouco da sua experiência com o Movimento de Mulheres Camponesas. Você pode começar me falando sobre como você conheceu o movimento e o que te motivou ou motiva a participar? **P10:** Eu conheci assim, ouvi falar do movimento através da igreja né, eu sou católica, a gente faz parte da igreja católica e sempre se envolveu muito com a igreja, sendo liderança e tal e daí ali que eu conheci o Movimento de Mulheres, pelos padres, pelas freiras que a gente tinha aqui em [...] e tal. E lá dos anos 80 em diante quando as organizações começaram a se organizar e tal, a gente já entendia um pouco né, participava da igreja e tal e daí ali que a gente sabia que existia o movimento, mas ele não era... quando lá em 83 surgiu o movimento, aqui em [...] ele não foi organizado logo, aqui em [...] ele começou lá pelos anos 90 quando começou sendo organizado, teve umas tentativas antes que a gente houve as outras mulheres falar, mas para ele ser organizado mesmo a partir de 1999 começou. **E:** E o que te motiva a participar do movimento? **P10:** Ah é a luta, ver que a luta vale a pena né, porque ali a gente aprende reivindicar, a gente aprende a ser forte enquanto mulher, isso me ajudou muito e todo o meu trabalho que eu tenho assim na propriedade, de meter a cara, de que a gente é capaz de fazer, isso tudo eu acho que a maioria do que eu... desse meu lado assim de lutar, de meter a cara veio, uma boa parte disso tudo eu consegui através do movimento né, me fortalecer. **E:** No seu entendimento, de que forma que acontece essa aprendizagem que você mencionou dentro do movimento? **P10:** Assim, se fazia muita formação, quando por exemplo assim, nós aqui em [...] começamos se organizar, a gente era muito convidada para fazer formação, participar de seminários, nas próprias assembleias e nos dias de lutas, que o Movimento de Mulheres tem alguns dias de luta, todo ano elas fazem essas lutas né, ali que a gente aprendeu, foi aprendendo e tal. **E:** E o que você considera que aprendeu de mais importante durante esses anos participando do movimento? **P10:** Essa questão de bater o pé as vezes em casa né, de dividir tarefa, de que eu também tinha o direito de sair de casa né, que algumas vezes que o marido não queria, eu acabei enfrentando e assim isso né. E também de que a gente devia ter vida própria né, construir a nossa história, da gente ter o que a gente queria dentro da propriedade, não só a atividade que o marido queria né, mas que a mulher também podia ter a atividade que ela gostasse, que ela sonhasse, então nós devíamos lutar para isso. Então acho que isso foi o mais importante que o movimento de mulheres contribuiu para mim. **E:** Me fala um pouco mais sobre essa questão da relação dentro da sua casa, com seu marido. **P10:** Ah na verdade mudou isso que eu falei né, teve enfrentamento né. Algumas vezes que eu queria sair para alguma atividade né, a gente enfrentava a cara feia, tinha que bater o pé, as vezes né eu saía e voltava e o meu marido não me dirigia a palavra né isso. E também mudou essa questão de pensar com filhos né, eu tenho filhos homens e tenho uma moça né e tal, de fazer um pouco diferente né, porque quando a gente foi criada lá no pai, tinha as atividades separadas né, algumas atividades eram das mulheres e algumas dos homens né, daí aqui em casa nunca teve isso né. A partir de tudo isso que a gente foi e tal, o que as meninas faziam, os piás tinham que fazer e vice-versa né. Todos tinham a mesma capacidade e não era de dividir tarefa. Acho que foi isso né. **E:** E com relação ao seu trabalho, você percebeu mudanças a partir da aprendizagem que você teve com o movimento? **P10:** Sim, na verdade eu, que nem eu falei sobre o viveiro de mudas, uma que eu sempre gostei desde bem jovem dessa parte de hortas, eu sempre gostei, mas depois eu não me lembro bem em que ano... mas foi lá por 2002, 3, 4 por aí, que eu o movimento de mulheres fez um curso de sementes crioulas e daí eu me inscrevi para participar desse curso e daí ali a gente aprendeu um monte né, para mim me abriu um monte de horizontes e a gente... eu aprendi bastante ali né, então isso, esse aprendizado tem me ajudado até hoje né

com receitinhas, com variedades, entender um pouco todo esse processo né, porque lá a gente aprendeu a polinização das sementes né e como melhorar as sementes. Então isso me ajudou, essa parte ali do movimento de mulheres, esses cursos aí, depois a gente participava de seminários de sementes crioulas, troca de sementes, troca de mudas, [como fazer] algumas mudas e daí isso tem contribuído muito para o meu trabalho. **E:** Como ocorre essa troca de informações, de conhecimentos dentro do movimento e a comunicação entre vocês? **P10:** A gente faz cursos né, que nem agora está tudo parado, mas até o ano passado a gente fazia umas atividades, umas oficinas nos próprios municípios. Então o movimento de mulheres organizava, vinha alguém no município e no município a gente se reunia e fazia, a gente fez de ervas medicinais, o próprio de sementes, os quintais produtivos e daí ali a gente faz um monte de troca assim mais no município né. Em nível regional e estadual é nas assembleias, quando tem alguma mobilização, daí geralmente tem as bancas onde as mulheres vendem o que elas produzem, trocam e tal, daí ali a gente faz essa troca de conhecimentos também, a gente aproveita para conversar, cada um põe o que faz, os saberes né. **E:** Me fale como é a sua participação nas atividades. **P10:** Eu já fui mais ativa né, já tive mais assim... de participar mais do movimento de mulheres e depois daí assim a gente também dentro do município é convidada a participar também de outras organizações dentro do município, daí a gente acaba assumindo as vezes assumindo algumas coisas no município e também deixa para algumas outras companheiras também participar dessas atividades né. Então assim, hoje a gente está numa... eu sou vice-presidente da Credi [...] que é uma cooperativa de crédito com interação solidária mais na parte da agricultura né, também sou conselheira de uma outra cooperativa que é de produção e consumo e a gente se envolve, vai se envolvendo né, a gente faz parte também da [Cooper?] que é uma cooperativa da agroindústria familiar, então eu até que ultimamente eu não participo tanto do movimento de mulheres né, daí a gente acaba deixando mais para... Mas o ano passado também teve no município uns seminários que era do mandato da Luciane Carminatti, daí a gente fez aqui em [...] e daí eu também participei contando da minha experiência com as mudas, como que a gente se organizou e tal. Ultimamente assim, quando acontece alguma coisa do movimento de mulheres, a gente participa mais como ouvinte, não me envolvo muito com organizar essas partes, essas tarefas porque tem outras aqui no município que fazem isso, que tão hoje na coordenação do município. **E:** Certo. Esse envolvimento que você mencionou em outras tarefas, com a cooperativa né, é importante para você? Me fala um pouco sobre isso? **P10:** Sim, primeiro que a gente quer participar porque a gente... uma das coisas que a gente aprendeu lá no movimento é que temos que lutar por espaço né, dentro das cooperativas, dos sindicatos, enfim de tudo quanto é organização né. Então assim eu participo e vejo assim as vezes tem que bater o pé para ser ouvida, mas a gente vai levando né. Para ter uma ideia, quando eu assumi ali na Credi [...], já fazem uns doze anos que eu estou lá, já é três mandatos né [risos], e quando eu entrei só tinha eu de conselheira né e os outros, tanto quanto o conselho fiscal como..., era tudo homens e eu sempre fui uma que bati o pé né, então hoje é pouco avanço, mas já é né, daí tem eu, tem mais uma conselheira e no conselho fiscal também já tem uma mulher né e daí assim agora o ano que vem a gente vai ter eleição e a gente está batendo o pé para que tenha no mínimo mais uma mulher né. Mesmo que as vezes é difícil de achar mulheres que queiram assumir, acho que isso é o mais difícil achar mulheres que queiram assumir, porque as vezes a gente luta por vagas e não se tem pessoas para assumir, mas eu sempre quando eu entrei ali, a gente se sente bem valorizada né, nós aqui em [...] temos uma organização de agricultura bem forte e a gente tem participação de mulheres em praticamente todas as organizações e a gente é valorizada né. Percebo assim que é valorizada, mas essa questão as vezes de ampliar as vagas é que é um pouco mais difícil né, a gente vê por exemplo que nessa última eleição aqui em [nome da cidade] nós tínhamos duas mulheres vereadores e agora não temos nem mais uma né, porque, não sei, já passei candidatas mulheres que não querem muito né, eu também nunca quis né, mas é difícil construir essa parte. **E:** Ao

que você atribui essa dificuldade de as mulheres quererem assumir, participar? **P10:** Ah eu acho que é tudo um sistema desde lá do sistema patriarcal que vem lá de trás né, por não ser valorizada né, por exemplo assim né, tinha candidatas a vereadoras aqui em [...], várias, mas as próprias mulheres não votam nas mulheres. Então assim as poucas que ainda colocam o nome à disposição as vezes não são valorizadas, meio que discriminadas, e o sistema mesmo que tem que as mulheres as vezes tem medo de enfrentar e tal, não é uma luta fácil, a gente viu assim que parece que nesses últimos tempos teve uma época que as organizações estavam muito mais fortes, metiam a cara e tal e agora não sei se é esse sistema de governo ou o que que está tudo bem parado assim, deu uma desanimada nas mulheres né. De modo geral né, então acho que sei lá, a gente houve tanta coisa que as mulheres as vezes se acomodam e não querem enfrentar, acho que esse é o maior problema, porque hoje as mulheres têm acesso, elas têm acesso à educação, elas têm acesso até a conta bancária, podem fazer carteira de motorista, mas na hora de assumir um cargo elas sempre preferem deixar para os homens. Isso é um mal que ainda tem que achar a cura entre as mulheres. **E:** Você falou bastante sobre se sentir valorizada né, que você se sente valorizada, me fala mais sobre esse teu sentimento. **P10:** Porque assim as vezes eles pedem a opinião das mulheres, eles pedem a opinião né, daí a partir dali eu sinto assim que eu sou valorizada né. Eu vejo assim que tem algumas atividades assim e tal que uma vez era só os homens e agora eles: não a participação de uma mulher é importante e tal. Eu sou muito convidada a participar daí, ali que eu me sinto valorizada e a gente se sente bem e isso dá uma energia para a gente continuar né, vê que vale também, valo a pena as vezes a gente deixar a casa, deixar de produzir financeiramente em casa, mas vale a pena né porque é uma nova forma que a gente pensa em construir para as novas gerações né. **E:** Você disse que é muito convidada a participar, que eles pedem a sua opinião, você acha que existe um motivo especial para isso? **P10:** Ah porque eu acho que convidam uma vez a gente vai, opina, discute, convidam outra vez também a gente vai, acho que é nisso né, porque as vezes eu percebo assim que tu tenta envolver mulheres no processo, convida e tal, e elas aparecem lá de vez em quando. Então ali que dá um desânimo e a própria mulher não tem debate né, se ela não se envolve, se ela não participa, ela não tem debate, fica meio que carente de debate né, não tem firmeza no que vai, tem que ter conhecimento, tem que estar [palavra inaudível], ou tu certa e presente ou tu se isola né, porque as a coisas vão mudando, vão andando, e se você deixa de participar duas ou três, quando você volta para o processo já está desatualizada, não tem debate e tal, então, acho que é por aí. É insistir em participar, se fazer presente, quando a gente é convidada, tem que se fazer presente. **E:** Então na sua percepção, seria porque você se coloca à disposição e também porque você tem conhecimento e consegue debater. É isso? **P10:** Sim, mas o conhecimento eu fui adquirindo né, a partir do momento que a gente é convidada, a gente vai se envolvendo, daí a gente vai adquirindo né. Então tem que ter uma insistência, porque também convidam uma vez, vai lá e não entende muito, daí [diz]: ah eu não gostei porque eu não entendi, não consigo acompanhar...E desiste, realmente daí não dá certo. Eu acho que esse conhecimento que eu tenho, a gente tem esse conhecimento da escola da vida, por participar de uma e outra organização e tal. E daí começando a participar do movimento de mulheres, daí a gente também foi começado a participar dentro das cooperativas, dos sindicatos e tal, das organizações né. Então acho que a gente começou com um pouco de conhecimento e daí foi ampliando, eu acho que é isso, tem que estar à disposição realmente para participar se dá a oportunidade de participar, conhecimento a gente vai adquirindo e depois que a gente tem esse conhecimento, a gente fortalece as demais. **E:** Durante a pandemia, aconteceram alguns encontros das mulheres do movimento de forma online. Você acompanhou isso? **P10:** Pouca coisa porque a maioria das atividades também né aconteciam a noite, aqui a noite a internet é péssima. Você viu ontem né. Então assim, esses dias, por exemplo, também tinha assembleia do Instituto Eva que é ligado ao movimento de mulheres e tal, eu consegui participar uns dez minutos e depois não consegui mais. Mas não muito, nessa via online eu não participei muito. **E:** Você não participou por

causa do acesso à internet. É isso? **P10:** Em partes, em partes, eu acho que também um pouco me acomodei [risos], sei lá, as vezes a gente também amentou um pouco as tarefas com essa questão de aula em casa, eu tenho um filho especial, então as vezes chega de noite a gente quer descansar e não, acho que um pouco é isso, um pouco a gente sobrecarrega e um pouco de relaxamento mesmo, vou admitir assim. Parece que fica um pouco mais fria essa questão de está fazendo online, não sei, me parece que é uma coisa tão fria, mesmo que não é culpa de ninguém, mas daí não me senti muito motivada em participar. **E:** Entendi. Me fala um pouco mais sobre a tua experiência com o uso da internet, como é esse acesso na sua casa e como você costuma utilizar as tecnologias como celular, computador e outros. **P10:** Te confesso que eu não tenho muita habilidade não, porque até pouco tempo atrás eu tinha o... a minha filha já é mais tempo que saiu de casa e tal, mas até pouco tempo tinha o meu piá, então assim toda vez que eu precisava, porque eles sabiam os acessos e tal eu sempre mais pedia para eles né, e eu tenho muita dificuldade com internet e tal, e agora assim com essa questão das aulas, eu tenho apanhado muito. Então falta muito, a gente... não tenho muita habilidade com isso não. Essa semana, por exemplo, mudou o sistema aqui de aprendizagem aqui do município, eles criaram uma nova plataforma, agora é tudo por e-mail e tal, te confesso que eu estou apanhando, estou apanhando, apanhando, porque a gente fazia muita pouca coisa né, digita ali uma ata, alguma coisa assim e envia, mas não é de entrar muito nesse ramo da tecnologia né. Celular sim, celular a gente se vira sim, Whats, manda alguma mensagem no Face, no Whats sim, mais é isso, então acho que é uma dificuldade da grande maioria das mulheres da nossa idade, da nossa geração, nós não tivemos isso presente mais cedo, então a gente achou que... de deixar um pouco de lado, agora realmente a gente está precisando se aperfeiçoar um pouco mais com essa questão da pandemia e tudo né, a gente percebe que faz falta. Então agora, para dizer a verdade, depois da pandemia eu aprendi muito né, desde usar a impressora, de usar o e-mail, então um monte de coisas que eu aprendi com a pandemia, porque a gente se obrigou. **E:** Sim. Então com a pandemia você aprendeu a usar a impressora. O que mais você aprendeu, se obrigou a aprender com a pandemia e também está fazendo falta no seu dia a dia? Me fala mais sobre isso. **P10:** Eu assim eu aprendi usar a impressora, agora que nem eu te falo do e-mail, que daí agora eles criaram essa semana, até esses dias vinha as atividades no celular e a gente batia foto, mandava e tal. E agora já mudou muito, agora já veio um e-mail, eles criaram um e-mail para cada aluno, daí ele tem que fazer as atividades. Outra coisa é a participar, por exemplo, dos seminários, das assembleias do Meet né, que antes... e também o próprio colégio faz muito Meet e daí a gente aprendeu, aprendeu nem tanto né, as vezes dá certo, as vezes não dá, a gente fica as vezes mexendo, mexendo, as vezes consegue, as vezes não consegue, não tem muito entendimento dessa parte. Então a pandemia me fez evoluir nesse sentido né, de participar dos seminários e coisas assim pela net né e tal. **E:** E você mencionou o Facebook, você costuma utilizar com frequência? Que tipo de uso você faz dessa rede social? **P10:** Eu gosto assim, as vezes vem bastante coisa boa né, a gente pode expor também um pouco a nossa ideia, mas tem muita coisa que não... as vezes vem que nem vale a pena entrar, muita porcária a gente diz né. Mas também tem coisa boa né, por exemplo, essa semana eu vi que tem uma questão de uma mulher que foi eleita vereadora lá em Joinville né, que ela negra e ela foi muita discriminada, chamada de nome pelo fato de ser negra e eu acredito também um pouco pelo fato de ser mulher né. Daí eu comentei, fiz os meus comentários lá, então acho que a gente tem que selecionar algumas coisas que tem, eu o que acho que é bom, eu assisto, eu compartilho, eu curto, mas é nesse sentido né, acho que o Face tem muita porcária, mas também tem algumas coisas assim que a gente aprende, que a gente fica sabendo e que a gente também pode opinar. Mas não sou muito de usar muito não, pouco né. As vezes dou uma passadinha assim, se tem alguma coisa que me parece importante eu leio e tal, mas senão não. **E:** Como você faz para selecionar os conteúdos que te parecem bom? O que você observa nesse momento de identificar se um conteúdo é bom ou não? **P10:** Ah se tem cultura, alguma coisa assim que tem cultura e informação né, mas é

isso né. Mais casos, as vezes assim né que a gente... me interessa assim que daí faço essa seleção de casos assim, de coisas assim que a gente vê que as organizações postam né, o próprio movimento de mulheres, as organizações em si né, então quando eu vejo que é esse pessoal que está postando e tal, daí a gente... dou uma parada e leio, senão não. **E:** Entendi. Como você fica sabendo assim das notícias do país, dos acontecimentos da cidade? Que meios de comunicação você costuma utilizar para se manter informada? **P10:** Hoje assim a gente tem o celular, o rádio e um pouco a TV, mas nós aqui em casa, por exemplo assim, principalmente depois que começou a pandemia, a gente não assiste nem mais 50% do que a gente assistia antes né dos noticiários, por exemplo né, porque é uma enxurrada de coisas negativas, só o que acontece de ruim e toda essa questão dos números da pandemia e tal, daí a gente acabou meio que desistindo da TV para preservar também um pouco o meu menino, doze anos e tal, de repente é tirado da escola, não pode mais sair em nem um lugar, tem que ficar em casa e daí assiste só falar disso, só falar disso, a gente acabou desistindo, mas a gente tem a questão do jornal local né, a rádio e o computador, assim pelo celular. **E:** Pelo celular de que forma? **P10:** Ah até o próprio Face né e outra que a gente participa de alguns grupos de... nós aqui em [...] a gente acompanha, por exemplo, Setembro Verde, tem o grupo dos queijos que a gente tem uma luta muito grande para legalização do queijo de leite cru né, a gente participa desses grupos, o próprio grupo da Epagri, que eu te falei ontem que a nossa Epagri aqui... esses últimos anos é muito, muito ligada a gente, ao nossos trabalhos, ajuda muito, tem um grupo de produtores, está no grupo da cooperativa, no grupo do sindicato, então ali vem um monte informação né, porque o pessoal quando é alguma coisa boa eles acabam colocando nos grupos né essas informações né. Então a gente tem informação ali né. **E:** E na rádio então você costuma ouvir o jornal local. É isso? **P10:** Sim, jornal local, as vezes eu estou trabalhando ali nas minhas coisas e eu pego o celular, acesso a rádio e a gente ouve um pouca de música, que faz bem, a informação e o jornal. Outras coisas que a gente tem bastante informação é participar de reuniões, a própria igreja né, é uma forma da gente ter informação né. **E:** Sim. Você considera que as notícias tanto dos jornais da TV quanto da rádio são confiáveis? O que você pensa sobre isso? **E:** Olha, que nem eu te falei, da TV a gente as vezes tem uma opinião que não é fácil de tu identificar se é, tem muita coisa, muito jogo de interesse ali então, eu não confio muito, principalmente da TV. O rádio até um pouco mais né, porque é mais local aqui, a gente conhece também um pouco a posição das pessoas que tão na rádio, que falam, então é um pouco mais confiável. Mas a gente costuma dizer que a nível de TV, os jornais, que nem os jornais do SBT, da Globo tem muito jogo de interesses, as vezes eles querem que tu tenha a opinião deles e tal, então eu não confio nos jornais. Se a gente for ver né, condenaram o Lula, uma hora o Lula era inocente e um monte de coisas né, bom primeiro o jornal faz com que todo mundo incrimine um cara e depois chega a dizer que não. Então assim é difícil né, eles tem alguns ídolos que esses aparecem sempre bonitinhos e tal e daí alguns que não é interesse do grande capitalismo ali, eles acabam condenando e tal, eu não confio, as vezes a gente tem que ter outros meios assim né, que nem eu falo, pessoas ligadas aos movimentos, as cooperativas e tal que é mais fácil da gente compartilhar conhecimento e que seja mais confiável do que na TV. Mas o rádio sim, o rádio é mais confiável, apesar de que as vezes eles gostam de sensacionalizar alguns casos e tal, mas isso é mais quando é acidentes que eles fazem um grande alarme, mas no mais assim tenho mais confiança nos locais. **E:** Você já ouviu falar em notícias falsas, *fake news*? **P10:** Sim, a gente tem ouvido muito esses últimos tempos né. **E:** E o que você sabe sobre isso? **P10:** Ah eu acho que são pessoas que acabam criando alguma notícia, colocando nas redes sociais e que não é verdade, que é para incriminar, para mudar muito o nosso conceito de pensar, que querem que pensem que nem um grupo. Acho que é isso né, seria um grupo que eles criam uma ideia e daí vão colocando essas coisas né para criar dúvida na cabeça da gente e tal, essas coisas são coisas inventadas né, falar mal de uma pessoa ou de um candidato, de uma liderança né, aí é um bombardeio de coisas negativas que no fundo não é verdade. Eu acho que *fake news*

é isso né. **E:** Você acredita que já recebeu alguma *fake News* pelo celular, pelo WhatsApp ou no Facebook? **P10:** Sim, sim, muita coisa assim que a gente vê assim que a gente dúvida muito, que a gente garante que isso é coisa errada né. Esses tempos também tinha sobre a pandemia ali, circulava uns vídeos que até acabaram postando num grupo ali, aí alguém já se posicionou: olha gente isso aí é *fake news*, isso aí não é verdade né. Então, mas achei que aquilo era fora da realidade e tal, eu já tinha entendido que aquilo não podia ser verdade. **E:** Tem algum critério que você utiliza para identificar se é verdade ou não? **P10:** Não, eu vou pela intuição, quando eu acho que... mas eu não faço uma pesquisa para ver se é verdade, não é verdade. **E:** Eu queria que você me falasse um pouco mais sobre como você utiliza a internet né, você falou que usa o Facebook, usa o WhatsApp que é por meio da internet, tem alguma coisa que você utiliza? **P10:** Às vezes eu faço pesquisa né, ah quero saber, por exemplo, sobre uma erva medicinal, para que ela serve, a identificar também, daí eu acesso bastante a internet para isso né. Para fazer pesquisa né, pesquisa sobre alguma variedade que eu pretendo trabalhar, conhecer e, principalmente, nessa parte das ervas medicinais, daí eu acesso mais a internet para fazer pesquisa, mas mais é nisso. **E:** Como você faz essas pesquisas? **P10:** Eu vou no Google né, daí ali eu digito e geralmente vem, daí a gente dá umas pesquisadas assim, mas na hora que precisa também né. Às vezes a pessoa... tu ouve falar que tal coisa, um erva lá faz bem para isso, faz bem para aquilo, daí eu pesquiso né: será que tem essa erva ou as vezes a gente conhece por outro nome e tal? Daí a gente pesquisa para identificar isso. E assim também, depois da pandemia também, às vezes, eu usava para a questão de ver quantos... para ver a evolução dos números da pandemia no município, na regional aqui, daí também faço isso né, para saber se está aumentando, se está diminuindo, para a gente ter noção disso né, ver como que está andando e tal, também faço essa pesquisa né. **E:** E esse tipo de informação você pesquisava em algum site específico ou colocava no Google também? **P10:** Colocava no Google. **E:** Aí você olhava a informação que vinha ali, independente do site. **P10:** É, mas as vezes assim eram coisas que as secretarias de saúde divulgam e tal, que nem ali na questão da pandemia né, e outras pesquisas das ervas e coisas assim também não... digito lá, aparece e tal, daí a gente: há é, é aquilo que eu pensava, não é, é alguma coisa tem aqui que a gente pode aproveitar ou não é, por ali. **E:** Tem alguma outra forma que você utiliza para saber informações sobre saúde, informações da secretária da sua cidade ou alguma coisa relacionada à saúde? Como você fica sabendo sobre isso? **P10:** A gente fez um curso de florais aqui em [...] e ervas medicinais né, então a gente ainda está com esse curso, parou um tempo, agora está andando de novo, daí ali bastante, o próprio jornalzinho do movimento de mulheres elas colocam umas dicas de saúde e tal. Essa parte de querer conhecer um pouco mais sobre a saúde natural, que vem da natureza e tal, veio do movimento né. A gente teve muitas experiências ali e tal, daí ali que eu busco informação. **E:** Certo [sons do filho chorando]. Você quer parar para atender ele, não tem problema nenhuma, podemos parar? **P10:** Não, ele quer ir aonde a mãe não quer deixar. Eu pedi para ele esperar um pouco. **E:** Você falou que a própria igreja é uma forma de acompanhar as notícias atuais né, me fala um pouco mais sobre isso? **P10:** A gente sempre participou, desde a época dos grupos e jovens né, sempre participou, então assim acho que é muito de padres que se envolvem mais, e padres que se envolvem menos né. Aqui em [...] nós temos o padre, o pároco aqui, e até tem um pastor também da igreja evangélica que eles participam, a gente tem o Fórum da Agricultura Familiar, e eles participam né como integrantes do fórum, defendem a agricultura e tal, se envolvem, ajudam nas atividades que a gente faz, feiras e seminários ali, eles então sempre presente e tal, então eles são confiáveis, eles tem a nossa linha de pensamento então ali a gente consegue trabalhar tudo junto, tudo o mesmo grupo, então, é isso, eu vejo assim que algumas igrejas são bem voltadas para esse trabalho né. **E:** Bom, então para gente ir finalizando, eu gostaria de saber se você conhece alguma biblioteca ou já frequentou alguma? **P10:** Mais a biblioteca municipal assim que já retirei livros assim, coisas assim né. **E:** E que tipo de livros você já retirou lá, você se recorda? **P10:** Alguns que falam um pouco da questão

psicológica, de entender um pouco a humanidade, de basicamente isso, e outros assim... a gente também ultimamente adquiriu alguma coisa, mas é tudo ligado mais a medicina, medicina natural, coisas assim, então isso ali que eu mais tenho interesse né. Por exemplo, a pouco tempo eu até comprei um livro de homeopatia né, então se... eu não sou muito de ler, mas se eu ler é isso ali né ou que fala um pouco mais da psicologia ou de medicina natural e algumas coisas assim, a gente as vezes vê muito material de revista e “coisarada”, revistinha e sobre agricultura.

**E:** Bem [...], eu já fiz as perguntas que eu precisava e eu gostei muito de conversar com você. Tudo que você me falou é importante para a minha pesquisa, te agradeço muito por ter compartilhado comigo todo esse conhecimento e ter tirado esse tempo para conversar comigo.

**P10:** Eu também, espero que tenha sido útil, a gente não sabe tudo, mas também ninguém sabe nada.